

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



Capitulações Portuguesas na América Meridional, 1762-1777: Histórias, Julgamentos e
Punições das Autoridades Coloniais

Jeferson dos Santos Mendes

Orientador(es): Prof. Doutor Francisco José Rogado Contente Domingues
Prof. Doutor Luiz Carlos Tau Golin

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na
especialidade de História e Cultura do Brasil

2019

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras



Capitulações Portuguesas na América Meridional, 1762-1777: Histórias, Julgamentos e
Punições das Autoridades Coloniais

Jeferson dos Santos Mendes

Orientador(es): Prof. Doutor Francisco José Rogado Contente Domingues

Prof. Doutor Luiz Carlos Tau Golin

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na
especialidade de História e Cultura do Brasil

Júri:

Presidente: Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático e
Director da Área de História, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutor João Marinho dos Santos, Professor Catedrático Jubilado
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- Doutor Avelino de Freitas de Meneses, Professor Catedrático
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores;
- Doutor Francisco José Rogado Contente Domingues, Professor Catedrático
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientador;
- Doutor José Manuel Damião Soares Rodrigues, Professor Auxiliar
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutora Ângela Maria Vieira Domingues, Investigadora Auxiliar com Agregação
Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutor Miguel Dantas da Cruz, Investigador de Pós-doutoramento do ICS
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Ao meu pai, Pedro Ancelmo Mendes (*in memoriam*)
À minha avó, Anna Francisca Marques dos Santos (*in memoriam*)

<< O armamento que se prepara em Cádiz, destinado para os portos do Brasil, sendo o principal e único objeto da sua direção ao Rio da Prata, com o fim de nos arrancar das mãos toda a parte meridional da América Portuguesa >>

Carta do ministro Martinho de Mello e Castro para o governador da Bahia Manuel da Cunha Menezes, Palácio da Ajuda, 9 de outubro de 1776

<< São o de nos fazerem três ataques ao mesmo tempo, dois com tropas de terra na Colônia do Sacramento, e no Rio Grande de São Pedro, e o terceiro com as forças de mar na importantíssima Ilha de Santa Catarina >>

Carta do marquês do Lavradio para o ministro Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1777

<< Mando e Hei por Meu serviço, que a dita Sentença do Conselho de Justiça se não publique e que os referidos autos, sentenças, e informações sejam logo, e antes de outra alguma obra, recolhidas a Secretaria de Estado da Repartição da Guerra para nela se guardarem com o maior segredo, e recato, a fim de que este negócio fique em perpétuo esquecimento. E sou outro sim Servida que todos os réus culpados nos ditos autos, e que se acham atualmente presos, sejam logo soltos das prisões em que existirem, sendo-lhes restituídos os bens que se lhes houverem sequestrado por este motivo >>

Decreto de D. Maria I de 11 de janeiro de 1786

Resumo:

Os conflitos ibéricos na América portuguesa, durante o período de 1762 a 1777, determinaram não somente a guerra pelas possessões e espaços de fronteira na América do Sul, mas também os desdobramentos jurídicos, entre julgamentos e punições, das autoridades coloniais responsáveis pelas defesas diante das capitulações das duas conquistas espanholas da praça de Colônia do Sacramento, em 1762 e 1777, da vila do Rio Grande, em 1763, e da Ilha de Santa Catarina, em 1777. Essas capitulações, as devassas, inquéritos e as condenações são os objetos desta pesquisa.

Palavras-chave: Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro, Ilha de Santa Catarina, Capitulações, Devassa.

Summary:

The Iberian conflicts in Portuguese America, during the period from 1762 to 1777, determined not only the war for possessions and frontier spaces in South America, but also the legal developments, between judgments and punishments, of the colonial authorities responsible for the defenses before the capitulations of the two Spanish conquests of the Colonia de Sacramento Square in 1762 and 1777, the town of Rio Grande in 1763, and the island of Santa Catarina in 1777. These capitulations, the debaucheries, inquiries and condemnations are the objects of this search.

Key words: Colony of the Sacramento, Rio Grande de São Pedro, Santa Catarina Island, Capitulations, Devassa.

ÍNDICE:

RESUMO.....	7
SUMMARY.....	8
AGRADECIMENTOS.....	12
INTRODUÇÃO.....	14

PARTE I

AS GUERRAS E AS CAPITULAÇÕES

1. A PRIMEIRA CONQUISTA DA PRAÇA DE COLÔNIA DO SACRAMENTO SOB O COMANDO DO GOVERNADOR DE BUENOS AIRES, PEDRO DE CEVALLOS (1762).....	28
1.1 O extremo sul da América e as estratégias de Espanha.....	29
1.2 O início do cerco às forças luso-brasileiras no Rio da Prata.....	42
1.3 A capitulação da praça.....	45
2. A CONQUISTA CASTELHANA DA VILA DO RIO GRANDE, 1763.....	57
2.1 A frota anglo-portuguesa e a tentativa de reconquista de Colônia.....	57
2.2 A conquista castelhana da vila do Rio Grande.....	65
2.3 Consequências da conquista castelhana da vila do Rio Grande.....	75
2.4 A fracassada reconquista da vila e a tomada da Guarda do Norte.....	85
3. A RECONQUISTA DA VILA DO RIO GRANDE, 1767-1776.....	89
3.1 A reorganização das forças luso-brasileiras no extremo sul.....	89
3.2 A fracassada expedição de Vértiz y Salcedo ao Rio Pardo.....	100
3.3 O plano militar lusitano para repelir os castelhanos no sul.....	115
3.4 Os preparativos simultâneos para a guerra no Sul.....	129
3.5 O início da ofensiva militar luso-brasileira.....	133
3.6 Ataque à Santa Tecla.....	151
3.7 A reconquista da vila do Rio Grande.....	163
4. O INIMIGO QUE NUNCA ADORMECE: A CONQUISTA CASTELHANA DA ILHA DE SANTA CATARINA.....	171
4.1 A expedição em direção ao Atlântico Sul.....	171
4.2 As últimas instruções ao comandante da Esquadra do Sul	181
4.3 A missão de socorrer os portos.....	188
4.4 A inércia da Esquadra do Sul na defesa da Ilha de Santa Catarina.....	194
4.5 O Conselho de Guerra e a fuga para o Rio de Janeiro.....	208
4.6 Enquanto o rei morre, os castelhanos tomam a Ilha de Santa Catarina.....	212
4.7 As agruras da marcha para o Cubatão.....	227
4.8 A capitulação.....	239
5. COLÔNIA DO SACRAMENTO: A ÚLTIMA CAMPANHA.....	250
5.1 As explicações do comandante da Esquadra do Sul.....	250
5.2 A Ilha é Castelhana.....	265
5.3 O frustrado ataque ao Continente do Rio Grande.....	273
5.4 Praça de Colônia do Sacramento: a última campanha.....	281
5.5 Tratado de Santo Ildefonso.....	291

Parte II	
JULGAMENTOS E CONDENAÇÕES	
6. COLONIA E RIO GRANDE: O INQUÉRITO DOS DEVASSADOS.....	302
6.1 Vicente da Silva Fonseca: o governador sem direito à devassa.....	302
6.2 Tomás Luís Osório: do Rio Grande ao Limoeiro.....	304
7. << CULPADOS NA INFAME E CRIMINOSA ENTREGA DA ILHA DE SANTA CATARINA AOS CASTELHANOS >>: OS MEANDROS DO PROCESSO.....	308
7.1 A DEFESA DE ROBERT MAC DOUALL.....	308
7.1.1 Os últimos momentos da Esquadra do Sul.....	308
7.1.2 A demissão e a instauração da devassa.....	327
7.1.3 O inquérito da devassa e o julgamento.....	331
7.2 FURTADO DE MENDONÇA: O CASO DO << CAVALHEIRO INFELIZ >>.....	342
7.2.1 As prisões no Rio de Janeiro.....	342
7.2.2 A devassa: teia armada pelo marquês do Lavradio.....	352
7.2.3 Resultado da devassa.....	355
7.2.3.1 O caso do governador Francisco José da Rocha.....	358
7.2.3.2 O caso do marechal-de-campo Furtado de Mendonça.....	368
7.2.4 As tentativas de defesa do marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça.....	371
7.2.4.1 Primeiro esforço argumentativo.....	372
7.2.4.2 Martim Correa de Sá, também capitulou.....	379
7.2.4.3 Auto de Justificação.....	389
7.2.4.4 Ainda preciso, << justificar >> alguns << itens >>.....	384
7.3 DAS FORTALEZAS DO RIO DE JANEIRO AO FORTE DE SANTA APOLÓNIA.....	386
7.3.1 A transferência e a prisão no Reino.....	386
7.3.2 O cárcere.....	394
7.3.3 O Conselho de Guerra.....	401
7.3.4 << Tenha clemência minha rainha >>.....	412
7.3.5 O Conselho de Justiça.....	419
CONCLUSÃO: SETENÇAS, PUNIÇÕES E O PERPÉTUO ESQUECIMENTO.....	430
O << perpétuo esquecimento >>.....	435
FONTES E BIBLIOGRAFIAS	
1 FONTES.....	450
1.1 Fontes manuscritas.....	450
1.2 Fontes impressas.....	452
2 BIBLIOGRAFIAS.....	455
2.1 Livros e Coleções.....	455
REFERÊNCIAS.....	457
ANEXOS.....	473

Siglas e Abreviaturas

ABNRJ – Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

ACL – Academia de Ciências de Lisboa

AGN_Uruguai – Arquivo General de la Nación, Uruguai

AHDGRSP – Arquivo Histórico Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AGI – Arquivo General das Índias

AGS – Arquivo General de Simancas

AHML – Arquivo Histórico Militar de Lisboa

BNE – Biblioteca Nacional de Espanha

BN-PT – Biblioteca Nacional de Portugal

Doc. – Documento

F. – Folha

MARCS – Museu Arquivo Regional De Colônia do Sacramento

MNEJ – Arquivos do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça

MR – Museu da Marinha

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

AGRADECIMENTOS

É hora de agradecer e refletir!

Esta conquista é uma conquista coletiva. Ao finalizar este trabalho e esta longa jornada acadêmica, não posso deixar de mencionar o apoio e a compreensão de muitas pessoas. Às que partiram, deixo aqui minha humilde homenagem, e às que permanecem, meu agradecimento.

Durante a elaboração desta tese de doutoramento, fiquei órfão duas vezes. Ao longo da minha estadia em Portugal, num pequeno quarto em Lisboa, tive a triste notícia do falecimento de minha avó, Anna Francisca Marques dos Santos. Dois anos depois, já no Brasil, enquanto escrevia, realizava novas pesquisas e fundamentava o trabalho, outro golpe. De forma trágica, meu pai, Pedro Ancelmo Mendes, deixou-me desamparado. Dessa forma, preciso deixar aqui, meu agradecimento especial a essas duas pessoas que moldaram meu caráter e minha forma de ver o mundo. A minha avó, pelas longas tardes regadas de muitas histórias; ao meu pai, pelos ensinamentos de homem probo, idôneo e trabalhador que, de tijolo em tijolo, não apenas construiu casas, mas edificou vidas. Mesmo sem jamais ter frequentado os bancos escolares, limitado pela vida humilde e de muito trabalho, foi o meu maior exemplo e melhor mestre. Obrigado pela oportunidade de ter sido seu filho. Sua humildade, sua gentileza, sua humanidade e sua força de vontade para superar as dificuldades da vida jamais serão esquecidas. Este trabalho e estas linhas, construídas de muitas “micro” histórias, são minha mais humilde e sincera forma de agradecer e dedicar. Muito obrigado!

A minha mãe, Nedi dos Santos Mendes, obrigado pela vida, pelo apoio e compreensão ao longo desses anos. Por manter nossa família unida e ser o alicerce nos momentos de dificuldade. Sem a sua luta e o seu exemplo, nada seria possível. Muito obrigado! Aos meus irmãos, Juliane, Juliano e Josiane, muito obrigado pelo apoio e pela compreensão. Aos meus sobrinhos, Jackson, Giovana, Anna Luisa e Renatha. Ao Júlio Alfredo e à Josiane, pela paciência na transcrição e digitação de livros e documentos durante minha jornada em Portugal.

Academicamente, os agradecimentos ampliam-se. Em Portugal, tive o privilégio do acompanhamento e da orientação do professor Doutor Francisco Contente Domingues, sempre muito solícito. Muito obrigado, professor, pelo apoio, pela orientação e pela amizade. Sem seu auxílio, nada seria possível. Ao professor Doutor

Luiz Carlos Tau Golin, meu orientador no Brasil, pelo acompanhamento ao longo da vida acadêmica, pelo apoio e pela orientação desde a graduação na iniciação científica, mestrado e doutorado. Aos membros do Júri, composto pelos professores doutores João Marinho dos Santos, Avelino de Freitas Meneses, José Damião Rodrigues, Ângela Domingues e Miguel Dantas. Muito obrigado pelas críticas e sugestões. Não posso deixar de agradecer ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, a todos os professores, colegas e amigos. Em especial, à professora Ironita Policarpo Machado, pelo apoio durante esses anos, à Ana Luiza Setti Reckziegel, ao Adelar Heinsfeld, à Gizele Zanotto, ao João Carlos Tedesco. À Jennifer, pelo apoio durante esses anos. Ao colegiado de Sociologia da Universidade de Passo Fundo, aos professores, aos colegas e aos amigos, obrigado pelo acolhimento. Ao Centro de História da Universidade de Lisboa, pelo amparo. A todos os funcionários da secretaria da Universidade de Lisboa, em especial ao Diogo, à Fátima e à Arlete, pelo zelo e pela paciência nas dúvidas burocráticas da vida acadêmica. Ao Programa de História da Universidade do Porto, em especial ao professor Manuel Loff, pelo acolhimento na instituição. À Teresa Pinheiro Torres, diretora do arquivo do estabelecimento prisional de Santa Cruz do Bispo, pelas longas conversas sobre as instituições prisionais portuguesas, meu muito obrigado.

A todos os amigos que direta ou indiretamente colaboraram para o desenvolvimento do trabalho. Não posso deixar de agradecer a todos os amigos portugueses e brasileiros que fiz durante minha permanência e aos amigos que fiz pelo caminho. À Joana Silva e sua família, que me acolheram durante minha estadia em Portugal. Meu muito obrigado, pelo carinho, pelo respeito e pelo apoio nos momentos de dificuldade. Ao Rodrigo e à Joice, que foram fundamentais para minha chegada e meu estabelecimento em Portugal. Ao Walter, ao André e, em especial, ao Fabrício. Alex Faverzani, pelo apoio, companheirismo e pela companhia na aventura de navegar por mares “nunca dantes navegados”. Philipp e Franz pelo esforço na entrega do trabalho. À Vanessa, pela correção. À Daiane Lautert Moretto, pelo apoio, pela compreensão, pelo companheirismo e pelo empenho nos dias e noites em que seguimos juntos na finalização deste trabalho. Muito obrigado! Sem você, a finalização desta tese não seria possível.

Introdução

Os conflitos ibéricos na América portuguesa, durante o período de 1762 a 1777, determinaram não somente a guerra pelas possessões e espaços de fronteira na América do Sul, mas também os desdobramentos jurídicos, entre julgamentos e punições, das autoridades coloniais responsáveis pelas defesas diante das capitulações das duas conquistas espanholas da praça de Colônia do Sacramento, em 1762 e 1777, da vila do Rio Grande, em 1763, e da Ilha de Santa Catarina, em 1777. Essas capitulações, as devassas, inquéritos e as condenações são os objetos desta pesquisa.

Nessa direção, também vamos destacar que, enquanto na década de 60 do século XVIII, compreendia o período josefino, caracterizado pelo recrudescimento do poder político, o grupo de militares responsáveis pela defesa da praça de Colônia do Sacramento e das possessões do Continente do Rio Grande de São Pedro foram exemplarmente condenado à força ou ao degredo. Já, em 1777, com a morte de d. José, o afastamento de Sebastião José de Carvalho e Melo, a subida ao trono de d. Maria I, além da aproximação com Espanha patrocinada também por Carlos III, os militares – pelo menos os responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina – tiveram alívio em suas penas e, em alguns casos, após o perdão geral, ainda foram agraciados com títulos, comendas ou novos cargos.

É importante lembrar que o presente trabalho, também, como pano de fundo, entra no rol das pesquisas desenvolvidas sobre os administradores coloniais luso-brasileiros na América portuguesa durante o século XVIII. As primeiras pesquisas apareceram na década de 60 do século XX com os clássicos trabalhos de Alden¹ e Boxer². Ainda podemos destacar o trabalho de Heloísa Belotto sobre a administração do morgado de Matheus³. Como lembra Levi, << mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos historiadores >>⁴. Entretanto, ressalta Fábio Kühn: << acerca dos governadores da extremadura meridional da América lusa praticamente nada

¹ Dauril Alden, *Royal Government in Colonial Brazil*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1968.

² Charles Boxer, *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*, São Paulo, Editora Nacional/Edusp, 1973.

³ Heloísa Belotto, *Autoridade e conflito no Brasil colonial, o governo do Morgado de Mateus em São Paulo*, São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

⁴ Giovanni Levi, Usos da biografia, In, Marieta de Moraes Ferreira; Janaína Amado (Orgs), *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1994, pp. 167-182, p. 182.

[ou muito pouco] existe a respeito >>⁵. Atualmente, destacam-se trabalhos sobre a administração de Luís de Almeida⁶ e sobre as autoridades da Ilha de Santa Catarina⁷.

Por outro lado, o período compreendido desde o final do século XVII até o início do século XIX foi o momento do qual a disputada região do extremo sul da América foi incorporada definitivamente ao Império Português. De um lado, a praça militar e mercantil da Colônia do Sacramento, fundada em 1680, situada na frente de Buenos Aires, na margem esquerda do Rio da Prata, em terras pertencentes a atual República Oriental do Uruguai. Estrategicamente localizada, exercia um duplo objetivo aos lusitanos: de compensar a perda do acesso ao comércio (legal e ilegal) com o sul da América espanhola, fornecedora da prata potosina e, ao mesmo tempo, fundar um posto militar de ocupação permanente. Com uma singularidade própria, a Colônia do Sacramento, jamais constituiu uma capitania, assim como jamais se elevou a condição de vila. O estabelecimento da praça não foi aceito pelas autoridades da América hispânica, conseqüentemente foi atacada, sitiada, invadida e destruída pelos espanhóis e reconstruída pelos portugueses, em um ciclo quase centenário de guerra. Do lado mais meridional, após os repetidos ataques à Colônia do Sacramento, as autoridades lusitanas elaboraram um plano para promover a ocupação das terras mais meridionais do Brasil, nos territórios dos atuais Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Na singularidade da experiência colonial, no extremo sul da América, o povoamento do território manifestou-se em uma combinação de ações autônomas de correntes migratórias e de iniciativas patrocinadas pela coroa lusitana. Tratados internacionais tentaram sem sucesso estabelecer o domínio territorial das coroas ibéricas na América do Sul.

Portanto, em fevereiro de 1680, o português D. Manuel Lobo fundava a Colônia do Sacramento, praticamente em frente a Buenos Aires. Na baía próxima a Ilha de São Gabriel, estrategicamente localizada << em função de ser um porto natural, junto as ilhas que desde o princípio do século XVII serviam de atracadouro para navios de diversas procedências interessados no comércio ilícito >> da região platina. Um ano

⁵ Fábio Kühn, Os governadores da fronteira meridional, Colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro (1680-1809), In, Paulo Possamai, *Conquistar e defender*, Portugal, Países Baixos e Brasil, Estudos de história militar na Idade Moderna, São Leopoldo, Oikos, 2012, pp. 329-344, p. 329.

⁶ Maria da Graça dos Santos Marcelino, *O esclarecido vice-reinado de D. Luís de Almeida Portugal, 2º Marquês do Lavradio, Rio de Janeiro 1769-1779*, Tese de mestrado, História dos Descobrimentos e da Expansão, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009; Adriana Angelita da Conceição, *Sentir, escrever e governar*, A prática epistolar e as cartas de d. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779), Tese de doutoramento em História Social, Universidade de São Paulo, 2011.

⁷ Augusto da Silva, *A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme*, Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807), São Paulo, Universidade de São Paulo (Tese de doutoramento), 2008.

depois, uma guarnição de Buenos Aires e tropas guaranis missioneiras tomaram Colônia para os espanhóis. Em 1683, voltou ao domínio português. Não tardou muito para sofrer um novo sítio. Em 1704, um novo assalto espanhol desalojou os portugueses, que somente em 1715, com o segundo Tratado de Utrech, na conjuntura da Guerra de Sucessão espanhola, restabeleceram o domínio⁸.

Não tardou e a coroa portuguesa tomou novas medidas de expansão em direção ao Sul. Oito anos após a fundação da Colônia do Sacramento, paulistas de São Vicente fundaram Laguna (1688)⁹. Fábio Kuhn lembra que, nesse momento, << as minas auríferas ainda não haviam sido oficialmente descobertas, o que dava alguma atratividade ao projeto de povoamento de Laguna, terra vizinha as possessões castelhanas >>¹⁰. Em 1703, estabeleceu um correio militar de Laguna à Colônia do Sacramento. Nesse mesmo ano, Domingos de Filgueira elaborou um roteiro litorâneo de Castilhos Grande até a vila de Laguna, na tentativa de facilitar a navegação durante todo o ano¹¹. Com relação à Laguna, Brito destaca a estratégia de defesa militar da Ilha de Santa Catarina: << a abertura de uma comunicação pelo interior do sertão, entre as duas Vilas do Rio de S. Francisco e Laguna >>. Contudo, o próprio admite que, pela distância entre um ponto e outro, a construção da estrada << exigiria muito tempo, e excessivas despesas >>¹².

Representando o interesse da colonização portuguesa no Sul, a 26 de março de 1726, a freguesia (desde 1714) de Nossa Senhora do Desterro sobe ao *status* de vila. É nesse contexto, que << a territorialidade militar que ao demandar maior protagonismo

⁸ Fabrício Prado, *Colônia do Sacramento*, o extremo sul da América Portuguesa, Porto Alegre, F.P. Prado, 2002, pp. 91-93; Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento na época de Sucessão de Espanha*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973, pp. 283-288.

⁹ Situada na parte meridional de Santa Catarina. Está ao sul com o Rio Grande, a oeste com a província de Lages, ao norte com a de São José, e a leste com o estreito. Para Fábio Kuhn as iniciativas promovidas por Domingos Brito Peixoto e seus filhos << dão a essa fundação a característica inequívoca de uma empresa familiar paulista >>. Coronel Villas Boas, Noções topográficas e militares do município da Laguna (província de Santa Catharina), In, *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, n. 1, v. 1, Florianópolis, Livraria moderna de Paschoal Simone, 1902, p. 27; Noções topográficas e militares do município da Laguna (província de Santa Catharina), *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico da Província de São Pedro*, ano I, agosto, número I, volume I, Porto Alegre, Empreza Typographica do Conciliador, 1860, pp. 33-40, p. 33; Fábio Kuhn, *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*, Tese (Doutorado em História) Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2006, pp. 31-32.

¹⁰ Fábio Kuhn, *Gente da Fronteira* [...], p. 32.

¹¹ Abeillard Barreto, *Bibliografia-sul-rio-grandense*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973, v. 2, p. 522.

¹² Paulo José Miguel de Brito, *Memória política sobre a capitania de Santa Catharina*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1829, pp. 81, 97-98.

da Ilha, junto com a presença (sede) de um governador militar, lhe atribuirá, em certa medida, maior autonomia >>¹³.

Criada a vila do Desterro, os capitães-generais de São Paulo, periodicamente, despachavam oficiais para a Ilha. Quando o Conde de Sarzedas¹⁴ mandou o capitão Antônio de Oliveira Bastos¹⁵ com uma tropa de linha de Santos para a Ilha, representou uma alternativa temporária para o controle territorial. Dois anos depois, o governador da Colônia do Sacramento, Antônio Pedro de Vasconcellos¹⁶, chamava a atenção da coroa para a possibilidade de uma invasão castelhana na Ilha e no Rio Grande. Propôs, dessa forma, a criação de povoações desde o litoral da Ilha de Santa Catarina até o Rio Grande de São Pedro, efetivando assim a ocupação permanente do território¹⁷.

Em março de 1735, aportava no Rio de Janeiro, José da Silva Pais¹⁸. Tinha a incumbência de sucessor imediato de Gomes Freire de Andrada¹⁹, no governo do Rio de

¹³ André Souza Martinello, *Geografia Histórica*, discursos espaciais e construção territorial de Santa Catarina, Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 94.

¹⁴ Antônio Luíz de Távora foi o 6º governador e capitão geral de São Paulo. Foi nomeado em 24 de março de 1732 por D. João V, governador da capitania de São Paulo, tomando posse somente no dia 19 de agosto. Faleceu no Arraial das Traíras em 28 de agosto de 1737. In: Antônio Barreto Amaral, *Dicionário de História de São Paulo*, São Paulo, Imprensa Oficial, 2006, p. 620.

¹⁵ Antônio de Oliveira Bastos foi capitão de infantaria da praça de Santos (São Paulo), comandante da Ilha de Santa Catarina até a nomeação do Brigadeiro José de Silva Pais (7 de março de 1739).

¹⁶ Antônio Pedro de Vasconcellos governou a Colônia do Sacramento de 1722 até 1749.

¹⁷ Consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa, 7 de fevereiro de 1728, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Editora do Livro, 1978, vol. 98, p. 214; Consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa, 7 de fevereiro de 1728, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Editora do Livro, 1979, vol. 99, p. 9.

¹⁸ José da Silva Pais nasceu na freguesia de Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa, em 25 de outubro de 1679. Filho de Roque Gomes Pais e Clara Maria da Silva. Aos 22 anos iniciou a carreira militar. Em 1701, voluntariamente passou a província do Alentejo a << assistir a fortificação >> da praça de Olivença com o posto de ajudante-engenheiro. Dois anos depois, foi até Abrantes reconhecer o ponto onde se havia de construir uma ponte para comunicação da província da Beira com a do Alentejo. A 8 de maio de 1704 casou-se com Máxima Teresa da Silva (ou de Brito), passando a residir na freguesia de São Julião. No ano seguinte, foi admitido na Ordem de São Tiago transferida posteriormente por Alvará de 12 de janeiro de 1716 a Ordem de Cristo e, a 31 de agosto, foi-lhe outorgado o foro de cavaleiro fidalgo da Casa Real. Servindo nas guarnições da Beira e do Alentejo. Em 1712, durante a guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), foi deslocado com diversos oficiais portugueses para conter o avanço das tropas franco-espanholas na região fronteira das praças de Campo Maior e Elvas, em cerco pelas tropas do marquês de Bay. No ano seguinte recebeu uma promoção a coronel de engenheiro. Por ordem real, acompanhado com o general Pedro Carlo, foi visitar as praças do Minho, Alentejo, Beira e Trás-os-Montes. Com o general Pedro de Mascarenhas, executou alguns melhoramentos a praça da província do Alentejo. Passou de 30 de junho de 1723 a 30 de setembro de 1730 a coronel-de-infantaria em exercício de engenheiro agregado e, depois continuou no dito posto, no Regimento da Armada Real, até 5 de janeiro de 1735. Um dia antes, a 4 de janeiro, recebeu a carta patente de brigadeiro de infantaria. Dois dias depois, embarcou no porto de Lisboa em direção ao Rio de Janeiro. No Brasil, atuou como substituto do governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, além de estar à frente da expedição ao Rio Grande e do governo da capitania da Ilha de Santa Catarina. faleceu em 14 de novembro de 1760, em Lisboa. Walter F Piazza, *O brigadeiro José da Silva Pais*, estruturador do Brasil meridional, Florianópolis, Editora da UFSC, Rio Grande, Editora da Fundação Universidade do Rio Grande, Florianópolis, FCC Edições, 1988; João Borges Fortes, O brigadeiro José da Silva Pais e a fundação do Rio Grande, In, *Revista do Instituto*

Janeiro, em sua ausência. A 9 de junho de 1736, Gomes Freire passou uma série de instruções ao brigadeiro. Entre elas: tomar posse do território do Rio Grande, ocupando e fortificando a região; defender a Colônia do Sacramento dos constantes assédios espanhóis, sobre cerco desde outubro de 1735 a setembro de 1737²⁰; além da tomada de Montevidéu e fundar uma fortificação em Maldonado. Entretanto, a falta de água e madeira impossibilitou qualquer fundação, restando como única alternativa fortificar o Rio Grande de São Pedro, com o presídio Jesus-Maria-José, em princípio de 1737²¹.

Portanto, a 19 de fevereiro, Silva Pais entrou no canal do Rio Grande. Dava prosseguimento ao processo de ocupação do território meridional. O brigadeiro << trouxe para o Rio Grande 410 pessoas >>²², embarcadas nas galeras *Leão Dourado* e *Bonita*, no bergantim *Bichacadella* e na balandra de *El-Rei*. Fundeavam na margem meridional, ficando em terra, << 254 homens, além de cinco marinheiros, algumas pessoas e escravos >>. Dentre o contingente, contavam: um comissário de Mostras; um tesoureiro da Real Fazenda e seu ajudante; três capitães; três alferes; sete sargentos, 90 soldados infantis do Rio de Janeiro; 56 soldados infantis da Bahia; 37 soldados

Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1933, 3º trimestre, ano XIII, pp. 3-119; Charles Dorenkott, *José da Silva Pais*, The defense and Expansion of Southern Brazil, 1735-1749, University of New Mexico, 1972.

¹⁹ Gomes Freire de Andrade nasceu em 1688. Filho de Bernardino Freire de Andrade e Joana Vicência de Meneses. Na juventude aprendeu línguas clássicas, filosofia e retórica. Foi para Coimbra estudar no Colégio das Artes, sem concluir o curso. Em 1704, durante a Guerra de Sucessão Espanhola, seu pai foi capturado pelas forças franco-espanholas em Portalegre, fez o jovem Gomes Freire deixar Coimbra e entrar para as forças armadas. Adquirindo experiência militar e, ao mesmo tempo, construindo contatos importantes para o seu futuro cargo. Em 1716, quando seu pai faleceu, Gomes Freire já ocupava o posto de capitão de cavalaria. Mais tarde, foi promovido a sargento-mor do regimento de cavalaria de Alcântara, distrito de Lisboa. Até que, em 25 de abril de 1733, recebeu o título de governador e capitão-general do Rio de Janeiro, tomando posse em 26 de julho. Morreu no Rio de Janeiro, em 1º de janeiro de 1763. Mônica da Silva Ribeiro, “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”, a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e centro-sul da América portuguesa (1748-1763), Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2010; Mônica da Silva Ribeiro, “*Razão de Estado*” e Administração, Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748, Niterói, (dissertação de mestrado), Universidade Federal Fluminense, 2006; Hélio Vianna, Bicentenário de Gomes Freire de Andrade, 1º conde de Bobadela, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 258, jan-mar., 1963; Robert Allan White, *Gomes Freire de Andrada*, Life and times of a brazilian colonial governor, 1688-1763, Austin, University of Texas, 1972.

²⁰ Sobre o cerco à Colônia do Sacramento, ver: Paulo César Possamai, O recrutamento militar na América Portuguesa, o esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737), In, *Revista Histórica*, Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2004, n. 151, 2º semestre, pp. 151-180.

²¹ Paulo Possamai, “Montevideo fortificado es otro Gibraltar”: As tentativas dos portugueses em ocupar Montevidéu no século XVIII, *ESTUDIOS HISTORICOS*, CDHRP - Diciembre 2009 - Nº 3; Paulo César Possamai, O recrutamento militar na América Portuguesa, o esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737), In, *Revista Histórica*, Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2004, n. 151, 2º semestre, pp. 151-180, p. 170.

²² Carta do brigadeiro José da Silva Pais ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, Rio Grande de São Pedro, 12 de abril de 1737, *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, Garnier, 1869, tomo XXXII, parte primeira, p. 104.

dragões; 37 soldados artilheiros, além de diversos praças²³. Como lembra Golin, desde a entrada da expedição,

[...] o brigadeiro Silva Pais estruturou a sua estratégia em três movimentos: a) militarmente, fortificar e estabelecer quartéis na margem meridional; b) povoar o novo reduto e região; c) incorporar todo o território para o sul, com limites na serra de São Miguel, aproveitamento o fechamento natural do estreito de Castilhos Pequeno, arroio Chuí e lagoa Mirim. Geopoliticamente, privilegiou a conexão com o Rio da Prata e a defesa contra o estrategema ofensivista espanhol, pois Madri pretendia retomar o enclave da Colônia do Sacramento, apesar das derrotas diplomáticas em arbitramentos internacionais²⁴.

A coroa investiu no povoamento das zonas fronteiriças da América do Sul. A carta do rei D. João V, de 27 de abril de 1737, ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, ordenava que, a cada navio que zarpava das ilhas para aportar no Brasil, cinco casais deveriam ter como destino os presídios da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro²⁵. Um ano depois, em 1738, a Coroa decidiu fortificar a Ilha, sob o comando do brigadeiro José da Silva Pais. Representavam, como lembra Marlon Salomon: << a emergência do espaço como um problema do poder e que vai permitir que se veja na presença constante de embarcações estrangeiras nas costas do Brasil meridional uma ameaça para a segurança e conservação destes domínio >>²⁶.

José da Silva Pais, cinco anos após ocupar o cargo de governador da Capitania de Santa Catarina, requisitou junto à coroa o envio de casais para o povoamento²⁷. A necessidade, segundo o governador, era de aumentar as defesas e ao mesmo tempo de desenvolver a região²⁸. Prontamente, após o pedido do brigadeiro, em 31 de agosto de 1746, D. João V ordenou o transporte de mil famílias para povoarem a Ilha de Santa Catarina e demais regiões da América Meridional. Provenientes, em sua maioria, da

²³ F. I. M. Homem de Melo, Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história da capitania, depois província, de São Pedro do Rio Grande do Sul, *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, Tipografia de Pinheiro, 1879, tomo XLII, parte dois, pp. 115-116.

²⁴ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778, história da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional*, Passo Fundo, Méritos, 2015, v. 3, p. 31.

²⁵ Carta de D. João V ao governador e capitão-general da Capitania de S. Paulo, Lisboa, 27 de abril de 1737, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Editora do Livro, 1978, vol. 98, p. 136.

²⁶ Marlon Salomon, *O saber do espaço*, ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX, Tese de doutoramento – História e Cultura da Universidade de Santa Catarina – Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002, p. 37.

²⁷ Consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa, 11 de março de 1744, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Editora do Livro, 1978, vol. 98, p. 215.

²⁸ Consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa, 30 de março de 1745, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Editora do Livro, 1978, vol. 98, p. 215.

Madeira e dos Açores²⁹. As ilhas, além de algumas regiões portuguesas como o Minho, eram viveiros demográficos e, conseqüentemente, durante o século XVIII, ou boa parte dele, abasteceram a América Meridional com “casais” com o objetivo de povoar e, aos mesmo tempo, defender as regiões fronteiriças meridionais e setentrionais³⁰. Nas Ilhas, foram fixados editais informando que todos os custos e demais despesas seriam desembolsados pela coroa portuguesa. A única exigência era de que os homens não ultrapassassem mais de quarenta anos e as mulheres, trinta. Receberiam, após a chegada, os instrumentos necessários para o trabalho e sustento.

Em 1749, aportavam os primeiros casais no presídio de Jesus-Maria-José, na barra de Rio Grande. Enviados para o porto de Viamão – posteriormente chamado de Porto dos Casais –, Rio Pardo, Santo Antônio e Taquari também foram destinados.

²⁹ O Arquipélago do Açores formado por 9 ilhas: ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Graciosa, Faial, Pico, Flores e Corvo. Com dimensionalidades territoriais distintas. Descoberta por volta de 1419 pelos navegadores portugueses, Gonçalo Zarco e Tristão Vaz Teixeira. Já era conhecida pelos europeus desde meados do século XIV. In, José Manuel Garcia, *Breve história dos descobrimentos e expansão de Portugal*, Lisboa, Editora presença, 1999, p. 26. Foi logo dividida entre donatários, formando capitanias hereditárias, sistema que logo seria implementado no Brasil. Segundo Walter Piazza, três fatores foram preponderantes para o envio de imigrantes açorianos para a Ilha de Santa Catarina: os constantes abalos sísmicos da década de 20 do século XVIII fizeram com que “as populações pleiteavam seu transporte para o Brasil”; o parco desenvolvimento agrícola e como “fator preponderante” e o “excesso populacional”. In, F. Walter Piazza, *Santa Catarina*, sua história, Florianópolis, Ediufsc, Lunardelli, 1982, p. 139-140. Para mais informações sobre a imigração açoriana na Ilha de Santa Catarina consultar: Paulo José Miguel de Brito, *Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina*, Lisboa, Edição da Academia de Ciências de Lisboa, 1829, pp. 23-25; Lucas Alexandre Boiteaux, Açorianos e madeirenses em Santa Catarina, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 0219, 1953; Osvaldo Cabral, Os açorianos, In, *Anais do 1º Congresso de história catarinense, Florianópolis*, Imprensa Oficial do Estado, v. 2, 1950, pp. 503-608; Dante de Laytano, Corografia de Santa Catarina, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 245, out-dez, 1959, pp. 3-187, pp. 158-159; Avelino de Freitas Menezes, A conjuntura dos Açores à data da colonização setencista de Santa Catarina, In, *Anais do Simpósio comemorativo ao cinquentenário do 1º Congresso de Historia Catarinense e 250 anos da presença açoriana em Santa Catarina*, Florianópolis, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1998, pp. 41-52; Artur Boavida Madeira, *População e emigração nos Açores – 1766-1820*, Cascais, Patrimonia, 1999; Avelino de Freitas Menezes, *Os açorianos nas encruzilhadas de Setecentos II – economia*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995; Avelino de Freitas Menezes, *Os açorianos nas encruzilhadas de Setecentos I – poderes e instituições*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993; Walter F. Piazza, *A epopéia açórico-madeirense – 1748-1756*, Florianópolis, Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1992; Walter F Piazza, O Povoamento Açoriano, In, Osvaldo Ferreira de Melo (Coord.), *História Sócio-Cultural de Florianópolis*, Florianópolis, Clube Doze de Agosto-Editora Lunardelli-IHGSC, pp. 53-89, 1991; PRADO JR, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*, colônia, 2ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1953, pp. 40, 83-84, 109, 114, 156, 199; José Damião Rodrigues, Da periferia insular às fronteiras do império: colonos e recrutas dos Açores no povoamento da América, *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 17-43, dez. 2010.

³⁰ Jorge Miguel de Melo Viana Pedreira, *Os homens de negócio da praça de Lisboa – de Pombal ao vintismo (1755-1822)*, diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995; Alberto Vieira, *Portugal y las islas del Atlántico*, Madri, Mapfre, 1992; José Damião Rodrigues, Da periferia insular às fronteiras do império: colonos e recrutas dos Açores no povoamento da América, *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 17-43, dez. 2010, p. 20.

Nessas localidades, formaram as primeiras povoações do atual estado do Rio Grande do Sul³¹.

Em 1739, o brigadeiro José da Silva Pais³² iniciou a construção das fortalezas na Ilha de Santa Catarina. Levou do Rio de Janeiro alguns civis e um grupo de << índios mansos >> para iniciar a construção das cidadelas³³. Vitor Izecksohn lembra que a utilização de << selvagens >> era uma prática comum, até por que << a organização de tropas de flecheiros e de bandos de escravos se constituiria em referência para a segurança do território e de suas elites >>³⁴. A estratégia das autoridades lusitanas era construir três fortificações na parte norte, na ilhota de Anhatomirim. No mesmo ano em que Silva Pais tomou posse, foi iniciada a construção da fortaleza de Santa Cruz (1739); em frente à ilha de Anhatomirim, em Ponta Grossa, no ano seguinte, iniciou a construção da fortaleza de São José de Ponta Grossa (1740); e, no mesmo ano, foi iniciada a construção da fortaleza de Santo Antônio (1740), na Ilha dos Ratores.

O gabinete português considerava a ilha inexpugnável. Com os três pontos fortificados, tanto a coroa como ao governo luso-brasileiro davam sinais de confiança. Além disso, mantinham, aparentemente, um triângulo supostamente intransponível. As limitações de poderio e principalmente de alcance – da fortaleza de Santa Cruz à de

³¹ Mais informações sobre a colonização açoriana no Rio Grande do Sul consultar: Véra Lucia Maciel Barroso (org), *Açorianos no Brasil*, Porto Alegre, EST, 2002; Véra Lucia Maciel Barroso, *Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Est, 1997; Oswaldo Cabral, Os açorianos, In, *Anais do 1º Congresso de história catarinense*, Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, v. 2, 1950, pp. 503-608; João Borges Fortes, *Os casais açorianos*, presença lusa na formação do Rio Grande do Sul, 2ed. Porto Alegre, Martins Fontes, 1978; João Borges Fortes, *Rio Grande de São Pedro (povoamento e conquista)*, Rio de Janeiro, Gráficos Bloch, 1941; Dante Laytano, *Açorianos e alemães no desenvolvimento da colonização e agricultura do RS*, Porto Alegre, Globo, 1948; Dante de Laytano, *Arquipélago dos Açores*, Porto Alegre, Est-editora-ND, 1987; Francisco Riopardense de Macedo, *Açorianos para o sul do Brasil*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, IHGRS, 1998; Ruben Neis, *Porto dos Casais*, Porto Alegre, Metrópole, 1972; Hugo Ramírez, *Açores e Rio Grande do Sul*, *Liames Históricos e Antropológicos*, 500 anos de descobrimento do Brasil, Digitado, 2000; Luiz Henrique Torres, *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63)*, *Biblos*, Rio Grande, 16, 2004, pp. 177-189; Lauro de Brito Vianna, *A Cidade, o Porto e a Barra de São Pedro do Rio Grande do Sul*, Rio Grande, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007; Henrique Oscar Wiedersphan, *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, EST, 1979.

³² O brigadeiro José da Silva Pais tomou posse a 7 de março de 1739 do governo da Capitania de Santa Catarina. Foi o responsável pela construção de três fortalezas na parte norte da ilha e de uma fortaleza na parte sul. Foi destituído em 2 de fevereiro de 1749, quando retornou ao Rio de Janeiro e, posteriormente, para Portugal.

³³ Os civis contratados foram: Manoel Rodrigues de Araújo, Comissário de Mostras; José Inácio de Souto-Maior, Demarcador e Repartidor; Felix Gomes de Figueiredo, Provedor da Fazenda; capitão José Cardoso Ramalho, engenheiro. In, Walter F Piazza. *O Brigadeiro José da Silva Pais*, estruturador do Brasil Meridional, Florianópolis, FURG/UFSC, 1988, p. 128.

³⁴ Vitor Izecksohn, Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros, In, João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa (org), *O Brasil colonial*, volume 3 (ca. 1720-ca.1821), Rio de Janeiro, 2014, pp. 483-522, p. 490.

Ponta Grossa, a distância era de 6 km, a mesma distância tinha a primeira fortaleza com a de Ratonas, sendo esta última 8 km distante de Ponta Grossa –, não foram suficientes para conter os ânimos do governo metropolitano. Com excelente sistema defensivo, possuía todos os requisitos para efetuar a mais exemplar resistência no caso de um ataque por forças estrangeiras, considerava a coroa lusitana. << As fortificações que tenho feito nas três paragens que mandei dizer a V. Mag. me pareciam mais convenientes >>, escreveu o brigadeiro José da Silva Pais³⁵. Claramente, o gabinete português via com otimismo e confiança os trabalhos desenvolvidos na Ilha.

Para Keegan, o sistema defensivo é produto de estados soberanos em busca de afirmação territorial³⁶. Enquanto as estruturas defensivas medievais representavam << a expressão simbólica do poder da nobreza >>, as fortalezas modernas articulavam novas estruturas geométricas. Representavam a feitura concreta e simbólica do domínio lusitano. Ao mesmo tempo, marcavam a eficiente soberania do reino. Vale lembrar que, a partir do século XVII, ocorreu um melhoramento logístico nos sistemas construtivos. Os baluartes metamorfosearam de acordo com a alternância do sistema bélico. A própria arte da guerra, no que diz respeito às fortalezas, sofreu alterações significativas: traçados diferenciados (menos ornamentados); alterações arquitetônicas (desenhos geométricos precisos); eram capazes de neutralizar o avanço tecnológico, principalmente dos canhões³⁷. Andrea Doré, ao falar sobre a presença portuguesa no Oriente, comparou a fortaleza ao navio, visto os dois serem << um espaço de reclusão >>, contudo o baluarte funciona << como um enclave em terra firme, no litoral >>³⁸.

Formado o triângulo defensivo da Baía Norte, o brigadeiro iniciou os trabalhos na Baía Sul. Em 1741, na Ilha de Araçatuba, começou a construção da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Os governos seguintes mantiveram as mesmas defesas sem alterações significativas. Dessa forma, Manuel Escudeiro e José de Melo Manuel trabalharam na manutenção das construções feitas pelo brigadeiro José da Silva Pais.

Oswaldo Rodrigues Cabral, político e um dos grandes pesquisadores da história catarinense, não poupou as edificações do brigadeiro José da Silva Pais ao falar da

³⁵ Walter F Piazza, *O brigadeiro José da Silva Paes*, estruturador do Brasil Meridional, Florianópolis, FURG/UFSC, 1988, p. 132.

³⁶ John Keegan, *Uma história da guerra*, Trad. Pedro Maia Soares, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 157.

³⁷ Rui Bebiano, *A pena de morte*, escrita da guerra em Portugal e na Europa (séc. XVI-XVIII), Coimbra, Edições Minerva, 2000, p. 370.

³⁸ A. C Dore, A fortaleza e o navio, espaços de reclusão na Carreira da Índia, *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 9, 2009, p. 91-116.

Fortaleza de Anhatomirim, dizendo ser << a sua construção mal entendida, os seus extraordinários quartéis próximos às baterias, a Casa do Governador, a Capela e a Casa da Pólvora >>, concluindo: << tudo patente aos inimigos, são defeitos bem consideráveis, e que mostram ter sido o construtor mais arquiteto civil que militar >>³⁹. Novos estudos vêm redirecionando os questionamentos. Roberto Toner, arquiteto e um dos responsáveis pelos trabalhos de remodelação das fortalezas da ilha e do empreendimento do *Projeto Fortalezas Multimídia*, trouxe novas visões sobre o sistema defensivo, contrariando a grande maioria que se debruçou nas construções, ressaltando em novos estudos de que as fortalezas não eram tão ineficientes. Toner lembra que as fortalezas da Ilha seguiam o mesmo padrão arquitetônico desenvolvido no resto da Europa. As técnicas de construção desenvolvidas no final do século XVII e início do século XVIII foram as orientações para o brigadeiro Silva Pais. Dessa forma,

[...] as fortificações catarinenses se diferenciam pelo fato de suas construções e praças de armas não estarem enclausuradas, contidas entre altas muralhas, adaptando-se de forma harmoniosa à topografia dos locais onde estão implantadas. Os edifícios sempre dispõem de uma vista privilegiada da paisagem circundante, sendo, portanto, também bastante visíveis do mar. Esta solução, utilizando muralhas baixas, o suficiente apenas para conter os terraplenos, e não para esconder as construções, seria um dos aspectos mais criticados do sistema defensivo projetado por Silva Pais, considerado por seus críticos muito “mais arquiteto que engenheiro militar”. Mas, na realidade, tratava-se de um aperfeiçoamento na maneira de projetar fortificações, onde altas e inexpugnáveis muralhas (herança dos castelos medievais) não eram mais necessárias, em função da evolução da artilharia de longo alcance. Isto faz com que hoje as fortalezas de Santa Catarina, peculiarmente, assemelhem-se muito mais a Resorts voltados a uma exuberante paisagem natural, que a antigas praças de guerra⁴⁰.

Na Europa, a 13 de janeiro de 1750, após muitas negociações, as cortes ibéricas assinaram o Tratado de Madrid. Como representante de d. João V, rei de Portugal, estava Tomás da Silva Teles e, representando o rei Fernando VI, de Espanha, José Carvajal y Lencastre. O Tratado, com argumentos de natureza geográfica, histórica e jurídica, inviabilizava o Tratado de Tordesilhas, dando um formato mais atual a área territorial do Brasil, fundamentado a partir do princípio romano do *uti possidetis* o direito de posse, nas terras ocupadas por portugueses. Em jogo, estava a cedência da

³⁹ Oswaldo Rodrigues Cabral, *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*, Rio de Janeiro, Conselho Federativo de Cultura, 1972, p. 20.

⁴⁰ Roberto Toner, << O sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina – Brasil: criação, abandono e recuperação >>, *1er Seminario Regional de Ciudades Fortificadas*, 6 e 7 de abril de 2005, Montevideo-Uruguay, p. 3.

Colônia do Sacramento, por parte de Portugal em troca dos Sete Povos das Missões, dirigidos por jesuítas espanhóis desde o século XVII⁴¹.

Como previa o tratado, no ano seguinte, foram organizadas duas comissões mistas (portuguesa e espanhola), para operarem na parte Norte e Sul, subdivididas em três tropas ou partidas, responsáveis pela demarcação dos limites em trechos bem definidos. A comissão mista para o Sul, chefiada por Gomes Freire, representando os portugueses e o marquês de Val de Lirios, representando os espanhóis, tinham a missão de fazer o levantamento demarcatório desde Castilhos Grande⁴², na margem atlântica até o rio Jauru, no Paraguai. A comissão mista para o Norte, chefiada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo), do lado português, e D. José Iturriaga, do lado espanhol, deveria fazer o levantamento demarcatório no trecho que vai da confluência dos rios Jauru e Paraguai até a foz do Oiapoque no Atlântico⁴³. Luís Ferrand lembra que as demarcações coincidiram com a ação e presença de << uma geração de notáveis chefes militares e administradores, como Gomes Freire de Andrada, José da Silva Pais, André Ribeiro Coutinho, Antônio Pedro de Vasconcelos >>⁴⁴.

A troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, prevista no tratado, gerou uma luta cruenta entre os índios guaranis missioneiros contra os exércitos conjuntos das cortes ibéricas. Durante a chamada *Guerra Guaranítica* (1753-1756), <<

⁴¹ Luís Ferrand de Almeida, *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 1990, p. 41.

⁴² Atual cidade de Castilhos, na República Oriental do Uruguai.

⁴³ Adelar Heinsfeld, *Brasil/Argentina, a questão de Palmas – de Alexandre de Gusmão a Rio Branco*, Passo Fundo, Méritos, 2007, p. 53.

⁴⁴ Luís Ferrand de Almeida, *Alexandre de Gusmão [...]*, p. 57. Entre a equipe de demarcadores portugueses estava José Custódio de Sá e Faria. Formado na Academia Militar das Fortificações de Portugal, José Custódio especializou-se em arquitetura clássica e fortificação. A envergadura cultural levou a indicação para projetar a tumba do rei D. João V. Aos poucos, Sá e Faria adquiria respeito e consideração da coroa. Em 1750, foi promovido a sargento-mor e designado à Expedição da América Portuguesa integrando a equipe responsável pela demarcação prevista no Tratado de Madrid. Depois de uma pequena parada no Rio de Janeiro, partiu rumo ao Rio Grande, onde recebeu o cargo de governador. Projetou uma matriz fortificada em Viamão – capital da capitania – além de um forte e a matriz em Taquari e Triunfo. Após o fracasso militar no Rio Grande, Sá e Faria retornou à capital do reino para projetar um novo sistema de defesa diante da eminente ameaça causada pela esquadra de Pedro de Cevallos. Em 1777, as preocupações recaíram sobre a Ilha de Santa Catarina, e o brigadeiro foi logo enviado para remodelar e preparar as defesas. Após a capitulação da Ilha seguiu com os castelhanos. Günter Weimer, *As relações arquitetônicas rio-grandenses com o Prata*, In, Evo Clemente, *Integração*, artes, letras e história. Porto Alegre, Edipucrs, 1995, pp. 82-83; Tau Golin, *Quando as fronteiras do Mercosul separavam inimigos*, o exemplo de José Custódio de Sá e Faria, In, Evo Clemente, *Integração [...]*, pp. 132-133; Tau Golin, *A guerra guaranítica*, como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul, Passo Fundo, UPF, 2004.

os Sete Povos seriam destruídos, e os termos do Tratado de Madri não se concretizariam >>.⁴⁵

Em 12 de fevereiro de 1761, D. José I, rei de Portugal, e D. Carlos III, rei da Espanha, anularam o Tratado de Madrid com o Tratado do Pardo. As águas calmas dariam lugar às inundações de conflito. No mesmo ano, secretamente, o rei da Espanha entrou em conluio com o rei da França, Luiz XV, no chamado *Pacto de família*. Essa coligação tinha por objetivo atacar o principal aliado português, a Inglaterra. Este último, em guerra contra a França, ampliou o teatro conflitivo com a Espanha. Em resposta, os espanhóis atacaram as possessões lusitanas no extremo sul da América, dando início a um longo conflito.

É importante lembrar que o presente trabalho tinha como objetivo inicial pesquisar a ação dos militares luso-brasileiros na defesa da Ilha de Santa Catarina durante a conquista castelhana e seus desdobramentos jurídicos após a capitulação de 1777. A ampliação para “capitulações portuguesas” no extremo sul da América abrangendo a conquista castelhana da praça de Colônia do Sacramento, em 1762, da vila do Rio Grande, em 1763, e da Ilha de Santa Catarina e novamente praça de Colônia do Sacramento, em 1777, não alterou o objetivo em tratar das “histórias, julgamentos e punições das autoridades coloniais”, mas ampliou além do marco cronológico a análise do trabalho. Objetivando discutir, em linhas gerais: A pormenorizada relação das autoridades coloniais na defesa das possessões do extremo sul da América portuguesa, entre os anos de 1762-1777; como foram tratadas essas defesas pelas autoridades coloniais; como foram julgadas as devassas e inquéritos em diferentes administrações,

⁴⁵ Tau Golin, *A guerra guaranítica [...]*, p. 31. Mais informações sobre a Guerra Guaranítica pode ser encontrada em: Tau Golin, *A guerra guaranítica, 1753-1756, A coligação colonial ibérica contra os índios missioneiros*, In: Gunter Axt (Org.), *As guerras dos gaúchos*, História dos conflitos do Rio Grande do Sul, 1 ed. Porto Alegre, Nova Prova, 2008, v. 1, p. 44-54; Tau Golin, *A destruição do espaço missionário*, In: Paulo Possamai (Org.), *Gente de guerra e fronteira*, estudos de história militar do RS, 1 ed. Pelotas, UFPel, 2010, v. 1, p. 53-66; Tau Golin, *A expedição*, imaginário artístico na conquista militar dos sete povos jesuíticos e guaranis, Porto Alegre, Sulina, 1997; Tau Golin, *A guerra guaranítica [...]*, 1999; Jaime Cortesão, *Do Tratado de Madri a conquista dos Sete Povos (1750-1802)*, Manuscritos da Coleção Angelis, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1969, v. 7; S. J. Juan de Scandón, *História da transmigração dos Sete Povos Orientais*, São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1983; Moacyr Flores, *Colonialismo e Missões Jesuíticas*, Porto Alegre, Est / Instituto de Cultura Hispânica do Rio Grande do Sul, 1983; Guillermo. S. J. Furlong, *Misiones y sus Pueblos Guaranies*, Buenos Aires, Ediciones Theoria, 1962; Ramón Gutierrez, *As Missões Jesuíticas dos Guaranis*, Rio de Janeiro, Unesco, 1987; Arno Alvarez Kern, *Missões*, uma utopia política, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982; Jorge Couto, *As missões americanas na origem da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios ultramarinos*, In: *A expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses*, 250º aniversário, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

contextos e instâncias, no Rio de Janeiro e em Lisboa; como Luís de Almeida, no cargo de vice-rei, agiu acusando para se defender diante das conquistas castelhanas da Ilha de Santa Catarina e da Colônia do Sacramento, em 1777; as prisões desses militares no Rio de Janeiro e em Lisboa; os Conselhos de Guerra (foro militar) e o Conselho de Justiça realizados em Lisboa.

Por outro lado, é importante lembrar que durante o período estudado há uma grande discussão sobre as fronteiras do extremo sul da América. O conceito de fronteira tão presente e tão atual na historiografia⁴⁶. Não é nossa proposta discutir as questões de fronteira, mas estamos diante de um período onde as “fronteiras” estão sendo delimitadas pelas coroas ibéricas. Estamos diante de grandes tratados que tentaram delinear os espaços fronteiriços, como o Tratado de Madrid (1750), o Tratado do Pardo (1761) - que cancelou o Tratado de Madrid -, o Tratado de Paris (1763) e o Tratado de Santo Ildefonso (1777). Contudo, o que nos interessa são as defesas dos espaços de fronteira - vilas, fortalezas e praças militares, etc. -, pelos comandantes luso-brasileiros durante as conquistas castelhanas, entre 1762 a 1777.

Por outro lado, um dos maiores desafios deste trabalho foi descobrir o destino dos << culpados >> na conquista castelhana da Ilha de Santa Catarina. A historiografia, até o presente momento, deu pouca atenção ao período em que foram mantidos nas prisões do Rio de Janeiro e de Lisboa. Para Adriana Conceição, << quando os militares desembarcaram no Rio [de Janeiro], Lavradio optou por não falar com eles, mandando-os recolher como presos nas diferentes fortalezas da cidade >>⁴⁷. Já para Mossiman << em Lisboa os oficiais foram imediatamente reencaminhados à prisão >>⁴⁸ e para Maria Bernardete Ramos Flores foram remetidos << à real presença da rainha >>⁴⁹.

Dessa forma, o presente trabalho que ora apresentamos foi dividido em duas grandes partes. Na primeira, tratamos das guerras e das capitulações. As conquistas

⁴⁶ Para maiores informações, ver: Francisco Zamora Rodrigues; Javier Luis Álvarez Santos; Alice Cunha; Francisco José Díaz Marcilla (Coord.), *Historia de frontera, frontera con historia*, Lisboa, Coleção CHAM eBooks Debates 2, 2016; Susana Truchuelo; Emir Reitano (Eds.), *Las fronteras en el mundo atlántico (siglo XVI-XIX)*, La Plata, Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2017.

⁴⁷ Adriana Angelita da Conceição, *Sentir, escrever e governar*, A prática epistolar e as cartas de d. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779), Tese de doutoramento em História Social, Universidade de São Paulo, 2011, p. 298.

⁴⁸ João Carlos Mosimann, *Ilha de Santa Catarina, 1777-1778, a invasão espanhola*, Florianópolis, Edição do autor, 2003, p. 104.

⁴⁹ Maria Bernardete Ramos Flores, *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina, 1777*, Florianópolis, Edição da UFSC, 2004, p. 81.

castelhanas das possessões da América do Sul, respectivamente – praça de Colônia do Sacramento (1762), vila do Rio Grande (1763), Ilha de Santa Catarina (1777) e praça de Colônia do Sacramento (1777) – e suas consequências imediatas. Está dividido em cinco capítulos, sendo um deles sobre a reconquista da vila do Rio Grande (1776) pelas forças luso-brasileiras. Enquanto na segunda parte, tratamos dos inquéritos, dos julgamentos e das condenações. Dividido em dois capítulos, sendo o primeiro referente aos responsáveis pela defesa da praça de Colônia do Sacramento e do Continente do Rio Grande, na primeira conquista de Pedro de Cevallos. Por outro lado, um segundo grande capítulo, dividido em três grandes partes, tratando dos oficiais lusitanos encarregados pela defesa da Ilha de Santa Catarina, em 1777 e da Colônia do Sacramento. Conclusivamente, apresentamos as sentenças, punições e, o pedido de perpétuo esquecimento feito pela rainha dos fatos ocorridos na Ilha de Santa Catarina, que acabaram por “privilegiar” alguns réus e familiares na obtenção de cargos, tensas e possessões.

É importante lembrar a expressiva quantidade de fontes primárias e secundárias que serão apresentadas ao longo do trabalho, sendo, algumas delas, inéditas. Entre elas destacamos o *Translado do auto da devassa que por ordem do Ilmo e Exmo Marques do Lavradio vice rei do estado do Brasil procedeo ao Dez. or Bernardo de Salazar Sarmiento Sa Alarcao sobre a invazao dos espanhoez na Ilha Santa Catarina*. Esse manuscrito encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Compõem-se de mais de mil páginas. Com o depoimento de mais de 58 testemunhas que responderam a 26 perguntas. É todo endereçado a avaliar o comando da Ilha por Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Além dessa fonte, utilizamos outros documentos inéditos, intitulados *Papéis vários acerca do marechal de campo, Antonio Carlos Furtado de Mendonça (1777)*, também depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo; *Processo do Conselho de Guerra a que foram sujeitos os oficiais culpados pela entrega da ilha de Santa Catarina aos espanhóis*, existente no Arquivo Militar de Lisboa. Além desses documentos, apresentamos: *Processo e sentença, em Conselho de Guerra, contra o Coronel de Mar Roberto Macdonall* depositado na biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa e, do *Processo do Conselho de Guerra a que foram sujeitos os oficiais culpados pela entrega da ilha de Santa Catarina aos espanhóis*, também do mesmo arquivo. Além de muitos documentos apresentados ao longo o trabalho.

1 A PRIMEIRA CONQUISTA DA PRAÇA DE COLÔNIA DO SACRAMENTO SOB O COMANDO DO GOVERNADOR DE BUENOS AIRES, PEDRO DE CEVALLOS (1762)

Os desdobramentos da Guerra dos Sete Anos na Europa foram determinantes para a evolução das ações castelhanas na América meridional, sob o comando do governador de Buenos Aires, Pedro de Cevallos. Além disso, o envolvimento do Reino de Portugal nos últimos momentos da guerra marca a participação militar das cortes ibéricas no conflito, após a assinatura do Pacto de Família celebrado entre as cortes de Espanha e França, que tinha como principal objetivo neutralizar a influência inglesa na península ibérica e na região platina da América meridional através do contato português. Em determinado momento, ambos os conflitos ocorriam quase em simultâneo.

É certo que, o ano de 1762 marcou um período de excepcionalidade histórica no controle geopolítico da América meridional. As tropas castelhanas, apostando na guerra travada na Europa e no conflito ibérico, avançaram sobre as muralhas da praça militar e mercantil da Colônia do Sacramento. Durante os dezesseis meses de cerco, como estratégia, reforçaram as guardas do bloqueio, apresaram embarcações portuguesas e alforriaram escravos provocando uma grande deserção nas tropas lusitanas. Enquanto isso, o comandante português buscava distrair o inimigo até a chegada do apoio naval do Rio de Janeiro. Entretanto, o apoio não chegou e o comandante capitulou. Após conquistar a praça de Colônia o exército castelhano avançou sobre as possessões mais meridionais, que foi, sem muito esforço, entregue. Consequentemente, os portugueses só recobram o território do Rio Grande treze anos depois sob o comando de João Henrique Boehm.

1.1 O extremo sul da América e as estratégias de Espanha

Enquanto a América portuguesa estava representada por Gomes Freire de Andrada, a América espanhola, à frente das tropas castelhanas, tinha o governador das Províncias do Rio da Prata e da cidade de Buenos Aires, Pedro de Cevallos⁵⁰. Nomeado pelo decreto de 24 de novembro de 1755, no governo de Fernando VI, Cevallos substituiu José de Andonaegui, duramente criticado por não conseguir evacuar os índios dos Sete Povos das Missões, ação que impossibilitou a troca pela praça de Colônia do Sacramento, principal objetivo do Tratado de Madrid (1750).

Num primeiro momento, Cevallos tinha a incumbência de cumprir os pressupostos do Tratado, ou seja, a desocupação das Missões. A 26 de abril zarpu do porto de Cádiz com uma tropa de Linha de mil homens, incluindo o Estado-maior. A expedição contava com os navios *Panteón* (comandado pelo próprio Cevallos), de 519 toneladas; *Begoña*, de 424 toneladas; *Baylón*, de 465 toneladas; além da fragata *Nuestra Señora del Carmen*, de 180 toneladas (substituído depois por *Belén* ou *Imperatriz*); acompanhava ainda um cargueiro, *San Julián*, de aviso. As intempéries dificultaram a travessia. Foram seis meses em alto mar. No Brasil, a frota aportou em diferentes capitanias: *Panteón* fez uma parada na Ilha de Santa Catarina, ficou 52 dias ancorado para reparos e construção de um novo leme (possibilitou a Cevallos conhecer o sistema defensivo na Baía Norte conquistada em 1777); *San Julián* aportou na Bahia, em junho, em consequência do mal tempo; outros três comboios chegaram ao porto de Montevideu a 20 e 22 de agosto. Cevallos só chegou a Montevideu em 28 de agosto. A bordo de uma pequena embarcação foi para Buenos Aires e, às 9 horas da manhã do dia 4 de novembro de 1756, tomou posse do governo no seu cabildo⁵¹.

⁵⁰ Pedro de Cevallos nasceu em Cádiz, a 29 de junho de 1715. Cursou o Real Seminário de Nobles. Foi elevado a coronel do Regimento de Infantaria de Aragón, via decreto imperial de Felipe V, em 1º de dezembro de 1741. Participou nas guerras na Itália. Ganhou o título de brigadeiro de Infantaria a 6 de maio de 1744 e, a marechal-de-campo a 12 de abril de 1747. Fernando VI nomeou tenente-general a 24 de novembro de 1755 e a governador das províncias do Rio da Prata e da cidade de Buenos Aires. Em 1776, foi nomeado vice-rei do Rio da Prata e governador de Buenos Aires. Morreu no dia 26 de dezembro de 1778, seus restos mortais foram depositados na catedral de Córdoba, Villaviciosa, Espanha. Fonte: Henrique Barba, *Don Pedro de Cevallos*, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1988, pp. 29-32; Abeillard Barreto, Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil, In, *História naval brasileira*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, segundo volume, t. II, p. 142; Abeillard Barreto, *Bibliografia sul-riograndense* (A contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul), v. I, A-J, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973, p. 315.

⁵¹ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778*, história da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional, Passo Fundo, Méritos, 2015, v. 3, p. 67; Abeillard Barreto, Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil, In, *História naval brasileira*, Rio de Janeiro, Serviço de

Cevallos tinha em mãos instruções reais, também assinadas pelo ministro Ricardo Wall. A coroa recrudescia ao tenente-general o cumprimento << del tratado que conclui con la Corte de Lisboa >>, referindo-se ao Tratado de Madrid (1750), que previa em um dos seus artigos a troca da praça de Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões. Vale lembrar que essa matéria gerou uma luta cruenta entre os índios missioneiros e as duas coroas ibéricas reunidas. Não por acaso, nas instruções reservadas, o rei fez duras críticas a José de Andonaegui, pela incapacidade administrativa de efetuar a tarefa. Dessa forma, recomendava a Pedro de Cevallos, em sua administração, << q.^e no conduce otro medio, sino el del terror >>⁵². Henrique Barba lembra que o governador de Buenos Aires << estaba autorizado a cambiar, suprimir o agregar cualquier capítulo si con ello creyera servir mejor los intereses del Rey y de su nación >>⁵³.

Após tomar posse do Cabildo, o governador de Buenos Aires, partiu rumo às Missões, estabelecendo seu quartel-general em São Borja. Durante quase três anos, junto das demais autoridades castelhanas montou um plano geopolítico de expulsão dos portugueses. Por outro lado, teceu ardentes conflitos com as autoridades castelhanas e luso-brasileiras. O marquês de Valdelírios, José de Andonaegui, o coronel Eduardo Wall e o governador de Montevideu, José Joaquín Viana, do lado espanhol. Com Gomes Freire de Andrada não foi diferente; acusava o governador e capitão-general do Rio de Janeiro de não cumprir o Tratado de Madrid e, às vésperas de ser anulado, introduzir armamentos bélicos na praça⁵⁴.

Em 1759, Maria Barbara de Bragança e Fernando VI morreram, assumiu o trono, o rei de Nápoles, Carlos III (1759-1788). A anulação do Tratado de Madrid pelo Tratado do Pardo (1761) selava o retorno dos territórios em litígio das duas Américas – portuguesa e espanhola – Colônia do Sacramento e Missões Orientais, aos seus respectivos domínios. Dentro dessa nova fisionomia da coroa ibérica << el gobernador

Documentação Geral da Marinha, 1979, segundo volume, t. II, p. 142; Henrique Barba, *Don Pedro de Cevallos*, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1988, pp. 79-83.

⁵² Instrucción reservada. Buen Retiro, 31/01/1756, *Campaña del Brasil*, Antecedentes coloniales, AGN, t. II, Buenos Aires, Kraft, 1939, pp. 157-163.

⁵³ Henrique Barba, *Don Pedro de Cevallos* [...], p. 79.

⁵⁴ Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil* [...], p. 143.

del Río de la Plata, don Pedro de Cevallos, recibió órdenes terminantes de la Corte de recuperar los territorios ocupados por el Virrey del Brasil y sus tenientes >>⁵⁵.

A 20 de abril de 1759, Gomes Freire de Andrada recolheu-se ao Rio de Janeiro. As demarcações estabelecidas no Tratado de Madrid haviam sido interrompidas pela falta de comissários espanhóis. Depois de passar 7 anos e 2 meses em trabalhos de limites – sendo 14 meses na praça de Colônia em contato direto com as autoridades castelhanas do Prata – e receber o título de conde de Bobadela pelo empenho na demarcação, Gomes Freire singrou para o Rio de Janeiro e, em seu lugar, deixou o coronel José Custódio de Sá e Faria com a incumbência de finalizar o primeiro trecho da demarcação, acompanhado de João Echeverria, representante de Valdelírios⁵⁶.

Ainda em São Borja, a 15 de setembro de 1759, o governador de Buenos Aires, escreveu ao ministro Arriaga, detalhando o poder defensivo do exército lusitano na Colônia do Sacramento e propondo um plano estratégico de ocupação da praça, Rio de Janeiro e Ilha de Santa Catarina. Segundo Cevallos, a guarnição da praça de Colônia consistia em: um Regimento de Infantaria composto de 12 companhias, incluindo de Granadeiros – cada uma com 50 homens –, a companhia dos Dragões – com 40 homens – e a milícia, que possuía mais ou menos 600 homens. As provisões eram abundantes: 4.800 cabeças de gado, reduzidas em charque. A praça estava fortificada, segundo as informações que havia colhido, de 9 baterias com 112 canhões, a grande maioria de 24 calibres. Além de um grande número de cavalos. Quanto ao plano ofensivo, nos três principais pontos do Brasil, o governador de Buenos Aires julgava necessário o apoio militar da França, chamada por ele de potência amiga. O plano era invadir a praça e o Rio Grande, enquanto os franceses tomariam o Rio de Janeiro. O governador, que tinha aportado na Ilha de Santa Catarina antes de desembarcar para ocupar a posse do Cabildo, lembrava a importância da Ilha para o comércio da região Sul.

En el supuesto de que el Rey no quiera apoderarse del Janeiro, por no divertir en tan remotas distancias sus fuerzas, cuando Juzgo que para asegurar la rendición de aquella Plaza, sería necesario hacer un desembarco de siete, u ocho mil hombres, se pudiera convenir que la Potencia Amiga se encargase de esta empresa, y nosotros la de atacar todas las posesiones que tienen los Portugueses, desde la Isla de Santa Catarina inclusive hacia el Sur

⁵⁵ Luis M. Moris, *Cronica sinóptica de la Nova Colonia do Sacramento*, In, *300 años de Colonia*, Ciclo comemorativo, Grupo de Estudios y reconocimiento geográfico del Uruguay, Universidad de la Republica, s/d, p. 64.

⁵⁶ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*, v. 1, Porto Alegre, Globo, 1937, pp. 373-375.

comenzando esta Conquista por la Colonia, y continuando sucesivamente hasta la misma Isla, en donde tienen tres Castillos fortificados, con la Tropa, y todo lo necesario para hacer una buena defensa. Para esta expedición creo ser suficientes las fuerzas que he pedido, en caso de ser atacados los Portugueses por el Janeiro, solo será necesario añadir algunos Navíos en mayor, o menor número, según las noticias que en esta Corte se tuvieren de los auxilios que les diere alguna Potencia.

A esta incomparable utilidad se acrecería la de tener en el Puerto de Santa Catarina una escala mui apreciable, no solo para la navegación de Buenos Aires, sino mucho más para la de la Mar del Sur, y la esencia de quedar con aquel Puerto, y fortificados los del Rio de la Plata, cerrada enteramente la Puerta principal, y acaso única, por donde pueden peligrar estos bastos Dominios de S. M., siendo objeto poco menos que imposible el de invadirlos con progreso considerable, y permanente, por las Costas de la Mar del Sur, fuera de que se cortaba la extracción de las Riquezas de Potosí, y otras Minas de este Reyno, y se pudiera establecer mejor en Buenos Aires un Comercio ventajoso al Rey, y a sus Vasallos⁵⁷.

Realmente, o projeto ofensivo do governador de Buenos Aires, secundava com o plano francês de conquistar o Rio de Janeiro, formando um vice-reinado no Brasil, após as perdas territoriais para os ingleses na América do Norte e no Caribe. A principal intenção de Luís XV era conseguir influenciar nas negociações de paz da Guerra dos Sete Anos. Entretanto, o propósito francês foi cancelado após o Tratado de Paris, assinado a 10 de fevereiro de 1763⁵⁸.

A 5 de novembro de 1759, Cevallos recebia a notícia da morte do rei, Fernando VI, ocorrida a 10 de agosto, dos punhos do conde de Bobadela⁵⁹. Um mês depois, o governador de Buenos Aires respondeu consternado << con universal sentimiento de todo el Reyno, por haber perdido un Monarca de tan sublimes virtudes, que le avían hecho justo acreedor al más tierno amor de sus vasallos >>. Em contrapartida, felicita a ascensão de Carlos III, exaltando suas qualidades militares: << cuya R. persona adornan á competencia las más heroicas virtudes, y entre ellas una gran comprensión del arte militar, como lo acreditan los gloriosos triunfos >>, concluía ele⁶⁰.

Dois dias depois de responder ao conde de Bobadela, Cevallos escreveu ao ministro Julian Arriaga, queixando-se das incursões realizadas pelo capitão Francisco Pinto Bandeira⁶¹. A informação havia sido dada pelo tenente-coronel Eduardo Wall e,

⁵⁷ Cevallos a Arriaga, São Borja, 15/09/1759, *Campaña del Brasil*, Antecedentes coloniales, AGN, t. II, Buenos Aires, Kraft, 1939, pp. 422-427, p. 425.

⁵⁸ Maria Fernanda Bicalho; Vasco Mariz, A grande ameaça de Luís XV, a abortada expedição do conde D'Estaing contra o Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 170, n. 444, pp. 13-440, jul./set. 2009, pp. 103-127, p. 105.

⁵⁹ Conde de Bobadela a Cevallos, Rio de Janeiro, 5/11/1759, *Campaña del Brasil [...]*, t. 2, pp. 427-428.

⁶⁰ Cevallos a Bobadela, São Borja, 7/12/1759, *Campaña del Brasil [...]*, t. 2, p. 428.

⁶¹ Cevallos a Arriaga, São Borja, 9/12/1759, *Campaña del Brasil [...]*, t. 2, pp. 430-432. Francisco Pinto Bandeira (1701-1771), um dos pioneiros de Viamão, nasceu na vila de Laguna. Capitão de dragões era

posteriormente, o governador de Buenos Aires reclamou ao coronel Tomás Luís Osório. A 22 de novembro, Eduardo Wall noticiou que uma partida sob seu comando tinha encontrado um destacamento de tropas portuguesas – entre dragões, peões e índios – comandados por Francisco Pinto Bandeira << que venía a coger ganado en la Estancia del Pueblo de San Miguel >>. Na correspondência endereçada a Tomás Luís Osório, Cevallos condena a ação de Pinto Bandeira e lembra as consequências dessas ações:

Habiéndose verificado con la marcha del expresado destacamento de cien hombres a cargo del capitán Pinto Bandera, internándose en los dominios de España, sin haber precedido para ello permiso mío, ni habérmelo pedido V. S. ni aun antiparme una leve noticia de que lo despachaba, no puedo menos de expresarle, que este modo de proceder, tan irregular, parece da a entender que V. S. solicita con cuidado la ocasión de alguna quiebra de mui malas consecuencias entre las coronas, contra todo lo que se ha practicado, y practica de nuestra parte, para conservar la mejor armonía, en cuyo concepto me confirman las noticias ciertas que tengo, de que han salido, y salen frecuentemente de ese paraje, y sus inmediaciones a las estancias de estos pueblos, portugueses, desertores españoles, e indios, a hacer correrías y matanzas de ganado, cuya Grasa, y sebo, venden ay públicamente, valiéndose los seductores de su tropa de este lucroso incentivo para inducir a la deserción a los de la Española⁶².

A 28 de dezembro, após receber a notícia de uma fragata de 33 canhões recém desembarcada no porto do Rio de Janeiro, Cevallos receava que seu destino com outras três fosse o Rio da Prata. Nessa conjuntura, pedia ao ministro Arriaga o envio de petrechos e munições⁶³.

Na margem oposta, Gomes Freire pretendia montar uma defesa avançada com homens de sua inteira confiança. O plano era simples, fechar a angustura de Castilhos

pai de Rafael Pinto Bandeira e filho de José Pinto Bandeira e Catarina de Brito. José era um português, natural de Valongo, bispado do Porto, que chegou ao Brasil por volta de 1696. Considerado um dos primeiros moradores da vila catarinense, era dono de uma estância na região de Mampituba. Já Catarina, (faleceu em 1715) era filha do primeiro capitão mor de Laguna, Francisco Brito Peixoto com uma índia carijó. Fábio Kuhn lembra que << constituição da família Pinto Bandeira no Continente [do Rio Grande de São Pedro] ocorreu somente em 1738, quando Francisco se casou com Clara Maria de Oliveira, filha de Antônio de Souza Fernando, natural do Valongo e um dos pioneiros povoadores da Colônia de Sacramento >>. Desse casamento Rafael Pinto Bandeira era o primogênito. Informações biográficas sobre Francisco, José e Rafael Pinto Bandeira estão em Augusto da Silva, Rafael Pinto Bandeira, De Bandoleiro a Governador, Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História-UFRGS, (Dissertação de Mestrado), 1999; Tiago Luís Gil, Infiéis Transgressores, os contrabandistas da fronteira (1760-1810), Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História/UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2003. Também citadas em Fábio Kuhn, *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*, Tese (Doutorado em História) Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 208.

⁶² Cevallos a Tomás Osório, São Borja, 2/12/1759, *Campaña del Brasil [...]*, t. 2, pp. 429-430, p. 429.

⁶³ Cevallos a Arriaga, São Borja, 28/12/1759, *Campaña del Brasil [...]*, t. 2, pp. 432-433.

por trincheira pelo Chuí e Forte de São Miguel. A execução do projeto defensivo estava a cargo do coronel Tomás Luís Osório⁶⁴, homem de confiança do conde de Bobadela.

Por outro lado, administrava a praça de Colônia do Sacramento o governador lusitano Vicente Fonseca. Este substituíra Luís Garcia Bivar, após o seu falecimento. Vicente era irmão de Silvestre da Silva de Alcobaça, que fazia parte do Regimento que fora de Mathias Coelho de Souza. Mônica Ribeiro lembra que a nomeação e a importância de Vicente Fonseca na política de Gomes Freire fizeram com que seu filho, Pedro da Silva Fonseca também ingressasse nas << redes estabelecidas nesse momento >>, consequentemente obtivesse vantagens para sua carreira. A 23 de agosto de 1759, ou seja, no mesmo dia em que seu pai foi nomeado governador da praça de Colônia do Sacramento, Pedro, que era tenente, foi promovido para o posto de capitão-de-infantaria⁶⁵.

A 14 de fevereiro de 1760, Vicente Fonseca zarpou do Rio de Janeiro para substituir Luis Garcia Bivar no governo da praça de Colônia do Sacramento. As instruções dadas por Gomes Freire eram para manter a harmonia com os castelhanos no Prata, praticadas pelos administradores, Antônio Pedro e o próprio Bivar. Nesse ínterim, lembra que o governador << não terá a guarnição daquela praça, nem os seus moradores, outro socorro para subsistirem que o que lhes for mandado desta cidade >>. Prevendo o imbróglio, conclui: << Queira Deus eu me engane, e faça aquele oficial o seu governo com tanto acerto e felicidade como lhe eu desejo >>, acrescenta e finaliza

⁶⁴ De descendência espanhola, segundo o seu congener, Fernando Osório, o coronel chegou ao Brasil no século XVIII em companhia de seu tio o coronel Diogo Osório Cardoso, quando esse recebeu o cargo de governador da capitania de São Pedro das mãos do coronel André Ribeiro Coutinho. Natural de Cartaxo, era filho de Francisco da Fonseca Osório e Anna Maria Perestrello. Casou-se com Francisca Joaquina de Almeida Castello Branco, filha de José Rolão Pimentel e Josepha Thereza da Silva Castello Branco. Militar de carreira, Tomás Luis Osório serviu no posto de capitão-de-dragões no Rio Grande de São Pedro de 3 de maio de 1737 até 24 de dezembro de 1749, e logo depois foi promovido a sargento-mor do mesmo Regimento por patente de 13 de setembro de 1750. Com o falecimento do coronel Diogo Osório Cardoso, Tomás Luís Osório ocupou seu posto, carta patente de 30 de janeiro de 1756. Como comandante dos dragões do Rio Grande, o coronel Tomás Osório participou da Guerra Guaranítica; acompanhou Gomes Freire nas demarcações; e na batalha de Caiboaté, um dos encontros mais sangrentos e violentos, sofreu três ferimentos de flecha, dois no braço direito e um nas costas. Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul*, In: *Anais do simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande*, 1763-1777, Rio de Janeiro, IHGB, IGHMB, 1979, v.4, p. 49; Fernando Luis Osório, *Sangue e Alma do Rio Grande*, Porto Alegre, LG, 1937, p. 78; Registro Geral de Mercês, D. José I, ANTT, Livro 3, F. 77; Diario del capitán D. Francisco Graell en la expedición contra los Siete Pueblos rebeldes de la Banda Oriental del Uruguay (1755-1756), In: marqués de la Fuensanta del Valle, *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España*, Madrid, Imprenta José Perales y Martínez, 1892, t. CIV, pp. 450-484, p. 465.

⁶⁵ Mônica da Silva Ribeiro, “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”, *a administração de Gomes Freire de Andrada*, Rio de Janeiro e centro-sul da América portuguesa (1748-1763), Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2010, p. 219.

Bobadela, lembrando da importância da feitoria, dizendo: << e tão importante é ao real serviço e conservação da mesma praça >>⁶⁶.

A década de 60 foi decisiva para o plano de ocupação da praça pelos espanhóis. O governador de Buenos Aires fez uma série de observações militares no teatro de guerra. Por outro lado, a partir dos mapas, o administrador lusitano passou a desenvolver sua estratégia defensiva e ofensiva. A 25 de março de 1760, logo após receber a administração da praça de Colônia do Sacramento, Vicente da Silva Fonseca fez um mapa das embarcações. Menos de um mês depois, o governador de Buenos Aires enviou uma carta ao ministro Arriaga contendo diversas observações militares da praça, as informações iam desde movimentos de embarcações, quantidade de tropas, armamentos, munições e apetrechos de guerra. A 20 de abril, << o mapa geral das munições >> deixava clara a existência de 96 peças montadas e 18 desmontadas, num total de 114 entre ferro e bronze, entretanto somente seis eram de calibre 24 e uma de calibre 28⁶⁷. Para Cevallos, as autoridades portuguesas tinham dois objetivos principais com a movimentação de tropas e armas: socorrer Colônia, no caso de ser atacada, ou conquistar Maldonado.

Este modo de situar sus Tropas indica que tienen la mira en dos objetos, el uno de estar en proporción de socorrer a la Plaza de la Colonia en caso de ser atacada, y el otro en apoderarse del Puerto de Maldonado, o ayudados de los Ingleses con alguna Escuadra, o por si solos, como lo pueden intentar con mucha probabilidad de conseguirlo, respecto de que las fuerzas que actualmente tenemos están mui divididas, y la mayor parte en la gran distancia de estas Misiones. Y recelo mucho ejecuten lo segundo, si acaso llegan a penetrar, que nuestra Corte quiera tomar alguna satisfacción y no me llegan las ordenes de S. M. con bastante anticipación para poder marchar con la Tropa, y situarla con tiempo en los parajes convenientes para oponerse y desbaratar sus ideas⁶⁸.

A 24 de junho de 1760, Cevallos recebeu a notícia da anulação do Tratado de Madrid, posteriormente foi reforçado pelo ministro Ricardo Wall. Dois meses depois, a 9 de setembro, o governador e capitão-general do Rio de Janeiro tornava o Rio Grande de São Pedro um governo independente. Autônomo da capitania de Santa Catarina. Como governador foi eleito Inácio Elói de Madureira, através da carta-petente de 9 de

⁶⁶ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777) [...]*, p. 376.

⁶⁷ Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...]*, pp. 145-146.

⁶⁸ Cevallos a Arriaga, São Borja, 15/09/1759, *Campaña del Brasil [...]*, t. 2, pp. 422-427, p. 423.

setembro de 1760⁶⁹. Substituindo o tenente-coronel Pascoal de Azevedo, Madureira assumiu a 17 de janeiro de 1761 e devia exercer o cargo por três anos⁷⁰. Antes disso, na década anterior, tinha sido governador da praça de Santos, sendo indicado pelo próprio Gomes Freire de Andrada⁷¹. Assim como Tomás Luís Osório e Vicente da Silva Fonseca, fazia parte da << rede governativa >>, formada pelo governador e capitão-general do Rio de Janeiro durante a sua administração na América Meridional, definida por Maria de Fátima Gouvêa como:

[...] uma noção de rede governativa entendida como uma articulação estratégica de indivíduos no âmbito da administração. Essa articulação era o resultado, em grande parte, da combinação das trajetórias administrativas dos indivíduos conectados pelo meio da rede e das jurisdições estabelecidas pelos regimentos dos cargos que eles iam pregressivamente ocupando. Essas prescrições instituíam determinados padrões de recrutamento e de remuneração no âmbito da administração no império português. Essa rede – tanto em termos dos indivíduos que a compunham – tinha como base valores e comportamentos compartilhados por seus membros, e também o horizonte de alcançar determinados objetivos – comuns e/ou individuais⁷².

Estrategicamente, os espanhóis arquitetaram um plano de invasão na praça mercantil e militar. O plano era conquistar de vez a praça de Colônia do Sacramento, acabando com a centenária e cruenta luta pela embocadura do Rio da Prata. O plano previa, ainda, a expulsão da soldadesca luso-brasileira na região mais meridional e a conquista da Ilha de Santa Catarina. Cristalizando o sonho espanhol de recobrar o território traçado no Tratado de Tordesilhas (1494).

Nesse momento, a praça de Colônia do Sacramento dependia não apenas do frequente contrabando realizado no Prata⁷³, mas de produtos produzidos nas Ilhas próximas à praça, também ocupadas pelas forças luso-brasileiras – Martim Garcia e

⁶⁹ Tenente-coronel José dos Santos Viegas, Governo da província, *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico da Província de São Pedro*, ano I, agosto, n. I, v. I, Porto Alegre, Empresa Typographica do Conciliador, 1860, pp. 19-27, p. 20.

⁷⁰ Riograndino da Costa e Silva, *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Editora Globo, 1968, p. 179.

⁷¹ Mônica da Silva Ribeiro, “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*” [...], p. 216.

⁷² Maria de Fátima Gouvêa, Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730, In, João Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa (Orgs), *Na trama das redes*, política e negócios no império português, século XVI-XVIII, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, pp. 155-202, p. 179.

⁷³ Marchena lembra que em 1761 a frota portuguesa entrou em Lisboa com mais de quatro milhões de cruzados de prata provenientes da Colônia. Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata. Las repercusiones atlânticas de las guerras entre las coronas españolas y portuguesas en la Edad Moderna*. In, Emir Reitano; Cesar Possamai (coordenadores) *Hombres, poder y conflicto: Estudios sobre la frontera colonial sudamerica y su crisis*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (Estudios-Investigaciones; 55), 2015, pp. 12-116, p. 50.

Duas Irmãs –, que eram constantemente reivindicadas por Cevallos. Eram consideradas por ele propriedades do rei católico. Da Ilha de Duas Irmãs eram tiradas lenhas para o abastecimento da praça. Com o intento de intimidar e reduzir os recursos materiais e de suprimentos da possessão lusitana, o governador de Buenos Aires ordenou o apresamento de duas embarcações de abastecimento – *Santa Teresa* e *Falua Nova* – que foram facilmente rendidas, carregadas de lenha com destino à Colônia, em 28 de setembro de 1760. Era o primeiro passo para o cerco⁷⁴.

No ano seguinte, a 28 de janeiro de 1761, o estado-maior castelhano tomou novas providências. O governador avisou o ministro Arriaga da intenção de viajar a Buenos Aires ao campo do bloqueio⁷⁵. Dois dias depois, deu ordem ao capitão Francisco Gorriti para viajar até a vila do Rio Grande para entregar uma carta ao comandante lusitano com o aviso para desocupar as terras espanholas e restituir os índios que a política de Gomes Freire havia facilitado a passagem para o lado português⁷⁶.

É importante lembrar que, o campo de bloqueio foi muito utilizado pelas tropas castelhanas chefiadas por Pedro de Cevallos. Francisco Millau, na sua *Descripción del río de la Plata*, de 1772, descreve a existência de uma forte paliçada, formando um cordão de isolamento de uma praia a outra, guarnecida com tropas de Buenos Aires, que confinava os portugueses na península ocupada da Colônia do Sacramento⁷⁷. Por outro lado, ao contrário, o campo de bloqueio espanhol contribuiu para o aumento do contrabando entre portugueses e espanhóis. Como impedia a produção agrícola e pecuária, os habitantes da praça passavam a buscar os gêneros alimentícios em Buenos Aires. A procura justificava-se pelas embarcações portuguesas no porto, que na maioria das vezes, transportava mercadorias de contrabando. Para facilitar a entrada era frequente a passagem de suprimentos e contrabando através da guarnição responsável pela manutenção do campo do bloqueio⁷⁸.

⁷⁴ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777) [...]*, p. 376.

⁷⁵ Cevallos a Arriaga, São Borja, 28/01/1759, *Campaña del Brasil [...]*, t. 2, p. 438.

⁷⁶ Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...]*, p. 149.

⁷⁷ Paulo César Possamai, *De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777, TOPOI*, v. 11, n. 21, jul.-dez, 2010, pp. 23-36, p. 31.

⁷⁸ Paulo César Possamai, *La llave de plata del Brasil. El Río de La Plata como frontera sur de la América portuguesa*, In: Truchuelo, S y Reitano, E. (Eds). (2017). *Las fronteras en el mundo atlántico (siglos XVI-XIX)*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. pp. 389-426, p. 417.

Por outro lado, estabelecido o quartel-general em São Borja, Cevallos entabulava novas tratativas de guerra. Sem perda de tempo, a 30 de janeiro de 1761, enviou uma intimação ao governador da praça de Colônia do Sacramento, Vicente da Silva Fonseca, dizendo que o tratado de 1750 estava desfeito e << debiendo por consiguiente volver todas las cosas al estado que debían tener antes de él >>, conseqüentemente, o governador tinha a incumbência de mandar << a los Vasallos de S. M. que se hallan en las Islas de Martin García, y las dos Hermanas las desocupen luego >>⁷⁹. O governador da cidadela habilidosamente conseguiu fugir da provocação de Cevallos. A 22 de fevereiro, após receber a correspondência do governador de Buenos Aires das mãos do comandante do campo do bloqueio, Francisco de Graell, argutamente, Vicente redarguiu negando ter recebido qualquer prerrogativa da coroa lusitana. Respondeu ele, dizendo:

Ao referido sou obrigado a responder a V. E. que há notícia de estar desfeito o tratado de limites contraído entre os dois respectivos Soberanos e V. E. que me participa, pois nem do Rei meu amo, e menos de meu general tenho notícia alguma sobre está matéria. E pelo que respeita a mandar eu que os vassallos do Rei meu amo que ocupam as Ilhas de Martin Garcia, e duas Irmãs as evacuem, me não é possível assim fazê-lo por me faltarem as ordens para em virtude delas poder inovar coisa alguma neste governo contra o que nele achei estabelecido, o que favorece dizer-me V. E. tivera ordem de S. C. p.^a tornarem as coisas ao estado em que se achavam antes do tratado concluído no ano de cinquenta⁸⁰.

Realmente, o governador não estava tão errado, pois o próprio Gomes Freire só seria informado da anulação do tratado dois dias depois⁸¹.

Preparado para a ofensiva, o comando maior do exército castelhano organizou a ofensiva. A 30 de janeiro, após deixar uma tropa nas Missões, o governador marchou para Buenos Aires onde reuniu << un efectivo de más de 1.000 hombres, cuyo mayor número lo constituían milicias de Buenos Aires, Santa Fe, Montevideo, Luján y Cañada de la Cruz, intercalada entre los veteranos >>⁸². Em março – tropas, cavalhadas, carretas e bois –, avançaram para as proximidades do campo de bloqueio. Em finais de abril, chegaram ao campo de Las Vacas, onde montaram um acantonamento temporário⁸³. Em

⁷⁹ Cevallos a Vicente da Fonseca, São Borja, 30/01/1761, *Campaña del Brasil [...]*, t. 2, p. 440.

⁸⁰ Vicente da Fonseca a Cevallos, Colônia do Sacramento, 22/02/1761, *Campaña del Brasil [...]*, t. 2, p. 441.

⁸¹ Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...]*, p. 149.

⁸² Walter Rela, *Alabanza a Don Pedro de Cevallos, Por sua feliz expedición al Plata, 1776-77*, Montevideo, Universidad Católica del Uruguay, 1991, p. XI.

⁸³ Cevallos a Arriaga, Campo de las Vacas, 16/06/1761, *Campaña del Brasil [...]*, t. 2, p. 450.

sua estratégia, estabeleceu pontos de observação. Acampando no quartel-militar provisório, reagrupou a soldadesca disponível para a empresa e observou, a pouca distância, os movimentos da cidadela em poder luso-brasileiro, os quais eram, mesmo à distância, duramente vigiados. Do outro lado, Vicente Fonseca organizava as guarnições: soldados em terra movimentavam-se, embarcações ladeavam a costa, a fim de prevenir de um ataque castelhano.

Acampado no campo de Las Vacas, o governador castelhano noticiou ao ministro Arriaga os desdobramentos e a falta de harmonia com as autoridades lusitanas. Disse ao ministro que o governador da praça de Colônia do Sacramento, Vicente Fonseca, negava-se a evacuar as tropas das Ilhas de Martin Garcia e Duas Irmãs; assim como o coronel Osório recusava-se retirar as tropas de Rio Pardo e do Jacuí. Ainda, na correspondência de 28 de maio de 1761, lança uma crítica a Bobadela, dizendo: << afectado silencio del Conde de Bobadela, quien al cabo de cuatro meses y medio que le escribí reconviniéndole sobre estos asuntos, todavía no me ha respondido >>⁸⁴.

A 6 de junho de 1761, definitivamente, as tropas castelhanas iniciaram o bloqueio da praça. O governador de Buenos Aires, com uma tropa considerável formou uma linha de comunicação desde o arroio das Viboras, reforçando as tropas do bloqueio com 200 dragões e 200 infantes, cobertos com três fortins de artilharia. O principal objetivo castelhano era privar os portugueses do pouco gado que pastoreavam e cercar o fornecimento de carne e lenha, únicos produtos comprados dos espanhóis. Para isso, Cevallos punia com severidade os comerciantes que descumprissem a sua ordem de não comercializar produtos com os luso-brasileiros, punindo-os com pena de morte⁸⁵.

Uma das grandes estratégias desenvolvidas pelo estado maior castelhano durante a investida a Colônia do Sacramento foi desenvolver um cerco para limitar o espaço de movimentação das tropas luso-brasileiras. Durante o assédio, nos dezesseis meses de cerco, o governador de Buenos Aires: alforriou escravos provocando a deserção da população; privou a comunicação marítima da praça com o Rio de Janeiro, além de recursos apressou embarcações lusitanas que buscavam madeira e víveres das Ilhas de Martin Garcia e Duas Irmãs, apresamento de embarcações de pesca; ordenou o levantamento das baterias e trincheiras em frente dos baluartes amuralhados reforçou as guardas do bloqueio com muitos soldados.

⁸⁴ Cevallos a Arriaga, Campo de las Vacas, 28/05/1761, *Campaña del Brasil [...]*, t. 2, pp. 445-447.

⁸⁵ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777) [...]*, p. 377.

Por outro lado, Cevallos a frente das tropas castelhanas, sabia que precisava observar o inimigo antes de qualquer ofensiva militar, caso contrário a campanha redundaria em fracasso. Projetava um ataque. Do acampamento, o governador castelhano lançou uma campanha de observação, na qual determinou o número de embarcações inimigas existentes. A inteligência castelhana movia-se com rapidez. Segundo as informações colhidas, a soldadesca luso-brasileira possuía embarcações bem armadas e bem artilhadas, no total guarneciam a costa 13 embarcações, além de corvetas e sumacas. A 15 de junho de 1761, ao informar o ministro Arriaga o contingente de forças luso-brasileiras no Rio da Prata, Cevallos preocupava-se que os navios podiam cortar a comunicação com a Espanha e com Buenos Aires. Em suas palavras declarou:

[...] los han hecho tan considerables por agua, que si no viene de allá algún refuerzo, se pueden hacer dueños de la navegación del Rio de la Plata, y cortar nuestra comunicación no solo con esos Reinos, sino también la de esta banda septentrional con la opuesta de Buenos Aires, porque tienen actualmente bien armadas trece embarcaciones propias para este Rio y entre ellas seis Paquebotes de los cuales han venido del Janeiro tres sucesivamente estos días, de más de algunas Zumacas de las que se sirven para su comercio que cuando quisiesen las pueden armar, respecto de estar abundantemente provistos de Artillería, municiones, y demás pertrechos, al paso que nosotros estamos tan exhaustos de todo esto, como lo tengo participado á V. E. en mis antecedentes, en vista de los cuales me lisonjeó habrá resuelto S. M. enviar este socorro tan necesario en todos tiempos, y mucho más en el presente, cuyas circunstancias no me permiten ahora por no aventurar el servicio de S. M. reducir esta Tropa al pie de la antigua dotación del Presidio de Buenos Aires, hasta que S. M. enterado del estado de las cosas de por acá se digne resolver lo que fuere de su real agrado⁸⁶.

A 22 de julho, Cevallos voltou a exigir de Vicente Fonseca a evacuação das Ilhas de Martim Garcia e Duas Irmãs, que segundo ele: << pertenecen a los dominios del Rey >> de Espanha. Entretanto, segundo o governador de Buenos Aires, as autoridades luso-brasileiras mantêm nas citadas Ilhas << muchas embarcaciones de guerra con crecido número de tropas, artillería, y demás pertrechos >>, que nada mais fazem que << fomentar de todos modos el comercio ilícito contra lo estipulado en el tratado de Utrecht, propasándose hasta el exceso de protegerlo con embarcaciones

⁸⁶ Cevallos a Julian Arriaga, Campo de las Vacas, 16/06/1761, *Campaña del Brasil* [...], t. 2, pp. 452-453.

armadas que con el pretexto de conducir leña están en la realidad destinadas para esto >>⁸⁷.

Do Campo de las Vacas, a 3 de agosto, Cevallos noticiou ao ministro Arriaga a imobilidade das tropas luso-brasileiras no extremo sul da América. << En el Jacuí, Rio Pardo, y sus cercanías se mantiene el Coronel D.n Tomas Luis Osorio con la misma Tropa que tenía antes de mi retirada de Misiones, sin más novedad que la de haber multiplicado Guardias, y cuantas precauciones ha podido para embarazar que vuelvan a sus Pueblos los Indios >>⁸⁸.

Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, os ânimos fervilhavam. O Pacto de Família, assinado em 15 de agosto de 1761, formava uma coalisão entre a dinastia borbônica, assumindo entre elas um inimigo comum. A aliança franco-espanhola com a participação de Nápoles e Parma, além de forjar os acontecimentos no extremo sul da América, forçou a coroa portuguesa a estreitar ainda mais as relações com os ingleses, mesmo com toda a renitência de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras. Foi uma tentativa de cooperação com os ingleses no Prata e em seu território. É certo que a praça de Colônia do Sacramento e da vila do Rio Grande estavam diretamente envolvidas na conjuntura europeia e que a Guerra dos Sete Anos envolveu não apenas as potências europeias, mas também suas colônias.

Quatro meses após assinar o Pacto de Família, tomado o conhecimento da fraqueza bélica no extremo sul da América, a coroa borbônica aumentou o envio de tropas e armas. A 8 de dezembro de 1761, do porto de Cádiz, zarparam a fragata de guerra *Victoria* e o navio de registro *Torero*, com outras embarcações, levando soldados, munições e canhões de vários calibres. A coroa espanhola aprovava o bloqueio realizado pelas tropas castelhanas aos lusitanos e autorizava as providências dadas pelas autoridades de Buenos Aires na conquista da Praça:

He puesto en noticia del Rey el contenido de la citada carta de V. E. y documentos, que acompaña, y ha venido S. M. en aprobar las providencias dadas por V. E. y me manda decirle las continúe, restableciendo V. E. el bloqueo a los términos en que estuvo correspondiente a los anteriores tratados, procurando en todo lo demás reparar los abusos, y usurpaciones, que con relación a él derogado, y por las condescendencias, que se hicieron, se hayan practicado por los Portugueses⁸⁹.

⁸⁷ Cevallos a Vicente Fonseca, Campo de las Vacas, 22/07/1761, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 453-455.

⁸⁸ Cevallos a Arriaga, Campo de las Vacas, 3/08/1761, *Campaña del Brasil* [...], t. 2, p. 456.

⁸⁹ Real orden a Cevallos, Madrid 8/12/1761, *Campaña del Brasil* [...], t. 2, p. 458.

No ano seguinte, outras duas fragatas foram enviadas em direção ao Prata. *Venus* e *Andaluz* reforçavam a esquadra naval castelhana em direção ao sul da América⁹⁰. A principal intenção era conter o avanço inglês. Com a guerra declarada contra os ingleses e sua certa união com os portugueses, a coroa espanhola temia que eles << intenten los ingleses alguna expedición contra Montevideo o apoderarse de Maldonado, ha de mirar V. E. estos objetos, como primeros según se entidad >>⁹¹.

Do outro lado do Atlântico, tinha preparado uma invasão no nordeste do território português (Trás-os-montes). Contando com um contingente de 30 mil homens do lado espanhol e, mais 8 mil homens do lado francês, Carlos III deu ordem de invasão a 24 de fevereiro de 1762. Para a empresa, nomeou o marquês de Sarriá como comandante-das-tropas – substituído posteriormente pelo conde de Aranda, quando os objetivos da ocupação foram alterados –, iniciava a participação direta das cortes ibéricas na Guerra dos Sete Anos⁹².

1.2 O início do cerco às forças luso-brasileiras no Rio da Prata

Após receber novos instrumentos bélicos, 68 canhões de ferro de diversos calibres, o governador de Buenos Aires agradeceu e, em carta de 27 de março, declarou estar sem instruções da coroa madrilenha. Dessa forma, só tinha uma alternativa: atacar a praça de Colônia.

En este supuesto y el de la imposibilidad de ir con la Tropa necesaria a los remotos países usurpados para hacerlos evacuar, porque sería forzoso abandonar los importantes Puestos del Rio de la Plata, y dejar estas provincias expuestas al arbitrio de los Ingleses, con quienes se da por rota la Guerra, no hallo otro medio más conducente para sostener los Reales derechos de S. M., que el de atacar la Colonia, y apoderarnos de ella, porque no se extravían las fuerzas, y si se logra este golpe se verán los Portugueses obligados à restituir lo que nos han usurpado, á trueque de que se les vuelva esta Plaza lo que yo nunca haría sin que para ello precediese orden expresa de S. M.

Pero como la Real orden comunicada por V. E., en la carta que va copiada no me expresa que puedo usar de este medio, y el de atacar cualquiera otro puesto de los que guarnecen los Portugueses en esta Frontera, quedo en suma

⁹⁰ Abeillard Barreto, Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...], p. 149.

⁹¹ Carta do ministério espanhol a Cevallos, Madrid, 16/02/1762, *Campaña del Brasil* [...], t. 2, p. 459.

⁹² Juan Marchena Fernandez, << De Espanha nem bom vento nem bom casamento >> La guerra como determinante de las difíciles relaciones entre las dos coronas ibéricas en la península y en América, 1640-1808, *anais de história de além-mar*, v. X, 2009, pp. 9-??, p. 70.

perplejidad de lo que debo hacer sin exceder ni faltar un punto a la voluntad de S. M., á que deseo enteramente arreglarme, como es de mi obligación, y solo creo que podre resolverme a usar de la fuerza en el modo expuesto cuando atendidas todas las circunstancias lo dictare la prudencia⁹³.

Cevallos recebeu a comunicação de Gomes Freire de Andrada, de 29 de Janeiro de 1762, contrariando seus objetivos de desocupação de terras e devolução de índios. Na longa missiva, o conde de Bobadela argumentou que o direito de Portugal sobre as terras as quais Cevallos pedia evacuação é anterior ao tratado, que lugares do Rio Grande não estavam sendo discutidos no tratado anulatório e, quanto às ilhas de Martin Garcia e Duas Irmãs, respondeu Gomes Freire, dizendo: << que no presente tratado anulatório encontro fundamento para não ser admissível esta pretensão de V. E. >>. Quanto aos índios, respondeu, dizendo ser sua permanência voluntária, que << não retenho as ditas famílias violentamente em meu poder >> e, completou, dizendo que os índios são livres para viver nos domínios pertencentes a Portugal: << Eles foram criados por Deus, livres por sua natureza, como os demais homens tendo por isso esta liberdade a seu favor a presunção do direito positivo, fundado no natural, e divino >>⁹⁴. A todos os pontos, o conde de Bobadela afirmou << recorrer com toda a brevidade as nossas cortes >>⁹⁵.

Aproveitando-se da crise geopolítica europeia e das palavras de Gomes Freire, que, segundo ele, no ofício de 15 de julho, era uma declaração de guerra, Cevallos contestou os pontos listados pelo conde de Bobadela. Para ele, as famílias indígenas foram levadas por engano, e acusava Gomes Freire de enganá-los. Em suas palavras: << V. E. se esfuerza en persuadir, que se fue.^{on} voluntariam.^{te} y permanecen sin violencia, no hay cosa mas publica y cons.^{te} q.^e la de haber sido llebados y seducidos con mil engaños >>. As ilhas de Martim Garcia e Duas Irmãs reafirmavam suas ilações de serem domínios de Espanha, e o Rio Grande só teve os fortes – São Gonçalo, Santo Amaro, Rio Pardo e Jacuí – construídos depois do tratado. Por último, como era de se esperar, considerou a correspondência de Gomes Freire uma declaração de guerra:

Por todo lo que deajo expuesto se manifiesta lo primero, ser indisputablem.^{te} del Rey los terrenos, que he reclamado; lo seg.^{do} que el haber V. E. reservado por ahora el ponerlo en duda, sin más que unas banas apariencias de razón, proponiendo que si estas no me satisfacen, recurramos a las cortes. No es más

⁹³ Cevallos a Arriaga, Buenos Ayres, 27/03/1762, *Campaña del Brasil* [...], t. 2, p. 461.

⁹⁴ Bobadela a Cevallos, Rio de Janeiro, 29/01/1762, *Campaña del Brasil* [...], t. 2, pp. 462-467.

⁹⁵ Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil* [...], pp. 149-150.

que tomar de nuevo medio de dilación, p.^a no restituirlos jamás. Lo tercero que con las repetidas reconvenções, y pretextas, que en el discurso de más de un año, y medio tengo echas infructuosas.^{te} a V. E. he practicado todos los medios, que dictan la Urbanid.^d y el más sincero deseo de evitar las perniciosas consecuencias de un rompim.^{to} Lo cuarto, que teniendo V. E. como tiene un Cuerpo considerable de Tropas, muy internado en los dominios de España sin quererlo retirar, por más instancias, que se le han hecho, pretende no solo conservar con la fuerza aq.^{llos} países de S. M. sino también lograr, con esta proporción adquirir ellos mayores ventajas, y esten.^{on} a favor de Portug.^l reconociéndose más claram.^{te} este designio de V. E. en los extraordinarios preparativos de Guerra que de más de dos años a esta parte no cesa de hacer por mar, y tierra.

Y siendo este proceder de V. E. cómo se ve una declarada agresión es constante, que no puedo sin faltar gravem.^{te} a las obligaciones de mi empleo, dejar de valerme de las Armas, que el Rey se ha dignado fiarme p.^a sostener sus R.^s Dros. en esta Provincia, lo que ejecuto solo con este fin protestando a V. E. q.^e pues me pone en esta precisión será responsable de todos los prejuicios, que de ella se siguiere⁹⁶.

No mesmo dia 15, deu ordens << de pasar de la Ensenada al Real de Vera, inmediato al de San Carlos, 505 barriles de pólvora con todo sigilo >>⁹⁷.

A 24 de julho, Cevallos informou ao ministro Julian Arriaga a decisão de atacar Colônia do Sacramento mesmo com força insuficiente de mar e terra. << Me hallo en la precisión de usar de la fuerza para sostener los reales derechos de S. M. lo cual no veo como se pueda ejecutar sin apoderarse nos primero de la plaza de la Colonia >> escreveu Cevallos. O governador de Buenos Aires ainda fez algumas considerações. Na primeira, lembrou que a tropa de que dispunha para a empresa compunha-se de 600 homens, enquanto os portugueses possuíam 450 homens na tropa regular e 700 paisanos, além de índios em Rio Pardo, 600 homens de infantaria e dragões em Rio Grande, forte de São Miguel e Chuí; na Colônia, os luso-brasileiros tinham ainda, segundo as informações colhidas pelo governador, 600 infantes, uma companhia de artilheiros, duas de dragões, além de dois mil milicianos e um número significativo de embarcações armadas, enquanto os castelhanos não tinham mais que a fragata *Victoria*⁹⁸. Na segunda consideração, lembrava do reduzido número de munições de guerra, especialmente de bateria; na terceira, reduzido número de artilheiros; na quarta, falta de morteiros e bombas para a tomada da praça; na quinta, << el temor de que me

⁹⁶ Cevallos a Bobadela, Rio de Janeiro, 29/01/1762, *Campaña del Brasil [...]*, t. 2, pp. 467-473.

⁹⁷ Aníbal M. Riverós Tula, Historia de la Colonia del Sacramento (1680-1830), In, *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, t. XXII, Montevideo, 1955, pp. 469-721, p. 638.

⁹⁸ Construída em La Carraca, em 1755. Embarcação de pequeno porte, 26 canhões, singrou do porto de Cádiz, em 1759, sob o comando do tenente-de-navios Carlos José Sarriá, um oficial de pouca experiência de combate, como demonstrou durante a ação de sítio a Colônia do Sacramento. Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata [...]*, pp. 12-116, p. 51.

falten caudales para los gastos que son indispensables asi de esta expedicion, como de las consecuencias que no pueden menos de seguirse de ella >>. Na sexta, preocupava-se com os embaraços sofridos por alguns oficiais. Na sétima e última, referia-se a impossibilidade de iniciar a campanha devido aos problemas de saúde sofridos durante dois anos. Contudo, << estoy resuelto a atacar la referida plaza de la colonia >> concluía Cevallos⁹⁹.

No dia 2 de junho, Frederico Guilherme Ernesto de Schaumburg-Lippe, mais conhecido por conde de Lippe, desembarcou em Portugal. Tinha a incumbência de reorganizar o exército português¹⁰⁰. No dia seguinte, ocupou o comando de dois cargos militares: marechal-general do exército português e comandante-em-chefe das forças inglesas, em Portugal. Nos dias que sucederam sua nomeação, vistoriou os quartéis. Através de estudos topográficos e cartográficos, no dia 22 do mesmo mês, instalou seu quartel-general em Abrantes, considerado por ele como um ponto estratégico para mobilizar as tropas ofensiva e defensivamente.

Após tomarem Almeida, as forças franco-espanholas marcharam em direção à Beira Baixa e ao Baixo Alentejo. O conde de Lippe tentou conter o avanço. Em diferentes frentes, deu ordens aos comandantes anglo-portugueses para manobram em direção à Extremadura espanhola. O comandante estava empenhando todos os esforços para evitar qualquer passagem das tropas inimigas. As marchas e contramarchas de ambos os lados continuaram nos meses seguintes. Contudo, entre eles não ocorreu um confronto de envergadura.

1.3 A capitulação da praça

Antes de obsidiar a praça, o governador de Buenos Aires enviou diversas intimações a Vicente da Silva Fonseca. O governador, argutamente, dialogava com o inimigo. Fonseca esperava receber reforços do Rio de Janeiro. Meses antes, a 20 de agosto, tinha recebido dez navios mercantes de Gomes Freire, carregados de << gêneros e munições >>, completando com dois capitães, três alferes, cinco tenentes, oito

⁹⁹ Cevallos a Arriaga, Buenos Aires, 24/07/1762, *Campaña del Brasil [...]*, t. 2, pp. 474-476.

¹⁰⁰ Mais informações sobre as transformações do exército português a partir das reformas do conde de Lippe, ver: Francis Albert Cotta, A fabricação do soldado português no século XVIII, In, Paulo Possamai (Dir.), *Conquistar e defender*, Portugal, Países Baixos e Brasil, Estudos de história militar na Idade Moderna, São Leopoldo, Oikos, 2012, pp. 47-58.

sargentos e oitenta e tantos soldados << dos quais começaram logo a desertar uns, e retirarem-se outros p.^a sua praça por moléstias incuráveis >>¹⁰¹.

O avanço marítimo da flotilha estava marcado para o dia 3 de setembro. Nesse dia, Cevallos zarpu de Buenos Aires com uma frota de 34 embarcações, entre elas: um corsário de 40 peças, um navio de registro, três curvetas, 29 lanchas, algumas armadas e outros transportes. Após fundear na enseada do Arraial de Vera, a uma légua da praça, quatro mil e poucos homens desembarcaram¹⁰². Reuniu mais 1.200 índios missioneiros conduzidos pelo padre Segismundo Baur¹⁰³. Contudo, os planos de cerco foram adiados para o dia 14 do mesmo mês, devido aos desentendimentos entre Cevallos e Sarriá. O tenente-de-navios exigia o comando da flotilha. O desgaste entre os dois quase resultou no fracasso da operação. Dois dias depois, as forças navais foram divididas¹⁰⁴.

Por outro lado, as forças luso-brasileiras empenhadas na defesa da praça estavam reduzidas. Tanto em terra quanto no mar. Segundo Simão Pereira não ultrapassavam 393 homens, sendo a grande maioria de << velhos e estropeados >>, dentre eles estavam: uma companhia de artilharia com 32 praças, duas de dragões, uma com 19 praças e outra com 21. No mar, guarneciam as Ilhas de Martim Garcia, Duas Irmãs e São Gabriel com dez embarcações: 4 faluas, 3 sumacas, um hiate e duas curvetas¹⁰⁵.

Cevallos recebeu o aviso da guerra na Europa. Sem perda de tempo, comunicou os comandantes castelhanos. A praça, sob o comando de Vicente da Silva Fonseca, não excedia 500 homens em sua guarnição. Desde 1750, não recebia novos recrutas. O governador português, a 26 de setembro, convocou um Conselho de Guerra, a fim de manter as embarcações numa posição estratégica. Três oficiais da marinha compareceram ao conselho, entre outros oficiais: coronel José Inácio de Almeida, sargento-mor Jerônimo Pereira de Carvalho, capitão Pedro Frutuoso, capitão Alberto

¹⁰¹ Breve notícia da Colonia do S.mo Sacram.to, e diario do seu ultimo ataque pelos Castelhanos Anno de 1762, In, Simão Pereira de Sá, *História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, Porto Alegre, Arcano 17, 1993, p. 166. Sobre o recrutamento de açoriano na “colonização e defesa do litoral sul da América portuguesa no século XVIII” ver: José Damião Rodrigues, *Da periferia insular às fronteiras do império: colonos e recrutas dos Açores no povoamento da América, Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 17-43, dez. 2010.

¹⁰² Breve notícia da Colonia do S.mo Sacram.to [...], p. 166.

¹⁰³ Aníbal M. Riverós Tula, *Historia de la Colonia del Sacramento (1680-1830)* [...], p. 638; Paulo César Possamai, *Los soldados indígenas del Rey Católico, los misioneros en las guerras por la Colonia del Sacramento*, In, Emir Reitano; Cesar Possamai (coordinadores), *Hombres, poder y conflicto: Estudios sobre la frontera colonial sudamericana y su crisis. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (Estudios-Investigaciones; 55)*, 2015, pp. 151-175, p. 171.

¹⁰⁴ Sobre os desentendimentos entre Cevallos e Sarriá, ver: Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata* [...], pp. 12-116, p. 52-53.

¹⁰⁵ Breve notícia da Colonia do S.mo Sacram.to [...], p. 167.

Freire Sardinha, capitão-de-mar-e-guerra João da Costa de Ataíde, além dos capitães-tenentes Cipriano Pereira da Silva e Isidoro de Moura. Vicente Fonseca leu a carta de 20 de agosto, escrita por Gomes Freire, e fez uma exposição aos presentes no Conselho dos atos praticados pelas tropas castelhanas desde o dia 6 de junho de 1761, início do cerco¹⁰⁶.

A junta de guerra resolveu aguardar a ação das tropas castelhanas. Quatro dias depois, os planos de Cevallos ficaram visíveis. O comandante castelhano mandou construir uma bateria de seis peças, de 8 e 12 calibres, com a qual buscava ampliar o cerco. A 3 de outubro, a comandância luso-brasileira na praça de Colônia do Sacramento soube que a notícia da guerra na Europa tinha chegado a Buenos Aires. Fonseca convocou um novo Conselho de Guerra para apresentar um plano defensivo. Os comandantes luso-brasileiros sabiam que a pequena Esquadra ancorada no porto não tinha condições bélicas para resistir a uma ofensiva militar no mar. A estratégia arquitetada pelo governo português << foi a de afastar os seus navios das baterias inimigas, fazendo-os ancorar fora do alcance destas >>. A 5 de outubro, o cerco começou:

Na noite do dia 5, pelas 7 horas, girando as nossas Patrulhas o seu Distrito toparam um Corpo de Tropa inimiga, e perguntando-lhes que vinha, responderam eram Desertores, e dizendo-lhe o Cabo da Patrulha passasse um a um lhe responderam com uma descarga de mosquetaria, e havendo alguns tiros dos nossos, e repetindo os contrários mais descargas se retiraram os da nossa Patrulha ao fosso da Praça, sem q. perigasse algum. As 10 horas se percebeu trabalhar com enxadas, e pregar estacas, o q. mandou o nosso gov.or observar por alguns exploradores, e todos certificaram trabalhavam os Espanhóis em levantar uma Bateria, p.a a qual mandou o nosso Gov.or disparar a Artelharia p.a lhe atrasar a obra, a cujos tiros respondeu logo o Forte da Cova da Traição com balas ardentes, e toda a noite se continuou o fogo de parte a parte, e da mesma sorte no dia seguinte, e se contaram dos inimigos 1140 tiros sem perigo de pessoa alguma, e só bastante ruína das casas: Tão bem os nossos Navios experimentaram alguma ruína, pelo q. ordenou o nosso Gov.or se fizessem a vela, e fossem ancorar da parte do Sul, onde não chegava por então a Artilhr.a inimiga, inda q. mais arriscados aos temporais¹⁰⁷.

Nesse mesmo dia, o governador Vicente Fonseca reuniu os militares luso-brasileiros em sua casa e promoveu um novo Conselho. Preocupava-se com o forte construído pelos castelhanos na praia da Sanga desde o dia 1º de outubro, o qual era muito avançado, pois formava uma linha de comunicação até a Guarda da Conceição.

¹⁰⁶ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)* [...], p. 378 e p. 383.

¹⁰⁷ Breve noticia da Colonia do S.mo Sacram.to [...], pp. 167-168.

Durante 16 meses o governador de Buenos Aires reforçou o campo de bloqueio com tropas, morteiros, bombas, munições e todo tipo de armamento bélico. No Conselho, estava presente toda a comandância de mar e terra responsável pela defesa da cidadela. Além do governador brigadeiro Vicente da Silva Fonseca, foram convocados os oficiais: coronel José Ignácio de Almeida, o sargento-mor Jerônimo Moreira de Carvalho, os capitães Pedro Frutuoso, que servia como sargento-mor da Praça, o capitão de artilharia Jerônimo Veloso da Serra; o capitão engenheiro João Bartolomeu Havelle¹⁰⁸, o capitão Alberto Freire Sardinha comandante do Destacamento do Rio de Janeiro. As tropas de mar foram representadas pelo capitão-de-mar-e-guerra João da Costa de Ataíde, comandante da fragata de guerra *Nossa Senhora da Estrela*, além dos capitães-tenentes da mesma fragata Cipriano Pereira da Silva e Isidoro de Moura.

No Conselho o governador iniciou argumentando os danos causados pelas tropas castelhanas durante os dezesseis meses de cerco. As ações iam desde o apressamento das embarcações de pescaria até a alforria aos escravos. Segundo as informações que tinha colhido as tropas castelhanas compunham de: 5 embarcações grandes, e 29 pequenas, e nelas 4 mil homens. Além dos índios Tapes << q. havia mandado vir, p.a onde conduziu grande num.o de peças de bater, morteiros, bombas, balas, e todas as mais munições, e armamentos correspondentes >>, tanto para << mover terra, e milhares de cordões de faxinas, e estacaria >>. Por outro lado, acusava as tropas castelhanas de terem << cometido infração da paz, e sossego público, rompendo a guerra [...] procurando fazer-lhe toda hostilidade em guerra defensiva >>¹⁰⁹.

No mesmo dia, conforme ficou acordado no Conselho, às nove horas da manhã, Fonseca enviou uma carta a Pedro de Cevallos, pedindo o cerceamento das atividades ofensivas e acusando-o de quebrar a paz entre as cortes ibéricas. << Os mais movimentos antecedentes deixam bem conhecer ser este destino contra os Tratados, e Paz pública [...] sou obrigado a protestar a V. Ex.^a uma, duas, e três vezes pelo excesso deste modo de proceder, e dele pedir-lhe a devida satisfação, e q. se contenha no seu destino >>, completou Fonseca, dizendo: << ser V.Ex.^a o quebrantador da Paz, e

¹⁰⁸ Após a capitulação da praça, Cevallos convenceu Havelle a continuar no comando das obras na Colônia como engenheiro passando a prestar serviço ao rei espanhol. Havelle aceitou e na Colônia foi encarregado de reparar os danos causados pelo ataque espanhol. Após trabalhar na reconstrução da praça seguiu para Buenos Aires, Maldonado e Montevideú, incorporando ao Real Corpo de Engenheiros Militares Espanhóis. Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata [...]*, pp. 12-116, p. 52-53.

¹⁰⁹ Documento completo em anexo. (Anexo 1)

consequentemente responsável por todo o rompim.to, ruínas, danos q. consigo trás a Guerra >>. O governador ainda pedia celeridade na resposta¹¹⁰.

Sem demora, Cevallos respondeu a Vicente Fonseca, dizendo que ele, governador da Colônia, é que fazia << movimentos preparativos extraordinários de Guerra, e por mar, e terra >> durante muito tempo, esses movimentos foram << suficientes >> para ele, Cevallos, tomar algumas << precauções >>. Em seguida, o governador lusitano redarguiu os argumentos do comandante castelhano e acusou, pela segunda vez, de romper a paz e que as movimentações militares esclareciam suas intenções de atacar a praça de Colônia do Sacramento:

Mui Senhor meu: Acabo de receber a de V. Ex.a em resposta da prim.ra, em q. me diz que os preparativos extraordinários de Guerra q. por mar e terra estou fazendo a m.to tempo a esta parte eram mui suficientes p.a q. V. Ex.a tornasse as preparações, q. vem sair dos termos da sua jurisdição julgasse convenientes e q. isto era o único q. até agora podia haver notado, ao q. se me oferece dizer, que as preparações, e cautela, q. até agora tenho tomado são todas m.to da m.a obrigação do meu cargo em defesa própria, e não em ofensa; o q. pelo contrário se tem visto no q. V.Ex.a tem praticado e feito observar desde a sua retirada de Missões a este País, e com mais frequência do mês próximo passado a esta parte com transporte de tropas, e conduções de petrechos, munições, faxinas, e estacaria, deixando bem se ver claram.te ser o seu final destino o Ataque desta Praça, da qual inda se não moveu couza alguma da precaução, senão depois de V.Ex.a o haver feito, e dado agora evidente mostra do seu intento, adiantando, não só as Tropas em Campo mais vizinho, mas construindo já Baterias, Linhas entradas no terreno da jurisdição desta Praça, e não no de V.Ex.a, como me diz, pelo q. me vejo obrigado a defender todo o mais q. posso se adiantar repetindo com igual vigor e protesto, q. antecede e lhe ei feito, de q. V.Ex.a é motor do rompimento da Paz, q. entre os dois Monarcas por suas Reais Deteminações se mantinha entre as duas Nações. Fico desejando de lograr ocasiões, em q. possa mostrar o q.to desejo servir a Exma. Pessoa de V.Ex.a, cuja vida g.e D. muitos anos. Colônia 5 de Outubro de 1762 = De V.Ex.a seu mais seguro servidor = Vicente da Silva da Fonceca = Exmo. Snr D. Pedro Cevallos¹¹¹.

A essa segunda carta de Fonseca, mais agressiva e contundente, Cevallos não respondeu. O govenador da Colônia, diante das circunstâncias tomou outras providências: recolheu tudo o que estava fora dos muros da cidadela, ordenou as embarcações que ancorassem fora do alcance das baterias castelhanas, fechou todas as entradas, reforçando-as com pedras. Apreensivo, ficou à espera do ataque, sem reagir, como era a ordem de Bobadela¹¹².

¹¹⁰ Vicente da Fonseca a Cevallos, Colônia, 5/10/1762, In, Breve noticia da Colonia do S.mo Sacram.to [...], pp. 176-177.

¹¹¹ Breve noticia da Colonia do S.mo Sacram.to [...], p. 176.

¹¹² Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)* [...], p. 391.

O próximo passo do exército castelhano era movimentar as tropas sobre as alas portuguesas, envolvendo-as sob descargas serradas de artilharia e mosquetaria, além de estender o perímetro de ação.

A 6 de outubro, os bombardeiros continuaram. As baterias e os vasos de guerra castelhanos não economizaram esforços para romper os muros da cidadela. A operação concentrou-se nos pontos mais vulneráveis. Cevallos enviou diversas intimações ao comandante português. Sem resposta, intensificou o cerco e os bombardeiros. << As 4 da tarde veio um tambor do inimigo pedir licença p.a vir o sarg. mor de Linhas falar ao nosso gov.or, e mandou-o vir, lhe saiu a falar fora do fosso o coronel José Inácio de Almeida >>, anotou Simão Pereira de Sá << e constou dissera q. da parte do seu gen.al q. se nos quiséssemos render nos ofereciam as honras militares, e vantajosas capitulações, como declaravam os 4 papéis, q. oferecia (o q. não quis o coronel receber) >>.

Em meio ao grande imbróglio, o comandante luso-brasileiro recusou aceitar a oferta castelhana: << Lhe respondeu o d.o coronel, que com o mesmo estávamos nós p.a a defesa. Retirado o d.o oficial continuou o fogo, e o trabalho do ataque >>. Vicente Fonseca, na tentativa de evitar deserções, guarneceu as muralhas com sentinelas de paisanos, sem sucesso, << desertando soldados com mulheres, e filhos, e m.tos deixando na Praça estas obrigações >>¹¹³.

No dia seguinte, o fogo continuou intenso. Os castelhanos conseguiram << demolir o Trem de El Rey, e arruinar o Baluarte do Carmo >>. Nesse dia, contaram 242 tiros. O fogo intenso na cidadela acertou uma peça << a um mulato pelos ares, q. se achou morto fora da muralha da Praça >>¹¹⁴. No dia 8, as guarnições das ilhas de Martim Garcia e Duas Irmãs recolheram-se para reforçar a praça.

A 11 amanheceu pronta a seg. da Bateria inimiga com 23 canhoneiras, e nela 19 peças montadas, e todas de grosso calibre, como de 8, 12, 16, 24, e a uma hora depois do meio dia principiaram a bater com elas na face do Baluarte do Carmo, e sua Cortina, deitando algumas balas p.a o Corpo da Praça, e contaram-se até a noite 480 tiros, e neste dia morreu de um estilhaço o alferes de Granadr-os Neothel Francisco, e expediu o nosso Gov.or terce.ro aviso p.a o Rio de Jan.ro pelo Hyate S. Jozé de Bartholomey Nogr.a.

¹¹³ Breve noticia da Colonia do S.mo Sacram.to [...], p. 168.

¹¹⁴ Breve noticia da Colonia do S.mo Sacram.to [...], p. 168.

Os defensores lusitanos resistiam às cargas explosivas. A 12 de outubro, o fogo continuava intenso. Nesse dia, três negros foram mortos a tiros de bala << e contaram-se até a noite 1129 tiros >>¹¹⁵. A tática do comandante castelhano << consistió en levantar baterías y trincheras frente a los puntos estratégicos del recinto amurallado, y batir éstos y la plaza, con gruesa artillería, noche y día, sin excluir siquiera los lugares que servían de refugio a las familias >>¹¹⁶.

Nos dias seguintes, o fogo continuou na mesma frequência. Os castelhanos obsidiavam os flancos da cidadela, atacavam os baluartes, arrasando os parapeitos, através de descargas serradas.

Na manhã de 14 de outubro, iniciaram os sitiante a construção da terceira bateria no lugar denominado “o francês”. Os portugueses, com uma defesa determinada, tentavam interromper os trabalhos efetuando disparos. No mesmo dia, Vicente Fonseca ordenou que faxinas das Ilhas adjacentes fizessem reparos nos estragos causados pelos bombardeiros sofridos nas muralhas. Os trabalhos foram realizados em meio às descargas de mosquetaria castelhana.

Os defensores luso-brasileiros estavam muito longe de derrotar a ofensiva do exército castelhano; seus contra-ataques, na maioria das vezes, eram bloqueados. No dia 15, buscando surpreender as tropas inimigas, o governador da Colônia ordenou à corveta *Glória* fundear na parte sul com um plano simples: auxiliar as tropas em terra descarregando tiros de canhão contra as baterias castelhanas. A empreitada deu resultado momentâneo, na realidade, apenas forçou os castelhanos a montarem duas peças de 12 calibres na praia, que foram cobertas por parapeitos de areia. Após disparos cerrados e a superioridade de calibre, conseguiram afastar a corveta com várias avarias na mastreação e morte de um tripulante.

No dia seguinte, ficou pronta a bateria no “o francês”. Armada com 10 peças, intensificou os bombardeiros contra as muralhas da cidadela. As autoridades lusitanas ficaram sabendo através de << um índio paraguaio desertor [...] terem os inimigos experimentado bastante estrago com nosso fogo >>.

A incapacidade de conter o avanço castelhano com as forças em terra redirecionava a ação defensiva. As duas embarcações disponíveis – *Glória* e *Atalaia* –

¹¹⁵ Breve noticia da Colonia do S.mo Sacram.to [...], p. 168.

¹¹⁶ Luis Enrique Azarola Gil, *La epopeya de Manuel Lobo*, seguida de una crónica de los sucesos desde 1680 hasta 1818 y de una recopilación de documentos, (Contribución a la historia de Colonia del Sacramento.), Madrid, Campaña Ibero-americana de publicaciones, 1931, p. 128.

tentavam, através de movimentos rápidos e quando os ventos permitiam, surpreender com tiros cerrados as baterias castelhanas. << Na noite deste dia >>, anotou Simão Pereira de Sá, << principiaram a fazer-nos incessante fogo de mosquetaria para impedir-nos, se trabalhasse no reparo das brechas, cujo fogo durou até amanhecer, ao qual se correspondeu com tiros de artilharia com bala miúda >>.

A cidadela resistia, mas no dia 17, a vulnerabilidade começou aparecer. As baterias “do francês” e “d. Josefa” intensificaram os bombardeiros. As brechas eram visíveis. Balas incandescentes eram lançadas da bateria da Cova da Traição com o objetivo de atingir as casas e o paiol de pólvora, na intenção de produzir incêndios ou explosões. Tinas com água e estopa molhada eram usadas pelos sitiados, vigilantes nos pontos mais críticos, sob ordem direta do próprio governador. Nesse dia, contaram-se 715 tiros e 10 bombas de morteiro sobre a muralha. A 18,

[...] laboraram com a artilharia dos dois ataques, e logo de manhã levou uma bala a cabeça um soldado, e outra o braço direito do sargento-mor Jerônimo Moreira de Carvalho, estando na sua barraca mudando camisa, e a mesma ofendeu ao seu escravo, que era tambor do Regimento; escapou este da morte, perdendo aquele a vida em poucos dias; e morreu também o capitão de infantaria Francisco Saraiva da Cunha de um estilhaço, que lhe amassou a cabeça. O fogo neste dia foi menos vigoroso da parte contrária, ainda que com tanto dano, e nos desmontaram algumas peças, e em todo ele se contaram 463 tiros, e de noite 13 bombas¹¹⁷.

Na noite do dia 18 para o 19, os espanhóis empenharam-se na construção de um fosso, aproximando as tropas da cidadela. Ao amanhecer, o fogo continuou intenso sobre o baluarte do Carmo, e cortina e flanco do baluarte São João. Durante a noite, 17 bombas de morteiros foram lançadas sobre as casas. O baluarte São João e as embarcações que auxiliaram na defesa da cidadela responderam com a mesma intensidade. O fogo dos dias 20, 21, e 22 foi fortemente concentrado sobre as brechas iniciadas. Os invasores lançaram 1.965 disparos, ocasionando diversas baixas no exército lusitano¹¹⁸.

A artilharia castelhana, bem posicionada, seguia despejando fogo. Nesse momento, crescia a ruína das casas. << O trabalho dos defensores sem interrupção de hora em reparar a ruína das referidas brechas, o qual sempre se fez debaixo de incessante fogo dos arcabuzes e artilharia >> escreveu Simão Pereira de Sá. A 26, o

¹¹⁷ Breve noticia da Colonia do S.mo Sacram.to [...], p. 169.

¹¹⁸ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)* [...], p. 395.

fogo continuou intenso. No sul, as embarcações empenhadas na defesa sofriam violentas baixas. Nesse dia, o governador ordenou a mudança do resto da pólvora existente no paiol para armazéns particulares. Os suprimentos dentro da cidadela estavam esgotando, pois as tropas luso-brasileiras não recebiam qualquer retorno do Rio de Janeiro. A confiança militar estava em baixa, e a situação crítica: soldados cansados, baluartes destruídos, oficiais desmotivados, comandantes preocupados. Nesse dia, os castelhanos lançaram 16 bombas << e uma delas caiu na casa do governador, e lhe fez prejuízo bastante, e outra feriu a duas pessoas com estilhaços, e a toda se correspondiam com maior número >>¹¹⁹.

É importante lembrar que, as autoridades castelhanas em nenhum momento utilizaram a infantaria para avançar sobre a cidadela. Utilizaram de forma voraz o poder bélico da artilharia, concentrando os esforços contra os baluartes. Além disso, manobraram o exército em movimentos rápidos e violentos, sem dar descanso aos atacados, até porque buscavam dominar a cidadela antes que recebesse reforço do Rio de Janeiro ou de outra capitania.

A 27, alguns baluartes da cidadela estavam em ruínas. Do Carmo tinha sua face demolida, com parapeitos em cortinas completamente arrasados.

Com os flancos expostos, incapazes de conter o avanço castelhano, presos dentro da cidadela, a oficialidade lusitana passou a cogitar a rendição. Nesse dia 27, por volta das quatro horas da tarde, o ataque foi interrompido. Um tambor castelhano pediu licença para dois oficiais entrarem na cidadela. José Molina e Francisco Sarabia carregavam uma missiva de Pedro de Cevallos, tentando convencer Vicente Fonseca a entregar as armas. De dentro da praça, saiu o coronel José Inácio de Almeida, caminhou até o fosso onde encontrou os dois oficiais que lhe entregaram um papel e retiraram-se¹²⁰.

Nesse dia, às 10 horas da noite, o governador convocou os militares para mais um Conselho de Guerra, pedindo-lhes um parecer sobre a situação defensiva da cidadela e, ao mesmo tempo, a resposta que deveria dar ao governador castelhano. Vicente Fonseca leu aos oficiais a carta de Cevallos que considerava a cidadela << em deplorável estado >>. O governador de Buenos Aires intimou os defensores à entrega da

¹¹⁹ Breve noticia da Colonia do S.mo Sacram.to [...], p. 170.

¹²⁰ Segunda intimacion hecha al governador de la Colonia en 27 de octubre por el capitan de infanteria de Jph de Molina, *Campaña del Brasil* [...], p. 9.

praça ao mesmo tempo aterrorizando-os, escreveu: << desejando evitar os defensores as funestas consequências, q. se dilatar a sua rendição >>.

Um a um os oficiais se manifestaram. Damazo Ferreira Campos ajuizou os pareceres controversos. O primeiro foi o capitão-de-artilharia e cabo do baluarte de São João, Jerônimo Veloso da Serra. Disse conhecer muito bem as brechas, que segundo ele tinham comunicação, pois << se atreve a subi-las sem embaraço algum >>. Jerônimo era da opinião de entreter os castelhanos até chegar o << socorro da capital >>, já que, segundo seu parecer, os atacantes tinham gasto muitas munições e poucas restavam. Preocupava-se ainda com proximidade dos inimigos da cidadela, << se tem avizinado com os seus ataques na curta distância de tiro de mosquete >> declarou. O capitão Alberto Freire Sardinha, comandante do baluarte da bandeira, disse que defendia << uma das brechas com 50 homens nos rebates q. tem havido >> e complementa dizendo: << tem sido o meu maior trabalho conservá-los no seu posto, e havendo tiros do inimigo dificultosamente se põem em estado de poderem disparar as armas >>. Para o capitão, ainda << não há esperança de que venham os socorros da nossa capital, que será justo tratar das mais convenientes convenções >>.

Para João da Costa Ataíde, capitão da guarnição da fragata *Nossa Senhora da Estrela*, o estado defensivo da cidadela impedia uma vigorosa defesa sem o apoio de mais tropas. Já o capitão-de-infantaria Pedro Frutuoso, comandante do baluarte de Nossa Senhora do Carmo << as brechas não lhe parecem estarem tão arruinadas, como dizem, que as não possamos defender >>. Entretanto, para o capitão-de-infantaria João Bartolomeu Havelli, no exercício de engenheiro, a

[...] qualidade das brechas, que são ambas praticáveis, e um grosso corpo de tropa pode facilmente subir nelas, principalmente a da cortina da Ribeira, que está ainda muito mais arruinada, que a do Baluarte do Carmo, não me faz esperar nenhum fruto de uma resistência tão necessária para repulsar com esforço ao inimigo, e pela honra que o senhor governador me faz de assistir a repartição das disposições, e reparos das ditas brechas vi e alcancei tão prontidão nos mesmos soldados, que fui obrigado a tirá-los debaixo dos couros, onde estavam escondidos com as armas, o que presenciou o senhor governador, pelo que são muito pouco suficientes para defenderem as brechas, não tendo corpo nenhum de reserva para reforça-los de tropa, que poderão achar-se vencidos no primeiro impulso; o que visto acho muito mais conveniente nesta extremidade fazer uma honrada composição por serem constringidos ao rigor da guerra¹²¹.

¹²¹ Breve noticia da Colonia do S.mo Sacram.to [...], pp. 182-183; Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)* [...], pp. 400-401.

Isidoro de Moura e Cipriano da Silva, ambos capitães da fragata *Nossa Senhora da Estrela*, concordavam com Havelli na incapacidade da tropa para defender a praça. João da Costa Ataíde, capitão-de-mar-e-guerra da mesma fragata, lembrou a falta de petrechos de Guerra existentes na praça. Por fim, José Ignácio de Almeida, coronel do regimento de Colônia, declarou:

[...] ainda que as brechas se acham tratáveis para o assalto, poderíamos esperar defende-las, ainda que a guarnição é pouca se a qualidade dela não fosse tão bisonha, maiormente não tendo oficiais, que os animem, pela grande falta que há deles, estando o Regimento reduzido a um só capitão, os postos muitos a que atender, e, sem reserva para acudir aonde a necessidade o peça, e por esta razão se acha surta a nossa armada sem poder operar contra os nossos inimigos: esta é a segunda vez que ele propõe rendição na Praça, propondo condições vantajosas, que as não devemos esperar deles: parece-me se não deve dar a última resposta, mas sim pedir-lhe alguns dias de demora na esperança de nos poder chegar socorro, com que lhe rebatamos os seus assaltos, e caso não admitam, parece-me não devemos expor a guarnição, e mais o povo ao furor das tropas vencedoras, ouvindo as suas propostas, e quando sejam tais, e de honra, se poderão aceitar quando o senhor governador assim o ache conveniente, que de outra sorte sacrificaremos as vidas em defesa do rei e da pátria¹²².

Sem qualquer possibilidade defensiva e reforço do Rio de Janeiro, que recomendavam toda diligência, o comandante luso-brasileiro passou a aceitar as exigências dos castelhanos. Após o Conselho de Guerra, a 28 de outubro,

pelas 9 horas da manhã o Cap.m Alberto Fr.e Sardinha, e o Cap.m da Ordenança João de Azevedo com a resposta por papel, q. dava o nosso Gov.or ao q. lhe tinha vindo no dia antecedente, e foram recebidos junto a trincheira pelo tenente coronel Wal, e o d.o Molina, e entregando o papel aos ditos se recolheram. Depois de recolhidos tornaram a Praça os referidos oficiais espanhóis, aos quais saíram a receber o nosso coronel acompanhado do cap.m Alberto Fr.e no lugar costumado, e recebido o recado, q. sempre se dava, e vinha por papel, foram aqueles despedidos, e os nossos se recolheram.

Todas as diligências do nosso governador consistiam, em q. se estendessem a mais tempo as tréguas p.a de baixo delas, e com o maior silêncio cuidar, como fazia suas próprias mãos, sendo em tudo exemplar p.a todos: pois em todo o seu tempo do ataque se não viu dormir, e se o fez algumas horas foi sentado, e de encosto no braço, com assistência nas brechas, onde era certo todas as noites; no trabalho ninguém o excedeu, e parecia buscar os perigos com particular estudo, como quem antes queria acabar na Praça, do q. ver nela nação contraria: porém o general Cevallos talvez conhecia ser esta a máxima do nosso gov.or, e de esperar com as demoras da capitulação lhe chegassem socorros, nada admitia, e todo o seu forte era a conclusão da ação,

¹²² Breve noticia da Colonia do S.mo Sacram.to [...], p. 183; Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)* [...], p. 402.

p.a a qual lhe afiançava a vitória a grande disparidade, q. havia do seu poder p.a as nossas débeis forças¹²³.

No dia seguinte, Vicente pediu a Cevallos tempo para reunir os oficiais e dar uma resposta definitiva¹²⁴. Tentava prolongar ao máximo a capitulação com o duplo objetivo de reparar os estragos nas muralhas e esperar o socorro do Rio de Janeiro, com o parecer do coronel José Ignacio de Almeida. Entretanto, a demora custou a empresa defensiva, os castelhanos voltaram a lançar disparos cerrados a cidadela, até que, a 29 de outubro, na residência do governador, por volta das duas horas da tarde, após longos Conselhos de Guerra e avaliação de cada oficial, ouvindo ainda subalternos dos Regimentos, oficiais de Ordenanças, padres, homens bons, além das autoridades de várias patentes, decidiram pela rendição. Às cinco horas, Fonseca enviou a Cevallos os termos para a capitulação. O governador pedia uma << rendição condicionada >>. O governador de Buenos Aires não aceitou. Eram 20 termos, dos quais muitos foram negados pelo comandante castelhano.

O governador da Praça tentava prolongar a entrega. Nos termos ofereceu rendê-la em 10 dias. Esperançava << socorro algum do Brasil >>. A resposta das autoridades castelhanas exigia que << se entregarán hoy a las tropas de su Majestad antes de las 4 de la tarde a la puerta de la cortina más próxima a la trinchera >> exigindo que << se pondrá al mismo tiempo en cada una brecha, que están abiertas las Guardias, [...] que me parecieren competentes >>, retirando-se << a cualquiera otra parte de la Plaza la Tropa de los sitiados, que estuvieren en el Polígono atacado >>. Por outro lado, dentro da capitulação estavam os termos principais e mais importantes na negociação: as tropas luso-brasileiras << no podrán tomar las Armas contra El Rey, ni contra sus aliados, durante la presente guerra, en ninguna parte de esta América >>¹²⁵. No dia 1º de novembro, o governador português foi até a embarcação castelhana, e no dia seguinte, as tropas castelhanas ocuparam a cidadela.

¹²³ Breve noticia da Colonia do S.mo Sacram.to [...], p. 168.

¹²⁴ Campaña del Brasil [...], t. 2, p. 10.

¹²⁵ Documento em anexo. (Anexo 2)

2 A CONQUISTA CASTELHANA DA VILA DO RIO GRANDE, 1763

Após conquistar a praça mercantil e militar de Colônia do Sacramento, as tropas castelhanas continuaram a campanha contra os portugueses. Comandadas por Pedro de Cevallos lançaram uma ofensiva em direção a parte mais meridional da América do Sul. O plano consistia em ocupar as posições lusitanas: as fortalezas de Santa Tereza, São Miguel, vila do Rio Grande e Barra do Norte. E, se possível, a Ilha de Santa Catarina.

O conflito que iniciou em meio a vigência do Tratado de Madrid e da Guerra dos Sete Anos na Europa, só restabeleceu temporariamente o domínios dos territórios do extremo sul da América com o Tratado de Paris.

Por outro lado, a delicada situação da América do Sul, contando a Guerra Guaranítica e os assédios castelhanos às possessões lusitanas, consequência direta do fracassado Tratado de Madrid, contavam ainda o ressurgimento dos conflitos bélicos na fronteira com os espanhóis, foram decisivos para a administração portuguesa no período josefino. Esses eventos foram determinantes para a coroa, a 27 de janeiro de 1762, criar o vice-reino do Brasil e, no ano seguinte, transferir a capital da Bahia para o Rio de Janeiro, a fim de aproximar à administração central na defesa do extremo sul da América.

Antes de partir em direção a parte mais meridional da América, os castelhanos ainda foram surpreendidos por uma frota anglo-portuguesa a frente da praça de Colônia. Só após o confronto é que dedicaram os esforços militares para a região mais meridional que foi tomada sem muita resistência. Essas e outras questões veremos no capítulo que segue.

2.1 A frota anglo-portuguesa e a tentativa de reconquista de Colônia

Como parte do projeto de manutenção do território da América portuguesa, principalmente para a defesa do Continente do Rio Grande de São Pedro, a 10 de maio de 1762, o governo central ordenou a movimentação das tropas de Rio Pardo para Santa Teresa. O coronel Tomás Luís Osório era o principal responsável pela transferência do contingente de dragões sob seu comando e a construção de uma fortaleza. A ordem para o comandante – além da urgência pedida por Gomes Freire e cuidado para não ficar a mostra de patrulhas castelhanas que obsidiavam a região com frequência –, era deixar

em Rio Pardo 100 dragões e seguir com o resto do contingente¹²⁶. Como lembra Golin, << a emergência parecia não estimular o coronel Osório. Mexeu-se apenas quando os castelhanos já exprimiam os portugueses no Rio da Prata >>¹²⁷. O coronel tardiamente deslocou as tropas, que só chegaram em setembro. A 10 de outubro, Osório soube do assédio das tropas castelhanas na praça de Colônia do Sacramento, mesmo assim tardou para tomar novas iniciativas defensivas. A construção da fortaleza, da qual estava incumbido, projetada pelo engenheiro João Gomes de Melo, só foi iniciada a 4 de dezembro¹²⁸.

Por outro lado, a relação comercial entre Portugal e Inglaterra favorecia o alinhamento militar na Guerra dos Sete Anos, principalmente na defesa das possessões da América do Sul e na ofensiva contra as possessões espanhola. O ano de 1762 foi marcado pelo projeto ofensivo inglês no Rio da Prata. O conluio franco-espanhol de conquistar o Rio de Janeiro, Ilha de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro confrontava com a estratégia inglesa e lusitana de conquistar Buenos Aires.

A 25 de agosto de 1762, Gomes Freire, através de carta régia, foi avisado do envio de uma esquadra com destino ao Rio da Prata. A notícia caiu como uma luva às preocupações de Gomes Freire, pois, do Prata, chegavam notícias – através do iate *São José* – do sítio a Colônia do Sacramento. Era o começo da campanha castelhana. Por outro lado, a chegada dos corsários ingleses tornava possível um reforço à Colônia para abastecer as unidades com provisões para assegurar suas posições. Nesse momento, às forças anglo-portuguesas estavam concentradas em conquistar Buenos Aires. << Vinda da Inglaterra de dois navios que passariam no Rio de Janeiro, a fim de atacar os espanhóis no Rio da Prata >> dizia o comunicado. O principal destino e objetivo da secreta esquadra era conquistar Buenos Aires¹²⁹.

A expedição organizada pela British East India Company fazia parte de um esforço militar inglês na campanha do Atlântico Sul, atacando e ocupando La Habana no Caribe e Manila no Pacífico, e defendendo o Canal contra os buques franceses¹³⁰.

¹²⁶ Cláudio Moreira Bento, *A guerra da restauração*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1996, pp. 22-23.

¹²⁷ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778* [...], pp. 75-76.

¹²⁸ Documentos anexos, In, Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul* [...], p. 104-105, 123.

¹²⁹ Coleção cartas régias, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, códice 84, v. 41, f. 278; citado em: Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)* [...], p. 418.

¹³⁰ Marchena compara com “con participación de empresarios privados, la Corona y el Almirantazgo, fue la expedición del conde de Albemarle, George Pocock y George Elliot contra La Habana de 1762.

A expedição britânica tinha por objetivo assaltar e saquear Buenos Aires liberando a pilhagem na região platina. Há muito ambicionada pelos ingleses visto como sendo de fácil conquista e de grande riqueza, principalmente pelo contrabando de prata via Potosí.

Na divisão das conquistas da expedição: a coroa inglesa ficaria com Buenos Aires; margem leste do Prata para Portugal; e a Companhia receberia o monopólio sobre o comércio. Entretanto, a companhia pagaria as despesas da operação, cerca de cem mil libras esterlinas, além dos navios, que compraria do Almirantado. A Companhia providenciou que as forças navais e terrestres fossem comandadas pelo capitão John McNamara, que partiu de Londres e depois de Lisboa com o navio de 64 armas *Lord Clive* e a fragata *Ambuscade*, 50, com um total de 700 homens¹³¹.

Em Lisboa, para evitar serem confundidos com corsários no Rio de Janeiro, McNamara e a companhia receberam patentes portuguesas. Reforçou a Companhia a fragata lusitana *Nossa Senhora da Glória*, 70 canhões¹³². Três meses depois a esquadra chegava ao primeiro destino. Portanto, no mesmo dia 1º de outubro quando Cevallos movimentou as tropas do Bloqueio para Colônia do Sacramento a frota anglo-portuguesa ancorava no Rio de Janeiro. A Companhia foi recebida por Gomes Freire que acrescentou além da fragata *Glória*, 6 bergantins, conduzindo 600 soldados. Uma tropa, que durante a ação, foi incapaz de executar uma manobra de desembarque¹³³.

Expediente sobre la toma de plaza y juicio a los jefes y oficiales de su mando, Juan de Prado, el marqués del Real Transporte y el conde de Superunda”. Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata [...]*, pp. 12-116, p. 54.

¹³¹ Marchena lembra que eram dois navios muito antigos: *Lord Clive* (antigo *Kingston*, seu nome foi mudado para *Lord Clive*, em homenagem a Robert Clive, herói da Companhia das Índias, que derrotou os hindus e franceses na cidade de Plassey, Bengala, abrindo a Bengala e a Índia ao comércio inglês) era um antigo navio de linha construído no final do século XVII, que tinha participado na captura de Gibraltar, na batalha de Vélez-Málaga, reformado em 1740, na Batalha de Tolón, na defesa de Menorca em 1756 e a batalha da Baía de Quiberon em 1759, quando os franceses tentaram desembarcar nas ilhas. Já a fragata *HMS Ambuscade*, (construída na França nos anos 30 como Emboscada) havia sido capturada pela marinha francesa em 1746 no Cabo Finisterre, e participou com a Marinha Real em várias batalhas no Atlântico, e na costa de Portugal em 1759, e finalmente vendida em Deptford em 1762 para a Companhia das Índias. Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata [...]*, pp. 12-116, p. 54.

¹³² Para Southey a fragata *Nossa Senhora da Glória* compunha-se de 38 canhões. Robert Southey, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1862, v. 6, p. 146.

¹³³ Segundo Marcelo Díaz Buschiazzo, o plano de assalto e saque da cidade de Buenos Aires foi desenvolvido pelo embaixador português, em Londres, Martinho de Melo e Castro, durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), através de uma carta com riqueza de detalhes do comerciante e espião britânico Joseph Reed em junho de 1759. Marcelo Díaz Buschiazzo, *Ataque de la flota combinada anglo portuguesa a la Colonia del Sacramento. El hundimiento del navio Lord Clive, 1763*, In, Emir Reitano; Cesar Possamai (coordenadores) *Hombres, poder y conflicto: Estudios sobre la frontera colonial sudamericana y su crisis*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (Estudios-Investigaciones; 55), 2015, pp. 176-184, p. 176.

É importante lembrar, que nesse momento, Gomes Freire desconhecia que a praça havia sido tomada pelas tropas castelhana e, muito menos, que seu governador Vicente Fonseca, desde o dia 2 de novembro, estava sob custódia espanhola. Informação que só chegou ao conhecimento das autoridades luso-brasileiras no dia 6 de dezembro. Além disso, o vice-rei desconhecia as ações do governador de Buenos Aires, que após a tomada da cidadela, sem expulsar os habitantes nem impedir as atividades comerciais, exigia dos cidadãos que prestassem homenagens ao rei de Espanha e pagassem os impostos correspondentes¹³⁴.

Enquanto isso, os desdobramentos da guerra na Europa ganhavam um novo contorno. A 3 de novembro, as cortes europeias assinaram um armistício, em Fontainebleau, pondo fim a Guerra dos Sete Anos. O tratado preliminar entre os reis Luís XV, da França, Jorge III, da Grã-Bretanha, e Carlos III, da Espanha, previa o restabelecimento da paz entre as coroas e a restituição das possessões ocupadas em tempos de guerra.

El Rey de la Gran Bretaña llevados del Reciproco deseo de restablecer entre sus Reales Personas, las unión, y buena correspondencia así para beneficio de la humanidad en General, como, por el de sus Reinos, Estados, y respectivos Vasallos, habiendo reflexionado poco después que el rompimiento de la Guerra entre la España y la gran Bretaña sobre el estado de la negociación del año pasado, no ha surtido el efecto que se habían prometido luego que sobre los puntos en controversia entre las coronas de España y de la Gran Bretaña, sus Majestades, Cristianísima y Británica empezaron a tener correspondencia para buscar los medios de ajustar las diferencias que subsisten entre sus Majestades, al mismo tiempo el Rey Cristianísimo habiendo comunicado al Rey de España sus favorables disposiciones S. M. Cath.^{ca} movido del mismo celo por el bien de la humanidad, y de sus vasallos, ha resuelto ampliar e extender las utilidades de la Paz, concurriendo á tan loables, intenciones. Por tanto sus Majestades Católicas y Cristianísima y Británica habiendo considerado con madura reflexión todos los precitados puntos, como también las diferencias, y acontecimientos q.e han sucedido durante la presente negociación, se han convenido de común acuerdo los Artículos abajo expresados que servirán de fundamento para el tratado de la futura Paz¹³⁵.

O tratado preliminar foi negociado entre os representantes de Espanha, França e Grã-Bretanha, respectivamente, marquês de Grimaldi, duque de Choiseul e duque de Bedford. Os espanhóis acabaram sendo os mais prejudicados pelo tratado. Territorialmente, ficava estabelecida a cedência a Inglaterra do território da Flórida,

¹³⁴ Fernando Jumar, *Colonia del Sacramento y el complejo portuario rioplatense, 1716-1778*, In, Hernán Asdrúbal Silva (Dir.) *Los caminos del Mercosur*, historia económica regional, etapa colonial, Mexico (DF), Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 2004, pp.163-199, p. 175.

¹³⁵ *Campaña del Brasil [...]*, p. 61.

além de Havana (Antilhas)¹³⁶ e Manila (Filipinas)¹³⁷. Aos portugueses devolveram a fortaleza de Almeida – conquistada durante a ação na Guerra dos Sete Anos – e, a praça de Colônia do Sacramento – conquistada durante a vigência do armistício¹³⁸. Economicamente, as perdas espanholas iam desde a cedência aos tribunais do almirantado britânico as presas marítimas, a permissão para que eles continuassem cortando madeira de Campeche, além de renunciar os direitos de pesca em Terranova¹³⁹.

Portugal só assinou o tratado preliminar um mês depois. Os portugueses voltaram a se relacionar diplomaticamente com os franceses, que perderam os territórios do Senegal, Canadá e Luísiana. D. José e seu cunhado Carlos III juridicizaram a desejabilidade de colocar um fim nas hostilidades entre Portugal e Espanha. O fim da Guerra dos Sete Anos finalizava o conflito entre as cortes ibéricas. O efeito do tratado foi transferido para a América do Sul, principalmente ao estuário do Rio da Prata. O cumprimento do tratado exigia dos castelhanos a devolução dos territórios conquistados – nesse caso, a praça de Colônia do Sacramento.

Os artigos 20 a 25 compreendem as negociações entre as cortes ibéricas.

El Rey de Portugal aliado de S. M. Británica se halla precisamente comprendido en estos artículos Preliminares, y sus Majestades Católica y Cristianísima se obligan a restablecer la Antigua Paz entre S. M. des y la fidelísima, y prometen primeramente que se establecerá una total cesación de Hostilidades entre las Coronas de Esp.^a y de Portugal y entre las tropas Españolas y francesas, por una parte, y las Tropas Portuguesas y las de sus aliados por la otra inmediatamente después de la ratificación de estos Preliminares, y que hasta una igual cesación quedará establecida en los mismos términos, y con las mismas condiciones que entre la Esp.^a la Francia, y la Gran Bretaña, y continuara hasta la conclusión del tratado definitivo, entre la España la Francia la Gran Bretaña y Portugal, secundariamente que todas las plazas y País de S. m. Fidelísima en Europa que hayan sido conquistadas p.r las armas Españolas y Francesas, se restituyan en el mismo estado en que estaban cuando las Conquistaron, y q.e en orn. á las Colonias Portuguesas en América, o en otra parte si hubiese habido algún convoy se volverá a quedar todo como estaba antes de la presente Grra. y se solicita que el Rey Fidelísimo se conforme con estos Artículos Preliminares lo más presto que sea posible¹⁴⁰.

¹³⁶ Conquistada pelos ingleses em 1º de agosto de 1762.

¹³⁷ Conquistada pelos ingleses em 22 de setembro de 1762.

¹³⁸ A devolução da Colônia só entrou em pauta durante a assinatura do tratado de paz assinado em Paris, a 10 de fevereiro de 1763.

¹³⁹ Fernando Martínez Laínez; Carlos Canales Torres, *Banderas Lejadas*, la exploración, conquista y defensa por España del territorio de los actuales Estados Unidos, Edaf, Madrid, México, Buenos Aires, San Juan, Santiago, Miami, 2009, 251-252.

¹⁴⁰ Artículo 20 do tratado preliminar. *Campaña del Brasil [...]*, p. 63.

Chegando à Montevideu a Companhia ficou sabendo da rendição de Colônia, que nesse momento trabalhava nos reparos dos estragos nos baluartes, parapeito e muralha causados pelo ataque espanhol. Havelle, ex-engenheiro a serviço de Portugal tinha passado para as tropas espanholas após a capitulação e, era o responsável pelas melhorias da praça.

A 30 de dezembro de 1762, o ministro Julian Arriaga comunicou Cevallos sobre a assinatura da convenção preliminar de paz, colocando fim à Guerra dos Sete Anos, entre Inglaterra-Portugal e França-Espanha, e demais membros do Pacto de Família¹⁴¹.

O contexto europeu de negociações diplomáticas e a ação militar castelhana no extremo sul da América imiscuiam-se com a notícia de morte de Gomes Freire, conde de Bobadela. Pelo Tratado de El Pardo, assinado em 12 de fevereiro de 1761, as duas coroas anularam o Tratado de Madrid, de 1750¹⁴². A 15 de agosto do mesmo ano, Espanha, França e Parma assinam o Pacto de Família, destinado a defender a casa borbônica. Entretanto, a notícia da assinatura do pacto só chegou em Buenos Aires a 20 de março de 1762, rapidamente << Cevallos se aprestó a reorganizar la guarnición porteña, sus milicias y a la conquista de la colonia y recuperación de aquellas tierras ocupadas últimamente por el Portugal al sur del Río Grande >>¹⁴³. No Rio de Janeiro, após 15 dias de enfermidade, na manhã de 1º de janeiro de 1763, Gomes Freire morreu, e um governo interino foi criado às pressas. Com a Junta Governativa¹⁴⁴, um conselho de quatro coronéis militares, que iam de ex-governadores a diretores de mapas¹⁴⁵, procurava esclarecer e perscrutar a situação militar da zona meridional. No aviso do governo interino do Rio de Janeiro ao do Brasil, responsabilizava o governador da Colônia, Vicente da Silva Fonseca, pela morte do vice-rei, pois a entrega da posse

¹⁴¹ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778* [...], p. 78.

¹⁴² Segundo Southey ambas as coroas saíram satisfeitas. Aos portugueses retornava a posse da Colônia do Santíssimo Sacramento, mais importante para os seus empreendimentos e, os espanhóis, questionavam a validação do Tratado, já que, a rainha Maria Bárbara era de nascimento portuguesa. In: Robert Southey, *História do Brasil*, v. III, Trad. Luís Joaquim de Oliveira e Castro, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, pp. 276-277.

¹⁴³ Alfredo G. Villegas, Introdução, Juan Beverina, *La expedición de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, p. 39.

¹⁴⁴ A Junta era formada por Frei Bispo do Rio de Janeiro, João Alberto de Castelo Branco e José Fernandes Pinto Alpoim.

¹⁴⁵ No Conselho estavam Pascoal Azevedo, ocupou o cargo de governador do Rio Grande; José Ignácio de Almeida, ex-capitão dos Dragões; Miguel Ângelo de Blasco, ex-mestre-quartel-geral e diretor de mapas de Gomes Freire e José Custódio de Sá e Faria.

mais austral as tropas castelhanas, em 29 de outubro de 1762, << concorreu muito para a total ruína da saúde [...] até chegar a perder a vida >>¹⁴⁶.

No mesmo dia da morte de Gomes Freire, num teatro de guerra secundário, às margens do Jacuí, as tropas chefiadas pelo capitão Francisco Pinto Bandeira derrotou uma partida castelhana comandada por Antônio Catani. O coronel, comandante das forças castelhanas nas Missões, tinha ordem expressa de Cevallos para atacar Rio Pardo, com uma tropa de soldados correntinos, acompanhados de mais de 2.000 índios armados de arco e flecha. Acampados nas margens do Jacuí, o comandante Catani ordenou ao sargento Juan Ramirez Pretto que fosse até Rio Pardo observar as posições lusitanas. Contudo, a manobra revelou-se um fracasso, o sargento foi descoberto e preso na fortaleza de Jesus-Maria-José. Interrogado, acabou confessando o propósito da empresa. Preventivamente, para impedir o avanço castelhano, o comandante da fronteira de Viamão e Rio Pardo, tenente-coronel Francisco Barreto Pereira Pinto ordenou ao capitão Francisco Pinto Bandeira um ataque preventivo. Executado na madrugada de 1º de janeiro de 1763, após uma marcha silenciosa que avançou entre picadas abertas, a surpresa envolveu as alas castelhanas, que, tomadas pelo pânico, fugiram desordenadamente. Entre as pressas de guerra estavam: 6 canhões, sendo 4 de bronze e 2 de ferro, 9 barris de pólvora, além de 9 mil cabeças de gado e 5 mil cavalos. Entre prisioneiros: um sargento-mor de Corrientes, três tenentes e um padre jesuíta. Todos foram enviados para a vila do Rio Grande. O padre que servia como chefe-de-artilharia acabou falecendo em Rio Pardo, e com ele foram encontradas cartas em latim do ex-padre Manoel da Rocha, que em Rio Pardo havia sido professor dos filhos do coronel Tomás Luis Osório¹⁴⁷.

Francisco Barreto Pereira Pinto narrou a investida do capitão Francisco Bandeira:

[...] mandando ele testemunha dar um assalto em um agrupamento em que se achava fortificado o tenente-coronel Antonio Catani num sítio a que chamam o Monte Grande e entrando com efeito o dito acampamento já se achava com trincheira e fosso se fizera prisioneira alguma gente entre a qual foram vários

¹⁴⁶ Bispo do Rio de Janeiro, [D. frei Antônio do Desterro], a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Rio de Janeiro, 7/01/1763, AHU_CU_017, Cx. 65, D. 6166; Ofício dos Governadores interinos da Capitania do Rio de Janeiro para o Governo interino do Estado do- Brasil, Rio de Janeiro, 8/01/1763, Eduardo Castro de Almeida, *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1914, v. II, p. 4; *Campaña del Brasil* [...], pp. 41-44.

¹⁴⁷ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul* [...], pp. 54-56.

índios e um sargento-mor correntino e um seu camarada e sabendo ele testemunha que o capitão Francisco Pinto Bandeira havia posto em liberdade não só aos índios dando a cada um seu cavalo mas ainda ao sargento-mor e companheiro e pedindo-lhe a razão desse procedimento lhe respondera deixara retirar os ditos dois correntinos por lhe mostrarem alguma parte da cavalaria digo parte da cavallhada que se achava oculta e a não ser esta a razão poderia ser a de alguma amizade e conhecimento que ele testemunha sabe tinha o dito Bandeira com o referido sargento-mor correntino mas de nenhuma sorte por interesse ou dádiva que ele recebesse¹⁴⁸.

Mac Namara ficou um mês na região do Rio da Prata, entre Maldonado e Montevideu, à espera de três transportes que ainda faltavam e de um prático que mandara buscar no Rio de Janeiro para refazer seus planos ofensivos. Dada a situação da Colônia, após um Conselho de Guerra, resolveu mudar a estratégia, atacando, em primeiro lugar, a Colônia do Sacramento, para depois investir em Buenos Aires.

A 6 de janeiro, logo depois do meio-dia, três embarcações entraram na embocadura do Rio da Prata bombardeando a praça. As baterias em terra responderam com balas incandescentes. Por um tempo, a artilharia anglo-portuguesa quebrou a defesa castelhana disparando balas lisas (balas), de alavancas (balas unidas por correntes ou um ferro) e estilhaços (pequenos pallets e estacas de metal). No total, até às quatro horas da tarde dispararam um total de 2.337 projéteis. Às três horas da tarde, após vários danos às baterias e aos canhões espanhóis, iniciou um incêndio na nau *Lord Clive*, em consequência de uma bala vermelha disparada da bateria de Santa Rita. O episódio alterou os rumos do ataque. A cobertura ficou a arder. A nau não chegou a explodir, mas naufragou rapidamente. As perdas foram consideráveis: 500 homens da tripulação, apenas dois salvaram-se usando botes, 80 oficiais e marinheiros atingiram a costa a nado e foram feitos prisioneiros. Mac Namara, comandante da esquadra, morreu afogado. Já Joseph Reed morreu no início do duelo. As outras embarcações também sofreram na refrega. *Ambuscade* teve mais de 40 rombos e 80 homens morreram. *Nossa Senhora da Glória* pouco sofreu. Em terra, os espanhóis pouco sofreram além da morte de um oficial e três soldados. As críticas do governador de Buenos Aires foram diretamente ao comandante da esquadilha castelhana, acusando o Sarriá de não participar da ação defensiva e de, durante o ataque, na precipitada fuga encalhar a

¹⁴⁸ Test. Francisco Barreto Pereira Pinto, *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande às tropas castelhanas, 1764*, Rio Grande, Biblioteca Rio-grandense, 1937, pp. 15-16.

fragata *Victória* na Ilha de São Gabriel, ao invés de desencalhar mandou desarmar a fragata, conduzindo os canhões para terra firme e afundou-a¹⁴⁹.

Depois da fracassada ação, os barcos singraram para o Rio de Janeiro. As intempéries dificultaram o retorno. Só chegaram nos dias 24 de fevereiro e dois de março. *Ambuscade* ainda parou na Ilha de Santa Catarina para os reparos e tratamento dos feridos, posteriormente regressou a Lisboa e seguiu para Londres, dando conta da fracassada missão¹⁵⁰.

Após o fracassado ataque e a retirada da esquadra anglo-portuguesa Cevallos seguiu sua campanha em direção a vila do Rio Grande. Com um exército composto de mais de dois mil homens, entre tropas de linha e milicianos de Montevideu, além de índios missioneiros, a marcha sobre Castilhos Grande onde os portugueses mantinham dois fortes: Santa Tereza e São Miguel.

2.2 A conquista castelhana da vila do Rio Grande

A 2 de janeiro foi levantado um mapa das fortificações na fronteira de Santa Teresa¹⁵¹. A 16, a Junta Governativa baixou ordens e instruções expressas à dupla

¹⁴⁹ Na carta endereçada ao ministro Julian Arriaga, de 20 de fevereiro de 1763, Pedro de Cevallos descreveu como foi a ofensiva da frota anglo-portuguesa no dia 6 de janeiro. Pode ser encontrada na íntegra em: *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 36-39; Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil* [...], pp. 204-205, pp. 154-155; Aníbal M. Riverós Tula, *Historia de la Colonia del Sacramento (1680-1830)* [...], pp. 646-647; Adolfo Kunsch Oelkers, *Incendio y Naufragio del Lord Clive*, en *Naufragios en Colonia*, Patrimonio Histórico, Torre del Vigía Ediciones, Montevideo, 2003. Após a ação, Cevallos determinou a prisão de Sarriá e demais oficiais navais, que foram enviados como prisioneiros para Cádiz. Após a apuração das responsabilidades declararam inferioridades em armas e, para surpresa do governador de Buenos Aires, foram declarados inocentes. Ver “Dictamen del Supremo Consejo de guerra sobre el proceso obrado al teniente de navío don Carlos Joseph de Sarriá”, *Academia de la Historia, Colección Jesuitas*, T. XL, fol. 252, citado em: Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata* [...], pp. 12-116, p. 55. Marcelo Díaz Buschiazzi lembra ainda, que dos 78 marinheiros, após o resgate, receberam o conjunto de roupas: uma camisa, uma calça, um colete e um chapéu. Posteriormente, Cevallos determinou o envio dos prisioneiros para Buenos Aires com ordens para serem enviados para o interior, Córdoba e Mendoza. Alguns ainda foram enviados para o Chile. Marcelo Díaz Buschiazzi, *Ataque de la flota combinada anglo portuguesa a la Colonia del Sacramento...* pp. 176-184, p. 183. Em 2004, pesquisadores uruguaios chefiados por Ruben Collado encontraram a nau inglesa *Lord Clive* nas proximidades da cidade de Colônia do Sacramento, capital do Departamento de Colônia. Em 2015, após receber autorização do Estado uruaio iniciaram o processo de resgate da embarcação. Entretanto, até o momento não foi finalizado. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/collado-prepara-rescate-navio-ingles-lord-clive.html>.

¹⁵⁰ Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil* [...], p. 155.

¹⁵¹ Mapa das fortificações levantadas na fronteira de Santa Teresa, Castilhos, 2 de janeiro de 1763, *RIHGB*, XXI, 1858, p. 333. A fortaleza de Santa Teresa foi construída pelo engenheiro português João Gomes de Melo, sob ordem direta de Gomes Freire. O forte era uma fortificação urgente e temporária, que previa a obstrução das tropas castelhanas em território mais meridional. Por outro lado, aproveitando-se da construção, após a capitulação da fortaleza pelas tropas lusitanas, o engenheiro espanhol Francisco

Osório-Madureira. Ao governador a preocupação recaía sobre a segurança defensiva da vila do Rio Grande e cobrava dele celeridade nas ações protetivas. A estratégia desenvolvida pelos coronéis era fazer do canal do Rio Grande a principal defesa; para isso, era preciso fortificar a margem do canal, evitando, dessa forma, a passagem do inimigo. A Junta onerou a Madureira, além do pagamento do soldo as tropas, o envio de suprimentos para o lado norte. Prescientes, os coronéis lembravam que a ordem de retirada devia seguir com precaução. Contudo, antes de abandonar o posto, tinha de demolir o forte da vila e levar o povo para o outro lado, quando o inimigo chegasse nas proximidades da Angustura de Castilhos. Entretanto, o governador estava autorizado a tomar essas providências, se os castelhanos apresentassem como forças muito superiores a dos lusitanos:

Prevenimos porém V. S^a o seguinte e é que como essa povoação do Rio Grande de São Pedro com razão se julga não ser defendida por ser um lugar aberto neste caso mandará V. S^a quanto antes passar que tem nela ao lado do Norte e também todas as minhas munições de pólvora e balas as de boca de sobrescelente porque dado o acaso de entrarem nela os castelhanos se não utilizem do que aí há pertencente a Fazenda Real pois o forte de estacada que se erigio nessa Vila não parece obra suficiente para nele se conservar cousa alguma não só pela matéria da sua construção mas pelo terreno incapaz dessa Vila em que é erigida e assim se deve demolir logo que passar o povo ao outro lado porque não digam os inimigos nos seus manifestos ganharam uma fortaleza.

Da parte do Norte mandará V^a S^a cavalgar todas as peças que se poderem montar nas carretas que há ou sobre carros dos moradores com a sua trincheira por diante para disputar ao inimigo o passo daquele largo Rio e da mesma sorte deitar partidas pelas praias daquele lado até a barra embarçar qualquer desembarque que intentem fazer em algumas canoas e estas peças devem estar montadas antecipadamente porque na próxima ocasião não poderá haver tempo para o fazer.

A passagem do povo se deve fazer no tempo que tiver os inimigos ganhado Angustura e para a passagem deste haver embarcações prontas com guarda suficiente para se passar ao lado do Norte cujas notícias poderam ter antecipadas pelos avisos do dito coronel sendo a Tropa a última que passe.

[....] Deve V^a S^a por embarcações prontas para conduzir a artilharia e munições no passo do rio São Miguel e se esta for armada com alguns pedreiros será muito melhor. Todas estas prevenções adiantamos a V^a S^a para o caso de que os nossos inimigos venham com forças superiores a atacarmos na Angustura de forma que lhe não possamos rebater como esperamos¹⁵².

Rodrigues Cardoso reformulou-a. Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata* [...], pp. 12-116, p. 56.

¹⁵² Junta Governativa a Elói de Madureira, Rio de Janeiro, 16/01/1763, In, Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul* [...], pp. 125-126.

Para Osório, as recomendações estratégicas eram adotar como tática defensiva um conjunto de métodos de guerra de movimento e, se necessário, de posição¹⁵³. Recomendava ao coronel, << antecipadamente pelas suas partidas avançadas examinar se o inimigo a marcha ao Rio Grande e a força com que o faz para poder inferir se as suas são suficientes até fazer oposição >>, continua a Junta, dizendo: << sendo mui desiguais seria temeridade em um campanha aberta expor sem vantagem a perder toda a tropa do seu comando >>. As partidas ainda deviam servir para << retirar a tempo a artilharia e munições >>.

Além de guarnecer e sustentar a posição, Osório devia << embaraçar as entradas [do inimigo no] país >>, e como preocupação defensiva, para que << o inimigo lhe não possa cortar os socorros de que há de carecer pois este o poderá impedir ao mesmo tempo por justo da fortaleza de São Miguel¹⁵⁴ e por São Gonçalo por donde se faz preciso trazer espias e partidas que avisem dos movimentos daquelas campanhas >>. O cuidado, como de costume, também recaía sobre os índios das Missões. Em caso de não suportar forças suficientes, a Junta Governativa recomendava ao coronel a reunião com demais oficiais em Conselho de Guerra a decisão de << retirar-se para conservar a sua tropa pela não deixar ou morta ou prisioneira >> e, para os coronéis << o mesmo destino poderá seguir a que guarnecer o forte de São Miguel >>. Além de informar o governador com repetidos avisos, em caso de retirada o coronel devia empenhar-se com toda cautela. << Não podendo V^a S^a embaraçar a entrada do inimigo continuara a sua retirada até a Vila do Rio Grande da qual passará ao lado do norte para a defender para o que achará embarcações prontas para se transportar >>¹⁵⁵.

Para Cevallos, as tropas luso-brasileiras estavam bem armadas e equipadas. Fortificados na << angostura del Chuy, a veinte y cinco leguas de Maldonado [as tropas luso-brasileiras] tiene un cuerpo de más de mil hombres, con artillería, crecido número de caballos, y carruajes >>. Uma ofensiva exigia cautela e era imprescindível << desbaratarlos >> antes do inverno, lembrava o governador de Buenos Aires. Clausewitz recorda em sua obra *Da guerra* que uma campanha lançada no inverno demanda

¹⁵³ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778*[...], p. 79.

¹⁵⁴ A fortaleza de São Miguel era uma fortificação mais antiga que a de Santa Teresa. Construída pelo engenheiro-militar José da Silva Pais, em 1737, localizada na “linha de Castilhos Grande” do Tratado de Madrid (1750), limitava os território de ambas as coroas. Coleção de documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Páez”, em, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, N.109, 1949, citado em: Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata* [...], pp. 12-116, p. 56.

¹⁵⁵ Carta da Junta Governativa ao coronel Tomás Luis Osório, Rio de Janeiro, 16/01/1763, In, Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul* [...], pp. 127-128.

conhecimento << de combate aplicado ao solo [e] aplicada a estação >>¹⁵⁶. Além das intempéries, o comandante castelhano temia sofrer uma contra-ofensiva. Em Maldonado, sob seu comando, existiam << pocas fuerzas >> para defender o porto e uma ofensiva luso-brasileira evidenciaria a iminente derrota. Além disso, << podrán causar gravísimos perjuicios al servicio de S. M. >>, advertia Cevallos. << Pueden apoderarse >>, disse o comandante, e sem tropas << se ha imposible desalojarlos >>¹⁵⁷.

Em outro teatro de guerra, Madureira exteriorizava a vontade de defender a vila, mas também, como de costume, reforçava as críticas ao coronel Tomás Luís Osório. A feitura da ação defensiva periclitava frente a assimetria administrativa do território. Madureira queixava-se de Osório, dizendo que o coronel dos Dragões abusava de << peditórios >>. Contudo, afirmava envaidecido: << tenho tido a felicidade que até hoje lhe não tem faltado coisa alguma do que me tem pedido >>. Ao vice-rei, creditava seus valores de fidelização e afiançava dejúrio ao reino: << pela minha honra [...] que sou português, e que me ei de defender em quanto me for possível, dando mil vidas se as tivera pelo meu rei e pelo meu general a quem devo tanto >>, escreveu ele¹⁵⁸.

A estratégia de Madureira foi malograda. Se não bastasse isso, Cevallos propôs uma ação ofensiva antes de ficar restrito à ação defensiva. Mesmo com poucas forças << ay de ir a atacar a los enemigos en el citado puesto, en el cual tienen sobre su derecha una fortaleza llamada de S.n Miguel, que no se puede tomar sino batiéndola con artillería gruesa >>¹⁵⁹, escreveu Cevallos ao ministro Arriaga. Com soldados mobilizados, a agressão castelhana seria baseada na surpresa, que segundo Clausewitz, << quando é altamente bem sucedida, as consequências são a confusão e uma quebra de coragem nas fileiras inimigas >>¹⁶⁰.

A 8 de abril, Cevallos saiu de Maldonado, reforçado de mil homens entre dragões e milicianos. Com uma tropa composta de uma parte de soldados profissionais, << el resto eran compelidos, gauchos y vagabundos de las campañas >>¹⁶¹. Nas proximidades do forte de Santa Teresa, tratou logo de levantar uma bateria e iniciar, ainda no dia 15. Determinado, ordenou ao general Carlos Murphy e ao mestre-de-campo

¹⁵⁶ Carl Von Clausewitz, *Da guerra*, Trad. Inês Busse, Lisboa, Europa-America, s/d, p. 115.

¹⁵⁷ Cevallos a Arriaga, Colonia del Sacramento, 26/02/1763, *Campaña del Brasil*, [...], t. 3, p. 48.

¹⁵⁸ Madureira a Bobadella, Rio Grande, 25/01/1763, *Campaña del Brasil*[...], t. 3, p. 40; *RIHGB*, 1858, t. XXI, pp. 331-333.

¹⁵⁹ Cevallos a Arriaga, Colonia del Sacramento, 26/02/1763, *Campaña del Brasil*[...], t. 3, p. 48.

¹⁶⁰ Carl Von clausewitz, *Da guerra* [...], p. 182.

¹⁶¹ Alfredo G. Villegas, Introdução, Juan Beverina, *La expedicion* [...], p. 42.

Manoel Domingues o reconhecimento do terreno para avançar as tropas em direções próximas às defesas lusitanas. Dois dias depois, o próprio Cevallos decidiu fazer o reconhecimento das posições portuguesas, notou que o forte e o entrincheiramento de Santa Teresa impediam o alcance dos tiros pelo fosso aberto. Nessas condições ordenou, ainda na noite do dia 17, a construção de uma bateria de 6 canhões de 12 calibre¹⁶².

Nesse momento, Osório já tinha conhecimento da movimentação das tropas castelhanas. Informações dadas pelos espias e por um vigia do baluarte, que no dia 15 de abril, após visualizar uma grande poeira, determinou ao capataz da cavallhada Domingos de Morais Navarro, com quatro homens, fazer um reconhecimento daquele fato. Ao voltar, Navarro informou a existência de um forte destacamento inimigo. Imediatamente, Osório determinou a Navarro uma nova campanha de observação. Pelas nove horas da noite, Navarro e os companheiros que o acompanhavam seguiram pela costa do mar, e na barra da lagoa de Castilhos, no amanhecer do dia 16, deu voz de prisão à dois espanhóis em uma pequena barraca¹⁶³.

Os espanhóis presos na campanha de Navarro foram levados à presença do coronel, e Osório ficou sabendo da presença e objetivo das tropas inimigas. Depois de interrogados, foram soltos. Osório concedeu-lhes cavalos e mandou um recado para Cevallos: se ele intentasse atacar o baluarte, teria resistência. Em depoimento, Navarro narrou a investida:

Desde que apareceram os inimigos até o dia em que se lhe entregou a fortaleza o que tudo sabe por ser o primeiro capataz das cavallhadas de El Rei que se achou em quase todas as ocasiões e vem a ser que tendo o dito coronel notícia no dia 12 de abril por um soldado vigia de que no sítio de chifalote se tinha visto muita pueira mandara a ele testemunha explorar o campo e saindo com mais quatro camaradas só puderam divizar duzentos cavalos dos inimigos que avançando-se expaço de duas léguas pela campanha tornaram a retroceder para trás pelos mesmos passos cuja notícia trouxe ele testemunha ao dito coronel pelas nove horas da noite e tornando a sair para fora com outros quatro camaradas pela retaguarda do inimigo e chegando a barra de Castilhos grandes já de dia deram em uma barraca que ali viram onde fizeram dois prisioneiros que trouxeram ao dito coronel que ao mesmo disseram e em caminho haviam também dito a ele testemunha que o general dos inimigos marchava com três mil homens compreendendo índios, peãos, paisanos e tropas, dez peças de artilharia porém estas por montar arrastadas em uns paus a que chamam vulgarmente zorra dois morteiros e muitas munições vindo as carretas da mesma artilharia ocupadas de fachina e dizendo os ditos prisioneiros um que era cozinheiro e outro caçador do dito general inimigo

¹⁶² Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul [...]*, p. 79.

¹⁶³ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul [...]*, p. 82.

lhe mandou o dito coronel aquele dizendo a ele testemunha que se mostrara estimulado daquela ação que era estilo na campanha que tudo o que se prisionava que dicesse respeito a barraca dos generais mandar-se-lhe por mais viva que fosse a guerra¹⁶⁴.

No dia 16, das muralhas, sentinelas luso-brasileiras avistavam a movimentação das tropas castelhanas. Era a vanguarda do general Carlos Murphy aproximando para ocupar as posições determinadas pelo comandante das tropas castelhanas. No dia seguinte, a ofensiva ficou evidente, Cevallos era visto acompanhado de forte escolta examinando todo o terreno, desde a praia até as muralhas¹⁶⁵.

Enquanto Cevallos seguia ordenando o avanço, construindo uma linha de trincheiras e obsidiando a fortaleza, Osório movimentava pequenas partidas de reconhecimento. No mesmo dia 17, o coronel, acompanhado de João Alves Ferreira, comandante da Fortaleza de São Miguel, e do ajudante engenheiro João Gomes e mais oficiais fizeram um reconhecimento do ponto onde havia estado Cevallos e seus oficiais. Nessa noite, estando de guarda o alferes-de-dragões João Barbosa da Silva, entre nove e dez horas da noite, << sentindo rumor para a parte onde haviam estado os inimigos como de que se cavava na terra >>, deu logo aviso ao coronel através de um emissário. Osório estava acompanhado do capitão João Alves Ferreira que prontamente foi averiguar e << observar os inimigos estavam principiando a abrir trincheira >>. As forças castelhanas sinalizavam o cercamento. Na muralha, o comandante da Fortaleza de São Miguel, com João Barbosa, << aplicando o ouvido assentara ser verdade >>. O alferes de dragões intentava surpreender o exército inimigo, dizendo: << se devia atirar para aquela parte para impedir o trabalho dos inimigos >>. Entretanto, o dito capitão respondeu: << o não fizesse sem ordem do mesmo coronel [Osório] que lhe não mandou >>. Contudo, Barbosa insistiu na campanha << mandou atirar somente na peça e com efeito efeito pela manhã apareceu a dita trincheira já principiada no mesmo sítio em que se havia sentido o rumor e mesmo se havia também observado pelos piquetes que se achavam na vala do lado direito donde também se atiraram alguns tiros com uma peça de amiudar >>¹⁶⁶.

Os castelhanos seguiam flanqueando a cidadela. Desacreditado, Osório ordenou uma nova partida para examinar as forças inimigas. Domingos de Moraes Navarro saiu

¹⁶⁴ Test. Domingos de Moraes Navarro, *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande* [...], pp. 35-36.

¹⁶⁵ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul* [...], pp. 82-83.

¹⁶⁶ Test. João Barbosa da Silva, *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande* [...], pp. 28-29.

<< as onze horas da noite do dia dezessete a descobrir os movimentos do inimigo e trazendo-lhe o desengano de que o mesmo se estava principiando a cobrir o sítio da pedreira >>. Prontamente, João Alves Ferreira, comandante da Fortaleza de São Miguel, << se ofereceu para ir dar sobre o mesmo inimigo ao que o dito coronel respondeu que era ir perder gente baldamente o que era melhor dar-lhe de dia >>¹⁶⁷.

No dia 18, as informações sobre as movimentações castelhanas confirmaram-se. Perdido no contexto da guerra e inoperante na ação militar, Osório determinou a organização de um contingente de 150 dragões, acompanhados de 70 auxiliares a cavalo – Campanha que já tinha sido proposta pelo capitão Alves Ferreira. A empresa foi narrada por Miguel Lopes de Toledo:

[...] na manhã do dia dezoito se achou quase coberto do fogo da mesma trincheira ou fortaleza e saindo nessa mesma manhã uma partida de cento e cinquenta homens de pé e coisa de trinta e poucos mais ou menos de cavalos em que entrou ele testemunha com tensão de investirem aos ataques dos inimigos chegando a meia distância de caminho deram alguns tiros com duas peças de amiudar que levaram e acudindo alguns piquetes dos inimigos em socorro dos seus ataques fizeram os nossos alto e mandando o capitão João Alves Ferreira comandante da dita partida dizer por ele testemunha ao coronel que se achava sobre a muralha que os inimigos vinham engrossando e que não obstante isso se determinava que avançasse e faria como os soldados estavam pedindo o dito coronel lhe mandou por resposta que queria saber se na quebrada da lomba tinham os inimigos muita gente e mandando o comandante examinar a que teriam por um soldado chamado Santiago que se acha hoje preso entre os inimigos este lhe viera dizer que poderiam achar-se ali coisa de duzentos homens cuja resposta mandando o dito comandante pelo mesmo soldado ao referido coronel este mandara por última resolução que se retirasse o que se fez porém muito contra vontade daquela gente segundo as demonstrações que ele testemunha lhe viu fazer maiormente depois que alguns dos castelhanos saíram a descoberto a chamarem com os chapéus e a fazerem outros sinais de zombarias¹⁶⁸.

A campanha foi um desastre. As forças luso-brasileiras fugiram desordenadamente. Osório perdeu a pouca confiança militar que lhe restara. As tropas viam com desconfiança a defesa do baluarte.

Recolhidas as tropas, Osório chamou todos os oficiais para um Conselho de Guerra, conforme as recomendações da Junta Governativa de 16 de janeiro de 1763. Mas, quando chegou a notícia de um peão desertor da Colônia, de que as tropas castelhanas se aproximavam com dois mil homens pela frente e 500 na retaguarda foi suficiente para os soldados luso-brasileiros abandonarem seus postos e determinar a

¹⁶⁷ Test. Domingos de Morais Navarro, *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande* [...], p. 36.

¹⁶⁸ Test. Miguel Lopes de Toledo, *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande* [...], pp. 80-81.

ação do coronel. Tomás Luis Osório ordenou a Domingos de Moraes Navarro distribuisse cavalos a << todo o mundo brancos e pretos homens e mulheres sem exceção de pessoa >>. O resto dos cavalos destinados a vila do Rio Grande para servir ao governador¹⁶⁹.

Aproveitando-se da incapacidade militar dos luso-brasileiros, as tropas castelhanas ocuparam o forte de Santa Teresa, em 19 de abril de 1763. Um mês antes, partiam da Colônia do Sacramento. A 24 de agosto de 1763, o governador de Buenos Aires narrou a investidura ao ministro Arriaga:

[...] salí de Maldonado el día ocho de abril con poco más de mil hombres entre Dragones, y milicianos, y favoreciéndonos Dios con buen tiempo pasamos sin especial dificultad todos los Pantanos y Ríos a nado, y llegamos el diez y seis acampar a corta distancia de los enemigos. Al día siguiente pasé con un destacamento a reconocer su situación y hallé que esta era muy ventajosa, habiendo construido in Fuerte llamado de Santa Theresa de cuatro Baluartes en el Cerro más alto que media entre el mar, y la Laguna, en tal proporción que por ser muy estrecha la angostura en este paraje alcanzaba el cañón a una y otra parte hasta cuyos extremos se extendía por ambos lados la trinchera con un ancho y profundo foso. – Sin embargo advertí que a tiro de fusil de la Fortaleza había una altura de donde se les podía batir bien, por cuyo motivo dispuse que aquella misma noche se trabajase en hacer una batería, y el día siguiente luego que estuvo concluida se llevaron los cañones y todo lo necesario, favoreciéndonos para esto algunas quebradas del terreno, a cuyo abrigo se colocó la Guardia competente, sin que el fuego que hicieron toda aquella noche, y el inmediato día nos hubiese causado más daño que la muerte de un Peón¹⁷⁰.

A estratégia desenvolvida pelo comandante dos Dragões foi tão mal planejada e executada que em menos de um mês os espanhóis tinham ocupado todos os pontos meridionais. Após tomar a praça de Colônia do Sacramento, gradativamente, Pedro de Cevallos movimentou seu exército rumo ao território mais meridional da América portuguesa. Segundo Golin, Cevallos era o principal << executor da posição castelhana >>, cuja manobra ofensiva consistia: << em fazer os luso-brasileiros refluírem à antiga linha de Tordesilhas [...] esse meridiano legitimava as terras do Rio Grande como possessão espanhola >>¹⁷¹.

Tomás Luís Osório, o comandante em exercício e responsável pela defesa do forte entregou << sem dar um tiro aos inimigos >>¹⁷², registrou em seu depoimento o

¹⁶⁹ Test. Domingos de Moraes Navarro, *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande* [...], pp. 36-37.

¹⁷⁰ Cevallos a Arriaga, Rio Grande, 24/08/1763, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 49-53, p. 50.

¹⁷¹ Tau Golin, *A guerra guaraníca*, como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul, 2.ed. Passo Fundo, Ediupf, 1999, p. 37.

¹⁷² Manoel da Costa de Moraes Barbarrica, *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande* [...], p. 17.

Provedor da Fazenda Real, Manuel da Costa de Moraes Barbarrica. A ação castelhana foi devastadora. Cevallos organizou seu exército em movimentos rápidos pelos flancos, imobilizando qualquer ação das tropas luso-brasileiras. Cercados, a soldadesca fora completamente neutralizada. Nesse momento, nada podia deter o avanço castelhano. Já ocupavam todo o entorno da cidadela. As poucas tentativas de contratacar foram perdidas. Restava aos poucos dragões, ordenanças e paulistas a desordem ao presenciar o dismantelamento da zona fortificada. Osório ainda instruiu o coronel Elói de Madureira que << passasse com antecedência a artilharia, munições e víveres ao lado do norte do dito Rio Grande, e que nele montasse as peças que pudesse, e se cobrisse com uma trincheira para dela disputar ao inimigo o passo daquele largo rio e o fizesse de sorte que dado o caso de entrar este naquela vila >>¹⁷³. Sobre a ocupação do forte o próprio Cevallos relatou toda a ação:

[...] se retiraron atropelladamente al Fuerte antes que los nuestros pudieren alcanzarles, sino que desde luego poseídos de un terror pánico empezaron a desbandarse perdiendo la obediencia, y el respeto a sus oficiales, voceando que no querían esperar a ser despedazados de los Castellanos, y con efecto luego que entró la noche se fueron descarriando sin orden, ni con cierto, quedando solamente trescientos Dragones con todos los oficiales, que eran veinte e dos, y el Coronel Comandante Don Thomas Luis Osorio. Noticioso yo de este desorden di todas las disposiciones necesarias así para escalar inmediatamente el Fuerte, como para seguir el alcance de los fugitivos, y al mismo tiempo de ponerse en excusión uno y otro, procurando el expresado Osorio evitar este lance envió un oficial a pedirme suspendiese el atacarlos, pues estaba con todos los que le acompañaban a mi disposición, respondile se entregase luego con todos ellos a discreción y mandando al mismo tiempo entrar en el fuerte toda la tropa que estaba en la batería, con la orden de que desarmando y poniendo en paraje seguro a los soldados tratasen con atención, y cautela a los oficiales, y que se mantuviese sobre las armas, hasta que siendo de día se diesen las disposiciones que pareciesen convenientes.¹⁷⁴

Aproveitando-se do terror das tropas, Cevallos ordenou a quatro destacamentos: um deveria marchar sete léguas – distância entre os fortes de Santa Teresa e o forte de São Miguel – e intimar o governador a capitular; dois destacamentos deveriam reunir os cavalos deixados pelos soldados luso-brasileiros e, posteriormente, reunir-se com o destacamento em São Miguel; << otro más numeroso para sostener los primeros, debiendo venir todos tres con la mayor diligencia a este pueblo afín de cortar enteramente el paso a los fugitivos y no darles lugar a que se llevaran la artillería y

¹⁷³ Governo interino do Rio de Janeiro ao governo de Lisboa, Rio de Janeiro, 30/07/1763, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 272-276, p. 273.

¹⁷⁴ Cevallos a Arriaga, Rio Grande, 24/08/1763, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 49-53, p. 51.

pertrechos de guerra >>. Os destacamentos flanquearam rapidamente a cidadela e demais pontos fortificados. A infantaria, soldados a pé, estava fortemente apoiada pela artilharia. Neutralizado, o comandante de São Miguel, João Alves, << se rendió a discreción entregando a los nuestros el castillo con toda su artillería, que se reducía a quince cañones, las municiones, pertrechos, y cuanto había en el >>, relatou Cevallos¹⁷⁵.

A ordenada marcha castelhana em direção a vila do Rio Grande, tardiamente preocupou o governador. A rendição das tropas luso-brasileiras estacionadas na fortaleza de São Miguel deram, além de domínio sobre a cidadela para os castelhanos, confiança ao exército em estender seu campo de ação. Entretanto, somente no dia 20 de abril, depois de receber a carta do dia 18 do coronel Osório, Elói de Madureira mostrou-se preocupado. Nesse dia, reuniu na casa do governo o provedor, o tesoureiro, o escrivão da câmara, além dos homens bons da localidade. Ali, comunicou o teor das instruções – que vinha omitindo – da Junta Governativa, de 16 de janeiro. Em sua defesa justificou a omissão das instruções dizendo que não queria causar pânico na população e, ordenadamente efetuar a travessia do canal¹⁷⁶.

Entretanto, com a chegada dos primeiros fígitivos de Santa Teresa à vila, o pânico foi geral. A 22 de abril, o capataz Domingos de Morais Navarro chegou à vila do Rio Grande com 3.000 cavalos e mais 122 homens. Tinha ordens para entregar ao governador a cavallhada e aguardara as determinações de Madureira. A chegada de Navarro aumentou a confusão. O governador, desorientado, apenas ordenou ao capataz que atravessasse com os animais para o lado norte, a nado. Dois dias depois, Navarro efetuou a travessia, aproveitando-se do baixo nível do canal, em frente a ponta da Macega¹⁷⁷.

Madureira não organizou a retirada. Além de descumprir as ordens de 16 de janeiro, sem consultar a Junta Governativa e muito menos as autoridades no Rio Grande marchou para Viamão. A desordem foi geral. Os oficiais e militares exaltaram-se contra o governador. A situação chegou a tal ponto, que um soldado disparou contra Madureira. O governador foi salvo pelo provedor Manoel da Costa Barbarica. Em seu depoimento, Barbarica expôs a situação:

¹⁷⁵ Cevallos a Arriaga, Rio Grande, 24/08/1763, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 49-53, p. 51.

¹⁷⁶ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul* [...], p. 98.

¹⁷⁷ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul* [...], p. 99.

[...] o dito governador nao executou as ordens do Governo Geral de que se faz menção tendo bastante tempo para o poder fazer nem ainda a participou a ele testemunha nem a pessoa alguma se não depois dos inimigos terem entrado arrebatadamente a tempo que ja se não podia executar a dita ordem pela confusão em que se pos a dita Vila sem obediência do dito Governador nem a ele testemunha e ainda por não haverem embarcações bastantes para tanto transporte e assim todos cuidaram em por se em salvo da outra banda do Rio sendo o dito governador dos primeiros e deixando a ele testemunha na dita Vila vendo-se desamparado de todos e ainda dos seus oficiais se passou do mesmo lado do Norte em seguimento do dito governador e foi tal a desobediência que se teve ao dito governador que estando já na parte do Norte o soldado dragão chamado Manoel Antônio levantara uma arma para atirar ao dito governador e a ele testemunha que junto do mesmo governador estava o que não executou por que o mesmo governador se prevenira de outra arma para atirar ao dito soldado e por isso nem um nem outro disparou¹⁷⁸.

No intervalo de cinco dias as tropas castelhanas tomaram as fortalezas de Santa Teresa, São Miguel, vila do Rio Grande e a Barra do Norte.

No dia 24 de abril, José Molina, comandante das tropas castelhanas, entrou sem qualquer resistência na vila do Rio Grande. << Esta mañana logramos entrar en este pueblo de Rio Grande con los destacamentos que Vd. Se sirvió destinar para este efecto, sin encontrar en el resistencia alguna, porque el gobernador y la tropa de aquí avían marchado a la otra banda >>, relatou José Molina, concluindo que << luego que los paulistas que huyeron de S.ta Theresa les dieron aviso de quedar prisioneros cuantos no pudieron huir de aquel fuerte >>¹⁷⁹.

2.3 Consequências da conquista castelhana da vila do Rio Grande

A fuga desesperada forjou os prejuízos para a coroa, o vice-reino e ao Continente. Por outro lado, transpareceu a fragilidade das autoridades locais e militares. Acuados, os responsáveis pelo defendimento da cidadela capitularam. Deixaram para trás, além de uma população desesperada: petrechos de guerra, imensa quantidade de pólvora, quatro mil cavalos e milhares de gado vacum espalhados pelos campos¹⁸⁰. Segundo Molina, em poder castelhano ficaram: 12 canhões de 12 e outros calibres, 2 morteiros grandes, mais de 300 quilos de pólvora, além de granadas e balas de canhão¹⁸¹. A 31 de julho, todos os petrechos e munições de guerra foram inventariados por Vicente de Reyna Vazquez.

¹⁷⁸ Manoel da Costa de Moraes Barbarrica, *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande* [...], p. 17.

¹⁷⁹ Molina a Cevallos, Rio Grande, 24/04/1763, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 53-54, p. 53.

¹⁸⁰ Cevallos a Arriaga, Rio Grande, 24/08/1763 *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 49-53, p. 51.

¹⁸¹ Molina a Cevallos, Rio Grande, 24/04/1763, *Campaña del Brasil*, [...], t. 3, pp. 53-54, p. 54.

A capital da capitania foi transferida para Viamão, << que era até então um registro para cobrança dos direitos da Fazenda Real pelo comércio de animais muares >>¹⁸², consequentemente, a população seguiu os rastros da elite administrativa. Aventureiros infiltravam-se para abocanhar terras, estâncias, rebanhos inteiros, além de cavalos e propriedades.

A chegada dos espanhóis a vila provocou um exôdo de mais de quinhentas famílias em direção à região setentrional do Continente, destas, calcula-se que dois terços para a região de Viamão. Segundo Fábio Kuhn, quando 80% dos moradores da única vila do Continente fugiram diante da chegada dos inimigos espanhóis. Resalta ainda que, o impacto dessa migração, pode ser percebida pela gradual subida no número de registros de batismo a partir de 1763. Por outro lado, o novo contingente somou-se aos açorianos espalhados há mais de uma década e aos guaranis missioneiros, que migravam para Viamão desde pelos menos 1753, quando apareceram os primeiros registros de batismos de casais originários das aldeias¹⁸³.

Entregue ao caos, à confusão e ao pânico, os soldados, antes de debandar com os cavalos roubados, ainda furtaram os quartéis e depósitos de munições, mantimentos, rações, grande parte das embarcações ancoradas, ficando algumas poucas canoas. O que não conseguiram roubar deixaram para as tropas castelhanas. Na fuga, alguns tomaram a direção da Ilha de Santa Catarina e Campos de Cima da Serra. Em 12 de maio, Cevallos entrou na vila do Rio Grande e tratou logo de organizar as forças sob seu comando. Parte da população civil foi transferida para Maldonado, onde o comandante castelhano fundou o povoado de São Carlos em homenagem ao rei Carlos III¹⁸⁴. Elevando-a categoria de << Vila >> tornava-se autônoma do governo de Buenos Aires¹⁸⁵ e, ao mesmo tempo, San Carlos << proporcionaba así al Puerto de Maldonado su correspondiente población de tierra adentro y se ajustaba con ello a la política colonial de España sobre el Pacífico >>¹⁸⁶.

¹⁸² F. I. M. Homem de Mello, Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história da capitania, depois província, de São Pedro do Rio Grande do Sul, *RIHGB*, 1879, t. XLII, parte dois, p. 119.

¹⁸³ Fábio Kuhn, *Gente da Fronteira [...]*, pp. 114-116.

¹⁸⁴ Calcula-se que 152 famílias foram trasladadas para Maldonado, sendo 92 açorianas. In: Cleusa Maria Gomes Graebin, Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. Fernando Camargo; Ieda Gutfreind; Heloisa Reichel, *História Geral do Rio Grande do Sul*, Colônia, Passo Fundo, méritos, 2006, v. 1, pp. 203-223, p. 212; E. Artigas Orce Pereira, *Cevallos y la fundacion de San Carlos*, San Carlos, 1977, p. 29.

¹⁸⁵ Mathias Prieto, *Don Pedro de Cevallos, fundador de San Carlos, sinopses de dos Conferencias*, San Carlos, 1950, p. 17.

¹⁸⁶ Heraclio Pérez Ubici, *Apuntes para la Historia del gobierno local autonomo de San Carlos de 1763 a*

Os dias que seguiram à marcha castelhana na vila do Rio Grande foram de pânico, tumulto e assalto aos armazéns da Fazenda Real pela própria soldadesca luso-brasileira. Desordenadamente, a população civil deixava suas propriedades com medo das tropas castelhanas. Carregaram o necessário e o que conseguiram levar. Vários roubos e saques foram sentidos em várias partes da vila. Santos e o próprio templo sagrado sofreram a rapinagem: << roubando vários desacatos da Igreja da mesma Vila roubando-se a Ampola do sacrário e o rezário de ouro das mãos de Nossa Senhora >>¹⁸⁷. O fiel dos Armazéns Reais, António José de Moura, relatou em seu depoimento os saques efetuados por soldados e famílias inteiras de açorianos nos armazéns da Fazenda Real:

[...] o soldado dragão Manoel Pereira de Magalhães a quem seguiam uns cinco ou seis dos quais um era o dito chamado Casquinhas outro Francisco Soares e outro Fulano Bessa e aos mais não sabe o nome lhe pedira o primeiro lhe entregasse a chave do Armazém da rua direita pertencente a Sua Majestade em que estava o mais principal da fazenda e armamento e negando ele testemunha o tela botando-lhe para a banda de fora as algibeiras do calção para o capacitar e querendo fazer o mesmo as da vestia se não queria a comodar com isso o dito soldado intando-lhe a que lhe desse e mesma vestia e acomodando os outros para que deixasse a ele testemunha assim o fez com efeito e botando ele dito testemunha para casa do Tesoureiro ai largara a dita chave sobre uma mesa e a estes tempo sendo chamado pelo Provedor para que com ele indo com efeito já o achara aberto e dentro um grande tumulto de gente e maior parte dela casais das Ilhas emsacando a dita farinha e querendo o dito Provedor com boas palavras botá-los para fora o não pode conseguir e um deles a que não sabe o nome mas o conheceu de vista se se encontrar com ele pegando em um saco em que lhe havia algum resto de cal e saindo dali com ele testemunha por não experimentar maiores desatenções passando ele dito testemunha ao falar ao governador e dizendo-lhe que fosse acudir o Armazém da rua direita indo com efeito já o achara aberto e saindo dele alguns soldados de que conheceu os acima nomeados saindo com meias chapéus chareis facas e outras couzas que no dito Armazém havia não obstante a oposição que lhe fazia o Tesoureiro e depois destes é público que entrarão muitos outros soldados como também casais das Ilhas e que todos tiraram o que acharam de sorte que havendo nos ditos Armazéns dezessete caixões de armas e grande quantidade de arreios brins lonas e baetas os deixaram limpos da maior parte dos ditos gêneros botando os caixões para a rua porém não sabe os nomes dos ditos soldados nem casais e só ouviu dizer que um dos primeiros chamado fulano de Arruda metera uma arma ao Tesoureiro dizendo lhe puzesse na boca dela seis camisas e outras tantas silouras e que ele o acomodara o melhor que pudera dando-lhe sempre alguma couza.¹⁸⁸

É certo que a ação rápida e organizada das tropas castelhanas tornou patente a

1830, Montevideo, impresiones, 1949, p. 3.

¹⁸⁷ Test. Manoel Pereyra Roriz, *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande* [...], p. 22.

¹⁸⁸ Test. António José de Moura, *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande* [...], pp. 76-77.

incapacidade militar e estratégica de Osório. Cevallos avançou com seu exército de quase 3 mil homens de Maldonado contra as posições meridionais, levava consigo 20 peças de artilharia e 4 morteiros. A capitulação gerou intensos protestos. A soldadesca classificou a ação de Osório como de mais grave traição. Sem organizar qualquer ação militar contra a ofensiva castelhana e muito menos sistematizar uma retirada eficiente. O comando do coronel caiu em desgraça. Os interrogatórios nos autos da devassa apenas confirmam a insatisfação das tropas com o comandante.

Com uma folha de serviços basicamente construída de ações contra contingentes indígenas, despreparados ou inferiores em estratégia¹⁸⁹, Osório entregou a posição sem qualquer resistência. Em nenhum momento resistiu ao avanço das tropas, em uma zona favorável se confinou dentro do forte¹⁹⁰. O inventário realizado pelos castelhanos após a capitulação percebe-se a quantidade de armamentos levados pelos castelhanos e disponíveis para efetuar a defesa: 30 peças de artilharia, 8 morteiros, 200 barris de pólvora, 6770 balas para artilharia de granadeiros, 7000 cartuchos, 400 mosquetes¹⁹¹.

Determinado a avançar a linha mais meridional do território Cevallos ordenou às forças militares que passassem para o lado Norte do canal. Na realidade, a marcha deveria chegar à Ilha de Santa Catarina e recobrar a extremidade traçada no Tratado de Tordesilhas.

Por outro lado, a 17 de maio, a Junta ficou sabendo, através do governador da capitania de Santa Catarina, das ações castelhanas na parte mais meridional da América. Os coronéis tomaram logo providência de enviar uma força militar para reforçar a guarnição da Ilha. O primeiro socorro partiu dia 3 de junho. Um contingente de 306 homens, entre oficiais e praças, com destino ao Rio Grande para reforçar as tropas da dupla Osório-Madureira. Entretanto, pouco tempo depois, chegava a notícia, novamente do governador da Ilha, da perda da vila do Rio Grande. Prontamente, a Junta mandou consertar a corsária inglesa *Ambuscade* que, com mais embarcações, formaram uma esquadilha comandada pelo capitão inglês de mar-e-guerra William Roberts. Ao zarpar do Rio de Janeiro, ficaria à disposição do governador Francisco Antônio Cardoso de Menezes e Souza. A esquadilha foi comboiada por três navios mercantes, que

¹⁸⁹ Tau Golin, *A guerra guaraníca* [...], p. 43.

¹⁹⁰ Walter Rela, *Alabanza a Don Pedro de Cevallos, Por sua feliz expedición al Plata, 1776-77*, Montevideo, Universidad Católica del Uruguay, 1991, p. XII.

¹⁹¹ “Inventario de la Artilleria, pertrechos y demas municiones de guerra quese han encontrado en el Fuerte de Santa Theresa”, Fuerte de Santa Theresa, 30 de abril de 1763, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, p. 53.

conduziram 90 soldados granadeiros, 190 fuzileiros, munições de guerra e boca, além de cem cruzados, sendo 60 destinados à Santa Catarina e 40 mil ao Rio Pardo¹⁹².

Acreditando na ordem de retirada para a margem norte do canal, estabelecida nas instruções de 16 de janeiro, deveriam estar fortificadas, a Junta Governativa enviou novas instruções para a defesa da Guarda do Norte (São José do Norte) e na fronteira do Rio Pardo. << Toda a força se há de fazer em sustentar a guarda do Norte e Rio Pardo por fecharem estes dois extremos o grande terreno que se lhe intermeia >> recomendava a Junta. Os coronéis ordenavam à dupla o envio constante de partidas para o reconhecimento das movimentações castelhanas e, ainda, a estratégia para surpreender o exército inimigo:

[...] está guerra se há de fazer com partidas pequenas metidas pelos matos e maus passos, e delas sair ao encontro aos inimigos, diminuindo-os e procurando arruinar-lhe a cavallhada, gado, víveres, e trazendo-os em contínuo desassossego que tudo se pode executar com partidas pequenas e os passos dos rios são os mais próprios para se disputarem e se lhes fazerem estas oposições¹⁹³.

Três dias depois, a Junta voltou a dar instruções ao governador Cardoso de Meneses. A 6 de junho, prescrevia a retomada da margem norte do canal, que as tropas luso-brasileiras evitassem a construção de fortalezas castelhanas na margem sul, o que impossibilitaria a livre navegação de embarcações lusitanas. Ainda, na mesma carta, determinava a partida do coronel Elói de Madureira para o Rio de Janeiro, a fim de tratar suas moléstias, e para substituir o comando da Guarda do Norte nomeava o tenente-coronel Luis Manuel da Silva Pais, sobrinho do fundador do presídio, José da Silva Pais. Dois dias depois, a 8 de junho, as recomendações foram reforçadas pela Junta em carta para o coronel Francisco Barreto Pereira Pinto, assim como para o coronel Madureira. << Na Ilha de Santa Catarina V. S. passará a mesma Ilha a tratar de recuperar a saúde perdida >> escreveu a Junta, concluindo esperançosamente: << por carta do exmo Sr. Conde de Oeiras de estarem já assinados os tratados de paz que todas as horas esperamos, ficaram cessando as hostilidades nesse país >>¹⁹⁴.

A 22 de junho, o governo interino informava à coroa lusitana o resultado da campanha castelhana no extremo sul da América. A Junta lembrava que << sustentar o

¹⁹² Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul [...]*, pp. 105-106.

¹⁹³ João Alberto de Castelo Branco, João Fernandes Pinto Alpoim, Rio de Janeiro, 6/06/1763, In, Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul [...]*, pp. 107-108.

¹⁹⁴ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul [...]*, pp. 109-110.

lado do norte, tão importante >> para a << conservação de 40 léguas de estância de gado [...] e mais de oitenta e tantas estâncias de moradores, até o Rio Pardo, e a segurança do caminho que vai até a Ilha de Santa Catarina >>, evitando qualquer movimentação das tropas castelhanas. Informou, o governador Francisco Antônio Cardoso de Menezes, com receio de os castelhanos, depois de terem tomado o Rio Grande, << atacar aquela Ilha por terra e por mar >>. Consubstancialmente, foram enviadas para reforçar os postos já existentes na Ilha uma << fragata inglesa [...] e seis embarcações com trezentos soldados infantis, em cujo número se incluíam noventa granadeiros, e assim mais bastantes munições de guerra-boca e dinheiro, para pagamento da tropa >>. Por fim, << Nem o governador nem o dito coronel fizeram caso das ditas instruções >> condenou a Junta Governativa¹⁹⁵.

O certo é que o mês de junho foi de movimentação das tropas castelhanas e fixação provisória das tropas luso-brasileiros. << O espaço entre o Estreito e Viamão voltava a ser ocupado pelos retirantes e alguns destacamentos de cavalaria miliciana percorriam a costa entre o mar e a Lagoa dos Patos com embarcações >> que, << singrando até a enseada do Rincão da Tratada (ou do Tesoureiro – hoje, Saco do Rincão) >>¹⁹⁶. A 24 de junho, disposto a acabar com a movimentação das partidas lusitanas, Cevallos determinou ao comandante da Guarda do Norte, Lucas Infante, que montasse uma guarda na estância do Tesoureiro, determinando uma série de partidas avançadas sob o comando do tenente Francisco Piera:

[...] todas las tierras de esos contornos pertenecen a nuestra jurisdicción, y que no debía a ver Guardia de los portugueses de Viamont por acá, porque cuando llegó la suspensión de armas no tenían alguna en todo ese intermedio, en este supuesto dispondrá vm. que el Teniente D.n Francisco Piera con doce hombres a caballo pase a la Estancia que llaman del Tesorero, y se mantenga allí por ahora, advirtiéndole que si se dejare ver alguna partida de los portugueses le diga que se retire, porque durante la suspensión de armas no deben introducirse en los términos de nuestra jurisdicción, como nosotros no pasaremos a Viamont ni a otros parajes más distantes/en donde se hallaban al tiempo de recibir la noticia del Armisticio.

El expresado Piera ira bien instruido de esto, y de advertir a los vecinos de la expresada Estancia del Tesorero que deben estar en este conocimiento, y por consecuencia no traspasar las Ordenes que les diere y abstenerse de enviar

¹⁹⁵ Para a história do Rio de Janeiro (vice-reinado) século XVIII, correspondência do Conde da Cunha, carta escrita por José Fernandes Pinto Alpoim, João Alberto Castel-branco e Frei Antonio Bispo do Rio de Janeiro a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Rio de Janeiro, 22/06/1763, *RIHGB*, v. 254, jan/mar., 1962, pp. 244-246; Documentos sobre a perda do Rio Grande de S. Pedro, Aviso que mandaram os Srs governadores interinos sobre a perda do Rio-Grande, para a Corte, pela Bahia e Pernambuco, *RIHGB*, 1869, t. XXXII, parte 1º, pp. 299-302.

¹⁹⁶ Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 89.

persona tierra adentro sin permiso suyo, el cual no selo dará porque tengo fundados recelos para creer que por allí tienen los portugueses noticia de lo que pasa por acá lo cual se debe embarazar estando a la mira para que ninguno de estos Isleños o portugueses pase adelante, ni envíe cartas a los de su Nación. Fuera de esto dirá vm. a Piera que los trate con benignidad, y que esté con vigilancia para avisar de cualquiera incidente que ocurra, y defenderse si intentaren acometerle¹⁹⁷.

Quatro dias depois, a 28 de junho, o governador de Buenos Aires recebia uma carta do governador de Santa Catarina, Francisco Cardoso de Menezes e Sousa, na qual comunicava, além da nomeação de um plenipotenciário português para tratar << de um tratado definitivo de perpétua união e amizade, assinado em a corte de Paris desde fevereiro desde presente ano, entre as coroas de Portugal, e da Grã-Bretanha >> e entre as coroas espanhola e francesa, requereu << a solução de seus domínios e conquistas >> durante a guerra, fossem devolvidos ao << comando dos oficiais portugueses >>. A correspondência ficou a cargo do sargento-mor-de-cavalaria, João de Abreu Pereira, que marchou até a vila de Rio Grande para fazer a entrega¹⁹⁸.

Um mês depois, Cevallos respondeu ao governador. Disse ele que já tinha tratado das negociações de paz com o governador Elói de Madureira, em Viamão.

Entretanto, seis meses depois de concretizado o Tratado de Paris entre as coroas europeias, os efeitos foram sentidos no extremo sul da América. A 6 de agosto de 1763, foi assinado, entre castelhanos e portugueses, a Convenção de Suspensão de Armas e de Limites. Os primeiros, representados pelo capitão-de-infantaria José de Molina, enquanto os lusitanos pelo capitão-de-dragões Antônio Pinto Carneiro. As duas autoridades correspondentes estabeleceram um *modus vivendi*, suspendendo as hostilidades, sem assinar um tratado de limites. Na realidade, concordaram uma estabilização das forças por um momento¹⁹⁹. Golin enumera quatro grandes temas do convênio: manter a harmonia entre os súditos de ambas as coroas; delimitar uma linha de fronteira; reprimir os ladrões de campo e exclusivizar aos espanhóis a navegação na barra e canal do Rio Grande²⁰⁰.

Além do domínio da barra do Rio Grande, os castelhanos mantinham uma

¹⁹⁷ Ordem de Pedro de Cevallos ao comandante da Guarda do Norte, Lucas Infante, Quartel-general de Rio Grande, 24/06/1763, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 57-58.

¹⁹⁸ Antônio Cardoso de Menezes e Sousa a Pedro de Cevallos, Ilha de Santa Catarina, 28/06/1763, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 72-73.

¹⁹⁹ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul* [...], p. 114.

²⁰⁰ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778* [...], p. 96. Os termos foram publicados em: Convenio de Cesacion de Hostilidades. Jph de Molina e Antonio Pinto Carneiro. Pueblo del Rio Grande, 6/08/1763, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 75-76.

posição estratégica capaz de impossibilitar qualquer ofensiva lusitana para oeste da Lagoa dos Patos e manter em condições defensivas Maldonado e Montevidéu. Para Golin, a convenção, na realidade, legitimava a conquista castelhana sobre o território do Rio Grande, fixava uma nova fronteira e estendia o domínio espanhol sobre uma extensão costeira que ia de Castilhos Grande até o norte da Barra²⁰¹. Já, para Barreto, o Convênio, por outro lado, permitiu aos luso-brasileiros reorganizarem e reforçarem as suas tropas²⁰².

A Convenção concedeu aos espanhóis a exclusividade da navegação no canal, na lagoa Mirim e, ainda, no porto do Rio Grande, consequentemente, a população ficou confinada a uma única saída por terra através da Ilha de Santa Catarina ou pelo difícil caminho da Vacaria. Tiago Gil lembra que a tomada de Sacramento (1762) e Rio Grande (1763) pelos espanhóis, poderiam ter desestabilizado a exportação de cavalos e mulas, já que os vacuns, que mantiveram uma passagem estável, provinham em boa parte de Vacaria e Lages, zonas mais ao norte²⁰³.

Para tentar impedir a circulação de mercadorias e o contrabando entre as zonas de fronteira, Cevallos determinou aos castelhanos ficassem proibidos de negociar com os portugueses entre Colônia, Viamão e Rio Pardo. No ano seguinte o rei português deliberou a proibição do comércio de mulas entre os territórios lusos e espanhóis, que, com o passar do tempo, outros produtos foram proibidos, entre os quais o couro²⁰⁴.

Pedro Cardim e Nuno Monteiro lembram que a região platina, estava diante de << duas dinâmicas aparentemente contraditórias >> se por um lado, havia um esforço para fechar a fronteira, << algo que era inerente à ocupação efectiva do território >>, por outro, << o desejo de manter o carácter poroso dessa fronteira, tendo em vista garantir que a interacção até aí registada não se iria interromper. O que se discutia na alta política era, no fundo, a protecção de um contrabando que garantia o acesso a um produto essencial para a monarquia portuguesa: a prata >>. Entretanto, contrário do ouro, a prata não se produzia na esfera portuguesa, mas através do comércio lícito e ilícito do Brasil com a América espanhola. Só em 1763, foram remetidos do Rio de Janeiro 740 contos em prata. Até aos anos de 1760 e 1770 essa prata foi obtida, na

²⁰¹ Sobre a “A fronteira da Ponta Rasa”, ver: Tau Golin, *A fronteira*, governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina, Porto Alegre, L&PM, 2002, v. 2, p. 97.

²⁰² Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul* [...], p. 171.

²⁰³ Tiago Luís Gil, *Coisas do caminho: Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*, Tese (doutorado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, p. 47.

²⁰⁴ Tiago Luís Gil, *Infiéis transgressores* [...], p. 11.

maioria das vezes, << através da venda de ouro em pó, e a partir do fim do século XVIII e inícios do XIX, mediante a venda de escravos africanos, produtos brasileiros e manufacturas europeias >>²⁰⁵.

No mesmo mês da convenção, os lusitanos montaram a guarda de São Caetano. Localizada na margem da Lagoa dos Patos, no atual saco do Rincão.

A 15 de agosto, o governador lusitano mandou instruções especiais sobre a restituição da Colônia do Sacramento, em virtude do tratado assinado em Paris, a 10 de fevereiro de 1763. O artigo 30 tratava diretamente dos territórios portugueses. Segundo ele: as tropas espanholas e francesas << deviam evacuar todos os territórios, campos, cidades, praças, castelos de sua majestade fidelíssima na Europa, na América, na África e nas Índias Ocidentais. Se houver acontecido qualquer mudança, todas as coisas serão postas no mesmo pé em que estavam e na conformidade com os tratados antecedentes que subsistiam entre as cortes de Espanha e Portugal, antes da presente guerra >>²⁰⁶. Como governador de Colônia, a Junta havia nomeado o tenente-coronel Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento, a 7 de agosto. Quatro meses depois, o novo governador partiu para o extremo sul da América. A 1º de dezembro, Sarmento singrou do porto do Rio de Janeiro com remanescentes do Regimento da Colônia em oito embarcações. O brigadeiro José Pinto Alpoim acompanhou o tenente-coronel para negociar a devolução da praça, com Pedro de Cevallos²⁰⁷.

No mesmo mês, pressionado pelos ingleses, Carlos III determinou ao governador de Buenos Aires a restituição da Colônia do Sacramento aos lusitanos. Argutamente, Cevallos conseguiu manter a conquista de uma linha costeira – de Santa Teresa até Ponta Rasa – sob controle castelhano. Praticamente, essa conquista foi a única vitória após o fim da Guerra dos Sete Anos, pois os espanhóis foram os mais prejudicados pelo conflito.

O governador não escondia a insatisfação com o tratado firmando entre as cortes europeias. Cevallos << no era hombre se ocultar sus pensamientos ni disimularlos ni usar de medias tintas. Pero era preciso un hombre de guerra contra Portugal e Inglaterra, y Cevallos era, sin duda, el mejor que pudiera haberse elegido >>²⁰⁸. Exatamente por

²⁰⁵ Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim. A centralidade da periferia. Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806). história, histórias. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013.

²⁰⁶ Jonathas da Costa Rego Monteiro, Dominação espanhola no Rio Grande do Sul [...], p. 171.

²⁰⁷ Abeillard Barreto, Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...], p. 171.

²⁰⁸ Rafael Schiaffino, Incidencias entre Don Pedro de Cevallos y Don José Joaquín de Vian, “*Revista Histórica*”, t. XXI, Montevideo, 1954, p. 5.

esse último motivo, mostrou-se reticente nas negociações entre as coroas ibéricas. O comandante castelhano deu princípio às invasões dois meses depois de Portugal assinar o Tratado de Paris. Somente depois de adentrar e tomar as cidadelas luso-brasileiras, suspendeu as ações militares. Cevallos não concordou com << la suspension de Armas >>. Segundo ele:

Esta impensada novedad causó a todos los nuestros una suma tristeza por ver la buena coyuntura que se malograba de acabar de apoderarnos de tolos los expresados Países causándome a mi mayor pena el haber visto en uno de los Artículos que se habían de volver las colonias Portuguesas que se hubiesen conquistado en América, bien que aunque se restituía la Plaza de la Colonia no comprendo estén incluidas estas tierras que siendo del dominio de España nos habían usurpado en tiempo de Paz los Portugueses, y a ora en Justa guerra acabamos de recobrar²⁰⁹.

O ano de 1763 foi de reformulação administrativa. A 27 de dezembro, substituindo a junta Governativa, a coroa nomeou para o cargo de vice-rei do Brasil o conde da Cunha. A elevação do Brasil a vice-reino deve-se ao fator de aproximação necessária de manutenção do território da América do Sul. Em 1763, a sede da colônia passa a ser o Rio de Janeiro, a transferência tinha como pano de fundo << aproximar o centro de gravidade da vida pública da América portuguesa das fronteiras mais sensíveis do Sul >>, principalmente a região do Rio da Prata, o rio Uruguai e o Potosi²¹⁰.

Por outro lado, o temor de uma penetração espanhola para o interior amazônico (especialmente pelas áreas de Quito – rios Napo e Solimões – e Peru, e mais ao sul por Moxos, Chiquitos e Paraguai) levou Sebastião José e depois outros ministros portugueses a enviar várias expedições científico-militares para a região a fim de conhecer, explorar e cartografar. Os portugueses ambicionavam formar uma linha de fortificações que se estendia da bacia amazônica ao Rio Grande de São Pedro²¹¹.

²⁰⁹ Cevallos a Arriaga, Rio Grande, 24/08/1763, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 49-53, p. 52.

²¹⁰ João Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966, p. 20.

²¹¹ Juan Marchena Fernandez, << De Espanha nem bom vento nem bom casamento >> [...], p. 9-??, p. 78; Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata* [...], pp. 12-116, pp. 56-57. Para maiores informações as expedições científico-militar e as fortalezas amazônicas. ver Ângela Domingues, Viagens e descobrimentos no rio das Amazonas, *Anais da sociedade brasileira de pesquisa historica*, v. XVIII, p. 43, 1998; Ângela Domingues, Urbanismo e colonização da Amazônia em meados de setecentos, a aplicação das reformas pombalinas na capitania de S. José do Rio Negro, *Revista de ciências históricas*, v. X, p. 163, 199; Ângela Domingues, *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII*, Política, ciência e aventura, Lisboa, 1991; Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassallos*, Colonização e relações de poder no Norte do Brasil da segunda metade do século XVIII, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

2.4 A fracassada reconquista da vila e a tomada da Guarda do Norte

A 26 de janeiro de 1764, o governador Inácio Elói de Madureira faleceu na Ilha de Santa Catarina, consequentemente, o conde da Cunha, a 24 de fevereiro de 1764, nomeou o coronel José Custódio de Sá e Faria governador do Rio Grande. Tinha a missão de reorganizar o sistema defensivo e administrativo do território meridional.

A 7 de março, zarpou do Rio de Janeiro e, a 16 de junho, Sá e Faria tomou posse na Câmara de Viamão²¹². Junto à linha divisória, na margem da Lagoa dos Patos, ordenou o levantamento do forte de São Caetano da Barranca, em agosto de 1764, entregou o comando ao capitão Francisco Pinto Bandeira. Dois anos depois, o forte foi reforçado por quatro companhias de paulistas enviadas pelo governador de São Paulo. Na outra extremidade, montou diversas guardas e pequenas divisões. No oeste, Missões e Rio Pardo transformaram-se em pontos estratégicos. Ao norte, edificou o forte do Taquari, atual município de Taquari, com 30 canhões. Ali, aldeou boa parte da população perdida durante a conquista castelhana. Com esses dois fortes cobriu uma linha estratégica sobre Viamão, entre São José do Norte – Viamão – Rio Pardo. << Em toda linha de limites, estendeu tropas de Cavalaria Ligeira, de regulares, milicianos e paisanos, cuja mobilidade poderia fazer frente ao inimigo, agregadas a marinharia, além de excursionar no território castelhano, segurando parte dos efetivos de Buenos Aires e Montevideu além-fronteira >>²¹³.

Seguindo as recomendações da Junta Governativa, de junho de 1763, de formar << pequenas patrulhas >> para atuarem << dispersas >> nos << matos >> a fim de surpreender << os invasores >>, Sá e Faria determinou lugares estratégicos e experientes comandantes na arte para as ações guerrilheiras: Encruzilhada do Duro, atual município de Canguçu, sob o comando de Rafael Pinto Bandeira²¹⁴; e da

²¹² Sua nomeação só foi confirmada por decreto, a 18 de março de 1767. Ver: *RIHGB*, v. 40, parte 1º, termo de posse.

²¹³ Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 101.

²¹⁴ Rafael Pinto Bandeira (1740-1795), filho de Francisco Pinto Bandeira, destacou-se no comando das Tropas Ligeiras e do contrabando do comércio ilícito no Rio Grande de São Pedro. Acumulou os títulos de Coronel da Cavalaria Ligeira, Hábito da Ordem de Cristo, Brigadeiro e Governador por duas vezes. Esteve a frente das tropas na tomada das fortalezas espanholas de Santa Bárbara (1774), São Martinho (1775) e Santa Tecla (1776). Em 1779, após um desentendimento com o governador Marcelino Figueiredo, foi aberta uma devassa contra Rafael. No ano seguinte o vice-rei Luís de Vasconcelos abriu um Conselho de Guerra contra o coronel (1780). Tiago Gil lembra que, Rafael Pinto Bandeira << teve seus negócios investigados por pelo menos quatro devassas, saindo ileso de todas, antes de tornar-se governador pela segunda vez e de ser recebido pela Rainha >>. Para mais informações consultar: Augusto da Silva, Rafael Pinto Bandeira [...], 1999; Tiago Luís Gil, *Infiéis Transgressores* [...], 2003; Darcy

Encruzilhada, hoje município de Encruzilhada do Sul, na chefia de Francisco Pinto Bandeira que, após sua morte, foi substituído por Cipriano Cardoso de Barros Leme.

José Custódio acusava os castelhanos de não cumprirem o acordo de 6 de agosto de 1763, e esse argumento foi determinante para a ofensiva na tentativa de recobrar os territórios perdidos meses antes.

Em 1765, após fazer a leitura estratégica do território, José Custódio com a colaboração de José Marcelino de Figueiredo²¹⁵, desenvolveu um plano estratégico para reconquistar a vila do Rio Grande e a Guarda do Norte. O plano era, com sete colunas, apoiadas pela cavalaria dos dragões, marchar de Rio Pardo, atravessar o atual Jacuí (então, Guaíba), ingressar na Serra dos Tapes, em uma tática de movimento, atrair a atenção castelhana ao longo do canal São Gonçalo. Cinco colunas desembarcariam nos pontos a serem conquistados, enquanto as duas últimas atacariam o porto. A empresa contava com um contingente de 500 homens. Sendo, a previsão inimiga de apenas 300 combatentes, que ainda receberiam descargas de 200 dragões de Rio Pardo, na retaguarda²¹⁶.

A 28 de abril de 1767, José Custódio ordenou a José Casimiro Roncalhy, com uma cavalaria de dragões, que marchasse de Rio Pardo em direção ao sangradouro do

Azambuja, Pinto Bandeira, In, *Fundamentos da cultura rio-grandense*, Porto Alegre, UFRGS, 1958, pp. 195-207.

²¹⁵ Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda, vulgo José Marcelino de Figueiredo. Nasceu em Trás-os-montes, em 1735. Em Faro (Portugal), como capitão-de-cavalaria, após uma discussão e um duelo matou John Macdonell, um companheiro do mesmo Regimento. O Conselho de Guerra julgou como crime de assassinato e, sua condenação, a morte. Como Macdonell era de nacionalidade escocesa, a coroa lusitana temia um conflito geopolítico. Entretanto, um pedido de clemência transformou à pena em exílio para o Brasil, em 1765. Logo após desembarcar no Rio de Janeiro, o conde da Cunha o enviou para a Fronteira do Rio Grande. José Custódio de Sá e Faria, como governador, nomeou comandante do Forte e Porto de São Caetano da Barranca. Entre 1769 a 1771 substituiu José Custódio no governo do Rio Grande e, em 1775, recebeu a patente de brigadeiro como prêmio pela defesa da Fronteira do Rio Pardo e pela resistência militar frente a expedição realizada por José de Vértiz y Salcedo ao Rio Pardo. Voltou a governar o continente entre 1773 a 1780. Três anos depois foi autorizado voltar ao reino e, em 1789, tornou-se fidalgo da Casa Real. Mais tarde, foi nomeado governador das armas de Trás-os-montes. Durante a invasão francesa, em 1808, protagonizou como um dos principais líderes da Revolução Transmontana, lutando contra os invasores. Faleceu em Trás-os-montes, em 1814. Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...]*, p. 176; Abeillard Barreto, *Bibliografia-sul-rio-grandense [...]*, v. 1, p. 519-521; Sérgio da Costa Franco, Porto Alegre, guia histórico, 2. ed. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1992, p. 389; Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 102; Fábio Kühn, De condenado a herói, Rio de Janeiro, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2009; Fábio Kühn, José Marcelino de Figueiredo, governador do Continente do Rio Grande, *RIHGRS*, Porto Alegre, v. 140, p. 28-41, 2005; Fábio Kühn, Um governador em apuros - A trajetória administrativa de José Marcelino de Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780), In, Andréa Doré; Antonio Cesar de Almeida Santos. (Org.), *Temas Setecentistas - Governos e populações no Império Português*, Curitiba, UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2009, pp. 169-180; Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A dominação espanhola no Rio Grande do Sul [...]*, p. 155.

²¹⁶ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 105-107.

São Gonçalo. Contudo, o inepto comandante, além de só iniciar a marcha quinze dias depois, levou mais dezoito dias para chegar à região de destino. Um mês depois, a 28 de maio, o coronel José Marcelino partiu do porto de São Caetano para atacar a vila do Rio Grande. Em seu comando, uma esquadra de 32 embarcações. Ao singrar do porto, seguiu para o Oeste, para contornar a Ponta Rasa, tomar o canal natural da Lagoa dos Patos e depois seguir para o Sul. Seguiu com ventos aparentemente favoráveis para a navegação. O dia calmo e tranquilo. Contudo, << pela madrugada, o vento nordeste metamorfoseou-se em ventania rebojada, desfazendo a simetria da esquadra >>. Somava-se aos problemas a neblina na Lagoa dos Patos e a cerração, que encobria o horizonte das águas. O extravio foi geral. José Marcelino, comandante da expedição, só conseguiu reunir a esquadra à luz do dia, em frente a vila a ser atacada²¹⁷.

Impedido de receber ordens diretas de José Custódio, Marcelino decidiu por conta própria tomar as rédeas da ação. Primeiramente, reuniu os oficiais em Conselho de Guerra. No calor da investida, ignorando as previsões e as oposições de alguns chefes decidiu pelo desembarque. A meia légua da vila, na Ponta da Macega, as tropas lançavam-se dos lanchões. O local impróprio foi decisivo para defraudada ação. << As colunas haviam sido lançadas no brejal. Imediatamente, o pantano paralisou a marcha, com oficiais e soldados tentando escapar do sugadouro >>. No final, os soldados luso-brasileiros foram alvejados pelos guardas castelhanos. Em meio ao caos, contanto mortos e feridos, José Marcelino ordenou a retirada. Navegando de volta para o porto de São Caetano da Barranca.

Após saber da indecorosa ação, José Custódio tentou uma contra-ofensiva. Reuniu as tropas que haviam ficado com ele no São Gonçalo – uma companhia de infantaria, de cavalaria e alguns aventureiros – ordenando assédios na margem norte do canal. Os capitães Manuel Marques de Souza e Cipriano Cardoso de Barros Leme foram nomeados para assediar os redutos castelhanos. No primeiro ataque, aprisionaram 19 dragões inimigos, além de 200 cavalos. Não satisfeito, Sá e Faria ordenou a tomada completa das terras setentrionais do canal, onde os castelhanos mantinham guardas avançadas e estancadas, além de estarem fortificados na Guarda do Norte com um reduto de defesa construído com quatro peças de 8 e 12 libras de calibre. Em média, duzentos homens garantiam a posse castelhana da costa setentrional até a Ponta Rasa.

²¹⁷ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778* [...], p. 107, 112; Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul* [...], p. 162.

Com os soldados motivados e mobilizados, a 5 de junho de 1767, comandados por Marcelino de Figueiredo, uma tropa de cavalaria e infantaria marchou em direção à Guarda do Norte. Acampando nas proximidades, infantaria e artilheiros sitiaram o forte. Por mar, dois navios se aproximaram armados com artilharia. A resposta castelhana foi rápida. Uma troca de tiros, sem confronto. Na madrugada do dia 6, reconhecendo a inferioridade numérica e a incapacidade de efetuar uma << rigorosa >> resistência, a guarnição castelhana transpôs o canal. As tropas luso-brasileiras ocuparam a cidadela. No mesmo dia, festejava o aniversário o rei d. José I, em sua homenagem foi acrescida a denominação de << São José >> a << Guarda do Norte >>. A partir dessa conquista, a posição do forte de São Caetano da Barranca foi dividida com o forte de São José da Guarda do Norte²¹⁸.

²¹⁸ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778* [...], p. 113; Jonathas da Costa Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul* [...], pp. 164-167.

3 A RECONQUISTA DA VILA DO RIO GRANDE, 1767-1776

A reconquista da Guarda do Norte pelos lusitanos marcou o início da ofensiva e da recuperação das possessões conquistado pelas tropas castelhanas, em 1763. Num primeiro momento, a coroa lusitana mostrou indisposição com as ações do governador do Continente. Entretanto, foi a partir daí que passou a investir maciçamente na reconquista de todo canal e da vila do Rio Grande.

O exército passou por um novo remodelamento. Uma nova formação. Com o fim da Guerra dos Sete Anos, muitos militares que haviam participado das ações militares em território português, foram deslocados para o sul da América portuguesa. Com eles e com outros militares experientes nas campanhas do extremo Sul, os portugueses recobram as possessões localizadas nas zonas de fronteira.

3.1 A reorganização das forças luso-brasileiras no extremo sul

As notícias do desastroso ataque a vila do Rio Grande, encabeçado por José Custódio e Marcelino de Figueiredo chegavam à corte num momento delicado e quase comprometeu o entendimento entre as cortes ibéricas. Portugal e Espanha estavam empenhados num esforço contínuo de pressionar junto ao papado romano a extinção da companhia de Jesus. O conde de Oeiras estava prestes a vencer a sua campanha contra a companhia inaciana, forjada no discurso acusatório de ser a principal responsável pelo fracasso das demarcações e pela Guerra Guaranítica. Por outro lado, as reclamações do governador de Buenos Aires, redundaram num pedido de desculpas pela diplomacia lusitana, a promessa de suspender as hostilidades, restituir as posições afetadas, além de punir e julgar os responsáveis pela ação.

A 6 de setembro, o próprio Sebastião José de Carvalho e Melo – principal articulador do golpe contra a companhia – mostrou-se indisposto com as notícias da América Meridional. Sem demora, escreveu ao enviado português em Madrid, Aires de Sá e Melo para demonstrar a indignação da própria coroa com tais atos. Sebastião chamou de << uma guerra ridícula de subalternos >>, lembrando que << ao mesmo tempo em que as duas cortes se acham na mais estreita amizade que entre elas se viu depois de alguns séculos >>. Responsabilizava o governador José Custódio e informava que uma nau zarpava em direção ao Rio de Janeiro e depois rumo à Ilha de Santa

Catarina com instruções para conduzir preso a corte o brigadeiro José Custódio, a fim responder pelo seu << fogoso desatino >>. Por fim, propunha que fossem dadas ordens aos governadores do Rio de Janeiro e Buenos Aires para manter as boas relações: << Que tudo quanto se houver inovado com as ditas hostilidades [de 29 de maio] ou com qualquer outras, depois delas cometidas, se repunha logo, imediatamente, no mesmo estado em que se achava no referido dia 28 de maio precedente >> concluía o comunicado²¹⁹. Dois dias depois o governador Bucareli recebia a ordem régia na qual as cortes ibéricas tinham decidido pela << reposição imediata de tudo quanto se houvesse inovado desde o dia 28 de maio >>.

As lutas cruentas ocorridas na praça de Colônia do Sacramento e no território mais meridional trasladavam a preocupação com a América do Sul. Não por acaso, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 23 de julho de 1766, na carta, alertou o conde da Cunha (vice-rei do Brasil) para manter-se vigilante. Além de, necessariamente, preparar as tropas luso-brasileiras. Essas, em caso de ataque surpresa, deveriam estar prontas para repelir o iminente inimigo.

[...] se conservem prontas para qualquer acontecimentos, ou casualidade, porque os vizinhos nos ponham em termos de repelir alguma violência, que se julgar muito natural.

Aproveitando aquela ocasião para os fazermos sair das nossas terras em que eles injustamente se conservam, sem que para os atacarmos se necessite de tempo, porque nisto consiste o bom sucesso do negócio.

[...] indispensável que o dito governador e capitão-general tenha todas as forças e meios prontos para rebater, e atacar os inimigos, sem esperar que o socorram [...] devemos sempre estar prevenidos, como se a guerra estivesse mais próxima a romper-se; E por isso é necessário sempre estar pronto tudo o que for preciso para repelir aquelas violências que os castelhanos julgam não esperadas, e que por isso mesmo lhes causará maior espanto e confusão o acharem-se rebatidos de improviso por um corpo poderoso, quando vinham na imaginação de acharem umas terras diversas, e alguns poucos de povoadores diversos²²⁰.

No Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo via como << causa básica das mezelas sociais e econômicas da nação portuguesa >> as relações com os ingleses. A descoberta do ouro e dos diamantes no Brasil, escoamento direto aos portos britânicos,

²¹⁹ Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...]*, p. 183; *Memoria en que el S.^{or} embajador de Portugal D.ⁿ Ayres de As e Mello dio cuenta al marques de Grimaldi de lo ocurrido en el Rio Grande de S.ⁿ Pedro, quando los portugueses acometieron en la vanda del N.^{te} en el año de 1767, San Ildefonso, 18/09/1767, Campaña del Brasil [...]*, pp. 148-150; Conde de Oeiras a Aires de Sá e Melo, Nossa Senhora da Ajuda, 10/09/1767, *RIHGB*, 1870, t. XXXIII, parte 1^a, pp. 260-264.

²²⁰ Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Conde da Cunha, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 23/07/1766, *RIHGB*, 1870, t. XXXIII, parte 1^a, pp. 247-252.

forneceu os meios necessários para a criação de uma formidável marinha, além de capital para a indústria manufatureira, sendo, nesse setor, o mercado português um escoadouro garantido e lucrativo²²¹. Dessa forma, << desejoso de reduzir a importação de produtos manufaturados e de matérias-primas estrangeiras, especialmente com a queda da produção de ouro brasileiro de 1760 >>, lembra Boxer << criou ou fez reviver várias indústrias regionais e fundou certo número de companhias comerciais que tinham a proteção real >>²²². Com essas ações, ele também << aspirava a desenvolver uma classe nacional poderosa de negociantes com recursos de capital e habilidade suficientes para competir nos mercados internacional e português com seus concorrentes estrangeiros, em especial os ingleses >>²²³. Além disso, via nos principais parceiros comerciais, << sua natural arrogância, que entendem que se acham no estado de conquistarem os domínios ultramarinos de todas as outras potências da Europa >>. O Tratado de Paris não foi capaz de minimizar as lutas cruentas e tentativas de conquista nas colônias. Através das notícias transmitidas por seus espias, Sebastião José de Carvalho e Melo temia uma invasão inglesa na capital, esclarecia ao conde da Cunha: << o desprezo que imprudentemente fazem das fortalezas e tropas que defendem esse porto, e guarnecem essa cidade; chegando a escrever e publicar projetos em que dão por causa assentada, que oito naus inglesas bem armadas serão bastantes para conquistarem o Rio de Janeiro >>. Contudo, antes da capital do vice-rei, era preciso cuidar a América do sul: << muito mais importante é a ilha de Santa Catarina >>. A recomendação levava à nomeação do tenente-general João Henrique de Böhm²²⁴ para as companhias de cavalaria, e para o corpo de engenheiros e artilheiros, o brigadeiro Jaques Funck²²⁵.

²²¹ Kenneth Maxwell, Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira, In, Maxwell, Kenneth, Chocolates, piratas e outros malandros, ensaios tropicais, trad. Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira... [et. Al.], São Paulo, Paz e Terra, 1999, p. 91.

²²² Charles R. Boxer, *O império marítimo português (1415-1825)*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 183.

²²³ Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal*, paradoxo do Iluminismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p. 68.

²²⁴ João Henrique Böhm ou o nome abrasileirado, João Henrique Boehm, nasceu em 1708, em Bremen, Alemanha. Serviu no exército português durante a chamada a *Guerra dos Sete Anos* ao lado do conde de Lippe. Em 1767, Sebastião José de Carvalho e Melo, em conjunto com o conde de Lippe, nomeou-o para o comando das tropas no Sul. O tenente-general foi responsável pela reconquista da vila do Rio Grande, em 1776. Foram suas principais conquistas: Forte de São Martinho (1º de outubro de 1775), Forte de Santa Tecla (27 de março de 1776) e da vila de Rio Grande (1º de abril de 1776). Faleceu no Rio de Janeiro, em 1783. Claudio Moreira Bento, *A guerra da restauração do Rio Grande do Sul, 1774-1776*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1996; João Henrique de Boehm, *Memoires relatifs à L'expédition au Rio Grande*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, 1979.

²²⁵ Conde de Oeyras ao conde da Cunha, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 20/06/1767, *RIHGB*, 1872, t. XXXV, parte 1ª, pp. 228-236. A 8 de agosto de 1774, Sebastião de Carvalho e Melo relembra ao

Não foi só o conde de Oeiras que culpou José Custódio pela tentativa de assalto a vila do Rio Grande, o conde da Cunha prevendo as consequências da ação do coronel em sua responsabilidade, saiu logo em sua defesa argumentando que a investida foi arquitetada pelo governador sem seu consentimento. A 21 de junho de 1767, desconhecendo ainda a tomada da barra do Norte, o conde da Cunha escreveu a coroa lusitana justificando que o desastroso ataque naval, foi obra de José Custódio. Uma ação isolada e contrária aos desejos do vice-rei. O conde ainda anexou à carta a *Planta da Vila do Rio Grande...* desenhada pelo próprio José Custódio²²⁶.

Por outro lado, a declarada prisão do governador Sá e Faria acontecia no mesmo momento da substituição administrativa no vice-reino. O imbróglio causado no extremo Sul, num momento de entendimento entre as cortes ibéricas, foi determinante para as mudanças. Além disso, o conde de Oeiras, representante máximo do reinado de d. José na coroa, para garantir as negociações com os espanhóis, demonstrou descontentamento com as ações efetuadas no sul da América e, a 10 de setembro, circulava entre as elites políticas e administrativas a notícia de que << os espanhóis haviam rompido a guerra para aquela parte do Guaporé, e marchavam em força a irem atacar a aldeia de Santa Rosa >>²²⁷. A informação, novamente rompendo a paz entre as cortes ibéricas no extremo sul da América, levou Sebastião José a rapidamente entrar em contato com a coroa espanhola, dizendo: << acresce que entre sua majestade fidelíssima, e sua majestade católica se acha restabelecida uma tão íntima amizade, que têm assentado ajustarem entre si amigavelmente todas as diferenças dos seus limites dessas partes, sem mediação alguma de outras potências >>. Nesse mesmo dia, a 11 de setembro de 1767, nomeou a substituição do conde da Cunha pelo conde de Azambuja. No dia 12 de dezembro, do mesmo ano, aportou no Rio de Janeiro, a bordo da fragata *Nossa Senhora da Glória*, o novo vice-rei. Cinco dias depois tomou posse. A embarcação, ancorada no Porto, devia levar José Custódio preso para a corte responder pelo seu << fogo

marquês do Lavradio o motivo da nomeação do tenente-general Böhm e do brigadeiro Jaques Funk: << No ano de mil setecentos e sessenta e sete se viu essa capital, e toda a parte do Sul dela, ameaçadas; não só pelos vizinhos castelhanos; mas também pelos ingleses, e francezes, que considerando esses domínios sem defesa, tinham determinado estabelecer por escalas dos seus navios, que mandão á Índia Oriental, o bom Porto do Rio de Janeiro << [...] forão os justíssimos motivos, com que Sua Majestade mandou passar a essa cidade o tenente-general João Henrique Böhm com o carácter de general de todas as Tropas do Brasil; o brigadeiro Jaques Funk; e a Expedição dos Regimentos, que com eles se transportarão deste Reino >>. Pombal a Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 8/08/1774, *RIHGB*, 1957, v. 234, pp. 324-336.

²²⁶ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778* [...], p. 120.

²²⁷ Conde de Oeiras a Aires de Sá e Melo, Nossa Senhora da Ajuda, 10/09/1767, *RIHGB*, 1870, t. XXXIII, parte primeira, pp. 260-264.

desatino >>. O novo vice-rei tinha a incumbência de << logo que ali chegar, tomando posse do governo, faça repor tudo no estado antigo >>²²⁸.

Na realidade, as promessas do conde de Oeiras não aconteceram. A sua preocupação girava em torno da adesão espanhola a expulsão dos jesuítas. José Custódio permaneceu no governo e, a devolução da margem setentrional do Rio Grande, também não, apesar da insistência do governador Francisco Bucareli y Úrsula. É certo que a coroa lusitana não desprezou a pequena vantagem da investida militar praticada pelo coronel; conseqüentemente, nenhum processo foi aberto contra Sá e Faria, a promessa de punição foi esquecida e, a 30 de março de 1768, a coroa determinou as autoridades do Rio de Janeiro que desconsiderasse a ordem de prisão. Sebastião José de Carvalho e Melo nada mais fez do que movimentar as peças no jogo diplomático, com demonstrações de cordialidade e solicitude, sem ação efetiva.

A 10 de Janeiro de 1768, antes de deixar o governo, José Custódio escreveu um longo relatório expondo ao conde de Azambuja a sua administração nos três anos e meio a cargo da capitania. Entretanto, somente a 9 de março de 1769, José Custódio de Sá e Faria foi substituído. Em seu lugar, como prêmio pelos serviços prestados na campanha realizada na margem setentrional do Rio Grande, foi nomeado o coronel José Marcelino de Figueiredo. José Custódio²²⁹ foi encaminhado para o Rio de Janeiro, servindo como conselheiro do vice-rei. Até que, em abril de 1769, a coroa considerando as ameaças inglesas, francesa e espanhola no Brasil, foi enviado para a fronteira oeste paulista, na atual região do Mato Grosso do Sul, para fazer o levantamento cartográfico da região e do povoamento do Iguatemi²³⁰.

Para o governo da Colônia do Sacramento fora nomeado, a 21 de julho de 1766, o brigadeiro Francisco Antônio Cardoso de Menezes e Sousa, que já havia administrado a Ilha de Santa Catarina de 7 de março de 1762 até 12 de julho de 1765. Francisco era um veterano das campanhas do Sul. Havia desembarcado com o Regimento de Dragões, em 1739. Chefiou as campanhas de demarcação nas Missões, em 1752, ao lado de Gomes Freire de Andrada. O que notabilizou sua atuação política e militar. << Ninguém mais qualificado, portanto, para examinar as questões da ocupação da margem norte do canal e da livre navegação deste pelos barcos dos dois países, motivo porque lhe foi

²²⁸ Conde de Oeiras ao conde da Cunha, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 11/09/1767, *RIHGB*, 1870, t. XXXIII, parte primeira, pp. 264-267.

²²⁹ Por carta régia de 2 de outubro de 1771, José Custódio foi promovido à brigadeiro.

²³⁰ Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 124.

recomendado passar pelo Rio Grande e aí manter entendimentos com o coronel Molina a respeito >>. Muito doente, o brigadeiro zarpuu da Ilha em 1768, mas não chegou a atingir o seu destino. Muito provavelmente morreu no caminho. Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento, por conta disso, acabou exercendo a administração até a chegada do coronel Francisco José da Rocha, em 25 de março de 1775²³¹.

A administração castelhana também fazia suas mudanças. Bucareli que havia substituído Cevallos no governo de Buenos Aires foi substituído por Juan José de Vértiz y Salcedo, em 4 de setembro de 1770. Natural de Mérida do Iucatão, no vice-reino da Nova Espanha, que abrangia o atual México e com intensa dedicação militar à coroa espanhola, somava ao currículo combates travados na França e na Itália. Em 3 de janeiro de 1749, chegou à Montevideu como Inspetor de Tropas. Assumiu o governo de Buenos Aires, com 54 anos, e com um espírito ofensivo muito próximo ao de Pedro de Cevallos²³².

Entretanto, a mudança mais aguda e significativa foi mesmo na administração portuguesa. Para substituir o conde de Azambuja, a coroa lusitana nomeou Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas, 2º marquês do Lavradio. Da casa dos Grandes de Portugal, adquiriu experiência militar, participando ativamente na defesa do reino durante a invasão espanhola na Guerra dos Sete Anos, como coronel do Regimento de Cascais. Em fevereiro de 1768, Luís de Almeida assumiu o governo da Bahia. Em outubro de 1769, foi nomeado vice-rei do Brasil, zarpando para o Rio de Janeiro na nau *Nossa Senhora dos Prazeres*²³³ e tomou posse em 4 de novembro do mesmo ano. Entre suas primeiras atividades a frente do governo foi mandar passar o comando administrativo do Rio Grande para o tenente-coronel Antônio da Veiga de Andrade, por ordem de 29 de agosto de 1771, realizado em 26 de outubro. Marcelino recolheu-se ao Rio de Janeiro. Enquanto isso, Vértiz lançava uma série de escaramuças no canal; ampliava significativamente o número de soldados – em sua maioria, recrutados entre índios e aventureiros; aumentou a frota naval, entre elas destacam-se duas goletas: *Santa Matilde* e *Pastoriza*.

²³¹ Abeillard Barreto, Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...], p. 185.

²³² Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 129.

²³³ Nau *Nossa Senhora dos Prazeres*, 74 peças, lançada ao mar em Lisboa, em 26 de julho de 1767. Foi incorporada a Esquadra do Sul, em 1776, sob o comando de Robert Mac Douall. De 1798-1800 operou no mediterrâneo em auxílio dos ingleses de Nelson. A partir de 1797 passou a ser chamada de Afonso de Albuquerque, em homenagem ao governador da Índia portuguesa. Foi incorporada as embarcações do Império do Brasil após a independência. Catálogos dos navios bragantinos [...], p. 22; Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata* [...], pp. 12-116, p. 69.

A 14 de abril de 1769, Sebastião José de Carvalho e Melo enviou uma relação de medidas defensivas a Luís de Almeida. Forjadas no calor dos interesses comerciais de negociantes ingleses e ofensivos das tropas franco-espanholas em direção aos portos do Rio de Janeiro e América do Sul, as determinações fundiam plano militar com estratégias defensivas, além de orientações administrativas ao vice-rei. << Sua majestade foi obrigada a precaver-se em tempo oportuno contra as sinistras intenções e cobiçosos projetos >> escreveu Carvalho e Melo, << com que alguns comerciantes e ministros da Inglaterra, e a cobiça de França e Espanha, se armaram para nada menos do que para fazerem invasões e conquistas do Rio de Janeiro, e mais portos da sua capitania >>. Dentre as orientações destaca-se:

- Guarnição do Rio de Janeiro até junho de 1766 consistia em dois regimentos de infantaria e um de artilharia, ao todo, chegavam a quase 2.000 homens, destacados na praça de Colônia do Sacramento, no Continente do Rio Grande de São Pedro e na Ilha de Santa Catarina. Considerando << que os referidos destacamentos enfraqueciam muito a guarnição da capital >>, por carta régia de 23 de Março de 1767, fosse acrescentado mais três companhias a cada um dos três regimentos do Reino em direção ao Rio de Janeiro comandadas por Antônio Carlos Furtado de Mendonça, José Raymundo Chichorro da Gama Lobo e de Francisco de Lima e Silva.

- Pela carta régia de 20 de junho de 1767, a coroa lusitana nomeou o tenente-general João Henrique Boehm, para o comando de todas as tropas de infantaria, cavalaria e artilharia de todo o Brasil, enquanto o brigadeiro Jacques Funck como inspetor geral das fortificações e artilharia; Jorge Luiz Teixeira para ajudante das ordens do dito tenente-general; e Elias Schierling e Francisco João Rocio para ajudante das ordens do dito brigadeiro Funck.

- As ordens direcionadas ao conde da Cunha e ao tenente-general João Henrique de Boehm para << que todas as tropas de infantaria, artilharia e cavalaria do Rio de Janeiro e Brasil fossem reguladas como as deste reino, sem diferença alguma >>, para isso foram remetidos exemplares de todas as leis, alvarás e decretos, que haviam sido promulgadas para disciplinar as tropas do reino. O processo de modernização da arte da guerra estabelecia uma aula para os estudos da engenharia e artilharia no Rio de Janeiro << remetendo logo para os estudos dela quarenta jogos das obras de [Bernardo de] Belidoro, e mandando artífices dos ofícios de espingardeiros e coronheiros para os regimentos >>.

- << Para os recrutas dos ditos regimentos, ordenou sua Majestade por duas cartas de 22 de Junho do ano de 1766 [...] as providências para se evitarem os vadios, e se obviar aos excessos com que o bispo do Rio de Janeiro ia inconsideradamente ordenando os mancebos capazes de servirem nas tropas >>.

- Por cartas de 23 de março de 1766 e de 13 de Junho de 1767, << foram mandados da ilha de São Miguel para os regimentos do Rio de Janeiro quatrocentos recrutas >>. E novas ordens << para se transportarem mais duzentos dos ditos recrutas das ilhas dos Açores, onde há gente sobeja e sem ocupação >>.

- Na falta de tambores, nos regimentos do Rio de Janeiro, o aviso já tinha sido dado ao general João Henrique de Boehm em carta de 25 de Março, para completar << com negros e mulatos, não se achando outros >>. Boehm considerava << que os destacamentos que se fazem de mais de seiscentos homens das tropas do Rio de Janeiro para as praças do sul, são sumamente prejudiciais á disciplina dos seus regimentos da guarnição do Rio de Janeiro >>. Esses deviam estar << sempre disciplinados e prontos para qualquer sucesso >>. O general << reconhecendo a ruína que padecem os ditos regimentos com os referidos corpos, que deles se destacam, tem mandado levantar um novo regimento pago para o seu quartel na Ilha de Santa Catarina, e mandar deles destacamentos para o Rio de São Pedro e para a Colônia >>, para que << cesse a necessidade de saírem daquela capital as tropas da sua guarnição >>.

- Reconhecendo a coroa lusitana o diminuto número de tropas a necessidade de << acrescentar todas as mais forças que a possibilidade pudesse permitir, para o maior respeito e segurança da capital do Rio de Janeiro e do seu território >>, na certeza << que nesse continente são as tropas de naturais do país, porque, e podem fazer nos matos a guerra, em que são de muito menos préstimo os corpos regulares. As ordens dadas ao conde de Cunha eram para alistar << todos os moradores da dita capitania, que se achassem no estado de servirem nos terços e auxiliares, sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos, ou libertos, que formassem os terços dos mesmos auxiliares de infantaria e cavalaria, que coubessem no número e proporção dos homens que achassem em cada um dos respectivos distritos >>.

- Ao conde da Cunha foi concedida a << jurisdição necessária para criar e lhe propor os oficiais competentes e próprios para disciplinarem, e terem sempre em boa ordem os sobreditos terços >>. Cada um deles devia conter: << um mestre de campo, das pessoas mais principais dos diferentes distritos, um sargento-mor, um ajudante de

número, e um ajudante supra: tirados todos dos regimentos pagos >>. O conde devia determinar << que os serviços que fizerem os oficiais dos ditos terços auxiliares, desde o posto de alferes até o de Mestre de Campo, sejam atendidos e gratificados com as mesmas mercês com que são deferidos os outros oficiais dos regimentos pagos >>.

- Levando em consideração a resposta do conde da Cunha, de 4 de fevereiro de 1767, sobre as ditas ordens e pela carta cartográfica ficava claro, em primeiro lugar, << os distritos e freguesias do sertão da mesma capitania, que foram separados para neles se levantarem os seis terços de infantaria auxiliar, que deles constam: segundo, que dos moradores da cidade se podiam formar mais dois terços de infantaria: terceira, que no recôncavo se podiam formar outros dois terços de cavalaria, ficando todos muito numerosos: quarto, que João Barbosa e Sá foi nomeado mestre de campo do terço de Jarapaguá. Quinto, que Miguel Antunes Pereira foi nomeado mestre de campo do quinto terço. Sexto, e que se tratava de alistar os outros, e lhes nomear mestre de campo >>.

- Na carta de 19 de junho de 1767, o rei aprovava tudo o que o conde da Cunha havia proposto << modificando as suas reais ordens antecedentes, assim para que os soldados dos sargentos-mores e ajudantes dos referidos terços auxiliares fossem os mesmos que até ali venciam, como para que fossem pagos pela real fazenda enquanto as câmaras não pudessem fazer pelos meios e modos que foram indicados na referida carta >>. Consequentemente, << formou com efeito o conde da Cunha na dita capitania sete terços de infantaria, e um de cavalaria auxiliares; os quais avisou o tenente-general João Henrique de Boehm, em carta de vinte e dois de fevereiro de 1767, que já então faziam serviço muito útil. Também deixou projetados outros três terços dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, dos quais sua majestade havia resoluto que ele conde vice-rei fosse mestre de campo de um, e vestisse o uniforme dele nos dias de exercício, para dar o bom exemplo que o príncipe d. Theodosio deu as milícias desta corte no tempo da aclamação, com tanta vantagem do real serviço: que o dito tenente-general fosse mestre de campo do outro, cujo posto o dito já havia aceitado, e que o mestre de campo do terceiro fosse Pedro Dias Paes Leme, por ser pessoa de grande autoridade na capitania do Rio de Janeiro, que faria emulação as outras pessoas distintas dela para aspirarem aos referidos postos, e animarem a reputação do serviço dos sobreditos terços auxiliares em benefício da segurança da mesma capitania >>. As ordens dadas a Luís de Almeida eram para prosseguir no << estabelecimento dos referidos terços auxiliares >>, iniciados pelo conde da Cunha, ampliando o armamento de << três dos referidos terços auxiliares

de espingardas e cartucheiras, desterrando-se deles, contudo as varetas de pau, e substituindo-se no lugar delas as de ferro, que também se mandam remeter para este efeito >>.

- Quanto ao território. Diziam as instruções: << São subordinados as ordens do [marquês do Lavradio] não só os portos e terras compreendidas dentro nos limites da capitania do Rio de Janeiro até onde ela confina com as capitanias gerais da Bahia, das Minas e de São Paulo; mas também sua majestade tem subordinado as ordens de V. Ex. os governadores e comandantes da Ilha de Santa Catarina, do Rio Grande de São Pedro e da Colônia do Sacramento, para V. Ex. lhes determinar o que devem fazer na guerra e na paz, assim a respeito dos nossos maus vizinhos >>.

- Rememorou a Luís de Almeida que, na carta escrita ao conde da Cunha, de 20 de junho de 1767, << as incumbências e encargo do tenente-general João Henrique Bohm, e do brigadeiro Jacques Funck >>. Sendo, << que V. Ex. deve ter nas tropas dessa capitania toda a jurisdição que teve e conserva ainda nas deste reino o marechal-general conde reinante de Schaumbourg Lippe; que o tenente-general João Henrique de Bohm deve ter toda a jurisdição que teve o general de infantaria d. João de Lancastre. E que ele mesmo forme o exército, com a brigada que leva, o regimento de artilharia >>²³⁴.

Luís de Almeida, logo que assumiu o cargo, criticou veementemente o sistema defensivo, a organização das tropas e, principalmente, o número de soldados disponíveis para impor uma resistência. A 4 de novembro de 1769, Luís de Almeida, informou a posse e as forças existentes no Rio de Janeiro. Segundo o vice-rei, pelo mapa geral das tropas, entregue pelo tenente-general João Henrique Boehm, as forças existentes eram medíocres. Além das tropas destacadas nas fortalezas da capital e do sul, ainda existia um número significativo de soldados nos hospitais militares. Segundo ele, o total era de 4.165 homens em armas. Esses eram insuficientes para reforçar as guarnições nas fortalezas. A alternativa proposta por Sebastião José de Carvalho e Melo era << a criação do Regimento de Santa Catarina como V. Exa. me notícia esta projetando, parecendo-me que este mesmo Regimento deve compor-se de dois

²³⁴ Conde de Oeiras a Lavradio, Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, 14/04/1769, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 291-299.

batalhões. Porque de outra forma não poderá suprir a todos os destacamentos do sul >>²³⁵.

Ao fazer o reconhecimento das tropas, do exército e de todo o sistema defensivo existente na capital, Luís de Almeida mostrou-se preocupado com a disciplina dos soldados. Segundo ele, estavam muito bem exercitadas << porém no que se toca á disciplina particular, e boa ordem com que se devem governar desordem, a qual julgo que nasce falta que alguns tem de chefes capazes, de se fazerem conservar aquele respeito que se lhe deve >>. Para o vice-rei, eram poucos os comandantes com capacidades militares de controlar o ânimo das tropas. Contudo, segundo ele, dois << comandantes >> se diferenciavam da maioria: o brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça e o coronel José Raymundo Chixorro, << porque estes dois chefes de distinguem com tanto zelo, que com a mesma perfeição com que se movem os Regimentos, com ela mesma cuidam na boa ordem disciplina e subordinação dos mesmos regimentos >>, escreveu ele. Lavradio reconhecia em Furtado de Mendonça, capacidades militares e condicente ao comando de um regimento²³⁶.

A 23 de junho, Luís de Almeida queixou-se do estado das tropas. A pauperidade era tamanha, que faltavam fardamentos << estão tão mal vestidos que as casacas parecem mais reguingotes que fardas >>, escreveu Luís de Almeida²³⁷. << Achei os dois Regimentos de Infantaria que são da guarnição desta Capital, armados com uns armamentos muito maus >>, comunicou o vice-rei ao ministro Martinho de Melo e Castro, << achei também o regimento de Artilharia sem armas próprias daquele corpo e ainda estas más, só se serviam delas os soldados que vinham entrar de guarda, porque o mais Regimento há mais de um ano não pega em armas para se exercitar >>²³⁸. As críticas chegaram ao regimento comandado por Francisco de Lima e Silva, pela incapacidade de impor a << disciplina tão necessaria ás tropas regulares >>²³⁹.

Uma das ações dadas por Luís de Almeida, ao presenciar o descaso com o armamento bélico na capital do reino, foi reorganizar a estrutura do exército. Ao visitar

²³⁵ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio ao conde de Oeiras, Rio de Janeiro, 20/02/1770, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 191-203, pp. 191-192.

²³⁶ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio ao conde de Oeiras, Rio de Janeiro, 20/02/1770, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 191-203, p. 200.

²³⁷ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 23/06/1770, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 191-203, p. 202.

²³⁸ Bicentenário da transferência da capital..., Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 23/06/1770, *RIHGB*, [...] v. 255, abr/jun., 1962, pp. 205-206, p. 205.

²³⁹ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 23/06/1770, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 203-205, p. 204.

os principais pontos da capital, presenciou corpos mal armados e regimentos em péssimo estado defensivo. Balas impróprias para o adarme (calibre) das armas, soldados desprotegidos e desmotivados com o armamento. Na Casa das Armas, ficou patente a necessidade de regularizar a paupérrima situação. Com o sargento Pedro Antônio da Gama, diz ter encontrado << caixotes com canos >>, << imensidade de peças em muito bom estado >>, << chapas de couce-guardanatos-braçadeiras-cães-fuzis-etc. >>, e com esses instrumentos contratou coronheiros e serralheiros, com alguns aprendizes, para trabalhar na fabricação e reparação das armas utilizadas pela soldadesca²⁴⁰. << Cinco mil armas que estavam quase todas desconcertadas no Armazém, que tinha mandado fazer o Conde da Cunha >>, concluiu Lavradio ao conde de Oeiras, << todas elas capazes de concerto e este muito fácil para ficarem tão boas, com qualquer dos melhores armamentos que da Europa se podesse mandar >>²⁴¹.

3.2 A fracassada expedição de Vértiz y Salcedo ao Rio Pardo

A década de 70, do século XVIII, iniciava turbulenta na América do Sul. Após receber o comando administrativo e militar do governo de Buenos Aires, José de Vértiz y Salcedo iniciou os preparativos ofensivos para a retomada do canal e das possessões perdidas em 1767, através de uma expedição. A Guarda do Norte não foi devolvida como prometia o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. As declarações de restabelecimento dos territórios ocupados pelas tropas luso-brasileiras caíram no esquecimento. Vértiz emulava os mesmos objetivos de Cevallos no entendimento de que o território da América mais meridional pertencia à Espanha, de acordo com o Tratado de Tordesilhas.

Os castelhanos praticamente controlavam o acesso e a navegação no canal. Com mais recursos, intensificaram as defesas marítimas com abastecimento, constantes aprisionamentos, reforço das embarcações com canhões de diversos calibres, enquanto aumentaram a movimentação de navios de guerra e tropas em terra. Por outro lado, os lusitanos possuíam poucas embarcações à disposição e um corpo diminuto em suas defesas terrestres.

²⁴⁰ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Martinho de Mello e Castro, Rio de Janeiro, 23/06/1770, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 205-206, p. 206.

²⁴¹ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio ao conde de Oeiras, Rio de Janeiro, 26/07/1770, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 208-213, pp. 210-211.

Em 1771, com um corpo organizando em tropas, José de Vértiz deu início à campanha militar preparando-se para uma ofensiva no Rio Pardo. Um ano depois, de Lisboa, vinham novas recomendações ao vice-rei, marquês do Lavradio. A 20 de novembro de 1772, o ministro Martinho de Melo e Castro endereçou a Luís de Almeida uma série de providências, as quais continham um plano de defesa militar << a fim de evitar a invasão castelhana no Rio Grande de São Pedro >>²⁴². Já no que diz respeito à Ilha de Santa Catarina, << está falta de tudo >>, declarava o marquês do Lavradio ao ministro Martinho de Melo e Castro, meses antes²⁴³.

No dia 15 de janeiro de 1773, o marquês do Lavradio enviou um ofício ao ministro Martinho de Melo e Castro perturbado com a manutenção das capitanias de São Paulo, Rio Grande e Santa Catarina. A primeira capitania mandou dinheiro e homens, enquanto as outras duas, o receio era de serem atacadas pelos castelhanos. O vice-rei não tinha autorização da coroa para visitar e conhecer os estabelecimentos defensivos das capitanias mais ao sul da América portuguesa. Prejudicado, respondia, << se acaso não for autorizado a ir ao Rio Grande e a Santa Catarina não pode responder pela defesa daqueles pontos >>. Argumentava o vice-rei, << que se ele pudesse ter já visitado os Estados que lhe foram confiados, tudo teria experimentado grandes melhoramentos com evidente benefício para o real serviço >>²⁴⁴. Sem retorno, voltou a pedir autorização:

Dá conta dos preparativos que tem feito conforme os meios que tem a sua disposição, mas queixa-se amargamente de lhe não terem mandado os socorros de guerra tão repetidas vezes pedidos, assim como de lhe não terem mandado os oficiais das diferentes armas que tem pedido, mas sobretudo os engenheiros de que tanto carece. Elogiando o Governador de São Paulo, D. Luiz de Sousa, queixa-se de que ele não percebeu qual é o verdadeiro modo de defender aquela Capitania e que insiste em aplicar todos os seus meios na defesa de Guatemy; torna a insistir sobre a absoluta necessidade de que lhe permitiam o visitar os Estados, que lhe estão confiados, sobre tudo o Rio Grande, pois só assim poderá tomar as providências necessárias para a defesa do País, animar e desenvolver a agricultura²⁴⁵.

²⁴² Martinho de Melo e Castro a Lavradio, Lisboa, 20/11/1772, *ABNRJ*, 1979, v. 99, p. 22.

²⁴³ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, 19/09/1772, *RIHGB*, 1864, t. XXVII, parte primeira, pp. 231-244.

²⁴⁴ José d'Almeida Correia de Sá, *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal*, 2º Marquez de Lavradio, 3º Vice-Rei do Brasil, São Paulo, Editora Nacional, 1942, p. 44.

²⁴⁵ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 15/01/1773, *ABNRJ*, 1978, v. 98, p. 228; José d'Almeida Correia de Sá, *Vice-Reinado [...]*, p. 44.

Entretanto, Luís de Almeida era constantemente informado pelo governador interino do Continente do Rio Grande sobre os preparativos ofensivos realizados em Rio Grande, a movimentação de tropas e embarcações no porto pronunciavam uma expedição castelhana, por outro lado, São José da Guarda do Norte e São Caetano da Barranca estavam com suas defesas vulneráveis e com falta de suprimentos bélicos e poucas tropas. As guarnições precisavam ser reforçadas. Uma intensa correspondência foi trocada entre as autoridades do centro da colônia com as do extremo sul. A preocupação com a ocupação e a manutenção do território estava na ordem do dia. Luís de Almeida reforçava o discurso contra as << usurpações dos castelhanos no Rio Grande de São Pedro >>²⁴⁶. A 10 de fevereiro de 1773, ordenou o envio das tropas de linha da guarnição do Rio de Janeiro, sob o comando do sargento-mor Manoel Meixia Leite, 400 homens do Regimento de infantaria da capital. Dezesete dias depois chegavam ao porto de Santos. Após realizar péssima viagem, ficaram aquartelados à espera de novas ordens do vice-rei, que rapidamente, ordenou ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão que organizasse as tropas em direção ao Rio Grande.

Antes de preparar as tropas o Morgado de Mateus conferenciou com José Custódio, já residindo em São Paulo, para saber mais informações da situação das tropas no Viamão e as possibilidades de ser defendida, além das movimentações das tropas castelhanas em Buenos Aires²⁴⁷. A carta, endereçada em 15 de abril de 1773, foi respondida dois dias depois, na qual Sá e Faria descreveu em quatro tópicos a situação das forças luso-brasileiras no extremo sul, segundo ele:

- O coronel lembrava que estando Viamão a cerca de 250 léguas de São Paulo com << maus caminhos e número de rios que atravessar, sendo alguns de qualid.e q. em tempos de enchentes se não podem vadear por causa da sua rápida correnteza >>

²⁴⁶ Extracto das cartas do marquez do Lavradio que dizem respeito as tropas, ao militar, e aos movimentos dos castelhanos no Rio Grande de São Pedro, *RIHGB*, 1864, t. XXVII, parte primeira, pp. 231-244.

²⁴⁷ Luis Antônio de Souza a José Custódio. São Paulo, 15 de abril de 1773. Documentos interessantes sobre a História e Costumes de São Paulo, v. 35, p. 39-40. Luís Antônio pedia na carta para que José Custódio, na integra << fizesse sobre estar importante matéria as reflexões q. lhe concorressem, declarando por onde pode ser socorrida mais a tempo, e a propósito aquela prov.^a porq., além de V.S a ter governado muito tempo, lhe considero um perfeito conhecimento das entradas e saídas, e das largas distâncias q. medeiam entre esta capitania e aqueles países, entrepondo V.S. o seu parecer a respeito da utilid.e q. pode resultar ao Real Serviço em se formar p.^a este fim em Curitiba um acampamento de dois ou três Regimentos de Auxiliares tirados dos seis de que se compõem a Tropa Miliciania desta Cap.nia. E justamente que prevenções poderei m.dar fazer e recomendar aos governadores da Colônia, Viamão e S. Catarina p.^a q. me fação prontos avisos dos movimentos q. fizerem os espanhóis em Buenos Aires; e p.r q. parte se devem mandar por as paradas para poderem vir estes avisos mais prontos, e finalmente estimarei q. V.S me declare as utilid.es de que nos poderá servir o Corpo de Tropas q. V.S. nas suas reflexões julgou ser necessário juntar-se a Guatemy >>.

atrasando << qualquer socorro >> efetuado por terra. A melhor opção para José Custódio era todo auxílio ser feito por mar << embarcando o d.º no porto de Santos e navegando a Ilha de Santa Catarina ou a vila da Laguna >> de onde em dez dias de bom caminho, estariam em Viamão << com uma marcha suave e sem embaraço algum por excelente cam.º de praias limpas >>.

- sobre a formação << em Curitiba de um campamento de dois ou três Regimento de Auxiliares >> José Custódio respondeu que << chegará o socorro com gr.de demora a Viamão >> demandando uma marcha de 45 ou 50 dias. Dessa forma, o melhor era reunir << os socorros >> na vila da Laguna, cobrindo uma defesa até a Ilha de Santa Catarina. Ele lembra que quando as tropas castelhanas tomaram a vila do Rio Grande, em 1763, << o plano era de terminar as suas empresas militares na Ilha de Santa Catarina [...] e sem dúvida o conseguiria se não chegasse a tempo a suspensão de armas, pois a tropa e o povo haviam abandonado o continente do Rio Grande >>.

- Em terceiro lugar, sobre os << avisos da Colônia do Sacramento, Viamão e Ilha de Santa Catarina >> dos << movimentos dos espanhóis em Buenos Aires >>, todos falhos por terra, na visão do coronel, o governador da praça da Colônia << não pode avisar a V. Exª com segurança senão por mar >> por terra era um grande risco pelas << partidas castelhanas, que correm os campos desde Montevídeu até a vizinhança do Rio Pardo >>. Dessa forma, o menos arriscado era por mar, despachando o governador da Colônia um embarcação.

- Em quarto e último, sobre o corpo de tropas do Iguatemi, lembra das suas reflexões de 21 de julho de 1772, << é de fazer com ele uma diversão aos castelhanas (se eles romperem conosco pela Colônia e Rio Grande) penetrando-lhe a província do Paraguai >>²⁴⁸.

Na realidade, o Morgado de Mateus temia uma invasão em terras de sua jurisdição. Uma das alternativas foi concentrar algumas tropas nos campos de Curitiba, um ataque por mar exigiria uma grande força naval dos castelhanos, algo que faltava aos espanhóis em Buenos Aires.

Inconformado com a resposta do coronel, o governador mandou a avaliação de Sá e Faria ao governador do Rio de Janeiro e a Martinho de Melo e Castro. As cartas de 20 de abril expressavam o desacordo em enviar as tropas por mar e pela dificuldade dos

²⁴⁸ José Custódio a Luís Antônio de Sousa Botelho. São Paulo, 17/04/1773. Documentos interessantes [...], p. 40-47.

ventos; era contra também a concentração em Laguna, considerava mais eficiente disponibilizar tropas no Viamão. Entretanto, concordou com a ideia de dispor tropas para diversão do Iguatemi, em direção ao Paraguai²⁴⁹. Na missiva enviada ao Morgado de Mateus (1º de outubro de 1771), o ministro Martinho de Melo e Castro lançou as bases de sustentação e manutenção do presídio do Iguatemi. Uma das << seis sugestões >> onerava a Luís Antônio a retirada do presídio de toda << gente inútil >>, soldados descaracterizados de ordenamento, << para desertar, e levarem aos castelhanos notícias do que faze-mos, como a experiência tem mostrado >>²⁵⁰.

A 3 de abril, acirraram-se os ânimos no extremo sul da América, José de Molina enviou um requerimento ao comandante lusitano do forte de São José, o sargento-mor Valério José de Macedo Azevedo, condenando a entrada de embarcações portuguesas no canal. Apresentava como principal argumento violativo o Tratado de 6 de agosto de 1763, o qual estabeleceu uma linha divisória pela Ponta Rasa (ou Tratada). O governador castelhano, além de organizar uma operação de bloqueio, considerava uma violação ao direito de soberania estabelecido no Tratado, a entrada de embarcações luso-brasileiras comercializando produtos no canal. A situação era delicada. Ambas as cortes consideravam-se usurpadas. Molina assegurava seu argumento no Tratado, dizendo que, caso não fosse respeitado, tinha com recurso o uso da força para barrar a usurpação. Em suas palavras:

No habiendo tenido efecto los requerimientos, q.e tengo hechos á vm. desde 8 de febrero del año pasado de 1772, para q.e los buques de su nación se abstuviesen enteramente de entrar en el Puerto de este Rio, y comerciar por él, en manifiesta violación del dominio privativo de mi Augusto Soberano confesado p.r parte de Vms en el Tratado de frontera de seis de agosto de mil setecientos sesenta y tres, y antes bien ha respondido vm. á los citados requerimientos con pálidos artificios pretendiendo ofuscar aquél mismo derecho confesado en un tratado público con el fin de continuar tan manifiesta infracción como en efecto se ha proseguido, y adelantado habiendo entrado este año al Puerto más embarcaciones, que el antecedente, de las que actualmente existen dos ancladas, y haciendo el comercio q.e les es prohibido, sin embargo de haberlas prevenido del delito en que incurrían con algunos cañonazos, q.e se les han disparado de las baterías de esta costa me hallo en la obligación de oponer formalmente la fuerza a da continuada violación, manteniendo con ella los incontestables ejecutoriados derechos de S. M. y aunque me autoriza plenamente la Justicia a ejecutarlo desde luego; mayormente teniendo requerido á vm. varias veces y con mucha anticipación

²⁴⁹ Carta na integra, ver: Luís Antônio de Sousa Botelho a Martinho de Melo e Castro. São Paulo, 20/04/1773. Documentos interessantes [...], p. 47-56.

²⁵⁰ Martinho de Melo e Castro ao Morgado de Mateus, 1º/10/1771, *Apud.*, Heloísa Liberalli Bellotto, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial*, o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775), 3ed. São Paulo, Alameda, 2011, p. 235.

atendiendo a la perfecta paz, y buena armonía, que reina entre nuestras Cortes la q.e protesto en debida forma mantener; y guardar en todas sus partes arreglado a las ordenes con que me hallo y también bien a que conste en todo tiempo la rectitud y moderación del proceder de mi nación; Requiero nuevamente á Vm, y antes de poner en práctica la expresada determinación; haga salir del Puerto las citadas dos embarcaciones, que están amarradas en él, y prohíba enteramente vengan otras a comerciar; en cuya providencia obrará vm. arreglado á Justicia; pero si este último paso de amistad, no consiguiese el debido efecto, me hallaré en el estrecho de cumplir con mi obligación en la forma que llevo empresada, de que aviso á vm. suplicándole me dé una respuesta clara, y categórica para mi Gobierno²⁵¹.

Preventivamente, entre o Morgado de Mateus, marquês do Lavradio, e o ministro Martinho de Melo e Castro se formou uma intensa correspondência para tratar das estratégias defensivas do Rio Grande. Luís de Almeida forjou uma marcha por terra pela estrada de Curitiba a Lages e Viamão, contudo acabou atendendo às ponderações do governador de São Paulo de enviar o corpo militar por mar até Laguna. Em meio às discussões, a 6 de abril de 1773, ao entrar na barra, um navio mercante português – carregado de couro e charque – foi alvejado pelos fortes castelhanos até ser aprisionado pela goleta castelhana *Santa Matilde*, que havia zarpado da boca do Saco da Mangueira para fundear na entrada da enseada do porto de São José do Norte²⁵². A ordem dada pelo general castelhano ao tenente-de-navio Manuel de Pando era para << practica la operación [...] haciendo varar la embarcación portuguesa y pasándole el costado con algunos balazos >> além de << mantener el dominio de S. M. al Puerto contra cualquiera embarcación que solicitase entrar en el >>. A embarcação lusitana foi conduzida até à vila do Rio Grande, sem que os luso-brasileiros pudessem socorrer, apenas assistir de longe em seus fortes armados de escassos calibres. A justificativa para o apresamento, vinda de José de Molina, era a jurisdição do canal ser espanhola²⁵³.

Luís Antônio de Sousa, na carta de 15 de maio, endereçada ao governador de Rio Grande, seguindo as recomendações de Luís de Almeida, para José Marcelino reforçar a fronteira do canal com uma linha de embarcações e barcos de sinalização, além de reforçar que os fortes do canal e Rio Pardo dispondo patrulhas nas praias. As

²⁵¹ Requerimento de José de Molina a Valério José de Macedo Azevedo, Rio Grande de São Pedro, 3/04/1773, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 249-250.

²⁵² Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 132.

²⁵³ José de Molina, Diario de las operaciones que se han hecho para cumplir la orden del S.or governador y capitan gral. de 13 de marzo de 1773, desalojando del puerto de Rio Grande las embarcaciones portuguesas que estavan ancladas em el, Rio Grande de San Pedro, 8/04/1773, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 254-255, p. 255.

medidas eram enviadas no momento em que o governador de São Paulo mantinha em Santos as tropas enviadas por Luís de Almeida para socorrer o Rio Grande²⁵⁴.

As pressões territoriais no extremo sul forçaram o retorno de José Marcelino de Figueiredo no governo do Continente do Rio Grande de São Pedro. No mesmo dia do apresamento da embarcação luso-brasileira no canal, a 5 de abril de 1773, Marcelino foi novamente nomeado, substituindo o coronel Antônio da Veiga de Andrade e, a 11 de junho, reassumiu a administração da câmara municipal de Viamão. Sua primeira ação, além de refazer o plano militar, reforçou uma bateria no Lagamar. Era uma boa enseada na margem setentrional do Rio Grande, na boca da barra. Marcelino reforçou com canhões de bronze de 16 e 18 libras²⁵⁵.

Logo após chegar ao Rio Pardo, José Marcelino ficou sabendo das movimentações do exército castelhano. As informações pontuais eram de que José de Molina havia deixado à vila do Rio Grande para incorporar-se ao exército de José de Vértiz. O governador do Rio Grande ordenou o apoio às guardas na barranca do Norte.

Por outro lado, José de Vértiz organizava uma ofensiva contra o exército luso-brasileiro, buscando, acima de tudo, << la expulsión de los portugueses establecidos en terrenos en la sierra de los tapes y banda meridional del Rio Grande >>. Para a empresa, reuniu tropas bonaerenses e do bloqueio da Colônia do Sacramento, além de índios missioneiros. José de Molina ficava incumbido de juntar o maior número de soldados e ir ao seu encontro:

[...] para el mejor logro de este proyecto prevenga con consideración a la presente situación en que se hallan los campos caballadas y boyadas, y ulteriores noticias que haya adquirido de los progresos que hubiesen hecho los portugueses en aquellos parajes, cuanto estime preciso para su desalojo formando el correspondiente Plano que exprese con individualidad el número de individuos con distinción de tropa veterana, y miliciana y calidades de estas que hubiesen de marchar, que divisiones hayan de formar, y a que rumbo deban dirigirse para la reunión del todo o si han de obrar por partidas según mas convenga señalando las porciones de caballos, mulas; carretas, y demás auxilios que sean necesarios igualmente que la cantidad, y especies de víveres que sea preciso²⁵⁶.

A 30 de março, Molina respondeu ao governador de Buenos Aires. Julgando << que la actual estacion a la entrada de invierno impide naturalmente el buen exicto de la

²⁵⁴ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A dominação espanhola no Rio Grande do Sul [...]*, pp. 208-209.

²⁵⁵ Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...]*, p. 192; Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 132.

²⁵⁶ Vértiz a José de Molina, Buenos Aires, 17/03/1773, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, p. 260.

expedicion y que me parece conveniente diferirla hasta el mes de noviembre >>. A alta dos rios dificultava a marcha e impedia as condições de montaria das cavalcadas. Informava ainda as condições bélicas dos portugueses, segundo as informações colhidas de << negros desertores >> que tinha chegado à vila de canoa nos dias 5 e 8 de março, << confirman se mantiene la guardia del rio de Camaqua, con cincuenta hombres de caballería, y que avía varias partidas de ladrones en la Sierra >>²⁵⁷.

José Marcelino transferiu a administração de Viamão para a freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. Os argumentos do governador iam desde questões comerciais, estratégicas e administrativas. A 25 de julho de 1773, comunicou Luís de Almeida a troca e solicitava sua aprovação. O vice-rei, mesmo com todo protesto dos cidadãos queixando-se da perda de negócios e comércios, aceitou a transferência e permitiu que a câmara se reunisse em setembro na nova capital, às margens do Guaíba²⁵⁸. Francisco Bettamio lembra que: << Os moradores que ocupavam a vila [do Rio Grande] de São Pedro, e nela tinham suas propriedades de casas, foram os mesmos que fizeram em Viamão, que depois também os fizeram em Viamão, que depois também os foram fazer em Porto Alegre >>²⁵⁹. Golin completa, dizendo:

Nesse processo, com a fixação definitiva da quarta capital, sucedendo a vila do Rio Grande, de Rio Pardo e de Viamão, a regionalidade sulina ficaria decisivamente vinculada à náutica: o nome do Continente, originando-se na amplitude de suas águas, em um canal/rio (Barra do Rio Grande) e nos rios Guaíba/Jacuí (igualmente chamado de Rio Grande), Rio Pardo e Porto Alegre encontram-se em localização portuária²⁶⁰.

Através de diversos espias infiltrados em tropas castelhanas e de movimentações próximas a ela, o governador da Colônia do Sacramento ficou sabendo da ação projetada por José de Vértiz. A 22 de outubro, sem perda de tempo, avisou o vice-rei

²⁵⁷ Molina a José de Vértiz, Rio Grande, 30/03/1773, *Campaña del Brasil* [...], t.3, p. 161.

²⁵⁸ Para Adriano Comissoli a transferência da capital da capitania de Viamão para Porto Alegre, em 1773, parece estar << fundamentada no delicado jogo entre o poder régio e os interesses locais, sendo determinada pelo vice-rei do Brasil e pelo governador do Rio Grande de São Pedro à revelia dos camaristas >>. Para o pesquisador << a série de conflitos e desentendimentos entre os oficiais camaristas, o governador e o vice-rei, que antecedem imediatamente a mudança da câmara, apotam para uma decisão de caráter político, isto é, para a solução de um impasse entre os diversos níveis administrativos da capitania >>. Adriano Comissoli, *Os “homens-bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, p. 17.

²⁵⁹ F. I. M. Homem de Mello, Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, *RIHGB*, 1879, t. XLII, parte dois, p. 121; Sebastião Francisco Bettamio, Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul [1780], *RIHGB*, 2. ed., [1858], 1930, pp. 220-221; Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778* [...], pp. 132-133.

²⁶⁰ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778* [...], p. 133.

sobre as ações desenvolvidas pelo inimigo. Segundo ele, as << expedições, que tem feito o general de Buenos Aires, divididas em três partidas, uma por um sítio, a que chamam as Víboras, outras por este campo, e outra por mar em direitura ao Rio Grande >> tinha como << destinado ao Rio Grande e Rio Pardo >>. A expedição contava com << três oficiais de maior patente, todos de reconhecida inteligência e experiência militar >>. Completava dizendo que:

[...] o número de tropa regular, e dos índios, não sei o seu número certo, porém destes é grande a quantidade, e da tropa regulada, nada ficou em Buenos Aires, e muito pouca neste campo e em Montevideu, e Maldonado, tudo o mais tem marchado, e o general, ou tem já partido, ou parte por todos estes três, ou quatro dias, e não sei se parte dos seus projetos se executaram por este continente na sua volta. sobre tudo isto V. Ex^a obrará o que for servido. Pela brevidade, com que faço expedir está embarcação, não posso falhar a V. Ex^a em outras matérias mais do que pedir-lhe as suas ordens, que sempre as executarei, como devo, e me for possível²⁶¹.

Depois do apressamento de 6 de abril, a entrada de embarcações portuguesas no canal foi obstacularizada. Entretanto, quando em 28 de outubro, em frente à barra, navegando até o Lagamar, um barco português – reconhecido por sua bandeira – logo foi comunicada pelo comandante do forte de São José da Barra ao comandante da Guarda do Norte para ordenar que pequenas embarcações fizessem a escolta. Nesse ínterim, as informações que chegavam os castelhanos eram de que uma embarcação lusitana vinda do Rio de Janeiro tentava entrar na barra. Rapidamente, o comandante espanhol da margem sul do canal entrou em contato com o sargento-mor Roberto Rodrigues da Costa, comandante da Guarda de São José do Norte para ordenar que a embarcação retroceder a entrada, pois era uma violação dos direitos espanhóis. No mesmo dia em que recebeu a provocação de Molina, em 29 de outubro, o sargento-mor respondeu, dizendo que só o seu governador José Marcelino poderia ordenar que a embarcação não entrasse na barra. Consequentemente, durante a entrada, a lancha portuguesa foi alvejada com sete tiros de canhão do forte espanhol do pontal do sul, mas não atingiram pelo limitado alcance e duas lanchas com forte aparato militar foram postas no mar, a fim de provocar o apressamento. No dia seguinte, a lancha foi feita prisioneira, << vindo ela a reboque pelas espanholas passando pelos fortes portugueses da margem norte com o pavilhão das quinas no topo dos mastros, como ironia ou como

²⁶¹ Pedro José Soares de Figueiredo Sarmiento a Luís de Almeida, Colônia do Sacramento, 22/10/1773, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 163-164.

despistagem, pois nas próprias espanholas tremulava o mesmo pavilhão >>. No mesmo dia, Roberto Rodrigues apresentou um protesto contra o apressamento, historiando os fatos e utilizando como argumento o direito das gentes. Sem demora, José de Molina respondeu, a 31 de outubro, apresentando seus títulos militares: tenente-coronel do Regimento de infantaria de Buenos Aires, comandante da fronteira e porto do Rio Grande de São Pedro e, como argumento pelo apressamento, lembrou do Tratado de Limites, de 6 de agosto de 1763, o qual estipulava o direito de navegação no canal apenas para embarcações castelhanas²⁶².

A 2 de novembro de 1773, o governador José de Vértiz comunicou o ministro Julian de Arriaga de que em 27 de outubro saiu de Buenos Aires em direção a praça de Montevideu << a fin de poner en movim.to las tropas, que con sus corresp.tes auxilios, útiles, y pertrechos estaban congregadas >> ao empenha de << marchar al desalojo de los portugueses introducidos últim.te en la Sierra de los Tapes, y banda meridional del Rio G.de >>. O governador intencionava a << construcción de un pequeño fuerte que con la corresp.te guardia contenga los robos de ganados; y pueda observar los movim.tos de estos vecinos en lo sucesivo >>²⁶³.

Nesse momento, Vértiz tinha transformado Montevideu em centro de recrutamento. Com um exército de 1.014 homens, entre 344 de infantaria e 166 dragões de Buenos Aires, 25 cavalarianos auxiliares do bloqueio e 25 dragões; 20 artilheiros e mais 200 milicianos de Santa Fé e 200 milicianos de Corrientes. O contingente de índios, comuns nas tropas castelhanas, não foi esquecido, Vértiz ordenou que o comandante das Missões do norte do Ibicuí, capitão Antônio Gomes descesse pela estrada do São Martinho com o maior número de milicianos e indígenas para se juntar ao seu exército.

Com todas as forças reunidas para a ofensiva decisiva, a estratégia desenvolvida pelo governador bonaerense foi dividir o corpo militar em três colunas. Em direção ao Rio Pardo, suas divisões saíram de Montevideu. A coluna principal marchou entre as nascentes do Rio da Prata e da Lagoa Mirim, pela estrada para Mello, cruzando as cabeceiras dos rios Jaguarão e Negro, estacionando em Santa Tecla. A segunda divisão seguiu pela estrada da costa, em direção à vila do Rio Grande, vadeou o canal do São

²⁶² Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A dominação espanhola no Rio Grande do Sul [...]*, pp. 213-214.

²⁶³ José de Vértiz a Julian de Arriaga, Montevideu, 2/11/1773, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 165-166.

Gonçalo, seguiu até Santa Teresa para se juntar ao exército principal. Para o mesmo ponto seguiram os reforços de milicianos, correntinos e índios missioneiros²⁶⁴.

Resuelta esta expedición en cumplim.to de repetidas R.s órdenes y particularm.te por la de 14 de Diz.o de 1772 en q.e S. M. aprueba, y manda el desalojo de los Portugueses de los nuevos establecim.tos y guardias q.e habían ocupado en la Sierra de los Tapes, y Banda meridional del Rio lacuy en perjuicio de los recomendables justificados dros, del Rey; se tomaron las corresp.tes disposiciones con concepto a las fuerzas q.e mantienen los Portugueses hacia aq.lla parte, y con las q.e podían intentar o ponerse a estos designios, sacando de las Guarniciones de B.^a A.^a Montev.^o Bloqueo de la Colonia, y Rio grande el n.^o de Tropa veter.^a que permitían estos destinos disminuyéndolos seg.n sus situaciones, y atenciones.

Estas partidas ascendían a la suma de 574 Soldados veteranos a q.e agregados 440 milicianos que con anticipa.n corresp.te estaban en marcha p.^a su unión en el Cerro del Azegua componían la de 1014 Individuos.

Para operar según las ocurrencias, y proceder con más conocim.to de aq.llos terrenos se ordenó al Gob.or de Misiones q.e por el Bacacay guazu remitiese una partida de 300 Indios, y 100 = Milicianos de Corr.te á postrarse a dist.^a de 6 leg.^a de la guardia de los Portugueses en las orillas del Rio Tabatingay dirigiéndole la corresp.te instruc.n de lo que avía de ejecutar hasta su incorporas-n al destacam.to.

Como los más import.es ramos para el buen éxito de toda expedic.n en esta Prov.^a se forman de los crecidos números de Carretas, y Caballos, se acopiaron 114 de las primeras, en q.e se transportó la árt.^a pertrechos, municiones hospit.l y Viveres, y 1400 de los segundos de las mejores Calidades, que divididos en Trozos p.^a su mejor conservac.n se pusieron al cargo de oficiales Sargentos, y Capataces q.e p.r su intelig.a y confianza prometían el desempeño de este encargo²⁶⁵.

A 8 de novembro, José Marcelino enviou um protesto formal a Molina. Reforçava os constantes protestos do comandante Roberto Rodrigues. Argutamente o governador contestava o argumento do comandante castelhano do Tratado de 6 de agosto de 1763, dizendo que, ao contrário, o tratado não tinha qualquer valor, pois havia sido assinado pelo capitão Elói de Madureira num momento em que não era mais governador e por um grupo de índios. Ambos, segundo ele, não tinha autoridade suficiente para representar as cortes ibéricas. Depois de refutar a carta, Marcelino seguiu, a 12 de novembro, para a Guarda do Norte. Lá, quatro dias depois, recebeu o retorno da carta enviada no dia 8. Contudo, a resposta não vinha das mãos do representante castelhano, mas de Francisco Betzebé de Duclos, um francês a serviço de Espanha, no Prata²⁶⁶.

²⁶⁴ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778* [...], p. 139.

²⁶⁵ Extracto del diario de las operaciones del destacam.to que el 7 de nov.e de 1773 salio de Montevideo al mando del S.r D.n JPH de Vértiz mariscal de campo de los Reg.to Gov.or y Cap.n G.I de estas Prov.as, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 267-281.

²⁶⁶ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A dominação espanhola no Rio Grande do Sul* [...], p. 215.

Por outro lado, desde junho de 1773, José Marcelino se empenhou na organização militar do seu pequeno contingente. O efetivo aumentou de 401 para 714 homens. O governador distribuiu em três pontos principais: 424 em São José do Norte, 263 em Rio Pardo e 27 em Porto Alegre. Somavam-se as tropas piquetes de peleadores em alertas na zona de fronteira. << A capital passava a assumir a sua função mais estratégica, com um amplo porto e estaleiro à margem do Guaíba, articulado com as frentes de São José do Norte e Rio Pardo >> conclui Golin²⁶⁷.

Um mês e dez dias depois de sair de Montevideu, José de Vértiz chegou à Santa Tecla, seguindo recomendações de Madrid e orientações de Cevallos no que diz respeito a considerar as terras do sul como dadas pelo papa. A marcha foi efetuada por terra pela falta de embarcações. As intempéries prejudicaram a marcha, para chegar até as cabeceiras do Rio Negro, nos campos de Bagé, percorrendo uma distância de 110 léguas de << desertos incômodos >>²⁶⁸.

As ações do exército espanhol << em janeiro de 1774, converteram-se em um dos maiores fiascos militares da história colonial, em razão de ter sofrido emboscadas e enfrentando combates nas guardas do Piquiri e Tabatingaí >> lembra Golin²⁶⁹.

Em Santa Tecla, o governador castelhano << << se determinó construir un fuerte, para que destacando de su guarnición partidas que reconozcan las avenidas, se corten de raíz aquellos excesos é insufribles insultos, que ejecutan los portugueses >> e, ao mesmo tempo << incitan a su ejecución a los españoles vagos protegidos con tropas por los gobernadores del Rio Pardo y Viamont, donde es ay el refugio de cuantos desertores y delincuentes destruyen los campos, y haciendas desta provincia >>. A 27 de janeiro de 1773, iniciou a construção do forte de Santa Tecla, sob orientação do engenheiro Bernardo Lecocq e utilização de força de trabalho indígena. Em seu diário, José de Vértiz comentou:

[...] los 300 indios que se pidieron anticipadam.te al Gob.or de los Pueblos de misiones para emplear los en estos trabajos, y aviso se habían puesto en camino a fin de octubre conduciendo las 2500 cabezas de ganado vacuno alzado que se les previno para su sustento, y del destacamento: Se les repitió la orden para q.e sin demora diese las corresp.tes provid.as que acreditasen el cumplim.to de la anterior, y se dedicaron entre tanto 120 peones de las

²⁶⁷ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 134.

²⁶⁸ Vértiz detalhou a marcha em seu diário. Extracto del diario de las operaciones del destacam.¹⁰ que el 7 de nov.^e de 1773 salio de Montevideo al mando del S.^r D.ⁿ JPH de Vértiz, mariscal de campo de los Reg.¹⁰ Gov.^{or} y Cap.ⁿ G.¹ de estas Prov.^{as}, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 267-281.

²⁶⁹ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 142.

carretas, 25 milicianos de Corr.tes e igual n.º de tropa reglada al mando de d.n Luis Ramirez Cap.n del Regim.to de Infant.^a de B.s A.e de Jph Mexias, t.te de la Asamblea de Infant.^a y de d.n Bem.do Lecoq Ingen.º extraordinario así para el fin de los precisos trabajos, como p.^a su guarnic.on, y resguardo, acompañándoles también Capellán, Cirujano y Sangrador²⁷⁰.

Vértiz deixou em Santa Tecla boa parte das carretas para movimentar o corpo do exército com mais facilidade, no meio do caminho, encontrara com tropas luso-brasileiras. Às 10 horas do dia 5 de janeiro, << por caminos de sierras sumamente ásperas de muchos ríos arroyos, bañados, y espesos bosques se anduvieron 14 leg.as hasta la orilla del rio Piquiri >>, o governador acampou junto ao passo do Piquiri, no mesmo local haviam uma guarda de 20 paulistas comandados pelo capitão Miguel Pedroso Leite, das tropas auxiliares de São Paulo. Cem homens foram destacados sob o comando do coronel José de Molina, << se adelantó con este, y los guías a reconocer hasta la orilla del Rio >>. A inferioridade militar forçou o capitão lusitano no << abandono inmediatam.te el puesto >> em direção ao passo do Tabatingaí.

Nas proximidades do posto avançado luso-brasileiro, Vértiz lançou << un manifiesto en forma de requerimiento dirigido no solo a este Comand.^{te} de la Guardia del Piquiri, sino a todos los demas q.^e se hallasen en la parte meridional del Rio Jacuy >> além de todos << los Gobernadores del Rio Pardo y Viamont, para q.^e desalojasen en la hora, las q.^e tenían en estas situaciones pertenecientes al Rey; previniéndoles, que de lo contrario usaría de la fuerza para su defensa >>.

A intimação lançada pelo governador bonaerense justificando a jurisdição espanhola sobre os campos ao sul do atual rio Jacuí, confrontava com a derrota sofrida pela terceira coluna castelhana, no arroio de Santa Bárbara. A divisão, que tinha a incumbência de abastecer a coluna principal com cavalos e bois, marchou de São Miguel em direção ao encontro de Vértiz. Entretanto, no meio do caminho, sofreu uma refrega de dragões e milicianos luso-brasileiros. A coluna comandada pelo capitão Francisco Bruno Zavala, governador de Misiones, estando no Pueblo de la Concepción, composta de 100 correntinos e 300 índios, foi surpreendida por tropas portuguesas enquanto eram enviadas para o Tabatingaí. Vértiz só ficou sabendo do desastroso ataque, ocorrido no dia 10 de janeiro, um mês depois, a 5 de fevereiro, reforçada posteriormente pelo comunicado de Antonio Garcia Alvarez de 12 de fevereiro.

²⁷⁰ Extracto del diario de las operaciones del destacam.^{to} que el 7 de nov.^e de 1773 salio de Montevideo al mando del S.^r D.ⁿ JPH de Vértiz, mariscal de campo de los Reg.^{to} Gov.^{or} y Cap.ⁿ G.^l de estas Prov.^{as}, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 268-269.

Sem condições materiais de continuar uma ação ofensiva contra as tropas luso-brasileiras, << sem retaguarda, sem meios de comunicação com suas bases e já com falta de algumas provisões >>, a 17 de janeiro de 1774, iniciou-se a viagem de regresso a Montevidéu. Entretanto, o governador de Buenos Aires decidiu retornar pelo caminho do Rio Grande e não pelo outro caminho de Santa Tecla para evitar invernar em Santa Tecla. Considerando que estava a uma distância de 160 léguas de Montevidéu, Vértiz ordenou a alguns vaqueanos e guias para propor << otro camino más corto >>, propuseram e << informaron ser la más cercana la del Rio de S.ⁿ Pedro >>. O mesmo caminho com << las caballadas por lo largo de la marcha, malos pisos duros pastos, pocas aguadas, y otras incomodidades estaban aniquiladas >>, além de << los recursos para trasladarse a Mont.^o tan dilatados, y escasos que obligarían a hibernar en S.^{ta} Tecla >>.

O retorno da expedição mostrou-se problemático. José de Vértiz temia uma surpresa pela retaguarda. Ordenou a José Molina com suas tropas seguir no encalço das tropas cobrindo << la retaguarda d.n Jph. de Molina con partida crecida de tropa, reglada, y milicianos, observando la mayor formalidad y tomando las precauciones >>, desconfiava da << mala fe de los portugueses >>. Enquanto Molina mantinha a segurança da marcha na retaguarda, para reabastecer as tropas ordenou ao capitão-de-dragões Francisco Piera, com cinquenta dragões e milicianos, << se adelantase a correr el campo >> tendo o cuidado para não << fatigar los caballos >> arrear gado nos campos. O capitão conseguiu reunir 228 cabeças.

Durante dois dias a tropa castelhana ficou acampada nas nascentes do Tabatingaí. A 18 de janeiro recebeu uma carta de José Marcelino contendo protestos pelas apreensões de embarcações no canal do Rio Grande. A 21, após ouvir tirou na retaguarda de partidas lusitanas, reforçou as tropas, e em seu diário descreveu a ação:

[...] al toque de la gra la que fue a las 3 de la madrugada, se oyó una descarga de fusilería hacia la avanzada de Molina. La Tropa tomo al punto las armas, y se enviaron 100 hombres a reforzar el puesto de donde se dio parte que una partida de Portug.^{es} había dado su descarga sobre la guardia avanzada de 12 milicias de S.^{ta} fé, que con lanzas custodiaban su Caballada, sin duda con ánimo de espantarla, y hurtarla; que habían muerto la mula, en q.^e estaba montado el Centinela; y herido a este en un dedo; pero q.^e sin dilación se pusieron en precipitada fuga, situándose en la cima de una distante elevada loma, como en n.^o de 60 personas. Se conocieron todas las inmediaciones y no se encontró otro rastro, ni vestigio; por lo q.^e se puso en marcha la Columna; después de reforzada la retaguardia de Molina con 50 Dragones se reconocieron varios Caminos ocultos por dentro de los bosques, que

formaban el camino, é indicaban prevención anticipada para defender, pasase adelante el destacamento, que se persuadieron, vendría por este camino a desalojarlos de sus nuevos establecim.^{tos271}.

A 22 de janeiro, o exército castelhano chegou à serra do Camaquã²⁷², na região da Encruzilhada do Sul. De 24 a 28 do mesmo mês, a expedição passou a executar a difícil tarefa de atravessar o Camaquã. Divididos em dois grandes grupos, buscavam assegurar a travessia. << La balsa se hizo pasar a la otra banda la 2º Comp.ⁿ de granaderos; 50 dragones con el Cap.ⁿ de estos d.ⁿ Juan de Asco: una partida de milicia >>, escreveu Vértiz em seu diário << y dos cañones de montaña todo a la orden del Cap.ⁿ de la expresada de granaderos, d.ⁿ Nicolas de Velasco, a tomar el paso, y orilla opuesta, y situarse en posición que al mismo tpo. que los defendiese de todo insulto >>. A estratégia buscava, além de abrigar << el paso de carretas, cavalladas, y ganados >>, evitar serem surpreendidos pelos aventureiros das tropas de Rafael Pinto Bandeira. A travessia custou a morte de mais de trezentos cavalos. Golin lembra da frustrada travessia, dizendo:

Em ambos lados do rio, tiveram de realizar muitos trabalhos. Os caminhos de acesso ao Camaquã foram alargados, rampas preparadas para a passagem do trem e árvores cortadas para liberar o passo ou servirem de suporte. Na travessia, as desgraças reapareciam, pois se perdiam objetos, as carretas exigiam cuidados extraordinários para não adernarem as balsas, caírem e afundarem, canoas eram emborcadas, com os pertences dos soldados submergindo nas águas. Naquela situação, quando, para transpor o rio, a peonada atropelou os gados vacum, muar e cavalar, com canoas margeando os flancos, a maldição dos flagelos parecia desabar sobre um exército em retirada²⁷³.

Atravessado o Camaquã a dura marcha continuava sobre << caminos ásperos, montuosos, y quebradas incomodas >>. A 31, chegaram ao arroio da Sapata²⁷⁴. Quatro dias depois, após marchar 115 km, acamparam a beira de um << arroio sem nome >>. A 7 de fevereiro, a expedição chegou à costa do rio Piratini, onde receberam << socorro de pan fresco, ganado, sal, y yerba >>. No dia seguinte, chegaram à ilha << que forman los dos Ríos S.n Gonzalo mini, y guazú >>. Após deixar o grosso da tropa, José de Vértiz seguiu para a vila de Rio Grande << p.^a disponer el alojam.^{to} y auxilios, de que venía

²⁷¹ Extracto del diario de las operaciones del destacam.^{to} que el 7 de nov.^o de 1773 salio de Montevideo al mando del S.^r D.ⁿ JPH de Vértiz, mariscal de campo de los Reg.^{to} Gov.^{or} y Cap.ⁿ G.^l de estas Prov.^{as}, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, p. 279.

²⁷² Nomeada pelos espanhóis como Icabacua.

²⁷³ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, pp. 145-146.

²⁷⁴ Chamada pelos castelhanos de << arroio do Pereira >>.

necesitado el destacamento como para expedir las corresp.^{tes} provid.^{as} >>. Entretanto, a expedição só aquartelou no dia 14 << a causa de tener que pasar tres ríos nombrados los pobones, potrero, y S.ⁿ Gonzalo, los dos últimos en balsa con pantanosos bañados >>.

A 14 de fevereiro, o governador bonaerense chegou à vila. Em seu diário exaltou a expedição, mesmo << sufrido con la mayor constancia >>, << los variados climas >>, << necesidades y desnudez, q.^e ha pasado ni las incomodidades, que ha padecido en sus dilatadas marchas a pie haya contristado su ánimo, ni causado enfermedad mortal en ning.^o de sus individuos >>²⁷⁵.

3.3 O plano militar lusitano para repelir os castelhanos no sul

A notícia sobre a fracassada expedição de José de Vértiz y Salcedo em Rio Pardo não foi suficiente para acalmar a coroa lusitana sobre os perigos existentes no extremo sul da América. A leitura da investida do governador de Buenos Aires pelo gabinete lusitano não era das mais otimistas. Temiam uma nova ofensiva sobre os territórios conquistados e de sua jurisdição, além de ataques sincronizados e simultâneos na barra e no canal do Rio Grande, além da Ilha de Santa Catarina.

A 9 de julho de 1774, debruçava sobre a mesa o tinteiro Sebastião José de Carvalho e Melo, após finalizar uma longa missiva a Luís de Almeida. Ao enviar as instruções secretas e o chamado *Plano Militar*, concedia plenos poderes ao vice-rei para a defesa e reconquista das possessões no extremo sul. << Honrado marquês do Lavradio, vice-rei e capitão-general do mar e terra do Estado do Brasil. Amigo >> manifestou D. José. As instruções ficariam a cargo do marquês de Pombal. Contudo, esclarecia que deveriam ser << cumpridas, como se fossem pela minha própria mão assignadas >> e, executadas a << não permitindo já a inexorável e incorrigível obstinação do despotismo, com que o capitão-general de Buenos Aires, por si e seus oficiais militares, tem acumulado pela sua particular e pessoal autoridade atentados á atentados, insultos á insultos, e usurpações, dentro dos meus incontestáveis domínios e territórios deles, de cuja conservação, proteção e defesa vos tenho encarregado >>.

²⁷⁵ Extracto del diario de las operaciones del destacam.^{to} que el 7 de nov.^e de 1773 salio de Montevideo al mando del S.^r D.ⁿ JPH de Vértiz, mariscal de campo de los Reg.^{to} Gov.^{or} y Cap.ⁿ G.^l de estas Prov.^{as}, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 267-281, pp. 280-281.

O marquês do Lavradio recebia a dura incumbência de << repelir >> qualquer ameaça, << protestos, e outros atos verbais >>. Tinha o dever de << fazer executar [...] tudo o que julgares que é conveniente para repelires a força contra os insultos com que os referidos general de Buenos Aires e seus oficiais têm rompido a paz e (principalmente) usurpado meus domínios no sul >>, enfatizava a carta²⁷⁶. Contudo, recomendava ao marquês do Lavradio << sejam os meus ditos domínios repostos no mesmo estado em que se achavam antes das hostilidades que neles cometeram os espanhóis com a ocasião da última guerra >>.

Por outro lado, a corte depositava confiança nas tropas. Acreditava na defesa das zonas de fronteira. Para Pombal << nenhum exército houve, nem oficiais, nem soldados, que fossem mais amantes do seu rei, mais fieis á sua pátria, mais sofrendores de trabalhos e mais constantes nos seus sucessos felizes e adversos >> continua ele << do que eles têm manifestado em todas as histórias, [...] nem houve outra alguma nação cujos exércitos vencessem com poucos combatentes tantos inimigos, muitas vezes superiores em número >>. Deixando claro ao marquês do Lavradio << que nenhuns inimigos, por pequenos que sejam, de devem desprezar >>, consubstancialmente referindo-se aos castelhanos²⁷⁷.

As autoridades lisboetas, apreensivas e cautelosas, não esperavam que o tratado acabasse com os << bárbaros insultos >> sofridos na região sul, e exatamente por esse motivo, intensificaram, a partir de 1774, as recomendações para as autoridades luso-brasileiras cuidado e precaução.

Eram seis as instruções, chamadas: *Plano militar de guerra defensiva, com que devemos repelir a aleivosa invasão que os castelhanos vão fazer em toda a parte sul do Brasil por eles já aleivosamente ocupada*, enviadas pelo marquês de Pombal ao marquês do Lavradio. Nelas constam a necessidade de organizar as tropas, negociar os soldos em atraso e reparar as fortalezas do extremo sul²⁷⁸.

²⁷⁶ Marquês de Pombal ao marquês do Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9/07/1774, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 180-181-182; Marquês de Pombal. Plano militar da guerra, com que devemos repelir a aleivosa invasão que os Castelhanos intentam fazer em todas as partes do Sul do Brasil, por eles já aleivosamente ocupadas. *Manuscrito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; Correspondência passiva do Tte.-Gal João Henrique de Böhm, *Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos*, Rio Grande, 1:13-14, out. 1939; *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, p. 295, nota 1; Catálogo de Manuscritos sobre Santa Catarina existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *ABNRJ*, 1978, v. 98.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Marquês de Pombal ao marquês do Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9/07/1774, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 180-181-182; Marquês de Pombal. Plano militar da guerra, com que

Para Pombal os espias deveriam informar acerca dos preparativos militares desenvolvidos nos portos espanhóis. << A primeira é o grande cuidado em pagar e ter espias, que exatamente informem de todos os movimentos que os castelhanos fizerem contra a dita praça; de sorte que saiba quando eles a principiarem atacar a cara descoberta >>, escreveu Sebastião de Carvalho e Melo ao marquês do Lavradio. Sobre a América meridional, as notícias não eram as mais alentadoras. Segundo os << práticos >>, nos portos, os espanhóis organizavam << uma grande armada castelhana, chamando-lhe Invencível >>.

Durante a Guerra dos Sete Anos o conde de Lippe pediu que mantivesse os soldos em dia, a mesma ordem foi dada a Luís de Almeida. Como parte da primeira instrução, Sebastião José ordenou manter os soldos e emolumentos em dia, pois o << pagamento e sustentação das tropas [é] a base fundamental de toda a guerra >>. Além disso, a potência vencedora é sempre, segundo ele, a << que pode sustentar a campanha por mais tempo >>. Onerava à junta da Bahia a responsabilidade de mobilizar soldados e demais socorros necessários para o Rio de Janeiro, anualmente, enquanto durassem as hostilidades dos castelhanos. Tendo os subsídios necessários para manter << não só na guerra defensiva que agora se apresenta, mas também no caso em que esta venha a ser ofensiva nas suas consequências >>. Pombal mostra-se intimamente incomodado com as ações castelhanas no sul do Brasil: << que não há inimigos que sejam, nem mais arrogantes, ferozes e cruéis, nem menos formidáveis; porque em se lhes desconcertando a imaginação escaldada, que sempre os inflama, fazendo-lhes representar que serão invencíveis, logo dela mesma se precipitam no mais vil e abatido desalento >>, escreveu ele.

Na quinta instrução enviada ao marquês do Lavradio, Pombal demonstra toda a preocupação e valor da Ilha de Santa Catarina. Para o ministro, << a conservação da ilha de Santa Catarina é da suma importância >>²⁷⁹, visto de três perspectivas: em << tempo da paz nos defende a costa do sul dos contrabandos, que sem ela seriam sempre inevitáveis >>; enquanto que, << em tempos da guerra; e por uma parte priva os

devemos repelir a aleivosa invasão que os Castelhanos intentam fazer em todas as partes do Sul do Brasil, por eles já aleivosamente ocupadas. *Manuscrito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; Correspondência passiva do Tte.-Gal João Henrique de Böhm, *Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos*, Rio Grande, 1:13-14, out. 1939; *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, p. 295, nota 1; Catálogo de Manuscritos sobre Santa Catarina existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *ABNRJ*, 1978, v. 98.

²⁷⁹ *Grifo nosso.*

inimigos dos únicos portos que ha na mesma costa com o fundo e espaço necessário para neles entrarem e conservarem os ditos inimigos >>, e ainda << pela outra parte nos dá a faculdade, não só para ali termos ancoradas as naus de Sua Majestade, mas também para introduzirmos tropas e munições de guerra, e de boca naquele continente do sul em casos tais, como este, que agora se presenta; continente que não poderíamos conservar facilmente se uma vez lhe faltasse a referida ilha >>, continua o marquês, << daqui resulta, que a defesa e manutenção dela, constituindo um dos grandes objetos da atenção de el rei meu senhor >>. As recomendações eram:

Que a fortaleza principal e fortes da referida ilha sejam armados com toda a artilharia, carretame, palamenta, pólvora, bala e petrechos possíveis para fazerem uma vigorosa defesa nos casos de surpresas ou de ataques.

Quer: Que a guarnição para da mesma ilha seja logo reforçada com um dos seis regimentos dessa cidade, de cujos oficiais V. Ex. fizer melhor conceito; vindo no lugar dele o outro regimento, que manda transportar de Pernambuco para essa cidade; posto que contra ele não ha aparência de que se animem os castelhanos a intentar por agora alguma invasão.

Quer: Que todas as milícias, os corpos irregulares da mesma ilha sejam sem perda de tempo armados, exercitados em atirarem ao alvo, e animados com o exemplo dos regimentos pagos a resistirem aos inimigos em defesa das suas próprias casas e famílias.

E quer: que o brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça (a quem manda a patente de marechal de campo), baixando logo das Minas a essa capital, passe à referida ilha, encarregado da guarda de defesa dela em observância da carta régia, que lhe vai expedida para exercitar a dita comissão, até que venha (como esperamos brevemente ha de vir) a cessar a necessidade, que faz tão prudentes, como preciosos os atuais esforços²⁸⁰.

O *Plano Militar* de 9 de julho de 1774, enviado a Luís de Almeida, pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, sob ordens reais, incumbia o vice-rei para passar a patente de marechal-de-campo a Antônio Carlos Furtado de Mendonça²⁸¹. E, imediatamente, ocupar o posto de comandante das tropas da Ilha de

²⁸⁰ Marquês de Pombal ao marquês do Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9/07/1774, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 180-181-182; Marquês de Pombal. Plano militar da guerra, com que devemos repelir a aleivosa invasão que os Castelhanos intentam fazer em todas as partes do Sul do Brasil, por eles já aleivosamente ocupadas. *Manuscrito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; Correspondência passiva do Tte.-Gal João Henrique de Böhm, *Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos*, Rio Grande, 1:13-14, out. 1939; *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, p. 295, nota 1; Catálogo de Manuscritos sobre Santa Catarina existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *ABNRJ*, 1978, v. 98.

²⁸¹ Na sucessão titular, Antônio Carlos Furtado de Mendonça era filho de Luís Xavier Furtado de Mendonça, 4º visconde de Barbacena. Luís Xavier era irmão de Afonso Furtado de Mendonça – 3º visconde de Barbacena – a quem sucedeu o título e na casa, filho de Jorge Furtado de Mendonça, 2º visconde de Barbacena. << Os Castro do Rio senhores de Barbacena, com uma notória e conhecida ascendência judaica, que usava como primeiro apelido Furtado de Mendonça e receberam título de visconde >>. Título esse concedido a Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, em 1671. Nuno Monteiro lembra que eram << titulares sem Grandeza >>. A Lei dos Tratamentos de 1739 delimitou a

Santa Catarina: << haja de passar á dita ilha por comandante general dela enquanto durar a guerra, sendo aliviado do governo das Minas Gerais >>²⁸². Em Minas, foi substituído por Luiz António de Sousa. Sobre a atuação administrativa de Antônio Carlos em Minas, Laura de Mello e Souza caracteriza como << inábil na gestão da coisa

primeira elite da monarquia, excluindo definitivamente da Grandeza os viscondes e os barões. Durante a reestruturação, os únicos que ficaram sem Grandeza foram os viscondes de Asseca, Barbacena e barões da Ilha Grande. Furtado de Mendonça nasceu na Freguesia dos Mártires por volta de 1720. Com aproximadamente 19 anos já era cabo no Regimento de Campo Maior, companhia comandada por seu irmão, Francisco Furtado, 5º visconde de Barbacena. Passou para cabo de esquadra. Pouco tempo depois, ingressou no Regimento da Corte, sob o comando do conde de Conculim. Sequencialmente, para a companhia de Antônio Rolim, conde de Azambuja. Experiência comum entre os futuros governadores, em 1748, embarcou a 20 de novembro na galera *Santa Rita*, na qual << se ofereceu com seu irmão Miguel a ir servir na Índia, o qual faleceu na viagem >> onde passou alguns anos com a patente de capitão-de-infantaria a serviço da coroa portuguesa na Índia. Serviu na companhia do brigadeiro Columbano Pinto da Silva, responsável pelo agregamento dos voluntários nas companhias. Esteve presente na tomada da fortaleza de Neutim, a 3 de dezembro de 1748. Nas Índias, recebeu as patentes de capitão-tenente e capitão-de-mar-e-guerra, servindo ao lado do capitão-de-mar-e-guerra Bernardo Carneiro de Alcaçova. Durante esses anos, serviu ao lado dos marqueses de Alorna e Távora, e ainda do conde de Alva. Como lembra Nuno Gonçalo Monteiro: << Todos tinham, por conseguinte, um passado colonial indiano, ao contrário da esmagadora maioria dos vice-reis >>. A 11 de dezembro de 1754, apresentou carta de aviso do marquês de Pombal com a licença da rainha para retornar ao Reino. No ano seguinte, voltou a Portugal com a patente de tenente-coronel. << Comandando uma nau de viagem >>, desembarcou em Lisboa. Logo recebeu a patente de tenente-coronel do Regimento da Armada. Três anos depois, recebeu a patente de coronel-de-infantaria de Moura. Da praça de Olivença foi destacado para Belém, onde ficou um ano. Durante a Guerra dos Sete Anos, andou pela Beira Alta sob as ordens do conde dos Arcos, Marcos José de Noronha e Brito. Enquanto Luís de Almeida servia, nesse mesmo momento, como coronel do Regimento de Cascais. Nessa guerra, Furtado de Mendonça manteve estreita comunicação com o secretário de Estado dos Negócios da Guerra e dos Estrangeiros, Luís da Cunha Manuel e com o marquês de Pombal. Com o fim da guerra, recebeu a nomeação de brigadeiro. Em 1767, embarcou rumo à capital da América portuguesa, nomeado governador da praça do Rio de Janeiro pelo vice-rei, Antônio Álvares da Cunha, primeiro conde da Cunha. Três anos depois, assumiu provisoriamente o governo da capitania de Goiás (1770-1772). A prossecução das atividades administrativas e militares na América portuguesa, levaram-no à nomeação como governador e capitão-geral de Minas Gerais, em 1773. A 25 de fevereiro de 1774, Luís de Almeida solicitou ao ministro Martinho de Melo e Castro << mandar para a Ilha de Santa Catarina um oficial hábil para servir de socorro ao Governador daquela Ilha >>. A 19 de setembro, Martinho de Melo e Castro informou a Luís de Almeida que, por ordem da própria rainha, nomeasse << para o comandamento militar de todas as praças, portos, guarnições e mais forças da ilha de Santa Catarina >>, Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Antônio Caetano de Sousa, *Historia da genealogia da Casa Real Portuguesa [...]*; Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes [...]*, p. 42; Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, *O 'Ethos' Nobiliárquico [...]*, pp. 4-20, pp. 6-8; Papeis vários acerca do marechal de campo [...]; Manoel Antonio de Meirelles, *Relação dos felices successos da India [...]*, p. 35; Nuno Gonçalo Monteiro, *Trajetórias sociais e governo das conquistas [...]*, p. 251-283; Defesa de Antônio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331; Furtado de Mendonça a Francisco de Mendonça Furtado. AHU_ACL_CU_008, C. 25, D. 1603; AHU-Goiás; Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 25/02/1774, In, José d'Almeida Correia de Sá, *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal [...]*, pp. 181-186, p. 185; Martinho de Melo e Castro a Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 19/09/1774, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, 1º parte, p. 317; Pombal a Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9/07/1774, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 180-181-182; Marquês de Pombal. Plano militar da guerra [...]. *Manuscrito do Instituto Histórico [...]*. Rio Grande, 1:13-14, out. 1939; *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, p. 295, nota 1; Catálogo de Manuscritos sobre Santa Catarina [...], 1978, v. 98.

²⁸² Pombal a Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 15/07/1774, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 303-307.

pública e das relações privadas, capaz de descontentar gregos e troianos >>²⁸³. Para assegurar a conservação e defesa da Ilha a coroa recomendava Furtado de Mendonça e Luís de Almeida deveriam trabalhar juntos, << para sustentar a defesa daquela importantíssima ilha >>²⁸⁴.

A ordem régia de 19 de setembro de 1774 onerava ao marechal-de-campo o melhoramento de todo sistema defensivo. Enfatizava a necessidade de pôr em melhor estado de defesa guarnições, fortalezas, postos, trincheiras, capazes de << resistir a todo e qualquer ataque que se lhe intente fazer por mar ou por terra, ou ambas as partes ao mesmo tempo >> as forças estrangeiras²⁸⁵. A 5 de fevereiro de 1775, Antônio Carlos Furtado de Mendonça chegou à Ilha de Santa Catarina e ocupou o cargo de comandante das tropas²⁸⁶.

A 18 de setembro de 1774, Sebastião José, enviou o << Orçamento das forças terrestres e navais, etc. >> a Luís de Almeida, contendo << um verídico extrato do que a corte de Madrid tem até agora mandado para o Rio da Prata em navios e tropas; e uma justa combinação das forças de cada uma das referidas espécies, com que V. Ex. se acha, e achara armado para propulsar os ralhos e insultos castelhanos >>. Com o << Orçamento >> seguia a carta << corográfica que o marechal Miguel Angelo Blasco calculou e delineou [...] todo o território do sul do Brasil >>, segundo o marquês << esta atualmente sendo o teatro de guerra >>. Além disso, a própria majestade mandou, segundo Pombal, acrescentar outras questões pertinentes. A primeira delas referente à segurança da Ilha, pois << a conquista da importante ilha de Santa Catarina tem feito um dos principais objetos das expedições da corte de Madrid >>. Dessa forma, Lavradio ficaria incumbido de << dobrar as cautelas e as forças necessárias para a conservação da referida ilha >>, deveria o vice-rei << tudo o que a este respeito lhe preveni na minha dita instrução de 9 de Julho próximo precedente desde o § 49 até o § 56 inclusivamente >>. Quanto à Ilha, em primeiro lugar, deveria o marquês << passar a referida Ilha imediatamente ao marechal de campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça, encarregado da boa defesa dela >>. Sobre o ataque as três possessões da América do

²⁸³ Laura de Mello e Souza, *O sol e a sombra*, política e administração na América portuguesa do século XVIII, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 251.

²⁸⁴ Pombal a Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 15/07/1774, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 303-307.

²⁸⁵ Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...]*, p. 276.

²⁸⁶ A 31 de janeiro ancorava na Ilha Robert Mac Douall com o Regimento de Pernambuco. In, José d'Almeida Correia de Sá, *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal [...]*, p. 63.

Sul, Sebastião José não acreditava na possibilidade de um ataque no Continente do Rio Grande e ao mesmo tempo na Ilha. Entretanto, a ordem era clara: << multiplicar quanto possível >> o número de << corpos e companhias francas de aventureiros, caçadores e sertanistas de São Paulo e Santos; fazendo [...] aumentar cada dia [o] desprezo contra os castelhanos >>. A terceira, a preocupação se volta aos prisioneiros de guerra – feitos durante o ataque à vila –, esses deveriam ficar << reclusos na ilha das Cobras, até o fim da guerra >>, supunha o marquês, ficarem prisioneiros os marinheiros, pois << tendo os castelhanos grande falta de marinheiros, e por isso grande dificuldade em armarem as suas naus de força >>. As críticas recaíam às ações do governador de Buenos Aires, como informa Pombal. Não havia uma reclamação direta à corte de Madrid, segundo o marquês << para secretíssimo conhecimento, que nem ela rei meu senhor tem permitido que o seu embaixador na corte de Madrid desse nela o menor sinal de queixa das insolências, que o governador de Buenos Aires tem cometido contra esses domínios; nem a mesma corte tem achado a propósito fazer delas a esta reparação alguma >>²⁸⁷.

Durante todo o ano de 1774, as recomendações foram reforçadas. A coroa lusitana periodicamente lembrava o marquês do Lavradio da necessidade de recrudescer a segurança e o sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina, juntamente com o Rio Grande de São Pedro.

As delicadas circunstâncias, porém, em que se acham esses domínios da coroa de Portugal, a incessante vigilância, com que V. Ex. deve promover a ordem, a disciplina e a regularidade nas forças de mar e terra, que el rei nosso senhor tem mandado passar ao Rio de Janeiro, e os socorros e providências com que deve assistir aos governos e distritos, que lhe são subordinados, muito particularmente á ilha de Santa Catarina, e ao mesmo Rio Grande de São Pedro: todos estes importantíssimos objetos entende Sua Majestade que fazem tão indispensavelmente necessária a presença de V. Ex. nessa capital, como seria prejudicial ao seu real serviço se dela se apartasse por um só momento²⁸⁸.

A 18 de junho, o marquês de Pombal escreveu ao embaixador britânico em Lisboa, Robert Walpole, informando as << infractions, depredations, et usurpations commises par les Espagnols dans la Partie Meridionale du Brasil qui font les objects del'armement, et de l'expedition, que la Cour de Madrid se hate á faire sortir du Ferrol

²⁸⁷ Marquês de Pombal ao marques do Lavradio [conforme Thomaz Pinto da Silva], Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, 18/09/1774, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 307-310.

²⁸⁸ Martinho de Mello e Castro, [conforme Thomaz Pinto da Silva], Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, 21/11/1774, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, p. 324.

en toute diligence >>²⁸⁹. Estrategicamente, Sebastião José fundamentou seus argumentos em torno das questões internacionais, propondo um alinhamento militar anglo-português diante dos conflitos na América. Enquanto os ingleses concentrariam seus esforços no separatismo norte-americano, a coroa lusitana, intensificaria sua atenção à defesa do Brasil e à questão do Rio Grande de São Pedro, mantendo como ponto de apoio a vigia e patrulha das águas do Atlântico Sul²⁹⁰, levando em consideração << la grande superiorité des Forces Navales de Sa Majesté Britanique >>²⁹¹. O ministro português desconfiava do antigo aliado, << diante da guerra da independência na América do Norte, estivesse pensando em garantir as Missões em colaboração com a Companhia de Jesus, apesar da sua supressão pelo papado em 1773, restringindo-se à sua organização na Rússia >>²⁹².

No mesmo dia em que concedeu plenos poderes ao marquês do Lavradio para repelir os ataques castelhanos na região sul do Brasil e enviar as instruções do Plano Militar direcionadas pelo marquês de Pombal, o rei conferiu a Robert Mac Douall o título de capitão-de-mar-e-guerra. Sob o comando da fragata *Nossa Senhora de Nazareth*²⁹³, em agosto de 1774, ancorou na baía de Guanabara o novo comandante da Esquadra do Sul com as instruções do plano militar de guerra.

[...] Para consolidar o plano militar que mandei juntar ás vossas instruções debaixo do número 1º, fiz expedir por uma parte ao capitão-de-mar-e-guerra Guilherme Mac Douall a provisão cuja cópia irá nesta carta inclusa, que contém a comissão que lhe conferi de comandante e chefe de esquadra, que vai descrita na quarta parte do sobredito plano. E fiz expedir pela outra parte as nomeações dos novos capitães-tenentes e oficiais declarados nos decretos cujas cópias nos serão também com esta remetidas; para terem ali, como ordeno que tenham, toda a sua devida execução, que lhes farei dar, como se os sobreditos nomeados apresentassem as patentes por mim assignadas, que agora não achei conveniente que eles extraíssem, mas sim que até segunda ordem minha ficassem no segredo deste gabinete os sobreditos decretos, de que elas deviam emanar. O referido chefe de esquadra tem aqui mostrado constantemente ser muito hábil, muito zeloso do meu rela serviço, muito próprio para criar excelentes oficiais da marinha. Tem bastantes experiências adquiridas nas últimas guerras de Inglaterra com Espanha e França.

²⁸⁹ Marquês de Pombal a Robert Walpole, Belém, 18/06/1774, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 292-293.

²⁹⁰ Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 154.

²⁹¹ Marquês de Pombal a Robert Walpole, Belém, 18/06/1774, *Campaña del Brasil* [...], pp. 292-293.

²⁹² Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 154.

²⁹³ Fragata *Nossa Senhora de Nazareth* ou *Nossa Senhora da Nazaré*. Fragata de 40 peças foi construída no Porto em 1767. Integrou a esquadra de auxílio à Inglaterra contra a França. Em 1769, achou-se na evacuação de Mazagão. Considerada boa de vela chegou transportar o vice-rei do Brasil; governador de Pernambuco; a embaixada de Portugal a Marrocos; além dos quintos do Rio de Janeiro a Lisboa. Em 1783, foi desarmada. Foi renomeada em 1788 como Cábreá. Em outubro de 1809, sugeriu-se o encalhe e a venda em praça pública. Catálogos dos navios bragantinos [...], p. 35; AHM-BCM-AH/NA/FRAGATA “Nossa Senhora da Nazaré”.

Acresce conhecer bem os préstimos e os merecimentos de todos e cada um dos oficiais da marinha, que podem ser mais idôneos para deles se confiarem os primeiros, segundos e terceiros postos das naus e fragatas da sobredita esquadra. Sobre esta certeza confiando ao mesmo chefe de esquadra todos os objetivos do armamento dela: conferindo com ele secretissimamente as nomeações daqueles dos referidos oficiais que se devem destinar para todas, e cada uma das naus e fragatas da sobredita esquadra; obrando com o dito chefe dela (com o mesmo impenetrável segredo) de uniforme acordo: e fazendo ali publicar os sobreditos decretos, e promoções neles conteúdos. Logo que receberdes esta passareis a nomear oportunamente os capitães de mar e guerra, capitães-tenentes e oficiais que forem destinados para cada nau, ou fragata: nomeações que deveis fazer em portarias vossas, que principiêm dizendo:

Que, porquanto eu em carta régia da data desta vos cedi (como efetivamente concedo) todas as faculdades necessárias para que, até segunda ordem minha, cessando as comissões que levarem d'esta corte os capitães de mar e guerra que ultimamente saíram deste porto, logo que a esse chegassem, e formando das respectivas naus e fragatas por eles comandadas e guarnecidas uma esquadra naval, de que fosse comandante geral e chefe Guilherme Mac Douall, encarregueis de governar e guarnecer todos, e cada um dos navios dela os capitães de mar e guerra, capitães-tenentes e oficiais que achásseis mais próprios ao tempo em que ela se formar: haveis por serviço meu nomear para capitão de mar e guerra da nau N. a N., para segundo capitão de mar e guerra a N. N: para capitães-tenentes a N. N; para tenentes a N. N.; para sargentos de mar e guerra a N. N.; etc. ordenando ao sobredito chefe de esquadra Guilherme Mac Douall, que por tais reconheço os oficiais que forem por vós nomeados na sobredita forma. E continuando em fazer as referidas nomeações dos postos que suceder vagarem até cessarem as necessidades da guerra, que nessa parte nos têm declarado os castelhanos com os factos, ao mesmo tempo em que apregoam pazes com os seus escritos. O que tudo assim observareis, e fareis executar não obstante quaisquer leis, regimentos, alvarás, resoluções ou ordens, que sejam em contrário²⁹⁴.

Após receber as instruções e o plano militar das mãos do comandante Robert Mac Douall, Luís de Almeida escreveu ao tenente-general João Henrique Boehm comunicando-lhe a sua nomeação para a organização e o comando do Exército do Sul. Lavradio, revelava, apenas, parte do plano. Não confirmava o número dos combatentes. Detalhes que só seriam dados no futuro. A confusão administrativa forjada no Rio de Janeiro pelo vice-rei refletia na organização das autoridades. Enquanto Boehm ficava sob as ordens de Lavradio, militarmente o tenente-general representava a maior autoridade lisboeta da América do Sul. Tal estrutura restringia a José de Marcelino de Figueiredo o governo do Continente²⁹⁵.

²⁹⁴ Marquês de Pombal ao marquês do Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9/07/1774, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, p. 307.

²⁹⁵ Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 156.

Sebastião José de Carvalho e Melo calculava as forças a mobilizar em 8.106 homens. Entretanto, faltavam ainda incorporar 1.419. Luís de Almeida ficara incumbido de integrar 6.587 e distribuí-los.

	Estado completo	Estado efetivo e atual	Praças que faltam
Duas companhias de Cavalos de 35 homens cada uma, aumentadas cada uma de 20 cavalos fazendo ambas	110		
Regimentos de Portugal			
Bragança	821	639	182
Moura	821	736	85
Estremoz	821	699	122
Regimentos do Brasil			
Primeiro Regimento do Rio de Janeiro	821	615	206
Segundo Regimento do Rio de Janeiro	821	636	185
Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro	749	594	155
Nas províncias do Sul			
Regimento da Ilha de Santa Catarina	821	813	8
Regimento de Dragões do Rio Grande	400	327	73
No mesmo Rio Grande quatro companhias ligeiras de Auxiliares, duas a pé, e duas de cavalos a 50 homens cada uma	200	200	
No mesmo quatro Companhias de Infantaria com exercício na Artilharia de Cem homens cada uma	400	400	
Um Regimento de Cavalaria Auxiliar	500	500	
Regimento da Colônia do Sacramento	821	428	393
Recapitulação de todas as referidas Tropas			
Três Regimentos de Portugal	2.573	2.074	499
Três do Rio de Janeiro	2.391	1.841	546
Santa Catarina, Rio Grande e Colônia	3.142	2.668	474
Todos	8.106	6.587	1.419

Fonte: Plano militar de guerra defensiva, com que devemos repelir a aleivosa invasão que os castelhanos vão fazer em toda a parte sul do Brasil por eles já aleivosamente ocupada, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9 de julho de 1774, *Campaña del Brasil*, Antecedentes Coloniales, AGN, tomo III, Buenos Aires, Kraft, 1941, pp. 294-313.

O plano militar lusitano trazia uma novidade que era a formação de uma esquadra naval no Brasil. Segundo o marquês no << Orçamento... >> as tropas portuguesas eram em mais número do que a castelhana. Segundo as informações que tinha, as embarcações que saíram de Cádiz, em 1774, somavam << duas naus de linha, cinco fragatas; três navios mercantes armados, e trezentas e setenta peças de artilharia >>. Tanto as naus *Astuto* e *São Domingos* possuíam 70 peças, enquanto as duas fragatas possuíam 40 peças cada uma; os três navios de guerra ainda podiam levar vinte peças cada uma, tinham ainda duas charruas holandesas de carga, tudo isso segundo os << avisos recebidos de Cádiz nas datas de 15 de julho e de 15 de agosto >>. Quanto às forças navais portuguesas existentes no Rio de Janeiro que partiam para o sul, a fim de manter a segurança das capitânias. As duas naus *Santo Antônio*²⁹⁶ e *Nossa Senhora da Ajuda*²⁹⁷ possuíam 64 peças, para o marquês << estas naus de sessenta e quatro peças são muito mais fortes do que as castelhanas de setenta e oito >>. As fragatas *Nossa Senhora de Nazareth* e *Senhora da Graça*²⁹⁸, ambas possuíam 40 peças, enquanto a fragata *Nossa Senhora de Belém*²⁹⁹, 50 peças; compunha ainda um galeão *Nossa Senhora da Glória*³⁰⁰ com 28 peças. Ao todo << duas naus de linha, uma de cinquenta peças, duas fragatas de quarenta, outra e vinte e oito, e duzentas e oitenta e seis peças de artilharia: em cujo número veêm por ora a faltar, oitenta e quatro peças para igualarmos o número das trezentas e setenta que terão os nossos inimigos, quando chegar a sua expedição de Cádiz >>. Continua o marquês:

[...] previne-se, porém, a este respeito, que debaixo de toda a dissimulação do comércio e navegação mercantil, se ficam expedindo além dos acima

²⁹⁶ Nau *Santo Antônio*, também chamada de *São José*, de 64 peças. Lançada ao mar em 29 de janeiro de 1763. Fez parte da Esquadra do Sul e da expedição contra Argel, em 1784. Modernizada foi renomeada três vezes, sequencialmente: Infante D. Pedro Carlos (1794), Martim de Freitas (1806), D. Pedro I (1822). Catálogos dos navios bragantinos [...], p. 22.

²⁹⁷ Nau *Nossa Senhora da Ajuda* ou *São Pedro de Alcântara*, de 64 ou 68 peças, lançada ao porto de Lisboa, em 29 de março de 1769. Modernizada, em 1793, foi renomeada para *Princesa da Beira*. Empregada no comboio das frotas do Brasil. Em 1778, durante uma viagem do Brasil a Lisboa perdeu boa parte da mastreação. Fez parte da esquadra de auxílio à Inglaterra, em 1794 e, foi posta à venda como inútil, em 1834. Catálogos dos navios bragantinos [...], p. 21; Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata* [...], pp. 12-116, p. 69.

²⁹⁸ Fragata *Nossa Senhora da Graça*, de 40 ou 44 peças, contruída no porto em 1766. Empregada no serviço de comboio e guarda costa. Catálogos dos navios bragantinos [...], p. 35.

²⁹⁹ Fragata *Nossa Senhora de Belém*, também chamada de *San José*, contruída em 1766 e descomissionada em 1805. Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata* [...], pp. 12-116, p. 69.

³⁰⁰ *Nossa Senhora da Glória*, navio de 26 ou 28 peças que operou na Esquadra do Sul de 1774 a 1776 como fragata. Catálogos dos navios bragantinos [...], p. 36.

referidos, alguns navios auxiliares, dos quais serão os primeiros a sair os seguintes:

A companhia da pesca das baleias e o contrato do sal mandarão sair logo um navio novo ultimamente construído na Bahia, que monta trinta peças, e que, partindo daqui com carga do referido gênero, leva artilharia e tudo o mais necessário para ser armado em guerra, logo que chegar ao porto do Rio de Janeiro, metendo-se nele os soldados e artilheiros que necessários forem.

A outra companhia do Para fica expedindo, debaixo da mesma dissimulação do seu comércio, outros dois navios de quinhentas toneladas para cima, para serem também armados em guerra, e guarnecidos com soldados e artilheiros, logo que chegarem ao mesmo porto. Cada um deles pode montar vinte e quatro peças; um deles ficará pronto em oito e o outro dentro em vinte dias.

A outra companhia de Pernambuco e Paraíba, manda logo partir logo que chegue outro grande e bom navio novo, que mandou construir no Recife, e espera-se que por instantes entrará nesta barra e montará trinta peças. Somando todos estes socorros auxiliares: navios cinco: peças de artilharia, cento e quarenta e oito; com as quais ficaremos excedendo em sessenta e quatro aos nossos inimigos³⁰¹.

Com a esquadra foram remetidos vários oficiais da Marinha, entre lusitanos e ingleses. Dentre eles estavam: José dos Santos Ferreira, Antônio Jacintho da Costa, Thomas Stevens, Tristão da Cunha de Menezes, Antônio Januário do Valle, João Nicolás Schmerkel, Jorge Hardcastle, Joaquim Pereira Cordovil, Antônio José Pegado de Bulhões, Joaquim José dos Santos Cassão, Pedro de Mariz de Moraes Sarmiento, José Caetano de Lima, João Tavares, José Monteiro Carlos e Joaquim Pereira³⁰².

A Provisão real com a nomeação de Mac Douall para o comando da esquadra a ser formada no Brasil chegou ao Rio de Janeiro com o plano militar de guerra.

Eu, El-Rei. Faço saber a vós, Guilherme Mac Douall, capitão-de-mar-e-guerra das naus e fragatas da Minha Real Armada de Alto Bordo: Que sendo-me necessário mandar ao porto do Rio de Janeiro a Esquadra composta das naus e fragatas, cuja relação terá com esta; e tendo consideração à ciência, experiência, atividade e zelo com que nos tendes sucessiva e constantemente distinguido no meu Real Serviço: Houve, como hei por bem conferi-vos a comissão de comandante da sobredita Esquadra; das naus e fragatas dela, e das mais embarcações que a ela se unirem, para todas comandarem em chefe, enquanto durar a vossa comissão e Eu não ordenar o contrário, na maneira seguinte:

Primeiramente, logo que desembarcardes na Bahia de Todos os Santos o governador daquela capitania, Manuel da Cunha de Meneses, passareis imediatamente ao Rio de Janeiro, onde vos apresentareis com esta provisão ao marquês do Lavradio, vice-rei e capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil, significando-lhe que ides instruído para ficar naquele porto as suas

³⁰¹ *Orçamento das forças terrestres e navaes, que verossimilhante se pôde julgar que os castelhanos tenham no Rio da Prata e sul do Brasil, depois que chegar a Buenos-Ayres a ultima expedição que partiu de Cadix no mez de Agosto d'este presente anno de 1774, e combinação d'ellas com as forças de Sua Magestade n'aquellas fronteiras*, Marques de Pombal ao marques do Lavradio [conforme Thomaz Pinto da Silva], Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, 18/09/1774, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, p. 311-316.

³⁰² Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 164.

ordens, com as sobreditas naus e fragatas, e para executares tudo o que por ele vos for determinado.

Em segundo lugar, porque por justos motivos se fez preciso que as ditas naus e fragatas saíssem desta barra separadas umas das outras, debaixo dos diversos e aparentes pretextos que vos serão notórios, levando todos os comandantes delas particulares ordens para dirigirem as suas derrotas ao mesmo Rio de Janeiro, assim como nele entrar a nau Nossa Senhora da Ajuda, arvorareis ao mastro dela o nosso pavilhão (que depois fareis mudar para a outra nau Santo Antônio) e ireis incorporando as que sucessivamente chegarem até que, pela junção de todas, se forme a sobredita Esquadra.

Em terceiro lugar, ordeno por uma parte que, no mesmo dia em que as ditas naus e fragatas forem entrando no referido porto, vão cessando e se deem por findas e acabadas todas as comissões com que daqui saíram os seus respectivos capitães-de-mar-e-guerra, capitães-tenentes e quaisquer outros oficiais delas. E ordeno, pela outra parte, que entre os oficiais das sobreditas graduações, que forem nas referidas naus e fragatas e se acharem no Rio de Janeiro, sejam novamente para cada uma delas nomeados aqueles que o marquês vice-rei (de acordo particular convosco) achar que são mais próprios para as comandarem, segundo as suas respectivas qualidades de ciências, atividade, zelo e experiência, preferindo, contudo, os que viram a guerra de mar aos que nela não se acharem até agora, enquanto a possibilidade o puder permitir.

Em tudo o mais que nesta provisão se não pode precaver de tão longe, obrareis segundo as ordens que receberes do dito marquês vice-rei; e onde elas não puderem chegar, conforme as circunstâncias das conjunturas que se vos apresentarem, nas quais confio de vós que tomareis com o maior acerto os partidos mais úteis e vantajosos ao Meu Real Serviço: Dando sempre oportunas contas ao mesmo marquês vice-rei de todas e quaisquer novidades que forem ocorrendo nas vossas derrotas, e ações delas. Escrita no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em nove de julho de mil setecentos setenta e quatro. Rei. Para Guilherme Mac Douall³⁰³.

Nesse momento, as defesas terrestres castelhanas tinham aumentado significativamente em várias direções, notadamente na região missioneira com os fortes de São Martinho, Santa Tecla, além de pequenas guardas móveis estabelecidas entre esses pontos, estabelecendo uma fronteira invisível contra as tropas luso-brasileiras. No canal do Rio Grande, em sua fronteira, além das forças navais que faziam a segurança marítima, as fortalezas em terra, formavam um sistema defensivo constanemente aprimorado. Ao todo, sete redutos garantiam a segurança do território. Destacam-se:

- *Forte da Barra* ou *Forte de San Juan Baptista*. Localizava-se no pontal meridional, estrategicamente posicionado.

- *Bateria de Santa Bárbara*. A sua ineficiência defensiva concorreu para sua inoperância e desativação. Seus quatro canhões foram transferidos para uma trincheira

³⁰³ Provisão real de nomeação de Guilherme Mac Douall comandante da Esquadra do Sul, Rei, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9/07/1774, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicado em: Abeillard Barreto, A opção portuguesa, Restauração do Rio Grande e entrega da Colônia do Sacramento (1774-1777), In, *História naval brasileira*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, segundo volume, t. II, p. 301; Tau Golin, *A Fronteira [...]*, pp. 164-165.

próxima, localizada no Morro do Vigia, responsável pela cobertura da área. A 4 de abril de 1775, após a entrada de navios castelhanos, foi construído o Forte do Mosquito.

- *Bateria Nova de Santa Bárbara*. Recebeu uma série de melhorias e foi transformada em forte. Após o combate naval de 19 de fevereiro de 1776, em que os castelhanos proclamaram-se vencedores, foi batizada de Forte do Triunfo.

- *Bateria do Pontal do Saco da Mangueira*. Foi durante a guerra que recebeu uma série de melhorias em sua construção transformando-se em Forte (do Saco) da Mangueira. Sua posição estratégica permitia cobrir a entrada do Saco da Mangueira, um dos ancoradouros espanhóis de defesa, onde ficavam atracados duas corvetas e uma sumaca de guerra.

- *Forte do Ladino* ou *Forte do Padre*. Foi construído em setembro de 1775, localizado na ilha que dava proteção à vila e à boca do Saco da Mangueira. Protegia também a esquadra espanhola, ali fundeada.

- *Forte da Vila* ou *Fortaleza do Rio Grande*. Suas fundações remontavam as primeiras construções erigidas nos tempos de José da Silva Pais, em 1737. Os espanhóis fizeram diversas melhorias em seus três baluartes.

- *Forte do Arroio*. Estrategicamente localizado a duas léguas da vila. Seu alcance cobria a base da península, a sudoeste da vila do Rio Grande. Ficava à margem do arroio, afluente da Lagoa dos Patos, fronteiro à atual Ilha do Leonídio³⁰⁴.

Já, entre as defesas luso-brasileiras, em julho de 1774, compreendiam fortificações e redutos. Destacam-se:

- *Forte de São José* ou *Forte do Norte*. Originária da Guarda do Norte. Foi ocupada pelos castelhanos em 1763, pelas tropas de Cevallos, reconquistada pelos soldados luso-brasileiros quatro anos depois, em 1767, no dia do aniversário do rei. José Custódio de Sá e Faria e José Marcelino de Figueiredo, na ocasião resolveram homenagear o monarca, incluindo o seu nome. A fortificação passou a ser denominada de Guarda de São José do Norte. Continha 2 canhões de 6 libras de calibre, 2 canhões de 3 libras e 5 canhões de uma libra. A estrutura, contava ainda, com uma paliçada.

- *Bateria das Figueiras*. Deu origem ao Forte do Patrão-Mor, o qual possuía 2 canhões de 6 libras e, contava ainda, com uma paliçada. Durante a reforma em que transformou em Forte do Patrão-Mor recebeu quartéis em seu interior e acampamentos

³⁰⁴ Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...]*, pp. 199-200; Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, pp. 175-176.

em seu entorno. Seus canhões cobriam defensivamente o canal e protegiam as embarcações portuguesas na enseada sob seu domínio.

- *Bateria da Conceição*. Também denominada de Conceição do Pontal, foi construída em novembro de 1774. Fortificada com 2 canhões de 12 libras, 1 canhão de 8 e 2 canhões de 2 libras.

- *Bateria de São Jorge*. Organizada no quartel dos dragões.

- *Bateria de São Pedro*. Cobria o Lagamar e a entrada da barra. A partir de 1774, após a reorganização defensiva, passou a ser denominada de Forte do Lagamar. Contava com 6 canhões de 16 e 18 libras. Com o aumento da zona de conflito entre portugueses e espanhóis, o Forte do Lagamar foi reconstruído na primeira península interna do canal; ali, recebeu uma peça de 24 e duas de 36 libras. Após a chegada de Boehm, em 1775, uma reavaliação defensiva, o forte foi deslocado e reconstruído próximo ao primeiro reduto, porém sempre mantendo-se a bateria de São Pedro no Pontal³⁰⁵.

3.4 Os preparativos simultâneos para a guerra no Sul

Enquanto a coroa lusitana reforçava os postos militares no extremo sul da América, os espanhóis, sob as ordens do governador de Buenos Aires, José de Vértiz y Salcedo e, do gabinete espanhol, deixavam clara tentativa castelhana de reconquistar a margem setentrional do canal do Rio Grande, reassumindo o domínio das terras até a linha fronteira da Ponta Rasa. As notícias que circulavam entre alguns desertores eram de que os portugueses << juntaban >> na banda norte do Rio Grande de São Pedro, << un crecido número de embarcaciones, cuyos preparativos dejaban poca duda llevasen el designio no solo de sostener aquella violenta usurpación, practicada por sorpresa el año de 1767 >>. A ordem régia castelhana de 5 de agosto lembrava que << a pesar de las ordenes, que aseguró la corte de Lisboa expedía para la restitución; sino acaso también para apoderarse de la Banda opuesta en que nosotros nos hallamos establecidos, y hacerse así Dueños únicos de la navegación de aquel Rio >>.

Na iminência de evitar um novo conflito o gabinete espanhol recrudesceu o envio de tropas e embarcações para assegurar a defesa das possessões conquistadas em 1762. Segundo o comunicado:

³⁰⁵ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, pp. 174-175.

[...] para que defienda sus posesiones, sin permitir las usurpaciones que intentan hacer, ô prosiguiesen haciendo en esas partes los portugueses. I a fin de proporcionar tan importante objeto ha mandado salga luego de Cádiz el Regimiento de Galicia, completos sus dos Batallones, transportándole el navío S.to Domingo de 70 cañones; la Fragata S.ta María Magdalena de 26; las Urcas S.ta Florentina de 26; la Anónima de 18; la Vizarra de 16; y tres embarcaciones menores, que son el Paquebot S.n Cristóbal, el Bergantín Santiago, y la Goleta S.ta Engracia, de á 6 pedreros cada Buque Mediante estas fuerzas, y las que ahí tiene ya V. S. empleándolas según le dicte su acierto, y pericia militar, en que tanto confía el Rey, nos prometemos logre V. S. hacer respetar la Dominación Española, y aun escarmentar la codicia, y orgullo portugués³⁰⁶.

As ordens vindas de Espanha eram para conservar as possessões já ocupadas, evitar qualquer ofensiva lusitana e, como << objeto el principal ataque la recuperación del Puesto de la Banda del Norte del Rio Grande de S.n Pedro, a que quiere el Rey, y manda a V. S. proceda desde luego >> recomendava o gabinete ao governador de Buenos Aires. Conforme a *orden real*, a margem norte do canal do Rio Grande era de suma importância não apenas para os portugueses, mas também para os castelhanos. As recomendações eram para, além de impedir a navegação no canal, << los medios de hacer sus contrabandos >>, mais adiante << cuidando de destruirles sus caballadas, cuyo punto es mui esencial/para imposibilitarlos de hacer contra nosotros expedición alguna >>. Ocupada << la Banda del Norte >>, as ordens para o governador bonaerense eram para << dejarle bien fortificado con el fin de inhabilitar a los enemigos de echarnos del otra vez >>.

Julian Arriaga finalizou a ordem real, pendindo empenho total na defesa das possessões, a perda da margem sul não nivelava nem com a ocupação da Colônia do Sacramento. O ministro espanhol receava o domínio total do extremo sul pelos portugueses.

I como, por desgracia, pudieran verificarse los recelos de que los portugueses se hiciesen dueños de la Banda del Sur del Rio Grande de S.n Pedro, en cuya posesión nos hallamos, no excuso advertir aquí á V. S. que si tal accidente sucediese, ô hubiese sucedido, debería entonces V. S. no diferir el ataque de la Colonia del Sacramento; antes si encaminarse inmediateamente á ella, tomadas las previas medidas, y acometerla con/vigor, puesto q.e ningún insulto, p.r grave que fuese, igualaría al de asaltarnos, y situarse los portugueses en la margen del Rio que ocupamos.

Esta es la Instrucción que el Rey me manda dar a V. S. para q.e le sirva de gobierno en sus operaciones, dejando a la prudencia, y perspicacia de V. S. el cuidado de comparar sus fuerzas con las del enemigo, y hacer elección del tiempo, y mejor modo de obrar. I para afianzar el logro retendrá V. S. de las

³⁰⁶ Real Orden al Gobernador de Buenos Aires, San Ildefonso, 5/08/1774, *Campaña del Brasil*, [...], t. 3, pp. 316-319, p. 317.

embarcaciones de guerra, y demás que van en la presente ocasión, las q.e juzgue necesarias, ya sea el todo de ellas, ô ya parte, devolviendo a su arbitrio las q.e gradúe sobrantes, ô no útiles, pues todas van a disposición de V. S.³⁰⁷.

A coroa madrilenha, além de autorizar um ataque a praça de Colônia do Sacramento – zona de conflito permanente – ordenava ao vice-rei do Peru que apoiasse o governador de Buenos Aires na fortificação da praça de Montevideú³⁰⁸.

Em outro teatro de guerra, as autoridades luso-brasileiras no extremo sul entravam em conflito. Nas conferências realizadas entre Boehm e Mac Douall, o clima era tenso. Não se entendiam. Segundo Boehm, o comandante da Esquadra estava << revestido de poderes tão amplos, que talvez nenhum homem do mar obtivera, antes, em Portugal >>. O tenente-general também lançava duras críticas ao governo central do Rio de Janeiro. Segundo ele: << O vice-rei, sem nunca ter estado lá, e o comandante da esquadra, desconhecendo as características do Rio Grande e as dificuldades de entrada e da costa, só argumentavam mal >>. Conclui, dizendo que << todas as conferências não levaram a nada >>³⁰⁹.

Para Pombal, havia elementos diferenciados nas gentes do Continente de São Pedro. Ao enviar uma carta, a 8 de agosto de 1774, como adendo da carta régia de 9 de julho, transportada pelo capitão-de-mar-e-guerra José dos Santos Ferreira na nau *Nossa Senhora da Ajuda*, onde continha uma série de complementos ao Plano de Defesa do Rio Grande, o ministro português, encarregou ao tenente-general Boehm a utilização das gentes do sul e para que o mesmo, aproveitando-se dessas peculiaridades, nomeasse chefes e oficiais distintos. Escreveu ele:

Sendo pois neste ano de 1774 os habitantes das capitâneas de Santos e São Paulo os mesmos homens que eram no tempo em que o marechal-de-campo Blasco refere, o conceito que deles faziam os castelhanos e os prodígios de valor e de intrepidez com que os viu obrar [na Guerra Guaranítica e nas escoltas dos demarcadores], afrontando perigos e vencendo dificuldades da natureza, através das espessuras dos matos, da opposição dos rios e dos passos mais escabrosos das montanhas... E sendo nesta consideração os corpos Ligeiros, e os de Caçadores, e de Aventureiros do país as tropas mais naturais, e próprias para a guerra, que se vai principiar no Sul, ordena Sua Majestade que V. Exa. instrua o tenente-general João Henrique de Boehm nos mais positivos e eficazes termos: Para formar nos referidos habitantes, todos os Corpos que couber no possível à imitação dos Hussares da

³⁰⁷ Real Orden al Gobernador de Buenos Aires, San Ildefonso, 5/08/1774, *Campaña del Brasil*, [...], t. 3, pp. 316-319, pp. 318-319.

³⁰⁸ *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 316-319, pp. 319-320.

³⁰⁹ Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], t. 3, p. 181.

Hungria³¹⁰. Para lhes dar por chefes e oficiais subalternos as pessoas entre eles mais distintos e mais bem reputadas. Para os animar, por uma parte, com estímulos da vaidade, que é neles geniais, prometendo-lhes que serão atendidos por Sua Majestade com a mesma distinção dos grandes serviços que espera que lhe façam. E pela outra parte com as conveniências das presas que fizerem nos efeitos e bens dos inimigos, na conformidade do bando de V. Exa. que foi junto aos documentos que acompanharam a minha carta de 9 de julho [de 1774]³¹¹.

Ao dar continuidade ao plano ofensivo militar, em outubro, o ministro Martinho de Melo e Castro solicitou a Luís de Almeida uma relação dos marinheiros, homens do mar, pescadores e armadores, que habitavam na Ilha de Santa Catarina, para incorporá-los ao plano defensivo da costa³¹². Em Lisboa, Melo e Castro, ordenara ao capitão-de-mar-e-guerra João Nicolau Schmerkel singrar rumo ao Brasil sob o comando da fragata de guerra *Nossa Senhora da Graça*³¹³. Entretanto, o capitão só conseguir zarpar do porto lisboeta a 11 de outubro. Levava com ele 380 fardamentos para os recrutas reunidos no Rio de Janeiro. Outros 200 recrutas foram destinados à *Princesa do Brasil*, encarregada de transportar, além de homens, << provisões de boca, aguada, remédios de botica e instrumentos de cirurgia >> capazes de sustentar as << gentes pelo tempo de três meses >>. Outros 600 homens aguardavam a chegada de uma << fragata da Companhia de Pernambuco >> para serem transportados³¹⁴.

Em contrapartida, o gabinete espanhol reforçou as defesas marítimas no Prata. Os efetivos navais foram ampliados. O reforço militar tinha como << objetos esenciales son la defensa de sus Puestos en el Rio Grande, la conservación del Castillo de S.ⁿ Miguel, Maldonado, y Plaza de Montevideo >>. Arriaga ordenava a Vértiz deixar << solo lo necesario en el bloqueo de la Colonia, y en Buenos Ayres, y valiéndose para el Paraguay de las Milicias del País >>. O ministro castelhano considerava << que los portugueses son superiores en embarcaciones >>, sendo << indispensable superar estas

³¹⁰ Os húsares ou hussardos eram tropas ligeiras de cavalaria da Hungria, que se notabilizaram nas guerras desde o século XV. Definidas por Keegan como: << atiradores exímios das florestas e montanhas da Europa central >>. Já para Clausewitz, seus oficiais, eram << resolutos, mas sem serem grandes pensadores, devemos lembrar-lhes que se trata aqui de uma inclinação peculiar do espírito, e não de grandes poderes de raciocínio >>. John Keegan, *Uma história da guerra*, Trad. Pedro Maia Soares, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 356; Carl Von Clausewitz, *Da guerra [...]*, p. 67.

³¹¹ Marquês de Pombal ao marquês do Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9/07/1774, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, p. 307; *RIHGB*, 1957, v. 234, pp. 324-336; Publicado também em: Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 187.

³¹² Martinho de Melo e Castro a Lavradio, Lisboa, 10/10/1774, *ABN*, 1978, v. 98, p. 220.

³¹³ Martinho de Melo e Castro a Lavradio, N^a Senhora da Ajuda, 11/10/1774, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 340.

³¹⁴ Ordem do ministro Martinho de Melo e Castro a Antão de Almada, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 27/10/1774, Lisboa, Arquivo Geral da Marinha, in, Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], pp. 192-193.

>> para que as tropas castelhanas << pueda pasar a la Banda del Norte del Rio Grande a desalojar a los portugueses, q.^e se han establecido allí indebidamente >>. A ação buscava << impedirles envíen por el Rio socorros a sus puestos interiores >>. Ordenando ainda << dirigir luego a Montevideo sus saetías bien armadas, y tripuladas, las cuales transporten a su bordo los artilleros, cañones, pólvora, y demás pertrechos, y municiones, que dejo expresadas >>³¹⁵.

Marchena, citando Monteiro e Salgado lembra que Portugal poderia colocar quase toda sua Marinha em operação conjunta em pouco tempo, ao contrário dos espanhóis que mesmo com número superior em navios de Linha e fragatas não tinham a mesma facilidade. Por outro lado, um dos maiores problemas da marinha portuguesa, durante o período josefino, pelo menos até 1780, era a falta de comandantes na direção das frotas, daí a necessidade de contratação de almirantes e mercadores britânicos. A partir de 1782, a situação mudou com a graduação de oficiais da Academia Real dos Guardas-Marinhas, instalada no Terreiro do Paço³¹⁶.

3.5 O início da ofensiva militar luso-brasileira

O mês de dezembro de 1774, marcou uma nova fase da guerra entre as coroas ibéricas nas zonas de fronteira da América do Sul. No dia 5 às 7h zarpava do porto do Rio de Janeiro sob o comando de uma flotilha o tenente-general João Henrique Boehm, responsável pela organização do Exército do Sul. Com quatro embarcações. A bordo da fragata *Nossa Senhora de Nazaré*, comandada por Thomas Stevens, encontrava-se um destacamento do Regimento de Bragança, como comandante o tenente-coronel Luís Antônio de Vasconcelos. Acompanhavam Luís os coronéis Manuel Nunes Teixeira e Fernando da Gama Lobo, o tenente-coronel Nicolau Antônio de Almeida Pacheco, o major Godinho e o capitão-de-granadeiros José da Gama Lobo. Com os homens de tropa, a lotação a bordo era de 347 pessoas.

Já a nau *Nossa Senhora da Ajuda* estava sob o comando de José dos Santos Ferreira, com parte do Regimento de Estremoz, comandada pelo sargento-mor Manuel da Gama; um tenente, dois subalternos e 14 artilheiros. Os armamentos perfaziam: 6 canhões de 6 libras, além de bagagens e munições. Contabilizavam 385 homens.

³¹⁵ Julian de Arriaga a José de Vértiz, San Lorenzo, 12/10/1774, *Campaña del Brasil*, [...], t. 3, pp. 316-319, pp. 320-321.

³¹⁶ Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata* [...], pp. 12-116, p. 69.

O galeão, comandado por Tristão da Cunha Menezes, levava o resto das tropas do Regimento de Estremoz, além de três subalternos, um tambor, 14 artilheiros, dois canhões de 12 libras, além de apetrechos e munições. Com a tripulação seguia o alto-comando, tenente-general Boehm, marechal Jacques Funck, brigadeiro José Raimundo Chichorro da Gama Lobo, o tenente-coronel Joaquim José Ribeiro, o major Jorge Luís Teixeira, ajudante José da Fonseca Vidal, cirurgião-mor André da Costa e o coronel José Casimiro Roncally. Ao todo, somavam 318 homens.

Por último, o navio mercante levava um destacamento do Regimento de Moura, do major José da Nóbrega, um tenente, dois subalternos e 14 artilheiros, além de dois canhões de 9 libras, mais quatro de 3 libras, dois obuses, petrechos e munições. Total 367 homens³¹⁷.

Navegando em condições climáticas favoráveis, a flotilha chegou às baías internas da Ilha de Santa Catarina no dia 10 de dezembro. Boehm desembarcou e foi conferenciar com o governador da Ilha, Francisco de Souza Menezes. Imprevisível, o tenente-general << decidiu não continuar mais conduzindo as tropas pelo mar e arriscar uma entrada na barra do Rio Grande >>. A estratégia desenvolvida por Boehm foi ordenar << os contingentes da nau, da fragata, do galeão e do navio mercante repassassem para sumacas, faluas e embarcações de menor tamanho e calado, pois dali desembarcariam em Araçatuba e Laguna >>³¹⁸.

A 16 de dezembro, Boehm desembarcou na Ponta de Araçatuba, dois dias depois chegou a Laguna. Ali ficou estacionado durante 10 dias. Somente, no dia 28 de dezembro, deixou Laguna. Tinha pela frente 700 quilômetros de distância prevista. A falta de transporte dificultou o carregamento das bagagens, que deixou quase metade em Laguna. A 7 de janeiro de 1775, o tenente-general, acompanhado do seu estado-maior, chegou no rio Mampituba e, a 19 de janeiro do mesmo ano, acompanhado pelo governador José Marcelino, chegou a São José do Norte³¹⁹.

³¹⁷ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, pp. 226-227; Abeillard Barreto, A opção portuguesa, restauração do Rio Grande e entrega da Colônia do Sacramento (1774-1777), In, *História naval brasileira*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, segundo volume, t. II, pp. 220-221.

³¹⁸ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 227.

³¹⁹ Golin detalhou toda a marcha do tenente-general, João Henrique Boehm. Ver: Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, pp. 226-237.

A 12 de janeiro, em carta ao tenente-general João Henrique Boehm, o marquês do Lavradio informava os reforços de artilharia, além de embarcação e mantimentos de guerra para a Ilha de Santa Catarina³²⁰.

Após chegar ao Continente do Rio Grande, Boehm compreendeu a impossibilidade de dispensar os conhecimentos militares de José Marcelino. Com uma capacidade de leitura da guerra e da política de poucos chefes militares. Com a maior celeridade convidou Marcelino para comandar as tropas de Porto Alegre e Fronteira do Rio Pardo. Locais bem conhecidos pelo governador, que se colocou à disposição do tenente-general. E, foi através do governador que Boehm ficou sabendo da situação das tropas luso-brasileiras e das forças castelhanas que precisava combater no extremo sul da América.

Durante a primeira inspeção na Fronteira de São José do Norte, Boehm contabilizou o contingente em armas de 1.097 homens, divididos entre: Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, com 799 homens; duas Companhias do Batalhão do Continente, com 170 recrutas; um Destacamento do Rio de Janeiro com 29 e, um Destacamento de Dragões do Rio Grande, com 99 homens³²¹.

Nesse momento, as coroas ibéricas reforçavam a movimentação e o envio de tropas para as zonas fronteiriças do extremo sul da América. Tropas do Norte e do centro do Brasil eram enviadas para reforçar as possessões. A 1º de abril, da Ilha de Santa Catarina, partiram 8 Companhias de Infantaria, entre elas: 4 do Regimento de Bragança, 4 do Regimento de Moura. Comandadas pelo tenente-coronel Nicolau Antônio de Almeida Pacheco. Fizeram uma parada em Porto Alegre para reabastecimento e depois seguiram para Rio Pardo. Ao todo, eram 626 homens, entre patentes de tenente-coronel, capitão, tenentes, alferes, inferiores, cabos, tambores e soldados. Outros 12, entre: ajudante, quartel-mestre, capitão, cirurgião, tambor-mor, espingardeiro e coronheiro³²².

Três dias depois, a 4 de abril, algumas embarcações reforçavam as forças marítimas. A esquadilha, chefiada pelo comandante-de-mar-e-guerra George Hardcastle, entrava no teatro de guerra com a corveta *Invensível*, de 18 peças, comandada pelo próprio Hardcastle; a sumaca *Sacramento*, de 14 peças, capitaneada

³²⁰ Lavradio a Böhm, Rio de Janeiro, 12/01/1775, In, Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, *ABNRJ*, v. 97, 1977, p. 23.

³²¹ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 275.

³²² Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A dominação espanhola no Rio Grande do Sul [...]*, p. 246.

pelo capitão-tenente Joaquim dos Santos Cassão, e a sumaca *São José*, de 14 peças, sob as ordens do capitão-tenente Pedro de Mariz Sarmento. Sob as ordens de Boehm fundeou ante o amparo do forte do Patrão-mor, em oposição dos redutos castelhanos do Mosquito e San Juan. A ideia era reforçar as forças navais, principalmente juntar-se a fragata *Belona*, de 18 peças, ao mando do tenente-de-mar Mateus Inácio da Silveira, ancorada no canal do Rio Grande. A transferência da esquadilha do Rio de Janeiro para o Continente do Rio Grande já tinha sido transmitida a Marcelino pelo marquês do Lavradio, em 23 de janeiro, detalhando a experiência do comandante inglês, dizendo: << oficial que tem visto a guerra >>³²³.

Portugueses e espanhóis reforçavam suas forças navais e terrestres. Enquanto João Henrique Boehm ampliava as defesas, a coroa lusitana transferia embarcações e material bélico para o Brasil. O tenente-general preparava um ataque naval no canal. Essas ações preocupavam o governador de Buenos Aires que, a 14 de março, denunciou ao ministro Arriaga o fortalecimento das forças lusitanas no Continente. Ao mesmo tempo, onerava ao comandante castelhano na vila do Rio Grande, coronel Miguel de Texada, e seus dois imediatos, coronel José de Molina e tenente-coronel Francisco Betzebé de Duclos, que esboçassem << un circunstanciado plan de esta operación, con presencia de los puntos, que comprehende el adjunto papel >>, em tese, era um plano de ataque a São José do Norte, sob domínio lusitano³²⁴.

A 25 de março, o coronel Francisco José da Rocha tomava posse da Colônia do Sacramento. Nomeado por carta régia de 14 de junho de 1773. Levava consigo quatrocentos homens. Devido à dificuldade no transporte, a empresa foi dada à Esquadra do Sul, e Mac Douall comandou pessoalmente a frota³²⁵. Com Francisco, iniciava um novo ciclo de conflitos e negociações. Francisco foi o último governador português a administrar a cidadela sob domínio lusitano.

A 17 de abril de 1775, Boehm contava com um contingente em armas de:

³²³ Lavradio a José Marcelino de Figueiredo, Rio de Janeiro, 23/01/1775, In, Abeillard Barreto, A opção portuguesa [...], p. 221; Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A dominação espanhola no Rio Grande do Sul* [...], p. 246.

³²⁴ José de Vértiz a Miguel de Texada, Buenos Aires, 18/11/1774, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 322-323, p. 322.

³²⁵ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778* [...], p. 297.

Nas margens do canal		
4 Companhias do Regimento de Moura	340	
4 Companhias do Regimento de Bragança	330	
Regimento de Extremoz	630	
Regimento do Rio de Janeiro	790	
Infantaria do Continente	300	
Companhia de Cavalaria do Rio de Janeiro	60	
Companhia de Artilharia do Rio de Janeiro	115	2.565
Em Porto Alegre		
4 Companhias do Regimento de Moura	340	
4 Companhias do Regimento de Bragança	330	
Companhia de Infantaria da Ilha	57	727
Em Rio Pardo e destacamentos		
Regimento de Dragões	380	
Companhia de Voluntários Cavalaria	200	
Companhia de Caçadores	50	
Companhia de Artilharia	30	660
	3.952	Homens

Fonte: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego, A dominação espanhola no Rio Grande do Sul, 1763-1777, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979, p. 247.

Vértiz não sentiu confiança num ataque a possessão lusitana. A movimentação do exército não era suficiente para uma ofensiva. Considerava não ter forças suficientes para a empresa, sendo inferiores às lusitanas. Elencou sete grandes motivos para postergar a ofensiva. Segundo ele:

1º Porque p.^a toda empresa en el Rio g.^{de} de S.ⁿ Pedro ha de preceder un combate naval, que nos asegure el dominio de las aguas, cuyo logro se hace inaccesible en la conformidad, que se mantienen los Buques Portugueses situados en ventajosos destinos, y abrigados de sus baterías de tierra. 2º Porque aun conseguida esta ventaja, no habiendo embarcacion.^s pequeñas como no ay en la actualidad para transporte de las tropas, no se encuentra por lo pronto arbitrio, que sufrague esta necesidad, con cuya considerac.ⁿ se tiene dada la orden de que en el mismo cuartel se vayan construyendo todas las posibles, por las insuperables dificultades, que se presentan p.^a hacerlas conducir de otras partes, aun quando las hubiese en la Prov.^a 3º Porque la operación la hace mui seria la respetable valla de un caudaloso rio, que media con una legua de ancho, e impide el curso de una sorpresa, que dada factible, no se puede proceder a ella sin contravenir a expreso mandato del Rey, que ordena, se les amoneste antes de atacarlos., 4º Porque sus fuerzas en sola aquella parte son superiores a todas las que existen en esta Prov.^a 5º Por carecer enteram.^{te} de not.^{as} de su situación, art.^a y demás indispensables p.^a dirigir con acierto la operación, dificultada por falta de confidentes, y espías. 6º Porque en corta noche por activas, y regladas, que sean las disposiciones, no se puede evacuar la embarazosa maniobra de transportar la tropa con los demás neces.^o y dar principio a la acción antes del día. 7º Porque dilatándose

la ejecución del proyecto se distingue la ventaja de que, avanzándose la estación, se alargan las noches; y pueden proporcionarse algunos individuales avisos, de que se carece; dándose al mismo tpo. lugar, aq.^e fondeen en el Rio las dos Corbetas, y saetías, que están aprontándose a gran dilig.^a p.^a navegar a aquel destino³²⁶.

Enquanto entre as coroas ibéricas ameaçavam um entendimento sobre os territórios da América Meridional, Vértiz aumentou o efetivo militar nas possessões dominadas. Na Espanha, Grimaldi prometeu reatar as negociações caso cessassem o envio de tropas para o Brasil. Exigia a suspensão das hostilidades. O gabinete português, num primeiro momento, concordou com as objeções castelhanas. Entretanto, no teatro de guerra, o governador buonaerense, ampliou o efetivo militar. Em Rio Grande, em abril, contabilizava 1.450 homens. Mantinha 230 combatentes nas guarnições em Santa Teresa, São Miguel e Santa Tecla. Reforçados, em seguida, com 200 correntinos milicianos e peças de grosso calibre. Além disso, Vértiz reforçou as forças navais na costa do Rio Grande. A 13 de abril, 5 embarcações ficaram a meia légua distante do Pontal do Lagamar. Aguardavam bons ventos para entrar. Eram as corvetas *Dolores* e *Nossa Senhora da Atocha*, além de um bergantim e duas sétias. A flotilha era comandada pelo capitão-de-fragata Francisco Xavier Morales. Quatro dias depois conseguiram entrar na barra, sendo hostilizado pelo forte de São Pedro da Barra³²⁷.

O mês de abril foi agitado no canal do Rio Grande. Ocorreram pequenos encontros entre as embarcações castelhanas e lusitanas. Os embates tiveram a participação tanto dos redutos castelhanos como dos redutos lusitanos. Ambas as forças em guerra consideravam uma violação do território. Entretanto, os encontros travados, pouco expressivos militarmente, ajudavam a dar confiança ao Exército do Sul, comandado pelo tenente-general e, as suas forças navais³²⁸.

Por outro lado, desde 24 de janeiro de 1775, o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, tinha em mãos o *Plano Militar*. Previa a criação de um Regimento de Infantaria semelhante aos existentes em Portugal, além da criação de uma Legião de Tropas Ligeiras e da disciplina dos Corpos Auxiliares. Meses mais tarde, precisamente, a 24 de abril do mesmo ano, Martim Lopes

³²⁶ Vértiz a Arriaga, Buenos Aires, 14/03/1775, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 326-230, pp. 328-329.

³²⁷ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A dominação espanhola no Rio Grande do Sul* [...], p. 248.

³²⁸ Para maiores informações sobre os encontros, ver: Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778* [...], pp. 301-309.

Lobo de Saldanha informou ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, que logo que chegou a Rio de Janeiro se dirigiu à casa do vice-rei, marquês do Lavradio, para tratarem das instruções que ambos possuíam. Lavradio, receoso com os infortúnios castelhanos, tratou logo de enviar a fragata de Pernambuco, embarcados 300 a 350 homens do Regimento de Infantaria. Esses passariam pela Ilha de Santa Catarina, mas o destino era o Continente do Rio Grande³²⁹.

O marquês de Pombal constantemente lembrava em suas correspondências ao marquês do Lavradio da necessidade de manutenção das terras ao sul do Brasil. Um ano após enviar as instruções de defesa ao vice-rei, novamente Sebastião José de Carvalho e Melo demonstra a preocupação com uma possível invasão à Ilha de Santa Catarina. Pelas informações recebidas dos vários espias mantidos em terras vizinhas, davam conta de haver relevante armamento entre os portos do Ferrol e de Cádiz³³⁰. Avisavam ainda que a << corte de Madrid; que esta tem meditado *a conquista da ilha de Santa Catarina, e de todo o sul do Brasil*; que com este intento hão de aparecer os castelhanos nessas costas com um estrepitoso aparato de forças, e dos ralhos e ameaças que são do seu costume >>³³¹.

Em 1775, inicia o processo de independência das colônias da América do Norte, consequência tardia da Guerra dos Sete Anos, envolveu diretamente a Inglaterra na tentativa de assegurar o domínio das possessões, que resultou na redução do apoio militar de Londres aos lusitanos nas guerras do Atlântico Sul. Nuno Monteiro lembra que nunca a guerra fora uma das preocupações do marquês de Pombal (a não ser a “guerra comercial” com Inglaterra), apesar de ter sido durante meia dúzia de anos responsável pela secretaria de Estado³³². Sua estratégia frente aos conflitos era ganhar tempo, apoiado sempre << na proteção militar da Inglaterra em terra e no mar >>³³³.

Por outro lado, a aliança franco-espanhola e as consequências na América do Sul preocupou a coroa lusitana que, enviou instruções ao marquês do Lavradio para manter

³²⁹ Martim Lopes Lobo de Saldanha a Martinho de Melo e Castro, 24/04/1775. AHU_CU_023-01, Cx. 30, D. 2697; AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 30, doc. 2689. AHU_CU_023-01, Cx. 30, D. 2689.

³³⁰ Marquês de Pombal ao marquês do Lavradio, Lisboa, 2/05/1775, Marcos Carneiro de Mendonça, A rendição da Ilha de Santa Catarina, *RIHGB*, v. 321, out.-dez., 1978, p. 15.

³³¹ *Grifo nosso*.

³³² Nuno Monteiro, *D. José I, na sombra de Pombal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008, p. 194.

³³³ Rui Ramos (Coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010, p. 372.

guarnecida a entrada ao porto da Ilha de Santa Catarina e das entradas e fronteiras do Rio Grande e Rio Pardo:

[...] conservando-se V. Ex. na *manutenção do porto e ilha de Santa Catarina, e das entradas e fronteiras da foz do Rio Grande de S. Pedro e do Rio-Pardo*; preocupando as tropas de Sua Majestade postos inacessíveis e desfiladeiros custosos; fortificando-se neles com redutos e obras de fachina; disputando-os aos inimigos: retirando-se de uns a outros dos ditos postos nos casos em que forem a isso forçados por forças superiores á sua resistência; embaraçando e detendo assim os progressos aos mesmos inimigos, até que as deserções e as faltas de mantimentos e forragens os façam retrogradar; fazendo-os com os mesmos fins inquietar nas suas marchas pelas tropas ligeiras, e partidos de paulistas e sertanejos, que lhes aprezem os comboios de mantimentos, e lhes destruam e esterilise as terras, a que se dirigirem, antes de chegarem a elas; atacando e destruindo as suas partidas avançadas, e destacamentos que acharem separados do corpo do seu exército, quando forem que o podem fazer com toda a provável segurança; e praticando enfim todos os estratagemas de uma guerra, que só tem por objeto dilatar os inimigos até que em marchas, em contra-marchas e em pequenos choques sejam arruinados.

Vejamos que as instruções eram também estratégicas. Dispor tropas em << postos inacessíveis >>, e nesses efetuar diversas construções de << redutos e obras de fachina >>.

As tropas não tinham ordem para deixar o campo, mas em seus postos manter << disputando-os aos inimigos >>. Contudo, as ordens da própria coroa eram de efetuar uma retirada somente << nos casos em que forem a isso forçados por forças superiores á sua resistência >>.

Por outro lado, levar os inimigos à deserção devido à falta de mantimentos e forragens era a estratégia portuguesa, referindo-se a uma invasão por terra. Além disso, a coroa lusitana considerava que os castelhanos não tinham << um tão grande número de navios mercantes >>, o que facilitava ainda mais a defesa.

O marquês de Pombal ordenou a Lavradio que retirasse todas as naus e fragatas estacionadas no Rio da Prata antes de serem surpreendidas e apressadas pela << expedição castelhana [que] está para partir de Cádiz >>. Ordenou, então, ao vice-rei que escrevesse uma carta ou uma ordem, esta devia ser << ostensiva >> ao governador da dita praça, ordenando o envio de regimentos nas embarcações para o Rio de Janeiro com o pretexto de discipliná-los.

Entre D. José e Carlos III mantinha-se uma << recíproca e estreita amizade >> segundo Pombal, dessa forma, acreditava veementemente << que brevemente chegarão

ordens para cessarem nessas partes todas as dissensões entre os dois respectivos governos confinantes >>.

Sobre a defesa da praça da Colônia do Sacramento mais ao sul e próxima das zonas castelhanas, Sebastião José fez uma recomendação inusitada. Deu ordens ao marquês do Lavradio enviar uma << secretíssima carta >> ao governador e << no caso de ser atacado [a ordem era] praticar aquela pouca defesa que a sua possibilidade lhe puder permitir; que, porém, logo que lhe propuzerem qualquer capitulação, a deve aceitar, e render a mesma praça, cedendo á maior força >>. É importante lembrar que, pelo último tratado entre as cortes ibéricas – Tratado de Paris, de 10 de fevereiro de 1763 – ainda em vigor, decretava-se o fim das hostilidades entre as coroas e a praça havia sido devolvida aos portugueses. Sebastião José recomenda após receber as cartas, o governador tinha de << queimar com a maior cautela >>, pois << o registro dela, que fica na secretaria do governo do Rio de Janeiro, lhe servirá em todo o tempo, e em todo o caso, de título para a sua plenária justificação; fazendo ver que entregou a referida praça por ordem, sem a menor sombra de negligência sua >>. A carta poderia gerar problema em um futuro Conselho de Guerra. Assim como o governador, Lavradio também recebeu ordem de queimá-la.

Já à Ilha de Santa Catarina, nesse momento, tinha uma administração dual. A frente do comando militar estava o marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça e como governador o coronel Antônio da Gama Freitas³³⁴. O último nomeado por Luís de Almeida. A 9 de maio de 1775, o marquês de Pombal, ao falar do *modo de governar* << do atual governador [Souza de Menezes] da Ilha de Santa Catarina >>, pois a sua << bondade e honra [...] não basta para ele sem alguns talentos possa reger aquele governo em uma conjuntura tão critica >>. A ordem era para o governador se recolher a Lisboa, com isso, receberia a patente de coronel. Em contrapartida, o marquês do Lavradio recebia total autonomia de indicação. << Nomeie para o dito governo aquele oficial que lhe parecer mais próprio da ocasião, levando o referido posto de coronel >>, concluía Pombal³³⁵. Reforçando a perspectiva das

³³⁴ Assim como Furtado de Mendonça, Pedro Antônio da Gama Freitas passou pelo governo interino da capitania de Minas Gerais. Pedro Antônio da Gama e Freitas ao rei, d. José I. Vila Rica, 23/01/1775, AHU-Minas Gerais, Caixa 108, doc. 4. A 17 de abril de 1776, o governador requereu junto à coroa a confirmação da carta partente de governador e da graduação de coronel de infantaria. Requerimento de Pedro Antônio da Gama e Freitas ao rei, d. José I, 17/04/1776, AHU-Santa Catarina, cx.4, doc. 49. AHU_ACL_CU_021_Cx.4, D. 257.

³³⁵ Marquês de Pombal ao marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, 9/05/1775, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 333-343, pp. 338-338.

nomeações, Mafalda Soares da Cunha lembra que << a existência de conflitos militares abertos ou outras dificuldades conhecidas reforçavam a capacidade negocial da coroa e, em geral, um abaixamento nas suas exigências usuais >>³³⁶. A 1º de setembro de 1775, o vice-rei nomeou Pedro Antônio da Gama Freitas governador da Ilha de Santa Catarina, que, assim como Furtado de Mendonça e outros, era remanescente da Guerra dos Sete Anos³³⁷. Para Augusto da Silva, a formação desse governo dual << não se traduzia numa simples divisão de poderes civis e militares >>. Segundo ele, o marechal Furtado de Mendonça, além de ocupar << posto mais alto na hierarquia militar, estava mesmo investido de maiores poderes do que o Coronel Gama Freitas, podendo intervir em questões civis e econômicas daquele governo >>³³⁸.

A nomeação de Gama Freitas para o cargo de governador foi duramente criticada por Furtado de Mendonça. O comandante julgava ser naquele momento necessário um governador com capacidades políticas e militares. Gama Freitas não parecia ser a escolha mais correta. << Aquela praça, ameaçada de um ataque formidável, necessitava de um governador hábil, com o maior conhecimento da guerra, proveito em experiência, inteligente em fortificações, e consumado o mais que o de ser na arte militar >>, justificou o comandante³³⁹.

Contudo, é importante lembrar que, a escolha do marquês do Lavradio faz parte de um amplo processo de nomeação de governadores-gerais, vice-reis, capitães-mores e demais autoridades coloniais no império ultramarino. Com relação à América portuguesa, até o século XVII, eram feitos concursos de << extrema seletividade social >> e o << recrutamento para este cargo era objeto de uma cuidadosa seleção, não

³³⁶ Mafalda Soares da Cunha, *Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)*, In, Maria Fernanda Bicalho; Vera Lúcia Amaral Ferlini, *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX*, São Paulo, Alameda, 2005, pp. 69-92, p. 73.

³³⁷ Serviu ao lado de Luís de Almeida. << Fui testemunha na guerra de 62 de o ver, estando ele muito doente, e querendo-o deixar no quartel, mandar-se atravessar sobre uma besta e assim acompanhar o seu Regimento, dizendo que ele queria morrer onde morressem todos os seus camaradas >>, escreveu o marquês do Lavradio sobre Gama Freitas. Desembarcou no Brasil como sargento-mor de infantaria na Bahia, em 1769, sob nomeação de Luís de Almeida. Fazia parte da organização da rede governativa estruturada pelo vice-rei. Antes de chegar à Ilha, governou Minas (quando Furtado de Mendonça foi nomeado para ocupar a Ilha de Santa Catarina), de janeiro a maio de 1775 José d'Almeida Correia de Sá, *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal [...]*, p. 110; Carlos Humberto Corrêa, *Os Governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*, Florianópolis, Editora da UFSC, 1983, p. 148.

³³⁸ Augusto da Silva, *A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme*, Estudos sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807), Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008, p. 214.

³³⁹ Defesa de Antônio Carlos Furtado de Mendonça [...], p. 301.

passando sequer pelo Conselho Ultramarino >>³⁴⁰. Nuno Gonçalo Monteiro lembra que, << nos anos 20 de setecentos >>, os governadores passaram a ser << nomeados sem consulta do Conselho Ultramarino >>³⁴¹. Gradativamente, os concursos foram desaparecendo e, em Santa Catarina, o último foi no ano de 1758.

Para António Manuel Hespanha os governadores das capitanias tinham uma larga autonomia de decisão. Contudo, estavam eles subjugados às decisões dos governadores-gerais ou vice-reis. Uma << dependência limitada >> pairava sobre os polos irradiadores, pois, além de receberem ordens das autoridades coloniais, também obedeciam aos secretários de estado de Lisboa. << Essa dupla sujeição criava um espaço de incerteza hierárquica sobre o qual os governadores locais podiam criar um espaço de poder autônomo efetivo >>. A autonomia girava em torno das decisões << econômicas >>, localizadas em pequenos espaços constitutivos³⁴².

Pelo que conseguimos perceber pela leitura das cartas trocadas entre Furtado de Mendonça, Boehm e Lavradio as relações entre Gama Freitas e Furtado de Mendonça foram pouco amistosas e extremamente tumultuadas. Quanto a defesa da Ilha, Furtado de Mendonça queixou-se de ter o marquês do Lavradio dividido as ordens ao

³⁴⁰ Mafalda Soares da Cunha, Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII), In, Maria Fernanda Bicalho; Vera Lúcia Amaral Ferlini, *Modos de governar, Ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX*, São Paulo, Alameda, 2005, pp. 69-92, pp. 82-83. ³⁴⁰ O Conselho Ultramarino, como sucessor do Conselho das Índias, criado após a União Ibérica (1580-1640) – regimento de 1642, instalação, 1643 – tinha como competência as questões ultramarinas e todas as matérias e negócios relativos aos estado da Índia, Brasil, Guiné, Cabo Verde, Ilha de São Tomé e todos os lugares em África e partes ultramarinas. Toda correspondência vinda do ultramar era encaminhada para o Conselho, que regulamentava o número e as datas de partida dos navios que saíam dos portos portugueses. Dentre as atribuições do Conselho estavam: aconselhar o monarca quanto às nomeações, passar as provisões, patentes e despachos dessas nomeações; revisão dos requerimentos de mercês em reconhecimento de serviços prestados no ultramar antes de enviar ao monarca com as devidas recomendações. Durante o século XVIII a área de jurisdição do Conselho foi gradativamente sendo reduzida com a criação da secretaria de estado dos negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (1736), da Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação (1755) e do Conselho do Almirantado (1795). Um decreto de 1808 decidiu que a jurisdição do Conselho Ultramarino, no que diz respeito ao Brasil, seria exercido pelo Tribunal do Desembargo do Paço. O Conselho Ultramarino foi extinto por decreto de 30 de agosto de 1833. Para mais informações ver: Russell-Wood, A. J. R., Governantes e agentes, In, Bethencourt, Francisco; Chaudhuri, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Circulos de Leitores, v. 3, 1998, pp. 169-182, p. 169; Miguel Dantas da Cruz, *Um Império de Conflitos*, O Conselho Ultramarino e a Defesa do Brasil, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

³⁴¹ Nuno Gonçalo Monteiro, Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII, In, Maria Fernanda Bicalho; Vera Lúcia Amaral Ferlini, *Modos de governar, Ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX*, São Paulo, Alameda, 2005, pp. 93-115, pp. 100-101.

³⁴² António Manuel Hespanha, A constituição do Império português, Revisão de alguns enviesamentos correntes, In, João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho; Maria de Fátima Gouvêa, *O Antigo Regime nos trópicos*, a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII), Rio de Janeiro, civilização brasileira, 2001, pp. 165-188, pp. 177-178.

governador, o que prejudicou o comando das tropas militares por completo. Após o Conselho de Guerra em Lisboa declarou em sua defesa:

Quando o suplicante foi para a ilha, se dizia na carta das suas instruções que ele governaria todas as tropas regulares e irregulares, isto é pagas, auxiliares e ordenanças: que teria a inspeção da Fazenda Real e que ao governador Francisco de Souza só ficaria a parte do comando político que ao suplicante parecesse deixar-lhe e enquanto lhe parecesse: mas na carta do governador Pedro Antônio dizia o marquês vice-rei, que ficava debaixo das suas ordens todas as auxiliares, e todas as ordenanças, e que a ele pertencia a administração da Fazenda Real³⁴³.

Os desentendimentos entre Furtado de Mendonça e Gama Freitas chegou a tal ponto que o ministério português viu-se obrigado a intervir. Martinho de Melo e Castro ordenou ao marquês do Lavradio << união >> entre o marechal-de-campo, o coronel, além do brigadeiro José Custódio e o chefe da Esquadra do Sul na defesa da Ilha de Santa Catarina³⁴⁴.

Não posso porém deixar de lembrar a V.Ex^a, que nenhum socorro poderá ser nem mais precioso, nem mais importante, que o de concórdia, e união recíproca, entre o marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado, o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, o coronel Pedro Antônio da Gama Freitas, e o Chefe da Esquadra Roberto Mac-Douall; de sorte que eles se persuadão, e convenção, que se as ações de cada um, em casos semelhantes, são cumulativas, e correlativas a todos quatro; e que entre eles se devem desterrar os caprichos, e emulações, e as discórdias, que sempre tem sido origem de fatais e infelizes acontecimentos principalmente em ações militares³⁴⁵.

Na Ilha, Furtado de Mendonça, mandou fazer quartéis, armazéns, fortes, redutos e várias trincheiras³⁴⁶. Entretanto, para Barreto, << as realizações materiais e as medidas militares ou disciplinares que pôde catalogar como suas, em dois anos de exercício da comandância, foram mínimas >>³⁴⁷. Depois que o general chegou à Ilha, foram terminados os fortes de Santa Bárbara e de São Luís, reformados pelo engenheiro Euzébio. << Construídos de pedra e cal >>, segundo o tenente de granadeiros do Regimento da Ilha de Santa Catarina, << guarnecidos de artilharia e gente que todos os dias entrava de Guarda para era distribuída da parada >>³⁴⁸.

³⁴³ Defesa de Antônio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 302-303.

³⁴⁴ Martinho de Melo e Castro a Lavradio, Lisboa, 11/09/1776, *ABN*, 1978, v. 98, p. 223.

³⁴⁵ José d'Almeida Correia de Sá, *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal* [...], pp. 89-90.

³⁴⁶ Test. Francisco Xavier da Silva, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 23.

³⁴⁷ Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil* [...], p. 276.

³⁴⁸ Test. Manoel de Andrade Almada, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 9v.

Ainda no mês de maio de 1775, a coroa espanhola, ficava sabendo através do governador de Buenos Aires, dos preparativos efetuados pelos lusitanos no extremo sul da América. Principalmente << las fuerzas, que los portugueses habían unido en aquella banda del norte >> para << atacar el puesto de S.^{ta} Tecla e izquierda del cuartel del Rio Grande por los pasos del nombrado s.ⁿ Gonzalo >>. Tinham pleno conhecimento << de la superioridad >> portuguesas << en fuerzas navales >>. Vértiz lembrou dos encontros ocorridos, no mês de abril, no canal do Rio Grande entre castelhanos e lusitanos, quando << penetraron el Rio tres bergantines, armados en gra., que intentaron, según su rumbo, atacar los dos del Rey S.ta Matilde, y Pastoriza, que se retiraron al abrigo del cañón de la del Puntal >> continua ele, dizendo: << la que oblige a dos de ellos a brar, y retirarse a su opuesta orilla, uniéndose al paquebot, que está anclada bajo de su batería de las Higueras >>. Tais encontros preocupavam o governador e, obrigavam-no << a destinar nuevos auxilios a los fuertes de S.^{ta} Teresa, S.ⁿ Mig.¹ y S.^{ta} Tecla p.^a reforzar no posible sus guarniciones >>. Não mereciam menos atenção << el puerto de Maldonado, esta Plaza, Buen.^s Aires, y ensenada de Barragan >>. Na carta, lembrou, ainda, das constantes deserções entre as tropas e dos levantes indígenas nas propriedades castelhanas. Em sua opinião, deveriam efetuar a mais rigorosa resistência. Entretanto, para isso precisavam de boas embarcações.

Estoy trabajando con todo el posible esmero en el arduo empeño de habilitar del todo los vageles de la R.l Armada, que están anclados en este Rio, de la gente de mar, q.e necesitan; p.^a lo q.e se continúan las levas, sin dejar recurso, ni arbitrio, de los que caben en la posibilidad p.^a su logro; pues consistiendo en este la mayor parte de la defensa de la capital, costa, y puertos de este rio, y tamb.n la felicidad de otras operaciones, que según exijan las circunstancias se puedan emprender; es dispensable aplicar como suplica el mayor empeño a este tan recomendable objeto, sin reservar, en lance forzoso, la tripulación de los Buques de este comercio, y demás partes.

De todo lo expuesto inferirá la penetración de V. E. q.e las actuales fuerzas de esta Prov.^a contenidas en los destinos, que expresa el plano solo pueden extenderse, haciendo, como hacen a emulación cuanto corresponde a su obligac.n y anhelando un sacrificio por el mejor ser.^o de S. M., a conservar estos Dominios por los términos de la más vigorosa defensiva en que, como en todo lo demás, q.e se ofrezca, están gustosos a rendir el último aliento y a q.e propenderé con el esfuerzo, y esmero, q.e permitan las fuerzas, con q.e me hallo³⁴⁹.

Por outro lado, a temeridade de uma invasão na Ilha de Santa Catarina levou o gabinete português a rever as qualidades militares dos seus súditos. José Custódio foi

³⁴⁹ Vértiz a Arriaga, Montevideo, 9/05/1775, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 326-230, pp. 334-337.

lembrado pela coroa lusitana, após deixar o governo do Continente do Rio Grande, depois da investida militar na vila do Rio Grande e de tomar a Guarda do Norte, em 1767. Decretado preso, sem nunca ser, ficou sob a tutela do governador de São Paulo nos trabalhos da fortificação do Iguatemi e na elaboração cartográfica das regiões do Brasil. Martinho de Melo e Castro reiterou, entre outras providências, a necessidade particular da Ilha de Santa Catarina e determinando a transferência do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria de São Paulo para o Sul³⁵⁰, reforçando as fortalezas ali existentes.

No sul, aproveitando-se de um momento de calmaria, Boehm decidiu inspecionar os principais pontos guarnecidos pelas tropas luso-brasileiras, principalmente aqueles comandados por José Marcelino. Em seu lugar, deixou o ajudante-de-campo George Luiz Teixeira. E, em caso de ataque surpresa dos castelhanos, a decisão defensiva-ofensiva ficava a cargo do marechal Funck, do brigadeiro Chichorro, coronel Veiga, capitão Hardcastle e do próprio George Luiz Teixeira. Para a inspeção, Boehm montou uma pequena escolta, formada pelo tenente-coronel Joaquim José Ribeiro, o tenente-de-dragões e ajudante-de-campo Manuel Marquês, o cirurgião André da Costa. A 7 de junho, deixou seu quartel-general, no acampamento do Patrão-mor, passando sucessivamente revista em Barros Vermelho, Palmares, Porto Alegre, Rio Pardo, Freguesia Nova (Triunfo), Tabatingaí, d. Marco e arroio do Piquiri. A 22, retornou à Fronteira Sul. A 4 de julho, estava de volta ao acampamento de João da Cunha. A inspeção durou quase um mês e foi decisiva para as ações do Exército do Sul³⁵¹.

Em meio ao conflito na América do Sul, a coroa espanhola decidiu manter as posições geopolíticas estabelecidas ao norte de África. Para manter seus estabelecimentos e interesses comerciais no mediterrâneo, formou um exército de 18.000 homens, em 250 embarcações, para desembarcar em Argel. A 8 de julho, as tropas espanholas desembarcaram. Ao contrário do que esperavam, no porto da cidadela, encontraram uma vigorosa resistência. Poucas horas de conflito foram suficientes para obrigar os espanhóis a recuar e reembarcar. Suas perdas foram

³⁵⁰ Martinho de Melo e Castro a Lavradio, Lisboa, 24/01/-14/05/1775, *ABN*, 1978, v. 98, p. 221.

³⁵¹ Abeillard Barreto, A opção portuguesa [...], p. 229; Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], pp. 323-334; Carta do tenente-general João Henrique Boehm ao marquês do Lavradio, Acampamento de João da Cunha, 19/06/1775, *Diário da marcha que fez o Ilmo e Ex.mo Snr. General em chefe, do campo de João da Cunha, para a Vila de Porto Alegre, desta vila para a povoação do Rio Pardo, daquy para Piquery, the voltar ao acampamento de João da Cunha*, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

estimadas em 5.000 homens. A derrota foi avassaladora. Um dos maiores vexames das armas de Carlos III³⁵². Descritos por Sebastião José de Carvalho e Melo:

[...] a numerosa expedição, que saiu dos principais Portos de Espanha contra Argel, foram na maior parte dos vinte, e três mil homens, que desembarcaram naquelas praias, [ficaram] ou mortos, ou feridos; ou feito escravos; em menos de trinta horas com quase todos os seus oficiais; em que se continha a flor e o suco, ou substância do Exército Espanhol: Manifestando-se nele uma bisonharia, e um terror pânico, cuja clara evidência tem reduzido ao maior abatimennto a reputação das forças castelhanas; para já senão contra sobre o número delas; mas sim, e tão somente sobre a sua notória inércia, e crassa ignorância, depois que se viu, que poucos Mouros bárbaros, e sem ordem, bastaram para destuirem tantas, e tão numerosas tropas disciplinadas, e sustentadas por uma tão grande assistência de naus de Linha, e Fragatas de guerra, com mais de mil e seiscentos canhões, e outra grande quantidade de morteiros, e bombas³⁵³.

O revés sofrido em Argel mudou o discurso da coroa espanhola. Temia uma nova derrota no extremo Sul da América. Receavam não conseguir assegurar a defesa das possessões atlânticas e, muito menos, os pedidos de socorro do governador de Buenos Aires. A 26 de agosto de 1775, Sebatião José de Carvalho e Melo, em carta ao marquês do Lavradio, expôs os acontecimentos nas cortes ibéricas. Temendo << os efeitos, que aquela espantosa catástrofe causasse na corte de Madrid >>, referindo-se à derrota em Argel; supunha duas opções: << ou se deveria mandar a Argel uma segunda expedição das armas de Espanha >> ou << tomaria a dita Corte a resolução de se ir desbravar conosco nesses territórios do Sul da Capitania de São Paulo >>. Entretanto, concluía Pombal, << nenhum dos referidos dois casos se verificou >>, mas << outros fatos tão novos >>. O primeiro, a formação de um Conselho de Estado, composto: pelo marquês de Grimaldi, ministro dos Negócios Estrangeiros; conde de Ricla, ministro dos Negócios da Guerra; Miguel de Mosquiz, ministro das Finanças; e, Julian de Arriaga, ministro da Marinha. Segundo o ministro português:

Opinaram os primeiros dois: que era indispensavelmente necessário, que logo imediatamente se fizessem (como se vão fazendo) as recrutas precisas para se completarem as praças dos mortos, e cativos, que pareceram na derrota de Argel; para se ir sem mais perda de tempo catigar a insolência daqueles Bárbaros, e restaurar a reputação das Armas Espanholas. Concordou El Rey Católico com ambos os referidos votos. Opinou porém logo depois o terceiro

³⁵² Outros dois ataques foram efetuados, sucessivamente, em 1783 e 1784. Somente com o Tratado Hispano-Argelino de 1786 houve uma adequação aos interesses de ambos no mediterrâneo. In, Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 343.

³⁵³ Marquês de Pombal ao marquês do Lavradio, Vila de Oeyras, 26/08/1775, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 326-230, pp. 338-341, p. 339.

dos referidos ministro ponderando: Que não havia cabedais, com que se fizesse segundo armamento; porque para os primeiros se tinham exaurido os Copes, de Jerusalém, da Bula da Cruzada, e dos cativos. Opinou o quarto; dizendo: que a Marinha não estava capaz de uma nova Expedição; porque necessitava de se restabelecer por alguns tempos. E sobre estes dois votos se mandaram desarmar os Navios de Guerra; se despediram os mercantes de transporte; e se fizeram recolher aos seus quartéis das tropas³⁵⁴.

O segundo fato levantado pelo ministro ocorreu ainda em 17 de junho. O ministro dos Negócios Estrangeiros, marquês de Grimaldi, propôs ao embaixador português em Madrid, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, para que << se fizessem cessar todos os atos de hostilidade >> e, que o << El Rey Católico só queria União e Amizade com El Rey Meu Senhor >>. Por outro lado, << que se prestaria a tudo, o que pudesse concorrer para se ajustarem os justos limites dessas partes >>.

Para Pombal, os espanhóis tinham conhecimento da inferioridade numérica, principalmente das embarcações que compunham o sistema defensivo. Grimaldi, afirmava Sebastião de Carvalho e Melo << sabia que nós no Sul do Brasil nos achávamos quatro, ou cinco vezes mais fortes do que eles castelhanos >> e, que, << para mandar a essas partes tão remotas uma expedição considerável, faria isso uma despesa enorme >>, sendo << preciso a Espanha compensar-se na Europa, ou no nosso Continente, das perdas, que a superioridade das Nossas Forças lhe causassem na América >>. Completava, dizendo não confiar nas intenções de boas amizades do ministro:

A larga experiência, que temos da má fé daquele ministro nos fez facilmente compreender: Por uma parte, que pouco, ou nada podemos esperar da sua abertura. Por outra parte, que esta teve por causa a consternação, em que opôs ver sobre si os clamores universais de toda a Espanha. Por outra parte, que o seu objeto principal foi o de ver se podia suprir com aliciações, cumprimentos verbais, até ameaças, a falta das forças, que agora não tem, dirigindo todos estes capciosos meios ao fim de conseguir, que retirássemos o Exército, que sua magestade tem no sul do Brasil; para ficarmos assim perdendo os domínios usurpados pelos últimos governadores de Buenos Aires; antes de havermos recebido a menor satisfação, nem ainda das afrontas, e injúrias, que contra nós vomitaram dentro na nossa casa; quando entenderam, que se achavam nos termos de nos dasem as leis. E pela outra parte emfim, cubrindo a impossibilidade, em que conheceu (tarde) que se achava para mandar uma expedição ao Rio da Prata; pertendendo fazer-nos crer, que se a não mandasse, seria porque tinha mudado de Plano, para nos

³⁵⁴ Marquês de Pombal ao marquês do Lavradio, Vila de Oeyras, 26/08/1775, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, 1941, pp. 326-230, pp. 338-341, p. 338.

fazer a guerra neste Reino: se não mandassemos por em inação o referido exército de sua magestade na Capitania de São Paulo³⁵⁵.

Por fim, Sebastião concluiu sua carta recordando as instruções datadas de 9 de julho de 1774. << Sem a menor perda de tempo procure >> Luís de Almeida << fazer expugnar, e lançar os castelhanos fora das fortalezas do lado meridional do Rio Grande de São Pedro, e da vila do mesmo nome (como antes lhe havia ordenado) >>. Aproveitando-se que << o Ministério de Madrid se acha tão costernado e abatido e em que chegou a confessar, que não poderia mandar ao Rio da Prata forças capazes de contrapesarem as nossas >> e, por outro lado, << o governador de Buenos Aires se acha possuído de um tal terror pânico, que exagerou tanto as nossas forças ao marquês Grimaldi, como este ministro chegou a confessar >>³⁵⁶.

No extremo sul da América, as forças militares espanholas estavam concentradas no Rio Grande, Santa Tecla e São Martinho. Cobriam uma ampla área. Enquanto o Rio Grande fechava o litoral, Santa Tecla, a campanha e São Martinho, a serra. Esse último, além de ser o ponto mais vulnerável, era também o mais ameaçador para o Rio Pardo. Por esse motivo, foi o ponto escolhido para o revide português. Faltava um pequeno pretexto para o desenlace, que ocorreu com a aproximação das guardas espanholas a Rio Pardo³⁵⁷.

Para a ofensiva, José Marcelino nomeou Rafael Pinto Bandeira. Conhecedor da área conflituosa. Com suas tropas de Cavalaria Leve, composta de dragões, voluntários e eventureiros, cometiam diversos crimes na região. Desde saques, ataques às terras em disputa, roubo de gados, matança de índios e militares. Durante a investida militar, provocou uma matança avassaladora, o que levou, posteriormente, o governador de Buenos Aires a pedir insistentemente um castigo exemplar ao militar luso-brasileiro. Na carta do capitão Francisco Piera a Vértiz, ficou claro a ação devastadora das tropas de Pinto Bandeira. Temia uma investida de Pinto Bandeira contra as tropas de Francisco Zavala, nas missões. Escreveu ele, narrando os horrores:

El día 5 por la mañana envié al Cap.ⁿ D.ⁿ Felix Mestre, y al referido D.ⁿ Fran.^{co} Xavier Piera con veinte y cinco hombres, y los mejores caballos, para

³⁵⁵ Marquês de Pombal ao marquês do Lavradio, Vila de Oeyras, 26/08/1775, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 326-230, pp. 338-341, p. 340.

³⁵⁶ Marquês de Pombal ao marquês do Lavradio, Vila de Oeyras, 26/08/1775, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, 1941, pp. 326-230, pp. 338-341, p. 340.

³⁵⁷ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A dominação espanhola no Rio Grande do Sul* [...], pp. 255-256.

que llegasen a donde estaba la Guardia de S.ⁿ Martin, y reconociese lo que avían echo los Portugues.^s en da guardia; a las tres de la tarde se retiró el Cap.ⁿ D.ⁿ Felix Mestre con su partida, el que me hizo relación del estado en q.^e se hallaba la referida guardia, que la avían arruinado, y quemado todos los ranchos, y estavadas, y que reconociendo las ruinas se avía encontrado una sepultura fresca, en la q.^e se reconoció estar enterrado un cadáver fresco de indio con una herida en la cabeza, y degollado cuasi del todo; y habiendo mandado a reconocer el puesto la caballada de aquella guardia, se descubrieron cuatro hombres a caballo, y siguiéndolos, se cogió a uno, que era un indio cap.ⁿ del Pueblo de la Cruz, q.^e de S.ⁿ Tiago venía a reconocer la expresada Guardia, y a enterrar los muertos que hubiese, quien informo al expresado cap.ⁿ D.ⁿ Felix Mestre, como el capitán Rafael Pinto Bandeira con cuatro compañías, dos de Drag.^s una de Voluntarios, y otra de Aventureros, con tres Comp.^s avía el don Pinto entrado por una de las nuevas picadas, y q.^e la otra Comp.^a entro por la de S.ⁿ Martin el día 28 de octubre, en donde estuvieron dos días, recogiendo al ganado, y caballos de la estancia de S.ⁿ Lorenzo, desnudando los indios, e indias de la referida estancia, llevándose solamente las criaturas pequeñas, y hacienda, matando todas las ovejas q.^e había, y que don Pinto les avía dicho a los de la expresada estancia, que por estar mui ocupado con tantas haciendas no venía a atacar la partida de cien Hombres q.^e estaba en Cayboté, pero que pronto vendría a dar la vuelta a Caybaté, y después a los Pueblos de Misiones a ver d.ⁿ Fran.^{co} Bruno de Zavala, para lo que tenía cuatro Comp.^s más de Drag.^s, esperando solamente los caballos q.^e les llevaba; así mismo dijo el indio q.^e el Sarg.to de drag.^s Ant.^a Clara con dos soldados avía llegado a la Estancia de S.ⁿ Tiago a pie, quien les conto como a su Ten.^{te} d.ⁿ Manuel Martinez, y al Destacam.^{to} los avían llevado Prisioneros los Portug.^s y q.^e avía de haber muertos en la guardia, pues uno de los Drag.^s llevaba un balazo en una mano, por lo q.^e se hizo nuevamente diligencia a ver si se encontraba alg.ⁿ cadáver más, pero no se halló, y q.^e debían haberse escapado muchos indios, respecto hallarse más de treinta y cinco recados de motar de ellos: Por lo q.^e me retire p.^a Caybate por cubrir el puesto, y noticiar a V. S. de lo acaecido³⁵⁸.

A ação de Bandeira, acima de tudo, violava o acordo de paz estabelecido entre as cortes ibéricas.

A 31 de outubro, as tropas de Pinto Bandeira adentraram em São Martinho por dois caminhos. Com uma tática baseada na surpresa, no cerco e na emboscada. Dividiu as tropas em duas grandes forças. Enquanto uma seguiu o caminho da antiga estrada missioneira da Boca do Monte, abrindo picadas, a outra marchou por um caminho mais longo entre as estâncias missioneiras. Rafael encontrou os defensores da base militar castelhana << em pesado sono, cortado pelo alarido aterrorizador dos atacantes, que pela rapidez da ação não lhes permitiu concentração nem defesa >>. Antes da rendição, os castelhanos tirotearam durante quatro horas. Sem condições defensivas, Manuel Alvarez, comandante do porto, rendeu-se com toda a tropa³⁵⁹. As pressas foram volumosas. Os presos foram conduzidos a Porto Alegre, contam-se um tenente, três

³⁵⁸ Francisco Piera a Vértiz, Caybote, 7/11/1775, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, 1941, pp. 341-342, p. 342.

³⁵⁹ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A dominação espanhola no Rio Grande do Sul [...]*, p. 259.

oficiais inferiores e 20 dragões. Os índios, que por orientação da coroa não deveriam ser aprisionados, os milicianos preferiam matá-los. Entre o armamento: 40 armas de cano longo, 19 pistolas, 16 traçados, um morteiro e mais apetrechos. Já o gado arrebanhado, que foi vendido aos revendedores de carne, cotabilizaram: 150 mulas, 1.100 cavalos, 150 bois mansos, 200 éguas xucras, 2 burros, 6.000 cabeças de gado vacum³⁶⁰.

Anos mais tarde, Rafael foi enviado para o Rio de Janeiro para responder ao inquérito do Conselho de Guerra montado pelo governador do Rio Grande, José Marcelino, sobre as presas de guerra da ação em São Martinho³⁶¹.

3.6 Ataque à Santa Tecla

A ação em São Martinho trouxe novo ânimo às tropas luso-brasileiras. Após a investida passaram a concentrar todas as forças nas possessões castelhanas no canal e na região missioneira. Boehm passou a organizar o exército em terra, enquanto Mac Douall, responsável pelo comando da Esquadra do Sul, no mar. A transferência de militares de todas as capitanias do Brasil e do Reino reunidas no extremo sul da América, partiram para a ofensiva geral focando Santa Tecla e a vila do Rio Grande.

A difícil relação entre as autoridades lusitanas responsáveis pela defesa da América do Sul – mais expressivamente Boehm, Mac Douall, José Marcelino – não podia impedir a derrocada final da reconquista das terras invadidas por Cevallos, em 1763. Após chegar a um entendimento entre Boehm e Mac Douall para uma avaliação das tropas castelhanas, o comandante da Esquadra do Sul ordenou ao capitão-de-mar-e-guerra, Antônio Januário do Vale, que fosse avaliar uma ofensiva marítima. O capitão navegou sobre toda a orla setentrional. Visualizou boa parte das embarcações castelhanas, fazendo uma análise do seu posicionamento. Durante o tempo em que

³⁶⁰ “Relação dos prisioneiros e da captura feita em 31 de outubro de 1775”, carta do tenente-general Boehm ao vice-rei marquês do Lavradio, Acampamento de João da Cunha, 9 de novembro de 1775, In, Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 369.

³⁶¹ Autos e mais papéis concernentes ao Conselho de Guerra a que se procedeu no Rio de Janeiro, para o fim de se averiguarem as culpas imputadas ao coronel da Legião de Cavalaria Ligeira do Continente do Rio Grande, Rafael Pinto Bandeira, pelo governador do mesmo continente, o brigadeiro José Marcelino de Figueiredo, 1780, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil, In, Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 370. O Arquivo Militar de Lisboa guarda o documento incompleto: Carta do governador do Rio Grande, brigadeiro José Marcelino de Figueiredo ao marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, sobre o descaminho de direito das presas de guerra de Santa Tecla em que é acusado o coronel Rafael Pinto Bandeira. PT/AHM/DIV/2/01/01/30. Mais informações sobre a ação das Tropas Ligeiras chefiadas por Rafael Pinto Bandeira na ação em São Martinho, a parte dos ganhos do butim entre as elites que acompanhavam o coronel, podem ser encontradas em Tiago Luís Gil, *Infieis Transgressores [...]*, 2003, pp. 38-43.

ficou, passou as noites dialogando com o capitão Jacques Funck << que lhe deu também, segundo todas as probabilidades, as instruções que poderia ministrar e lhe forneceu um mapa deste rio >>, ele << viu com os seus olhos os fortes dos espanhóis, o da Trindade e o do Mosquito, já terminados e guarnecidos de Artilharia, que parece grossa e numerosa, sobretudo no Trindade >>, registrou Boehm em seu diário³⁶².

Após a vitória em São Martinho, ficou clara para o comandante do Exército do Sul a possibilidade de uma investida militar nas possessões castelhanas de Santa Tecla e na vila do Rio Grande. Para isso, passou a forjar nas autoridades lusitanas uma contra-ofensiva. A operação planejada por Boehm passava diretamente pelas ações do major Rafael Pinto Bandeira e suas tropas de aventureiros. Para o tenente-general, o domínio castelhano sobre Santa Tecla atrapalhava a comunicação das tropas localizadas na Fronteira Sul com Rio Pardo. A estratégia militar e o principal objetivo baseavam-se na expulsão inimiga da margem sul do rio Jacuí contemporâneo e seus afluentes, controlando, conseqüentemente, o território do sangradouro da lagoa Mirim – o canal São Gonçalo – além da Campanha e da Serra dos Tapes (Escudo Rio-Grandense). A 30 de dezembro de 1775, José Marcelino confirmava a tomada de posição da fronteira de Rio Pardo para as Missões, sob o comando das tropas leves de Rafael em direção a Santa Tecla. Entretanto, nesse primeiro momento, a ação estava sendo planejada secretamente, nem mesmo Rafael tinha conhecimento, tanto ele quanto Marcelino aguardavam as ordens do tenente-general³⁶³.

O ano de 1776 prometia ser movimentado. Logo no dia 3 de janeiro, Boehm ordenou a execução do ataque à Santa Tecla. Autorizava o governador a passar ordens e instruções ao major Rafael Pinto Bandeira. Entretanto, essas instruções deviam ser dadas << em segredo >>. A surpresa do ataque era fundamental. A ação lusitana devia ser em marcha rápida, à noite, e aproximar da cidadela antes do amanhecer. Contudo, as dificuldades nas comunicações feitas através do cavalo e de embarcações, deixavam claro para Boehm a impossibilidade de realizar operações simultâneas em outras áreas ocupadas pelos castelhanos³⁶⁴.

³⁶² Transcrito em: Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 379; Abeillard Barreto, A opção portuguesa [...], p. 231.

³⁶³ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, pp. 384-385.

³⁶⁴ Boehm ao marquês do Lavradio, Acampamento de João da Cunha, 9/12/1775, Adendo. In, Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 386.

Enquanto isso, a Esquadra do Sul concentrava suas forças na costa da Ilha de Santa Catarina. Sob o comando de Robert Mac Douall, concentravam num primeiro momento embarcações robustas, formada com naus e fragatas para o mar aberto.

Esquadra sob o comando de Robert Mac Douall, concentrada em Santa Catarina, destinada ao socorro do Rio Grande. Início de 1776³⁶⁵.

Tipo de embarcação	Número	Denominação	Canhões	Contingentes: marinharia e tropas
Naus	4	Santo Antônio	62	500
		Nossa Senhora dos Prazeres	62	500
		Nossa Senhora da Ajuda	60	400
		Nossa Senhora de Belém	58	440
Fragatas	7	Nossa Senhora de Nazaré	44	300
		Nossa Senhora da Graça	44	300
		Príncipe do Brasil	36	250
		Nossa Senhora da Assunção	32	300
		Nossa Senhora da Glória	32	300
		Princesa do Brasil	32	280
		Nossa Senhora da Graça Divina	32	250
Totais	11		494	3.820

A 7 de fevereiro de 1776, a Esquadra do Sul zarpava da costa catarinense em direção à vila do Rio Grande. Mac Douall, como comandante, estava incumbido da transposição.

Esquadra que, sob o comando de Robert Mac Douall, fez-se ao mar a 6 de fevereiro de 1776 para investir a barra do Rio Grande³⁶⁶.

Tipo de embarcação	Número	Denominação	Comandante	Canhões	Calibre	Contingentes
		Nossa Senhora da Graça Divina	Capitão-tenente Frederico	32	8	200

³⁶⁵ Manuel da Madre de Deus, [suposto autor], *Diário da esquerda que saiu de Lisboa a 30 de janeiro de 1775 para o Rio de Janeiro e de lá para a concentração de Santa Catarina, destinada ao socorro do Rio Grande, sob as ordens de Roberto Mac Douall*, Portugal, Biblioteca Pública de Évora. Publicado em: Abeillard Barreto, A opção portuguesa [...], p. 232; Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 406.

³⁶⁶ Manuel da Madre de Deus, [suposto autor], *Diário da esquerda que saiu de Lisboa a 30 de janeiro de 1775 para o Rio de Janeiro e de lá para a concentração de Santa Catarina, destinada ao socorro do Rio Grande, sob as ordens de Roberto Mac Douall*, Portugal, Biblioteca Pública de Évora. Publicado em: Abeillard Barreto, A opção portuguesa [...], p. 235; Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 407.

Fragatas	2		Kassalberg			
		Nossa Senhora da Glória	Capitão-de-mar-e-guerra Antônio José Pegado	14 8	4 6	90
Corvetas	2	Nossa Senhora da Vitória	Capitão-tenente José Correa de Mello	6	3	90
		Nossa Senhora da Penha de França	Tenente-de-mar Agostinho da Rosa Coelho	8	6	80
Sumaca	3	Nossa Senhora Monte do Carmo	Tenente-de-mar Bernardo Ribeiro	10	4	70
		Bom Jesus	Tenente-de-mar Francisco Lopes Xavier	10	4	70
		Nossa Senhora de Belém	Tenente-de-mar José Maria de Medeiros	10	4	70
Bergantim	1	Nossa Senhora do Bom Sucesso	Primeiro-piloto Manuel da Silva Duarte	8	3	40
Chalupa	1	Expedição	Voluntário Jerônimo da Silva Pereira	12	6	70
Embarcações pequenas	2					
Totais	11			118		780

Somente no dia 14 de fevereiro a Esquadra foi avistada da barra do Rio Grande pelos sentinelas e tripulantes das sumacas portuguesas fundeadas no Lagamar. Mac Douall ordenou << que as demais embarcações fundeassem à popa da *Nossa Senhora da Graça Divina*, à qual deveriam seguir daí por diante, retirando-se a Nau *Santo Antônio* a uma distância de duas milhas >>³⁶⁷.

Logo em seguida, formou-se o plano estratégico. Mac Douall, após conferenciar com Boehm, orientou os comandantes para seguirem o comando dados pelos práticos. Contrariava as ordens do Rio de Janeiro, que ordenava executar, desde o início, o mais intenso fogo contra as embarcações e redutos inimigos. Para o comandante, os castelhanos não impediriam a entrada da Esquadra. Estava convencido de que as

³⁶⁷ Diário de las faenas egecutadas en el Rio Grande de San Pedro desde la tarde del 14 de febrero hasta el 21 del mismo, Londres, British Museum. Publicado em: Abeillard Barreto, A opção portuguesa [...], pp. 232, 306.

embarcações luso-brasileiras navegariam até o fundeadouro do Patrão-Mor sem qualquer resistência. Consequentemente, proporcionaria às tropas comandadas por Boehm o desembarque em terra. Simultaneamente, uma batalha em terra e mar. Entretanto, no caso de um combate, determinou ordens expressas. Descritas por Golin:

- a chalupa *Expedição* faria a vanguarda. Passaria o forte castelhano San Juan Baptista, localizado no pontal sul da barra, e seguiria até o Forte do Mosquito, ancorando em sua frente. Com ele, manteria combate de artilharia para que as demais embarcações pudessem passar.
- A fragata *Graça* deveria passar defendendo-se dos fortes San Juan Baptista e Mosquito, das três primeiras embarcações espanholas formadas em linha, e ir atacar a quarta, que era a capitânea – bergantim *Santiago*.
- A corveta *Victória* seguiria a fragata *Graça* e atacaria a terceira embarcação inimiga – setia *Misericórdia*.
- a fragata *Glória* seguiria a corveta *Victória* e enfrentaria a segunda embarcação castelhana – corveta *Dolores*.
- a corveta *Penha* seguiria a fragata *Glória* e entraria em combate com a primeira – setia *San Francisco*.
- A sumaca *Bom Jesus* seguiria a *Penha* até chegar a primeira inimiga, cruzaria toda a flotilha à sua frente e atacaria a última – bergantim *Pastoriza*.
- A sumaca *Monte* ficaria em reserva e substituiria a que não pudesse eventualmente executar a sua missão.
- A sumaca *Belém* enfrentaria alguma outra embarcação que não estivesse relacionada, caso aparecesse, ou iria auxiliar a chalupa *Expedição* no bombardeio do *Forte do Mosquito*.
- O bergantim *Bom Sucesso* ficaria também em reserva para socorrer quem precisasse³⁶⁸.

Na madrugada do dia 19, Mac Douall fez a última recomendação às tropas, pilotos e marinharia. Por volta das 11 horas da manhã, posicionou a Esquadra. Mas, ao contrário do que imaginava o comandante da Esquadra do Sul, os castelhanos, ao avistarem as movimentações das embarcações, prepararam-se para o combate. Reforçaram as baterias com cinco companhias de infantaria. Na Guarda do Pontal, José Molina, Miguel Texada, Francisco Bebetzé de Duclos e o comandante-de-mar Francisco Xavier de Morales reuniram-se para repelir o ataque que presumiam desencadear os lusitanos³⁶⁹.

José Correia Lisboa, primeiro-piloto da Esquadra, escreveu um longo depoimento sobre ação da Esquadra do Sul. O relator estava embarcado na corveta *Nossa Senhora da Penha de França*. Segundo ele, o comandante, << pelas 3 horas e meia da tarde mandou fazer a vela para o combate >>. Num primeiro momento, os castelhanos não fizeram mais << do que trocarem as posturas de uns navios para o lugar

³⁶⁸ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 412.

³⁶⁹ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A dominação espanhola no Rio Grande do Sul [...]*, p. 270.

dos outros, em forma que todos ficaram em linha >>. Entretanto, << logo que as embarcações da esquadra se fizeram a vela, e puzeram a prôa a fortaleza para seguirem pelo cana do rio acima, entrou a dar fogo a fortaleza do inimigo >>, sem demora, << logo nos primeiros tiros fez a fragata Graça o sinal para o combate com uma bandeira encarnada no tope de prôa >>. O revide foi imediato. O forte português do pontal de São Pedro lançou descargas de artilharia contra o Fuerte de San Juan Baptista. Em meio ao fogo cruzado, anotou José Correia Lisboa:

[...] foram seguindo as embarcações umas às outras, mas não com a ordem determinada, por não se poderem pôr em seus lugares, pois toda a diligência que para esse efeito se fez foi sem fruto. O mais preciso em que se cuidava era na defesa, dando fogo a bateria. Neste importante trabalho, já engolfada a tripulação, não é muito fácil pôr a embarcação no lugar determinado para seguir a ordem geral, mormente em uma distância curta e apertado canal, e alguns já sem cabos para manobrar as velas, sem mar suficiente para mover um bruto de madeira daqueles para um lugar apontado ao dedo. O que poderia suceder, como vinha determinado, se não houvera a desordem da abalroação, por virem de mais alguma distância, na qual se podiam ordenar melhor, ficando ou seguindo cada um ao seu próprio posto³⁷⁰.

Com uma estratégia de combate pouco articulada, Mac Douall embarcou na chalupa *Expedição* e << se fez a vela >> rumo ao Forte do Mosquito. Nas proximidades, no ancoradouro, lançou descargas de artilharia. Em meio ao entreveiro, da fortificação castelhana, um disparo fez estrago na embarcação, << enchendo de água, veio outra bala e cortou-lhe a amarra >>. Nesse instante, << vendo-se desarmados e com muita água, marearam as velas >> em direção ao Patrão-Mor << e chegando ao baixio assentou no fundo e se deitou a banda e saltou-lhe a gente para cima do costado, onde estiveram até ao sol posto >> a espera de socorro.

Mac Douall ficou perdido em meio ao fogo cruzado dos redutos. O canhonaço sofrido pela chalupa do Forte do Mosquito foi tão violento, que se pensou que o comandante tivesse morrido. Por sorte, pouco tempo antes de sofrer o ataque o comandante tinha passado para um escaler, a fim de distribuir novas ordens. A confusão estava generalizada. Entretanto, quando chegou:

³⁷⁰ José Correia Lisboa, Relação e mapas em que se mostra toda a ordem, disposição e sucessos que houveram na tomada da terra da margem do sul do Rio Grande de São Pedro, desde o dia 6 de fevereiro do ano de 1776, em que partiu a armada naval de Portugal da Ilha de Santa Catarina, até 1º de abril do mesmo ano, em que se concluiu a dita tomada da terra, 1776, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 97-120, pp. 104-105.

o chefe a fragata Graça, a qual achou em uma desordem por causa da morte do comandante, que logo ao primeiro encontro o matou uma bala de mosquete, que lhe entrou pela testa e lhe saiu pela nuca; e vendo que a chalupa estava perdida, a sumaca Bom Jesus estava encalhada no baixo, a corveta Penha havia ficado no lagamar, a fragata Graça sem ordem, o fogo em maior aumento, mandou picar as amarras a fragata Graça e foi bordo dos mais manda-las picar, e fazerem-se a vela para o forte do Patrão-Mor, onde deram fundo pelas 5 horas e meia da tarde.

A sumaca Bom Jesus fez-se a vela na mesma ocasião que as mais, quando se principiou o combate, porém encalhou defronte da fortaleza da barra do inimigo, [...] a qual fortaleza lhe fez fogo enquanto durou o dia, e lhe fez alguns rombos, por onde recebeu água, e socorrendo a nossa fortaleza com algumas lanchas por baixo de todo o fogo trabalharão a desencalhar, o que conseguiram pelas 6 horas e meia da tarde, e seguindo já a vela tornou a encalhar na mesma coroa mais adiante, defronte do forte do Mosquito, e mandando-lhe da nossa fortaleza as lanchas, desembarcaram a tropa, a guarnição e todas as suas bagagens, cinco peças de artilharia com suas carretas e mais pertenças, além de uma que foi ao mar com o último aparelho, que arrebentou, pois todos os mais cabos estavam cortados; tirou-se toda a pólvora, armas e tudo o que se pôde tirar no decurso de toda a noite, em que trabalharam cheios de pavor, porque a sumaca debaixo do forte do Mosquito se achava.

[...] A corveta Penha, para concertar o rombo, chegou-se muito a terra do lagamar, e indo fazer-se a vela na ocasião em que as mais iam para o combate, ao suspender a ancora, tomou a prôa em revés, e como era perto da terra, encalhou, espiou pela popa para o canal com uma ancoreta e virador, que para este efeito andava pronta na lancha da nau Santo Antonio, e debaixo de todo o fogo, que a fortaleza inimiga lhe fazia, conseguiu por-se em nado e fazer-se a vela pelas 5 horas e meia da tarde, e passar só pelo fogo de todas as fortalezas e navios, defendendo-se de todas, sempre a vela, e encontrando uma lancha do inimigo, que saiu dos seus navios, destinada a buscar gente, que se achava sobre o costado da nossa chalupa, e fazendo-lhe a corveta fogo, a fez retirar arrombada com morte de três homens, e neste mediano tempo deu lugar a chegarem as nossas lanchas, que puzeram todos a salvo: e continuando, sempre a vela por debaixo de um horroroso fogo de cinco navios e fortes, foi fundear entre as mais embarcações da esquadra no forte do Patrão-Mor pelas 7 horas da tarde³⁷¹.

Na ação, Mac Douall foi vergonhosamente derrotado. Entre as perdas contavam, segundo o José Correia Lisboa, 11 homens. Entre eles o comandante da fragata *Graça*, Frédéric Hesselburg, ficando 13 feridos³⁷². Na carta do comandante militar da Ilha de Santa Catarina para o comandante do Exército do Sul, Furtado de Mendonça refutava os números descritos por Mac Douall, levando em consideração as informações de Boehm de << que são doze os mortos além do Comandante da Graça, e vinte e seis os feridos >>³⁷³. Entre os castelhanos somavam, entre perdas em terra e mar, 16 mortos e 24 gravemente feridos. Entre eles estavam o tenente-de-fragatas Juan José de Iturriaga,

³⁷¹ José Correia Lisboa, *Relação e mapas [...]*, pp. 97-120, pp. 105-107.

³⁷² José Correia Lisboa, *Relação e mapas [...]*, pp. 97-120, p. 107.

³⁷³ Furtado de Mendonça a Boehm, Ilha de Santa Catarina, 1º/03/1776, *ABN*, 1983, v. 103, pp. 88-90, p. 88.

comandante da *Pastoriza*. Além do alferes-de-navio Francisco Buton, imediato da setia *San Francisco*³⁷⁴.

O combate naval, em conjunto com a artilharia das baterias e fortes de terra foi considerado um acontecimento extraordinário pelos súditos da Espanha. A eficiente resistência oferecida aos lusitanos pela Bateria Nova de Santa Bárbara redundou na troca de seu nome para Forte do Triunfo. Os castelhanos viram como uma grande vitória. Quando as notícias chegavam às principais possessões – Santa Teresa, Maldonado, Montevideu, Buenos Aires e demais povoações e quartéis – eram feitas solenidades, paradas militares e salvas a Carlos III. Missas eram rezadas. Em Buenos Aires, o governador Vértiz mandou cantar o *Te Deum Laudamus*. Muitos oficiais e subalternos receberam elogios em formaturas ou documentos oficiais, além de ascenderem nos postos pelas mercês da Coroa³⁷⁵.

Após a fracassada atuação no comando da Armada do Sul, Mac Douall prontamente rumou em direção à Ilha de Santa Catarina. Continuou julgando o evento como << o sucesso do dia 19 >>. Cinco dias depois, portanto a 24 de fevereiro, zingrava na Ilha. Furtado de Mendonça não levou em consideração a leitura feita pelo comandante da Esquadra do combate naval. Ao escrever ao marquês do Lavradio, expôs a visão do responsável pelo Exército do Sul, João Henrique Boehm, de que << quem lhe deve fazer uma verdadeira narração >>, concluía o comandante militar³⁷⁶.

A desastrosa ação organizada pelo comandante da Esquadra do Sul não retirou de Boehm o desejo de praticar uma ação simultânea nas possessões ocupadas pelos espanhóis no extremo sul da América. Para organizar a ação marítima, passou a conferenciar com o capitão Hardcastle. Em suas palavras:

Logo após a partida do comandante da Esquadra [Mac Douall], pus-me a conferenciar com o comandante [Hardcastle] de nossa maltratada Esquadra [do Rio Grande] sobre os meios para repará-la e repô-la em estado de utilização. Encontrou-se no armazém um pequeno depósito de cordas,

³⁷⁴ Relacion de los muertos Relacion de los muertos y heridos gravemente que havido de resulta del combate que sostubieron las cinco embarcaciones de S. M. ancladas em la Costa de la varra del Rio Grande, com nueve del Rey fidelísimo la tarde 19 de febrero por espacio de tres oras largas. Relato espanhol sobre a batalha de 19 de fevereiro de 1776, concluído em Rio Grande, a 22 de fevereiro de 1776, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, In, Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 432.

³⁷⁵ Tau Golin, Cartografia e combate naval na reconquista do Rio Grande, 19 de fevereiro de 1776, In, V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2013, Petrópolis, *V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica – Anais*, Belo Horizonte, SBC (Sociedade Brasileira de Cartografia), 2013, v. 1, p. 1-15.

³⁷⁶ Furtado de Mendonça a Boehm, Ilha de Santa Catarina, 1º/03/1776, *ABN*, 1983, v. 103, pp. 88-90, p. 89.

alcatrão e velas, vindos, de tempos em tempos, do Rio de Janeiro, assim como pregos e ferragens...

Nós tínhamos recolhido várias peças de madeira de navios naufragados... O mar as havia jogado sobre a praia. Possuía alguns pranchões de reserva para as plataformas; os negociantes tinham também vários materiais. Dispunhamos dos operários necessários, seja na Esquadra, seja nas tropas.

Em lugar, pois, de perder nosso tempo com choradeira, resolvemos pôr mãos à obra. Começamos pelas duas fragatas e as duas corvetas, que, reparadas, nos colocariam em superioridade aos espanhóis, tanto em quantidade como em qualidade de navios. Todo o mundo empenhou-se com igual vivacidade neste objetivo.

A maior dificuldade era encontrar âncora. Mas remediou-se o caso, tirando de uns e emprestando aos outros³⁷⁷.

Enquanto isso, Rafael Pinto Bandeira com suas tropas de aventureiros organizava a ofensiva contra Santa Tecla. A 19 de fevereiro, no mesmo dia do encontro naval no canal, partiu em direção ao reduto castelhano. Com a coluna, o comandante da expedição partiu da Guarda da Encruzilhada, a oeste da Lagoa dos Patos, para cinco dias depois, a 24 de fevereiro, reunir-se com os quatro esquadrões de Rio Pardo, na localidade de Pedras Grandes. No dia 28, com um total de 619 homens, já obsidiava o forte de Santa Tecla. Como prevenção ao ataque, Vértiz tinha reforçado a cidadela com mais 100 homens. Temia um destino como o de São Martinho. Com os abastecimentos de víveres, acreditava que tinham estoque suficiente para resistir aos ataques das tropas luso-brasileiras³⁷⁸.

Nos mesmo dia em que estabeleceu o cerco em Santa Tecla, Rafael Pinto Bandeira lançou uma intimação ao governador do forte castelhano, o capitão Luis Ramirez. Exigia a entrega do forte em, no máximo, doze horas com toda a guarnição. Em suas palavras:

S.^{or} Capp.^{am} D.ⁿ Luis Ramirez. As hostilidades manifestas e continuas que tem recebido os povos portugueses nas Fronteiras do Rio Grande, apoiadas as desta parte principalm.^{te} pela trincheira q.^e vm.^e comanda, e que contra todos os direitos, e concordatas novam.^{te} construíram sem embargo de serem requeridos p.^a o não fazer, me trouxeram a num por estas p.^{tes} com um Corpo de Tropa tão respeitável, e numeroso como vm.^e vê a fim de tomar satisfação de tais procedim.^{tos} usando das leis da represalia sem passar da defensível.

Pelo que requeiro a vm.^e haja de entregar-me, com guarnição que esta as suas ordens no preciso termo, de doze horas, depois de recebida esta, o q. espero vm.^e execute suposto conhece não ter guarnição nem estar em trincheira de fazer outro ajuste, p.^a desta sorte livrar esses indevidos a seu a

³⁷⁷ Boehm a Lavradio, Acampamento de João da Cunha, 23/02/1776, In, Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], pp. 436-457.

³⁷⁸ Abeillard Barreto, *A opção portuguesa* [...], p. 250.

serem passados, a ferro e fogo seg.^{do} as leis. Ei de estimar vm.^e logre saúde m.^{to} feliz, e aqui me tem pronto p.^a em tudo executar as suas ordens³⁷⁹.

Luis Ramirez recebeu a intimação de Pinto Bandeira às 18h. Entretanto, somente no dia seguinte, a 29 de fevereiro, respondeu às ameaças do comandante lusitano. Mostrou-se contrário às proposições do embaixador português, em Madrid, quando recomendava << tratasen amistosamente los asuntos de estos desatinos, en inteligencia de que S. M. F. había prevenido a los comandantes de sus Tropas en estos parajes, se mantuviesen sobre la defensiva >>. Citando o fragmento da carta de Vértiz, de 18 de novembro de 1775, Ramirez justificava ainda ser aquela região domínio espanhol e, exatamente por esse motivo, concluía: << mantenemos en nuestros territorios >>³⁸⁰.

A 6 de março, chegou a Montevideu a notícia sobre estar o Forte de Santa Tecla obsidiado pelas forças lusitanas. As informações dadas eram de dragões e milicianos das guardas avançadas << q.^e estaban empleados en la custodia de las caballadas del fuerte de S.^{ta} Tecla >>. Segundo ele, na << madrugada del 28 de febr.^o se acercaron a aquella fortaleza varios cuerpos de tropas portuguesas >> que, rapidamente << circundaron inmediatam.^{te} y con partidas sueltas se dirigieron a recoger el ganado vacuno, y caballar que en sus contornos se mantenía para la subsistencia de aqu.^{llas} tropas >>. Outras informações, Vértiz recebeu do capitão-de-dragões Miguel de Ayala, << q.^e habiendo salido a Comisi.^{on} que le encargó su Comand.^{te} >> observou << que los portugueses se mantenían fuera del tipo de la fortaleza >>.

Luis Ramirez considerava o seu estoque de suprimentos suficiente para resistir aos ataques lusitanos até a chegada de novos reforços. O comandante do forte << tenía dispuesta la provisión de reses charqueadas, o beneficiadas, que afianzasen la subsist.^a de aquel destacam.^{to} hasta tanto no fuese auxiliado >> até que o governador de Buenos Aires, << despachado 12 esforzados mozos de campaña con un Oficial de Milicias de la mismas circunstancias en cargado de q.^e con las cautelas correspond.^{tes} acredite su entrada en aq.^{lla} situación >>.

A ação de reforçamento da praça exigia urgência. Vértiz, preocupado e ao mesmo tempo cauteloso, buscou evitar o envio de tropas pelo caminho Montevideu-Mello-Santa Tecla, pois não esquecera da desastrosa marcha no verão de 1773-1774 e

³⁷⁹ Intimação de Rafael Pinto Bandeira ao capitão Luis Ramirez, Campo do Bloqueio, 28/02/1776, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 361-362.

³⁸⁰ Resposta de Luis Ramirez a Rafael Pinto Bandeira, Forte de Santa Tecla, 29/02/1776, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 362-363, p. 362.

<< de los malos caminos, y caudalosos ríos >>. Preventivamente, ordenou que as tropas saíssem da guarnição do Rio Grande para enfrentar << aquel destacamento en el concepto, que los portugueses q.^e tienen cercado aquel fuerte, según exponen los individuos, q.^e han venido compondrán el nº 500 a 600 >> homens. Portanto, com o objetivo de reforçar a defesa da praça, deslocou duas companhias de granadeiros do Regimento da Galícia, um piquete de infantaria da Companhia de Voluntários e, ainda, mandou preparar mais 60 soldados infantas. Para a ação defensiva, ordenou aos Pueblos de Misiones, Corrientes, além do destacamento de Batovi, comandado pelo capitão-de-dragões Francisco Piera, << se han hecho las prevenciones de q.^e acudan, sin pérdida de tiempo >>. Com tais tropas reunidas e direcionadas, Vértiz acreditava ser suficiente para socorrer o forte de Santa Tecla³⁸¹.

Receando um reforçamento das tropas na cidadela, Pinto Bandeira tomou novas providências. Há uma semana obsidiando o Forte sem que o seu governador tomasse a iniciativa de entregar as armas, fez uma nova intimação, além de ordenar as tropas formação de batalha. A 10 de março, do Campo do Bloqueio, respondeu às avaliação do comandante do forte de 29 de fevereiro, chamando de << obstinação cega >> por não faltar << conhecimento q.e devia ter do estado das coisas presentes >>. Na avaliação de Pinto Bandeira, ao mesmo tempo em que provocava a entrega da cidadela, o governador << nem pode defender, nem conservar, tanto pela falta de socorros, como p.r falta de viveres >>. Por fim, intimava expressivamente: << haja de entregarse no terno de certo de seis horas depois, de receber esta alias ficara vm. responsável a D.^s e as mundo pelas mortes q.^e ocasionar a sua obstinação, nem eu trago ordens p.^a adimitir outro ajuste >>³⁸².

Durante catorze dias, as tropas de Rafael Pinto Bandeira mantiveram o cerco. Sem resultados satisfatórios, a 24 de março, realizaram um Conselho de Guerra para determinar se deixavam o campo do bloqueio ou seguiam efetuando disparos contra o forte. Com efetivo superior em armas, Rafael não conseguia determinar as melhores opções de assalto as trincheiras castelhanas. A surpresa em campo e não o cerco eram suas maiores habilidades em guerra. Pelas quatro horas da tarde, das muralhas pediam um representante das tropas. Nem tudo estava perdido. Pinto Bandeira ordenou ao sargento-mor Patrício Correia da Câmara que fosse conferenciar com os castelhanos a

³⁸¹ Vértiz a Arriaga, Montevideu, 8/03/1776, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 364-365.

³⁸² Segunda intimação de Rafael Pinto Bandeira a Luis Ramirez, Campo do Bloqueio, 10/03/1776, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, 1941, p. 366.

rendição. Ramirez aceitou capitular a cidadela. Contudo, devia constar nos termos formalizados que a entrega foi << em considerac.ⁿ a la vigorosa defensa que en el término de veinte y siete días tengo experimentado, y resistido con las tropas q.^e me acompañan >>³⁸³. Golin resumiu os termos:

- A todos os habitantes do forte se preservaria a vida e poderiam se retirar com as tropas, levando seus objetos.
- A tropa gozaria “honras de guerra, saindo livre pela porta da frente”, com 12 cartuchos cada um, “tambor batendo, bandeira hasteada e mecha acesa”, mas não poderia levar granada.
- Todos os oficiais e soldados levariam suas bagagens em seus carretas, uma delas coberta, com os bois necessários para a tração, “não sendo lícito, nem permitido, por nenhum pretexto”, registrar sua carga.
- Seriam fornecidos 150 cavalos e 20 reses para abate, assegurando-se outros provimentos durante a marcha a Montevidéu, para todos os vassalos, “homens, mulheres e crianças”.
- Aos doentes e feridos que não pudessem acompanhar a marcha, seriam tratados e depois receberiam passaportes e auxílios para retornarem as suas casas.
- A guarnição poderia levar um canhão de calibre 6 e um pederneiro com 10 cartuchos, além de bois para tracioná-los.
- Assim que fosse assinada a capitulação, se permitiria “despachar chasques ao governador dos Pueblos de Misiones, a fim de suspender os auxílios que [ele] tinha determinado para a defesa desta fortaleza”. Todo socorro que chegasse sem receber o aviso de capitulação, seria tratado de boa-fé e permitido que retornasse.
- Assim que fosse assinada a capitulação, cessaria toda a hostilidade. Dois comissários portugueses fariam o inventário do que fora entregue, munições, artilharia, petrechos, etc³⁸⁴.

No dia seguinte da acertada capitulação, Luis Ramirez informou o governador de Buenos Aires e o governador de Pueblos de Misiones. Na carta de 25 de março, seguiam anexados os termos da entrega e um pedido de desculpas por parte do comandante castelhano responsável pela defesa do forte de Santa Tecla. << Dirijo a V. S. con dolor de mi corazón vera si fuere de su superior agrado las cláusulas q.^e en ella se contienen las cuales me han obligado la falta de víveres >>, justificou a rendição. Com suprimentos esgotados até mesmo para efetuar uma marcha, Luis pedia a Vértiz << con la mayor brevedad seis carretas y trescientos caballos a fin de q.^e con el recibo de ellos pueda revolversse la escolta q.^e me acompaña de su Mag.^d Fidelísima con los limitados auxilios q.^e a mis instancias me han concedido >>. Sobre um suposto ataque às outras possessões castelhanas, respondeu: << Tengo pasado aviso de esta novedad al Gobernador de los Pueblos de Misiones D.ⁿ Fran.^{co} Bruno de Zabala a fin de q.^e por

³⁸³ Texto da capitulação de Santa Tecla, 24/03/1776, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, p. 367-369.

³⁸⁴ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, pp. 463-464.

aquella parte prevea cuantas circunstancias converjan a reserva de los mismos Pueblos y demás >>³⁸⁵. Para Tiago Gil, Pinto Bandeira << triunfara não apenas na conquista da fortaleza, com seus artefatos bélicos, com seus homens, estratégias e cavalos >>, mas também << no campo da honra, acolhendo o inimigo em sua derrota, negociando os termos de rendição e administrando com eficácia o relacionamento com o comandante espanhol >>³⁸⁶.

Por outro lado, a ação em Santa Tecla ampliava a zona de operações. Os portugueses já contabilizavam sob seu poder São Martinho. As defesas castelhanas haviam falhado. Com as conquistas, os lusitanos passaram a ficar muito bem posicionados e somavam a ampliação das frotas marítimas e em terra, estavam bem equipados para seguir uma ofensiva rumo à margem sul do canal do Rio Grande e território até o Chuí, últimos pontos ocupados pelos castelhanos.

3.7 A reconquista da vila do Rio Grande

João Henrique Boehm em conjunto com Hardcastle, organizou a derradeira conquista. Com a intenção de confundir o inimigo e objetivar uma estratégia muito bem elaborada, montou todo o plano em torno da data comemorativa do aniversário da rainha de Portugal. Contando com uma tropa em terra bem organizada e uma armada sob o comando de Hardcastle, com todos os suprimentos necessários para efetuar uma vigorosa ação ofensiva, Boehm avançou com seu plano. A 31 de março, << com todos os principais oficiais, tanto de terra com de mar, viriam a meu quartel para celebrar a data comigo, aproveitei, antes do jantar, a oportunidade de falar, em particular, mas sem despertar a atenção >>, escreveu Boehm, << com o brigadeiro Chichorro, o coronel Veiga, os majores Manuel Soares Coimbra, José Manuel Carneiro e Manuel Marques, sobre minha intenção de atacar, em breve, os espanhóis >>. Na oportunidade, indagou seus oficiais se os granadeiros poderiam ser considerados um efetivo estratégico. Disse ele:

Perguntei-lhes se os granadeiros estavam em condições, e conforme eu havia ordenado, o que eles confirmaram, [...Depois,] indiquei-lhes, em seguida, o plano de execução e minha decisão já tomada; mostrei-lhes a facilidade do

³⁸⁵ Luis Ramirez a Vértiz, Cabeceiras do Rio Negro, 25/03/1776, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, p. 367-369.

³⁸⁶ Tiago Luís Gil, *Infieis Transgressores [...]*, 2003, p. 44.

sucesso. A passagem do rio [canal], sobretudo dos granadeiros, dever-se-ia fazer no mais completo silêncio e tranquilidade para não atrapalhar os marinheiros condutores de jangadas e para não serem pressentidos pelos espanhóis, que deviam surpreender. Frisei que todas as embarcações deviam conservar-se juntas umas das outras, sem confusão, com as tropas nelas embarcadas para que pudessem entrar em forma facilmente após o desembarque. Que, então, o tempo seria precioso, pois era necessário, com rapidez, desembainhar os sabres e jogarem-se, parte sobre os fortes, parte sobre os quartéis. E, baixar o pau em todos os que não se rendessem logo. Não se devia permitir aos granadeiros atirar, pois estes tiros seriam demasiados incertos e não serviriam senão para dar o alarme ao inimigo, que se poria em guarda. Que logo que se conquistasse algum forte, o oficial de artilharia deveria examinar as peças, mandar carregá-las, se não estivessem carregadas, e voltá-las para o lado dos navios espanhóis. Que estes mesmos oficiais de artilharia deveriam, imediatamente, cuidar da munição de guerra, sobretudo de pólvora³⁸⁷.

A estratégia estava montada. Hardcastle, a bordo da *Graça Divina*, manteve a esquadra em formação, com as guarnições perfiladas para homenagear à rainha. Provavelmente, era o único oficial que sabia do plano de Boehm. O projeto consistia em atravessar o rio durante à noite, surpreendendo os fortes da Trindade e do Mosquito, que estavam sobre a cobertura das velas castelhanas. Ao ocupar as cidadelas, obrigariam as velas espanholas a abandonar o ancoradouro, conseqüentemente, atacado pela esquadra lusitana. Para a execução, era necessário o vento nordeste. Uma vez desembarcados nos redutos, os granadeiros regressariam a jangadas e lanchas para transportar o brigadeiro Chichorro com seus 200 soldados para ocupar o forte do Mosquito; por outro lado, o coronel Veiga Cabral da Câmara com outros tantos destinados para a Trindade. O plano era ter, até o amanhecer, 800 homens na margem Sul³⁸⁸. Nas palavras de Boehm:

O brigadeiro Chichorro deslocar-se-ia às dez horas desta mesma noite, com sua Companhia de Granadeiros e 200 homens de seu Regimento para o Forte de São José [do Norte]. O major Manuel Soares Coimbra, não só estava encarregado do ataque ao Forte do Mosquito, mas também do dispositivo de passagem do rio [canal]. Ele devia, ao anoitecer, mandar deslocar todas as lanchas e jangadas, determinadas e prontas, do Lagamar ao Forte de São Jorge. Aí arranjaría tudo de modo que, duas horas após a meia-noite, pudesse embarcar com as suas Companhias de Granadeiros do Estremoz e do Primeiro do Rio de Janeiro, e 2 peças de 3 libras. A seguir, passaria o rio, se possível, antes que a lua surgisse, desembarcando a pouca distância do Mosquito. Tudo no maior silêncio, sem ruído. Organizaria, então, seus granadeiros e atacaria o Forte do Mosquito do modo como lhe recomendei,

³⁸⁷ Boehm a Lavradio, Acampamento de João da Cunha, 11/03/1776, Adendo, In, Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, pp. 474.

³⁸⁸ Abeillard Barreto, *A opção portuguesa [...]*, p. 243; José Correia Lisboa, *Relação e mapas [...]*, pp. 97-120, p. 110.

com toda a vivacidade possível. Após a tomada do forte, ele lançaria ao ar três foguetes para me avisar do fato³⁸⁹.

Aproveitando-se das festividades do dia 31 de março, Boehm articulou seu plano de ocupação, em meio às festividades do aniversário da rainha de Portugal, que também era infanta da Espanha, Mariana Vitória de Bourbon. Enquanto isso, a margem oposta estava atenta à comemoração. Os castelhanos vislumbravam atentamente dos redutos a movimentação das tropas e as autoridades em trajes de gala em marcha. O festejo << encobria o plano de uma invasão, na madrugada, contra suas posições. O vento levava a música e o ritmo dos tambores. A esquadra ancorada na enseada do Patrão-Mor enfeitara-se de bandeiras e galhardetes. Ao meio-dia, a artilharia deu salvas à rainha >>. O vento nordeste entrou e firmou. O momento era o mais favorável para a ação, como Boehm tinha imaginado.

Ao entardecer, Hardcastle informou a Boehm a formação da armada. Depois de passar ordem às embarcações, reunir seus comandantes a bordo da fragata *Graça Divina* e expor o plano de ataque desenvolvido pelo chefe do Exército do Sul, pontuou as ações da marinharia. A primeira consistia em mandar as embarcações de desembarque para a praia do forte do Patrão-Mor. Elas ficariam incumbidas pela transposição das tropas escaladas para o primeiro assalto dos baluartes inimigos, expressivamente, os fortes do Mosquito e da Trindade. Assim que tivessem sido tomados, como sinal de sucesso, efetuariam três foguetes sucessivos, ainda à noite, para de dia hastearem as bandeiras portuguesas³⁹⁰.

Segundo os cálculos do primeiro-piloto José Correia Lisboa e seu *Mapa das embarcações que compunham...*, estavam estimadas em torno de 172 canhões, 745 marinheiros e 325 artilheiros/infantes, somando um total de 1.070 homens.

Mapa das embarcações que compunham a armada naval, que se achava fundeada no forte do Patrão-Mor, no porto do Rio Grande de São Pedro, a qual assistiu ao combate da tomada da terra da margem do Sul do mesmo rio. Comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra Jorge Hardcastle³⁹¹

Embarcações	Comandantes	Patentes	Peças	Calibre	Homens	Infantaria	Quantidade
Nossa Senhora da Graça	Jorge Hardcastle	Capitão-de-mar-e-guerra	22	8/3	200	50	250
Fragata Nossa	Antônio José Pegado	Capitão-de-mar-e-	14/0	4/8	60	30	90

³⁸⁹ Boehm a Lavradio, Acampamento de João da Cunha, 11/03/1776, Adendo, In, Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, pp. 475.

³⁹⁰ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, pp. 479-480.

³⁹¹ *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 97-120, p. 118.

Senhora da Glória		guerra					
Corveta Nossa Senhora da Vitória	José Correia de Melo	Capitão-tenente	8/6	6/3	60	30	90
Corveta Invensível	Pedro de Marins	Capitão-tenente	18	8	70	30	100
Corveta Belona	José Joaquim Cassão	Capitão-tenente	18	8	70	30	100
Corveta Nossa Senhora da Penha	Agostinho da Rosa Coelho	Tenente-do-mar	8	6	45	25	70
Sumaca S. Sacramento	João Favila Bitencurt	Tenente-do-mar	14	4	45	20	65
Sumaca Nossa Senhora do Monte	Bernardo Ribeiro	Tenente-da-armada	10	4	45	25	70
Sumaca São José	João Ignacio	Primeiro-piloto	14	4	45	20	65
Corveta Dragão	Mateus Ignacio	Primeiro-piloto	8	3	30	10	40
Bergantim Bom Sucesso	Manoel da Silva Duarte	Primeiro-piloto	8	3	30	10	40
Sumaca Nossa Senhora de Belém	José Maria de Medeiros	Primeiro-piloto	10	4	45	25	70
12 embarcações que fazem a quantidade de.			172	...	745	325	145

Organizada a armada, dadas às ordens << foram atacar o forte do Mosquito saltaram em terra na praia, que trazião destinada, sem serem presentidos, por ser uma praia quase deserta >>, nesse ínterim << depois de postos em forma de marcha, lhes saiu uma ronda de poucos homens a perguntar quem eram >> sendo << logo desbarataram >>. Dali, << picando a marcha, foram logo atacando o forte a espada; o que concluíram em forma que as 4 horas e um quarto fizeram o sinal dos três foguetes >>³⁹². Na ação, ficaram 3 mortos e 8 feridos. Já os espanhóis tiveram o mesmo número de mortos, 11 feridos e 16 prisioneiros. Entre os feridos, estavam o capitão-comandante, um tenente e dois cadetes. A grande maioria da guarda castelhana, logo nos primeiros sinais de ataque, fugiu em retirada³⁹³. Já o ataque no forte da Trindade foi descrito por José Correia Lisboa:

³⁹² José Correia Lisboa, *Relação e mapas [...]*, pp. 97-120, p. 111.

³⁹³ Abeillard Barreto, *A opção portuguesa [...]*, p. 243.

Os que foram atacar o forte da Trindade tinham por destino do seu desembarque a praia entre este e o da Mangureira, que era menor distância e mais cultivada do que a do Mosquito, porém algumas das nossas lanchas, que levavam a tropa, encalharam em uma coroa, que fica fora da Mangureira, e pela parte de dentro dela estava um bergantim do inimigo armado em guerra, do qual foram presentidos e dele receberam fogo; porém como as mais lanchas já estavam na praia sem o toque de corôa, saltou ao mar a tropa com água pela cintura, com as espadas nos dentes e as cartucheiras a cabeça, com a eficaz advertência, que lhe faziam os oficiais de não molharem a pólvora, e se formaram para acometer o forte enquanto as lanchas encalhadas se puseram em terra prontas; porém os tiros, que atirou a embarcação do inimigo as nossas lanchas, encheram de confusão a tropa inimiga, que guarnecia o forte da Mangureira, os quais entregues ao descuido não corriam no acerto: seguiu a nossa tropa o destino da sua ordem para o forte da Trindade, e com brevidade fez o sinal com os três foquetes³⁹⁴.

As tropas lusitanas não conseguiram realizar o ataque simultaneamente, entretanto foi efetuado com precisão. As tropas castelhanas ficaram tão apavoradas e perdidas no evento, que a embarcação que havia lançado rajadas de artilharia contra as embarcações lusitanas << com o escuro, entrou a atirar ao forte [do Saco da Mangureira] na consideração de que [os portugueses] estavam nele >> só cessaram o fogo << aos repetidos clamores dos que nele se achavam >>, anotou o piloto José Correia Lisboa.

Em meio ao entreveio, a confusão foi generalizada. Enquanto as tropas << que guarneciam o forte do Mosquito, retiravam-se desordenadas e cheias de temor, uns para a fortaleza da Barra e outros para o forte do Triunfo >>, já << as tropas da guarnição do forte da Trindade retiravam-se com a mesma confusão e alaridos para o forte da Mangureira >>. Como combinado, após a ocupação das fortalezas << voltaram logo as lanchas, as do forte do Mosquito para o Lagamar, e as da Mangureira para o quartel do tenente-general [João Henrique Boehm] >>, para ali << embarcar o coronel Sebastião Xavier com quatro companhias do seu regimento em socorro do sargento-mor José Manoel para o Forte da Trindade >>. Já << nas lanchas do Lagamar embarcou o brigadeiro Chichorro com quatro companhias do seu regimento para socorro do sargento-mor Manoel Soares Coimbra para o forte do Mosquito >>. Feito o transporte, a ocupação dos forte, << a luz do dia >>, << entraram a fazer fogo aos navios inimigos >> que << observando o desigual partido, ignorando o estado, em que os seus estavam em terra, e vendo as embarcações da nossa armada já com as velas, largas para os acometer, largaram as amarras por mão e se fizeram a vela para a barra >> com vento favorável.

³⁹⁴ José Correia Lisboa, *Relação e mapas [...]*, pp. 97-120, p. 111.

O desespero das tropas castelhanas foi geral. Soldados lançavam-se ao mar. Outros ateavam fogo aos quartéis. Embarcações ardiam em chamas. Pouparam a pólvora com medo de explosões. << o forte do Triunfo, que está entre o Mosquito e a Trindade, atirava ao mesmo tempo aos seus navios, para que dessem fundo e sustentassem o combate, e os navios não lhe obedeceram >>. Enquanto isso, a esquadra lusitana, ao passar pelo forte do Ladino, sofreu intenso fogo, sofrendo alguns danos. Nas palavras do piloto José Correia Lisboa:

Naquele mesmo tempo passava a nossa esquadra combatendo-se com o forte do Ladino, e chegando a nossa fragata Graça ao alcance do tiro do forte do Triunfo, lhe fez este fogo, deu a nossa fragata fundo, e logo que os da retaguarda passaram o Ladino, fez sinal para todos darem fundo, onde se achavam: os da retaguarda ainda se achavam no alcance das balas do forte do Ladino, e os da vanguarda no alcance das balas do forte do Triunfo, porém os do forte do Ladino suspenderam o fazer fogo a esquadra, e foram largando-o aos armazens da pólvora e quartéis; em forma que neste forte só ficou a artilharia; o mais tudo se reduziu a cinzas. Porém pelo contrário o forte do Triunfo fez fogo a esquadra até as 5 horas da tarde, de sorte que obrigou as fragatas da vanguarda a espiarem para fora do alcance das balas, e pelas 5 horas da tarde, vendo que as nossas tropas lhe formavam um cordão para o cercar, e que não tinha esperança de socorro, arriou a bandeira e dispôs a dritça, e a gente se pôs em restirada.

Pelas 8 para as 9 horas da manhã do dia 1º de abril já se achava ardendo fogo nas referidas partes, e os navios dos inimigos encalhados, o forte da Mangueira abandonado com artilharia encravada, a tropa inimiga marchando sem ordem para a vila, e somente o Triunfo fazendo fogo a esquadra, e a fortaleza da barra inimiga fazendo fogo a nossa³⁹⁵.

Entre os portugueses, na tomada do forte da Trindade, houve um único ferido. Já os espanhóis tiveram baixa de um morto, 14 feridos – entre eles o próprio comandante do forte – e 2 prisioneiros. O reduto da Mangueira foi desocupado antes mesmo das 8 horas da manhã. No primeiro tiro que recebeu do forte da Trindade, a guarnição desorientada rumou em direção à vila. << A fortaleza [del San Juan Baptista] da barra do inimigo sustentou um sucessivo fogo a nossa até as 8 horas da noite, quando suspendeu e o largou ao armazém da pólvora, e encravou a artilharia, e se retirou com tambor batente >>. Na manhã do dia 2 de abril, as tropas entraram na fortaleza da barra e na vila, como de costume, << acharam a artilharia encravada >>.

A armada castelhana foi desmobilizada. Algumas naufragaram, outras foram queimadas. Como podemos ver na relação descrita pelo capitão José Correia Lisboa:

³⁹⁵ José Correia Lisboa, *Relação e mapas [...]*, pp. 97-120, p. 114.

Mapa das embarcações que compunham a Armada Espanhola, e se achavam no porto do Rio Grande de São Pedro, no combate do dia 19 de fevereiro de 1776, e na tomada da terra da margem do Sul do mesmo rio no dia 1º de abril do mesmo ano, e fim que tiveram na mesma ocasião³⁹⁶.

Embarcação	Comandante	Fim que tiveram	Peças	Calibre	Homens
Galeão Nossa Senhora das Dores	D. Jozé Emparama	Naufragou	18/2	4/6	80
Bergantim Santiago	D. Francisco Xavier Morales	Navega	18/2	4/8	80
Setia Misericórdia	D. Felipe Lopes	Navega	20	4	60
Setia São Francisco	D. Francisco Idiaquez	Naufragou	20	4	60
Bergantim Santa Matilde	D. Manoel Pando	Naufragou	16/2	4/12	50
Bergantim Pastoriza	D. João Jozé Iriaga	Queimou-se	12/2	4/12	50
Sumaca Columbra	Desarmada	Navega	-	-	5
Sumaca Nossa Senhora do Carmo	Desarmada	Queimou-se	-	-	-
8 embarcações, com a quantia de			110		402

Ao marquês do Lavradio, Boehm resumiu o ataque: << a surpresa foi completa! >>. Só não foi melhor, segundo ele, se a esquadra portuguesa << composta de maneira adequada, tivesse podido aproximar-se da espanhola, que estaria irremediavelmente perdida >>. Não faltaram elogios aos granadeiros, << assim como seus oficiais, são dignos de todo louvor e estima. Igualmente, seus comandantes >>. Entretanto, << todo o mérito desta ação pertence às tropas. Não contribui senão com a simplicidade do plano e com o sigilo, antes do momento da execução >>, concluía ele dizendo: << minha vaidade ficou extremamente exacerbada vendo o amor das tropas por mim, a ponto de esquecer que sou estrangeiro >>³⁹⁷.

A tomada das fortalezas castelhanas, sequencialmente – Forte do Mosquito, Forte da Trindade, Forte do Saco da Mangueira, Forte do Triunfo e Fuerte del San Juan Baptista da Barra – impossibilitava qualquer ação dos comandantes castelhanos. Às 5 horas da tarde, Boehm enviou ao coronel Miguel de Texada, comandante do Rio Grande, um manifesto que pedia a entrega da praça.

³⁹⁶ José Correia Lisboa, *Relação e mapas [...]*, pp. 97-120, p. 119; citado em: Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 487.

³⁹⁷ Boehm a Lavradio, Acampamento de João da Cunha, 3/04/1776, In, Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 489.

Pelas 6 horas da tarde do dia 1º de abril, chegou uma lanchinha de mando do general espanhol a pedir ao nosso lhe desse três dias para se retirar da vila; ao que respondeu o nosso, que lhe dava só três horas, e que não lhe fizessem a vila o que aqueles oficiais haviam feito na Mangueira aos navios e armazéns, pois só mereciam ser castigados com a pena de acendetários. Foram com esta resposta e pela meia noite mandaram outra vez; acharam ao nosso general recolhido, e dizendo-lhes o ajudante das ordens que S. Ex. estava descansando, e que pela manhã lá mandava a resposta, retiraram-se; e pela manhã, quando foi a resposta, achar o deserta a vila, mostrando os adversários ir tão temerosos que deixaram tudo; até o general deixou a sua secretária com os papéis de importância.

No dia 2 de abril, logo de manhã, entraram as nossas tropas na fortaleza da barra e ao mesmo tempo na vila, e em ambas acharam a artilharia encravada; e no da vila muita quantidade de barris de pólvora, que tinham botado da muralha abaixo, e vinham parar ao rio, onde se perderão: largaram bandeiras, e a fortaleza da barra salvou com 21 tiros³⁹⁸.

A 7 de abril, num domingo de Páscoa, dando por finalizada a reconquista, Boehm deu ordem para << cantaram na igreja o Te-Deum em ação de graças, a que assistiram todos >>³⁹⁹.

³⁹⁸ José Correia Lisboa, *Relação e mapas [...]*, p. 115.

³⁹⁹ José Correia Lisboa, *Relação e mapas [...]*, pp. 97-120, p. 116.

4 O INIMIGO QUE NUNCA ADORMECE: A CONQUISTA CASTELHANA DA ILHA DE SANTA CATARINA

A reconquista da vila do Rio Grande pelas tropas luso-brasileiras acabou com uma ocupação de 13 anos das tropas castelhanas.

Por outro lado, a tomada da vila do Rio Grande pelas tropas luso-brasileiras gerou um esforço militar de retaliação da coroa madrilenha pela perda da possessão. A frente das tropas castelhanas, mais uma vez, um velho conhecido na América do Sul e nas lutas pelo domínio dos espaços fronteiriços, Pedro de Cevallos. Não mais como governador de Buenos Aires, mas como vice-rei do Rio da Prata. A Esquadra formada no porto de Cádiz, maior armada enviada em direção ao Atlântico Sul. O principal objetivo era tomar as três possessões portuguesas no extremo sul: Ilha de Santa Catarina, o Continente do Rio Grande de São Pedro e a praça de Colônia do Sacramento.

As autoridades castelhanas, ao decidirem começar pela Ilha de Santa Catarina, encontraram o porto desabrigado. O comandante da Esquadra havia zingrado para o Rio de Janeiro após encontrar algumas embarcações castelhanas. Consequentemente, uma a uma as fortalezas capitularam. Sem dar um único tiro as tropas luso-brasileiras desocuparam os fortes. Após diversos Conselhos de Guerra, os militares responsáveis pela defesa da Ilha, decidiram pela capitulação na praia do Cubatão. Essas e outras questões serão levantadas neste capítulo.

4.1 A expedição em direção ao Atlântico Sul

No Rio de Janeiro, a notícia foi recebida com alegria. Logo após saber das ações realizadas no extremo sul da América, pelas tropas luso-brasileiras, Luís de Almeida não demorou para responder ao comandante das tropas do Sul, João Henrique Boehm, felicitando-o e demonstrando toda satisfação do Reino e do vice-reino. Na carta de 22 de abril de 1776, de forma talvez um pouco exagerada, descreveu como a notícia foi recebida na capital:

[...] nesta capital [Rio de Janeiro] não posso explicar a V. Exa. o alvoroço e contentamento que causaram estas notícias, desde o último moleque até a pessoa mais distinta. Estas gentes têm parecido como doidas. Logo que se

espalharam as notícias, os que as recebiam em suas casas saíam da mesma forma em que se achavam, a buscar os seus amigos para lhes comunicar, indo abraçando as pessoas que encontravam pela rua, e estas continuavam a ir para outras partes do mesmo desassossego, que não parecia esta cidade que um motim de alegria. O dia em que ela chegou era de muita chuva, porém nada embaraçou a que todos andassem pela rua, vestissem as melhores galas que tinham, vindo congratular-se comigo, fazendo V. Exa. todos aqueles elogios que não só são dignos de V. Exa., mas com que eles todos procuram mostrar a V. Exa. o seu agradecimento⁴⁰⁰.

Um dia antes, no dia 21 de abril, Boehm tomou novas providências. Para desafogar o estreito canal do Rio Grande determinou que a fragata *Nossa Senhora da Glória* e o bergantim *Nossa Senhora do Bom Sucesso* rumassem para a Ilha de Santa Catarina, e a corveta *Nossa Senhora da Penha de França* e as sumacas *Nossa Senhora de Belém* e *Nossa Senhora do Monte do Carmo*, para o Rio de Janeiro. Essas últimas levavam alguns prisioneiros castelhanos, além dos << livros e papéis encontrados no gabinete do coronel Molina >>, entre eles o comandante encontrou << duas cartas topográficas do terreno que está entre o Rio Grande e o Chuí e entre o sangradouro, a lagoa Mirim e o mar >>⁴⁰¹.

Uma semana depois, portanto, ainda no mês de abril, Boehm recebeu a determinação de Luís de Almeida para suspender as ações de guerra. Cumprindo as ordens do Reino, Lavradio enviou o capitão-de-dragões, José Carneiro a Buenos Aires, com a missão de estabelecer conversações com Vértiz⁴⁰², que só recebeu as novas orientações de suspensão de hostilidades a 10 de maio, << quase um mês e meio após aquelas duas refregas, em Santa Tecla e no Rio Grande >>, quando haviam sido datadas em Madrid em 10 de janeiro. Quando as orientações chegaram à praça de Colônia do Sacramento foram logo repassadas a Vértiz. A 12 de maio, Francisco José da Rocha << fez a devida comunicação >>. Respondendo Vértiz << com uma carta sua, à qual juntou uma cópia da ordem que estava passando, naquela mesma data de 20 de maio de 1776 >>⁴⁰³.

Em finais de junho, as notícias sobre as derrotas em Santa Tecla e na vila do Rio Grande chegaram à Europa. Os relatórios de Vértiz não eram nada animadores para a

⁴⁰⁰ Lavradio a Boehm, Rio de Janeiro, 22/04/1776, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Mss. 13, 4, 3, doc. 5. In, Abeillard Barreto, A opção portuguesa [...], p. 250.

⁴⁰¹ João Henrique Boehm, Mémoires relatifs à l'expédition au Rio Grande, de la quelle je fus chargé par le Roi Don José I, depuis le decembre de 1774 jusqu'à sa fin a l'an d'79 avec mes lettres écrites au Marquis de Lavradio Vice Roi du Brésil, Biblioteca Nacional, Lisboa, p. 72, In, Abeillard Barreto, A opção portuguesa [...], p. 251.

⁴⁰² Tau Golín, A Fronteira, 1763-1778 [...], p. 523.

⁴⁰³ Abeillard Barreto, A opção portuguesa [...], p. 261.

corte espanhola. Rapidamente o gabinete buscou resposta lusitana sobre os acontecimentos. A 28 de junho, o ministro Grimaldi pediu satisfação ao embaixador Sousa Coutinho, em Madrid, sobre as ações militares no Continente do Rio Grande. Pombal, sem perda de tempo, intensificou a aproximação com as cortes europeias, utilizando como principal argumento a demora das instruções de suspensão das hostilidades ao Rio de Janeiro e ao Continente, as quais atingiram o seu destino depois que os eventos já tinham sido consumados⁴⁰⁴.

Nesse momento, o ministro lusitano tentava conter os embaraços nas negociações com a coroa espanhola. Em Londres, o embaixador espanhol Masserano, utilizando das notas do marquês de Grimaldi, acusava Pombal abertamente de culpado pelos ataques na vila do Rio Grande e Santa Tecla. Segundo ele, Pombal aproveitou-se da << boa fé e da sua superioridade de forças para invadir o forte [Santa Tecla] e a cidade de [Rio Grande] >>. Por esse motivo, pedia para que a Inglaterra, em carta ao lord Suffolk, << impedisse tais abusos ou abandonasse Portugal >>. Considerando os eventos na América do Sul, acreditava Masserano que os ingleses << não se meteriam em nossas disputas se se limitarem somente à América e nos deixariam recuperar o que ali nos pertence, do modo que nos pareça, contando que não nos excedamos nos limites daquilo que é verdadeiramente nosso >>. Cautelosamente, o lord respondeu para o embaixador espanhol << esperar que ainda se acharia algum modo de dar plena satisfação ao rei de Espanha >>. A 6 e 8 de julho, novamente Pombal enviou << duas cartas instrutivas >> ao embaixador português Sousa Coutinho, em Madrid, para oferecer explicações aos representantes e as acusações de Grimaldi. Segundo Pombal, as << desagradáveis notícias >> enviadas pelo ministro espanhol, << em Lisboa, não eram conhecidas >>, que só chegaram a corte a 6 de julho⁴⁰⁵.

Em julho de 1776, parte dos prisioneiros espanhóis, especialmente da marinharia, estavam na Bahia, para serem enviados a Lisboa. Entretanto, diante da repercussão negativa da reconquista do Rio Grande na Europa, principalmente das críticas do marquês de Grimaldi e do embaixador Masserano, o ministro Martinho de Melo e Castro revogou a orientação sobre o destino europeu dos prisioneiros. Porém, a ordem tardou a chegar, pois as primeiras remessas já tinham sido destinadas e, as embarcações: *Nossa Senhora da Nazareth*, *Rosário*, *Nossa Senhora do Loreto*, *São*

⁴⁰⁴ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 530.

⁴⁰⁵ Abeillard Barreto, *A opção portuguesa [...]*, pp. 261-262.

José, Nossa Senhora do Carmo, São Domingos, Sacramento, Nossa Senhora do Pilar e Santo Antônio, zarparam em direção ao Reino com os prisioneiros, principalmente dos navios castelhanos *Nossa Senhora do Rosário* e *São Francisco Xavier*, de bandeira espanhola⁴⁰⁶.

Sem uma resposta frente as ações lusitanas no sul da América, a coroa espanhola tomou novas providências. A *orden real* de 12 de julho, encaminhada a Vértiz como carta complementar, determinava uma contra-ofensiva a reconquista do Rio Grande, com 8.000 homens, partindo de Cádiz, para conquistar a Ilha de Santa Catarina, a praça de Colônia do Sacramento e demais localidades conquistadas pelos lusitanos. A ordem estabelecia estratégias de desembarque na Ilha, além de ordenar aos comandantes o apresamento de qualquer embarcação portuguesa que encontrasse pelo caminho, devia ainda, cortar a comunicação do Rio de Janeiro com o Rio da Prata.

[...] el gobierno de Portugal ha faltado a sus reiteradas promesas de conservar la paz, en esos dominios, y con que ha ofendido su Soberano decoro en la guerra abierta que está haciendo contra ellos; y a este fin ha dispuesto S. M. que en el mes de Ag.^{to} inmediato, a principios de septiembre salga de Cádiz una expedición compuesta de seis Navíos de Línea, seis fragatas, igual número de paquebotes, e saetías, con otros baxeles menores de guerra, y las embarcaciones de transporte capaces de conducir ocho mil hombres, con dos Trenes de Artillería de Batir y de Campaña, y las municiones y pertrechos correspondientes.

El primer objeto de esta considerable expedición (que en desembocando las Islas Canarias, apresará cuantas embarcaciones portuguesas encuentre sobre los mares) debe ser la conquista de la Isla de S.^{ta} Catalina para que destruidas las Fuerzas Navales, y Terrestres que el enemigo tenga en ella, y apoderadas nuestras armas de aquel puesto importantísimo, quede cortada la comunicación del Janeiro con el Rio de la Plata facilitando de consiguiente la toma y destrucción de la Colonia del Sacram.^{to} (que es preciso arrasar y cegar su Puerto) y la recuperación de los demás territorios y fuertes de que se han apoderado injustamente los portugueses. I supuesto que en el número de los ocho mil hombres de desembarco se comprehenden seiscientos dragones, procederá V. S. inmediatam.^{te} con toda reserva, y la mayor actividad a prevenir los caballos y lomillos necesarios para su montura luego que lleguen a ese destino, pues irán a él desde S.^{ta} Catalina con las demás Tropas y fuerzas navales que no se necesiten para aquella conquista, y su conservac.ⁿ; y también acopiará V. S. sin pérdida de tiempo, y con la misma cautela, todos los carros, carretas, bueyes, ganados, y mantenimientos que serán precisos para los Trenes de Artillería, sitio de la Colonia, y hacer la guerra en todo ese país, [...] I como con esta noticia de las activas providencias que ha dictado el Rey para socorrer esos dominios suyos, y tomar la correspondiente venganza sobre los pérfidos enemigos que los hostilizan [...]⁴⁰⁷.

⁴⁰⁶ Martinho de Melo e Castro a Lavradio, 20/06/1776, *ABN*, 1979, v. 99, p. 25; Ofício da Mesa da Inspeção da Bahia e do governador da Bahia para o ministro Martinho de Melo e Castro, junho e julho de 1776, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 326-329; Tau Golín, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 532.

⁴⁰⁷ Real Orden, Madrid, 12/07/1776, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 400-406, pp. 403-404.

Dessa forma, em agosto de 1776, a Espanha criou o vice-reino do Rio da Prata, sediado em Buenos Aires, tendo como principal objetivo conter o avanço luso-brasileiro e dar uma resposta à reconquista do Rio Grande no extremo Sul da América, pois com a reconquista os espanhóis perderam o domínio sobre as possessões conquistadas por Cevallos, em 1763. Ninguém melhor que o próprio para recobrar o domínio. Pedro de Cevallos⁴⁰⁸ foi nomeado << Virrey Gobernador y Capitán General de las de Buenos Aires, Paraguay, Tucumán, Potosí, Santa Cruz de la Sierra, Charcas y de todos los Corregimientos, Pueblos y Territorios a que se extiende la Jurisdicción de aquella Audiencia >>, a coroa madrilenha nomeava-o << para mandar la expedición que se apresta en Cádiz, con destino a la América Meridional, dirigida a tomar satisfacción de los portugueses, por los insultos cometidos en mis Provincias del Río de la Plata >>⁴⁰⁹.

Pombal foi previamente informado sobre a Armada montada nos portos espanhóis. Conhecimento obtido através dos espias infiltrados na coroa espanhola <<

⁴⁰⁸ Sobre a expedição de Pedro de Cevallos ao Rio da Prata existe uma vasta literatura, desde obras clássicas até mais recentes. Sobre a expedição, ver: Alfonso Cevallos-Escalera y Gila, “La guerra hispano-portuguesa de 1776-1777 y la conquista de Santa Catalina”. *Revista de Historia Naval*. Madrid, año XIII, n.º 49 (1995), pp. 113-129; Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas*, La expedición del virrey Cevallos al Río de la Plata, Valladolid, V Centenario del Tratado de Tordesillas S.A., 1994; Aníbal Abadíe-Aicardi, “La idea del equilibrio y el contexto geopolítico fundacional del virreinato rioplatense”. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*. Colonia/Weimar/Viena, n.º 17 (1980), pp. 261-296; Aníbal Abadíe-Aicardi, “La isla de Santa Catalina y el Atlántico Sur en la visión geopolítica del virrey Cevallos”. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*. Colonia/Weimar/Viena, n.º 18 (1981), pp. 45-72; Aníbal Abadíe-Aicardi, “La Relación exacta versificada de la expedición de Cevallos a Santa Catalina y el Plata (1776-1777)”. *Historia y Bibliografía americanistas*. Sevilla, v. 18, n.os 2-3 (1974), pp. 153-194; Antonio Bermejo de La Rica, “Antecedentes diplomáticos de la campaña de D. Pedro de Cevallos en el Uruguay en 1777”, *Revista de Indias*, Madrid, CSIC, n.º 8 (abril-junio 1942), pp. 323-371; Daniel Carballo, “La expedición militar de don Pedro Cevallos al Río de la Plata”. *Revista de España*, t. X, Madrid, 1869, pp. 350-375; Enrique Arana, Expedición de don Pedro de Cevallos al Río Grande y Río de la Plata, En Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, *Anais do Segundo Congresso de Historia e Geografia sul-rio grandense em comemoração ao segundo centenário da fundação da cidade do Rio Grande*, v. 1. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1937, pp. 325-398; Enrique M. Barba, *Don Pedro de Cevallos*, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1988; Filemón Arribas, *La expedición de D. Pedro de Cevallos y la fundación del Virreinato del Río de la Plata, 1776-1778*, Valladolid, Imprenta Allén, 1930; Henrique Oscar Wiederspahn, “Invasões de Cevallos e Vértiz”, *RIHGRGS*, Porto Alegre, v. 16 (1er trimestre 1936), pp. 21-58; José Luis Alonso, “Don Pedro de Cevallos. El último resplandor de la gloria de España en América”. *RISTRE, Revista de Historia Militar de España y Latinoamérica*, Madrid, II Época, n.º 20 (2005), pp. 30-38; Juan Beverina, *La expedición de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977; Juan Carlos Luzuriaga, *Las campañas de Cevallos*, Defensa del Atlántico Sur, 1762-1777, Madrid, Almena, 2008; Octavio Gil Munilla, *El Río de la Plata en la política internacional, génesis del Virreinato*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1949; Ricardo Lesser, *La última llamarada*. Cevallos, primer virrey del Río de la Plata. Buenos Aires, Editorial Biblos, 2005; Rubén Álvarez Massini, “Montevideo y la expedición de 1777”, *Boletín Histórico del Ejército*, Montevideo, n.os 327-330 (2006), pp. 11-36.

⁴⁰⁹ Real cédula por la que se otorga a d. Pedro de Cevallos el título de Virrey, Gobernador y Capitan General de las provincias del Rio de la Plata, comprendiendo las de Buenos Aires, Paraguay, Tucuman, Potosi, Santa Cruz de la Sierra y Chacras, San Idelfonso, 1º/08/1776. *Campaña del Brasil*, [...], t. 3, pp. 412-413.

era que os castelhanos estavam organizando uma armada para invadir Santa Catarina >>. Não por acaso, ordenou ao marquês do Lavradio empenhar todos os esforços na defesa da Ilha e, como escreveu em 9 de setembro de 1776, << porque a maior urgência atual é a da referida Ilha de Santa Catarina >>⁴¹⁰.

Três meses após a nomeação de Pedro de Cevallos, a Armada estava pronta. Na Europa, a 2 de novembro de 1776, os pilotos, mestres e contra-mestres e toda a soldadesca apenas aguardavam ordem para zarpar. Contudo, os espanhóis tiveram de esperar alguns dias com as embarcações e demais petrechos de guerra ancorados no porto. Na baía de Cádiz, rondava a expectativa da viagem. A população observava toda a movimentação da marinharia, barcos de guerra e de transporte entrando e saindo do porto. Armas, comidas, bebidas, balas para os canhões e todos os tipos de instrumentos bélicos embarcados. Durante onze dias, a soldadesca movimentou-se pela baía. Cevallos, juntamente com Casa Tilly, era o responsável por uma das maiores armadas de guerra organizadas pelo império espanhol⁴¹¹.

Formada pela oficialidade ilustrada espanhola, a expedição devia demonstrar efetividade na defesa dos interesses da monarquia. Juan Marchena Fernández lembra que a Esquadra estava formada por muitos engenheiros e médicos, os primeiros da Escola de Matemática e os segundos da Escola de Cirúrgia, ambos de Barcelona⁴¹².

⁴¹⁰ Ofício do marquês de Pombal ao marquês do Lavradio, Lisboa, 9/09/1776, *ABN*, 1978, v. 98, pp. 222-223.

⁴¹¹ Óscar Rico Bodelón chama atenção para a consideração dada pela historiografia da esquadra organizada no porto de Cádiz. Segundo ele, a historiografia supervalorizou o evento: << mais considerável do que todas as que a Corte de Madrid já preparara >>. Maria Bernardete Ramos Flores, *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina, 1777*, Florianópolis, Ediufsc, 2004, p. 9. Bodelón, argumentou que durante a União Ibérica, em 1625, foi organizada uma frota com 54 navios e quatorze mil homens para invadir Salvador na Bahia. Além disso, os ingleses em 1741 tentaram invadir Cartagena na Índia com 186 embarcações e, em 1762 a mesma tentativa de invadir Habana com 53 navios de guerra. Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española de Santa Catarina (1777-1778)*, Uma Isla brasileña para Carlos III, Tesis Doctoral, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea, Universidad de Salamanca, 2013, p. 276. Para Marchena, em publicação recente, foi a maior expedição organizada pela Espanha para o exterior. Resultado de um grande esforço feito pela Marinha. Entretanto, lembra que o número de embarcações deve estar relacionado ao número de navios que existiam nos portos: 63 navios e 28 fragatas. Isso significa << que se movilizó solo el 6,3 % del total de los navíos de línea teóricamente disponibles, y el 25 por ciento de las fragatas. ¿El resto no pudo moverse, o no estaba en condiciones o no existía la marinería suficiente como para tripularlos? Realmente Carlos III comenzaba a vislumbrar uno de los problemas a los que se estaba enfrentando su Armada: su escasa capacidad operativa y la imposibilidad material de disponer de más de 15 navíos navegando a la vez >>, conclui Marchena. Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata [...]*, pp. 12-116, p. 65.

⁴¹² Entre os engenheiros estavam: Miguel Moreno, Francisco de Paula Esteban, Joaquín de Villanueva, Alejandro del Anglés, José del Pozo y Sucre, além de alguns professores como Ricardo Ailmer Burgos, Juan Escofet, Carlos Lemaury, Josep de Reseguín, Pino y Rosas, Félix de Azara, Lazaro de Rivera. No corpo de médicos destaca-se os nomes dos cirurgiões-maiores Francisco Puig e José Queraltó. Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata [...]*, pp. 12-116, p. 63. Para mais

A 13 de novembro, pelas interpretações do comandante da esquadra, havia bons ventos que favoreciam a navegação⁴¹³. << A las 9½, naquela mañana >>⁴¹⁴ zarpavam da baía de Cádiz 116 embarcações. Deixavam o porto ao som de batuques, festejos: 20 navios de guerra e 96 de transporte. Cádiz era um dos principais portos espanhóis de ligação com a América. Sediava a Casa de Contración desde 12 de maio de 1717, ano em que foi transferida via decreto imperial de Felipe V de Sevilha⁴¹⁵. O porto de Cádiz facilitava a manobra das grandes embarcações vindas da América e do comércio das Índias. Os castelhanos estavam armados com artilharia pesada, dispostos a atacar uma ou as três possessões portuguesas na América do Sul. Começava uma tempestuosa travessia que duraria três meses.

Casa Tilly operava com seis navios de Linha e seis fragatas, além de outros seis navios menores artilhados e outros transportes. Os navios de Linha, cinco eram de 74 canhões: *Poderoso*, *San Dámaso*, *Septentrión*, *Monarca* e *San José*; e um de 64, *Santiago la América*. Já às seis fragatas: *Santa Rosa* de 22, *Santa Margarita* de 34, *Santa Teresa* de 26, *Venus* de 28, *Liebre* de 34 e *Santa Clara* de 30⁴¹⁶.

Durante a travessia, a frota efetuou três paradas necessárias nas ilhas atlânticas, com o intento de reunir, abastecer e estipular novas ordens e direções. No dia 19 de novembro, ancoravam nas Ilhas Canárias. Novos comandos foram dados, e todas as

informações sobre os engenheiros na expedição de Cevallos, ver: Juan Marchena Fernández, Al otro lado del mundo, Josef Reseguín y su “generación ilustrada” en la tempestad de los Andes, 1781-1788, *Tiempos de América, revista de historia, cultura y territorio*, nº 12, 2005, pp. 43-111, p. 50.

⁴¹³ Francisco Manjon a José de Galvez, San Lorenzo, 18/11/1777, *AGI (MARCS)*, v. 26, t. 8.

⁴¹⁴ José de Galvez, Cádiz, 18/11/1777, *AGI (MARCS)*, v. 26, t. 8.

⁴¹⁵ A Casa de Contración regulava o tráfico comercial entre a Espanha e a América. Mais informações sobre a Casa de Contración, Ana Crespo Solana, La Casa de Contratación y la Intendencia General de la Marina en Cádiz (1717-1730), Cádiz, 1996; R Donoso Anes, *Una contribución a la historia de la contabilidad*, análisis de las prácticas contables desarrolladas por la tesorería de la Casa de Contratación de las Indias de Sevilla, Sevilla, 1996. Um importante trabalho sobre as motivações que levaram ao rei Felipe V na translação da Casa de Sevilha para Cádiz pode ser encontrado em: Carlos Simón Alonso Diez, *El Traslado de La Casa de La Contración a Cádiz – 1717*, Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2167.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2014; Richard Konetzke, *América Latina*, 24.ed, Madrid, Siglo XXI, 1993, p. 270.

⁴¹⁶ Sobre as embarcações, Marchena destaca: *Poderoso*, navio contruído em Guarnizo, em 1754, dois anos após a expedição (1799) foi afundado em um incêndio, após uma tempestade nos Açores. *San Damasco*, contruído em Cartagena, em 1776, foi capturada pelos ingleses em Trinidad em 1797, incorporada a Marinha Real permaneceu durante anos como um pontão em Portsmouth. *Septentrión*, contruída em Cartagena, em 1756, afundou na costa de Málaga em 1784, após uma tempestade. *Monarca*, construída em 1756 em Ferrol, capturada pelos ingleses em 1780 no Cabo Santa Maria (sul de Portugal), também foi incorporada a Marinha Real. *San José*, construído em 1769 em Guarnizo e, perdido em 1780. *Santiago la América*, construído em 1766 em Havana, sucateado por falta de carenagem em Cádiz em 1823. *San Agustín*, construído em Guarnizo em 1766, afundado em Trafalgar em 1805. *Serio*, construído em Guarnizo em 1754, desfeito por inutilidade em 1805. Juan Marchena Fernández, Del Tajo al Amazonas y al Plata [...], pp. 12-116, p. 64.

embarcações foram reunidas, ou boa parte delas. No dia seguinte, com as novas determinações do comandante atravessaram as ilhas Canárias e Tenerife⁴¹⁷. Nesta última, chegou o brigadeiro Juan Manuel Cagigal a sofrer de escorbuto, << a causa de arrojar mucha sangre por la boca >>⁴¹⁸. Com as embarcações alinhadas, alcançaram o Trópico de Câncer. Entre os dias 23 e 28, estavam nas Ilhas de Cabo Verde. As direções eram dadas através de tiros de canhão. Comunicação pouco ensaiada, que gerou grande confusão durante toda viagem. No dia 10 de dezembro, uma forte tempestade, misturada a um erro de navegação, cortou a comunicação entre a frota. Embarcações extraviadas, perdidas em meio a forte chuva; dadas como perdidas, posteriormente foram incorporadas. Uma segunda esquadra zarpou do porto de Cádiz com destino ao Rio da Prata, composta pelos navios *San Agustín* de 74 canhões (comandada pelo capitão-de-navios José Teachaín) e *Serio*, também com 74 canhões (comandada pelo experiente capitão-de-navios Francisco Javier Morales de los Ríos), além da fragata *Gertrudes* de 34 peças. A 27 de dezembro, seguia o comandante com 86 navios⁴¹⁹. Em caso de extraviado e/ou perda, havia instruções ainda de Cádiz aos comandantes:

Una de las primeras órdenes que se hicieran conocer en la navegación, decía así: En caso de que alguna de las embarcaciones, pierda de vista La Armada y que no pueda incorporarse a ella, seguirá su viaje, [...] hasta encontrar a la Escuadra en cualquiera de los puntos de reunión, y si en el ultimo no lo encontrare abrirá el cuarto pliego del Comandante general, y con arreglo a él

⁴¹⁷ Cevallos a Francisco Manjon a José Galvez, Abordo de El Poderoso, na embocadura entre as ilhas de Gran Canárias e Tenerife, 20/11/1776, *AGI (MARCS)*, v. 26, t. 9.

⁴¹⁸ Francisco Manjon a José Galvez, El Pardo, 28/01/1777, *AGI (MARCS)*, v. 26, t. 8; José de Galvez, Cádiz, 22/01/1777, *AGI (MARCS)*, v. 26, t. 8.

⁴¹⁹ “Extracto del Diario de la navegación que hizo la escuadra de SM y convoy al mando del Exmo. Sor Marqués de Casa-Tilli (sic), Theniente General de la RI Armada y los progressos de la Expedición a las órdenes del Exmo. Sor Dn Pedro de Cevallos, (Theniente General (ahora Capn General) de los Reales Ejércitos de SM y Virrey del Reyno del Buenos Aires”, BN, Mss. 21829, 4. *Apud*. Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 278. Marchena lembra que outra esquadra, ao mando do almirante Miguel Gastón, formada de navios de Linha (*Velasco*, *San Francisco de Paula*, *Oriente* e *San Eugenio*) e das fragatas (*Santa Catalina* e *Santa Gertrudis*), foram enviados a barra de Lisboa. << Fueron invitados y agasajados >> por Pombal, << quien señaló que nada tenían que temer si no afrontaban ninguna acción de guerra en aquel puerto, siendo como era española la reina >>. Ação incomum em tempos de guerra, da margem do Tejo partiram em direção as Canárias em missão de patrulha. Sobre os navios e as fragatas: *Velasco*, de 74 canhões, construída em 1764 em Cartagena, foi inutilizada também em Cartagena, em 1801. *San Francisco de Paula*, 74 canhões, construídos em Guarnizo em 1769, incendiaram-se em La Carraca em 1784 por acidente. *Oriente*, também conhecido como *San Diego de Alcalá*, 74 canhões, construído em 1753 em Ferrol. A partir de 1804, permaneceu em Ferrol como um pontão. Dois anos depois a falta de cuidado e por ter removido a vela e a artilharia para o serviço de outros navios, foi inutilizado. *San Eugenio*, o maior de todos, de 80 canhões, recém-construído em Ferrol, estava em sua primeira viagem. Foi demolido em Ferrol em 1804. *Santa Catalina*, de 26 canhões, construída em Guarnizo em 1767. *Santa Gertrudis*, de 34 canhões, também construída em Guarnizo em 1768. De Lisboa partiu para Cádiz e de lá partiu para o Rio de la Plata com os navios *San Agustín* e *Serio* como reforços para a expedição. Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata [...]*, pp. 12-116, p. 64-65.

seguirá su rumbo al puerto de Montevideo, em el río de la Plata, donde hasta que yo llegue estará a las órdenes del Gobernador de do Buenos Aires⁴²⁰.

Em Lisboa, a 29 de setembro de 1776, Martinho de Melo e Castro dava por certo uma investida à Ilha de Santa Catarina. O ministro esclarecia que << o armamento que se prepara em Cádiz, destinado para os portos do Brasil, sendo o principal e único objeto da sua direção ao Rio da Prata, com o fim de nos arrancar das mãos toda a parte meridional da América Portuguesa >>. O principal objetivo era ocupar os pontos nevrálgicos do extremo Sul. Os castelhanos, segundo informações dos espias infiltrados na corte espanhola, informaram o intento da expedição: << fazerem três ataques ao mesmo tempo, dois com tropas de terra na Colônia do Sacramento, e no Rio Grande de São Pedro, e o terceiro com as forças de mar na importantíssima Ilha de Santa Catarina >>⁴²¹. Portanto, as autoridades luso-brasileiras estavam previamente informadas. Contudo, a própria comunicação era lenta, demorada e, muitas vezes, quando chegavam ao destino, os acontecimentos eram outros. As determinações da coroa lusitana estavam intimamente ligadas à preservação das possessões do extremo sul. É certo que a praça de Colônia do Sacramento, o Rio Grande de São Pedro e a Ilha de Santa Catarina eram os principais pontos da expedição armada em Cádiz.

Em ofício ao governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes, o ministro e secretário de Estado Martinho de Melo e Castro emitiu a ordem para esse enviar ao porto do Rio de Janeiro a fragata *Princesa do Brasil*, sob o comando do capitão João Nocalão Schmerkel⁴²², juntamente com o brigadeiro José Custódio, para na capital receber as ordens que seriam dadas por Luís de Almeida. A ideia era manter em << melhor estado de defesa >> do porto da capital. Como já era de se esperar, os portugueses tinham conhecimentos dos preparativos espanhóis nos seus portos << ainda que sabemos que o grande armamento, que se prepara em Cádiz vai atacar-nos no sul do Brasil >>, presumiam que a expedição com o armamento suposto << devendo sair do dito porto de Cádiz até 20 do corrente >>. O ministro e secretário de Estado prevenia ainda << que se alguma embarcação de guerra ou de transporte castelhana, entrar em algum dos portos dessa Capitania, deve ser represada e segura de sorte, que não possa

⁴²⁰ Victorio de Navia, Extracto del viaje [...], pp. 456-463, p. 456.

⁴²¹ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 8/03/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 277-293.

⁴²² A ordem recebida por Nicolão de comandar a fragata, Ordem para o capitão-de-mar-e-guerra João Nicolão Schmerkel comandar a fragata *Princeza do Brasil*, Aviso do ajudante-de-ordens de Mac Douall, João da Costa de Athayde Teives, em 8/08/1775, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 341.

escapar >>. Os ministros portugueses acreditavam que << os castelhanos [eram] informados de que essa cidade se acha em estado de defesa >>⁴²³. José Custódio só partiu no dia 8 de dezembro, como informou Manuel da Cunha ao marquês de Pombal⁴²⁴. Nicoláo Schmerkel teve de ser substituído pelo capitão Thomaz Stivens. Nicoláo faleceu de << moléstia de desenteria >>⁴²⁵. Meses mais tarde, o governador Manuel da Cunha Menezes lamentava a morte do capitão em carta ao marquês de Pombal e, justificava, que esse fato, interferiu diretamente na demora do envio da tropa, além de << esfriar a maior parte dos ardentes desejos >>, referindo-se aos soldados << de apresentarem seus peitos ao inimigo >>⁴²⁶.

No final do ano de 1776, as preocupações do marquês do Lavradio estavam voltadas para o porto do Rio de Janeiro. Dessa forma, tratou de reforçar os pontos fortificados, organizar as tropas nas guarnições, além de eleger os principais comandantes para o defesamento. << E que se acaso o destino de nossos maus vizinhos, for de visitarem-me, que eu espero eles encontrarem no Rio de Janeiro menos condescendência, do que encontraram os franceses as vezes que aqui entraram⁴²⁷ >>, escreveu ele ao marquês de Pombal. O vice-rei determinou uma estratégia para a contenda: fechar a barra, empregar todos os navios mercantes e fundeá-los dentro da Fortaleza de Santa Cruz, onde harmonicamente formariam uma linha até a baixa da Fortaleza da Lage, e entre as embarcações passariam uma corrente de ferro. A prossecução do plano estratégico era formar uma segunda linha defensiva, caso os invasores passassem pela primeira. Ainda, << por detraz destas embarcações determino ter algumas lanchas e sumacas para serem incendiadas e se poderem lançar entre as dos inimigos >>, enquanto a fortaleza de Santa Cruz, da Lage e do Pico estariam incumbidas de lançar saraivadas de fogo de artilharia e morteiros pela retaguarda e pelos flancos da esquadra inimiga. O marquês do Lavradio mostrava-se otimista com o defesamento. Não acreditava na manobra ofensiva da armada espanhola. << [Os] castelhanos, é também a nação que menos podemos temer, e que nos pode atacar com

⁴²³ Martinho de Mello e Castro a Manuel da Cunha Menezes, Palácio da Ajuda, 9/10/1776, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 331; Manuel da Cunha Menezes a Lavradio, Bahia, 23/11/1776, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 335-336.

⁴²⁴ Manuel da Cunha Menezes a Pombal, Bahia, 8/10/1776, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 336.

⁴²⁵ Manuel da Cunha Menezes a Pombal, Bahia, 25/01/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 337; Tenente Pedro de Mendonça de Moura a Martinho de Mello e Castro, Bahia, 31/01/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 338; Manuel da Cunha Menezes a João Nicoláo Schmerkel, Bahia, 10/12/1776, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 338-339.

⁴²⁶ Manuel da Cunha Menezes a Pombal, Bahia, 10/02/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 341.

⁴²⁷ Refere-se, muito provavelmente, as conquistas francesas de 1710 e 1711, no Rio de Janeiro.

menos intrepidez e desaforo >>, escreveu ele ao marquês de Pombal. Contudo, planos bem mais ambiciosos eram preparados⁴²⁸.

A 20 de novembro de 1776, Luís de Almeida recebera uma carta do marquês de Pombal, na qual o ministro reforçava a necessidade defensiva da Ilha de Santa Catarina, além de enviar << uma relação das forças de que se compõe a esquadra, com que os castelhanos nos pretendem atacar; e um papel de notícias particulares, sobre diferentes circunstâncias desta mesma esquadra >>⁴²⁹. Sem perda de tempo, o vice-rei escreveu ao general Furtado de Mendonça e ao comandante da esquadra estacionada na Ilha. A carta enviada aos responsáveis pela defesa continha uma carta topográfica e uma cópia das instruções para a defesa.

4.1 As últimas instruções ao comandante da Esquadra do Sul

O comandante da esquadra fundeada na costa da Ilha mostrou-se, num primeiro momento, determinado a cumprir às disposições recebidas de Luis de Almeida. Carvalho e Melo informava ao vice-rei o conhecimento obtido através dos seus espias infiltrados na coroa espanhola. Contudo, com relação à defesa em mar: << [é] quase impossível o fazer-se serviço útil com a pequena esquadra que temos >>, respondeu Mac Douall a Luís de Almeida. O vice-rei, sem contrariar o comandante irlandês, reforçou o argumento ao ministro e secretário do Reino, dizendo existirem três fragatas inteiramente incapazes de servir na guerra – *Assumpção*, *Nossa Senhora da Glória* e *Galião* –, além de duas que serviam de << fantasmas >> no porto do Rio de Janeiro⁴³⁰. As queixas não paravam por aí. O comandante denunciava o estado das embarcações. A defesa por mar era penoso. Argumento aceito e legitimado pelo vice-rei. A fragata *Nossa Senhora do Nazareth*, por exemplo, estava em estado deplorável. O comandante não << atrevia fazer serviço com ela, sem que primeiro se lhe fizesse o grande concerto que necessitava >>, acrescenta Lavradio, << a isto a mandei a Bahia como já dei conta a V. Exa., e igualmente a pequena Fragata – Graça Divina – que também necessitava de algum concerto >>.

⁴²⁸ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 31/10/1776, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 268-273, pp. 270-271.

⁴²⁹ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 20/11/1776, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 273-277, p. 273; Lisboa, BNP, Códice 10624, fl. 191v.

⁴³⁰ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 20/11/1776, *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 273-277, pp. 273-274.

Outras embarcações também estavam em péssimo estado. O navio mercante *Príncipe do Brasil*, utilizado como fragata, ancorado na baía, encontrava-se totalmente arruinado devido às constantes operações de guarda-costas nos mares do sul. A *Nau Ajuda* nem saiu do porto da Ilha de Santa Catarina, pois não tinha condições de conserto. Apenas outro navio mercante utilizado constantemente como fragata, *Nossa Senhora do Pillar*, estava em bom estado e em condições. Somado a esses problemas, coube ao marquês do Lavradio encontrar alternativas defensivas para o sistema marítimo⁴³¹.

Somado aos problemas das embarcações estava o de relacionamento entre as autoridades responsáveis pela defesa das possessões. As queixas de Luis de Almeida eram de desobediência e soberba por parte do comandante da Esquadra do Sul. Luís de Almeida referia-se a Mac Douall como um comandante difícil, de personalidade complicada.

Ao chefe tenho tratado com os maiores obséquios, como se ele fora o maior dos meus amigos, e não fora aquele que tanto tem ultrajado a minha pessoa e o meu lugar.

Ele entrou em minha casa com a mesma soberba que sempre; ele porém que estava receoso de como eu o trataria, e que na sua consciência tinha muitos remorsos a meu respeito, se tem visto tão confuso que não pôde deixar de declara-se comigo, com umas demonstrações de ternura que não é próprio do seu caráter, nem da sua nação.

Eu lhe respondi palavras formais—*meu Chefe, V.Sa. é um estrangeiro, e não tem ainda tempo de conhecer a força dos termos da nossa língua: eu de couza nenhuma do passado fiz caso, porque estou certo que se V.Sa. soubesse das desacertadas palavras com que fazia os seus discursos, V. Sa. se não serviria nunca delas, assim pelo respeito que devo ao meu lugar, como porque certamente há de conhecer, que eu como quem sou, não era capaz de sofrer-lo*”⁴³².

Por outro lado, somados aos problemas relacionais, estavam os estratégicos. A 17 de novembro, estacionado na Baía de Guanabara, Mac Douall foi chamado para uma audiência pelo marquês do Lavradio, na qual recebeu as *últimas instruções* depositadas na correspondência da coroa lusitana de 9 de setembro. O comandante da Esquadra do Sul refutou boa parte delas. Segundo ele, com as embarcações que dispunha, não tinha meios suficientes para efetuar qualquer resistência. Além disso, o plano proposto por

⁴³¹ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 20/11/1776, *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 273-277, pp. 273-274.

⁴³² Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 20/11/1776, *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 273-277, p. 276-277. (Grifo nosso).

Luís de Almeida era concentrar a esquadra na Enseada das Garoupas, numa tentativa frustrada de neutralizar a Armada castelhana, enquanto fosse atacada pela retaguarda:

Pelo que toca porem á Esquadra visto a sua pouca força, pareceu-me que o lugar mais próprio para esta estar, era a Enseada das Garoupas, onde fica abrigada de todos os ventos, e tem excelente fundo; e indo os castelhanos atacar a Ilha, podemos daquele lugar excelentemente ataca-los pela sua retaguarda fazendo-lhe a possível destruição, e ao mesmo passo lhe divertirmos a força com que eles quizessem fazer o seu ataque: e no caso deles nos quererem ali atacar, como o não podem fazer senão oferecendo-os por cada vez, iguais forças aquelas que nós ali temos, e neste caso temos nós muita vantagem sobre eles, me parece que este é o único meio de poder-mos tirar utilidade da nossa esquadra⁴³³.

Três dias depois, a 20 de novembro, Mac Douall reforçou as críticas ao estado das embarcações disponíveis para uma resistência e, no dia seguinte, a bordo da nau *Santo Antônio*, escreveu 11 artigos, nos quais apresentou sua visão sobre a defesa da Ilha de Santa Catarina e a estratégia do governo português de efetuar uma vigorosa resistência.

Por outro lado, na carta que acompanhou as *últimas instruções*, o marquês de Pombal esclareceu ao comandante da Esquadra do Sul os planos da Armada montada em Cádiz sob o comando de Pedro de Cevallos. Segundo o ministro, no tocante ao intento do governo espanhol, o general castelhano devia << passar com efeito a Buenos Aires, para estabelecer naquela cidade o seu novamente creado vice-reinado, e para dali nos atacar >>, sendo o principal objetivo da Armada << a conquista da referida Ilha de Santa Catarina >>⁴³⁴.

No primeiro artigo da *instrução*, Pombal trata da geografia da Ilha. Como referência, utilizou a carta topográfica enviada para o vice-rei. O marquês lembrou que na Baía Norte estava uma grande enseada, seguindo o porto que começa na fortaleza de São José da Ponta Grossa até vila, ainda << pode contar as maiores Armadas do Mundo >>⁴³⁵. Mac Douall lembra que a enseada é << navegável para as naus de Linha e em parte nenhuma tem menos de quatro braças de água, com fundo limpo, e em parte

⁴³³ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 20/11/1776, *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 273-277, p. 276; José d'Almeida Correia de Sá, *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal*, 2º Marquez de Lavradio, 3º Vice-Rei do Brasil, São Paulo, Editora Nacional, 1942, pp. 90-91.

⁴³⁴ Pombal a Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 13/08/1776, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 436-437, p. 436; pp. 437-440, p. 438.

⁴³⁵ Última instrução sobre a Ilha de Santa Catarina, acompanha a carta de 9/09/1776, Pombal a Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9/09/1777, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 440-444, p. 440.

nenhuma tem menos largura do que quatro milhas; das Ilhas de Ratones até a vila, só podem navegar embarcações de quatorze palmos >>.

No segundo artigo, Sebastião José reitera a importância da Ilha e do porto. Mac Douall, preventivamente, rememoriza a existência de << portos e baías bastante para desembarque >>. No seguinte, Pombal relembra as cidadelas existentes na Baía Norte. O comandante da esquadra responde ao artigo 3, dizendo que:

A pequena fortaleza de Ponta Grossa, não pode resistir a Nau de cinquenta peças meia hora, nem a fortaleza de Anhatomerim pode resistir a uma nau de sessenta peças por mais tempo; e a inconsiderável força da Ilha de Ratones grande, não pode resistir a uma fragata, e a Ilha de Ratones pequena não tem nem nunca teve fortaleza.

No quarto artigo, o trabalho e o projeto do engenheiro José da Silva Pais são lembrados, da construção de uma fortaleza na terra firme, onde o brigadeiro construiu apenas uma, a qual defendia o estreito ao pé da vila. A passagem de uma embarcação << somente com vento feito ou com remos >>. A coroa acreditava que as forças luso-brasileiras levariam vantagens topográficas. Contudo, o problema não estava no sopé da vila e do continente. Os fortes eram distantes um do outro e a costa era extensa. Os castelhanos, sem dificuldades, conseguiriam << desembarcar todo junto em qualquer baía, em toda a costa de mar sem dificuldade >>⁴³⁶.

Entretanto, segundo a leitura dos práticos lusitanos << a corrente, e direção das mesmas águas >> dificultavam a ancoragem de embarcações. Essas intempéries somavam ao sistema defensivo montado na Ilha. As fortalezas construídas, acreditavam as autoridades lisboetas, estavam prontas para fazer uma rigorosa resistência. A tríade defensiva << não permitem que embarcação alguma passe além da Ilha de Anhatomerim, sem ir direita a meio tiro de bala desta Ilha, a receber na proa os golpes das balas, que dela se atirarem: as quais, sendo vermelhas, ou incendiárias, farão maior estrago >>⁴³⁷. As sugestões do marquês de Pombal deparavam com a oposição do chefe da Esquadra do Sul. Mac Douall, contraditoriamente, escreveu ao marquês do Lavradio:

Não há corrente nenhuma nem maré, que embarace qualquer não ou embarcação, para bordejar dentro ou fora a sua vontade, como tem sempre

⁴³⁶ Bicentenário da transferência da capital [...], Robert Mak Dóval, Bordo da Nao de Sua Magestade, Sancto Antonio, 21/11/1776, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 335-337, p. 335.

⁴³⁷ Última instrução sobre a Ilha de Santa Catarina, acompanha a carta de 9/09/1776, Pombal a Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9/09/1777, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, 1941, pp. 440-444, p. 440.

praticado toda a Esquadra debaixo do meu comando. E notório que não há um baixo nem banco de área em parte nenhuma, para embarçar a passagem de qualquer nau das maiores; e como as fortalezas da Ponta Grossa e Anhatomerim não cruzam as balas, nenhuma precisão tem as naus para chegarem a meio tiro de peça, quando podem passar fora do alcance delas⁴³⁸.

Mac Douall concordava com a importância estratégica da Ilha de Santa Catarina, mas criticava veemente o sistema defensivo. Já Sebastião José acreditava que as fortalezas, não apenas cruzariam fogo de artilharia, mas eram inacessíveis⁴³⁹. Um dos expoentes defensivos da Baía Norte, por exemplo, a fortaleza de São José da Ponta Grossa, considerava << formada de um rochedo inacessível >>. A cidadela armada de << diferentes baterias, em que nele se acham montadas noventa peças, ou perto delas >>⁴⁴⁰. Mac Douall, contradiz a recomendação e a visão do marquês, dizendo:

E notório e conhecido que da ponta das Canasvieiras, até a fortaleza da Ponta Grossa que são mais de duas léguas; que toda aquela parte da Ilha de Santa Catarina é terra baixa e bancos de área (exceto um quarto de milha defronte da Ilha dos Franceses que tem pedras, que não embarçam qualquer desembarque) é uma continuada praia mais plaina que a praia que a praia de Coima, em que os habitantes portam com canoas a todas as horas a sua vontade, e da Ponta Grossa até a vila se passa sem embaraço com cavallos-carros e a pé. Suposto que o capitão-de-mar-e-guerra Guilherme Roberto quer dizer espingarda sem fechos, porque ainda que tem augmentado muito as pessoas, depois daquele tempo não se acha metade daquele número entre pequenas e grandes, e muitas das que há não são capazes de fazer um tiro⁴⁴¹.

As outras fortalezas, também estavam, segundo o governo lusitano, concentradas no planejamento e segurança da Ilha. No oitavo artigo, o Sebastião José entende que a fortaleza de Santo Antônio, localizada na Ilha de Ratones, << é suficientemente fortificada >>⁴⁴². Completa Mac Douall, dizendo que existiam na fortaleza 10 peças de artilharia, de 3 a 4 calibres, localizadas a cinco milhas da fortaleza de Santa Cruz (Ilha de Anhatomirim)⁴⁴³.

⁴³⁸ Bicentenário da transferência da capital [...], Robert Mak Dóval, Bordo da Nao de Sua Magestade, Sancto Antonio, 21/11/1776, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 335-337, p. 335.

⁴³⁹ É importante lembrar que as fortalezas haviam sido construídas, boa parte delas, na administração de José da Silva Pais. E, durante todo esse tempo, desde as primeiras construções (1749) o sistema nunca foi testado. E, de fato, nunca foram.

⁴⁴⁰ Última instrução sobre a Ilha de Santa Catarina, acompanha a carta de 9/09/1776, Pombal a Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9/09/1777, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, 1941, pp. 440-444, p. 440.

⁴⁴¹ Bicentenário da transferência da capital [...], Robert Mak Dóval, Bordo da Nao de Sua Magestade, Sancto Antonio, 21/11/1776, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 335-337, p. 336.

⁴⁴² Última instrução sobre a Ilha de Santa Catarina, acompanha a carta de 9/09/1776, Pombal a Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9/09/1777, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, 1941, pp. 440-444, p. 441.

⁴⁴³ Bicentenário da transferência da capital [...], Robert Mak Dóval, Bordo da Nao de Sua Magestade, Sancto Antonio, 21/11/1776, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 335-337, p. 336.

O marquês expôs seus conselhos estratégicos. Através dos práticos navais entabulou uma << cadeia de embarcações >> com grossa artilharia. Uma série de baterias flutuantes formadas entre as fortalezas, incumbidas de cobrirem e segurar os flancos. A Esquadra, mantida << ancorada, e segura, detrás da dita cadeia, dentro do referido Reconcavo [...] abrigado de todos os ventos >>⁴⁴⁴. O comandante extenuou a impossibilidade estratégica arquitetada pela administração lusitana. Segundo Mac Douall:

É impraticável o fazer-se cadeia de embarcações, para fechar o canal de mais de uma légua; e ainda que se fizesse pouco importa cadeia de embarcações pequenas, onde podem chegar naus nem baterias flutuantes, onde as naus podem chegar ao pé delas, nem pode a gente ficar no seu posto na bateria flutuante, porque as armas miúdas de uma nau logo a há de destruir; e nada vale uma Esquadra recolhida de traz de semelhantes embarcações; as naus de guerra devem proteger as embarcações e não as embarcações as naus, sendo certo que é praticável embarcações pequenas o suportarem artilharia grossa⁴⁴⁵.

Sebastião José parecia acreditar numa ação contraofensiva eficiente. A Esquadra do Sul, atrás da << cadeia de embarcações >> estava em salvaguarda. Não só protegida de qualquer Armada << por muito superior em força >>, mas segura pelos flancos e retaguarda pela artilharia das fortalezas de Santa Cruz, São José e Santo Antônio. Nesse artigo 11, Pombal cita cinco questões essencialmente defensivas da Ilha. Primeiro, o inimigo teria dificuldade de manobrar pela << estreiteza do canal >>, não conseguindo efetuar qualquer manobra e, possivelmente, as embarcações acabariam por << encalhar nas praias opostas; ou nos baixos adjacentes a ela >>; segundo, a esquadra inimiga ficaria sob fogo cruzado, disparados, principalmente da fortaleza de Santa Cruz; terceiro, as << baterias formadas sobre os altos rochedos >> não permitiriam qualquer passagem no inimigo; quarto, os inimigos, também, receberiam fogo das bandas da artilharia da cadeia luso-brasileira e dos navios postados entre as cidadelas; e, por último, as embarcações inimigas não conseguiriam << retirar-se >> sem encalhar << nos baixos, e praias que ficam a leste das mesmas ilhas >>. Concluiu Pombal, envaidecido pela paz vivida na Ilha durante tanto tempo, << e por isso não houve até agora poder algum marítimo, que intentasse ir combater dentro a um porto fortificado, e

⁴⁴⁴ Última instrução sobre a Ilha de Santa Catarina, acompanha a carta de 9/09/1776, Pombal a Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9/09/1777, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 440-444, p. 441

⁴⁴⁵ Bicentenário da transferência da capital [...], Robert Mak Dóvall, Bordo da Nao de Sua Magestade, Sancto Antonio, 21/11/1776, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 335-337, p. 336.

defendido em circunstâncias tão desvantajosas como as referidas, e em sítio tão estreito, e rodeado por toda a parte de tão iminentes perigos >>⁴⁴⁶.

De certa forma, Sebastião José tinha razão, pois a única invasão sofrida pela Ilha foi pelas tropas comandadas por Pedro de Cevallos. Que mesmo sem as defesas marítimas, quando Mac Douall zingrou com a Esquadra do Sul para o Rio de Janeiro, Cevallos ordenou as tropas o desembarque nas Canasvieiras. Portanto, mesmo sem qualquer obstáculo marítimo para passar sobre as fortalezas da Baía Norte, os comandantes espanhóis foram cautelosos, não navegaram, receando um ataque concentrado das fortalezas luso-brasileiras.

Por outro lado, Mac Douall reafirmou a impossibilidade e impraticabilidade da ação estratégica entabulada pela coroa lusitana.

Com as respostas dos artigos acima mostram que a nossa Corte está enganada, em consequência nenhuma das propostas são praticáveis; eu acho a maior imprudência pôr a nossa inconsiderável pequena Esquadra no saco de uma baía para ficar até o inimigo entrar a sua vontade, com superior força, que infalivelmente há de destruir tudo; nem posso eu responder por semelhantes medidas, e como eu também conheço que não há outra defesa para a Ilha de Santa Catarina, só a Esquadra que a pode defender; a nossa pequena Esquadra deve ficar solta de toda a sorte, para aproveitar qualquer vantagem que o vento ou manobra lhe pode dar, para embaraçar o formidável inimigo ou para se retirar, em caso que não achem semelhante ocasião, e não perdermos estas que temos quando não podemos recrutar com mais, ou aproveitar a ocasião de atacar a alguma parte do Rio da Prata, em quanto elas estiverem em Santa Catarina⁴⁴⁷.

Mac Douall não comentou os outros artigos das *instruções*. Esclareceu a Luís de Almeida a impossibilidade de formar a << cadeia de embarcações >> em frente às fortalezas da Baía Norte, pois a inviabilidade defensiva era porque, tanto na Ilha como na terra firme, existiam boas praias para o desembarque. Segundo ele, os inimigos conseguiam desembarcar e marchar sem embaraço, tanto na Ilha, como no continente, além de a frente em qualquer cidadela. O comandante da Esquadra do Sul insistia na inexistência de tropas em terra. Segundo ele, tanto as fortalezas como a vila estavam sem força suficiente para efetuar uma vigorosa resistência.

⁴⁴⁶ Última instrução sobre a Ilha de Santa Catarina, acompanha a carta de 9/09/1776, Pombal a Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9/09/1777, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 440-444, p. 441.

⁴⁴⁷ Bicentenário da transferência da capital [...], Robert Mak Dóval, Bordo da Nao de Sua Magestade, Sancto Antonio, 21/11/1776, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 335-337, pp. 336-337.

Eu torno a repetir que as fortalezas não valem nada, em quanto não houver tropa em terra para defender o desembarque, o que é impossível porque tanto da Ilha como da terra firme, não há meia légua sem boas praias para desembarque, e caminho para marcharem de trás das fortalezas a sua vontade para a vila, que tem bem pouca defesa⁴⁴⁸.

A bordo da nau *Santo Antônio*, concluiu Mac Douall ao marquês do Lavradio, citando a falta de informações da coroa lusitana, possivelmente a leitura dada pelo próprio vice-rei, de que na Ilha << se podem passar cem braças sem um rio ou fonte corrente de água cristalina, o que basta para mostrar o pouco boa informação que tem a nossa corte da situação da Ilha, porto e Continente da Capitania de Santa Catarina. O monarca que tiver maior força pelo mar, sempre podem ser senhor da Ilha de Santa Catarina >>⁴⁴⁹.

Sem chegar num consenso, Luís de Almeida montou suas próprias instruções.

4.2 A missão de socorrer os portos

Os generais castelhanos já tinham acertado que a ofensiva começaria pela Ilha de Santa Catarina. Cevallos, estava convencido dos problemas militares e defensivos da Ilha eram os mesmos presenciados por ele, quando aportou pela primeira vez na Ilha. A oficialidade luso-brasileira era inconsensual. Do vice-rei ao general Furtado de Mendonça não havia entendimento. O comandante da esquadra, Robert Mac Douall, multiplicava as queixas diante das embarcações em péssimo estado e da impossibilidade de realizar uma resistência caso a Ilha fosse atacada. A 9 de setembro, o marquês de Pombal enviou uma carta seguida das *últimas instruções* do plano defensivo. Recrudescia a ordem e os cuidados com o território, onerando ao marquês do Lavradio o encargo de monitorar e organizar as defesas em terra e mar. Dois meses depois, a 17 de novembro, fundeava na Baía de Guanabara, Robert Mac Douall, comandante responsável pela segurança e defesa dos portos do Brasil. Lavradio, chamou o comandante para uma audiência; nessa, transmitiu as ordens recebidas de Lisboa a 9 de setembro e as *últimas instruções*. Mac Douall redarguiu, dizendo não ter meios disponíveis para efetuar uma rigorosa resistência. Luís de Almeida preparou então,

⁴⁴⁸ Bicentenário da transferência da capital [...], Robert Mak Dovall, Bordo da Nao de Sua Magestade, Sancto Antonio, 21/11/1776, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 335-337, p. 337.

⁴⁴⁹ Bicentenário da transferência da capital [...], Robert Mak Dovall, Bordo da Nao de Sua Magestade, Sancto Antonio, 21/11/1776, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 335-337, p. 337.

instruções diretas ao comandante da esquadra. Em 18 artigos, onerou ao tenente-coronel, com as forças do sul sob seu comando, que realizasse uma rigorosa resistência. A 9 de dezembro, Mac Douall recebeu das mãos de Luís de Almeida as *instruções* e a ordem de zarpar o mais rápido possível para a Ilha de Santa Catarina. Lavradio acreditava, ou fingia acreditar, ter forjado a defesa naval da Ilha.

No Conselho de Guerra em Lisboa, ao apresentar sua defesa, o comandante da Esquadra do Sul tinha em mãos as *instruções* do vice-rei e nelas fez suas objeções. A cada encaminhamento de Luís de Almeida, Mac Douall escreveu ao lado seu posicionamento; na maioria das vezes, contrariando Lavradio. Entretanto, quando recebeu as instruções no Rio de Janeiro seguiu sem contrariar as ordens da corte, assim como do vice-rei.

Para a expedição, o comandante navegaria com as naus *Nossa Senhora dos Prazeres*, *Nossa Senhora de Belém* e *Santo Antônio*, sendo que esta última ele próprio comandava. Para reforçar a defesa marítima, tinham ainda as fragatas *Princesa do Brazil*, *Graça Divina*, *Nossa Senhora de Nazareth* e *Nossa Senhora do Pillar*, além de duas pequenas embarcações de guerra, *Invencível* e *Nossa Senhora da Conceição*, que completavam a defesa anfíbia. A nau *Nossa Senhora dos Prazeres*, aquebrantado, necessitava de reparos. A fragata *Nossa Senhora de Nazareth* nunca chegou ao destino.

No quarto artigo, Lavradio reconhece o parco poderio militar naval: << as forças com que se diz virem os castelhanos atacar-mos, são muito maiores que aquelas com que nos presentemente nos achamos >>, escreveu ele. Assim mesmo, o vice-rei, tentou prestigiar o comandante, dizendo: << V.S. préstimo, honra e valor de todos os que tem a honra de servir nesta esquadra >>. Mac Douall, intransigente e irretorquível responde: << são só cumprimentos >>.

As medidas não eram suficientes. Era preciso um plano de guerra. Lavradio tinha uma carreira militar pouco expressiva. Apenas o comando de um Regimento em Cascais durante a Guerra dos Sete Anos. Exteriorizava a insuficiência de qualidades militares expondo suas debilidades estratégicas. No quinto e no sexto artigo, contradiz-se de tal forma que torna patente suas incapacidades de comando. << Qual será o primeiro lugar atacado, de como virá a esquadra formada, se em uma ou mais divisões >>, questionava o vice-rei. O plano estratégico de Luís de Almeida consistia em esperar as embarcações castelhanas – diminutas pela grande travessia, completamente desorientadas, segundo o vice-rei – no porto da Ilha ou atacá-los ainda em alto mar <<

em que tenham menos força >>. Relutante, o comandante, não aceitou. Para Mac Douall, tais estratégias << é feito somente para se livrar o Sr. marquês vice-rei e confundir as operações desta esquadra, fundado em me fazer responsável por impossíveis e pelas consequências que mostram >>, declarou ele.

Contraditoriamente, no sexto artigo, Lavradio escreveu << no porto de Santa Catarina, ainda no lugar em que a nossa esquadra tem ali estado; não estão as nossas embarcações demaziadamente seguras, e por outra parte, como estamos tão descobertos, virão logo os castelhanos no conhecimento da inferioridade das nossas forças >>. Mac Douall contra-argumenta o vice-rei, dizendo: << diz expressamente que a esquadra não deve estar no porto de Santa Catarina >> e ainda, onerou << continuar para defender o dito porto >>. Ordem, lembrou o comandante, vai << contra as ordens de S.M. >>.

Através dos peritos navais e da leitura da carta topográfica, Lavradio confabulava diferentes estratégias defensivas. Se em terra a Baía Norte tinha suas defesas baseadas nas fortificações, a costa necessitava de defesas marítimas. Mas qual o sítio mais apropriado? Segundo Luís de Almeida:

[...] Porto das Garoupas não só é porto mais abrigado, mas como fica mais retirado, pode estar mais comodamente a nossa Esquadra e não será tão depressa vista e além disto, daquele porto, poderemos vil-os atacar na sua retaguarda ou atacar-lhe alguns navios que venham mais ronzeiros ou saírmos a atacá-los no Rio da Prata, conforme as circunstâncias nos mostrarem ser mais vantajoso.

Mac Douall, disse não concordar com a estratégia. Entretanto, as observações foram apresentadas ao Conselho de Guerra, em Lisboa. Logo que rumou a Ilha de Santa Catarina, o comandante cumpriu exatamente o plano de Luis de Almeida. E, como era óbvio, com a esquadra estacionada nas Garoupas, deixava o porto da Ilha desprotegido. << Por esta lembrança entendo que não devia arriscar a defesa do porto da Ilha de Santa Catarina, nem atacar a esquadra espanhola, somente em caso que achasse alguns soltos e o ataque do Rio da Prata >>, escreveu o comandante.

No oitavo e nono artigos esperançava o vice-rei virem os castelhanos em desordem. Com << navios roceiros >> perdidos, obrigando-os a << marchar em diferentes divisões >>.

[...] sucedendo isto assim nos teríamos grandíssima vantagem em os atacar divididos sobre a viagem, não só porque desta forma, dividido as suas forças os castelhanos, poderá compondo-se cada divisão de um número mais

competente a poderem ir sendo atacados separadamente pela nossa esquadra, mas porque é de esperar que em uma viagem de tão longo curso, eles não venham em estado competente para poderem receber um semelhante encontro e este inesperado sucesso em uma nação que não é das mais acauteladas, poderá causar-lhe tal desordem, que imediatamente se decida a glória pela nossa parte.

Ao apresentar as instruções ao Conselho de Guerra em Lisboa, Mac Douall refutou a hipótese lançada pelo marquês do Lavradio << que em uma viagem de tão longo curso, eles [os castelhanos] não venham em estado competente para poderem receber um semelhante encontro >>. Lembrou Mac Douall de que << não se achou o inimigo em separadas divisões, que trazem 10.000 homens de transporte, fora dos quais guarneceram as naus a sua vontade e tinham navios de hospital para todos os doentes que poderiam embarçar as suas naus e fragatas >>.

De acordo com as recomendações de Lisboa, Lavradio tramava atacar os castelhanos no Rio da Prata. Proposta essa dada pelo comandante da Esquadra do Sul em anterior correspondência⁴⁵⁰. Segundo o vice-rei, tal procedimento dependia da harmoniosa relação entre Mac Douall e João Henrique Boehm. << Não poderá ter todo o seu bom efeito, sem que entre nestas mesmas ideias o general do Exército do Sul, quando pareça justa esta lembrança deve primeiro concertar-se este plano com aquele general, a fim de que nem de outra parte, possa faltar nada do que se river ajustado >>, recomendou o vice-rei.

Nesse artigo 10, Mac Douall não apenas questionou o plano estratégico do marquês do Lavradio como declarou ser inviável uma ação ofensiva no Prata. Tanto pela assimétrica relação com o tenente-general Boehm, como pela dificuldade de manobra para tal empresa: << Isto não pode ter efeito por falta de concorrências do general do Exército do Sul, e o mesmo Sr. Vice-Rei [além da] duvidosa passagem de Santa Teresa [...] e somente foi isto posto para livrar de si o artigo das ordens de S. M. >>.

A ação ofensiva entabulada pelo marquês do Lavradio foi duramente criticada pelo comandante da Esquadra no Sul. Mac Douall, no 11 artigo, no qual o vice-rei reforça a iniciativa bélica no Prata, salienta a inoperância estratégica do vice-rei por tê-lo mandado tardiamente efetuar tal empresa. << Se me ordenasse que fosse em direitura

⁴⁵⁰ Sebastião José também, acreditava e, provavelmente era essa a leitura feita por Luís de Almeida, que antes de tentar um ataque a Ilha de Santa Catarina, o comandante navegaria até o Rio da Prata para tomar posse do Cabildo.

ao Rio da Prata, em 12 de dezembro (tempo próprio), teria tempo bastante para destruir a navegação e forças navais daquele Rio, antes do inimigo chegar a esta Costa e a nossa Esquadra bastaria para este serviço >>, escreveu o comandante. As forças navais luso-brasileiras, tinham de aproveitar o << tempo do ano que era próprio >>, favorecia a navegação e uma ação-ofensiva eficientes. Contudo, << proibiram-se as vantagens >>, registrou Mac Douall.

Luís de Almeida meneava entre um ataque em alto mar ou no Rio da Prata. Uma ação marítima era uma das grandes estratégias segundo o vice-rei. Acreditava, veemente, que as forças navais espanholas, durante a travessia, perderiam embarcações e era a grande chance de serem interceptadas pelas forças luso-brasileiras. Após a invasão, lembrou o comandante da Esquadra do Sul, << o ataque no Rio da Prata não foi possível, como se mostra pelas razões sobreditas; o apanhar a Esquadra espanhola separada, não pude; porque as achei todas juntas e para as atacar em todo a força era temeridade, nem a prudência o permitia, nem poderia esta Esquadra escapar de uma inevitável >>. Com forças insuficientes, Mac Douall estava << absolutamente proibido o arriscá-la a semelhantes conflitos >>.

Entretanto, Lavradio insistia na ideia de obsidiar os portos castelhanos. Enquanto o inimigo estivesse empenhado no desembarque das tropas, fossem nos portos da Ilha de Santa Catarina, Rio de Janeiro ou Bahia, as forças navais luso-brasileiras atacariam o porto de Montevideu e demais portos capazes de servir aos castelhanos.

Se porém a nossa Esquadra, com a maior vigilância e ardor, enquanto a Esquadra Castelhana se intretém com a Ilha de Santa Catarina ou com a entrada do Porto da Bahia ou do Rio de Janeiro, passar ao Rio da Prata, atacar Montevideu e os mais portos que tem naquele Rio os castelhanos, fazendo-se a estes pela parte de terra ao mesmo tempo, o mais vigoroso ataque, assim o general do nosso Exército do Sul, como ainda o governador da Colônia, saindo daquela Praça, com toda a gente que poder, poderemos entretanto tomar aos castelhanos o único Porto, aonde eles se podem ir reparar dos esfragos que receberem na viagem.

No artigo 14, Lavradio preocupou-se com o sistema defensivo terrestre da Ilha de Santa Catarina, ao que Mac Douall respondeu << isso são suposições que não pertencem a esquadra >>. No seguinte, enfatiza que, caso << os castelhanos tomem a Ilha >>, o governador e o general << não cederão sem terem buscado primeiro na terra firme um posto vantajoso aonde possam sustentar-se com mais segurança do que tinham na Ilha >>. As autoridades luso-brasileiras estavam incumbidas de destruir armamentos

e demais instrumentos bélicos, concluía o vice-rei, << não deixarão na Ilha coisa nenhuma que possa ser capaz dos castelhanos se aproveitarem para suprirem a sua necessidade ou se repararem dos estragos que tiverem recebido >>. O comandante respondeu após a investida castelhana.

Este artigo me confirma que a defesa da Ilha de Santa Catarina, nunca foi entendida praticável ou em lugar deste artigo as minhas ordens devião ser para consultar com o general e governador no plano da defesa da Ilha e porto de Santa Catarina, e não falar em destruir os gêneros e víveres dos habitantes e em retiradas para o continente em lugar de vigorosa defesa pelo mar.

Lavradio insistia na ação obsidional dos portos no Rio da Prata. Contava com a ação conjunta do comandante da Esquadra do Sul, do comandante do Exército do Sul e do governador da praça de Colônia do Sacramento. Tomados os portos, << não tendo os castelhanos outros socorros mais que os que trazem, tendo encontrado mais resistência e embaraços do que supunham; tendo gasto mais tempo do que imaginavam, que eles se verão reduzidos a extrema necessidade, e que será infalível a sua destruição >>. Mac Douall define a estratégia do vice-rei como apenas << palavras vagas >>. O exército do Rio Grande não tinha condições de << intentar semelhante ataque e guarnecer >>, o governador da Colônia << não pode sair da praça em nenhum modo >> e, a esquadra, da mesma forma, não << deve intentar nada >>.

Ao finalizar as Instruções, no artigo 17, Lavradio recomendava atenção e vigilância << para a esquadra não ser surpreendida >>. Mac Douall devia manter duas embarcações, << das mais veleiras >>, circulando pela costa marítima, a fim de << com antecipação poder ser informada de toda a novidade, já seja pelas notícias que lhe derem as embarcações que encontrarem portuguesas ou por elas terem descoberto alguns das mesmas embarcações dos castelhanos >>.

Por fim, no último artigo, o vice-rei autorizou o comandante a tomar as disposições necessárias para manter os portos em segurança. Mac Douall podia << juntar mais alguma coisa >>. O comandante critica o marquês, dizendo que tentou se eximir da entrega da Ilha.

Este capítulo e a 5º mostram as políticas do sr. vice-rei, para se livrar a si e encarregar-me a mim, com as suas políticas reflexões, o que mostra que o intento de todas as ordens que tenho recebido dele, é embaraçar a vigorosa defesa da Ilha de Santa Catarina e intentar o arriscar a total destruição da Esquadra, para salvar a Ilha, nem de 20 de outubro, em que chegou a notícia desta formidável Esquadra Castelhana até agora temos armado nem uma

única embarcação na América para ajudar o rebater a Esquadra Espanhola. O iate de Perné foi o único socorro que esta Esquadra teve.

A 6 de dezembro, Furtado de Mendonça toma conhecimento da partida de Mac Douall, antes de zarpar do Rio de Janeiro e receber as instruções do vice-rei. Lavradio comunicou ao general as demais disposições a tomar. << Ao sobredito chefe tenho ordenado os diferentes serviços que deve fazer, vistas as forças e situação em que presentemente nos achamos >>, escreveu ele⁴⁵¹.

Luís de Almeida reconhecia a inferioridade de forças navais frente à Armada castelhana organizada em Cádiz. Receava o vice-rei acontecer na baía da Ilha de Santa Catarina um << combate com forças desiguais >>. As recomendações dadas ao comandante da Esquadra eram para << evitar aqueles conflitos e outros semelhantes >>. Mac Douall fora incumbido << de tirar as nossas naus e fragatas de guerra daquela baía ampla e aberta, e de as fazer recolher ao Rio Grande de São Pedro, e nos outros portos das Garoupas e dos que achar mais oportunos, e livres de perigo em toda aquela costa do Norte, onde poderem achar oportuno asilo e abrigo >>⁴⁵².

A 11 de dezembro de 1776, o vice-rei enviou instruções juntamente com dezoito artigos a Robert Mac Douall. Lavradio considerava o porto da Ilha inseguro. Segundo ele, deixava a Esquadra << tão descoberta, virão logo os castelhanos no conhecimento da inferioridade das nossas forças >>⁴⁵³. Em contrapartida, considerava o << Porto das Garoupas não só é porto mais abrigado, mas como fica mais retirado, pode estar mais comodamente a nossa Esquadra e não será tão depressa vista e além disto, daquele porto, poderemos vil-os atacar na sua retaguarda >>⁴⁵⁴.

4.3 A inércia da Esquadra do Sul na defesa da Ilha de Santa Catarina

A 12 de dezembro, com as intruções em mãos, zarpou o comandante com a missão de socorrer os portos, com destino à Ilha de Santa Catarina. Após seis dias em alto mar, Robert Mac Douall aportou na Ilha. Prontamente, no dia 17 de dezembro,

⁴⁵¹ Lavradio a Furtado de Mendonça, Rio de Janeiro, 6/12/1776, *In*, Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 315.

⁴⁵² Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 255, abr/jun., 1962, p. 334.

⁴⁵³ Instruções que o Vice-Rei Marquez de Lavradio deu ao Commandante da Esquadra, Roberto Mac-Donall, Rio de Janeiro, 11/12/1776, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 363-366, p. 364.

⁴⁵⁴ Instruções que o Vice-Rei Marquez de Lavradio deu ao Commandante da Esquadra, Roberto Mac-Donall. Rio de Janeiro, 11/12/1776, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 363-366, p. 365.

escreveu ao comandante do Exército do Sul, João Henrique Boehm, oferecendo seus serviços. Mac Douall insistia numa ação obsidional nos portos de Maldonado e Montevideu⁴⁵⁵. Tal ação era contestada por Boehm. As recomendações vinham de Lisboa. A coroa lusitana incumbia ao tenente-general João Henrique Boehm, ao chefe da Esquadra Roberto Mac Douall, << que ambos de acordo com o Governador da Colônia, vem expugnar os ditos castelhanos de Montevideu e Maldonado >>, facilitando << a invasão em Buenos Aires, vam render e saquear aquela importante cidade, ou tirar dela uma grossa contribuição e obriga-la a dar obediência a Sua Majestade >>. Sob o auspício da coroa lusitana fazer << sair dela prisioneiros todos os militares, e pessoas que sejam suspeitas de revoltas, para ficarem sendo reféns da referida obediência >>⁴⁵⁶.

Na Ilha, o comandante chegou com 14 embarcações. As naus *Santo Antônio* (comandada pelo próprio Mac Douall), *Prazeres*, *Belém*, *Ajuda*; fragatas incorporadas *Nazareth*, *Príncipe do Brazil*, *Princeza do Brasil*, *Pillar*, *Graça* e *São João*; além das corsárias *Invencível*, *Conceição*, *Sacramento* e *São Francisco Xavier*. << As quais se devem ajuntar com toda a brevidade neste porto, para serem ocupadas na defesa deste continente ou em qualquer outro serviço >>, escreveu o comandante.

Ao comunicar-se com Boehm, Mac Douall demonstrou incapacidade estratégica e confuso diante da notícia de << uma grandíssima esquadra espanhola >> pronta << para chegar a esta costa >>. Pelo poderio bélico << não devemos arriscar a batalha >>, escreveu receoso o comandante.

Nesse momento, compactuava com as recomendações estratégicas do marquês do Lavradio. O vice-rei, sem medir as consequências e o poderio militar castelhano, hipotetizou uma ação investida em alto mar. Atacar a Armada antes de ela fundear nos portos da costa brasileira, o choque seria marítimo. O projeto desenvolvido na capital era atacar com pequenas partidas a Esquadra espanhola, evitando, a todo custo, um confronto aberto. << Devemos aproveitar todas as vantagens que podermos, atacando com partidos ou aonde eles não estiverem todos juntos >>, escreveu Mac Douall a Boehm⁴⁵⁷.

⁴⁵⁵ O que Luís de Almeida propôs no Rio de Janeiro.

⁴⁵⁶ Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 334-335.

⁴⁵⁷ Mac Donall a Böhm, Ilha de Santa Catarina, 17/12/1776, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 361.

O comandante da esquadra do Sul mostrava-se confuso diante das instruções vindas do Reino e as dadas por Luís de Almeida. Como ele insistia num ataque ao porto de Montevideú.

Neste caso se V. Ex. tiver algum plano no Rio da Prata para me oferecer, para atacar o porto de Montevideú, em caso que os espanhóis venham atacar o porto de Santa Catarina, Bahia ou outro qualquer porto do Brasil, que possamos aproveitar o tempo para atacar Montevideú, em caso que seja verão, tempo em que não arrisquemos a destruição, pelos temporais e esteja V. Ex. na certeza que eu obrarei em conformidade com V. Ex., com todo o espírito e zelo, atacando pelo mar, quando V. Ex. quiser atacar pela terra⁴⁵⁸.

Boehm sem estender o diálogo discordou dos planos desenvolvidos por Luís de Almeida. A ofensiva no Rio da Prata era irresponsável. Ao mesmo tempo, eximia-se de qualquer plano estratégico, colocando nas mãos do governador da praça de Colônia do Sacramento a prossecução estratégica.

Agradeço a V. Ex. a boa notícia da sua feliz chegada a este porto, onde se há de reunir a Esquadra do Sul. O sr. marquês (de Lavradio), facultando-me para isto, farei sair com o primeiro vento favorável o *Invensível* e o *Sacramento*, o primeiro comandado pelo capitão-tenente Pedro de Mariz e o 2º pelo mestre João Barbosa da Silva e espero que se reunão a essa Esquadra com igual brevidade, que os despacho. Enquanto ao plano do Rio da Prata, não tenho nenhum, só o governador da Colônia pode tê-lo⁴⁵⁹.

Furtado de Mendonça e o governador Pedro Antônio da Gama Freitas, logo que Mac Douall ancorou no porto, foram ao seu encontro. A bordo da nau *Santo Antônio*, as três principais autoridades responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina forjariam uma estratégia defensiva. Confinados na embarcação, o Alto Comando luso-brasileiro estava em desacordo. Furtado de Mendonça deixou a nau consternado, considerou a conversa com o comandante da Esquadra do Sul uma afronta aos planos da coroa lusitana e seu legítimo abandono. A principal violação era deixar o porto da Ilha desguarnecido. << O projeto que V. Ex me remeteu, em que se determina que a esquadra deve defender este porto, vejo que ele esta no pensamento de sair desta barra com toda a esquadra para a enseada da Garoupas; e, como isto altera todo aquele plano >>, escreveu ao marquês do Lavradio o general⁴⁶⁰.

⁴⁵⁸ Mac-Donall a João Henrique Böhm, Ilha de Santa Catarina, 17/12/1776, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 361.

⁴⁵⁹ Böhm a Mac-Donall, Quartel-general da vila de S. Pedro, 2/01/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 361.

⁴⁶⁰ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 316.

No tocante ao objetivo defensivo, Mac Douall tinha ordens diretas do próprio vice-rei para posicionar a esquadra na Enseada das Garoupas e transformá-la num posto de comando marítimo. A estratégia contrariava os planos do comandante militar da Ilha. << Por mais que quis induzir o chefe a trabalhar de mão comum [...] para se acomodarem enquanto fosse possível ao plano >>, declarou Furtado de Mendonça em sua defesa, << não pôde alcançar dele outra coisa senão que pretendia ir para Garoupas, de que o não pude dissuadir com todas as razões, bem que pareceu balançava nele esta determinação >>⁴⁶¹.

A investida castelhana fora dada como certa, a 29 de setembro. Não havia mais dúvida sobre tal empreendimento militar. As autoridades lisboetas recordavam de tempo em tempo os oficiais luso-brasileiros. O fim último da Armada organizada em Cádiz era a América do Sul e a embocadura do Rio da Prata. << Por certo ser o armamento que se prepara em Cádiz, destinado para os portos do Brasil, sendo o principal e único objeto da sua direção ao Rio da Prata, com o fim de nos arrancar das mãos toda a parte meridional da América Portuguesa, e que os meios de o poderem conseguir >> – escreveu Lavradio ao ministro Martinho de Melo e Castro – << são o de nos fazerem três ataques ao mesmo tempo, dois com tropas de terra na Colônia do Sacramento, e no Rio Grande de São Pedro, e o terceiro com as forças de mar na importantíssima Ilha de Santa Catarina >>⁴⁶².

Mac Douall tinha o dever de proteger o porto da Ilha. As instruções eram para formar uma cadeia de embarcações armadas de grossa artilharia, acompanhadas de jangadas de baterias flutuantes entre as fortalezas flanqueadas existentes nas Ilhas de Anhatomirim e Ratones, a armada estacionada atrás dessa cadeia⁴⁶³. Contudo, o plano ficou no papel. << Nada de navios para o cordão, nada de baterias flutuantes, nada mesmo de conferência com o suplicante sobre a postura da esquadra para defesa da ilha >>, declarou em sua defesa o marechal Antônio Carlos Furtado de Mendonça⁴⁶⁴.

Mac Douall permaneceu na Enseada das Garoupas durante quase um mês, contrariando os planos da coroa lusitana. Na conferência com o marquês do Lavradio, argumentou << que a Esquadra dentro daquele porto, não serviria para outra coisa mais que para perder-se; que ela devia estar fora em parte donde podesse sair, a atacar os

⁴⁶¹ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 317.

⁴⁶² Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 8/01/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 277-293.

⁴⁶³ João Carlos Mosimann, *Ilha de Santa Catarina* [...], p. 44.

⁴⁶⁴ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 315.

navios da esquadra que viessem mais atrasados >>. O vice-rei, resoluto com as disposições do comandante, declarou: << a vista destas poderações lembrei-me do porto da enseada das Garoupas; achou o chefe excelente e o mais próprio para ali estar a esquadra >>⁴⁶⁵.

A 19 de dezembro, Furtado de Mendonça escreveu ao marquês do Lavradio, insistindo na ineficácia estratégica do posicionamento da Esquadra do Sul. O comandante contestava o plano oferecido a Mac Douall. Para Furtado de Mendonça, as embarcações estacionadas na Enseada das Garoupas, não apenas malogravam qualquer ação defensiva do porto da Ilha, como também reduziam sua guarnição. << A verdadeira defesa desta ilha deve ser a mesma esquadra, não só para defender o mesmo porto, mas porque a sobredita instrução diz que se aumentara com a guarnição das naus e navios não menos de 3 para 4.000 homens a favor da defesa desta importante ilha >>, declarou o general⁴⁶⁶.

A 8 de janeiro de 1777, um mês e pouco antes da chegada das tropas castelhanas, o vice-rei informou ao ministro Martinho de Melo e Castro a troca de posicionamento da Esquadra e

Como aquele oficial é de tanto crédito, as repetidas ordens de El-Rei meu senhor, assim dirigidas por V. Exa. como pelo senhor marquês de Pombal, todas me determinam eu confira com aquele oficial, a respeito dos serviços que deve fazer a esquadra, por ser de muita experiência adquirida na excelente escola da Marinha de Inglaterra; e vendo que este oficial de nenhuma forma assentava, em que a esquadra devia estar em Santa Catarina, porque ali seria certa a sua ruína, ordenei-lhe a este respeito [...] com que ele saia deste porto.

[...] o chefe da esquadra é o oficial mais hábil para dirigir este trabalho, pela grande experiência que tem dele adquirida com a prática de toda a última guerra, e que nas presentes circunstâncias nem estes trabalhos nem os concertos e reparações, que precisam as naus e mais embarcações da esquadra, se pode fazer em outra parte que não seja a Ilha de Santa Catarina: ordenando-me V. Exa. que eu assista ao sobredito chefe, com todas as provisões gêneros e materiais que forem necessárias para o sobredito serviço, de sorte que a esquadra que o mesmo chefe comanda, se ponha não só em estado de defender vigorosamente o porto daquela Ilha, mas de aproveitar as ocasiões favoráveis, que nos acidentes do mar e da guerra se apresentam frequentemente, em que se pode atacar o inimigo a golpe seguro⁴⁶⁷.

⁴⁶⁵ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 8/01/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 277-293, p. 279.

⁴⁶⁶ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 317.

⁴⁶⁷ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 8/01/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 277-293, pp. 279-280.

Durante dois meses Mac Douall ficou estacionado na Enseada das Garoupas. Acatou não só as ordens do marquês do Lavradio como suas instruções, contrariando as ordens da coroa lusitana de defender o porto. Escreveu ele ao general Furtado de Mendonça, justificando a estratégia:

Como não aparecem mais embarcações das que se devem incorporar a esta esquadra, não me acho seguro em aqui ficar com estas 4 naus, e como concertamos a nau Ajuda na Garoupas, tão bem como neste porto, resolvo a sair para a dita enseada onde vigiarei para aproveitar todas as ocasiões que puder em caso que venha algum contra esta ilha... e, logo que se ajunte a outra parte da esquadra, de sorte que tenhamos alguma vista de possibilidade para resistir a formidável esquadra de Espanha, tornarei com a maior frente que puder para mais descanso de V. Ex.⁴⁶⁸.

Os meses de dezembro de 1776 e janeiro de 1777, foram meses agitados. Furtado de Mendonça não se entendia com o comandante da Esquadra do Sul, principalmente pelo posicionamento da Esquadra. O comandante não concordava com as ordens do vice-rei. O comandante militar da Ilha lembrava dos riscos que a Esquadra corria naquele local. << Se os mesmos castelhanos souberem por alguma forma que a nossa esquadra se acha na referida enseada, ai a poderão atacar >>, escreveu ele⁴⁶⁹.

A 25 de dezembro, Furtado de Mendonça recebeu uma carta do comandante da Esquadra, Mac Douall, queixando-se da demora das embarcações eximia-se de toda responsabilidade. << A demora das outras fragatas, que deviam ter chegado antes deste tempo, me faz cuidar com mais cautela por falta das próprias forças, que se devem unir para a defesa desta ilha. Estas demoras são a ruína de tudo sempre, mas isto não está na minha mão >>⁴⁷⁰.

Dessa forma, as críticas chegavam a Luís de Almeida, que era responsável pela falta de embarcações na Ilha, pela inabilidade organizativa, inoperância militar e, principalmente, pela incapacidade de desenvolver um plano defensivo eficiente. Tanto Furtado de Mendonça quanto Mac Douall compactuavam inconformidades com as ações do vice-rei. O comandante da Esquadra escreveu a Lavradio pedindo novas disposições.

Sobre a ilimitação das suas ordens, e sobre a falta de embarcações, é que o chefe faz cair o motivo de desamparar intempestivamente a defesa da ilha.

⁴⁶⁸ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 317.

⁴⁶⁹ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 318.

⁴⁷⁰ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 319.

No dia 30 escreveu o suplicante ao vice-rei, dando-lhe humilhada satisfação do estímulo que o seu melindre quis tomar por-lhe pedir ele suplicante o que-lhe era necessário para cumprir as ordens e plano de corte. A ninguém mais podia o suplicante recorrer: e o marquês vice-rei, que devia socorrer a ilha e ficar prompta e poderosamente, como dizia o aviso do secretário de estado, resente-se de que só-lhe peçam os necessários socorros⁴⁷¹.

É importante lembrar que, a coroa lusitana, por intermédio de Sebastião José de Carvalho e Melo desenvolveu uma estratégia clara de defesa marítima e do porto da Ilha. Primeiramente, a esquadra tinha o dever e a obrigação de defender a entrada do porto, independente de possuir forças suficientes ou não. As instruções lusitanas << mandavam formar um cordão ou cadeia de navios armados, com grossa artilheria, e com jangados de baterias flutuantes entre as duas fortalezas de Inhotomerim e Ratones, ficando a nossa armada por detrás deste cordão >> lembrou Furtado de Mendonça em sua defesa⁴⁷².

O general criticou as operações militares do comandante da esquadra na Ilha desde o início das operações. A parada na Enseada das Garoupas não era nada estratégica, e poderia comprometer toda a segurança da Ilha, segundo o comandante das tropas em terra.

Furtado de Mendonça insistia que a Enseada das Garoupas não era o melhor lugar para aquartelar a esquadra, pois não era segura. Era uma localidade longe do porto principal da ilha. Para o general, os embates se dariam no porto da ilha e, dessa forma, era preciso guarnecê-lo com todas as forças disponíveis. << Se os castelhanos atacassem a esquadra em Garoupas, a destruiriam sem que ela servisse de defesa a Santa Catarina, nem a gente da mesma esquadra se ajuntasse para reforçar a guarnição da ilha >>⁴⁷³, declarou Furtado de Mendonça. Além disso, forçaria as tropas em terra a recuarem para uma linha mais defensiva (o que praticamente aconteceu com a fuga para o Cubatão), depositando todos os esforços ofensivos nas tropas existentes no continente da mesma capitania e nas tropas do general Boehm do Rio Grande de São Pedro.

A 17 de janeiro, a esquadra castelhana estacionada na Ilha da Trindade, era a última parada, já abaixo da linha do Equador, muito próximo ao destino final. Ali, sem perda de tempo, após os problemas marítimos, a esquadra tinha de ser reincorporada. Até porque, como lembra Bodelon, << embarcaciones extraviadas hubiese en algún

⁴⁷¹ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 319.

⁴⁷² Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, pp. 314-315.

⁴⁷³ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, pp. 318-319.

momento más de 1.500 hombres de tropa, entre ellos centenares de soldados de infantería ligera que podrían ser muy valiosos una vez que él ya había decidido cuál iba a ser el primer objetivo de la expedición >>⁴⁷⁴.

Após a última parada, seguia a armada rumo à Ilha de Santa Catarina. Com a tripulação ainda sobre o mar, a bordo do *El Poderoso*, estavam Cevallos e Casa Tilly. O desfecho estava próximo. As tropas seriam todas expostas ao embate de um longo plano de operações desenvolvido pela coroa espanhola.

A decisão da primeira investida militar da Expedição espanhola diverge os historiadores. Segundo Sanz Tapia uma das hipóteses é de que Cevallos, sob influência do marechal-de-campo Pedro Martín Cermeño, decidiu pela Ilha de Santa Catarina⁴⁷⁵. Provavelmente na última parada (Ilha da Trindade), Cevallos informou aos seus comandantes os planos decisivos da operação para ocupar a Ilha de Santa Catarina. O rei autorizou o general invadir qualquer território do extremo Sul da América pertencente a Portugal: praça de Colônia do Sacramento, Continente do Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina. Contudo, até a última parada, não era claro para o comandante qual território invadir. Segundo Bodelón, era do agrado do rei, do consentimento do conde de Ricla, juntamente com o marquês de Grimaldi, que o primeiro desembarque fosse na Ilha de Santa Catarina, exatamente por esse motivo o general << decidió comenzar por ella su campaña >>⁴⁷⁶.

A invasão tinha seus riscos. Tanto a coroa madrilenha como as autoridades responsáveis sabiam muito bem que a ideia de invadir a Ilha era perigosa. As conversas giravam em torno das dificuldades operacionais. Era do conhecimento da coroa espanhola, assim como dos comandantes da armada, que os portugueses haviam

⁴⁷⁴ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 279.

⁴⁷⁵ Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas*, La expedición del virrey Cevallos al Río de la Plata, Valladolid, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1994, p. 320. Pedro de Cermeño na carta de 9 de janeiro de 1777 cita três fatores para as vantagens em ocupar a Ilha de Santa Catarina: primeiro, por que possui um porto com capacidade para receber as embarcações da expedição, nesse caso os 116 navios de guerra e de transporte; segundo poderiam os castelhanos permanecer fundeados durante o inverno e, por último, a capacidade estratégico-militar, pois facilitaria a interceptação de embarcações luso-brasileiras de transporte entre o Rio de Janeiro e Lisboa. Ofício de Cermeño a Cevallos, a bordo de *El Poderoso*, 9 de janeiro de 1777, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 453-454. Ver também, Arana, pp. 355-357, fala que Cermeño mostra o por que da Ilha. Enrique Arana, Expedición de don Pedro de Cevallos al Río Grande y Río de la Plata, In, Instituto Histórico e Geográfico do Río Grande do Sul, *Anais do Segundo Congresso de Historia e Geografia sul-rio grandense em comemoração ao segundo centenário da fundação da cidade do Rio Grande*, v. 1, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1937, pp. 325-398; Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 283. As questões levantadas por Cermeño são parecidas com as levantadas por Sebastião de Carvalho e Melo quando da instrução militar.

⁴⁷⁶ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 280.

reforçado o sistema defensivo e, provavelmente, mantinham uma esquadra em prontidão na costa da Ilha. Dessa forma, ficava claro para o comandante da esquadra castelhana que a operação poderia levar um mês ou mais. Casa Tilly e Cermeño preocupavam-se justamente com esses pormenores. Era necessário operacionalizar a invasão, pois o teatro de guerra impedia deslocamentos rápidos se decidissem pela entrada da Baía do Norte o risco era alto. O centro de operações era mínimo e precisava ser muito bem organizado.

Casa Tilly exigia mais informações sobre as tropas portuguesas, embarcações ancoradas no Porto, estado das fortificações, para efetivamente depositar todos os esforços numa ofensiva armada e bem organizada. Depois de fundear as embarcações não tinha mais volta, ficariam sob a ameaça dos canhões e da artilharia luso-brasileira.

Durante alguns dias, a esquadra castelhana ficou fundeada na Ilha da Trindade, provavelmente organizando o plano de desembarque, além de aguardar mais informações sobre o estado << de los avances realizados por los ejércitos luso-brasileños >>⁴⁷⁷. Do dia 17 ao dia 29, a armada ficou ancorada na Ilha, a última parada para reabastecer e reunir as embarcações ainda perdidas em alto mar.

Após zarpar, ainda em alto mar, antes do desembarque, tiveram contato com as primeiras embarcações luso-brasileiras. Eram navios que navegavam pela costa brasileira, isolados e sem escolta. No dia 7, sem resistência, apresaram a fragata *Lúcia Afortunada*, carregada de óleo de baleia e o equivalente a 57.951 pesos em moedas e ouro. O destino da embarcação era navegar até o Rio de Janeiro, seguindo posteriormente para o Reino. No dia seguinte, outras duas embarcações tiveram o mesmo destino, uma sumaca e um bergantim que seguiam rumo à Bahia, carregadas de correspondências, ofícios e missivas entre as autoridades coloniais. << Y todas tres varias cartas de las cuales algunas no dejaron de darnos conocim.^{to} útiles p.^a n^{ra} primera Empresa >>, está no extrato das viagens⁴⁷⁸.

⁴⁷⁷ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 286.

⁴⁷⁸ Victorio de Navia, *Extracto del viaje [...]*, pp. 456-463, p. 457. Alguns autores afirmam que através dessas embarcações apressadas, Cevallos e toda a comitiva ficaram sabendo << do estado em que se encontravam as praças do Brasil >> (Maria Bernardete Ramos Flores, *A invasão espanhola na Ilha [...]*, p. 19; João Carlos Mosimann, *Ilha de Santa Catarina [...]*, p. 13; Contudo, uma outra linha de estudiosos não acreditam que existisse algo de << oficial >> nas embarcações. (Dauril Alden, *Royal Government in Colonial Brazil*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1968, pp. 226-227; Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas [...]*, p. 326). Pesquisas recentes, contradizem ainda mais os primeiros autores, segundo Bodelón, << Decir que Cevallos conoció perfectamente las defensas de Santa Catarina es una exageración, como tampoco es cierto que se encontrase correspondencia oficial a bordo de alguna de las embarcaciones apresadas >>. Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 292.

Nessa conjuntura, Cevallos desenvolveu um plano de operação, uma ação militar maciça. A estratégia era simples: a Armada, estacionada num ponto de observação, guarneceria o desembarque das tropas, cobrindo toda a linha defensiva, impossibilitando qualquer ofensiva das tropas luso-brasileiras. A ideia era evitar perdas no desembarque, além de frustrar qualquer possibilidade de manobra das forças portuguesas. Um número de embarcações de guerra, preventivamente, devia cercar os fortes da Baía Norte – principalmente o forte de São José da Ponta Grossa e Anhatomirim – e, providencialmente, romperiam fogo cruzado nas cidadelas.

Cevallos pretendia privar a soldadesca responsável pela defesa de todos os recursos, víveres, comunicação e qualquer possibilidade de receberem reforços. Outra linha defensiva de navios de guerra seria destinada a vigiar e cortar qualquer comunicação da Ilha com o continente. Assim, anulava a tentativa de introdução de soldados do continente. O sul da Ilha de Santa Catarina estava destinado a se tornar um teatro de guerra secundário, com um pequeno forte que poderia facilmente introduzir ou receber reforços de soldados e armamentos do Continente do Rio Grande de São Pedro. Nesse momento, o tempo estava contra os defensores. Casa Tilly, buscava confirmar a localização da frota de Mac Douall e, se possível, tirar vantagem e atacar pela retaguarda⁴⁷⁹.

A estratégia de Casa Tilly era evitar – o que poderia ser um desastre e comprometer toda a empresa – de ficar sob os fogos cruzados das cidadelas da Baía Norte. Entretanto, com a Esquadra do Sul estacionada na Enseada das Garoupas, sob ordens do próprio Luís de Almeida, facilmente a Armada poderia tirar proveito disso, pois toda a costa do norte da Ilha ficava livre e com a segurança em terra. Era claro para um grupo de castelhanos, ligados à estratégia de Casa Tilly que a primeira refrega era no mar⁴⁸⁰. Contudo, a estratégia de Casa Tilly de vencer e propor uma batalha naval não era aceita por todas as partes. O próprio Cevallos, relutante, onerava uma batalha em terra, onde a Armada garantiria a segurança do desembarque, << para cevallos lo

⁴⁷⁹ D. Pedro de Cevallos a Casa Tilly, A bordo de *El Poderoso*, 9/02/1777, AGI, 84, n.º 8, fol. 9 e 14. *Apud* Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 294.

⁴⁸⁰ Não havia consenso estratégico. Casa Tilly e Cevallos não entravam em acordo. Enquanto Casa Tilly identificava a melhor operação para vencer as forças luso-brasileiras numa batalha no mar, Cevallos propunha uma operação conjunta e fundada na segurança das tropas de desembarque. A desarmonia entre os comandantes chegou a tal ponto que um grupo de oficiais prestaram apoio a estratégia de Cevallos em *El manifesto* firmado em 14 de fevereiro de 1777 a bordo de *El Poderoso*. Tal era a relação que no manifesto não aparece a assinatura de Pedro Martín Cermeño, parente de Casa Tilly. Ver mais em: Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 296.

importante era conquistar la isla, para Tilly lo primordial era derrotar a los portugueses en el mar >>⁴⁸¹.

Mac Douall estava incumbido de defender com as forças disponíveis em mar e, se necessário, utilizar como reforço as fortalezas em terra. A armada montada na ilha era uma frota de defesa costeira móvel. A esquadra portuguesa estacionada na baía norte, em caso de ataque, tinha como estratégia formar uma linha defensiva no mar com a esquadra bem armada e artilhada, devendo as embarcações de guerra ficarem em meio aos fortes, guarnecendo toda a entrada norte.

É importante ressaltar que, as ações do comandante da esquadra luso-brasileira na defesa marítima da Ilha, estavam de acordo com a estratégia desenvolvida por Luís de Almeida. Em carta de 20 de outubro de 1776, o marquês vice-rei pediu a presença do irlandês no Rio de Janeiro. Mac Douall só retornou para Santa Catarina no dia 17 de dezembro. As recomendações da coroa recebidas pelo vice-rei e transmitidas para o comandante eram para situar a esquadra << dentro do porto, para a defesa da ilha >>⁴⁸². Contudo, na Enseada, Mac Douall permaneceu de dezembro de 1776 a 4 de fevereiro de 1777. Demonstrava << estar em melhor paragem >>, escreveu o marquês do Lavradio ao comandante da esquadra⁴⁸³.

Os ofícios de Mac Douall demonstram um comandante incapaz, confuso e sem a mínima noção estratégica, a frente da Esquadra do Sul. A especiosa notícia de que existiam forças inimigas nas proximidades da Ilha do Arvoredo forçou o comandante a navegar desordenadamente para a localidade. Num dia atípico e << pela notícia falsa que deram ao chefe da esquadra, das fortalezas terem feito sinais de rebate e que na barra se achavam embarcações >>, escreveu ele a Luís de Almeida, << isto era dizer-lhe claramente que se a esquadra podia sair de Garoupas, a combater no mar com a armada espanhola, também podia sair de Santa Catarina, e esperar ali o abrigo das fortalezas para que se o primeiro sucesso não fosse bom se reforçasse com a gente a guarnição da ilha >>⁴⁸⁴. Portanto, após tanta insistência do general Furtado de Mendonça e da notícia falsa, Mac Douall deixou a Enseada e rumou para as proximidades da Ilha no Arvoredo, no início de fevereiro. << O que V. Sa. me pondera a respeito de sair da enseada das Garoupas, e vir para de mais perto fazer a defesa da Ilha de Santa Catarina, me parece

⁴⁸¹ As discordâncias entre Casa Tilly e Cevallos, ver mais em: Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española* [...], pp. 295-196, p. 294.

⁴⁸² Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-33, p. 314.

⁴⁸³ Lavradio a Mac-Donall. Rio de Janeiro, 4/02/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 363.

⁴⁸⁴ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 320.

acertadíssimo e também é mais conforme as ordens da nossa Corte >>, escreveu Luís de Almeida, a 2 do mesmo mês, a Mac Douall << quando lhe li e comuniquei as instruções que recebi da nossa Corte, foi o motivo porque condescendi com o parecer de V. Sa. na mudança da Esquadra para a enseada das Garoupas [...] agora porém que V. Sa. tão louvavelmente cede do parecer, por lhe mostrar a experiência não ser aquele o lugar mais próprio >>⁴⁸⁵. Ao mesmo tempo, o irlandês, erroneamente, expôs toda a esquadra. O movimento que custou toda a estratégia lusitana foi diretamente aprovado pelo vice-rei.

O falso rebate motivou a manobra. Furtado de Mendonça julgou a permanência de Mac Douall na Enseada na esperança de receber as embarcações prometidas pelo vice-rei ainda no Rio de Janeiro, para depois formar a bateria flutuante no porto da Ilha. Escreveu ele:

O suplicante se não atrevia recriminar mais claramente o errado sistema de estar a esquadra em Garoupas; se o objeto do suplicante não fosse lembrar ao vice-rei por este modo o plano que outro podia ter a notícia que lhe dava de um rebate falso, e sem fundamento, esperou o suplicante todo o mês de janeiro, a ver se lhe chegavam os navios, artilheria e aprestos com que se formasse o cordão e baterias flutuantes para reduzir a pratica melhor que fosse possível o plano e instrução da corte, em ordem a fazer vir a esquadra para dentro do porto. Mas nunca jamais se lhe falava em semelhante matéria do Rio de Janeiro, e até para não haver ocasião de falar nela só se lhe escrevia pelo intitulado ajudante general⁴⁸⁶.

Somente a 12 de fevereiro, Mac Douall efetivamente deixou a Enseada, fazendo curso em frente ao porto da Ilha até o dia 16, quando deu pé a Ilha do Arvoredo. Às 07h do dia 17, o baquete *Invencível* fazia curso fora e fez sinal de rebate. Com lanchas, comandadas pelo capitão António Carlos, Mac Douall transmitiu as informações ao general Furtado de Mendonça << para servirem de transportar a tropa e para safar as naus >>. Ao meio-dia, Mac Douall avistou sete embarcações e, pelas três horas da tarde, já era << impossível contá-las >> o número de embarcações inimigas. << As naus logo se puzeram em linha a barlavento dos transportes, e as fragatas rodeando-os e assim continuaram até a noite >>, narrou Mac Douall abordo da nau *Santo António* a Luís de Almeida, << mas com as bonanças não lhe podemos chegar mais do que a ver as suas gáveas fora da água. Os ventos vareando com bonanças conservei-me a barlavento deles

⁴⁸⁵ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Mac Douall, Rio de Janeiro, 4/02/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 341-343, p. 342; Lavradio a Mac-Donall. Rio de Janeiro, 4/02/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 363.

⁴⁸⁶ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 320.

toda a noite >>⁴⁸⁷. Nesse mesmo dia, sem perder tempo, com pequenas embarcações, os castelhanos fizeram todo o reconhecimento da costa da Ilha. Uma junta foi organizada e, em conselho, decidiram que era hora de entrar em combate, desde que, bloqueassem a entrada do porto da ilha de Santa Catarina⁴⁸⁸.

O dia transcorreu tenso. Ambas as forças empenhavam-se na estratégia do reconhecimento. Os castelhanos não vergavam um só momento. A 18 de fevereiro, enquanto abordavam a terra, a Esquadra portuguesa partiu para uma nova tentativa de aproximação. Uma ação paliativa e, principalmente, de segurança. Nesse dia, Mac Douall conseguiu visualizar sete naus de linhas e mais fragatas. O comandante, ao ver uma fragata perdida, tentou surpreendê-la << Vi 2 fragatas no quadrante do S. E. e lhe dei caça, mas em bonanças não lhe pude chegar (para as conservar ém vistas) >>, justificou o Mac Douall ao vice-rei, << antes da noite foi-me preciso virar no bordo do norte, para não separar a Esquadra, que ja estava bastantemente espalhada e o inimigo chegando contudo largo, atrás de nós >>. Uma tentativa frustrada, precipitada e sem qualquer ação estratégica. Na realidade, seguia as ordens recebidas no Rio de Janeiro de atacar navios << roceiros >>, ou seja, lentos, vagarosos⁴⁸⁹. Sem perda de tempo, a Esquadra desordenadamente fugiu em retirada. << Fueron momentos vividos con tensión en los estados mayores de ambas escuadras >>, argutamente escreveu Oscar Rico Bodelon⁴⁹⁰.

Mac Douall conseguiu visualizar toda a Armada ou boa parte dela. Seguiu no encalço dos castelhanos. Nesse momento, os problemas de comunicação e entendimento entre os comandantes de terra e mar aumentaram. Furtado de Mendonça queixava-se da insolência como tratara da empresa defensiva o comandante Robert Mac Douall e, principalmente, que desde as primeiras aparições da Armada << não houve mais notícia da Esquadra >>⁴⁹¹. Os dias transcorriam em meio a ofensiva castelhana. No dia 19, muito próximo das forças castelhanas estava o comandante Mac Douall, observando a

⁴⁸⁷ Mac Douall a Lavradio, Navio Sancto Antônio, 19/02/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, v. 255, pp. 343-344, p. 343; *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 357-358, p. 357. Nesse mesmo dia, 16 de fevereiro, chegou ao conhecimento do comandante Robert Mac Douall da Armada que saiu de Cadiz em 13 de novembro de 1776. Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 321; José d'Almeida Correia de Sá, *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal* [...], p. 94.

⁴⁸⁸ Maria de Fátima Fontes Piazza, *A invasão Espanhola na Ilha de Santa Catarina*, (Mestrado em História, área de Política Externa), Universidade de Brasília, Brasília, 1978, p. 133.

⁴⁸⁹ Mac Douall a Lavradio, Navio Sancto Antônio, 19/02/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, v. 255, pp. 343-344, p. 343; *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 357-358, p. 357.

⁴⁹⁰ Oscar Rico Bodelón, *La ocupación Española* [...], p. 298.

⁴⁹¹ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 322.

movimentação do iminente inimigo. << Estávamos bem perto deles, de sorte que vi todas as suas baterias abertas >>, informou Mac Douall ao marquês do Lavradio⁴⁹². Do outro lado, a Armada mantinha-se na espreita << amanecieron estas velas muy anuestra inmediación trahidas de uma fuerte calma >>, acrescentou Navia⁴⁹³.

Nas aproximações, ficou patente a desigualdade das forças. O comandante da esquadra luso-brasileira, ao tomar conhecimento da aproximação do inimigo – e em contrapartida fazer o reconhecimento –, constatou a impossibilidade de uma ofensiva marítima.

[...] em caso que se possa aproveitar alguma ocasião, para atacar algum lado deles sem arriscar a geral batalha, o que se não pode fazer sem se arriscar a destruição desta Esquadra, porque quatro naus contra sete são bem desiguais forças, e dose fragatas contra três nossas são mais desiguais⁴⁹⁴.

Ambas as forças preparavam uma operação secundária, dependendo de outros teatros de guerra. Enquanto isso, caso ocorresse uma ação ofensiva, os comandantes luso-brasileiros esperavam o ingresso do comandante general Boehm na ação com as tropas do Continente do Rio Grande de São Pedro. Enquanto isso, os castelhanos, entabulavam comunicações com o governador de Buenos Aires. Juan José Vértiz estava incumbido de enviar uma embarcação com provisões, víveres e equipamentos bélicos. No mesmo dia 19 de fevereiro, prevendo um encontro bélico marítimo, Cevallos comunicou Vértiz e pediu reforço. O governador deveria enviar uma frota bem equipada, fortalecendo a Armada na ofensiva marítima e terrestre⁴⁹⁵.

Mac Douall argumentava que, sem embarcação competente, não tinha como efetuar uma vigorosa resistência, muito menos, manter-se vigilante no porto por muito tempo. << É inútil o que pode fazer a Esquadra, [...] com tão diminuta força que se não pode atacar o inimigo >>, as duas únicas estratégias viáveis, segundo o comandante, eram << fazer curso um pouco de tempo para ver se nos podemos encontrar com

⁴⁹² Mac Douall a Lavradio, Navio Sancto Antônio, 19/02/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, v. 255, pp. 343-344, p. 343.

⁴⁹³ Victorio de Navia, Extracto del viaje [...], pp. 456-463, p. 457.

⁴⁹⁴ Mac Douall a Lavradio, Navio Sancto Antônio, 19/02/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, v. 255, pp. 343-344; *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 357-358, p. 358.

⁴⁹⁵ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, pp. 299-300.

algumas embarcações desgarradas >> ou << recolher ao Rio para ver as outras medidas que V. Exa. tem a tomar >>⁴⁹⁶. No final, escolheu a segunda opção.

Frente à desigualdade de forças e a situação da Esquadra, Mac Douall, comandante da Esquadra luso-brasileira na Ilha de Santa Catarina, nomeado e escolhido para defender a Ilha, estava decidido singrar vela para o Rio de Janeiro.

Se as minhas ordens foram para defender a Ilha de Santa Catarina, até a última extremidade, isto tenho feito, sem a menor dúvida, até o último minuto da minha vida, porque o retirar do inimigo é bem contra o meu costume e agora muito mais me custa. A desigualdade é tão grande, que nenhuma esperança posso ter de vencer e a menor desgraça que sucede a uma das nossas Esquadras é a certa perca de todas⁴⁹⁷.

4.4 O Conselho de Guerra e a fuga para o Rio de Janeiro

Antes de decidir zarpar para o Rio de Janeiro, Robert Mac Douall consultou os comandantes da Esquadra. Uma série de Conselhos de Guerra foram efetuados antes da decisão final de deixar o porto da Ilha de Santa Catarina desguarnecido maritimamente. Confuso e atordoado, o comandante não sabia qual decisão tomar. Frente à Armada castelhana, Robert Mac Douall fugiu vergonhosamente, deixando um rastro de incompetência militar e inoperância estratégica.

Enquanto Cevallos e Casa Tilly observavam a geografia do terreno e escolhiam a melhor paragem para efetuar o desembarque, Robert Mac Douall conferenciava com os oficiais a condução da guerra e as estratégias defensivas.

A 20 de fevereiro, Mac Douall convocou os comandantes da Esquadra para uma conferência. Os oficiais foram chamados a bordo da nau *Santo Antônio*. A partir das ordens recebidas pelo comandante no Rio de Janeiro, deviam escrever um parecer favorável ou contrário ao abandono da Ilha. Na nau, verbalmente foram contrários ao plano ofensivo do marquês do Lavradio de intentar um ataque ao Rio da Prata. Não tinham forças suficientes para a investida. Dessa forma, concluíam que o mais correto a fazer era tomarem o rumo do Rio de Janeiro.

⁴⁹⁶ Mac Douall a Lavradio, Navio Sancto Antônio, 19/02/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, v. 255, pp. 343-344, p. 344.

⁴⁹⁷ Mac Douall a Lavradio, Navio Sancto Antônio, 19/02/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, v. 255, pp. 343-344, p. 358.

[...] os comandantes da Esquadra a bordo para tomar as suas opiniões do que poderia fazer esta Esquadra, no estado em que achamos a grande superioridade do inimigo e eles consetirão que se não devia arriscar a ir intentar serviço algum no Rio da Prata, porque nos arriscariamos á perdição da Esquadra, sem esperança de fazer algum serviço por falta de tropa; que tudo o que podemos esperar de fazer é destruir algum navio de negócio. Que os portos de Maldonado e Montevideu não se podem tomar, sem tropa por terra e que para os portos de Barregana e Buenos Aires, não temos embarcações próprias para andar naquelas águas, nem tropa para desembarcar para atacar e é quase certa, que a Esquadra Espanhola virá sobre nós e inteiramente nos destruirá. Que devemos-nos retirar para o Rio de Janeiro para ver se pudemos achar mais algumas forças para tornar e intentar algum serviço e não continuar defronte de Santa Catarina, para a Esquadra Castelhana vir fora e tomar esta e para arriscar a ataca-la era temeridade e ainda á defesa não poderíamos esperar mais do que total ruina, com tão desiguais forças⁴⁹⁸.

Depois de estarem todos a bordo, Mac Douall pediu um parecer por escrito. Queria uma posição dos seus conselheiros estratégicos. Os comandantes foram incumbidos ao registro sistemático dos prós e contras a uma investida marítima. O parecer tinha por base as orientações dadas no Rio de Janeiro, principalmente as instruções de 11 de dezembro de 1776, dadas pelo marquês do Lavradio. Além, é claro, das observações dos próprios comandantes.

A incapacidade militar dos comandantes luso-brasileiros, somados ao poderio bélico castelhano, forjaria uma debandada. Mac Douall justificava a ação de deixar o porto da Ilha desguarnecido pelo pouco poderio militar disponível. Argumentava que não poderia mover uma ação contra os castelhanos para não perder toda a Esquadra. << Como as minhas ordens não me permitissem o arriscar a destruição desta Esquadra, ainda na defesa da Ilha de Santa Catarina, acho que não posso responder pelo que pode suceder, depois do serviço em que ela devia ser ocupada não ser praticável, nem prudente >>, monologou ele ao marquês do Lavradio, em Palmas, dias após ter abandonado o porto da Ilha⁴⁹⁹.

Mac Douall não apenas justificava sua inoperância militar, mas se eximia definitivamente de qualquer investida contra as forças castelhanas. << Nenhum oficial encarregado de uma Esquadra a deve arriscar a total ruina >>, escreveu ele⁵⁰⁰.

Em sequência, os pareceres foram entregues ao comandante da Esquadra.

Um dos primeiros a comunicar, o capitão-de-mar-e-guerra Antônio Jacinto da Costa Freire, justificou a ação do comandante. Segundo ele, frente à ação e o poderio do

⁴⁹⁸ Mac-Donall ao Marquez de Lavradio, Palmas, 4/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 358-359, p. 358.

⁴⁹⁹ Mac-Donall a Lavradio, Palmas, 4/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 358-359, p. 358.

⁵⁰⁰ Mac-Donall a Lavradio, Palmas, 4/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 358-359, p. 358.

inimigo, << nada se pode fazer, sem que haja risco, não só pela diminuição de forças da nossa Esquadra, porém também pelo grande poder dos inimigos que é infalível em todos os movimentos de guerra >>. Qualquer ação militar corria << o risco e principalmente com forças desiguais >>. O capitão premonizava um trágico contexto. << Destruída a nossa Esquadra, ficarão os inimigos, sem o menor embaraço, fazendo na América as suas hostilidades, sem que de nenhuma forma se lhe possam embaraçar. Buscarão o saque nos portos >>. Os comandantes, segundo Antonio Jacintho deviam << executar as ordens de S. M. confirmando-as com as do Ilmo. e Exmo. Sr. marquês de Lavradio. Todos os movimentos desta Esquadra se devem fazer sem que possa prejudicar as ordens de S. M. sendo ou não arriscada >>⁵⁰¹.

A decisão do comandante de abandonar a Ilha também se deparou com a oposição dos seus chefes. Alguns comandantes mais fervorosos posicionaram-se a favor da defesa. José de Melo, comandante da nau *Prazeres*, em três artigos declarou sua posição. Acreditava veemente que a Esquadra, mesmo com forças diminutas, tinha condições de uma ação defensiva.

1º.- Que as ordens recebidas do Rio de Janeiro, nos deixão lugar para podermos intentar toda a qualidade de ação, sobre a Esquadra Espanhola, seja qualquer que for a ordem em que ela se ache, visto que em duas partes se lhe ordena que ataque e em uma parte se lhe diz que prefira o ataque da Esquadra, ainda vista a inferioridade da nossa. Nas mesmas ordens se lhe recomenda a conservação da Esquadra portuguesa, o que se não pode unir com o antecedente.

2º.-O plano do Rio da Prata e Buenos Aires, não pode ter lugar vista que falta o comum acordo do governador da Colônia e general do Sul e por esta razão deve ser considerado como não havido e por isso passe em clara.

3º.- As ordens da Corte de Lisboa são muito claras a impedir que as forças desta Esquadra se arrisquem, mandando-a recolher nos portos mais seguros e como a combinação destas ordens e que fazem objeto do meu voto, digo que presentemente não nos resta coisa a fazer mais do que atacarmos a Esquadra em todos os modos que ela esteja, porque se a Corte de Portugal conhece o País como nós o conhecemos, daria as mais claras e precisas ordens a respeito.

A Esquadra Castelhana sem ser atacada faz o seu desembarque a salvo e depois volta as forças contra nós, sendo estas mais superiores, logo que estiverem livres do comboio. A Esquadra portuguesa ainda que pequena, pode fazer grande dano a Espanhola e destruída que seja esta última, não podem eles empreender nada que possa dar cuidado a este Estado, sem novas

⁵⁰¹ Parecer do Capitão de mar e guerra Antonio Jacintho da Costa Freire, sobre as resoluções que o Commandante da Esquadra deveria tomar em vista da superioridade da Esquadra hespanhola, Bordo da Náu *Santo Antonio* e *S. José*, 20/02/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 355-356; *RIHGB*, abr/jun., 1962, v. 255, p. 347.

forças, cuja chegada dará tempo a se tomarem novas providências. Este é o meu voto, que assigno em conselho a bordo da Nau Santo Antônio⁵⁰².

Já Arthur Philippe, capitão-de-mar-e-guerra, comandante das fragatas *Nossa Senhora do Pillar* e *São Baptista* lembrava as ordens de 9 de setembro. Para ele, o principal objetivo era a preservação da Esquadra e << evitar o encontro da Esquadra Espanhola >>. Arthur lembrava as ordens do vice-rei, de atacar os portos castelhanos no Rio da Prata – Maldonado, Montevidéu e Buenos Aires –, mas, utilizando argumentos de Mac Douall, declarava a impossibilitada manobra.

Eu achando-me obrigado a dar o meu parecer sobre o que nós podemos fazer para bem do serviço de S. M., digo - Como foi sempre meu parecer que a nossa Esquadra devia ficar em Santa Catarina, para ajudar as fortalezas na defesa desta Ilha, ou que saindo dela, devíamos atacar a Esquadra Espanhola a todo o risco (porém o comandante da Esquadra não crê que as ordens de S. M. lhe davão licença para fazer uma ou outra coisa). Nesta hora que os inimigos se achão desembarcados das suas embarcações de transporte, porque estão fundeadas no porto de Santa Catarina, é a sua força (como é parecer geral dos comandantes desta Esquadra) muito superior á nossa e não podendo ser fraca pela falta de equipagem, porque eles podem tirar tantos soldados de Artilharia e Infantaria, como eles quiserem dos seus 10.000 homens de desembarque, e pelas grandes vantagens, que uma esquadra superior fundeada pode ter sobre uma esquadra inferior que vem ataca-la, não vejo alguma vantagem que se possa tirar (nem alguma razão) nesta hora para desobedecer ás ordens de S. M. e por isso assento que nós não devemos atacar.

Maldonado não pode ser tomado, sem tropas de desembarque, nem Montevidéu, e eu não posso julgar prudente arriscar a nossa Esquadra para queimar uma Nau de linha e algumas embarcações de negócio, que está em dúvida se se acharão no dito porto de Montevidéu. Para tomar Buenos Aires, com a pouca força que pode desembarcar desta Esquadra, é preciso atacá-la improvisamente e isto não pode fazer com naus de linha pela dificuldade de navegação do Rio da Prata⁵⁰³.

Por fim, os comandantes reunidos a bordo da nau *Santo Antônio* deram seu parecer final: Jose dos Santos Ferreira, Thomaz Stevens, Antonio Januario do Valle, Jose da Silva Pimentel e Francisco Xavier Telles, com a participação do comandante da Esquadra, Robert Mac Douall, não tinham outra opção que não deixar o porto e partir rumo ao Rio de Janeiro. O estado da Esquadra e, principalmente, o poder do inimigo, impediam qualquer ofensiva.

⁵⁰² Parecer do Commandante da Náu Prazeres, José de Melo, sobre a consulta do commandante da Esquadra, Bordo da Náu *Santo Antonio* e *S. José*, 20/02/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 356; *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, v. 255, p. 345.

⁵⁰³ Parecer do Capitão-de-mar-e-guerra, comandante da Fragata *Nossa Senhora do Pillar* e *São João Baptista*, Arthur Philippe, A vista da Ilha de Santa Catharina, 20/02/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 356-357; *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, v. 255, pp. 344-345.

Como todos os movimentos que podemos por ora fazer, tanto atacando a superior esquadra Castelhana, como cruzando a vista dela, são com risco de ficar a nossa desigual Esquadra destruída, apesar de todos os nossos esforços – desejos – e diligências, o que é contra as positivas ordens de Sua Majestade que nos foram lidas, que nestes termos devemos passar a receber novas ordens do Ilmo. e Exmo. Snr. marquês do Lavradio conforme ao nosso atual estado, seja com risco ou se ele⁵⁰⁴.

A grande maioria foi fiel ao comandante. Legitimaram a opção de deixar o porto desguarnecido. A defesa das cidadelas ficou a cargo da ação dos militares em terra. Por outro lado, é certo que, a fuga da Esquadra do Sul, comandada por Robert Mac Douall, representou a conquista marítima das tropas castelhana. A tomada das fortalezas da Ilha era questão de tempo.

4.5 Enquanto o rei morre, os castelhanos tomam a Ilha de Santa Catarina

Após a debandada das tropas luso-brasileiras ao se deparar com a aparição do inimigo, a invasão por terra, com desembarque das tropas, não poderia ser interrompida. Os castelhanos souberam trabalhar com perícia o terror nas tropas luso-brasileiras. Estacionados atrás da Ilha do Louro (atual Ilha do Francês), os espanhóis entabulavam o melhor lugar para o desembarque. Na noite do dia 19 de fevereiro, Simão Rodrigues Proença, governador da fortaleza de São José da Ponta Grossa, << deu parte ao general Antônio Carlos e ao governador Pedro Antônio >>. Na manhã seguinte, << fez segundo aviso >>. Às 10h, o general chegou à fortaleza << observando a dita armada >>. Furtado de Mendonça espreitou durante uma hora. << Se retirou o dito general dizendo que ia passar as ordens necessárias, e nesta ocasião não conheceu ele testemunha menos ânimo ou valor no general >>, declarou Simão Rodrigues Proença⁵⁰⁵. A Armada estava a um tiro de fuzil da Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Casa Tilly e o comandante articulavam minuciosamente a melhor paragem. O desembarque das tropas de Linha, infantaria armada, artilharia e demais petrechos de guerra deviam ser estrategicamente planejados. Durante todo o dia 20, oficiais e o alto comando conferenciaram para

⁵⁰⁴ Parecer emitido no referido Conselho de Guerra pelos Capitães de mar e guerra José dos Santos Ferreira Pinto, Thomaz Stevens, D. Francisco Xavier Telles, José da Silva Pimentel e Antonio Januario do Valle, Bordo da Náu Santo Antonio, 20/02/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 357; *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, v. 255, pp. 345-346.

⁵⁰⁵ Bicentenário da transferência da capital [...], Furtado de Mendonça a Lavradio, Ilha de Santa Catarina, 24/02/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 301-304, p. 302; *ABNRJ*, 1983, v. 103, pp. 158-159, p. 158.

decidir a melhor posição para ancorar as 101 embarcações de guerra e transporte. Algumas foram diretamente para Montevideu para esperar a chegada de Cevallos e as tropas⁵⁰⁶. << Tanto Tilly como Cevallos podían estar satisfechos al haber llevado a buen puerto tamaño número de barcos >>, escreveu Bodelon, acrescentando que << nunca antes habían llegado a Santa Catarina tantos barcos simultáneamente >>⁵⁰⁷.

O manifesto da declaração de guerra de Cevallos, enviada ao governador da fortaleza de São José de Ponta Grossa, datado de 20 de fevereiro, havia sido firmado a bordo do navio *El Poderoso*. Apresentando seu nome e seus títulos, definia o objetivo. Dizia à oficialidade luso-brasileira estar ali com autorização da coroa espanhola e do próprio rei católico, a fim de << tomar satisfacción de las injurias >> e, recuperar os territórios tomados pelos portugueses. Cevallos lembrava a centenária luta pela praça de Colônia do Sacramento, ao território do Continente do Rio Grande de São Pedro e a Ilha de Santa Catarina⁵⁰⁸.

Hago saber a los Gobernadores y comandantes portugueses en América Meridional que de orden del Rey mi Amo he venido a estas Regiones a tomar satisfacción de las injurias que las Armas Del Rey Fidelísimo han cometido contra los Dominios, Vasallos. Tropa, y Pabellón Español abusando de la moderación, magnanimidad y escrupulosa buena fe del Rey, y publicando mendaces Manifiestos, en que para paliar sus excesos se atreven a Calumniar de Agresores a los mismos Comandantes Españoles a quienes han asaltado bajo el Seguro de la Paz, y buena armonía de los respectivos Soberanos.

Declaro además para que nunca pueda alegarse, o suponerse ficción, y dolo en mis operaciones, que estas se dirigirán también a recuperar los dilatados Países pertenecientes a la Corona de Castilla, que la de Portugal ha usurpado ilegítimamente en esta parte del mundo.

Que me hallo noticioso de que después que las Armas Portuguesas obtuvieron su ya notorio designio de apoderarse fraudulentamente de la Banda Meridional del Rio Grande de S. Pedro, y ocuparon poco antes el Fuerte de S. Tecla, escribió el Comandante General de las Tropas Portuguesas D. Juan Henrique Bohm como el Gobernador de la Colonia del Sacramento D. Francisco José de la Rocha, al Gobernador de Buenos Ayres D. Juan José Vértiz, tenían orden del Virrey del Brasil de significarle, la habían recibido “para cesar en todas las hostilidades y procedimientos, que pareciesen contrarios a la buena paz e amistad, que SS. MM. Católica y Fidelísima querían se cultivase entre ambas Naciones, que dichas ordenes expresaban debía esta amistad ser reciproca, en inteligencia de que quien quebrantase bajo cualquier pretexto la amigable correspondencia seria reputada Agresor contra las mismas ordenes, y responsable de todas las consecuencias que se seguisen de semejante procedimiento”.

Que Así mismo estoy informado de que D.ⁿ Joan Josef Vertiz contestando a esta notificación, y procediendo con exacto arreglo a las ordenes con que a la sazón se hallaba, ordenes expedidas desde 12, de Agosto de 1775, 1º de

⁵⁰⁶ Victorio de Navia, Extracto del viaje [...], pp. 456-463, p. 457.

⁵⁰⁷ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española* [...], p. 303.

⁵⁰⁸ A mesma declaração foi utilizada para intimidar o comandante português da Colônia do Sacramento, quando o general tomou a cidadela, em 1777.

Enero y 14 de Febrero de 1776, y anteriores a la ejecución de tan escandalosos insultos, o a la noticia que de ellos pudo tenerse en Europa, se ciñó a significar en respuesta a dichos D.ⁿ Juan Enrique Bohm, y d.ⁿ Francisco Josef de la Rocha, “no la permitía su obligación dejar de guardar religiosamente los mandatos del Rey, por lo cual había repetido nuevamente a todos los Súbditos de su Capitanía General no cometiesen la menor hostilidad contra los Vasallos de S. M. Fidelísima, y solo se mantuviesen en la defensiva como hasta aquí”.

Y aunque D.ⁿ Josef Vértiz respondió en estos términos con arreglo a las órdenes, que hasta entonces había recibido, debo yo advertir, y prevenir ahora a los Gobernadores, Comandantes, y Oficiales Portugueses de Mar, y Tierra, para que no aleguen ignorancia, vengo a estos Países Plenamente autorizado por S. M. para vindicar los derechos de su Corona, y solicitar por medio de las Armas el desagravio del Real decoro, y que soy portador de las ultimas determinaciones de mi Soberano, ya arriba enunciadas, las cuales deben calificarse como forzosas, e inevitables Consecuencias de los mismos atentados cometidos por los Portugueses sin respeto, ni consideración alguna a las Seguridades, reiteradamente dadas, ni a la Negociación entablada entre ambas Cortes la cual era tan positiva, y sincera de parte del Ministerio Español, como aparente y capciosa de parte del Lusitano⁵⁰⁹.

No mesmo dia 20 de fevereiro, as fortalezas fizeram sinal de rebate. Por volta das 08h, a soldadesca tomava conhecimento de que o inimigo espreitava a costa. Furtado de Mendonça deu ordem para << que a tropa e mais gente fosse para os postos e lugares que se haviam destinados e pareciam próprios e por posicionados para a defesa >>, declarou Manoel de Andrade Almada⁵¹⁰. O depoente, tenente de granadeiros do Regimento da Ilha de Santa Catarina, de 94 anos, afirma ainda, que tanto as tropas pagas como auxiliares << estavam todos com o maior ânimo e prontos a defender-se sem que neles conhecesse reseio ou temor do inimigo, antes mostravam os soldados muita alegria e satisfação de forma que alguns estavam tocando viola e cantando como ele testemunha viu e presenciou >>⁵¹¹.

O general ordenou aos soldados acudirem os seus postos. Cada soldado recebeu 96 cartuchos⁵¹². Alguns, em recuperação no hospital, << sem que decem alta, nem tivessem ordem logo que ouvirão tocar o rebate [foram] incorporar sem com seus

⁵⁰⁹ Manifiesto del virrey Cevallos sobre la declaración de guerra entregado al oficial portugués que quedaba en la Isla de Santa Catalina, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 460-461; Juan Beverina, *La expedición de Don Pedro de Cevallos (1776/1777)*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, pp. 197-198; AGN, Division Colonia, Sección Gobierno, Legajo, Portugueses, Conflictos teritoriales em el Río de la Plata, Años 1777-1786, Legajo 5.S VI C XXII.A7.N.º5; Manifesto de D. Pedro de Cevallos, commandante general das Forças hespanholas de terra e mar enviadas á America Meridional, Bordo do navio El Poderoso, 20/02/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 350-351.

⁵¹⁰ Test. Manoel de Andrade Almada, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 11.

⁵¹¹ Test. Manoel de Andrade Almada, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 11.

⁵¹² Test. Francisco Xavier da Silva, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 22.

camaradas >>, declarou José de Melo Sezár Andrade, ajudante do Regimento de Pernambuco⁵¹³.

A notícia da presença de forças estrangeiras circunjacentes à ilha foi recebida com temeridade pelas autoridades coloniais e militares. A mobilização dos soldados foi imediata. Furtado de Mendonça prontamente lançou uma campanha de observação. << O dito general mandara logo na noite do dia vinte para vinte e um de fevereiro do presente ano uma lanxa das de pescaria das baleias, e nela um mestre Manoel Sipriano de Melo a examinar as forças e qualidades das embarcações do inimigo >>, declarou em seu depoimento João Marcos Vieira, administrador dos contratos das Baleias⁵¹⁴. Acrescenta o depoente, dizendo: << fazendo escolha deste homem por ser inteligente da marinha, e ter dado muitos anos embarcado nas embarcações castelhanas, e voltando a tal lancha no dia vinte e um, [...] a noite fora dito mestre dar parte ao general do que tinha observado >>.

Recebendo as informações como mentira, decidiu ele mesmo verificar a movimentação das tropas castelhanas. O general contabilizou mais de 20.000 soldados, bem armados e bem equipados. Além de 20 embarcações de guerra, entre fragatas e naus⁵¹⁵. Em seu depoimento, Manoel de Almeida Fortuna, alferes de Granadeiros do Regimento de Pernambuco, declarou: << logo que as fortalezas fizerão sinal de rebate fora a barra examinar as forças do inimigo [...] que já estava já em terra >>⁵¹⁶.

Encabeçada a investida militar, a Armada castelhana permanecia estacionada na Ilha dos Louros. Localizada nas proximidades da Enseada de Canasvieiras, o ponto ficava a dois tiros de fuzil da fortaleza de São José da Ponta Grossa e era visto como estrategicamente perfeito para o desembarque das tropas. A expedição de três meses chegara ao fim. Foram feitas as últimas observações das fortalezas existentes na Baía Norte. Num pequeno bote << Marte >>, o quartel-mestre Miguel Moreno, brigadeiros Casa Cagigal e Juan Manuel Cagigal, juntamente com o coronel Ventura Caro e José Fons, comandante da tropa ligeira, entre outras autoridades castelhanas, fizeram o reconhecimento definitivo das cidadelas luso-brasileiras. Essa comissão passou ao comandante da Armada a avaliação das observações e o lugar mais conveniente para

⁵¹³ Test. José de Melo Sezár Andrade, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 35.

⁵¹⁴ Test. João Marcos Vieira, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 143-143v.

⁵¹⁵ Test. Leão Teixeira Falcão, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 72v.

⁵¹⁶ Test. Manoel de Almeida Fortuna, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 133v.

efetuar o desembarque. Cevallos organizou toda a estratégia de aportagem e mobilização das tropas em terra. Segundo Bodelon,

Los primeros en desembarcar serían las tropas ligeras de infantería de los Voluntarios de Cataluña y los soldados de la compañía de granaderos de cada batallón, estableciéndose el orden desembarco por la antigüedad de los regimientos a los que pertenecían. Estas primeras unidades expedicionarias se colocarían en los parajes más ventajosos del terreno para, a continuación, cubrir y proteger el desembarco del resto de la tropa, el cual se verificaría por brigadas. La primera brigada destinada a tomar tierra tras granaderos y miqueletes catalanes era la de Saboya, que debería colocarse en un punto donde dejase a su costado derecho el terreno que se indicase. A partir de este primer punto de referencia se organizaría la disposición del resto de brigadas. La segunda en desembarcar sería la de Córdoba (3era brigada), que ocuparía el costado izquierdo de la anterior. Seguidamente desembarcarían, en este orden, la de Guadalajara (4ª brigada) y la de Zamora (2ª brigada), situada también a su izquierda tal y como constaba en el plano de combate⁵¹⁷.

A primeira ação militar foi justamente observar as movimentações e a composição da guarnição luso-brasileira. A ação ofensiva foi minuciosamente organizada. No mesmo dia 21, o capitão Arturo O'Neill, a bordo de um chambequim, foi designado para fazer o reconhecimento da cidadela de Santa Cruz, localizada na ilha de Anhatomirim, uma das três fortalezas que faziam parte do sistema defensivo da Baía Norte. Aproveitando da investida, Arturo fez a inspeção da fortaleza de Santo Antônio, situada na Ilha de Ratones. Apesar de uma tentativa frustrada de lograr a empresa de reconhecimento – alguns canhoneiros foram lançados da fortaleza de Santa Cruz em direção às embarcações castelhanas –, a campanha foi exitosa⁵¹⁸. O fato é, que nesse momento, os castelhanos tinham o conhecimento da formação, organização e defesamento de toda a Baía Norte da Ilha de Santa Catarina.

A 22 de fevereiro, as tropas castelhanas foram preparadas para avançar no encalço dos soldados luso-brasileiros. Nesse dia, a operação foi intensificada. O comandante da Armada deu ordem de formação e desembarque. A localidade escolhida foi São Francisco de Paula, região oriental da Enseada de Canasvieiras. No lado oeste, estava o pomposo forte de São José da Ponta Grossa, uma das três grandes fortificações da Baía Norte. << Contaram dose peças pequenas de campanha, que se viram desembarcar e se julgou seriam seis regimentos, sendo um deles de fuzileiros de

⁵¹⁷ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 308.

⁵¹⁸ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 306; João Carlos Mosimann, *Ilha de Santa Catarina [...]*, p. 15; Juan Beverina, *La expedición de Don Pedro de Cevallos (1776/1777)*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, pp. 190-196.

montanha ou caçadores >>, escreveu o general Furtado de Mendonça ao marquês do Lavradio a 24 de fevereiro⁵¹⁹.

O desembarque marcado para as 20h. As determinações eram para os Voluntários da Catalunha, com 1.200 homens, em diversos botes, lanchas e navios de transporte, fazerem o primeiro desembarque, seguido da companhia de granadeiros de cada batalhão. << Estas tropas formavam as forças especialmente treinadas para atuarem em terrenos montanhosos e de mata cerrada, como os da ilha >>, lembra Mossiman⁵²⁰. Outras embarcações ficariam ancoradas em caso de necessidade e para servir de hospital. Cevallos observava as movimentações das tropas do navio *El Poderoso*. Às 21h30min, o comandante, reunido com o alto comando, resolveu descer até a praia e presenciar pessoalmente⁵²¹. O marquês de Casa Tilly, com outros oficiais, também observava a movimentação. << El primer contacto español con suelo catarinense se produjo a las 00:30 de la noche >>, pontuou Bodelón⁵²². << Logo que desembarcaram entraram a fazer fogo com as peças e fuzis para os matos vizinhos, talvez com o receio de alguma emboscada, o que tudo referiam os oficiais da guarnição da mesma fortaleza ao Governador dessa Ilha >>, escreveu Furtado de Mendonça ao marquês do Lavradio a 24 de fevereiro⁵²³.

Rapidamente, o exército castelhano formou diversos pontos de observação. Sorrateiras, as tropas de Pedro de Cevallos caminhavam pela praia. Muito de perto, as forças luso-brasileiras observavam toda a movimentação. Com velocidade no deslocamento, sob as ordens do brigadeiro Miguel Moreno, as tropas ocuparam os flancos. No Morro da Cachoeira, sem perda de tempo, montaram um posto de observação avançado⁵²⁴. A mobilidade de mil homens tornava rápida a ação de cerco.

O dia 23 prometia ser movimentado. As tropas avançavam cautelosamente. Durante o reconhecimento do terreno, a infantaria ligeira deparou-se com uma escrava perdida. Essa foi rapidamente encaminhada para o quartel-general e apresentada ao comandante da Esquadra. Cevallos colocou em prática o aliciamento, a deserção, o

⁵¹⁹ Bicentenário da transferência da capital [...], Furtado de Mendonça a Lavradio, Ilha de Santa Catarina, 24/02/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 301-304, p. 302.

⁵²⁰ João Carlos Mosimann, *Ilha de Santa Catarina* [...], p. 15.

⁵²¹ Maria de Fátima Fontes Piazza, *A invasão Espanhola na Ilha de Santa Catarina*, (Mestrado em História, área de Política Externa), Universidade de Brasília, Brasília, 1978, pp. 136-137.

⁵²² Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española* [...], p. 310.

⁵²³ Bicentenário da transferência da capital [...], Furtado de Mendonça a Lavradio, Ilha de Santa Catarina, 24/02/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 301-304, p. 302.

⁵²⁴ João Carlos Mosimann, *Ilha de Santa Catarina* [...], p. 16.

oferecimento de prêmio pecuniário, comum nas guerras da península ibérica⁵²⁵ e durante os sítios a praça de Colônia do Sacramento⁵²⁶. Foi logo oferecida a liberdade. Entretanto, preferiu continuar como escrava da senhora sua dona, que acompanhava. Cevallos colheu informações sobre os principais caminhos utilizados pelas tropas luso-brasileiras. Descobriu que utilizavam a praia e, principalmente, que as tropas portuguesas não tinham caminho de escoamento. A escrava foi liberada com a promessa de que todos os outros escravos seriam libertados com a ocupação da Ilha de Santa Catarina pelos castelhanos⁵²⁷.

Da fortaleza de Santa Cruz, ouviram-se tiros, movimentação e palavras de ordem. << Ontem às onze horas da noite, depois de ter escrito a referida carta, escreveu o Governador de Santa Cruz, que se achava já com quatro naus à barba para o baterem >>, comunicou Furtado de Mendonça ao tenente-coronel João Henrique Boehm⁵²⁸. O comandante da fortaleza de Santa Cruz recebeu intimação para a capitulação da cidadela⁵²⁹. Sem perda de tempo, Gama Freitas narrou a Luís de Almeida. Logo após a chegada do inimigo, o governador comunicou ao vice-rei a ação militar das tropas castelhanas a Baía Norte.

Tem entrado duas fragatas neste porto por diferentes ocasiões, e sendo a segunda ontem se conheceu andar sondando a grande baía desta Barra; e chegando nesta diligência a tiro da fortaleza de Santa Cruz, esta lhe atirou uma peça de vinte e quatro, que se lhe não fez ruína a ameaçou, passando-lhe junto a popa que a pôs na precisão de arribar imediatamente, indo dar fundo entre as duas fortalezas mas muito a seu salvo, até que uma trovoada da parte do sul lhe ministrou o vento favorável, com que se foi incorporar na referida fragata, andou de observação pelo pé de armação das baleias, sem que porém chegasse a por a sua proa em terra⁵³⁰.

O governador, antes de ser responsabilizado por toda ação saía em defesa própria. O governador acreditava que, na relação harmoniosa mantida com o vice-rei,

⁵²⁵ Fernando Dores Costa, O bom uso das paixões, caminhos militares na mudança do modo de governar, In, *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, nº 149, v. XXXIII, 1998 – 5º, pp. 969-1017, p. 976.

⁵²⁶ Paulo César Possamai, A guarnição da Colônia do Sacramento, In, Paulo César Possamai (Ogs), *Gente de guerra e fronteira*, estudos de história militar do Rio Grande do sul, Pelotas, Ed. Da UFPel, 2010, pp. 13-31, pp. 21-22.

⁵²⁷ Hjalmar Edmundo Gammalsson, *El Virrey Cevallos*, Buenos Aires, Plus Ultra, 1976, pp. 175-176; Ricardo Lesser, *La última llamarada*, Cevallos, primer virrey del Río de la Plata, Buenos Aires, Editorial Biblos, 2005, p. 99; Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 311; João Carlos Mosimann, *Ilha de Santa Catarina [...]*, p. 16.

⁵²⁸ Furtado de Mendonça a Boehm, Ilha de Santa Catarina, 25/02/1777, *ABNRJ*, 1983, v. 103, p. 157-158.

⁵²⁹ Test. Manuel Vieira Leão, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 576.

⁵³⁰ Bicentenário da transferência da capital [...], Pedro Antonio da Gama a Lavradio, Santa Catarina, 23/02/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 350-351, p. 350.

havia a possibilidade de intervenção por parte de Luís de Almeida. << Eu de mim não digo a V. Exa. nada, nem do meu ânimo nem dos meus trabalhos, porque na primeira depende de Deus a minha conduta e felicidade >>, concluía dizendo, << e da segunda pede a modéstia e o respeito a V. Exa. que me não faça autor nem de útil serviço o que tenho praticado, só de V. Exa. espero o crédito das minhas ações >>⁵³¹.

Do outro lado do oceano, na noite do mesmo dia 23 de fevereiro, após 27 anos de reinado, falecia em seu leito D. José I. << Em virtude de uma doença epiléptica que, havia três anos, com frequência, o prendia ao leito. Tinha as pernas ulceradas, o que lhe causava grande sofrimento >>. Dentre as principais mudanças realizadas pelo valido, Joaquim Serrão cita as mais importantes: << a mutilação >> de uma parte da nobreza; << a feitura de companhias gerais para o desenvolvimento do comércio >>; além da << expulsão da Companhia de Jesus, a violência no restabelecimento da ordem pública, a exoneração importa a altas figuras da administração, as reformas do sistema financeiro e da instrução pública >>⁵³².

Na Ilha, ainda no dia 23, o governador da fortaleza de São José da Ponta Grossa, recebeu a visita do governador, do brigadeiro José Custódio e do coronel António Freire de Andrade. A discordância entre o brigadeiro e o governador sobre evacuar ou não foi o motivo que levou o general a mandá-los para a fortaleza de São José da Ponta Grossa << examinar com evidência >> as tropas inimigas. O coronel do Regimento do Porto seguiu a diligência << para o desempate >>⁵³³. << Estiverão eles observando o inimigo, sabem que não as podiam perceber por ser quase noite e em nenhum deles devizou ele testemunha seblante de menos constância ou de temor ou receio do inimigo >>, declarou o governador⁵³⁴.

A principal recomendação dada pelos oficiais era simples. O governador ficara incumbido de observar os << movimentos >> do inimigo. Entretanto, os soldados castelhanos continuavam ladeando a cidadela. O governador ainda admoestou a demora

⁵³¹ Bicentenário da transferência da capital [...], Pedro Antonio da Gama a Lavradio, Santa Catarina, 23/02/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 350-351, p. 351.

⁵³² Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, o despotismo iluminado (1750-1807), v. VI, Lisboa, Editora Verbo, 1977, pp. 78-79.

⁵³³ Bicentenário da transferência da capital [...], Furtado de Mendonça a Lavradio, Ilha de Santa Catarina, 24/02/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 301-304, p. 302; *ABNRJ*, 1983, v. 103, pp. 158-159, p. 158.

⁵³⁴ Test. Simão Rodrigues Proença, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 563.

na providência, dizendo << que o inimigo tinha desembarcado bastante gente no sítio chamando dos Morretes, e desembarcado também um bom parte de artilharia >>⁵³⁵.

Após observar as fortalezas, os oficiais foram até a vila no quartel-general e residência do marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça, realizar o primeiro Conselho de Guerra. A casa, bem vigiada por quatro sentinelas do Regimento da Ilha que faziam a segurança e a ronda. Desse primeiro Conselho de Guerra e dos demais participavam: o governador Pedro Antônio da Gama Freitas, o general Antônio Carlos Furtado de Mendonça, o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, o coronel Antônio Freire de Andrade, o major João de Figueiroa Pinto, o coronel Pedro de Moraes Magalhães, o tenente-coronel João Gregório Ribeiro, o major Caetano da Silva Sanches e o Auditor do Regimento do Porto Luiz Antônio Roberto Correa da Silva Garção responsável por escrever a conclusão dos Conselhos. Durante as discussões, Furtado de Mendonça, lia fragmentos de cartas, ordens e ofícios antigos do vice-rei e do gabinete português. Luiz Antônio Roberto Correa da Silva Garção, auditor do Regimento do Porto, foi responsável por escrever os Conselhos, em seu depoimento na devassa instaurada pelo marquês do Lavradio após a conquista castelhana, declarou:

[...] sabe pela razão que tem declarado de escrever os mesmos Conselhos de Guerra e presenciar o que neles se pasava, que a retirada de que se trata foi ordenada pelo mesmo general, Antonio Carlos Furtado de Mendonça e segundo aparecer dele testemunha não só pela desigualdade que julgou das forças inimigas, mas tão bem por que assim se lhe ordenava, em um capítulo de certa carta de ordens que ele testemunha por preceito do mesmo general leu aos vogais em um dos referidos Conselhos, a qual carta se pós ele testemunha serto excelentíssimo marquês vice-rei, deste estado, pois o mesmo general lhe entregou naquele Conselho dizendo lhe que lesse aquele capítulo; somente e ele testemunha não viu nem a sua data, nem a signatura dela se fez sobre o dito juízo por se ver pelo seu contexto que era carta de ordem, como ofício e naturalmente lhe ser este dirigido pelo mesmo excelentíssimo marquês e naquele capítulo se ordinava ao mesmo general que no caso do não poder conservarsse e defender-se na sobredita ilha depois de fazer a mais vigorosa e exemplar resistência se passasse a terra firme, aonde no posto que o terreno ofereceu mais vantajoso, se fortificaria e quando nem aqui pudesse conservar-se ao fim que na mesma carta se ordenava de disputar o passo ao inimigo por esse lugar para o Rio Grande então continuando a marcha de retirada se fosse o mesmo general encorporar com o exército do mesmo Rio Grande, engrossando assim aquelas forças que la se achava e declarou ele testemunha, que tudo o que tem desposto do que continha o referido capítulo da sobredita carta de ordens (...) o depõem segundo a sua lembrança por haver passado ja tantos meses em que lhe não era possível conservar as espesias(?) vivas do seu contexto, e por isto a ela se referia na forma que faltara de algum dos mesmos conselhos⁵³⁶.

⁵³⁵ Test. Simão Rodrigues Proença, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 563v.

⁵³⁶ Test. Luis Antonio Roberto Correa da Silva Garção, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 45v-46v.

A notícia de inimigos obsidiando as fortalezas confundiam opiniões e embaraçavam os conselhos. As autoridades divergiam quanto a defesa da Ilha, enquanto Gama Freitas e José Custódio excediam desentendimentos. Logo << no primeiro Conselho em que entrei com o governador e brigadeiro, se não conciliavam com formalidade nos votos os dois oficiais, por não terem a certeza física das duas paragens que apontava o dito capitão, em que podia ser cortado no caso de se ver na precisão de uma retirada >>, escreveu Furtado de Mendonça ao marquês do Lavradio⁵³⁷. Manoel Vieira Leão, sargento-mor e engenheiro responsável pela construção, reparo e reforma das fortalezas da Ilha de Santa Catarina também narra os desentendimentos entre a oficialidade luso-brasileira nos Conselhos de Guerra.

[...] depois do inimigo já estar fundiado na barra e estando ele testemunha destacado no sítio de Santo Antônio fora chamado a Vila por ordem do general que lhe encarregou mandasse fazer uma trincheira no estreito, e passado um ou dois dias foi convocado o Conselho de Guerra a que assistirão o general, o governador da ilha, o brigadeiro José Custódio, o coronel, tenente coronel e major de Pernambuco, o coronel e major do Regimento da Terra no qual se propôs que a fortaleza de Ponta Grossa se achava atacada pelos inimigos de quem o poder era muito superior as nossas forças e que a construção da fortaleza era muito fraca, e que o padraço que lhe ficava superior já estava tomado pelos mesmos inimigos sendo, quem propunha, o general que poderou outras mais razões de que ele testemunha por terem passado meses depois deste serviço não conserva perfeita lembrança mas herão de constar todas dos autos dos nossos Conselhos a que ele testemunha se refere, e que estas circunstâncias queria ouvir a eles convocados sobre o que devia fazer-se e pergutando ao sargento-mór de Pernambuco o seu parecer respondeu este que a vista das circunstâncias que sua excelência poderava lhe parecia que a fortaleza devia evacuar-se: em segundo lugar votou o major do Porto que foi do mesmo voto com mais ou menos circunstâncias como ha de constar dos sobreditos autos, e em terceiro ele testemunha que votou que não obstante conhecer que as forças dos inimigos herão muito superiores e que por estarem senhores do padraço não podia a fortaleza defender-se, com tudo o voto dele testemunha era de que a dita fortaleza devia fazer toda a possível resistência, o que sendo ouvido pelo dito general disse a ele testemunha que não quizesse votar contra o que entendia na sua consciência como fizera Pedro Furtuoso na Colônia para se defender ahý, ao que ele testemunha respondeu que votava segundo o que entendia em sua confiança, a isto respondeu o brigadeiro José Custódio sem que fosse perguntado que a fortaleza depois de por-se em resistência não tinha capitulação, e tudo havia ser passado a espada, e passando o dito general a ouvir os mais votos todos assentarão uniformemente que a dita fortaleza se entregasse, isto é segundo a lembrança que ele testemunha conserva, e depois de todos terem votado e asentido na entrega novamente disse o general a ele testemunha as palavras seguintes = vossa merce diz que esta por sito = ao que ele testemunha respondeu que já tinha dito; e tornando o mesmo general a

⁵³⁷ Bicentenário da transferência da capital [...], Furtado de Mendonça a Lavradio, Ilha de Santa Catarina, 24/02/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 301-304, p. 302.

respeito as mesmas palavras disse ele testemunha = que estava por isso = e neste mesmo conselho se propôs e disse que a sobredita fortaleza tinham ido o brigadeiro José Custódio, o Governador da Ilha, e o coronel do Porto de mandado do general a examinar o estado dela, e as forças e qualidade do exército inimigo [...] com ordem para determinarem ao governador da mesma a evacuasse no caso de assentarem que não podia defender-se, e que sem embargo de terem assentado que ela não podia defenderse, e da ordem que levavam, não quisera o governador da ilha consentir em que se desse a referida ordem ao governador da fortaleza sem que primeiro fosse ouvido o general, e que por isso logo que os sobreditos chegarão a vila se fizerão e procedera ao sobredito conselho depois do qual se fizerão mais alguns conselhos ou conferência se tratava sobre a fortificação da ilha, e estado da tropa⁵³⁸.

Na Ilha, durante a madrugada, os esforços ofensivos foram intensificados. Cevallos ordenou aos Voluntários da Catalunha a investida em terra. No mar, a Armada seguia oferecendo proteção e segurança, impedindo qualquer ataque naval. Sem defesa marítima, as cidadelas portuguesas eram presas fáceis. Assustado, Furtado de Mendonça, contabilizou 6.000 soldados castelhanos marchando pela praia⁵³⁹, quando, na realidade, não excediam 300 homens. Sob o comando do marechal-de-campo Victorio de Navia, na noite do dia 23 para 24 de fevereiro, por volta de 01h, 150 praças das companhias de caçadores de Saboya e Zamora, deixaram o acampamento e iniciaram uma campanha << en busca de campo mas inmediato para emprender el ataque de Punta Grosa >>⁵⁴⁰. Ladeando a fortaleza, buscavam estreitar a distância entre o acampamento castelhano e a cidadela luso-brasileira, além de, com a máxima precaução, espreitar suas forças. Às 03h30min, algumas embarcações de guerra dispararam cinco canhões e não receberam qualquer revide⁵⁴¹. Contudo, os invasores permaneciam em posição para responder à altura.

Nas proximidades da cidadela, posicionados na melhor paragem para efetuar um ataque de artilharia, os castelhanos observaram os flancos que cercavam o sistema defensivo. << Era tan clara la luna que facilitava la practiva de mi comisión >>, escreveu Navia em seu diário⁵⁴². José Henrique << como oficial de quem de devia esperar toda a satisfação e desempenho das suas obrigações militares >> guarnecia a fortaleza de São José da Ponta Grossa, da qual era governador o capitão Simão Rodrigues Proença. Às 09 horas do dia 24 de fevereiro, quando o brigadeiro castelhano

⁵³⁸ Test. Manoel Vieira Leão, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 574v-576v.

⁵³⁹ Test. José da Rocha Moreira, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 84v.

⁵⁴⁰ Victorio de Navia, Extracto del viaje [...], pp. 456-463, p. 459.

⁵⁴¹ Maria de Fátima Fontes Piazza, *A invasão Espanhola na Ilha de Santa Catarina*, (Mestrado em História, área de Política Externa), Universidade de Brasília, Brasília, 1978, p. 137.

⁵⁴² Victorio de Navia, Extracto del viaje [...], pp. 456-463, p. 459.

Casa Cagigal foi observar a fortaleza de São José da Ponta Grossa, José Henrique, tenente-de-artilharia, << saltou da muralha do forte abaixo >>. Um capelão, frei José, que se encontrava próximo, ainda tentou << ir buscar >> o tenente, mas em vão. José Henrique, já tinha desertado << para os castelhanos >>⁵⁴³. José Henrique << julgando, q.^e não poderia resistir-lhes por aquela parte, por onde a dita fortaleza era menos defensável, nem retirar-se, com a sua guarnição, se nela se conservasse até o dia seguinte, tomou a resolução de a abandonar, mandando-a com toda a sua guarnição, pela mesma noite daquele mesmo dia >>⁵⁴⁴.

A deserção do tenente-de-artilharia enfraqueceu o ânimo das tropas. << O inimigo pela deserção do tenente José Henrique Cunha sabia de tudo, assim das fortificações da ilha como dos passos dela e da pouca gente >>, queixou-se Furtado de Mendonça em sua defesa⁵⁴⁵. Por outro lado, como lembra Helen Osório, o recrutamento compulsório e as privações que passavam os soldados nas campanhas do Sul tornaram a deserção uma prática corriqueira entre as tropas.

O recrutamento compulsório da maioria das tropas que vinham lutar no sul e as privações que passavam fizeram da deserção uma prática social corriqueira nesse espaço, fosse nas terras pretendidas ou sob domínio português ou espanhol. Em tempos de guerra, os desertores terminam por ser funcionais para ambos os lados: contrabandeavam rebanhos e informações. Em tempos de paz, tornavam-se os gaúchos, os ladrões, os “vagamundos” que deviam ser eliminados ou enquadrados como soldados ou peões das estâncias que avançavam⁵⁴⁶.

O medo, o pânico de ser passado a espada foram os elementos responsáveis pela ação do tenente. Ao << dezamparar o seu destacam.^{to} >>, << valendo-se das sombras da noite, e da confusão da retirada >>, José Henrique << se separou do mesmo destacam.^{to}, desaparecendo e passando-se, p.^a o inimigo, q.^e com as armas na mão, invadia, hostilizava a Ilha, como logo constou >>⁵⁴⁷.

As informações que os castelhanos haviam colhido da escrava, do tenente-de-artilharia José Henrique e demais cidadãos da ilha, eram de que as fortalezas estavam bem armadas e bem artilhadas, com poder de fogo capaz de resistir por algum tempo e,

⁵⁴³ Simão Proença a Furtado de Mendonça, Trincheira, 24/02/1777, *ABNRJ*, 1983, v. 103, p. 161.

⁵⁴⁴ *Processo do Conselho de Guerra a que foram sujeitos os oficiais culpados pela entrega da ilha de Santa Catarina aos espanhóis*, 1 mç, manuscrito, 1777-1785, AHML, p. 18.

⁵⁴⁵ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 324.

⁵⁴⁶ Helen Osório, *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*, São Leopoldo, Oikos, 2017, p. 71-72.

⁵⁴⁷ *Processo do Conselho de Guerra* [...], p. 18.

exatamente por esse motivo, esperavam uma contraofensiva, que << el castillo pudiera haberse defendido con decoro, porque sobre estar bien fortificado tenía buena guarnición, y aunque lo dominaban varias alturas, era obra dificultosa subir a ellas para batir, y no podía hacerse sin mucho tiempo y trabajo >>⁵⁴⁸.

Na noite do dia 24, a soldadesca luso-brasileira sentia, a derradeira presença do inimigo. Cachorros ladravam. As luzes das lamparinas que iluminavam as guaritas bruxuleavam. O comandante da fortaleza de Ponta Grossa, Simão Rodrigues Proença, assustado lançou canhoneiros da cidadela, acreditando estar obsidiado por terra e mar. O navio castelhano *Septentrión* era o alvo. Ao mesmo tempo, o governador, parecia informar ao inimigo a debandada. Navia, com receio de uma contraofensiva, retornou ao acampamento. Antes, escreveu em seu diário: << al regresare a la altura p.^a la tierra baja, oímos unos cuantos cañonazos y como de un tiro de mortero de Punta Grosa >>⁵⁴⁹. Sem receber qualquer retorno do Conselho de Guerra realizado na vila, << pelas onze horas pouco mais ou menos dessa mesma noite fez [...] aviso [a]o capitão dos auxiliares Antônio Henriques de Miranda de que o inimigo se tinha adiantado >> e, conseqüentemente, << vinha ganhando o passo por onde ele [governador, Simão Rodrigues] se devia retirar com a guarnição da mesma fortaleza >>. Lançou aviso aos sentinelas << observar os movimentos do inimigo >>, enquanto chamava << os oficiais da guarnição lhes [comunicando] estas mesmas partes e aviso que tinha tudo >>. Expondo a ordem do governador da Ilha de não << sacrificar a tropa >>. Diante das << circunstâncias e situação em que se achavam >> tomou a << resolução de que aquela mesma hora se evacuasse a fortaleza >>, temendo << pela manhã poderião não poder fazê-lo por estarem cortados pelo inimigo >>. O governador classificou como o principal motivo por que << evacuou a referida fortaleza >>. Além disso, julgava << na certeza de que lhe vinha a ordem, adiantou a evacuação >>⁵⁵⁰. O próprio governador da fortaleza justificou em seu depoimento, primeiramente, os problemas existentes no

⁵⁴⁸ Noticia individual de la expedición encargada al Excmo. Sr. D. Pedro de Cebállos contra los Portugueses del Brasil inmediatos á las provincias del Rio de la Plata; y se insinúan algunos de los últimos motivos que ocasionaron este rompimiento en 1776. In, Carlos Calvo, *Colección completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, armisticios y otros actos diplomáticos de todos los estados de la América Latina comprendidos entre el golfo de Méjico y el cabo de Hornos desde el año de 1493 hasta nuestros días, precedidos de una memoria sobre el estado actual de la America, de cuadros estatísticos, de un diccionario diplomático y de una noticia historica sobre cada uno de los tratados mas importantes*, t. VI, París, Denné-Schmitz, 1862, p 247.

⁵⁴⁹ Victorio de Navia, Extracto del viaje [...], pp. 456-463, p. 459.

⁵⁵⁰ Test. Simão Rodrigues Proença, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 564-565.

forte; iam desde má construção da cidadela ao número insuficiente de soldados nas guarnições⁵⁵¹.

No raiar do dia, as tropas castelhanas notaram o forte sem bandeira e sem qualquer movimentação. Rapidamente, uma companhia de observação foi formada e, prontamente, devia averiguar a situação. Os castelhanos estavam confiantes na vitória iminente. Às 07h, uma fragata aproximou-se do forte de São José da Ponta Grossa, rapidamente observou a ausência de soldados nas guaritas. A cidadela fora abandonada. O coronel Ventura Caro ordenou a alguns sentinelas treparem sobre a muralha baixa e observarem seu interior. Dentro só encontraram um cadáver de um soldado vítima de alguma explosão de pólvora, mais nenhum soldado dos quase 300 que guarneciam a fortaleza. A bandeira da coroa espanhola foi hasteada. O brigadeiro de Casa Cagigal, com alguns soldados, num pequeno bote de observação, retornou com um tenente de artilharia que comandava a bateria de São Caetano. Iniciava a deserção nas tropas luso-brasileiras. A ofensiva militar continuou. Voluntários da Catalunha e Granadeiros seguiam ordem de marcha. Os soldados ondeavam pela areia da praia. Nove mil homens tinham se lançado contra as possessões portuguesas na América. Entre 8 e 9 da manhã já tinha o controle do forte e a bandeira tremulava no mastro. << El general llevaba justamente 36 horas en la isla y ya había hecho la primera conquista de significación >>, escreveu Bodelon⁵⁵². O forte que anoiteceu português amanheceu castelhano.

Estava tomada a primeira fortificação. Em São José da Ponta Grossa, avistando toda a costa marítima e a redondeza, os castelhanos lançaram vivas ao rei católico, dispararam oito canhões de artilharia, respondidos com 21 lançados do navio *El Poderoso*. Às 12h30min, entrou Cevallos na cidadela, estabelecendo-se e lançando as bases ofensivas para os novos empreendimentos militares. Os soldados deviam guarnecer todos os arredores e os caminhos da fortificação.

Na mesma tarde, o comandante determinou novas prerrogativas. O forte de São José da Ponta Grossa fora o primeiro passo para a ofensiva e ocupação da Ilha. No mesmo dia 24, Cevallos ordenou ao coronel Ventura Caro, acompanhado de Vizente

⁵⁵¹ Declarou em depoimento que a fortaleza não estava em condições defensivas. O argumento era que << suas cortinas eram de três palmos e meio de grossura >>; a guarnição não chegava a 200 homens: 120 de tropas pagas, 15 artilheiros, 40 pretos e o resto de ordenanças e auxiliares. Na fortaleza contava com munição de boca e de guerra, além de farinha para um mês e carne seca um mês e meio. Segundo os cálculos do governador da fortaleza para a defesa possuía ainda 300 arrobas de pólvora, quatro mil balas de artilharia e três mil de mosquete. Vinte e sete peças guarneciam a fortaleza, duas era incapazes. Test. Simão Rodrigues Proença, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 560v-562.

⁵⁵² Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 313.

Imperiale e Pedro Rodríguez dela Buria, que empenhassem todos os esforços numa ação obsidional na fortaleza de Santa Cruz, localizada na ilha de Anhatomirim. A cidadela era o segundo baluarte mais importante da Baía Norte. A tomada era de suma importância. Para dar cobertura às tropas, Casa Tilly ordenou às embarcações – o navio *Septentrión*, a fragata *Liebre* e duas bombardas: *Santa Eulalia* e *Santa Cacilda* – a proteção para o desembarque. O avanço castelhano foi sustido. Antes do aportamento, um oficial português deixou a cidadela em direção ao exército castelhano. Às ordens dadas a Caro eram para tomar o forte. O oficial respondeu que nenhuma posição podia tomar o comandante da fortaleza José Azevedo Gonçalves sem comunicar seus superiores. O oficial pediu a Caro o prazo de um dia. Na manhã do dia seguinte, teria a resposta. Prontamente, o coronel castelhano exigiu a rendição do forte de Ratones⁵⁵³.

A ação foi reportada pelo próprio governador a Luís de Almeida. No mesmo dia 24 de fevereiro, Pedro Antônio da Gama Freitas escreveu ao vice-rei, acusando chegada maciça dos castelhanos. << Esta tarde entraram quatro naus que parecem ser de linha, e creio pela sua posição que se destinam a bater a Fortaleza de Santa Cruz; isto é o que a pressa me permite fazer chegar à presença de V. Exa >>, escreveu o governador⁵⁵⁴.

Enquanto isso, Simão Rodrigues Proença marchava perdido com as tropas. Passou para a trincheira de Ratones, onde recebeu ordem do general expedida pelo coronel do Regimento da Ilha << para que ali se demorasse a fim de evitar o passo do inimigo vigiando sempre que este não cortasse >> e << depois passaria a incorporar-se com o Regimento da Terra >>, o que só ocorreu no dia 24 e, << recebeu a ordem para entregar o destacamento, ao comandante dele José Caetano de Queiroz >> enquanto ele seguia para a vila⁵⁵⁵.

No segundo Conselho realizado no mesmo dia 24 de fevereiro⁵⁵⁶, a oficialidade discutiu o plano defensivo defendido pelo conselho ultramarino e pelo marquês de

⁵⁵³ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 314, João Carlos Mosimann, *Ilha de Santa Catarina [...]*, p. 19; Maria de Fátima Fontes Piazza, *A invasão Espanhola na Ilha de Santa Catarina [...]*, pp. 138-139, Extracto del viaje y noticia de los acahecimientos del Ex.to destinado a la conquista de la Isla de Santa Cathalina y demas operaciones en la America Meridional; a las orden.s del TTe. Gen.l D.n Pedro de Zaballos, en los años de 1776 y 1777, *Campaña del Brasil*, t. 3, p. 460.

⁵⁵⁴ Bicentário da transferência da capital [...], Pedro Antonio da Gama a Lavradio, Santa Catarina, 24/02/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 351-352, p. 352.

⁵⁵⁵ Test. Simão Rodrigues Proença, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 560-562.

⁵⁵⁶ Segundo o depoimento do sargento-mor e engenheiro da Ilha Manoel Vieira Leão foram convocados ao Conselho os mesmos oficiais do primeiro Conselho com exceção do comandante do Regimento da Terra. O Conselho iniciou por volta das 8 ou 9 horas da noite e só terminou às 4 horas da madrugada.

Pombal, chegando à conclusão da inviabilidade defensiva. Não havia outra estratégia senão a evacuação total, pela decuplicação dos problemas, consideram as << faltas das forças do mar de que os castelhanos estão senhores >>, a esquadra comandada pelo tenente-general Robert Mac Douall debandou sem resistência, deixando todo o sistema defensivo sem baterias flutuantes; com isso, era impossível defender o porto. As tropas em terra eram insuficientes para a defesa. Internados nas fortalezas, nas trincheiras, na vila e no continente, o contingente era incapaz de vencer um inimigo em tão elevado número, << desproporcionado às nossas forças; pois trazendo eles dez mil homens >>, lembrou o general Furtado de Mendonça. Somando todas as forças entre tropas pagas, ordenanças, pretos e auxiliares mal chegavam a dois mil homens. Quem permanecia na Ilha não tinha outro destino que << sacrificar esta tropa que pode ser útil para embarçar que os castelhanos passem por terra ao Rio Grande >>. Dessa forma, segundo o general, não havia outra resolução senão << pormos a dita retirada em prática antes de sermos atacados >>⁵⁵⁷.

4.6 As agruras da marcha para o Cubatão

A 25 de fevereiro, << os ajudantes dos corpos foram chamados ao quartel-general >> para realizarem um terceiro Conselho de Guerra. Ali, o governador da Ilha, deu ordem a todos para organizar as embarcações necessárias para o transporte⁵⁵⁸. Os lusitanos decidiram evacuar para a terra firme. Montaram uma estratégia de retirada. O

Nele foi apresentado um tenente de Regimento de Pernambuco chamado João Vicente que expôs o diálogo que teve com o oficial espanhol representante de Cevallos. Após a apresentação do tenente, passou-se ao voto dos oficiais se deviam as fortalezas de Ratonés e Anhatomirim manter a resistência ou entregar as armas. O primeiro a votar nesse Conselho foi o governador Pedro Antônio da Gama Freitas << votou devia a fortaleza fazer toda possível resistência >>. O segundo a se pronunciar foi o brigadeiro José Custódio << que votou que a fortaleza devia entregar-se porque as forças do inimigo eram muito superiores >>. Furtado de Mendonça, segundo Manoel Vieira Leão << mostrava e dizia que estava pelo voto do brigadeiro >> (É importante lembrar, que esta será a conclusão que chegou o Conselho de Justiça ao julgar o marechal-de-campo após o Conselho de Guerra, de que agiu pela vontade do brigadeiro). E que << o dito general pertinas em querer que o dito governador cedesse não quis ouvir algum outro oficial enquanto o dito governador não cedeu conformando-se com o voto do brigadeiro >>. Após o consenso entre o governador, o marechal e o brigadeiro << passou o general a ouvir as mais oficiais perguntando a todos se estavam pelo mesmo, e logo aí se expediu a ordem para o governador da dita fortaleza a evacuar expedindo-se também ordem para o comandante da fortaleza de Ratonés ordenando-se um e outro o que deviam fazer >>. Test. Manoel Vieira Leão, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 577-579v.

⁵⁵⁷ Furtado de Mendonça a Lavradio, Ilha de Santa Catarina, 24/02/1777, *ABNRJ*, 1983, v. 103, pp. 158-159, p. 159; Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, p. 303.

⁵⁵⁸ Test. José de Melo Sezár Andrade, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 31v.

governador ficou responsável pela organização dos transportes para a travessia⁵⁵⁹. As ordens do general eram para deslocar todas as embarcações junto ao trapiche⁵⁶⁰. Furtado de Mendonça ordenou a Pedro Antônio da Gama Freitas executar << a passagem do estreito nas lanchas, fizesse que as 4 sumacas que havia e todas as mais embarcações estivessem prontas na freguesia de S[ão] José >>, ali fizesse o << embarque da tropa, que pudesse embarcar, como melhor parecesse e, que em tudo isto empregasse desde os coronéis até o último oficial >>, escreveu Furtado de Mendonça, posteriormente, em sua defesa⁵⁶¹. João Marcos Vieira, administrador dos contratos das baleias, narrou a ordem e a utilização das embarcações:

[...] no dia vinte cinco em que a tropa teve ordem para passar para terra firme, havia ou general ou governador mandado aprontar algumas lanchas ou canoas que ele testemunha viu passar para o estreito, e se dizia que eram para a passagem da tropa, e que julga estariam prontas porque a tropa com efeito passou para a outra parte mas não sabe ele testemunha a quantidade de embarcações que se achavam no dito estreito nem também se eram todas a precisas para o transporte da mesma tropa, [...] ver que na ilha e nas duas armações havia bastante lanchas porque das ditas duas armações tinha ele testemunha mandado vir como efetivamente viram logo no dia em que se tocou o rebate 28 lanchas e um saveiro, e além destas havia as quatro sumacas que já disse pertencentes a diversas pessoas um saveiro de dona Guiomár, e outra do capitão Gabriel Ferreira, algumas canoas estavam sem a gente precisa para as navegar⁵⁶².

Além de dar ordem para tocar a rebate em decorrência da presença do inimigo, Furtado de Mendonça observou durante os cinco dias – a chegada das tropas castelhanas no porto até a fuga para o Cubatão – as tropas em suas guarnições. << Depois da gente estar nos seus postos presenciou ele testemunha andar o mesmo general assim de noite como de dia rondando as trincheiras a fim de saber se as diferentes gentes que as guarnecião estavam prontas e nos lugares dos seus destinos >>, declarou João Marcos Vieira, administrador do contrato das Baleias, concluindo que << pela mesma razão de ver sabia que os oficiais maiores haviam acudido prontamente aos seus postos >>⁵⁶³. No dia 24 de fevereiro, ao comunicar o marquês do Lavradio a aportagem das tropas castelhanas, queixou-se de sono, cansaço e tristes notícias que transmitia: << há cinco

⁵⁵⁹ Defesa de António Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 227.

⁵⁶⁰ Test. Francisco Xavier da Silva, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 25v.

⁵⁶¹ Defesa de António Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 227.

⁵⁶² Test. João Marcos Vieira, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 144-145.

⁵⁶³ Test. João Marcos Vieira, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 142-142v.

dias, e noites que em todas elas poderei ter dormido três para quatro horas, e o que mais me custa é ir dando tão infelizes notícias >>, escreveu o general⁵⁶⁴.

Com poucos recursos defensivos – principalmente marítimos, já que a esquadra comandada por Robert Mac Douall havia singrado para o Rio de Janeiro –, Furtado de Mendonça, manobrou com poucos recursos bélicos. A estratégia organizada para defender a Ilha e impedir o avanço das tropas castelhanas rumo ao continente da capitania e as outras cidadelas, foi mandar << para o estreito da Vila quatro sumacas das quais uma era [...] guarnecidas com alguma pequena artilharia que ali aparecia para o efeito de evitar o passo ou a passagem do inimigo >>⁵⁶⁵. Frente à dificuldade defensiva, o comandante tinha a necessidade de, estrategicamente, posicionar as forças restantes << em algum lugar vantajoso, a fim de evitar a passagem do inimigo para o Rio Grande >>⁵⁶⁶.

Às 10h da manhã do mesmo dia 25 de fevereiro de 1777, foi marcada a negociação final: a entrega das cidadelas da Baía Norte. Nesse dia, o coronel Ventura Caro regressou ao forte de Santa Cruz para tratar efetivamente dos termos da rendição. Não houve tentativa de repelir a entrada das tropas, até porque os soldados luso-brasileiros combatiam contra um contingente numericamente superior. A debandada foi geral. Caro encontrou o comandante do forte com apenas seis negros⁵⁶⁷. José Azevedo Gonçalves foi conduzido até Cevallos e declarado prisioneiro de guerra. Hasteada a bandeira no forte, Ventura Caro deixou uma guarnição provisória de soldados do navio *Septentrion*, capitaneados por Arturo O'Neill.

Caiu por terra todo o sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina. Após ocupar as fortalezas de São José da Ponta Grossa e Santa Cruz, os castelhanos rumaram para Ratones. Às três horas da tarde, assenhoreavam toda a cidadela. Sem qualquer movimentação de soldados, encontraram o forte abandonado. Sob o comando do capitão Diaz uma companhia do regimento de Zamora ocupou o baluarte.

⁵⁶⁴ Furtado de Mendonça a Lavradio, Ilha de Santa Catarina, 24/02/1777, *ABNRJ*, 1983, v. 103, pp. 158-159, p. 159; Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, p. 304.

⁵⁶⁵ Test. João Marcos Vieira, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 142v.

⁵⁶⁶ Test. Antonio José de Queiros, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 113v.

⁵⁶⁷ Extracto del viaje y noticia de los acahecimientos del Ex.to destinado a la conquista de la Isla de Santa Cathalina y demas operaciones en la America Meridional; a las orden.s del TTe. Gen.l D.n Pedro de Zeballos, en los años de 1776 y 1777, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, p. 460.

O desorganizado sistema defensivo luso-brasileiro na Baía Norte foi duramente criticado por Anibal Abadie-Aicardi. De forma prosaica, o autor trata das defesas das cidadelas:

[...] Santa Cruz, otro castillo
de superior fortaleza
que en el otro lado opuesto
tenía para defensa/
de la citada bahía;
pero, en vez de defenderla,
huyeron como unos potros,
a la ciudad y a su tierra.
El de Ratones, que estaba
en una pequeña isleta,
igualmente, a breve rato,
se cayó en la ratonera.
Síguese el de San Antonio,
que a más de la fortaleza
había un lugar del cual
se escaparon a la sierra
casi todos los vecinos,
cuya heroica diligencia/
igualmente practicaron
los de dicha fortaleza.
Sabido, pues, este caso,
los Voluntarios, que eran
la tropa más inmediata,
como por su casa entran
en el castillo y lugar,
de donde adquirieron nuevas
que por instantes dejaban
paisanaje y soldadesca
las trincheras y ciudad⁵⁶⁸.

Somente no dia 25, após um longo Conselho de Guerra – que iniciou às 19h e terminou às 04h do dia seguinte –, os responsáveis pela defesa da Ilha assentaram – os termos analisados na manhã do dia 21 – << que a retirada se não devia demorar mais >>. Ao meio-dia, Furtado de Mendonça recolheu-se ao quartel-general. Ali escreveu duas cartas, uma ao vice-rei e outra ao general-em-chefe do Exército do Sul, João Henrique Boehm. Essas deviam ser levadas com toda << segurança >>. Pelas três ou quatro horas da tarde, caminhando para o estreito, o general << soube que a gente da freguesia das Necessidades não tinha ainda chegado >>. Prontamente marchou, acompanhado de um grupo de oficiais e soldados para averiguar a causa da demora. << Achou proceder o embaraço de virem os soldados puxando a artilheria por lhe não ter

⁵⁶⁸ Anibal Abadie-Aicardi, La “Relación exacta” versificada de la expedición de Cevallos a Santa Catalina y el Plata (1776-1777), *Historia y Bibliografía americanistas*, v. 18, nos 2-3 (1974), pp. 153-194, p. 179.

mandado o governador para a condução dela mais que uma junta de vacas para cada peça >>, registrou Furtado de Mendonça. O governador havia ordenado o envio de algumas reses para transportar os canhões e demais armamentos. Os soldados destacados na freguesia de Nossa Senhora das Necessidades foram incumbidos da penosa tarefa de empurrar os canhões. Na confusão, grande parte das tropas ainda não tinha embarcado. Três ou quatro lanchas foram ocupadas no transporte. Com poucas embarcações e quase inexistência de remadores a grande maioria dos soldados do Regimento da Ilha desertou⁵⁶⁹.

João Antonio Soares, mestre-de-navios, fora incumbido de organizar as embarcações, bagagens e demais utensílios para a passagem à terra firme. A tropa só parou de embarcar às 22h do mesmo dia. Contudo, preventivamente, antes da tropa, algumas embarcações foram enviadas para o Cubatão com munições⁵⁷⁰. O governador não estava presente. O embarque da tropa durou boa parte da tarde e da noite. Na fusquidão, o general, acompanhado de alguns oficiais, embarcou numa lancha⁵⁷¹ com destino à freguesia de São José. Ali, não encontrou qualquer embarcação, e muito menos alguma chegou naquela noite. No dia 26, passou no Cubatão, << proposto para a frente da retirada, fosse por mar nas canoas, que não podiam cortar mar grosso, se alguns soldados não podiam embarcar, fosse por terra, e da mesma sorte não achou ali

⁵⁶⁹ Defesa de António Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, pp. 327-328. Considerado um ato de covardia e insubordinação, a deserção é uma forma de desopressão das atividades militares. Ao fazer uma análise do exército piemontês no século XVIII, Sabina Loriga enfatizou o crescente número de deserções nos regimentos. Segundo a autora, as deserções eram significativas. Ao mesmo tempo << era o principal meio de resistência encontrado pelos homens que haviam sido recrutados à força e que, uma vez engajados, se viam submetidos às mais difíceis privações, muitas vezes >>, conclui Paulo Possamai, << sem alimentação e vestuário suficientes e com seus soldos constantemente em atraso >>. Tomando como exemplo os mapas gerais de 1791, Fernando Dores Costa chega à conclusão de que o exército português, no final do século XVIII, apresentou elevados índices de deserção. Levando em consideração apenas os regimentos da infantaria o número chega a quase 13.000 (12.932). O autor conclui que << a dimensão deste << exército >> dos soldados em fuga é quase equivalente a dos que estão presentes nos regimentos, isto se aceitarmos sem crítica os números de efetivos constantes dos mapas de força dos regimentos >>. Sabina Loriga, *Soldats, Un laboratoire disciplinaire, l'armée piémontaise au XVIII siècle*, Venice, Marsilio, Paris, Éditions Menthath, 1991, p. 200; Paulo César Possamai, A guarnição da Colônia do Sacramento, In, Paulo César Possamai (Orgs), *Gente de guerra e fronteira*, estudos de história militar do Rio Grande do sul, Pelotas, Ed. Da UFPel, 2010, pp. 13-31, p. 21; Fernando Dores Costa, O bom uso das paixões, caminhos militares na mudança do modo de governar, In, *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, nº 149, vo. XXXIII, 1998 – 5º, pp. 969-1017, p. 971.

⁵⁷⁰ Test. Leão Teixeira Falcão, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 75.

⁵⁷¹ Na travessia << [...] duas lanchas ocupou o general uma em que foi o mesmo general embarcado com alguns oficiais, e outra com alguns trastes e criados do dito general, ocupando-se também duas no transporte dos trastes e criados do governador, uma lancha ao cirurgião-mor Luis Borges Salgado que disse era para passar os cavalos do dito governador >>. Test. Homem Bom de Farias Correa Cesar, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 470.

tropa alguma nem chegava no dia seguinte 27 >>. O general << tendo a notícia que a demora era na passagem do rio Aririú, retrocedeu por terra para facilitá-la >>⁵⁷².

Após acertada a estratégia de enviar armamentos, cartas, além de ouro, prata e toda a secretaria para o Cubatão, passaram a mobilizar soldados e homens de confiança para acompanhar o transporte. Antonio Monteiro Salgado Lacerda, capitão do regimento de artilharia do Rio de Janeiro, chegou à vila do Desterro às nove horas da noite do mesmo dia 25, o governador prontamente passou-lhe as ordens. Antonio devia passar << o parque de artilharia para o Cubatão >>. Contudo, a falta de embarcações impediu o transporte de toda a carga. O capitão << passou uma pequena parte da mesma artilharia por não haver mais do que uma lancha que apareceu sobre a madrugada a buscar a ele testemunha que com efeito foi nela com parte da dita embarcação podia carregar >>. Toda a tropa sofreu com a falta de embarcações. Esse motivo obrigou aos soldados << que marchassem a pé >>. Antônio criticou a falta de empenho do governador: << sendo certo que se as embarcações que havia na Ilha se tivessem mandado aprontar, estivessem prontas, nelas poderia ir embarcada toda a tropa até o Cubatão >>, declarou o capitão⁵⁷³.

Os problemas de relacionamento entre Furtado de Mendonça e Gama Freitas se acentuaram, à medida que as adversidades aumentavam. Não era novidade a desarmonia na guarnição da Ilha de Santa Catarina. Um jogava para o outro as responsabilidades defensivas. Durante a retirada para o Cubatão, << o general se queixara publicamente de que o referido governador não executava as suas ordens porque tendo lhe mandado aprontar embarcações para a passagem da tropa e ir embarcar no sítio de São José até o Cubatão >>, escreveu Antonio José de Queiros em seu depoimento, << ele os não tinha prontas, e que a isto respondera o mesmo governador dizendo: que tinha dado as ordens mas que já lhe não obedecia >>⁵⁷⁴.

Pela falta de embarcações, o governador sofreu ofensas publicamente. O Auditor do Regimento do Porto, como testemunha ocular, declarou em seu depoimento:

⁵⁷² Defesa de António Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 228.

⁵⁷³ Test. Antonio Monteiro Salgado Lacerda, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 192v-193.

⁵⁷⁴ Test. Antonio José de Queiros, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 119v. As acusações e ofensas foram expressivas entre Furtado de Mendonça e Gama Freitas. O primeiro contato entre os dois após a decisão de marchar rumo à terra firme foi tensa. << Encontrando-se o governador da Ilha no caminho para o Cubatão se alterava com o general levantando a voz contra o dito governador por esse não ter mandado aprontar as embarcações >>, registrou o alferes do Regimento de Granadeiros do Regimento do Porto, Leão Teixeira Falcão em seu depoimento. Test. Leão Teixeira Falcão, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 75.

[...] marchando ele testemunha na terra firme em companhia do governador da sobredita Ilha Pedro Antonio da Gama, e outras mais pessoas e chegando a certo passo do caminho que por ser pantanoso necessitava de fazer se lhe alguma esteira para poder continuar-se por ali a marcha chegando ali o mesmo general e não achando o sobredito passo com a necessária disposição para aquela marcha entrando a disputar com o mesmo governador sobre esta falta, se queixava dele governador e de que tenho lhe determinado certas disposições concernentes a esta matéria, especialmente a das embarcações precisas para a passagem dos rios ele general não as achara, prontas nos lugares destinados, porém é verdade que ele testemunha, ouviu a diversas pessoas que não estão em sua lembrança que o sobredito governador tinha com efeito dado ordens próprias e necessárias para aquele fim porém que estas não foram executadas por omissão do mesmo governador más sim pela falta de obediência que já então lhe não prestavam, como devera ser as pessoas a quem dava as suas ordens e sobre este ponto das embarcações e bem natural que assim sucedesse por serem as ditas embarcações todas ou a maioria parte delas lanchas pertencentes a administração do contrato das baleias daquela ilha cujos erão pretos do mesmo contrato que só naquela ocasião cogitavam da sua guida, como efetivamente ouviu ele testemunha fizera a maior parte deles e ele testemunha não se lembra das pessoas que presenciaram este em contra o sobredito general, e governador mas lhe parece que se acharão presentes o capitão de granadeiros do regimento da guarnição da mesma ilha José da Gama, e ajudante do regimento de Pernambuco José de Melo Sezár e o cirurgião mor do sobredito Regimento daquela ilha Luiz Borges Salgado, não sabe porém ele testemunha se estas pessoas ouvirão bem a sobredita disputarem ele testemunha se recorda bem das razões que então ponderava o dito general contra o dito governador sobre a falta que experimentava daquelas embarcações só se lembra do que tem disposto⁵⁷⁵.

Depois de controlar toda a Baía Norte, tomar todas as posições, as tropas castelhanas rumaram em direção à vila. O comandante da esquadra ordenou ao marquês de Casa Cagigal seguir marcha para a vila. Com o marquês, Cevallos enviou uma declaração de rendição total. Exigia da administração portuguesa a entrega das bandeiras, o controle das fortalezas, munições de guerra e tudo pertencente à coroa lusitana. Às dez horas da noite do dia 25, Cagigal deixou a fortaleza de Ponta Grossa que, nesse momento, era o quartel-general castelhano. Organizou as guarnições para as tropas nas proximidades da fortaleza. Para facilitar a comunicação entre as possessões ocupadas, o marquês ordenou a construção uma ponte sobre o rio de Ratones com ligação com a freguesia de Santo Antônio, localizada há algumas léguas da capital, onde havia debandado Cevallos. Fazendo o reconhecimento na localidade, o general cogitou transferir o exército << darle algunos dias de reposo >>. Contudo, para não dar sequência ao controle e plano ofensivo decidiu << solo fuesen los tres batallon.^s de Murcia, Ibernica y Princesa, con 100 hombres de tropa ligera >>, transportados para a

⁵⁷⁵ Test. Luis Antonio Roberto Correa da Silva Garção, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 48v-49v.

vila, comandados pelo brigadeiro Guilherme Vaughan. No mesmo dia 26, às 11h30min, o tenente-coronel do batalhão Princesa ocupou as baterias, armazéns, trincheiras e tudo o que haviam deixado os luso-brasileiros na freguesia de Nossa Senhora do Desterro. Alojados em barracas, as forças foram fragmentadas e três companhias de granadeiros, três de caçadores, mais cem catalães e quarenta artilheiros, guarneceriam a capital, situada na parte mais ocidental da Ilha. Cagigal encontrou apenas um ajudante de ordens do general Furtado de Mendonça. Antônio de Melo se dirigiu ao representante castelhano e informou que o comandante português, junto com toda a tropa, tinha marchado para a terra firme⁵⁷⁶. << Fico entregue por mãos do meu Ajudante de Ordens Antônio de Melo e Castro do Manifesto e declaração de guerra em nome de S. Majestade Católica que o Exmo. Senhor Tenente General D. Pedro de Cevallos me fez remeter >>, escreveu o marechal ao comandante castelhano⁵⁷⁷.

A vila ficou deserta. A notícia da entrega das fortalezas da Baía Norte e da marcha das tropas castelhanas em direção à vila lançaram a confusão e o pânico na capital. A debandada foi geral. Manuel Joaquim de Almeida, em seu livro *Memória Histórica da Província de Santa Catarina*, descreve os momentos vividos durante a fuga desordenada:

[...] fora tal a precipitação da marcha, susto e horror ao jugo espanhol que uma senhora passando pela Freguesia de São José se esquecera ou abandonara dentro da Igreja, onde havia entrado, uma filha nascida de poucos dias, e que (por acaso) horas depois, um homem conduziu e salvou esta vítima das garras morte: que em mais horrendo abandono fora achada outra menina, também nascida de pouco tempo, sobre uma pedra na entrada da Vila de Luguna, ou do Itapirobá, mas que também fora salva por um homem a cavalo que por acaso ali chegou, e que a levou nos braços para a Vila, onde a deu a criar⁵⁷⁸.

Enquanto Furtado de Mendonça estava no Cubatão à espera das tropas, Pedro Antônio da Gama Freitas, pediu a José da Gama Lobo Coelho, um soldado << hábil >> disposto << a ir ao Cubatão >> levar << um recado ao general que já estava no Cubatão >>. O governador pedia ao general << que ele se achava ali com a tropa sem ter em que passasse sua excelência por lá tinha alguma embarcação a manda-se >>. Para cumprir a tarefa, o soldado recebeu quatro mil réis do governador e mais quatro mil do brigadeiro

⁵⁷⁶ Victorio de Navia, Extracto del viaje [...], pp. 456-463, p. 460-461.

⁵⁷⁷ Furtado de Mendonça a Casa Cagigal, 26/02/1777, AGI, Buenos Aires, 57, Doc. 10. In, Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española* [...], p. 317.

⁵⁷⁸ Manoel Joaquim d'Almeida Coelho, *Memoria Histórica da província de Santa Catharina*, Desterro, Typographia Desterrense de J. J. Lopes, 1856, p. 31.

José Custódio e atravessou o rio a nado. Na mesma noite foi dado o recado ao general ordenou o envio de uma embarcação⁵⁷⁹.

A falta de embarcações necessárias para fazer uma travessia deixou pelo caminho muitos instrumentos bélicos. A marcha da freguesia de São José até o Cubatão foi penosa e desgastante. Os soldados tiveram que atravessar três grandes rios – Maruy, Arariú e o Cubatão, além de outros sete rios pequenos – até chegar ao ponto de encontro. A deserção foi significativa, e a marcha foi um fracasso. A ação expôs a inoperância militar dos generais luso-brasileiros. Não conseguiram manter os soldados em formação, organizar uma marcha ordenada e, principalmente, escolher um lugar eficiente para se fazer forte.

Alguns oficiais, em meio à confusão, buscavam salvar o que podiam. O tenente de ordenanças da Ilha de Santa Catarina, Antonio Francisco de Mendonça, em seu depoimento, revela ter salvado quatro mil e tantos cruzados da fazenda. Esses foram enviados numa sumaca para a cidade de São Sebastião. << Também veio alguma fazenda de José Jaques Nicós João Tavares Fernandes Matheos de Tál e Thomás Francisco da Costa saindo a dita sumaca da vila no dia vinte e oito, e passou sem empendimentos porque saiu de madrugada >>. Outras duas sumacas foram enviadas no mesmo dia, mas foram apresadas pelos castelhanos.

Antonio Francisco de Mendonça, nesse mesmo dia (28/02), retirou-se para a Laguna com mulher, filhos e alguns familiares. No caminho do Cubatão para a Laguna, encontrou o capitão Manoel Gomes de Ataíde, do Regimento da Terra, com o filho do general Furtado de Mendonça e mais um sargento do mesmo regimento, chamado José de Castro. Esses, conduziam a carga de pratas e demais pertences do general como << garfos e talheres >>, vistos na parada de um cavalo que o carregava. Além de Antonio Francisco de Mendonça, José Jaques Nicós e seu pai, Jacinto Jaques, e genro, João Tavares Fernandes, além de outras pessoas presenciaram o ocorrido. Essas, posteriormente, foram para Viamão e Laguna.

O pânico foi geral. Os soldados viam inimigos ladeando os campos e morros. Imaginavam castelhanos em todos os caminhos. Antonio Francisco contesta essa informação, dizendo: << que o caminho para a Laguna estava livre e franco e desenbaraçado >>. Muitas famílias, soldados, até mesmo escravos fugiram para Laguna. << Continuadamente estavam chegando soldados e paisanos, todos diziam não ter

⁵⁷⁹ Test. José da Gama Lobo Coelho, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 206-206v.

achado embaraço algum nem houve nunca por espaço de um mês em que ele testemunha esteve na Laguna pois que em todo o dito tempo estava vindo gente que dizia o mesmo >>, testemunhou o tenente de ordenança da Ilha de Santa Catarina⁵⁸⁰.

As tropas só chegaram a Cubatão nos dias 27 e 28. A soldadesca queixava-se amargamente as agruras da marcha para o sítio. Extremamente penosa e desgastante. << A tropa na marcha para o Cubatão deixou ficar muitas fardas e outras munições pelas não poderem carregar, e que outro sim sabe que se as ditas munições senão salvarão não foi porque fossem perseguidos, atacados ou picados pelo inimigo, que não chegarão a ser >>, declarou Belxior Mendes de Carvalho Gusmão, capitão-de-infantaria do Regimento de Pernambuco⁵⁸¹.

No mesmo dia 27, pela manhã, os castelhanos tomaram de assalto a fortaleza da Baía do Sul.

Para o Cubatão, foram levados documentos, livros de registros, pertences do governador, do general e demais autoridades coloniais, cartas endereçadas ao vice-rei e às autoridades em Lisboa. Além disso, foram enviados instrumentos bélicos, víveres, cofres e correspondências entre as autoridades militares.

Os soldados marcharam durante três dias. Com poucos mantimentos e aprisionamentos, muitos soldados passaram fome. A pouca carne seca era dividida entre soldados e oficiais. José da Gama Lobo Coelho, capitão-de-infantaria do Regimento da Ilha de Santa Catarina, conta que, estando ele junto com o brigadeiro José Custódio, repartiram com outros soldados o alimento. José da Gama << dormiu a bordo do rio Arariú mandando [o brigadeiro] ele testemunha assar um bucado de carne seca para comer pois havia vinte quatro horas que não comia pelo ter, e ainda quele bocado de carne lhe deu um soldado, e comer dando o dito brigadeiro >>, declarou o capitão⁵⁸².

Muitos ficaram perdidos nas matas. Foi o caso do soldado do Regimento da Ilha de Santa Catarina, António Pereira da Costa, perdido durante 11 dias na mata. << Sem poder acertar o caminho que saísse para fora voltou ao Cubatão com mais alguns camaradas seus, e na volta encontrou um cadáver de um baixo >>. Disse ele ainda que << estando já no Cubatão e na sua casa que era na Freguesia de São José por ser ai

⁵⁸⁰ Test. Antonio Francisco de Mendonsa, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 173-174v.

⁵⁸¹ Test. Belxior Mendes de Carvalho Gusmão, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 126-v-127.

⁵⁸² Test. José da Gama Lobo Coelho, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 210.

casado chegarão alguns camaradas seus que diziam terem morrido outros a falta de alimentos, pois só se sustentavam de ervas e o coró das patronas assado >>⁵⁸³.

As notícias falsas de que os caminhos estavam cortados levou muitos soldados a desertarem. Antonio Caetano da Anunciação, furriel do Regimento de Pernambuco, desertou após ouvir << que os caminhos para a Laguna estão cortados >>. Após marchar para o Cubatão, o furriel desertou rumo a Laguna << com muitos camaradas [e] acharão todos livres francos, desembarçados sem obstáculo algum de guarda inimiga >>⁵⁸⁴. Antonio José de Queiros, capitão do Regimento do Porto, notou que, das quatro companhias, quando chegaram ao Cubatão, faltavam trinta e poucos homens. E, a grande maioria tinha << ficado atrasada por não poderem seguir a marcha violenta que trazia oprimidos do peso das barracas, ferramentas e mais munições >>⁵⁸⁵. José da Gama Lobo Coelho, capitão-de-infantaria do Regimento da Ilha afirma nos depoimentos terem desertado do seu regimento 77 homens em apenas dois dias⁵⁸⁶. Do Regimento da terra e de Pernambuco ficaram mais de 500. << Faltariam no dele testemunha 30 até 33 homens >>⁵⁸⁷. Já da companhia de Granadeiros 17 soldados, segundo o comandante José da Gama Lobo. << Desertara uma grande parte uns com pretexto de irem para suas mulheres, outros com o fundamento de irem bujar alguma coisa que tinham na vila >>⁵⁸⁸.

Ao amanhecer do dia seguinte se acharão faltos quatrocentos e tantos, e continuarão a fugir em tão grande número que o Regimento dele testemunha só foram prisioneiros pouco mais de trezentos que ele testemunha contou e da mais tropa a proporção, e regulando ele testemunha o cálculo pela gente que viu embarcar julga que poderiam ser os que foram prisioneiros perto de seiscentos homens⁵⁸⁹.

Quem não desertou carregou sobre os ombros << as barracas ferramentas e tudo o mais pertencente ao trem dos seus regimentos, e ainda mesmo o que haviam de comer, na marcha que desde a vila até o Cubatão não havia a este respeito providência alguma >>⁵⁹⁰. A falta de bestas obrigou os soldados a condução de toda a carga, desde mochila, marmitas, ferramentas, armas, 96 cartuchos que carregavam, além de barracas e

⁵⁸³ Test. Antonio Pereira da Costa, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 505v-506.

⁵⁸⁴ Test. Antonio Caetano da Anunciação, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 58v-59.

⁵⁸⁵ Test. Antonio José de Queiros, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 115-115v.

⁵⁸⁶ Test. José da Gama Lobo Coelho, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 204v.

⁵⁸⁷ Test. Luis Manoel de Souza Menezes, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 95v.

⁵⁸⁸ Test. Luis Manoel de Souza Menezes, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 95.

⁵⁸⁹ Test. Homem Bom de Farias Correa Cesar, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 468v-469.

⁵⁹⁰ Test. Joaquim Ignácio Ribeiro, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 184v.

mantimentos. Não havia << soldados que não andassem com os ombros feridos e maltratados das madeiras e paus que carregavam >>⁵⁹¹. Na agrura marcha, muitas coisas foram perdidas pelo caminho ou jogadas no mar, por não conseguirem carregar⁵⁹².

Quando chegaram os soldados ao Cubatão⁵⁹³, o general mandou << dar de comer as tropas >>, para que << armazém e barracas >> e, prontamente << fazer alguma guarda naqueles lugares >>⁵⁹⁴. Além dessas ordens, outras disposições foram tomadas. Preventivamente, antes que tudo ficasse aos castelhanos, os oficiais luso-brasileiros passaram à soldadesca ordem de << encravar >> canhões, jogar ao mar armas e munições e queimar cartuchos, pólvoras e o que mais pudessem deixar inutilizados. Boa parte da pólvora foi queimada na praia. Contudo, pela relação inventariada pelas tropas castelhanas, muitos instrumentos bélicos foram deixados nas fortalezas, na vila, na marcha desordenada para o Cubatão e na própria localidade, e foram encontrados em ótimo estado de conservação e uso.

No Cubatão, uma pequena parcela dos soldados que resistiram a marcha estava dispostos a continuar até Laguna. Contudo, a resolução do general e demais autoridades militares foi outra. No último Conselho de Guerra, ficou decidido pela << capitulação >>. A entrega da Ilha automaticamente tornava todos os soldados prisioneiros de guerra. A deserção fora grande, mas segundo os depoentes, muitos soldados permaneceram fiéis ao general e << estavam prontos para marchar para a Laguna >>. Enquanto outros receberam ordens para que << entregassem as armas, e munições [...] alguns tiveram

⁵⁹¹ Test. José da Gama Lobo Coelho, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 205.

⁵⁹² Test. José da Rocha Moreira, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 85v.

⁵⁹³ Soldados, oficiais e demais depoentes na devassa realizada por Luís de Almeida consentiram nos depoimentos que o Cubatão era um lugar pouco estratégico. << Era uma praia entre matos sem reparos ou defesa alguma a mais do que algumas peças de artilharia montada >>, declarou Manoel de Barros Pereira, quartel-mestre do Regimento do Porto. Não existia ali qualquer fortificação << ou gênero algum de defesa mais do que três peças que nem montada estavam >>. Apenas uma praia de 40 a 60 brasas de fundo e um pequeno armazém com algumas munições e mantimentos. Era um terreno pantanoso, a 18 quilômetros da Ilha. << Tanto abordado do mar que com um vento fresco que houve em uma ocasião sucedeu meter água para dentro que molhou a maior parte do abarracamento >>, declarou em seu depoimento João Batista do Espírito Santo, 2º tenente do regimento de artilharia do Rio de Janeiro, << nem a respeito deste mesmo terreno tinha dado mais providência do que ter mandado fazer entre os matos um armazém em que tinha mantimentos e este então mau sítio que para se ir a ele era necessário andar atolado em lama, bastantemente grande, de forma que os soldados se descalçavam >>. Já Manuel de Andrade Almada << julgava que o general tinha escolhido o lugar do Cubatão para se fazer forte saindo da ilha porque neste lugar mandou fazer um armazém que tinha fornecido mantimentos e munições a ilha mandando para este mesmo lugar os gados vacuns que haviam na ilha e as bestas >>. Test. Manoel de Barros Pereira, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 66v-67; Test. José da Gama Lobo Coelho, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 210; Test. João Batista Espírito Santo, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 157v; Test. Manoel de Andrade Almada, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 19v-20.

⁵⁹⁴ Test. Manoel de Andrade Almada, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 22.

repugnância de forma que atirarão com elas ao chão ralhando e dizendo palavras mal soantes >>. Se não bastasse, após a comunicação dos superiores e das ordens << principiaram logo a desertar >>. Perguntando aos coronéis dos regimentos, a resposta era firme e direta. O coronel Fernando da Gama disse que << seus soldados tão bem prontos respondera ele que faltavam muitos soldados mas que os que havia e parecia estariam do mesmo ânimo >>. O coronel de Pernambuco << dera a mesma resposta >>. Entretanto, havia corpos desordenados. O governador Pedro Antônio da Gama Freitas respondeu << que não tinha nada pronto porque já lhe não obedeciam >>⁵⁹⁵. Para Auguste de Saint-Hilaire, durante a invasão castelhana ficou patente a inoperância militar do governador: << Pedro Antonio da Gama Freitas, tomado de pânico, retirou-se para o continente, onde logo depois se rendeu incondicionalmente >>⁵⁹⁶.

4.7 A capitulação

No Cubatão, o general Furtado de Mendonça concedeu os poderes necessários para o brigadeiro José Custódio tratar das negociações com Cevallos. Já se conheciam, serviram nas missões durante a Guerra Guaranítica. Certamente, a oficialidade luso-brasileira viu nisso uma possibilidade de entendimento, pois não foram tratar com o general castelhano nem Furtado de Mendonça e nem o governador Pedro Antônio da Gama, ambos correspondiam ao comandamento militar e político da Ilha. José Custódio embarcou em um escaler de bandeira branca em direção à Ilha. Na tarde do dia 28 de fevereiro, José Custódio chegou ao quartel-general castelhano, improvisadamente, fixado na fortaleza de São José da Ponta Grossa. Acompanhado de um ajudante-de-ordens e do comandante castelhano Juan Roca, o brigadeiro foi com os termos acertados em mãos. Entretanto, pela hora demasiadamente tarde e, principalmente, para provocar mais tensão na oficialidade e governança luso-brasileira, Cevallos ordenou que alguns sentinelas levassem o comandante para dormir a bordo do navio *El Poderoso* e, no outro dia, conferenciassem. Os dias seguintes foram acompanhados de intempéries. A forte chuva e um vento pampeiro do sudoeste impossibilitaram o encontro. Somente no dia 2 de março, o brigadeiro retornou a terra. Acompanhado do marquês de Casa Tilly e do

⁵⁹⁵ Test. Manoel de Andrade Almada, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 21-22.

⁵⁹⁶ Auguste de Sainte-Hilaire, *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*, trad. Regina Regis Junqueira, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 122.

ajudante-de-campo entrou no forte de São José da Ponta Grossa⁵⁹⁷. Ali, estava a oficialidade castelhana.

José Custódio foi com os termos acertados no último Conselho de Guerra. A proposta do Alto Comando, representado pelo brigadeiro, era transladar as tropas luso-brasileiras, principalmente, as que haviam marchado até o Cubatão e que se encontravam no continente, que fossem essas transportadas da Ilha para o Rio de Janeiro: << Las tropas que se habían retirado de la Isla, fuesen transportadas al Rio Janeiro >>, anotou Navia em seu *diário*. Cevallos não concordou e não concedeu livre passagem a todos. Os oficiais lusitanos seriam efetivamente enviados para o Rio de Janeiro, dava sua palavra de honra; mas, quanto aos soldados, as bandeiras, as caixas de guerra e as tropas, daria ele o destino correspondente << de buena guerra >>. Sem poderes para decidir sozinho, José Custódio deu a palavra que passaria as informações e a conferência ao general Furtado de Mendonça e retornaria com a resposta. Saiu dali acompanhado do marquês de Casa Cagigal⁵⁹⁸.

Após o retorno de José Custódio ao acampamento e de o mesmo narrar ao general e às demais autoridades a conferência com Cevallos, Furtado de Mendonça chamou o tenente de Ordenança José Luís Marinho. O general perguntou-lhe se conhecia alguém de confiança capaz de ir até a Guarda de Embaú para verificar a existência de inimigos ou não naqueles caminhos. O tenente mandou chamar o escravo Antonio Preto. José Luís Marinho recomendou ao escravo que << fosse a referida Guarda de Embaú e soubesse se estava tomada pelo inimigo >>⁵⁹⁹. No dia seguinte à conferência, de volta ao acampamento no Cubatão, disse Antonio: << não achara na dita Guarda mais do que gente nossa a passar >>, continua ele dizendo que << passara o hospitaleiro Antonio Nunes que foi na companhia dele testemunha, e só virá castelhanos no Pontál, ou campo da Araçatuba que andavão correndo atrás do gado >>⁶⁰⁰.

Nesse momento, os erros foram ficando mais visíveis a inoperância militar-estratégica da oficialidade luso-brasileira. Furtado de Mendonça e Pedro Antônio estavam a frente da vergonhosa defesa militar. O general pedia a qualquer indivíduo

⁵⁹⁷ Victorio de Navia, *Extracto del viaje [...]*, pp. 456-463, p. 461.

⁵⁹⁸ Victorio de Navia, *Extracto del viaje [...]*, pp. 456-463, p. 462.

⁵⁹⁹ Test. José Luis Marinho, ANTT, *Manuscritos do Brasil*, n. 21, p. 314.

⁶⁰⁰ Test. Antônio Preto, ANTT, *Manuscritos do Brasil*, n. 21, p. 360.

informações dos caminhos, se estavam livres ou cortados. Os depoentes, afirmaram que o general mandou um filho do tenente José Luís Marinho numa diligência⁶⁰¹.

Além de José Marinho durante a parada no Cubatão, o general mandado diversas diligências << verificar os caminhos >>. A grande maioria voltava ao acampamento com a notícia de que os caminhos << estavam francos e desembaraçados >>. A estratégia era seguir do Cubatão para Laguna e, posteriormente, para o Continente do Rio Grande, onde receberiam o apoio das tropas de João Henrique Boehm.

É redundante entre os depoentes, a história de Manuel Antonio Sebalhos, soldado destacado na Laguna, que foi até a Ilha buscar a esposa e os filhos. Sebalhos saiu do Cubatão no dia 27 ou 28, chegou a Laguna no dia 30 e retornou para o Cubatão no dia 5 de março. Lá, comentou com os regimentos e demais autoridades luso-brasileiras, com o próprio Furtado de Mendonça – o qual mandou o soldado levar uma comunicação ao capitão Manoel Gomes de Ataíde –, que os caminhos estavam << livres, francos e desembaraçados >>. E, logo depois, no dia seguinte, voltou com sua mulher e filhos para a Laguna⁶⁰². No mesmo dia 28, Domingos Lopes, criado do general Furtado de Mendonça, que havia chegado ao Cubatão no dia 27, foi ordenado pelo general para verificar os caminhos para a Laguna, se estavam cortados. Na caminhada, encontrou um filho de José Luís Marinho << disse que era certo estar a tropa inimiga em terra porque tinha visto soldados castelhanos na Araçatuba >>⁶⁰³.

Outros soldados e autoridades que foram enviadas pelo general para verificar os caminhos até o Continente do Rio Grande. O oficial José Luiz Marinho, Antonio Henrique e Gabriel Ferreira << e outros de quem se confiou moradores todos na mesma Ilha >> tinham a ordem de noticiar se os caminhos estavam << cortados >> ou não⁶⁰⁴. Além desses, João de Bitancour e Alexandre, oficiais do regimento da terra foram enviados para examinar os caminhos para a Laguna.

Assim, os caminhos para o rio São Francisco, para a Laguna e qualquer outra localidade estavam livres. Os castelhanos não se aventuraram em nenhum momento adentrar o continente. Receavam um combate com as forças luso-brasileiras. Temiam as

⁶⁰¹ José Marinho de Bitancour, de 17 anos, foi levado preso da Ilha de Santa Catarina para a fortaleza de São José, juntamente com seu irmão João Luís Escovár, de 15 anos. Ambos foram acusados de terem transmitido falsas informações, principalmente de estarem os caminhos << cortados >>. A soldadesca afirmou nos depoimentos que o general Furtado de Mendonça capitulou por que foi informado pelos filhos do tenente da Ordenança que os castelhanos tinham ocupado todos os << passos >>.

⁶⁰² Test. Manoel Antonio Ferreira, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 518v.

⁶⁰³ Test. Domingos Lopes, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 444.

⁶⁰⁴ Francisco Xavier da Silva, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 26.

tropas do continente e o reforço das tropas do Rio Grande. Ficaram, o tempo que sucedeu a marcha para o Cubatão e a capitulação, estacionados na Ilha.

Entretanto, as falsas notícias de estarem os caminhos todos << cortados >>⁶⁰⁵, foi certamente uma das causas da capitulação. Segundo grande parte da soldadesca...

[...] razão porque o general mandou capitular [...] se os caminhos para a Laguna estavam cortados e só ouviu dizer a José Luiz Marinho que dizem esta preso nas cadeias desta relação que os caminhos estavam cortados porque um filhoso seu indo a Araçatuba achara soldados castelhanos na mesma Araçatuba⁶⁰⁶.

A última fortaleza conquistada pelos espanhóis foi a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, a defesa da Baía Sul.

Após as infrutíferas diligências, incumbindo pessoas que nem soldados eram, Furtado de Mendonça não tinha mais chance de manter as tropas em disciplina e, muito

⁶⁰⁵ É unânime entre os depoentes do processo da devassa que após a notícia dada pelo filho de José Luiz Marinho, João Luís Escovár, de que os caminhos para a Guarda de Embaú estavam cobertos de inimigos, levou os responsáveis pela defesa a capitular. O auditor do Regimento do Porto, que foi responsável por escrever os Conselhos de Guerra, concluiu que as autoridades lusitanas capitularam porque julgaram que os caminhos estavam cortados. Disse ele que << julgou estar cortados, e empedido o caminho não passo a Laguna e Rio Grande porque assim o declarou o mesmo general em um dos sobreditos conselhos de guerra >>. O próprio José Marinho Bitancour foi chamado para depor. Em seu depoimento, declarou ser em parte verdade o depoimento dado pelo criado do general, Domingos Lopes. O assistente no Cubatão, interrogado pelo desembargador Sá e Alarcão, confirmou que foi a Araçatuba sim, mas não por ordem do general e sim de seu pai, José Luís Marinho. O objetivo da diligência era << buscar ao dito lugar uma pouca de roupa >>. O que viu foram << castelhanos que andavam seguindo com gado >>. O menino, ainda, declarou contraditoriamente ao que disse não ter falado e não ter recebido quatro mil réis do general, como disse Domingos Lopes, mas quatro patacas << que ele testemunha pediu para comprar um pouco de pano >>. O próprio José Marinho confirmou o diálogo entre o general e seu filho. << Um filho seu chamado José que presentemente esta nesta cidade, e dissera este na presença do referido general, que lhe custara muito fugir aos castelhanos que o tinham seguido por um mangue a baixo, e achara a casa em que ele testemunha tinha a roupa roubada >>, declarou José Luís Martinho. João Luís Escovár, outro filho de José Luís Marinho, que durante o inquérito também ficou preso na fortaleza de São João, de apenas 15 anos, trouxe sua versão sobre os caminhos estarem << cortados >>. Descrito pelas autoridades responsáveis pela devassa como << assistente no lugar do Cubatão >>, o menino, no momento do rebate, estava em Araçatuba. De lá, viu soldados que fugiam para não ficarem prisioneiros de guerra. Ao conversar << tanto com homens como mulheres dos quais disserão a ele testemunha alguns fugirão porque a vila estava entregue aos castelhanos, e que estes mandavam aos portugueses, e atacavam fogo as casas >>. No momento da chegada das tropas castelhanas, João Luís Escovár estava em Araçatuba e diz ter visto diversas embarcações e lanchas castelhanas. Com medo, ao ver 50 a 60 homens desembarcando, rapidamente, João seguiu o caminho da Guarda de Embaú para a Laguna. Nesse passo, não encontrou << nem viu mais castelhanos >>. No armazém do Cubatão, de seu pai, João afirma << se achava grande quantidade de farinha carne seca armamento e alguns fardos de fazenda, e outras miudezas, pois nas ocasiões ia da estância aonde assistia a casa de seu pai buscar mantimento, presenciara estar o dito seu pai fazendo carregar as sobreditas munições do porto onde desembarcavam para o referido armazém >>. << E não sabe se o sobredito general, alem daquela diligência do preto, e notícia que deu o filho dele testemunha fez mais algumas diligências, ou teve notícia por outra parte >>, declarou José Luís Marinho. Test. Roberto Correa da Silva Garção, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 51; Test. José Marinho de Bitancour, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 552v; Test. José Luis Marinho, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 314v-315; Test. João Luis de Escovár, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 347-348v.

⁶⁰⁶ Test. Joaquim Ignacio Ribeiro, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 180-180v.

menos, manter a vergonhosa estratégia militar em ação. Não havia outro caminho senão a capitulação. No último Conselho de Guerra, as discussões em determinado momento harmonizaram-se, levando a termo a execução das prerrogativas entabuladas coletivamente entre a oficialidade.

Com a volta de José Custódio, novas prerrogativas foram tomadas. Um novo Conselho de Guerra foi chamado. Prontamente os comandantes dos regimentos desarmaram os soldados, pois a oficialidade tinha medo de sublevações, receando rebeldias. O armamento, rapidamente, foi recolhido para o quartel-general, ficando apenas as bandeiras na frente dos aquartelamentos. A capitulação tinha por objetivo final << obter por meio dela alguma possível vantagem >>. O encarregado de tratar dos termos com o inimigo foi o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria. Recebeu << todo poder necessário pelo mesmo general e conselho fosse tratar esta negociação com o chefe da esquadra inimiga >>, declarou o auditor do regimento do Porto, Roberto Correa da Silva⁶⁰⁷.

Nos dias 3 e 4 de março, não houve encontros; o mal tempo impediu o deslocamento do brigadeiro José Custódio até o quartel-general de Pedro de Cevallos. No dia 5, o representante português pôde deslocar-se até a fortaleza de São José da Ponta Grossa e apresentar os termos acordados em Conselho com a oficialidade. Eram oito os artigos para efetuar a rendição. Cevallos analisou artigo por artigo⁶⁰⁸. O Auditor do Regimento de Pernambuco, Luiz Antonio Roberto da Silva Garção, que já tinha sido escrivão dos Conselhos de Guerra, também redigiu os termos da capitulação.

Entretanto, Cevallos só aceitaria a rendição total. Sabia ele, muito bem, o estado das tropas luso-brasileiras. Furtado de Mendonça ainda tentou, improficuamente, não ficarem as tropas prisioneiras de guerra. A rendição propunha << unas condiciones muy humillantes tratándose teniendo en cuenta la importancia del concepto del honor en el siglo XVIII >>⁶⁰⁹. A coroa portuguesa, Cevallos << imputava todos os males de Espanha na América Meridional >>⁶¹⁰. Aos oficiais inimigos, acumulava o peso da responsabilidade da defesa. Uma capitulação vergonhosa deixava claro todo << ódio,

⁶⁰⁷ Test. Roberto Correa da Silva Garção, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 52.

⁶⁰⁸ Victorio de Navia, Extracto del viaje [...], pp. 456-463, p. 462.

⁶⁰⁹ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española* [...], p. 329.

⁶¹⁰ Abeillard Barreto, Tentativas espanholas de domínios no Sul do Brasil [...], p. 143.

rancor, e crueldade que sempre teve aos portugueses e com que em todo o tempo os tratou >>, desabafou Luís de Almeida ao falar de Cevallos⁶¹¹.

Cevallos não aceitou todos os termos, impôs sanções e novas condições. Todos os oficiais e as tropas luso-brasileiras ficavam em condição de prisioneiros de guerra. Apenas os oficiais seriam transportados para o Rio de Janeiro, << bajo palabra de honor, pagando fletes y manutención libres sus equipajes pero que todos los efectos pertenecientes a S. M. F. serían entregados de buena fe >>, registrou Navia em seu *diário*⁶¹². Aos castelhanos entregariam bandeiras, toda a artilharia, armas, munições, caixas, todos os petrechos e as bandeiras, essas últimas, extremamente importantes e simbólicas. Tudo pertencente à coroa portuguesa passaria agora para as mãos castelhanas, desde << el ganado caballar y vacuno, carruajes y cuantos efectos hubiere >>. Cevallos exigiu da oficialidade que inventariassem todos os bens na capitulação⁶¹³.

No segundo artigo, Cevallos aceitou a proposta lusitana para que fossem << incluídos o Auditor-Capelães-Cirurgiões – e os seus Ajudantes, os Cadetes, os Porte-bandeiras e soldados particulares >>. Com uma condição expressa: << de no servir directa ni indirectamente contra las armas de Su Majestad, ni de sus aliados >>. Tiveram que jurar fidelidade ao Rei Católico e, principalmente, que jamais pegariam em armas contra a coroa espanhola.

Os oficiais casados puderam levar seus filhos, mulheres e demais criados e escravos. A exceção eram os escravos da majestade fidelíssima. Os funcionários do Tribunal da Provedoria e Vedoría recebiam autorização para embarcar para o Rio de Janeiro, mas estavam expressamente proibidos de levar papéis, livros, demais registros e instrumentos pertencentes à Real Fazenda, ao governo da Ilha e territórios dependentes.

Cevallos se responsabilizou pelo transporte da carga e da tropa. Todo o abastecimento das embarcações até o Rio de Janeiro seria computado conforme o preço do mercado. Entretanto, todos pagariam pelo transporte. Como eram embarcações mercantes, estavam a serviço da expedição, e Cevallos pedia << pasaporte y salvo

⁶¹¹ Lavradio, Rio de Janeiro, 20/10/1776, *BNRJ*, Mss. 13,4,3, doc. 8, *Apud.*, Abeillard Barreto, A opção portuguesa [...], p. 272.

⁶¹² Victorio de Navia, Extracto del viaje [...], pp. 456-463, p. 462.

⁶¹³ Jozé Cutodio de Sá e Faria Brigad.^r dos Reys Exercitos de Sua Mag. F. declaro que por ordem de Marichal de Campo o Exmo. Señor. Anton.^o Carlos de Mendocça passei ao Quartel General do Exercito de S. M. C. a propor ao Exmo. Sr. D. Pedro de Cavallos General Comandante do mesmo Exercito as capitulaçones, Campo da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, 5/03/1777, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 462-463; Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 318-320.

conducto, para que desde allí puedan con toda seguridad restituirse a España >>. O governo capitulante entregaria ainda << de boa fé >> todos os negros pertencentes ao Contrato da Pesca das Baleias, além de outros escravos pertencentes ao reino de Portugal e que ficariam sob jurisdição espanhola.

A inoperância militar dos responsáveis pela administração da Ilha ficaram claras nos termos da capitulação. Por outro lado, para August de Sait-Hilaire:

[...] um grupo de oficiais recusou-se a participar desse ato de covardia. Negaram-se a assinar a capitulação e invectivaram acerbamente o seu general; e o coronel do Regimento da Ilha, Fernando da Gama, rasgou as suas bandeiras para que elas não servissem de troféu ao inimigo. Os colonos, por seu lado, demonstraram uma profunda aversão ao jugo espanhol, preferindo fugir para as matas, onde vários deles morreram de fome e exaustão. Contudo, os espanhóis não desfrutaram por muito tempo da sua conquista⁶¹⁴.

Na tarde do dia 5, José Custódio, acompanhado do marquês de Casa Cagigal, retornou ao acampamento no Cubatão, com uma tropa castelhana que levava lanchas e embarcações. Firmada a rendição na vila de Nossa Senhora do Desterro, o segundo passo era preparar os ânimos da soldadesca. Após terem sofrido as agruras da marcha, estarem mal apetrechados, desconfiavam do desenlace da negociação.

No Cubatão, quando o brigadeiro José Custódio voltou com a capitulação, e souberam os soldados, através dos comandantes dos regimentos, que ficariam todos prisioneiros de guerra, muitos desertaram. Negligenciados << uns quebraram as armas, outros fugiram pelas serras >>⁶¹⁵. << Depois que passarão o estreito todos do mesmo Regimento, e quando a tropa chegou ao Cubatão viu ele testemunha o mapa do Regimento da Terra em que davam 300 praças de menos >>⁶¹⁶. Como se balbuciassem palavras desencontradas, diziam: << que não queriam ficar prisioneiros procurando logo meios de fugir como assim praticaram muitos deles; isto e do Regimento dele testemunha que excederão o número de 400 pouco mais ou menos >>⁶¹⁷. << Do Regimento da Terra ficaram 100 homens pouco mais ou menos >>⁶¹⁸. A grande maioria dos desertores fazia parte das tropas de ordenança e auxiliares⁶¹⁹. A soldadesca << em

⁶¹⁴ Auguste de Sainte-Hilaire, *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*, trad. Regina Regis Junqueira, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 122.

⁶¹⁵ Bicentenário da transferência da capital [...], *Lavrado a Martinho de Melo e Castro*, Rio de Janeiro, 3/04/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, p. 317.

⁶¹⁶ Test. Miguel Joaquim Pereira Prates, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 369v.

⁶¹⁷ Test. Miguel Joaquim Pereira Prates, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 372v.

⁶¹⁸ Test. Miguel Joaquim Pereira Prates, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 372v.

⁶¹⁹ Test. José Caetano de Queiros, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 161.

desesperação procurando cada um os meios de poder livrar-se de ficar prisioneiro, retirando-se um pelo caminho de São Francisco, inda mesmo os doentes como ele testemunha que estava lançando sangue pela boca >>⁶²⁰.

Em todas as guerras a covardia, a barbárie, misturam-se aos atos de heroísmo e coragem. Muitos depoentes do processo da devassa instaurada para averiguar os responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina dizem que Furtado de Mendonça⁶²¹ buscou uma última alternativa para salvar as tropas e evitar deserções. No momento da declaração de que todos estavam prisioneiros, o general, << mandava novamente o brigadeiro José Custódio com o poder de oferecer a ele general por prisioneiro em lugar de toda a tropa >>, escreveu Belxior Mendes de Carvalho Gusmão, capitão-de-infantaria do Regimento de Pernambuco⁶²².

Antes de embarcarem todos os soldados luso-brasileiros os oficiais dos regimentos foram chamados ao quartel-general para assinar o transporte para o Rio de Janeiro e a entrega da Ilha de Santa Catarina. Acertaram com as autoridades castelhanas a total obediência ao rei católico. As autoridades luso-brasileiras forjaram a capitulação, a entrega da Ilha e o transporte dos soldados. Houve, ainda, um princípio de confusão entre a oficialidade. José de Melo e Sezár narra todo o episódio...

[...] foram, então entregues as bandeiras, e o foram por oficiais inferiores, e depois de embarcarem e se retirarem foram os oficiais todos dos regimentos chamados ao Quartel General aonde chamarão a cada um deles porinsipiando pelo regimento do Porto para efeito de assinarem um papel que assignarão sem se saber o que o mesmo continha e só se dizia se a transporte para o Rio de Janeiro, estando nesta mesma ocasião José Teles Bezerra tenente do regimento dele testemunha ralhando de que até por último quisessem obrigá-los a assinar um papel sem que soubessem o que era dissera o capitão de granadeiros do Porto que aí se achava, Luis de Souza, que aquilo era, um papel do ajuste do transporte para esta cidade, e que nesta inteligência fora que ele testemunha pensa, os oficiais que não tinham assistido aos conselhos e que quando ele testemunha e os mas forão assignar o papel estavam presentes junto a mesa e aonde se assinava o general, o governador, o brigadeiro José Custódio e o brigadeiro castelhano e a porta da casa os comandantes do regimento chamando os seus oficiais e faltando Gaspar de Souza tenente do regimento dele testemunha por estar no quartel doente e aí fora o major do seu mesmo regimento com o tal papel para o referido tenente o assignar e na

⁶²⁰ Test. José Rabelo de Melo, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 529v-530.

⁶²¹ José de Melo e Sezár, ajudante do Regimento de Pernambuco, narrou em seu depoimento o momento da chegada no inimigo e a reação do general, Furtado de Mendonça. Disse ele << no general não conhecera ele testemunha medo nos dois primeiros dias depois da chegada do inimigo porém que no terceiro dia já se conhecia de ver seu semblante e mostrava o mesmo general estar preocupado de se isto o que se julgava nascia da nossa esquadra se ter retirado do porto daquela ilha que abandonou inteiramente vindo para esta cidade e que enquanto o general não conheceu esta falta parecia estar firme e constante, e pronto a defender-se >>. ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 42.

⁶²² Belxior Mendes de Carvalho Gusmão, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 129.

volta veio do dito major lendo o papel e chegando aonde ele testemunha estava com os oficiais de que agora se não lembra dissera o mesmo major como fazendo lhe novidade = sabem vossas merces o que assinarão, foi não pegar em armas contra ele rei católico, durante esta ação, e que de baixo desta cláusula é que permitira o transporte para esta cidade = e concluída esta assinatura se retirarão todos a embarcar, ficando só o brigadeiro José Custódio, com o brigadeiro castelhano para fazer entrega do armamento, munições como os pertencentes a sua majestade fidelíssima⁶²³.

Impossibilitado devido às agruras da marcha, das deserções em massa, o pouco aparato militar e a vergonhosa estratégia, a soldadesca luso-brasileira não tinha mais possibilidades de empreendimento. Descoroçoado, Furtado de Mendonça comunicou ao tenente-general João Henrique Boehm a impossibilidade de seguir a marcha para o Continente do Rio Grande e que as negociações rumavam à capitulação.

Ex Sr,

Ontem tive a honra de escrever a V. Ex. por um soldado, e agora se me oferece ocasião de tornar a fazer esta deligência devendo dizer a V. Ex. que aqui me acho neste Cubatão sem esperança nenhuma de poder seguir para esta ou aquela parte. O Brigadeiro José Custódio foi falar a D. Pedro Sabalho sobre o nosso transporte pela impossibilidade em que estamos de continuar a marcha.

Hoje sabe que a guarnição da Laguna desamparou aquele porto, e deve V. Ex. estar certo que os castelhanos têm a estrada franca, e eu não tenho expressões com que segure a V. Ex. que me falta o ânimo de dar a minha palavra de honra de não pegar em armas. Deos dê a V. Ex. muita saúde.

Cubatão a 5 de março de 1777.

e Ex.mo Sr. João Henriques de Böhme

Antônio Carlos Furtado de Mendonça⁶²⁴

A capitulação estava concluída. Através dos Conselhos de Guerra os oficiais luso-brasileiros tinham acertado capitular. << Passados dois dias outros dias depois da entrega das armas chegaram ao sítio do Cubatão umas lanchas castelhanas, um brigadeiro espanhol a buscar os soldados prisioneiros e a conduzir as munições e armamento e a mais que se achava naquele lugar >>, relatou Manoel de Andrade Almada, tenente de granadeiros do regimento da Ilha de Santa Catarina⁶²⁵.

Se contabilizarmos o número de soldados existentes na Ilha durante a invasão e os que foram levados como prisioneiros, o número realmente é significativo. Segundo o general Furtado de Mendonça, quando as tropas castelhanas desembarcaram na Ilha o número de soldados em armas não excedia dois mil homens, entre ordenanças, pretos e

⁶²³ Test. José de Melo Sezár Andrade, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 38-39.

⁶²⁴ Furtado de Mendonça a Boehm, Cubatão, 5/03/1777, *ABNRJ*, 1983, v. 103, p. 163.

⁶²⁵ Test. Manoel de Andrade Almada, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 12v-13.

auxiliares⁶²⁶. O documento citado por Mosimann, do *Arquivo General de La Nacion*, faz um resumo dos Regimentos existentes na Ilha em dezembro de 1776, no total, incluindo destacados, doentes, presos e desertores, 2.253 homens⁶²⁷. Já o Conselho de Guerra em Lisboa, através das informações colhidas das testemunhas e das confissões do general e do governador da Ilha, multiplica o número dado pelo marechal, segundo ele:

Mostra-se pelas testemunhas da devassa, e pelas confissões do próprio Gen.^{al}, e do Govern.^{or} da Ilha, que ella se achava guarneçada com 2230 Praças de Tropa regular pagas, inclusos os seus officiaes competentes, e com mais 400 auxiliares montados, e de pé, 910 homens de Ordenança, e 600 escravos da armação das Baleias, e pessoas particulares, que ao todo fazião o número de 4140 combatentes, além de 2 Comp.^{es} do Regimento da Artilharia do Rio de Janeiro, que na mesma Ilha se achavão destacadas com outras Comp.^{es} mais de auxiliares com Postos, que guarneçião a Terra Firme⁶²⁸.

O mesmo número passado por Luís de Almeida a Sebastião José de Carvalho e Melo, a 10 de março de 1777: << Ainda que a Ilha de Santa Catarina perto de 4 para 5 mil homens, está muito fortificada nos diferentes passos que dão comunicação a Ilha >>. Ainda sem saber da capitulação, lembrando ao marquês de Pombal que << tem officiaes de muita honra e valor, e tenho-a fornecida de muitas e excelentes munições de guerra >>⁶²⁹. Reiterou, quinze dias depois, ao governador de São Paulo, Martin Lopes Lobo Saldanha: << Uma Ilha, q.^e junto os postos de sua defesa, tinha perto de 4 mil homens, com excelentes armas, muita pólvora, m.^{ta} balas, e todas as mais munições necessárias, e treze of.^{es} maiores escolhidos p.^a a defenderem, e q.^e tudo isto se perdesse, esse entregasse, unicam.^{te} p.^{lo} terror q. lhe fizeram >>⁶³⁰. O próprio Cevallos, ao noticiar o governador de Buenos Aires, Juan José de Vértiz y Salcedo, participou a façanha militar e, disse que, existiam na Ilha de Santa Catarina, durante a invasão << cuatro mil hombres >> em suas defesas⁶³¹.

⁶²⁶ Defesa de António Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 324.

⁶²⁷ João Carlos Mosimann, *Ilha de Santa Catarina* [...], p. 132.

⁶²⁸ *Parte I, Forças da Guarnição e Prezidio da Ilha, Processo do Conselho de Guerra a que foram sujeitos os officiaes culpados pela entrega da ilha de Santa Catarina aos espanhóis*, 1 mc, manuscrito, 1777-1785, AHML, p. 27.

⁶²⁹ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 10/03/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 293-298, p. 297.

⁶³⁰ Lavradio a Martim Lopes Lobo Saldanha, Rio de Janeiro, 25/04/1777, BN-PT, manuscrito.

⁶³¹ D. Pedro de Cevallos a Vértiz, A bordo de El Poderoso, 26/03/1777, in, Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1937, p. 163.

No dia 5 de março, quando as tropas luso-brasileiras renderam-se: eram 600 e tantos soldados feitos prisioneiros e levados para Buenos Aires, 100 oficiais para o Rio de Janeiro, não foi registrado saldo de feridos.

5 COLÔNIA DO SACRAMENTO: A ÚLTIMA CAMPANHA

Tomada a Ilha de Santa Catarina, as tropas castelhanas partiram mais uma vez rumo a uma ofensiva contra as outras possessões lusitanas no Extremo Sul da América, sendo os principais objetivos restaurar suas conquistas, em 1763, principalmente na região mais meridional do Rio Grande, e tomar de vez a praça de Colônia do Sacramento.

Diante da morte de D. José e da troca do trono, uma nova política de aproximação das cortes ibéricas que resultaram nas negociações pelas posições fronteiriças no Extremo Sul da América. O Tratado de Santo Ildefonso restabeleceu o domínio português da Ilha de Santa Catarina e colocou um ponto final na luta cruenta e centenária pela praça de Colônia do Sacramento.

5.1 As explicações do comandante da Esquadra do Sul

A 4 de março, ancorado na Ilha Grande, à espera de melhores ventos para retornar a singradura rumo ao Rio de Janeiro, Mac Douall comunicou a Luís de Almeida a resolução do Conselho de Guerra. Os comandantes da Esquadra do Sul tinham decidido pela inoperância militar. Justificavam a decisão de não atacar a Armada castelhana para não perder a Esquadra. Uma ação ofensiva era extremamente arriscada. A diferença de forças era imensa. Quanto ao outro teatro de guerra, a falta de tropas e, principalmente, a assimétrica relação entre o comandante da Esquadra, o chefe do Exército do Sul e o governador da praça de Colônia do Sacramento impediam uma ofensiva nos portos castelhanos no Rio da Prata. Atacar Montevideú, Buenos Aires e Maldonado estava, literalmente, fora de questão.

A defesa da Ilha estava ameaçada. Sem defesa marítima os castelhanos estavam livres para efetuar um desembarque maciço. O Alto Comando luso-brasileiro achava-se perdido. Furtado de Mendonça, andava da Ilha à fortaleza de São José da Ponta Grossa – observando o avanço das tropas inimigas, e a vila do Desterro efetuando novos Conselhos de Guerra. A impaciência do general era justificado, pois desguarnecida a defesa marítima, a ofensiva geral era questão de tempo.

Mac Douall ainda tentou demonstrar ao vice-rei, novamente – já tinha escrito no dia 19 de fevereiro, quando comunicou a chegada da Armada castelhana –, um ato de

coragem. O comandante narrou a investida contra as duas fragatas, a perseguição efetuada a elas, malograda pela falta de artilharia competente. << Tenho os navios falta-me artilharia para eles >> reconhecia Lavradio⁶³². Acertada a fuga para o Rio de Janeiro, o comboio foi reunido, mas antes assediaram algumas fragatas castelhanas. A 21 de fevereiro, naus e fragatas estavam prontas para rumar à capital. Entretanto, antes de zarpar para o Rio de Janeiro perseguiram durante sete horas duas fragatas castelhanas. << No dia 21, dei caça geral com toda a Esquadra a 2 fragatas castelhanas, por tempo de 7 horas, em cujo tempo deixou esta nau toda a Esquadra muito, e em pouco entrou pelas fragatas espanholas >>, escreveu Mac Douall⁶³³.

A deficiente estratégia do comandante era atrair as fragatas inimigas para fora do comboio castelhano. Mac Douall, na sua inoperância militar, tentava sem eficiência, ações paliativas contra a Armada de El rei católico.

[...] para mostrar o meu desejo para os atacar, em caso de alguma probabilidade, fui-os buscar e continuei com eles 3 dias, para ver se podia atental-os a largarem o comboio para me atacar, em cujo caso me arriscaria eu a tudo, para lhe atacar o comboio e assim destruir-lhe a Expedição, mas foi impossível, porque eles sempre se conservarão entre mim e os seus transportes e o tempo tão banançoso, que nunca se andou mais de 2 milhas, ao que fui obrigado a deixá-los por falta de forças, com que pudesse arriscar a geral batalha, o que eu sinto muito, mas isto não he culpa minha e para destruirmos as pequenas forças que temos, lembra-me que depois todo este Continente ficará sujeito às vontades deles, e enquanto esta pequena Esquadra existir os Espanhóis não poderão arriscar a separar as suas forças, nem intentarem segundo lugar, sem perderem o que tiverem tomado⁶³⁴.

Após reunir toda a Esquadra do Sul, Mac Douall zarpou para o Rio de Janeiro. O comandante monologou toda a viagem ao marquês do Lavradio. À noite do dia 21, juntou as embarcações e seguiu << para o N. E. [nordeste] com bonanças e calmarias >>. << Até o 1º do mês [de março], em que refrescou o vento S. E. com muita chuva e vento [...] como o vento era travessia com a terra e nós defronte da Ilha de S. Sebastião, em tempo da noite me obrigou a pôr á capa >>⁶³⁵. As intempéries deixaram naus e fragatas todas espalhadas. Na madrugada do dia 3, somente a nau *Ajuda* juntou-se à Esquadra. << E pelas 3 horas da tarde vi a fragata Graça fundeada ao pé da Ilha Grande

⁶³² Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Martinho de Mello e Castro, Rio de Janeiro, 8/01/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 277-293, p. 279.

⁶³³ Mac-Donall a Lavradio, Palmas, 4/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 358-359, p. 358.

⁶³⁴ Mac-Donall a Lavradio, Palmas, 4/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 358-359, p. 358.

⁶³⁵ Segundo Tau Golin, entrar em *capa* é “uma manobra de marinheira que consiste em manter a parada a embarcação, sem âncora, usando apenas o vento para ficar afilada”. In, Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 601.

[como] meu aparelho e velas em falta de concertos, achei melhor dar fundo nesta enseada >>. Prometia Mac Douall, << primeira hora que poder, para me fazer á vela para o porto do Rio de Janeiro, para ver o que V. Ex. determina com esta Esquadra >>. A 5 de março, sem ventos favoráveis, << obrigou a dar fundo defronte da Marambaia >>, já nas proximidades da Baía de Guanabara⁶³⁶.

Nesse dia, a oficialidade luso-brasileira e castelhana oficializava a entrega da Ilha de Santa Catarina na praia do Cubatão. Lavradio desconhecia o acordo efetuado. No dia 6, recebia a notícia que a Armada castelhana obsidiava a Ilha, pelas informações transmitidas pelo governador Pedro Antônio da Gama Freitas e pelo general Antônio Carlos Furtado de Mendonça ainda pelas cartas do dia 20. No dia seguinte, informou ao governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes, a resolução da Esquadra do Sul de abandonar a defesa do porto da Ilha. Na mesma tarde, do dia 6, chegavam as primeiras embarcações da Esquadra responsável pela defesa da costa da Ilha⁶³⁷.

Às 06:00 horas do dia 6, na capital, ouviram-se o soar do rebate. Guardas na costa dava a notícia de um comboio de naus vindas do Sul. As tropas foram acionadas, correram ocupar suas posições nas guarnições. No dia seguinte outro aviso, novo rebate, porém, logo << sossegaram >>, não eram inimigos, talvez melhor fosse, pois << logo que entraram tiveram o desgosto de saberem que vinham fugidas, pois achando-se o Mac Douall na enseada das Garoupas vira ao mar das Canavieiras por entre o morro uma grossa armada de 120 velas, pelo que logo chamara a seu bordo os comandantes e resolveram fugir, o que com efeito fizeram >>⁶³⁸.

Após o desembarque no porto do Rio de Janeiro, Lavradio e Mac Douall travaram duras acusações. Cartas e cartas foram trocadas. Lavradio culpava o comandante pelo logro defensivo ao abandonar a Ilha, desguarnecendo todo o sistema defensivo montado desde a administração de José da Silva Pais, e Mac Douall justificava dizendo não possuir embarcações competentes e muito menos número suficiente para romper o avanço da Armada Castelhana.

É certo que, os soldados, durante as negociações com os castelhanos, foram totalmente negligenciados. Em nenhum momento, participaram das discussões entre a oficialidade. Os Conselhos de Guerra foram a portas fechadas e discutidos por um

⁶³⁶ Mac-Donall a Lavradio, Palmas, 4/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 358-359, p. 359.

⁶³⁷ Lavradio a Manuel da Cunha Menezes, 7/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 347-348, p. 347.

⁶³⁸ Ofício do ouvidor da Capitania do Espírito Santo, Manuel Carlos da Silva e Gusmão para o Governo da Bahia, Victoria, 23/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 347.

seleto grupo de oficiais. A capitulação foi interpretada como << vergonhosa entrega >>. A revolta foi geral. Manoel Joaquim de Almeida Coelho relata com certo exagero a reação dos soldados.

Difícil é pintar os assomos da desesperação geral: na tropa, alguns oficiais, a recusação formal de se submeterem a uma tão infame e vergonhosa entrega do país, excederão em acres arguições e injúrias contra seus superiores; e refere-se que o Alferes do Regimento de Pernambuco José Corrêa da Silva quebrara a haste da bandeira do seu Regimento, enrolara-a na cintura, se atirara pelos sertões, e a fora levar á Pernambuco no fim de seis meses, preferindo antes sofrer todos os trabalhos e a mesma morte, que deixal-a servindo de troféu ao inimigo. Nos paisanos manifestava-se incrível horror ao jugo espanhol; desatinados embrenhavam-se pelos matos, onde muitos perecerão extenuados de fadigas e de fome! Uma simples curveta de registro, fundeada na barra do Sul deu motivo a divulgar-se, que estava cortada a passagem para o Embaú; o que aumentou a consternação⁶³⁹.

No dia 6 de março, iniciaram as operações de transporte. Os soldados voltaram para a Ilha. Após a notícia dada pelos comandantes dos Regimentos de que todos ficariam prisioneiros de guerra, a deserção foi generalizada. Poucos soldados ficaram e, os que ficaram, foram feitos prisioneiros. As tropas da Ilha, na grande maioria, debandaram para seus familiares por vários caminhos, desde o São Francisco, a Laguna, São Paulo a Lages. De 2.100 soldados existentes na Ilha, segundo o próprio Furtado de Mendonça⁶⁴⁰, restaram apenas 639 homens⁶⁴¹. Presos nas embarcações, receberam um pouco da carne seca, que dias antes, tinha chegado de Montevidéu. Foram enviados para Buenos Aires e lá marcharam a pé para as regiões circunvizinhas. A grande maioria ficou nas proximidades de Mendoza.

A 7 de março, o vice-rei queixou-se ao governador Manuel da Cunha Menezes da ação do comandante da Esquadra do Sul. Desguarnecido o porto não tinha como mandar reforços. Contudo, o vice-rei planejava ainda uma contraofensiva. O objetivo era reunir novamente a Esquadra, sem comprometer o plano descrito ao comandante da Esquadra do Sul, em dezembro de 1776, e atacar os portos castelhanos no Rio da Prata.

[...] ficando aquele importante porto inteiramente dezamparado das únicas forças, que podia ter, sendo sem dúvida, que se a Esquadra se conservasse, como devia, ou poderia ainda pela via de terra socorrer a mesma Ilha, o que agora será quase impossível, não tendo os castelhanos, quem lhe haja de

⁶³⁹ Manoel Joaquim d'Almeida Coelho, *Memoria Histórica da província de Santa Catharina*, Desterro, Typographia Desterrense de J. J. Lopes, 1856, p. 32.

⁶⁴⁰ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331, p. 324.

⁶⁴¹ Abeillard Barreto, A opção portuguesa [...], p. 287.

poder embarçar o fazer muito à sua vontade o cerco da Ilha; contudo eu fico na diligência de ver se posso mandar-lhe ainda algum socorro e faço imediatamente sair a Esquadra, assim para poder observar a outra, como para lhe poder embarçar as comunicações com o Rio da Prata⁶⁴².

Lavradio desconhecia o verdadeiro cenário da Ilha. Nesse momento, já estava entregue aos castelhanos. Os termos da capitulação já tinham sido firmados. Mas, antes de finalizar a carta ao governador da Bahia, chegava a carta do dia 22 de fevereiro do governador da Ilha, << ser comporta de 90 e tantas embarcações, entre navios de guerra e de transporte, que ainda não tinha feito o seu desembarque, e que andavam sondando o Porto muito á sua vontade, sem que as fortalezas lhe pudessem embarçar >>, continua ele, << que eles receavam ficarem cercados, mas que estavam na resolução de se defenderem até á última extremidade >>⁶⁴³.

A 8 de março, Luís de Almeida, sem saber da capitulação, asseverou ao general o esforço defensivo de todas as partes do Brasil em direção à Ilha de Santa Catarina, com reforços de tropas e materiais bélicos. A carta não chegou a ser enviada. << Ao Gen.^{al} de S. Paulo expedi já ordens, p.^a socorrer a V.E.^a com toda quanta gente pudesse >> escreveu Luís de Almeida a Furtado de Mendonça << Esteja VE.^a na certeza, que eu ei de fazer os maiores esforços q. me forem possíveis, p.^a q.^e V.E.^a consiga p.^a si, p.^a o Est.^o, e p.^a a Nação, a glória em q.^e eu tenho o maior interesse >>⁶⁴⁴.

No mesmo dia tomou novas providências. A perda da Ilha custaria sua imagem no Reino. Sem a esquadra, inevitavelmente os militares luso-brasileiros ficavam sem apoio naval e totalmente desprotegidos. Também tornava impossível uma evacuação das tropas luso-brasileiras por mar. O vice-rei tratou logo de tramar sua inocência e procurar um culpado. Mac Douall, ao zarpar para o Rio de Janeiro, tornou-se presa fácil. << Recebo a conta que V.S. me dá de se ter retirado com a Esquadra do seu comando do porto de Santa Catarina, para onde era destinada ultimamente a mesma Esquadra, para embarçar nos termos que fossem possíveis que a Esquadra Castelhana >>, continua ele, << destruindo a mesma Esquadra Castelhana ou fazendo-lhe toda a oposição que coubesse nos limites da prudência, que recomendavam as mesmas ordens >>. Frente à Armada, Mac Douall não teve << nem uma ação >>. Lavradio insistia no desgaste das embarcações castelhanas. Segundo ele, mesmo << depois de uma tão longa

⁶⁴² Lavradio a Manuel da Cunha Menezes, 7/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 347-348, p. 347.

⁶⁴³ Lavradio a Manuel da Cunha Menezes, 7/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 347-348.

⁶⁴⁴ Lavradio a João Henrique Boehm, Rio de Janeiro, 20/02/1777, BN-PT, Manuscrito.

viagem, uma grande parte, assim das embarcações como dos combatentes, virão pouco capazes de receber um combate, e como couza nenhuma destas se praticou e V. S. abandonou totalmente o objeto mais principal para que ElRey >>. Ao concluir a missiva, o vice-rei assombrava o comandante, determinando novas resoluções. Mac Douall << fundou a sua resolução, para eu poder a este respeito determinar-me, segundo as ordens, com que me acho >>. Pedia os << pareceres >> dos comandantes da Esquadra do Sul. Ainda, recordava ao comandante << fiz responsável das ações de toda a esquadra [dessa forma] é só quem me deve responder por todas as operações da mesma Esquadra >>. Concluía, contundente: << é o que se me oferece dizer a V.S >>⁶⁴⁵.

No dia seguinte, sem perda de tempo, Mac Douall respondeu ao marquês do Lavradio. Ancorado na Baía de Guanabara, o comandante monologou o desacordo com a estratégia do vice-rei. Mac Douall queixava-se da incumbência defensiva, enfatizando a dura tarefa << não somente [...] na defesa da Ilha de Santa Catarina, mas na de todo o Continente do Brasil >> ainda, prossegue o comandante, << faz-me responsável por tudo o que pode suceder com esta Esquadra e em lugar de me ordenar que fizesse vigorosa defesa na Ilha de Santa Catarina >>⁶⁴⁶.

Mac Douall ressaltava suas objeções, dizendo que o marquês do Lavradio também era responsável pelo logro defensivo. A fuga estava diretamente ligada ao vice-rei. Ponto a ponto, ele destacou a impossibilidade de atacar os castelhanos. Recordava, argutamente, que fora dele a ordem de << retirar do porto de Santa Catarina para a Enseada das Garoupas, para não ser surpreendido pela Esquadra Espanhola >>. Em segundo lugar, não menos importante, o próprio vice-rei recomendou ao comandante << não arriscar e arruinar a Esquadra >>⁶⁴⁷. Um ataque frontal resultaria na perda total da Esquadra.

⁶⁴⁵ Lavradio a Mac Douall, Rio de Janeiro, 8/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 362-363.

⁶⁴⁶ Mac Douall a Lavradio, Bordo da nau Santo Antonio, 9/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 359-360, p. 359; Mac-Donall a Lavradio. (Bordo da Nau Santo Antonio), 9/03/1777, Eduardo Castro de Almeida, *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1914, v. II, p. 4.

⁶⁴⁷ Mac Douall a Lavradio, Bordo da nau Santo Antonio, 9/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 359-360, p. 359; Mac-Donall a Lavradio. (Bordo da Nau Santo Antonio), 9/03/1777, Eduardo Castro de Almeida, *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*, Rio de Janeiro, BNRJ, 1914, v. II, p. 4; Bicentenário da transferência da capital [...], Mak Dovall a Lavradio, Bordo da Nao de Sua Magestade, Sancto Antonio, surta no porto do Rio de Janeiro, 9/03/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 352-354, p. 353.

O comandante questionou o vice-rei sobre a viabilidade da operação defensiva. Mac Douall monologou um longo questionamento.

Mas passa de toda a compreensão humana como 3 naus de 64 peças, uma das quais tão podre e incapaz, que esta em perigo de lhe cair a coberta ao porão, com a sua mesma artilharia e uma nau de 50 peças nossas deviam intentar o atacar 5 naus castelhanas de 70 e 2 de 64 peças, nem como 4 navios mercantes nossos muito pequenos armados em guerra, deviam atacar 10 fragatas castelhanas (2 das quais vindas de Montevideu) de 30 peças para cima cada uma, com borlores de fogo, ou 5 fragatinhas de 14 até 18 peças cada uma, que em lugar de serem desabilitados pela viagem, trazem 10.000 homens de transporte, fora dos quais eles guarnecerão as naus e fragatas á sua vontade, tendo navios de hospital para tomarem os doentes que lhe embarcação as suas naus e fragatas e que as outras qualidades das naus e fragatas espanholas e petrechos de guerra, são melhores (quando as nossas são em quase tudo as piores) o desvanecimento contra os espanhóis, por serem nossos inimigos, e sem razão. Eu não duvido que a nossa Corte informasse que as embarcações castelhanas erão em tudo inferiores ás nossas, mas tãobem sei, que quando eles forão a Lisboa, não só iam mal servidos de tudo, mas tãobem levarão só meia guarnição e é certo que agora não hão de vir assim.

Eu em lugar de me retirar da vista de uma tão grande superioridade de forças como dizem as minhas ordens, fui-os buscar e manobrei com eles 3 dias, para ver se podia assim ter alguma vantagem, em arriscar-me a atacar o seu comboio ou qualquer outra parte da Esquadra, com vista de vantagem, mas a cautela deles fez isso impraticável e o atacar em semelhante superioridade de forças juntas, tanto maiores no número como na força, era temeridade, ainda que as minhas ordens fossem para arriscar toda a Esquadra na defesa da Ilha de Santa Catarina, quando elas recomendão mais a segurança da Esquadra, do que a defesa do dito porto, nem a prudência permitia intentar semelhante conflito de arriscar a batalha com tão desiguais forças, sem a total ruina desta Esquadra⁶⁴⁸.

Mac Douall, remeteu ao vice-rei uma cópia da ordem que lhe tinha sido entregue e os pareceres dos comandantes da Esquadra do Sul, como ele pedira. Antes, questionou, argutamente: << me queira dizer, que parte do serviço eu tenho abandonado >>. Utilizando como argumentos as ordens dadas pelo próprio vice-rei, a 11 de dezembro, e fazendo suas próprias interpretações, Mac Douall soube, pelo menos naquele momento, redarguir as acusações do vice-rei. Sabia ele que não eram as mesmas instruções enviadas pela coroa lusitana a 9 de setembro. Dessa forma, admoestou as *instruções* do vice-rei, dizendo: << pelos artigos das ordens de V. Ex. 14

⁶⁴⁸ Robert Mac Douall a Lavradio, Bordo da nau Santo Antonio, 9/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 359-360; Mac-Donall a Lavradio. (Bordo da Nau Santo Antonio), 9/03/1777, Eduardo Castro de Almeida, *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*, Rio de Janeiro, BNRJ, 1914, . II, p. 4; Bicentenário da transferência da capital [...], Mak Dovall a Lavradio, Bordo da Nao de Sua Magestade, Sancto Antonio, surta no porto do Rio de Janeiro, 9/03/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 352-354, p. 354.

e 15, devo eu entender para a vigorosa defesa da Ilha de Santa Catarina, nunca foi intendida praticável >>.

O comandante previa as palavras de Luís de Almeida. Precisava responder à altura. Ao finalizar a carta interpelava:

Agora só me resta pedir a V. Ex. que me declare se aprova ou desaprova, a minha conduta na Esquadra, porque eu não estou capaz de continuar nem uma hora debaixo de reflexões, que eu em todo o tempo responderei pela minha conduta e obediência das minhas ordens nem tomei eu as opiniões dos meus camaradas para me livrar em alguma parte de ser responsável a S. M. que Deus guarde e pela falta de próprias forças não posso eu ser responsável pelas ações desta Esquadra, nem dou mais força aos pareceres deles, somente me confirmo que eu tenho feito a minha obrigação como devia, tanto no espírito, como na prudência e na justa observação das ordens que eu recebi, e obrei como devia, ainda que as minhas ordens fossem para a vigorosa defesa da Ilha de Santa Catarina, nem devia eu obrar de outro modo com tais forças, somente se as minhas ordens fossem positivas para perder a Esquadra, para ver se podia salvar a Ilha⁶⁴⁹.

Lavradio considerou a carta do comandante insolente, cheia de embuste. A resposta de Mac Douall manchava toda a governação do vice-rei. Ao mesmo tempo, Luís de Almeida percebeu o grave erro cometido nas instruções desenvolvidas por ele e transmitidas ao comandante da Esquadra do Sul em dezembro de 1776. << Pessoalmente, aquela resposta fora tomada como um desaforo, quase uma transferência de culpa para o marquês do Lavradio >>⁶⁵⁰.

A 10 de março, o marquês do Lavradio informou ao marquês de Pombal a fuga da Esquadra do Sul do porto da Ilha de Santa Catarina e a chegada da Armada Castelhana – Lavradio não sabia que a Ilha já tinha sido entregue e muito menos que Sebastião havia sido afastado do cargo. << Cheio de aflição >> escreveu ele. No Rio de Janeiro, Lavradio mantinha uma rede de embarcações vigias na costa. Uma delas avistou << sete embarcações vindas da parte do sul, com a proa para este porto >>. Esse movimento manteve o vice-rei em prontidão. O primeiro a chegar no Rio de Janeiro foi o capitão-de-mar-e-guerra Arthur Phillip, que comunicava a Lavradio << as ordens que

⁶⁴⁹ Mac Douall a Lavradio, Bordo da nau Santo Antonio, 9/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 359-360, p. 360; Mac-Donall a Lavradio. (Bordo da Nau Santo Antonio), 9/03/1777, Eduardo Castro de Almeida, *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil [...]*, 1914, v. II, p. 4; Bicentenário da transferência da capital [...], Mak Dovall a Lavradio, Bordo da Nao de Sua Magestade, Sancto Antonio, surta no porto do Rio de Janeiro, 9/03/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 352-354, p. 354.

⁶⁵⁰ Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 621.

recebera do Chefe >> da Esquadra do Sul⁶⁵¹: << Que vendo ser muito superior a força da Espanhola, as que tinha a nossa Esquadra, e não se devendo arriscar a perder toda a nossa Esquadra, tinha tomado a resolução de vir com ela buscar este porto, para seguir as minhas ordens >>⁶⁵². Logo depois, o vice-rei recebeu a presença do oficial comandante, na sequência o próprio Mac Douall. << Ele se me apresentou acusando bem no seu semblante, aqueles sentimentos que todo o homem deve ter, nas circunstâncias em que ele estava >>, narrou o encontro o marquês do Lavradio, << eu lhe perguntei que me dissesse os motivos que tinha tido, para deixar desamparados os postos que estavam mais expostos, e se vir meter no Rio de Janeiro que é o mais defensável >>. A resposta de Mac Douall foi concisa: << ordens d'El-Rey meu senhor, e as minhas é o que o tinham obrigado a isso >>⁶⁵³. O vice-rei justificava a tentativa do general e do governador em tentar um lugar na terra firme. << Se o general e o governador não capricharem em querer defender, a sobredita Ilha mais do que é possível, e se aproveitarem com tempo no caso de verem não ser praticável o sustentarem a Ilha, de passarem á terra firme fazendo-se fortes em algum dos muitos lugares que ali há >>, escreveu ele⁶⁵⁴.

O vice-rei monologou novamente uma carta. Agora, endereçada à coroa lusitana. Sabia muito bem que as acusações de Mac Douall enodoariam sua administração. Era preciso sepultar a culpabilidade do comandante da Esquadra e neutralizar seus argumentos. Como lembra Adriana Conceição: << a estratégia de D. Luís de Almeida reside em como, por meio de jogos de palavras, ele articulou sorrateiramente sua defesa, acusando para se defender >>⁶⁵⁵. A 10 de março, endereçou uma carta a Sebastião José. Mas nem ele e, muito menos o rei, ocupavam o cargo. A notícia fora tardiamente enviada, Sebastião José Carvalho e Melo não fazia mais parte da administração lusitana. A 24 de fevereiro, D. José falecera; com ele, foi o válido. Lavradio desconhecia esta notícia e, dessa forma, narrou todo o encontro com o comandante, desde a arribada na

⁶⁵¹ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 10/03/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 293-298, p. 294.

⁶⁵² Foi o que Lavradio escreveu na carta para o governador da Bahia. Lavradio a Manuel da Cunha Menezes, 7/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 347-348, p. 347.

⁶⁵³ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 10/03/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 293-298, p. 294.

⁶⁵⁴ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 10/03/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 293-298, p. 296.

⁶⁵⁵ Adriana Angelita da Conceição, *Sentir, escrever e governar*, A prática epistolar e as cartas de d. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779), Tese de doutoramento em História Social, Universidade de São Paulo, 2011, p. 300.

Baía de Guanabara, a entrega das primeiras ordens, até a discussão sobre as últimas instruções de 9 de setembro.

[...] mostrei-lhe ser pelo contrário, porque ainda que as ordens de 31 de julho do ano passado, de que eu lhe remeti cópia dos parágrafos 29-30 e 31 de mesmo ofício, que eram os que diziam respeito á Esquadra, eu lhe tinha pessoalmente não só lido, as penúltimas e últimas ordens que recebi nos ofícios de V. Ex^a, datados de 9 e 29 de Setembro — e 8 e 0 d’Outubro todos do ano passado; mas dizendo-me ele se não podiam executar, e pela execução delas não queria ele ser responsável, lhes entreguei na sua própria mão dizendo-lhe as levasse que refletisse sobre elas, e que me desse a sua resposta e parecer por escrito, como eu já fiz presente a V. Exas, em ofício de 20 de Novembro do ano passado, remetendo por cópia a resposta do sobredito Chefe, e em consequência da sua resposta lhe fiz a carta de ordens de que também já remeti cópia, fazendo-o a ele responsável de todas as ações, deixando-o livre para que ele pudesse praticar tudo o que lhe parecesse mais útil e glorioso para o Estado; e que sem embargo de eu lhe fazer algumas lembranças naquela carta, ele não praticasse delas nenhuma, senão se achasse de que da sua execução se pudessem conseguir os gloriosos fins, que todos devemos desejar para o Estado; não o embaraçado por nenhuma forma as minhas sobreditas lembranças, para ele obrar tudo o que lhe parecesse mais próprio para a felicidade das ações, porque como ele me havia de ser de todas responsável, ele devia obrar em todo o seu desafogo, como o seu espírito e conhecimento lhe mostrassem ser mais acertado⁶⁵⁶.

Ao relatar a ação do comandante da Esquadra ao visconde de Vila Nova de Cerveira, Luís de Almeida declarou: << eu não sei como não mandei logo inforçar [...] teve a petulância de a mim mesmo me responder que as ordens de El-Rei lhe determinavam que ele não arriscasse a esquadra >>⁶⁵⁷.

Mac Douall contra-argumentou com os Conselhos de Guerra. Trazia em mãos os pareceres dos comandantes da Esquadra. Dizia ele, que a bordo da nau *Santo Antônio*, tinha lido as ordens a eles e << assentando todos que deviam não atacar vistas as ordens que ele leu, e que deviam vir para o Rio de Janeiro >>. O único comandante reticente foi o capitão-de-mar-e-guerra José de Melo, << que quanto a mim foi o único que votou como devia >>, escreveu Lavradio⁶⁵⁸.

Por outro lado, Mac Douall reforçava a impossibilidade de empenhar os esforços em uma ação militar. << A Esquadra Castelhana vinha em tão boa ordem que era impraticável ser atacada, porque trazia todas as suas forças unidas, sem deixarem lugar

⁶⁵⁶ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 10/03/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 293-298, p. 294.

⁶⁵⁷ José d’Almeida Correia de Sá, *Vice-Reinado de D. Luiz d’Almeida Portugal* [...], p. 96.

⁶⁵⁸ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 10/03/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 293-298, p. 294.

por onde se podessem empreender, o po-los em desordem >> justificava ao marquês do Lavradio⁶⁵⁹.

As narrativas transmitidas no Rio de Janeiro eram contraditórias. Enquanto Mac Douall justificava o abandono da Ilha pela impossibilidade ofensiva frente à Armada castelhana; Lavradio escrevia a Carvalho e Melo (já fora da administração lusitana), dizendo que outros comandantes informavam a possibilidade de atacar os inimigos antes de aportarem.

[...] ouço a diferentes oficiais que teríamos tido muita vantagem em os ir atacar, porque eles não nos esperando ainda, quando nos viram, puxaram as suas forças á vanguarda, e deixaram todos os seus comboios á retaguarda, por onde nós os poderíamos atacar, se navegássemos naquela noite diferentemente do que fizemos. O Chefe conservou a nossa Esquadra a uma tão grande distância da do inimigo, que não puderam com certeza contar o número das embarcações; eles não fizeram caso da nossa Esquadra melhoraram a sua formatura, e foram navegando direitos ao porto onde entraram no dia 20 do mesmo mês passado, e quando eles já estavam entrando e por consequência senhores do porto, então é que o Chefe pediu os pareceres dos Comandantes, e depois de os ter recebido expediu as ordens para que todos buscassem este porto.

Nesta retirada avistaram por duas vezes as duas Fragatas de Montevidéu, que andavam esperando a Sua Esquadra; deram alguns navios da nossa, caça às sobreditas Fragatas porem sem nenhum efeito, e devendo esta caça continuar para embaraçar que eles entrassem no porto com os práticos que levantavam, isto não mereceu nenhuma atenção e vieram recolher-se ao Rio de Janeiro, onde ainda falta para entrar a Nau — Belém — Príncipe do Brasil, — e duas das pequenas embarcações armadas em guerra denominadas o — Sacramento— ,e o Hiate São Francisco Xavier.

Lavradio lembrou ao marquês de Pombal a estratégia de enviar uma esquadra artilhada em direção aos portos castelhanos no Rio da Prata. Repetia a ideia transmitida ao governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes, a 7 de março. O vice-rei, sabia muito bem, que << no século XVIII, conservar o território era também conservar a própria imagem e reputação >>⁶⁶⁰. Dessa forma, Luís de Almeida arditosamente teceu uma teia acusatória contra o comandante irlandês. Disse que não respondeu as suas ordens de reorganizar a Esquadra. A estratégia do vice-rei, antes que os castelhanos tomassem a Ilha por completo, era operacionalizar uma investida nos portos de Maldonado, Montevidéu e Buenos Aires. Mac Douall respondeu, dizendo: << que a

⁶⁵⁹ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 10/03/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 293-298, p. 294.

⁶⁶⁰ Adriana Angelita da Conceição, *Sentir, escrever e governar*, A prática epistolar e as cartas de d. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779), Tese de doutoramento em História Social, Universidade de São Paulo, 2011, p. 296.

maior parte das embarcações de que se compõe a Esquadra, não são capazes para isso nem para nenhum serviço útil >>. Segundo o comandante, existiam apenas três naus – *Santo Antônio, Prazeres e Belém* – e três fragatas – *Príncipe do Brazil, Princesa do Brazil e Nossa Senhora do Pillar* –, capazes de fazer tal serviço. As outras embarcações estavam inutilizadas. *Graça Divina* << não presta já para nada >>. A nau *Ajuda* estava << quase toda podre >>. E, as outras embarcações menores, serviam apenas de aviso⁶⁶¹.

O vice-rei insistia em uma vitória militar. O plano de operações não era apenas uma reorganização da força marítima, mas também visava a organização do exército em terra. Para o governador de São Paulo – dizia ao marquês de Pombal – pediu o envio de 800 a 900 homens escolhidos. A estratégia era mandá-los socorrer a Ilha. Lavradio destacara três caminhos possíveis para a marcha: pelo São Francisco, pela Laguna ou, ainda, pela beira-mar caminho direto em terra firme. Contudo, recordava << à situação em que estiver a nossa tropa, e a disposição em que estiver a dos castelhanos, é que há-de decidir do lugar que for mais próprio para se fazer esta marcha >>⁶⁶².

Na avaliação do vice-rei os castelhanos não se sustentariam na Ilha sem o apoio vindo do Rio da Prata. << A comunicação do Rio da Prata para lhe fornecerem os refrescos e víveres que são necessários, além de não haver ali o que baste para este fornecimento >> escreveu ele⁶⁶³.

Lavradio, antes de finalizar a carta, reforçava as críticas ao comandante da Esquadra. Expunha sua ojeriza a Mac Douall, principalmente as suas disposições. << Se o chefe da nossa Esquadra fizer o que deve, e se não governar só pelos seus caprichos >>, escreveu o vice-rei. Ardiloso, na batalha pela imagem perante a coroa lusitana, saiu na frente. Não esgarrou um só instante da acusação ao comandante. << Este oficial tem sempre procurado, umas vezes negar e outras dar interpretações ás ordens que recebe, e por não as querer executar não fez menção delas, quando chamou ás conferências os comandantes >>, concluía Luís de Almeida⁶⁶⁴.

Mac Douall, encurralado na Baía de Guanabara, redarguiu ao vice-rei, no mesmo dia 10 de março, replicando as acusações. Queixava-se de, na noite de 9 de

⁶⁶¹ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 10/03/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 293-298, pp. 295-296.

⁶⁶² Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 10/03/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 293-298, p. 295.

⁶⁶³ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 10/03/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 293-298, p. 296.

⁶⁶⁴ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Pombal, Rio de Janeiro, 10/03/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 293-298, pp. 297-298.

dezembro, o marquês ter lido a ele pequenos fragmentos das ordens de Lisboa. E, ainda, não ter entregue em suas mãos as *últimas instruções* produzidas pelo próprio vice-rei. Dessa forma, não tinha ele condições de opor-se a elas.

[...] na noite de 9 de dezembro de 1776, V. Ex. me leu muitos parágrafos ou partes, das diferentes ordens da nossa Corte acasualmente, como pertence a Esquadra, e mais vezes do que uma V. Ex. me mostrou o rol das forças de que é composta a Esquadra castelhana e me entregou o livro dos sinais, impresso, da Esquadra espanhola; bem se pode V. Ex. lembrar, que eu lhe perguntei se a nossa Corte falava em vinda de mais forças para esta Esquadra e que V. Ex. me respondeu que não. E como os muitos parágrafos que V. Ex. me leu falando em diferentes objetos, sempre eu clamei a falta de próprias forças e conclui dizendo que faria o que pudesse com esta Esquadra. Como V. Ex. me mostrou muitas cartas topográficas da Ilha de Santa Catarina e eu apresentei a V. Ex. algumas, não me lembro particularmente de nada que passasse sobre a Carta topográfica daquela Ilha, antes da minha saída de 12 de dezembro para Santa Catarina.

E como V. Ex. não me entregou as suas ordens em mão própria para o Governo desta Esquadra, senão depois das 10 horas da noite do dia 10 de dezembro, 24 horas depois que V. Ex. acasualmente me leu os parágrafos da nossa Corte, não pude eu pôr forças nenhuma (ainda que eu me posso lembrar), que V. Ex. m'as leu; depois que eu recebi as ordens de V. Ex. para o meu governo nesta Esquadra por escrito, assignadas pela mão própria de V. Ex. 24 horas depois, eu não devia regular senão pelas ordens que recebi por escrito, pela execução das quais eu responderei a todo o tempo a S. M. que Deus guarde, nem conheço eu nada destas cartas de equivações e enredos, que só servem para confundir o Real serviço que o meu desejo é servir a S. M. com espírito e zelo e dar justas execuções ás ordens de V. Ex., como até agora entendo que tenho feito⁶⁶⁵.

Mac Douall tentava fugir do embuste tramado por Lavradio. Precisava municiar-se de argumentos. Erradicar todos os instrumentos persecutórios, para arrefecer as acusações de Luís de Almeida. Argutamente, o comandante da Esquadra utilizou o *Aviso do marquês de Pombal* para o vice-rei, marquês do Lavradio. Nele estava escrito << que as forças navais que aí temos e poderemos ter, hão de ser sempre muito inferiores ás dos castelhanos >>. O ministro incumbia Lavradio de prevenir o chefe da Esquadra para << evitar toda a ocasião de concorrer a mesma Esquadra com a Armada Castelhana. E muito mais o perigo de ser a primeira surpreendida pela segunda na Baía da Ilha de Santa Catarina >>, reconhecia Pombal, << não poderá evitar nem a surpresa, nem o combate, com forças desiguais >>. O vice-rei tinha o dever de aconselhar Mac Douall para << usar de prudência política de evitar aqueles conflitos e outros semelhantes, com o expediente de tirar as nossas naus e fragatas de guerra daquela baía

⁶⁶⁵ Robert Mac Douall a Lavradio, Bordo da Nau Santo Antônio, 10/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 360; Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 355-356.

ampla e aberta >>, continua ele, << e de as fazer recolher ao Rio Grande de S. Pedro e nos outros portos das Garoupas e dos que achar mais oportuno e livres de perigo, em toda aquela costa do norte, onde poderem achar oportuno asilo e abrigo >>. Na avaliação de Pombal, << o sistema de fortalezas, trincheiras e tropas de terra de Santa Catarina possuíam forças suficientes para evitar o desembarque castelhano >>⁶⁶⁶, mas a Armada castelhana, ao << lutar com os mares e consumir mantimentos e aguadas, [isso] bastará para se arruinar >>. O ministro lembrava que os castelhanos << não tendo hoje porto algum onde se possa refazer e reparar, por toda a costa que já desde o Rio de Janeiro até o Rio da Prata e Maldonado >>⁶⁶⁷.

Enquanto Cevallos organizava o sistema administrativo na Ilha e tratava de organizar os oficiais nas embarcações para enviá-los ao Rio de Janeiro, na capital, Mac Douall e Lavradio travavam fervorosos embates. O vice-rei, com seu rompante autoritário e intransigente, logo após receber a carta do comandante da Esquadra, exigiu tudo por escrito. No mesmo dia 10 de março, replicou a Mac Douall << V.S. me respondera por escrito se eu lhe participei as últimas ordens, que recebi da nossa Corte a respeito da expedição dos castelhanos, da força dos navios de que se compunha a sua Esquadra a instrução da defesa que se havia de fazer na Ilha de Santa Catarina >>, acrescenta ele, << o serviço que El-Rey meu senhor mandava fazer com a mesma Esquadra, do mesmo modo o livro de sinais impresso, porque se devia regular a Esquadra Castelhana >>. Admoestou o que havia dito Mac Douall << igualmente me declarava V. Sa. achar não ser praticável o que elas determinavam, se é certo ter eu confiado de V. Sa. as mesmas ordens originais, para que V. Sa. as levasse e refletisse maduramente nelas >>. Lavradio, lembra que << ia inclusa uma carta topográfica da Ilha de Santa Catarina e seu porto para que V. Sa. depois de ver todos aqueles papéis, me desse a sua resposta também por escrito >>. O vice-rei, findava a carta pedindo << a possível brevidade >>⁶⁶⁸.

Mac Douall enviou as cartas. Mas, Lavradio, costurando a teia inquisitiva, exigia mais informações. O vice-rei, engenhosamente, buscava induzir o comandante ao erro, debilitar Mac Douall, extratando de suas cartas informações relevantes para incriminá-

⁶⁶⁶ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778* [...], p. 622.

⁶⁶⁷ Aviso do Marquez de Pombal para o Vice-Rei Marquez de Lavradio, Lisboa, 11/08/1776, Anexo da Carta do Comandante da Esquadra do Sul Robert Mac Douall ao Vice-Rei, Marquês do Lavradio, Bordo da Nau Santo Antônio, 10/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 362.

⁶⁶⁸ Aviso do marquês do Lavradio a Mac Douall, Rio de Janeiro, 10/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 363; Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 354-355.

lo. No trato das palavras e das ordens Lavradio era perito. Seis dias depois, ou seja, a 16 de março, ordenou que Mac Douall enviasse cópia assinada da sua carta de 4 de fevereiro, na qual ele, vice-rei << dizia [ser] acertadíssimo, V. Sa. sair da enseada das Garoupas, onde me tinha dito estar em melhor parajem, para a defesa da ilha de Santa Catarina; e louvava a V. Sa. a resolução de voltar para mais perto da mesma ilha a fazer a sua defesa >>, prossegue Lavradio, dizendo << o que era mais conforme as ordens da nossa Corte; as quais só deviam ter alteração se se visse, que segundo as circunstâncias que se ofereciam a prática mostrava haver inconvenientes graves de se seguir >>⁶⁶⁹. A esse respeito, concluiu Golin, dizendo: << Mac Douall não cumpria sequer o seu próprio plano >>⁶⁷⁰.

No dia seguinte, o comandante enviou uma relação das embarcações capazes de sair do porto – naus *Santo Antônio*, *Nossa Senhora dos Prazeres* e *Nossa Senhora de Belém*; fragatas *Princeza do Brasil*, *Príncipe do Brasil* e *Nossa Senhora do Pillar*⁶⁷¹.

A teia de acusações estava montada. O comandante buscava argumentos relevantes para fugir dela. Mac Douall respondeu dizendo: << A parte da carta de V. Exa. de 4 de Fevereiro, em que V. Exa. aprova eu tomar a paragem do Arvoredo, onde eu tive já tomado quando houve o rebate falco em Santa Catarina, e onde eu estive fundeado quando tive notícia do inimigo >>. Reforçando o desejo de boa imagem: << O meu desejo era para defender a dita Ilha em quanto pudesse >>⁶⁷².

Luís de Almeida habilidosamente colocou toda culpa no comandante da Esquadra pela fuga da Ilha de Santa Catarina. A Mac Douall restava a clemência vinda de Lisboa. Doravante, e temendo as injúrias difamatórias do marquês do Lavradio, endereçou diversas cartas e ofícios à coroa lusitana, reforçando seus sentimentos e clamores pela perda da Ilha e, principalmente, pela falta de instrumentos necessários para a defesa da Ilha e demais portos do Brasil.

⁶⁶⁹ Lavradio a Robert Mac Douall, Rio de Janeiro, 16/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 363; Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, p. 356.

⁶⁷⁰ Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 624.

⁶⁷¹ Mappa dos navios da Esquadra, commandada por Roberto Mac-Donall, Rio de Janeiro, 15/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 357.

⁶⁷² Robert Mac Douall a Lavradio, Resposta da carta de 16/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 363; Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, p. 356.

5.2 A Ilha é Castelhana

Após enviar os oficiais luso-brasileiros para o Rio de Janeiro e os soldados como prisioneiros de guerra para as povoações circunvizinhas a Buenos Aires, Cevallos dava um novo passo ao seu plano ofensivo. Recrudesceu aos oficiais castelhanos o reconhecimento da Ilha, a organização de acampamentos para as tropas e instalação das guarnições. << Su defensa era cuestión de primera necesidad para evitar todo intento de recuperación por los brasileños, aunque un ataque no parecía factible a la vista de la inferioridad de sus fuerzas navales >>, lembra Sanz Tapia⁶⁷³.

Antes de partir para uma nova investida militar no Continente do Rio Grande, como era o seu plano de guerra, organizou na Ilha um corpo militar e administrativo. Como governador, nomeou o tenente-coronel do batalhão de Princesa, Juan Roca, que marchou com as tropas castelhanas para a vila de Nossa Senhora do Desterro durante a invasão. Para o comando militar encarregou Guilherme Vaughan, Chefe da Brigada de Infantaria de Guadalajara, sexagenário, teve papel importante na tomada das fortalezas da Baía Norte. Sob sua tutela, Cevallos deixou na Ilha os Batalhões de Murcia, Princesa e Ibernica, além de grande parte da infantaria Ligeira da Catalunha e uma tropa de artilharia⁶⁷⁴.

O governo castelhano manteve a Ilha guarnecida em terra e mar. Na Baía Norte, quatro navios foram mantidos aquartelados; outros dois, na Baía Sul. O capitão-de-fragata Miguel Maestre e Fuentes comandou a força da marinha. Sob seu comando estavam as fragatas *Liebre*, *Santa Clara* e *Santa Teresa*, da urca *Santa Florentina* e da sumaca *Espírito Santa*. Na fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim, Arturo O'Neill foi nomeado governador. Como ministro de << cuenta y razón >>, elegeu Augustín Gómez Alduncín, que tinha a difícil tarefa de administrar << 70.000 pesos fuertes para gastos de hospital, obras de fortificación, artillería, sueldos y prest de las tropas >> pelo prazo de um ano. Completando as nomeações: para as leis, Fernando Márquez de la Plata; engenheiro, Juan Escofet; vigário-geral, Francisco de Andrade e seus frades franciscanos, responsáveis pelo hospital militar e religioso criado por Cevallos. Sanz Tapia, utilizando como fonte o *Archivo General de Simancas* diz que, entre todos os componentes do exército, artilharia, engenheiros, pessoas da Fazenda,

⁶⁷³ Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas [...]*, p. 335.

⁶⁷⁴ Victorio de Navia, *Extracto del viaje [...]*, p. 464.

religiosos, o número de indivíduos deixados na Ilha por Pedro de Cevallos chegava a 3.048⁶⁷⁵.

	Oficiales	Tropa
2º Batallón de Hibernia	34	688
2º Batallón de Murcia	33	689
2º Batallón de la Princesa	33	689
Infantería Ligera da Cataluña	16	467
Tropa Ligera de Artillería	10	200
Maestranza	-	9
Ingenieros	4	12
Ministerio de Hacienda	11	-
Enfermos y personal del hospital	147	-
Religiosos Descalzos	6	-
Totales	294	2.754

Fonte: TAPIA, Ángel Sanz, *El final del Tratado de Tordesillas*, La expedición del virrey Cevallos al Río de la Plata, Valladolid, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1994, p. 336.

Tomada a Ilha, os castelhanos fizeram a leitura do estrago do que os lusitanos tinham deixado para trás. Além da vergonhosa defesa, os prejuízos foram militares, bélicos e econômicos. Segundo a grande maioria dos depoentes no processo da devassa, as fortalezas estavam todas << bem artilhadas [e] bem equipadas >>, com << artilharia suficiente para resistir por algum tempo >>.

Se compararmos o inventário com os depoimentos, encontramos algumas contradições quanto ao armamento existente na Ilha, principalmente de artilharia. Segundo Miguel Gonçalves Leão, governador da Fortaleza da Conceição da Baía Sul, a fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim, no momento da chegada dos castelhanos, possuía mais de 50 peças de artilharia de diversos calibres, entre eles 36, 24, 12⁶⁷⁶. João Batista Espírito Santo, 2º tenente do Regimento de artilharia do Rio de Janeiro deu outros número para a cidadela: << [...] a fortaleza de Santa Cruz com 52 peças de vários calibres a saber 24, 18, 8, 12, 8 e 6, e toda completa de 6 regimentos, e munições de pólvora e bala, e alguma metralha para 100 tiros em cada peça >>, declarou ele, dizendo ainda que o número das tropas e guarnições, << se compunha de uma companhia completa do Regimento de Pernambuco, 70 homens do Regimento da terra, 25 do Regimento de da Artilharia [...] na ocasião do rebate foram só negros e uma companhia de auxiliares >>⁶⁷⁷.

⁶⁷⁵ Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas* [...], pp. 335-337.

⁶⁷⁶ Test. Miguel Gonçalves Leão, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 454v.

⁶⁷⁷ Test. João Batista Espírito Santo, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 150-151.

O mesmo Miguel Gonçalves Leão, em seu depoimento, faz menção às fortalezas da Baía Norte. A fortaleza de Nossa Senhora da Ponta Grossa estaria com 13 ou 15 peças e a de Ratores, com 11 ou 12 peças, << também boas >>⁶⁷⁸. Simão Rodrigues Proença, governador da Fortaleza de Ponta Grossa durante a investida castelhana, expôs em seu depoimento números interessantes a respeito da defesa da cidadela. Segundo ele, estava guarnecida de 27 peças de artilharia de diversos calibres: 4, 6, 8, 12, 18 e 24; além do paiol cheio: 300 arrobas de pólvora, 4 mil balas de artilharia, 3 mil cartuchos de mosquete, farinha para um mês e carne seca para um mês (500 quintais); a força existente era de 200 e poucos soldados, 120 de tropa paga, 15 artilheiros, 40 pretos e o resto de auxiliares e ordenanças⁶⁷⁹.

Antônio José de Queiroz questiona os números do governador da fortaleza de São José da Ponta Grossa. Segundo ele, existiam 33 peças de diferentes calibres. Concordeu com Simão Rodrigues Proença, no que diz respeito ao número de artilheiros e tropas pagas, variando um pouco, 15 a 16 artilheiros e 115 soldados. Sabia pelo ver, pois << entrou várias vezes [...] na fortaleza de Ponta Grossa >>⁶⁸⁰.

O que faltou para defenderem as fortalezas? No que corresponde à fortaleza de Ponta Grossa, não tinha << gente competente, para a necessária para manobrar a sua artilharia >>, declarou o capitão de granadeiros do Regimento do Porto, Manoel de Souza Menezes⁶⁸¹. A mesma resposta nos dá José Alves Coutinho, capitão do 2º Regimento do Rio de Janeiro, referindo-se à fortaleza de Santa Cruz. Comandante da cidadela durante a chegada do inimigo. Segundo ele, a fortaleza estava pronta e com equipamentos suficientes para efetuar uma rigorosa resistência, bem artilhada e bem equipada. Contudo, não tinha ela << gente competente >>.

[...] em razão de ser o comandante da fortaleza de Santa Cruz Anhatomirim que esta estava em estado de fazer um grande defesa, pois se achava guarnecida 52 peças de artilharia sendo a maior parte desta de calibre de 24 18 e 2 e toda ela tinha as respectivas munições para poder laborar dias, inda que a pólvora só seria bastante para três dias, estando a fortaleza neles em atual fogo, e que tinha mantimento dando a razão inteira para mais de vinte dias, e que só não tinha a gente competente para laborar toda a sua artilharia, pois que de tropa regular teria 150 até 160 homens, pouco mais ou menos em que entravam 25 artilheiros, que não esta certo no número dos auxiliares que tinha assim com ou na ordenança, más que toda a gente que ele testemunha tinha entrando oitenta negros, eram pouco mais ou menos 320, ou 330

⁶⁷⁸ Test. Miguel Gonçalves Leão, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 454v.

⁶⁷⁹ Test. Simão Rodrigues Proença, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 560v-562.

⁶⁸⁰ Test. Antonio José de Queiros, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 111v-112.

⁶⁸¹ Test. Luis Manoel de Souza Menezes, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 91v.

peçoas pouco mais ou menos e que só fazia mal a referida fortaleza um padraſto que estava na terra firme donde podia o inimigo destruir toda a artilharia da fortaleza, pois que atirados a tiros de tal padraſto dão os tiros por dentro de toda a bateria e só para um dos lados é que podia retirar-se a gente no caso que fosse atacada pelo dito padraſto e que quanto a mais fortaleza de estar ou não em estado de defender-se ou se tinham as munições neceſſárias ele testemunha o ignora porque não foi a elas, só ſim ſabe pelo ver que a da Ponta Grossa também tinha um padraſto, e que ganhado eſte estava ganhado a fortaleza⁶⁸².

Logo que ſouberam da preſença dos caſtelhanos na Baía Norte, os oficiais luſo-brasileiros oneraram aos comandantes dos regimentos as ordens aos ſoldados para << encravar >> os canhões, de modo a deixá-los inutilizados para os inimigos que ſe avizinhavam. No Conſelho de Guerra, de 23 de fevereiro, foram determinadas as prerrogativas << precisas para retirar primeiramente a tropa, e dando o tempo lugar ao mesmo paſſo a pólvora e munições que for poſſível e as que o não forem ſe lancem ao mar, mandando encravar a artilharia que não pode conduzir-se >>⁶⁸³. E, aſſim procederam. No dia 25, Bentura Caro, comandante caſtelhano, com um grupo de ſoldados, foi até a fortaleza de Santo Antônio de Ratoes, encontrou << abandonada pero com toda la artill.^a clavada >>⁶⁸⁴. Joſé Alves Coutinho, comandante da fortaleza de Santa Cruz, recebeu por eſcrito a ordem do governador Gama Freitas para que << evacuasse a fortaleza deixasse a artilharia encravada para o que lhe remetia 52 pregos de encravar >>. Cuja ordem, rapidamente, mostrou aos oficiais da guarnição: João Bitancur, Alferes do Regimento da Terra; Anaſtacio Correa Vaz, tenente-de-artilharia do Regimento do Rio de Janeiro; João Vicente, tenente-de-artilharia do Regimento de Pernambuco e, Joaquim Joſé Pereira de Burgos, tenente do Regimento de Pernambuco⁶⁸⁵. Sozinho, Joſé Alves, << ficou com ſeis negros na diligência de encravar a artilheria [...] foram ſurpreendidos pelos eſpanhóis, que entraram na fortaleza e os levaram priſioneiros >>⁶⁸⁶. É certo que, << ſe haviam encravado algumas peças de artilharia mas é certo, ele testemunha ſabe pelo ver que muitas munições ficarão no mesmo estado e ſe perderão ficando ao inimigo por falta de providências que devia dar o general pois a haver eſta não deixariam de ſalvar-se todas ou a maior parte delas >>.

⁶⁸² Test. Joſé Alves Coutinho, ANTT, Manuſcritos do Braſil, n. 21, pp. 103v-104.

⁶⁸³ Bicentenário da transferência da capital [...], Parecer do Conſelho de Guerra, Luiz Roberto Correa da Silva Garção, Auditor do Segundo Regimento da Guarnição da Cidade do Porto, Ilha de Santa Catarina, 23/02/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 328-329.

⁶⁸⁴ Victorio de Navia, Extracto del viaje [...], pp. 456-463, p. 460.

⁶⁸⁵ Test. Joſé Alves Coutinho, ANTT, Manuſcritos do Braſil, n. 21, p. 105.

⁶⁸⁶ Bicentenário da transferência da capital [...], Bernardo de Salazar Sarmento Eça e Alarcão ao marquês do Lavradio, Rio de Janeiro, 30/11/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 116-127, p. 122.

lembra Manoel de Andrade Almada, tenente-de-Granadeiros do Regimento da Ilha de Santa Catarina⁶⁸⁷.

Os redutos, também estavam guarnecidos de << artilharia competente >>. Segundo João Batista Espírito Santo, 2º tenente do Regimento de artilharia do Rio de Janeiro, encarregado junto com o tenente Joaquim José Valente, da << destruição >> das peças, os redutos estavam bem guarnecidos.

[...] o reduto de Turubú guarnecia 4 peças de calibre 6, e toda esta artilharia estava entre São Francisco e o estreito guarnecia o parque de artilharia que era 16 peças de calibre 6, chambú(?) e era morteiro, e o reduto da parte do estreito na terra firme guarnecia 4 peças de calibre 6, e toda esta artilharia estava reconhecida, e examinada por boa tinha os respetivos petrechos para manobrar e munições de pólvora e bala e metralha para 100 tiros a qual pese o que tudo disse sabia pela razão de ver se ele testemunha um dos oficiais que fez a destruição das munições na companhia do tenente Joaquim Jose Valente pois ambos forão em carregados desta mesma diligência⁶⁸⁸.

José Correa Rangel, engenheiro militar, em seu manuscrito << *Defeza da Ilha de Santa Catharina, e do Rº Gr.de de S. Pedro Dividida em duas partes: a primeira comtem as Fortificacoens, e Uniformes da Tropa da Ilha de S. ta Catharina; e a segunda o que pertence ao Rio Grande Feito por Jozé Correia Rangel Ajudante de Infantaria com exercicio de Engenheiro 1786* >>, traz informações relevantes sobre as fortalezas da Ilha. Segundo Rangel, em 1786 – 9 anos após a invasão e oito da entrega castelhana aos portugueses –, a fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, com 57 peças de artilharia, sendo 38 canhões de ferro e 19 de bronze, de variados calibres, desde 2 a 24 libras. São José da Ponta Grossa tinha um poder de fogo de 31 peças de artilharia: cinco de bronze, sendo 4 de calibre 12 e um de 8; 26 canhões de ferro, de diversos calibres, entre 2 e 24 libras. E, finalizando o sistema defensivo da Baía Norte, a fortaleza de Santo Antônio de Ratoles, com 12 canhões de ferro, de vários calibres, entre 4 e 34 libras, e dois de bronze, ambos de calibre 12 libras⁶⁸⁹.

O primeiro inventário realizado pelo provedor da Real Fazenda Felix Gomes de Figueiredo e pelo brigadeiro José Custódio consta um número significativo de artilharia.

⁶⁸⁷ Test. Manoel de Andrade Almada, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 19v.

⁶⁸⁸ Test. João Batista Espírito Santo, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 149v-150.

⁶⁸⁹ O texto original está depositado no Arquivo Histórico Militar de Lisboa. Existe uma cópia na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ABNRJ, 1979, v. 99, p. 51). Recentemente, a Universidade Federal de Santa Catarina, juntamente com o Arquivo Histórico Militar publicaram uma versão fac-símile do manuscrito, sob coordenação de Roberto Toner e Mário Mendonça de Oliveira. Roberto Toner; Mário Mendonça de Oliveira, *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel*, Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

Fortaleza de São José da Ponta Grossa	
Artilharia de bronze	Quantidade
Canhões, calibre 12, com todos os utensílios e montados em carretas com rodas	4
Canhões, calibre 8, com todos os utensílios e montados em carretas com rodas	1
Artilharia de ferro	
Canhões, calibre 24, com todos os utensílios e montados em carretas com rodas	10
De calibre 18	1
De calibre 16	2
De calibre 12	8
De calibre 8	8
De calibre 6	1
De calibre 4	3
Munições	
Barris de pólvora	94
Cartuchos carregados, de calibre 6 a 24	599
Granadas de mão	770
Balas de calibres 2 a 24	1.924
Cartuchos de fuzil	6.429
Carregadores (palanguines)	524
Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	
Artilharia de bronze	Quantidade
Canhões, de calibre 24	6
De calibre 12	8
De calibre 8	7
De calibre 6	1
Todos com utensílios e montados em carretas com rodas	
Artilharia de ferro	
Canhões, de calibre 24, com os seus utensílios e montados em carretas com rodas	18
De calibre 18	8
De calibre 12	11
De calibre 8	2
De calibre 4	3
Munições	
Balas rasas, de calibre 8 a 24	12.576
Cartuchos de metralha, de diferentes calibres	751
Cartuchos de lona carregados, de diversos calibres	813
Cartuchos de fuzil	8.777
Barris de pólvora	265 ½
Granadas de mão, carregadas	293
Fortaleza de Santo Antônio de Ratones	
Artilharia de bronze	Quantidade
Canhões, de calibre 12, com os seus utensílios	2
Artilharia de ferro	
Canhões, calibre 24, com todos os seus utensílios	12
Munições	

Barris de pólvora	11
Cartuchos carregados, de calibre 12 a 24	31
Balas rasas, de calibre 4 a 24	3.788
Armazéns da Capital da Ilha e suas Trincheiras	
Artilharia de bronze	Quantidade
Canhões, calibre 8, montados e com seus utensílios	8
De calibre 6	4
Artilharia de ferro	Quantidade
Canhões, calibre 12, montados e com seus utensílios	8
De calibre 8	9
De calibre 6	7
De calibre 4	18
De calibre 3	4
Obus, de 7 polegadas de diâmetro	1
Canhão, de uma libra, com carreta	1
Munições	
Balas rasas, de calibre 4 a 36	4.814
Bombas, de 6 polegadas, e de 5 e 7 len. ^s	281
Granadas de mão	660
Cartuchos de metralha, calibres de 2 a 8	1.190
Granadas de mão carregadas	340
Espoletas para granadas de mão	260
Barris de pólvora	74 ½
Alforjes para conduzir balas de fuzil	125
Pedras de fuzil	46.880
Pedras de pistola	3.000
Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Barra Sul	
Canhões de ferro, calibre 18	4
De calibre 14	4
De calibre 12	7
De calibre 8	1
Todos com utensílios para o serviço	
Munições	
Balas rasas, de calibre 8 a 18	1.229
Sacos de metralha cheios de pregos velhos	118
Cartuchos, de calibre 12 a 18	264
Cartuchos de fuzil	1.640
Barris de pólvora	19 ½
No campo do Cubatão	
Canhões de bronze, calibre 6	4
Canhões de bronze, calibre 3	3
Obus, calibre 6	4
Munições	
Balas rasas, de calibre 6 a 24	2.811
Granadas de 9 polegadas	97
Granadas de 6 polegadas	4
Granadas de mão carregadas	76
Caixões para cartuchos de fuzil	4
Quintal [aproximadamente 60 kg] de lona para balas de fuzil	1
Pedras de fuzil	10.500
Barris de pólvora	346
Botas de resina	8
Barris de alcatrão	4
Armas	
Fuzis, de fabricação inglesa, com guarnição de bronze	761
Fuzis, de fabricação inglesa, com guarnição de ferro	1.968
Baionetas de ferro	2.422

Fonte: Relacion e la Artill.^a, armas, y municiones que se han tomado en la Isla de S.ta Catalina y sus fortalezas al tiempo de su rendicion. *Campaña del Brasil*, Antecedentes Coloniales, AGN, tomo III, Buenos Aires, Kraft, 1941, pp. 465-466.

As presas de guerra impressionam. A oficialidade luso-brasileira não apenas capitulou sem resistência, mas entregou aos castelhanos todo o armamento pertencente à coroa portuguesa.

O número de canhões e apreensões feitas pelos castelhanos na Ilha são contraditórias. Tanto as fontes primárias como as secundárias não consentem com o número exato. Sanz Tapia⁶⁹⁰, Flores⁶⁹¹ e Barba⁶⁹² chegam ao número de 142 canhões; Tau Golin⁶⁹³, em pesquisa recente identifica 208 canhões; Enrique Arana⁶⁹⁴ e Beverina⁶⁹⁵, em sua clássica obra sobre a viagem de Pedro de Cevallos, enumeram 195 canhões, Já Mossiman⁶⁹⁶, utilizando do inventário existente no *Archivo de La Nacion*, 152 canhões de bronze e 145 de ferro. Em pesquisa recente, Oscar Rico Bodelon, acredita congruentemente que o inventário foi elaborado antes da viagem a Madrid. O mesmo autor, através das fontes do *Archivo General de Simancas*, enumera 166 canhões, sendo 125 de ferro e 41 de bronze⁶⁹⁷.

Numero de cañones dispuestos por los portugueses para la defensa de Santa Catarina inventariados por los españoles			
Nombre de la fortaleza, fuerte o reducto	Cañones de bronce	Cañones de hierro	Totales
Santa Cruz de Anhatomirim	19	37	56
San José de Punta Grosa	5	26	31
San Antonio de Ratones	2	12	14
Fuerte San Francisco Javier	1	9	10
Fuerte San Luis	-	5	5
Batería Santana	4	3	7
Trinchera costado izquierdo	-	11	11
Reducto de tierra firme	-	3	3
Reducto de Monte Rubín	-	2	2
Almacenes capital	2	3	5
Fuerte Conceição de Araçatuba	-	10	10

⁶⁹⁰ Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas [...]*, p. 333.

⁶⁹¹ Maria Bernardete Ramos Flores, *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina*, 1777, Florianópolis, Ediufsc, 2004, p. 83.

⁶⁹² Enrique M. Barba, *Don Pedro de Cevallos*, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1988, p. 262.

⁶⁹³ Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 614.

⁶⁹⁴ Enrique Arana, Expedicion de don Pedro de Cevallos al Río Grande y Río de la Plata, In, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, *Anais do Segundo Congresso de Historia e Geografia sul-río grandense em comemoração ao segundo centenário da fundação da cidade do Rio Grande*, v. 1, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1937, pp. 325-398, p. 342.

⁶⁹⁵ Juan Beverina, *La expedición de Don Pedro de Cevallos (1776/1777)*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, p. 76.

⁶⁹⁶ João Carlos Mosimann, *Ilha de Santa Catarina [...]*, p. 138.

⁶⁹⁷ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 338.

Fuerte Conceição da Lagoa	-	4	4
Campo del río Cubatão	8	-	8
Nº total de cañones hallados por los españoles durante la conquista de Santa Catarina	41	125	166

Fonte: BODELÓN, Óscar Rico, *La ocupación Española de Santa Catarina (1777-1778)*, Uma Isla brasileña para Carlos III, Tesis Doctoral, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea, Universidad de Salamanca, 2013, p. 338.

Efetuada inventário provisório, o transporte da soldadesca luso-brasileira para o Rio de Janeiro e o reconhecimento rápido da Ilha, Cevallos partiu informar a coroa espanhola sobre a feitura do projeto. A 9 de março, três embarcações com três oficiais de confiança do comandante, lavavam com a maior segurança as cartas trocadas entre Cevallos e Casa Tilly sobre a grande vitória. Reuniram toda a documentação, cartas, registros diversos da investida, além do inventário e das bandeiras, para enviar a Madrid.

Ainda no dia 26 de fevereiro, com a certeza de uma campanha vitoriosa, Cevallos propôs a Casa Tilly as intenções de informar a coroa espanhola. O marquês aceitou a ideia do general. Após a capitulação, Cevallos tratou de organizar a expedição. Para a empresa, chamou oficiais de extrema confiança, os quais foram divididos em três embarcações: o ajudante-de-campo do general, o coronel Vicente Imperiali, o tenente-coronel Félix Múzquiz e o capitão Rodríguez de La Buria, cada um com uma embarcação. Com cuidado redobrado para não serem apresados pelos inimigos no Rio de Janeiro e em qualquer lugar da costa brasileira, muito menos em alto mar, << llevaban pliegos firmados por Cevallos el 7 y 8 de marzo, banderas tomadas a sus enemigos >>, as últimas, os verdadeiros troféus, grandes símbolos da conquista⁶⁹⁸.

5.3 O frustrado ataque ao Continente do Rio Grande

Seguindo o plano de ocupação da América Meridional e praça de Colônia do Sacramento, Pedro de Cevallos partiu rumo ao Continente do Rio Grande. Depois de organizar as tropas na Ilha de Santa Catarina, a estratégia era preparar uma nova campanha. Algumas embarcações castelhanas obsidiavam a baía. Para o plano, o contato com José Vértiz era fundamental. Ainda, a 27 de fevereiro, endereçou uma carta ao governador bonaerense, junto com um resumo dos acontecimentos na Ilha de Santa

⁶⁹⁸ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 333.

Catarina e da notícia dos militares luso-brasileiros fugitivos que marchavam rumo Continente do Rio Grande, Cevallos entabulou um plano ofensivo. No prazo de 15 a 20 dias, Vértiz devia partir de Santa Teresa com o máximo de petrechos e víveres para reunir forças com Cevallos⁶⁹⁹. Em suas *memórias...* deixadas ao seu sucessor, marquês de Loreto, o governador de Buenos Aires descreveu a estratégia do vice-rei:

[...] estaba determinado a ir por mar (desde la Isla de Santa Catalina) en derecha del Río Grande adonde hacía juicio podía llegar dentro de quince o veinte días. Que en este concepto hiciese pasar luego todas las tropas que pudiese juntar a Santa Teresa, adelantándose con ellas, en persona, a las inmediaciones del Río Grande, con precaución y reserva, para no ser atacado por los portugueses con sus mayores fuerzas. Que su intento era entrar en el Río (Grande) con las fragatas y paquebotes bien armados, y que seguirían a estas embarcaciones las de transporte. Que si yo estaba en distancia proporcionada de hacer al mismo tiempo mi ataque en la banda del Sud (del Río Grande), quedaríamos luego, con el favor divino, dueños de una y otra banda⁷⁰⁰.

A debandada da Esquadra do Sul, comandada por Robert Mac Douall, a perda das cidadelas da Baía Norte e a ação da armada espanhola alteraram significativamente o teatro de guerra. A situação forçou o comandante das tropas da Ilha de Santa Catarina, já derrotado militarmente, a uma última tentativa defensiva. O plano entabulado por Antônio Carlos era levar o exército até o Rio Grande e se incorporar ao Exército do Sul. Porém, como sabemos, a estratégia não saiu do papel. O próprio Boehm temia uma ofensiva massiva das tropas castelhanas. Na intenção de recolher informações das operações na Ilha, enviou o paulista Cipriano Cardoso, um capitão da Legião do coronel Rafael Pinto Bandeira. Com ele, foram 13 soldados e dois cabos⁷⁰¹. Como lembra Golin:

Tudo o que Boehm não queria era um desembarque ao norte de suas posições, com um poderoso exército marchando para o Sul, acompanhado por uma vultuosa Esquadra pelo mar, espremendo o Exército do Sul na costa meridional. Com o Oeste igualmente fechado pelas tropas castelhanas, associadas com o governador Vértiz pelo Sul, a derrota seria evidente, caso

⁶⁹⁹ AGI, Buenos Aires, 541, Cópia de la carta de d. Pedro de Cevallos a Juan José Vértiz, Campo del Castillo de Punta Grossa, 27/02/1777, In, Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas*, La expedición del virrey Cevallos al Río de la Plata, Valladolid, V Centenario del Tratado de Tordesillas S.A., 1994, p. 334; Juan Beverina, *La expedición de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, p. 81; Juan José Vértiz e Salcedo a José de Gálvez, Campo de la Guarda de Rodrigo, 24/04/1777, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 467-468, p. 468.

⁷⁰⁰ Manuel Ricardo Trelles, Memoria del virrey Vértiz a su sucesor el marquês de Loreto, *Revista del Archivo General de la Nación*, Buenos Aires, III, (1871). In, Juan Beverina, *La expedición de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, p. 77.

⁷⁰¹ Manoel Gonçalo Leite a Böhm, Vila da Laguna, 16/04/1777, *ABNRJ*, 1983, v. 103, p. 204.

não chegassem socorros consideráveis de todas as armas. E isso era improvável⁷⁰².

Um avanço litorâneo vindo da Ilha de Santa Catarina já era esperado. A estratégia do comandante foi concentrar a defesa na vila de São Pedro. Receava, ainda, uma ofensiva de Montevideu, comandada pelo governador bonaerense. Era exatamente esse o plano de Pedro de Cevallos: duas ofensivas, em terra e mar.

Em outro teatro de guerra, Juan José Vértiz y Salcedo encontrou dificuldades para cumprir as ordens da campanha organizada por Pedro de Cevallos. Os víveres, repetidas vezes requisitados pelo vice-rei castelhano, foram recolhidos de todas as regiões. O governador embarcou o trigo da província e << ante la escasez de la cosecha, solicitó de Mendoza, Córdoba y Santiago del Estero otras remesas para reunir las más de 40.000 anegas necesarias. Disponía también en Montevideo de 9.000 quintales de bizcocho, menestras importadas desde Chile y cantidades menores de tocino y carne salada >>⁷⁰³.

Por outro lado, Luís de Almeida acreditava que a Esquadra castelhana tinha atravessado o oceano com dez mil homens. Os cálculos aproximados, segundo ele, se o inimigo deixasse cinco mil na Ilha, somados os mortos na viagem e extraviados, << é natural q.^e chegue a diminuição aperto de 5 mil homens, q.^e fica sendo provável, q.^e eles não tenham Tropas p.^a irem fazer o seu seg.^o golpe >>. Entretanto, informou o governador de Minas Gerais a estratégia castelhana: concentrar as forças em Montevideu para lançar uma ofensiva no Continente do Rio Grande. Já tinham em poder a Ilha de Santa Catarina e seu importante porto. O marquês do Lavradio temia perder o controle do Rio Grande.

Este seg.^{do} ataque se o conseguirem com felicit.^e poderemos há ser de m.^{to} maior prejuízo e consequências, esse ñs nele, poderemos conseguir alguma felicit.^e, infalivelm.^{te} viremos a destruir toda esta Esquadra.

Isto se não poderá alcançar, sem metermos no R.o grd.^e um golpe considerável de gente armada, q.^e se uma ás nossas Tropas, e q ainda q. não sejam, q.^e fazendo a Guerra de Xicana, possamos hilos destruindo por essa p.^e, e tomando-lhe os seus gados, e cavalgaduras, fatigando-os em marchas; e por outra p.^e, atacá-los com regularid.^e o nosso Exército, em todas aq.^{las} ocasiões em q. vir poderá tirar vantagem dos sobred.^{os} ataques.

Estando o porto de Santa Catar.^a tomado, e os cast.^{os} com uma Esquadra mais forte no Mar, me embaração q. eu possa por aq.^{la} p.^e socorrer ao R.o Grd.^e Ele

⁷⁰² Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 632.

⁷⁰³ AGI, Buenos Aires, 542, Vértiz a Cevallos, Montevideo, 25/02/1777, In, Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas [...]*, p. 338.

é necessário ser socorrido prontissimamente, por q. é o único modo com q.^e poderemos destruir os nossos inimigos, e segurar por esta vez o Estado⁷⁰⁴.

Luís de Almeida recrudescer a necessidade de enviar tropas ao Sul, sendo que a principal via era São Paulo. Ao governador de Minas lembrava que em sua capitania possuía homens fortes e robustos, todos acostumados ao trabalho no campo e nos matos. Devia, ainda, deixar o comandante do Exército do Sul sobreavisado dos reforços. Lavradio ordenou ao governador animar as tropas rumo ao Rio Grande. Lembrava ele que a campanha era em nome de << toda a Nação >> e liberdade do << estado >>⁷⁰⁵.

Aos soldados e Regimentos, Luís de Almeida liberava o saque e as presas de guerra. Assegurava a eles boas recompensas, além da consideração da coroa lusitana. Antônio de Noronha << lhes lembrará, q.^e eles poderão tirar m.^{tas} utilidades desta ação, porq.^e todas as presas q.^e fizerem hão-dem ser repartidaz por eles >>.

O vice-rei formou a estratégia expedicionária. A campanha, depois de formados os Regimentos, seguiria pelo caminho do Rio Verde. Lavradio, não levou em consideração qualquer << regularid.^e de marcha >>. Pedia celeridade. Para ele, não era necessário << uns esperem p.^{los} outros >>. Os soldados tinham liberdade para marchar transtornadamente, sem qualquer regularidade, << ir passando aos duzentos, a os trezentos homens, aproporção dos que se for juntando >>. Mostrando o desespero com sua imagem de vice-rei, Luís de Almeida propunha << p.^a a condução dos mantim.^{tos} e transportes destas gentes >> ao governador << empregar a imensidade de bestas muares q.^e tem essa Cap.^{nia} >>. Rememorava o risco iminente << se os cast.^{os} depois de terem a Ilha de S.^{ta} Catar.^a, nos ganharem todo o Cont.^e do R.^o grd.^e >>. Lavradio pedia brevidade na execução da expedição, e para o governador mobilizar o máximo de homens da capitania, não importando a qualidade desses homens.

Além disto deve V.E.^a estar prevenido p.^a me vir socorrer prontissimamente com o resto da gente q.^e tiver, no caso dos cast.^{os} se voltarem p.^a este porto, vindo p.^a este socorro não só brancos, mas negros, mulatos, cabras, e mestiços, e finalm.^{te} todo o maior n.^o de gente, q.^e V.E.^a possa pôr em marcha.

Destas mesmas qualidades de gentes se poderá compôr o corpo, q.^e V.E.^a manda p.^a R.^o Grd.^e ese V.E.^a tiver alguém q.^e saiba algum novo trilho, por donde possa com mais brevidade, e menos desconforto, passar aq.^{le} cont.^e, será m.^{to} mais vantajoso, p.^{la} utilid.^e q.^e se pode seguir, de chegar com a maior brevid.^e este socorro.

⁷⁰⁴ Lavradio a Antônio de Noronha, Rio de Janeiro, 13/03/1777, BN-PT, Manuscrito.

⁷⁰⁵ Lavradio a Antônio de Noronha, Rio de Janeiro, 13/03/1777, BN-PT, Manuscrito.

Aguardíssima importância deste negócio, V.E.^a a pode considerar, e q. a demora q.^e houver na sua execução, pode ser de uns prejuízos irremediáveis⁷⁰⁶.

Depois de concluir a carta, Luís de Almeida recebeu << uma parada de Ant.^o Carlos Furtado de Mendonça com a mais extraordinária not.^a >>. O marechal informava Lavradio que deixava a Ilha rumo ao continente, com a estratégia de seguir até o Rio Grande para receber os reforços do Exército do Sul. Tal notícia deixava o vice-rei << como louco >>, não acreditava << q.^e sem atirar um tiro, sem se examinar a fundo a força dos Cast.^{os}, [...] se largasse um posto tão fortificado, e fizessem retirar uma Tropa que estava tão disposta a defender-se com o maior valor >>. Esta ação, continua Luís de Almeida << é a mais desgraçada, e injuriosa q. se podia cometer, sem a justificar este Gen.^{al}, q. com imencid.^e de Conselhos de Guerra, q. não servem q.^e para mais os condenar >>. No adendo ao governador de Minas, justificou a ação de Gama Freitas, durante os Conselhos. << O gov.^{or} resistiu a estes votos >>, escreveu Lavradio << foi sempre diferente a seu parecer, porém como assinou com eles, sem fazer uma declaração se parada, está em iguais circunstâncias q.^e todas as outras >>.

Lavradio, ordenou ao governador de Minas uma ação para reverter os infortúnios ocorridos na Ilha de Santa Catarina, e para que esses não chegassem ao Rio Grande, todos os meios deviam ser empregados, até mesmo os índios minuanos, que tinham feito uma aliança com as tropas luso-brasileiras, passavam a ser considerados súditos. E, deles se esperava << hajão fazer dos nossos inimigos toda a ruína e hostilid.^e q.^e poderem >>, ainda, recomendava << e se lhe comprará tudo o q.^e troucerem p.^{los} seu justo preço a fim de os ter contentes, e satisfeitos >>⁷⁰⁷.

Somente dia 14 de março, a oficialidade deixou a Ilha. Furtado de Mendonça, o governador Pedro Antônio da Gama Freitas e mais cem oficiais, com familiares, foram embarcados nos navios mercantes: *S. Lourenzo*, *El Astuto*, *S. Gerónimo*, e *Ntra. Sra. de Begoña*. Escoltados por uma guarnição anfíbia, zarparam para o Rio de Janeiro. Assim que ancoraram no porto, foram logo encaminhados para as prisões a pedido do vice-rei. Os navios que conduziram a oficialidade foram apresados e, em 2 de novembro, os comandantes castelhanos ainda estavam presos nas fortalezas do Rio de Janeiro à espera de uma decisão. O caso gerou infortúnios entre os ministérios das coroas ibéricas.

⁷⁰⁶ Lavradio a Antônio de Noronha, Rio de Janeiro, 13/03/1777, BN-PT, Manuscrito.

⁷⁰⁷ Lavradio a Antônio de Noronha, Rio de Janeiro, 13/03/1777, BN-PT, Manuscrito.

Cevallos comunicou o conde de Floridablanca o problema e, pouco tempo depois, o caso foi resolvido e os comandantes liberados⁷⁰⁸.

Após receber a notícia da tomada e ocupação efetiva da Ilha de Santa Catarina e dos empenhos militares de Pedro de Cevallos ao Continente, a 17 de março, Vértiz detalhou uma relação das forças castelhanas e luso-brasileiras no Rio Grande. O governador de Buenos Aires, através de seus espias, calculava o contingente do inimigo em: 900 homens do Regimento de Bragança, que cobriam a barra de entrada do rio; 1.800 de José Raimundo Chichorro e Regimento de Moura, estacionados no arroio de São João Batista; 200 chimangos na povoação; além de 150 homens de cavalaria em India Maria; 900 do Regimento do Rio de Janeiro, na angustura do Viamão; e oito companhias de Dragões paulistas, comandados por Rafael Pinto Bandeira, em Boiruru. A defesa lusitana contava com um total de 4.350 homens do Rio Grande e 1.400 (500 Dragões e 900 do Regimento de Santos), em Rio Pardo⁷⁰⁹. Como lembra Abeillard Barreto, diferente da Ilha de Santa Catarina, << estava o Rio Grande, de entrada difícil e bem defendida, com um corpo de tropas de elite e com comandos eficientes e já experimentados >>⁷¹⁰. Por outro lado, o governador bonaerense, reforçou a guarnição do forte de Santa Teresa com forças de Maldonado. Recrudescu a vigilância às estâncias de gado, na tentativa de obliterar o frequente contrabando na região. Ainda em Maldonado, construiu baterias e aumentou o número de praças como voluntários de infantaria catalã. Já na Colônia, no campo de bloqueio, agregou mais sete companhias do Regimento de Galícia anulando as hostilidades por parte dos sitiados⁷¹¹.

Cevallos queria recuperar os territórios perdidos no canal do Rio Grande e também da banda Norte. A estratégia arquitetada por ele era entrar no canal com a esquadra, destruir << mediante una operación combinada en ambas márgenes las fortificaciones portuguesas y ocupar con sus tropas la parte norteña >>. Vértiz movimentaria as tropas na parte meridional, em semelhante estratégia⁷¹².

⁷⁰⁸ Gálvez a Floridablanca, El Pardo, 17/03/1778, AGS, Estado, 7415, In, Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas* [...], pp. 337.

⁷⁰⁹ AGI, Buenos Aires, 542, Vértiz a Cevallos, Montevideo, 17/03/1777, In, Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas* [...], p. 338.

⁷¹⁰ Abeillard Barreto, Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...], p. 288.

⁷¹¹ Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas* [...], p. 339.

⁷¹² Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas* [...], p. 339; Juan Beverina, *La expedición de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, p. 79.

As instruções para Vértiz foram enviadas a 27 de fevereiro, mas só chegaram um mês depois. Vértiz não reconhecia um número suficiente de forças para uma ofensiva contra as tropas luso-brasileiras. O governador escreveu em suas *memórias*:

[...] me fue entregada el 27 de marzo, en la tarde, y a los veintiocho días de escrita, porque su navegación fue larga por los vientos contrarios. No es posible comprender cómo se quería combinar, desde doscientas cincuenta leguas (tantas hay desde Santa Catalina a las inmediaciones de la Colonia del Sacramento, donde me debía creer ocupado el Comandante General de la expedición, según sus anteriores órdenes), una ocupación tan compuesta y arriesgada, como es la de concurrir a un preciso tiempo a formar el ataque, ni cómo podía, en el corto espacio de quince o veinte días, llegarme la orden desde Santa Catalina a la Colonia, juntar las tropas, marchar con ellas y con el gran acopio que mandaba llevase conmigo, así de víveres como de otros embarazosos efectos, las ciento y ochenta leguas que median de la plaza de la Colonia al Río Grande de San Pedro, en donde ni en muchas leguas se puede hacer desembarco, por ser aquella costa notoriamente conocida por muy brava, denominándola *del Carpintero* por los fragmentos que continuamente arroja de las embarcaciones que naufragan, viéndose precisados los navíos de guerra a echar el ancla a tres leguas, lo menos, distante de ella. Esta consideración, la de no ser dable desembarcar la artillería, víveres, tropas ni demás efectos de tan lejos; ser, según aviso, mayor el número de tropas de infantería y dragones que habían de oponerse a las que intentasen desembarcar; no poder emprender la marcha por el camino que se me prevenía de la costa, por la mucha arena, falta de agua y pasto, ni ser dable descubrir mis señales sin rebasar mucho la escuadra o (naves) batidoras, por salir, excesivamente al mar la punta de San Pedro, y finalmente, dejando otras razones, la invencible de poder pasar la barra, que forma a su entrada el río, con nuestras fragatas ni otros buques semejantes, como lo ha acreditado la expedición, bien a costa nuestra y de los portugueses, con los muchos años que ha que navegamos por aquel río⁷¹³.

Após deixar << ficar naquele porto alguns navios, e a guarnição que julgou necessária para a conservar, saiu com o resto da armada e demandar a barra do Rio Grande, para prosseguir por aquela parte a conquista >> da América Meridional⁷¹⁴. Somente em março, Vértiz partiu de Santa Teresa com destino ao Rio Grande. Marchou com dois mil homens bem armados e bem apetrechados. << Me puse en marcha con un destacamento de veteranos y milicias, que no llegaban a dos mil hombres, y ocho cañones de campaña con las municiones correspondientes, siguiendo a algunas leguas

⁷¹³ Manuel Ricardo Trelles, Memoria del virrey Vértiz a su sucesor el marqués de Loreto, *Revista del Archivo General de la Nación*, Buenos Aires, III, 1871, p. 347. In, Juan Beverina, *La expedición de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, p. 79-80.

⁷¹⁴ Da relação da conquista de Colonia, pelo Dr. P. Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, escripta em Buenos-Ayres em 1778, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 350-363, p. 350; Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, *Relación de la conquista de la Colonia por D. Pedro de Cevallos y Descripción de la ciudad de Buenos Aires*, Traducción y notas de Fernando Assunção, Buenos Aires, Academia Nacional de la Historia, 1980; Papéis do Brasil, 'Relação da conquista de Colônia por D. Pedro de Cevallos' (capitão general da Província do Rio da Prata) da autoria de Padre Pedro Pereira, ANTT, 15 liv. 7 mç.

de mi retaguardia los ganados, víveres y demás ofectos pedidos >>, escreveu José Vértiz em suas *memórias*⁷¹⁵. Após deslocar o exército 92 léguas de Montevidéu, já nas proximidades do Rio Grande, << llegó [uma] carta de Cevallos comunicando su arribo forzoso a Maldonado el pasado 18 y la consiguiente suspensión del avance >>. Ventos pampeiros dificultaram a saída da Esquadra da Ilha de Santa Catarina. Somente a 30 de março, as tropas castelhanas conseguiram zarpar. Com um contingente em armas de: 15 buquês de guerra, 66 mercantes e 3 presas. Os primeiros seguiram rumo ao Rio Grande, enquanto os restantes se dirigiram para Montevidéu descarregar trens e petrechos da campanha militar⁷¹⁶. O governador bonaerense não chegou a ultrapassar o arroio São Miguel. Durante a campanha, José Vértiz organizou as tropas e provisões. Na marcha com dois mil homens de tropas veteranas e algumas milícias de cavalaria, conduziram três mil << quintales de bizcochos, y harinas >>, além de dez mil cabeças de gado⁷¹⁷. Tempos depois, o governador bonaerense expôs o plano de Cevallos. Para ele, a estratégia não era eficiente. Em suas *memórias* esclareceu as principais razões: falta de planejamento para a campanha, dificuldades para movimentar tropas, petrechos e víveres, levando em consideração a distância de 180 léguas entre a praça de Colônia de Sacramento e o Rio Grande⁷¹⁸.

Além disso, a costa apresentava uma série de obstáculos para o desembarque. As cidadelas luso-brasileiras, na opinião do governador, estavam bem fortificadas. A 4 de

⁷¹⁵ Manuel Ricardo Trelles, Memoria del virrey Vértiz a su sucesor el marqués de Loreto, *Revista del Archivo General de la Nación*, Buenos Aires, III, 1871, p. 347. In, Juan Beverina, *La expedición de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, p. 82.

⁷¹⁶ Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas [...]*, p. 340; Abeillard Barreto, Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...], p. 290; Noticia individual de la expedición encargada al Excmo. Sr. D. Pedro de Cebállos contra los Portugueses del Brasil inmediatos á las provincias del Rio de la Plata; y se insinúan algunos de los últimos motivos que ocasionaron este rompimiento en 1776. In, Carlos Calvo, *Colección completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, armisticios y otros actos diplomáticos de todos los estados de la América Latina comprendidos entre el golfo de Méjico y el cabo de Hornos desde el año de 1493 hasta nuestros días, precedidos de una memoria sobre el estado actual de la America, de cuadros estadísticos, de un diccionario diplomatico y de una noticia historica sobre cada uno de los tratados mas importantes*, t. VI, París, Denné-Schmitz, 1862, p. 251; Da relação da conquista de Colonia, pelo Dr. P. Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, escripta em Buenos-Ayres em 1778, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 350-363, p. 350; Carta do governador de Buenos Aires Juan José Vértiz e Salcedo ao ministro José de Gálvez, Campo de la Guarda de Rodrigo, 24 de abril de 1777, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, 1941, pp. 467-468, p. 468; Papéis do Brasil, 'Relação da conquista de Colônia por D. Pedro de Cevallos' (capitão general da Província do Rio da Prata) da autoria de Padre Pedro Pereira, ANTT, 15 liv. 7 mc.

⁷¹⁷ Vértiz a José de Gálvez, Campo de la Guarda de Rodrigo, 24/04/1777, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 467-468, p. 468.

⁷¹⁸ Manuel Ricardo Trelles, Memoria del virrey Vértiz a su sucesor el marqués de Loreto, *Revista del Archivo General de la Nación*, Buenos Aires, III, 1871, pp. 264-477. In, Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas [...]*, p. 339; Juan Beverina, *La expedición de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, p. 79.

abril, a Armada castelhana deixou de sentir os ventos sudoeste. Contudo, a tentativa de cerco já tinha sido perdida. Cevallos abandonou a estratégia, mesmo acreditando que Vértiz estava com as tropas nas imediações de Santa Teresa. Boa parte das embarcações tinha sido extraviada. O navio *El Poderoso* estava em mal estado de conservação. A 17 de abril, fundeou com a fragata *Venus* no porto de Maldonado. Depois de enviar algumas ordens a Vértiz, o comandante da Armada rumou a Montevidéu. Após três dias chegaram ao porto. << Las autoridades y la población de la plaza recibieron a D. Pedro con todos los honores, tanto por su título de virrey como por los méritos militares que acababa de conseguir >>⁷¹⁹. Em Montevidéu, Cevallos organizou a próxima campanha: a praça de Colônia do Sacramento.

5.4 Praça de Colônia do Sacramento: a última campanha

Depois de tomar a Ilha de Santa Catarina e da tentativa de ocupar o Continente, Cevallos partiu rumo à ofensiva à praça de Colônia do Sacramento. Distante do resto do Brasil e das possessões militares luso-brasileiras, virou presa fácil às tropas castelhanas. Cevallos seguia as ordens da coroa espanhola do ano anterior. A 4 de agosto de 1776, Carlos III enviou instruções reservadas. A proposta da expedição tinha como principal << objeto de recuperar los puestos que las tropas del rey de Portugal han tomado últimamente en mis Dominios del Río Grande de San Pedro y otros que hayan podido invadir en aquellos países, como también el conquistarles cualesquiera otros que se pueda, especialmente la Isla de Santa Catalina y la Colonia del Sacramento >>⁷²⁰.

A tomada das duas praças pelas forças castelhanas, efetivamente, tornaria o controle da região platina sob o comando espanhol. O principal objetivo do rei católico era << fortalecer la estructura colonial en el Cono Sur, limitar las posibilidades de contrabando y lograr un control mayor del litoral marítimo >>⁷²¹.

⁷¹⁹ Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas [...]*, pp. 341-342.

⁷²⁰ Instrucción reservada, expedida por el rey, al virrey D. Pedro de Cevallos para el gobierno de la expedición que se envía a América con el objeto de recuperar los puestos que la tropa del rey de Portugal han tomado últimamente en Río Grande, y otros como la Isla de Santa Catalina y la Colonia, San Ildefonso, 4 de agosto de 1776, AGS, 6833, Docs. 27-28; Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 263; Juan Beverina, *La expedición de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, pp. 168-173, p. 169.

⁷²¹ Hernán Asdrúbal Silva, Brasil, el Río de la Plata y sus vínculos comerciales e marítimos – entre la utopía y la realidad (1776-1806, In, Hernán Asdrúbal Silva (Dir.), *Los caminos del Mercosur*, historia económica regional, etapa colonial, Mexico (DF), Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 2004, pp. 201-234, p. 203.

A 30 de março, Cevallos zarpou da Ilha de Santa Catarina. Uma testemunha narrou a transtornada viagem, suas intempéries e as novas ordens do vice-rei:

Se hicieron a la vela por fin el 30 de marzo, con la orden de que en caso de separación deberían todos reunirse en Montevideo. El segundo día que salimos a la mar, se entabló un viento contrario demasiado fuerte. Su continuación levantó una mar soberbia, que en esta altura es regular con los vientos del 3º cuadrante y algunos del 2º. En breve nos vimos con un temporal furioso, y de tal modo dispersos, que nadie pudo ya pensar en el primer destino. Cada uno se vio solo, y únicamente se trató de sostener los buques con las más puntuales maniobras. El navío *Poderoso* comenzó a hacer agua, y en cada hora llegó a hacer 25 pulgadas, que se extraían con 3 bombas. Trató la marina de que se arribase al mismo puerto de donde había salido, pero el virrey insistió en la negativa, y se hizo lo que mandó, como era justo. Este navío entró en el puerto de Maldonado el día 18 de abril; y en la misma hora despachó un oficial al mariscal de campo D. Juan José Vertiz para que hiciese alto con la tropa que conducía á certa distancia del Rio Grande hasta nueva orden; porque ya no podían convenirse estas fuerzas con las que S. E. había determinado desembarcar, y era preciso variar el proyecto que se había formado⁷²².

Cevallos permaneceu por apenas dois dias em Maldonado. Foi o tempo de enviar novas recomendações ao governador de Buenos Aires, Juan José Vértiz y Salcedo. Na manhã do dia 20 de abril, já ancorava no porto de Montevideu a bordo da fragata *Venus*. Foi recebido na cidade com << Salva y Palio, conduciéndolo á la Iglesia, donde se cantó el Tedeum, y después le acompañaron a la casa del Gobernador de Montevideo >>⁷²³. Cevallos quis comer na própria fragata. Somente às 16h, desembarcou. Conduzido à igreja Matriz, recebeu todo o cerimonial dado aos vice-reis.

La artillería de la plaza y marina, los clarines y trompas, las campanas y la confusa gritería del pueblo con sus repetidas vivas, dieron bien a entender cuánto era el regocijo de estas gentes en el arribo de su nuevo virrey y antiguo general. Todos en tropel querían verle de cerca, y fue menester mandar a la tropa que estaba formada en la carrera, que a nadie ofendiese, aunque se acercasen con algún desorden. Finalmente se cantó él *Te Deum*, y

⁷²² Noticia individual de la expedición encargada al Excmo. Sr. D. Pedro de Cebállos contra los Portugueses del Brasil inmediatos á las provincias del Rio de la Plata; y se insinúan algunos de los últimos motivos que ocasionaron este rompimiento en 1776. In, Carlos Calvo, *Colección completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, armisticios y otros actos diplomáticos de todos los estados de la América Latina comprendidos entre el golfo de Méjico y el cabo de Hornos desde el año de 1493 hasta nuestros días, precedidos de una memoria sobre el estado actual de la America, de cuadros estadísticos, de un diccionario diplomático y de una noticia historica sobre cada uno de los tratados mas importantes*, t. VI, París, Denné-Schmitz, 1862, p. 251.

⁷²³ << Diario de las providencias dadas para el sitio de la Colonia, su ataque y rendicion >>, mayo-junio de 1777, *Campaña del Brasil [...]*, t. III, 1941, pp. 470-473, p. 470.

se retiró S. E. a su posada, dando en esa misma noche nuevas órdenes para disponerse a la continuación de la guerra sin interrupción⁷²⁴.

Quando chegou ao porto de Montevideu foi recebido por mais de 500 homens⁷²⁵. Enquanto esperava o resto dos navios de guerra, << se dedicó a preparar lo relativo a la expedición proyectada contra la plaza de la Colonia >>⁷²⁶. A 23 de abril, nomeou para o comando das forças no Real São Carlos o brigadeiro Juan Manuel Cagigal, para << hacerse cargo del campo de bloqueo >> da cidadela lusitana⁷²⁷, localizada nas proximidades de Sacramento. Cagigal, homem de confiança de Cevallos, nos dias que procederam, marchou com uma tropa armada com: << 16 canhões de 24 [libras], três de 16, quatro de doze, quatro de oito, dois morteiros de 12 e dois de nove >>. Na tarde de 24 de abril, chegou a San Antonio del Real⁷²⁸.

Em outro teatro de guerra, Luís de Almeida temia uma ofensiva castelhana não só no Rio Grande, como já era sabido, mas em direção aos portos de São Paulo. << O Plano é a conquista do R.^o Grd.^e >>, preconizava Lavradio a Martim Lopes Lobo Saldanha, << e ao mesmo tp.^o vir conquistar a Cap.^{nia} de S. Paulo, ou os portos pertencentes a mesma Cap.^{nia} >>. Entretanto, o vice-rei acreditava piamente nessa improbabilidade. << É impossível o praticarem uma semelhante resolução, por q. esse seria o meio de destruírem todas as suas forças, sem q. p.^a isso nós tivéssemos nem mais pequeno trabalho >>⁷²⁹.

Além desses problemas no Sul, João Henrique Boehm não concordava com a estratégia desenvolvida por Luís de Almeida. O vice-rei projetava atacar o forte de São Miguel e a fortaleza de Santa Teresa. Boehm era contrário a tal estratégia. Para ele, o

⁷²⁴ Noticia individual de la expedición encargada al Excmo. Sr. D. Pedro de Cebállos contra los Portugueses del Brasil inmediatos á las provincias del Rio de la Plata; y se insinúan algunos de los últimos motivos que ocasionaron este rompimiento en 1776. In, Carlos Calvo, *Colección completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, armisticios y otros actos diplomáticos de todos los estados de la América Latina comprendidos entre el golfo de Méjico y el cabo de Hornos desde el año de 1493 hasta nuestros días, precedidos de una memoria sobre el estado actual de la America, de cuadros estadísticos, de un diccionario diplomatico y de una noticia historica sobre cada uno de los tratados mas importantes*, t. VI, París, Denné-Schmitz, 1862, p. 252.

⁷²⁵ << Diario de las providencias dadas para el sitio de la Colonia, su ataque y rendicion >>, mayo-junio de 1777, *Campaña del Brasil*, t. III, pp. 470-473, p. 470.

⁷²⁶ Juan Beverina, *La expedicion de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, p. 85.

⁷²⁷ Aníbal M. Riverós Tula, Historia de la Colonia del Sacramento (1680-1830), In, *Revista del Instituto Historico y Geografico del Uruguay*, t. XXII, Montevideo, 1955, pp. 469-721, p. 664. << Diario de las providencias dadas para el sitio de la Colonia, su ataque y rendicion >>, mayo-junio de 1777, *Campaña del Brasil*, t. III, pp. 470-473, p. 470.

⁷²⁸ Abeillard Barreto, Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...], p. 292.

⁷²⁹ Lavradio a Martim Lopes Lobo de Saldanha, Rio de Janeiro, 25/04/1777, BN-PT, manuscrito.

Exército do Sul não tinha condições logísticas e, muito menos, militares para se aventurar em tal empresa. << Não falo de outras dificuldades para conduzir a artilharia ao ataque de uma praça em que os espanhóis trabalham a tanto tempo >>, lembrou Boehm ao marquês do Lavradio << nela se encontra uma infantaria bastante numerosa, com boa artilharia e maior cavalaria do que tenho comigo >>⁷³⁰.

A estratégia claramente desenvolvida pelo governador José Marcelino. Já o tenente-general alegava impossibilidade de marchar mais ou menos 300 km com uma tropa de marcha diante de um inverno rigoroso que se avizinhava no extremo Sul. Além disso, os castelhanos estavam mais próximos de suas possessões militares: Castillos, Maldonado, Montevideu e Buenos Aires, de onde podiam rapidamente requisitar provisões, homens e instrumentos bélicos. Por outro lado, questiona Boehm, caso lançasse uma ofensiva a Luís de Almeida: << Se eu resolvesse marchar para Santa Teresa e os inimigos, na minha ausência, se apoderasse do Rio Grande? E, em consequência, de todo esse Continente? Onde ficaria eu, então? E que poderia dizer em minha defesa? >>⁷³¹.

Com o risco, rapidamente Cevallos tomou novas medidas. Tinha << noticia de que los Portugueses del Rio Grande meditan atacar el Fuerte de S.n Miguel y que hacian á toda prisa sus prevenciones para llevar su Artilleria por la Laguna >>. Do Quartel-militar em Montevideu, a 2 de maio, o vice-rei ordenou ao governador de Buenos Aires, Juan José Vértiz, a organização e defesa da cidadela.

Con este motivo encargo a V.S. que ponga aquel Fuerte en el mejor estado que fuere posible, y que le provea de Municiones de Guerra, y Boca en abundancia, como también que destaque alguna Tropa de refuerzo, con todas las demás prevenciones que pueden conducir para eludir el designio de los enemigos, y, sobre todo, que se envíe un Capitán de experimentada conducta y que sepa lo que es guerra, para su defensa.

En caso de que se verifique el ataque, será menester enviar un destacamento nuestro, que acercándose p.r los Puestos dominantes, obligue a los enemigos a levantar el sitio, y si pudiere ser con escarmiento.

Tenga V.S. Partidas de observación, que le avisen prontamente del movimiento de los enemigos por aquella Parte, para dar oportunamente sus providencias⁷³².

⁷³⁰ Boehm a Lavradio, Vila de São Pedro, 25 de abril de 1777, In, Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 647.

⁷³¹ Boehm a Lavradio, Vila de São Pedro, 25/04/1777, In, Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 647.

⁷³² Cevallos a Juan José de Vértiz e Salcedo, Quartel-general de Montevideu, 2/05/1777, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, p. 469.

Três dias depois, no campo de Santa Teresa, Vértiz respondeu ao vice-rei. << Inmediatam.^{te} expedí las provid.^{as} para reforzar nuevamente esta Fortaleza, donde pasaré mañana a reiterar su reconocimiento, y de sus resultas arreglaré el mejor estado de su defensa, q.^e fuere posible, y proveeré de municiones de guerra y boca en la abund.^a q.^e permitan sus habitaciones >>. Para o comando, Vértiz nomeou o capitão do Regimiento de Infanteria de Buenos Aires, Domingos Echauri. << Las part.^{das} de observación - vigilan sin cesar por todas las Avenidas del Rio grande con encargo particular de q.^e observen, y avisen sin dilaz.ⁿ alguna de movimiento de Enemigos, q.^e p.^r aquella parte distinguan >>, finalizava o governador de Buenos Aires, << a fin de dar oportunam.^{te} las provid.^{as} que sean conducentes, y a V. E. trasladaré cuanto en estos asuntos ocurra sin demora >>⁷³³.

Enquanto isso, Cevallos aumentava o cerco ao comandante luso-brasileiro na praça de Colônia do Sacramento. A 25 de abril, reforçou seu efetivo nas proximidades da cidadela lusitana. A dez léguas de Colônia, no arroio do Rosário, deslocou um destacamento de quatro companhias de infantaria e dragões, caçadores de Zamora, Toledo e Guadalajara, sob as ordens do brigadeiro Salazar, a fim de cobrir a estância del Rey e suas numerosas cavalladas⁷³⁴.

Para reforçar e trasladar as tropas até a cidadela, Cevallos organizou uma frota de guerra. Na manhã do dia 11 de maio, estavam no porto de Montevidéu, sob o comando do capitão-de-navios Juan Antonio de Camino, as fragatas *Rosa* e *Júpiter*, chambequin *Andaluz*, corvetas *Marte* e *San Cristobal*, Bergantim *Hopp* e mais 40 embarcações de comboio, transportariam as tropas. Divididas em escalão: oito companhias de granadeiros, quatro de caçadores, além de toda a tropa de infantaria. O trem de artilharia era composto de: 17 canhões de 24 libras, três de 16 libras, quatro de 12 libras e quatro de 8 libras; morteiros de 12 polegadas e 9, além de munições menores. No total: cinco mil homens, sendo que três mil já se encontram no campo de bloqueio e imediações⁷³⁵.

⁷³³ Vértiz a Cevallos, Campo de Santa Teresa, 5/05/1777, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, p. 469.

⁷³⁴ Juan Beverina, *La expedicion de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, p. 85; Aníbal M. Riverós Tula, *Historia de la Colonia del Sacramento (1680-1830)*, In, *Revista del Instituto Historico y Geografico del Uruguay*, t. XXII, Montevideo, 1955, pp. 469-721, p. 664. << Diario de las providencias dadas para el sitio de la Colonia, su ataque y rendicion >>, mayo-junio de 1777, *Campaña del Brasil [...]*, t. 3, pp. 470-473, p. 470.

⁷³⁵ Juan Beverina, *La expedicion de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, pp. 85-86; Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...]*, p. 292.

Na altura em que organizava a campanha contra a praça, Cevallos, ainda em Montevideu, interceptou os avisos do comandante da Colônia, Francisco da Rocha. << Os navios que se mandavam da capital com socorro de mantimentos, todos foram aprisionados, e entre os avisos que o governador fazia >>. Num desses << avisos >>, o governador << avisava a capital que o mantimento que havia na praça escassamente chegaria a municiar até o dia 20 de maio >>⁷³⁶. Com tal informação, rapidamente informou o seu Estado-Maior na Ilha de Santa Catarina a execução operacional. A fim de cobrir as operações e impedir que os lusitanos recebessem reforços das capitânias do Brasil, uma parte da Esquadra – seis navios, uma fragata e um paquebote – sob as ordens do marquês de Casa Tilly, << se hiciese a la mar hacia Santa Catalina, para cruzar en la ruta de navegación entre Río de Janeiro y el Río de la Plata; lo que se verificó el 10 de mayo, partiendo aquellas unidades del puerto de Montevideo >>⁷³⁷.

A falta de ventos favoráveis dificultaram a saída das embarcações do porto, que só começaram no dia 19. No dia seguinte, Cevallos embarcou em uma lancha, acompanhado de Victorio de Navia, mais seis buques de guerra e treze mercantes. A 22 de maio, ancorou no arroio del Molino, entre a praça de Colônia e o Real de San Carlos, a fim de fazer o reconhecimento do terreno. A um tiro de canhão da praça, imediatamente deu ordens para desembarque. A 24, a tropa baixou no campo de San Antonio del Real. Durante quatro dias, os esforços foram destinados à descarga dos mantimentos, armas e munições. Gradativamente, foram sendo conduzidos ao Campo de Bloqueio⁷³⁸.

Na tentativa de evitar uma contraofensiva, Cevallos teve de tomar providências. A notícia de que Rafael Pinto Bandeira avançava com um grosso destacamento sobre a estância do Rosário fez o vice-rei aumentar a vigilância. A 28 de maio, reforçou as tropas do brigadeiro Salazar, enviando um efetivo de 200 homens do regimento de

⁷³⁶ Da relação da conquista de Colonia, pelo Dr. P. Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, escripta em Buenos-Ayres em 1778, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 350-363, p. 351; Papéis do Brasil, 'Relação da conquista de Colônia por D. Pedro de Cevallos' (capitão general da Província do Rio da Prata) da autoria de Padre Pedro Pereira, ANTT, 15 liv. 7 mç.

⁷³⁷ Juan Beverina, *La expedicion de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, p. 86.

⁷³⁸ Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...]*, p. 292; Juan Beverina, *La expedicion de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, p. 86; Aníbal M. Riverós Tula, *Historia de la Colonia del Sacramento (1680-1830)*, In, *Revista del Instituto Historico y Geografico del Uruguay*, t. XXII, Montevideo, 1955, p. 664.

Galícia e 250 milicianos de cavalaria⁷³⁹. Com esse movimento, além de manter a posição, projetava uma nova campanha. Com << los veinte mil caballos del rey que se custodiaban en aquella estancia y en la de San José serían de la mayor utilidad cuando, caída la plaza de la Colonia, hubiese que continuar el desarrollo del plan de campana sobre la frontera de Río Grande >>⁷⁴⁰.

A 29 de maio, as tropas castelhanas deram início ao cerco. Quatrocentos homens foram empenhados para cavar as trincheiras⁷⁴¹, as quais, estrategicamente abertas, visavam << atacar oportunamente o portão e a cortina da praça, entre os baluartes da Bandeira e de São Miguel >>⁷⁴². Na empresa, foram mobilizadas 4 companhias de granadeiros, 2 de caçadores, 3.853 homens de infantaria e artilharia, 38 dragões e 335 milicianos de cavalaria, além de 337 peões; todos sob as ordens de 3 brigadeiros e 2 marechais de campo, sendo o principal articulador Pedro de Cevallos⁷⁴³.

Durante os preparativos para a campanha, chegou de Madrid a notícia dos eventos ocorridos em outro teatro de guerra. Portugueses e espanhóis continuavam suas hostilidades na zona de Guayana. Era uma região conflituosa. Os espanhóis só mostraram interesse pela região em 1762, após o tratado de Limites de 1750. Buscavam assegurar as possessões espanholas no Orinoco e Rio Negro⁷⁴⁴. Entretanto, a determinação de limites entre a área de governação de Guayana entrava em conflito com o controle fluvial da região amazônica⁷⁴⁵. A Cevallos foi transmitida a informação

⁷³⁹ Aníbal M. Riverós Tula, *Historia de la Colonia del Sacramento (1680-1830)*, In, *Revista del Instituto Historico y Geografico del Uruguay*, t. XXII, Montevideo, 1955, p. 664; Juan Beverina, *La expedicion de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, p. 86.

⁷⁴⁰ Juan Beverina, *La expedicion de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, p. 87.

⁷⁴¹ Aníbal M. Riverós Tula, *Historia de la Colonia del Sacramento (1680-1830)*, In, *Revista del Instituto Historico y Geografico del Uruguay*, t. XXII, Montevideo, 1955, p. 664.

⁷⁴² Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...]*, p. 292.

⁷⁴³ Noticia individual de la expedición encargada al Excmo. Sr. D. Pedro de Cebállos contra los Portugueses del Brasil inmediatos á las provincias del Rio de la Plata; y se insinúan algunos de los últimos motivos que ocasionaron este rompimiento en 1776. In, Carlos Calvo. *Colección completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, armisticios y otros actos diplomáticos de todos los estados de la América Latina comprendidos entre el golfo de Méjico y el cabo de Hornos desde el año de 1493 hasta nuestros días, precedidos de una memoria sobre el estado actual de la America, de cuadros estatísticos, de un diccionario diplomatico y de una noticia historica sobre cada uno de los tratados mas importantes*, t. VI, París, Denné-Schmitz, 1862, p. 255; Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas*, La expedición del virrey Cevallos al Río de la Plata, Valladolid, V Centenario del Tratado de Tordesillas S.A., 1994, p. 342; Juan Beverina, *La expedicion de Don. Pedro de Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, p. 87.

⁷⁴⁴ Manuel Alberto Donís Ríos, *Guayana*, historia de su territorialidad, Instituto de Investigaciones Históricas, Caracas, 2002, p. 147.

⁷⁴⁵ Manuel Lucena Giraldo, *La expedicion imaginaria, La ejecucion del tratado de San Ildefonso en la Guayana spañola (1776-1784)*, In, Francisco de Solano; Salvador Bernabeu (Orgs), *Estudios (nuevos y*

de que os portugueses hostilizavam as forças do governador Manuel Centurion << ante los escasos efectivos militares con que contaba >>⁷⁴⁶. << Este hecho parecía desmentir los deseos de buena voluntad y entendimiento últimamente manifestados por la corte de Lisboa >>, além disso, provocaram << efecto >> desastrosos << en el ánimo de D. Pedro >>⁷⁴⁷.

Na manhã do dia 30, enquanto os soldados trabalhavam nas trincheiras, um sentinela luso-brasileiro aproximou-se e deu aviso com um tiro. O desespero e a apreensão foram geral. Os castelhanos receberam duas descargas cerradas de fuzilaria, além de 26 tiros de canhão. Nesse encontro, não houve feridos⁷⁴⁸.

Essa foi a única ação do comandante lusitano. Vendo a impossibilidade da defesa ou vitória militar, Francisco José da Rocha reuniu a oficialidade lusitana e promoveu diversos Conselhos de Guerra, questionando << o estado da praça, e a impossibilidade de ser socorrida, e quase todos foram do seu parecer >>. Ainda << mandou fazer uma exata averiguação dos víveres, e apenas se achou que havia nos armazéns reais com que municionar a tropa cinco dias, e nas casas do povo, que todas foram miudamente registradas, se não achou coisa alguma >>. Há oito meses que a Colônia não recebia embarcações de comércio⁷⁴⁹. Nos Conselhos de Guerra, alguns militares mostraram-se contrários à capitulação. O coronel Domingos Correia de Mesquita e outros dois capitães de granadeiros do Regimento da Bahia refutaram a entrega das bandeiras⁷⁵⁰. Enquanto havia indecisão na comandância lusitana, os espanhóis continuavam rompendo fogo...

[...] contra as fortificações da Praça, que para responder a avalanche de balas que se despencava, só dispunha de nove peças de 4, 6, 8 e uma de nove libras, nos baluartes de São João e Santo Antônio, sendo que as de maior calibre, as mais próximas, eram as do baluarte São Miguel, três de 24 e duas de 12 libras, que não podiam ser conteiradas para as baterias atacantes, por ter sido esse reduto construído para bater o canal de entrada cruzando fogos com a bateria São Pedro de Alcântara.

viejos) sobre la Frontera, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos, Departamento de Historia de América, 1991, pp. 249-276, p. 256.

⁷⁴⁶ Manuel Alberto Donís Ríos, *Guayana*, historia de su territorialidad, Instituto de Investigaciones Históricas, Caracas, 2002, p. 168.

⁷⁴⁷ Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas [...]*, p. 343.

⁷⁴⁸ Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul [...]*, p. 292.

⁷⁴⁹ Da relação da conquista de Colônia, pelo Dr. P. Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, escripta em Buenos-Ayres em 1778, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 350-363, p. 352-353; Papéis do Brasil, 'Relação da conquista de Colônia por D. Pedro de Cevallos' (capitão general da Província do Rio da Prata) da autoria de Padre Pedro Pereira, ANTT, 15 liv. 7 mç.

⁷⁵⁰ Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil [...]*, p. 294.

E impossibilitado estavam os portugueses de transportar as peças de grosso calibre para a cortina atacada, não só pela necessidade de demolir os travessões construídos para anteparo dos flancos, como pela escassez de tempo para fazer esse trabalho ultimamente⁷⁵¹.

Encurralado e diante de uma situação crítica, a 1º de junho, Francisco José da Rocha apresentou a Cevallos uma proposta de capitulação. O vice-rei respondeu através de um oficial que, além de recusar a proposta do governador da cidadela, reforçava a ocupação com o manifesto de guerra apresentado às autoridades lusitanas quando da tomada da Ilha de Santa Catarina⁷⁵². Cevallos exigia a rendição da praça dentro de 48h, além da Ilha de São Gabriel, de todas as munições de guerra e boca e embarcações:

Por el manifiesto que en 20 de Febrero de este año al comandante de la Isla de Santa Catalina, Antonio Carlos Furtado de Mendonça, de que me acusó el recibo, debo suponer que todos los Gobernadores y comandantes portugueses, dependientes del Virreinato del Brasil, estarán muchos días ha instruidos de las justas causas con que el Rey mi Señor se ha dignado enviarme a estas regiones, a tomar satisfacción de las injurias que las armas del Rey Fidelísimo han cometido contra los dominios vasallos, y tropa y pabellón español abusando de la moderación, magnanimidad y escrupulosa buena fe del Rey. Con todo para que el Sr. Gobernador de la Colonia no pueda alegar ignorancia, le remito esta carta en duplicado del mismo manifiesto intimándole al mismo tiempo la rendición y entrega de la plaza y de la Isla de San Gabriel con sus municiones de guerra y boca como también de las embarcaciones que hay en el puerto con todas las caudales y efectos que hubiere en ellas, y los que se hallaren en la plaza y la isla de S. Gabriel, manifestando al mismo tiempo que las que hubiere dentro y fuera del recinto de la plaza, todo el término de 48 horas, sin ocultación ni menoscabo alguno, y por inventario que deberá formarse con intervención del intendente del ejército, por ausencia de los oficiales reales de Buenos Ayres, en la inteligencia que de no cumplido todo de buena fe en el término dicho, será responsable de las desgracias qui son inevitables en las plazas tomadas por fuerzas.

Campo delante de la Colonia, 2 de junio de 1777.

D. Pedro de Cevallos⁷⁵³.

⁷⁵¹ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento, 1680-1777*, Porto Alegre, Livraria do globo, 1937, p. 442.

⁷⁵² Manifiesto del virrey Cevallos sobre la declaración de guerra entregado al oficial portugués que quedaba en la Isla de Santa Catalina, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 460-461; Juan Beverina, *La expedición de Don Pedro de Cevallos (1776/1777)*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, pp. 197-198; *Archivo General de la Nación*, Division Colonia, Sección Gobierno, Legajo, Portugueses, Conflictos teritoriales em el Río de la Plata, Años 1777-1786, Legajo 5.S VI C XXII.A7.N.º5; Manifesto de D. Pedro de Cevallos, commandante general das Forças hespanholas de terra e mar enviadas á America Meridional, Bordo do navio El Poderoso, 20 de fevereiro de 1777, *ABN do Rio de Janeiro*, Officina Graphica da Bibliotheca Nacional, 1910, v. 32, p. 350-351.

⁷⁵³ D. Pedro de Cevallos, Campo delante de la Colonia, 2 de junho de 1777, In, Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento, 1680-1777*, Porto Alegre, Livraria do globo, 1937, p. 442; British Museum, Londres, Mss., Códice, 374, f. 98; Noticia sobre los dos sitios de la colonia de sacramento, en 1762 y 1777, escrita por testigos oculares y publicadas por primera vez, Montevideo, Imp. del Comercio del Plata, 1849, In, Francisco Aguilar Piñal, *Bibliografías de estudios sobre Carlos III y su época*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1988, p. 27.

A resposta do governador foi enviada no dia seguinte, reduzindo os termos. Mesmo assim, não foi aceita pelo vice-rei. Para finalizar as negociações, Cevallos, com a intenção de aterrorizar ainda mais o comandante lusitano, enviou os mesmos termos desenvolvidos na Ilha de Santa Catarina, a 5 de março de 1777. Francisco da Rocha, expremido pelas forças do inimigo, ficava sabendo da malograda defesa do extremo sul, além da fuga da Esquadra do Sul. Perdia ali toda e qualquer esperança de socorro.

Sem possibilidade defensiva, Francisco José da Rocha aceitou os termos impostos por Cevallos. << Como a falta de sustento cada dia se agumentava, determinou o governador render a praça, antes que os seus defensores e habitantes pusessem á fome, antes que o inimigo rompesse o fogo, julgando que maior serviço faria ao rei em salvar os bens e as vidas daqueles vassallos >>⁷⁵⁴. A 3 de junho, a cidadela foi entregue as tropas castelhanas, sendo ocupada no dia seguinte. Os setecentos homens existentes na fortaleza foram feitos prisioneiros de guerra. Foram embarcados em oito navios, escoltados por piquetes sob as ordens do tenente-coronel de Saboia, e conduzidos a Buenos Aires, para depois serem enviados às povoações interioranas como Mendonça, Córdoba e São Luís. A oficialidade lusitana, num total de 443, incluindo familiares e criados, foram transportados ao Rio de Janeiro em quatro navios mercantes. Repetiam o destino dos militares luso-brasileiros responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina. Por outro lado, a população civil, trasladada a outra banda do Rio da Prata, rumaram a Buenos Aires para povoar as vilas de Luján e Arrecifes⁷⁵⁵.

Na tarde de 4 de junho, o marechal-de-campo Victorio de Navia entrou na praça com quatro companhias de granadeiros. Sua primeira ordem foi enviar uma tropa à Ilha de São Gabriel, requisitando as bandeiras lusitanas. Na manhã do dia seguinte, foi a vez de Cevallos entrar na cidadela. Com ele, todo o exército castelhano, incluindo as companhias de Granadeiros e Caçadores. << Se cantó en la Matriz el Tedeum y la plaza y baterías hicieron una descarga de toda su Artillería a la que siguió la de las

⁷⁵⁴ Da relação da conquista de Colonia, pelo Dr. P. Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, escripta em Buenos-Ayres em 1778, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 350-363, p. 351.

⁷⁵⁵ << Diario de las providencias dadas para el sitio de la Colonia, su ataque y rendicion >>, mayo-junio de 1777, *Campaña del Brasil*, t. III, 1941, pp. 470-473, p. 472; Juan Beverina, *La expedición de Don Pedro de Cevallos (1776/1777)*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1977, pp. 89-90; Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas*, La expedición del virrey Cevallos al Río de la Plata, Valladolid, V Centenario del Tratado de Tordesillas S.A., 1994, p. 343.

embarcaciones del Rey >>⁷⁵⁶. Segundo Tapia, as presas de guerra foram de: 137 canhões, 22.600 balas, 779 barris de pólvora, 2.300 fuzis, além de demais petrechos⁷⁵⁷.

5.5 Tratado de Santo Ildefonso

A 5 de junho, Pedro de Cevallos comunicou ao governador do Cabildo de Montevideu a entrada das tropas castelhanas na Colônia e na Ilha de São Gabriel. << Ayer cuatro del corriente [...] entraron las Armas de S. M. >> na << Plaza de la Colonia, y en la Isla de S.ⁿ Gabriel, cuyas Guarniciones se han rendido >>, escreveu Cevallos. Segundo ele:

[...] la Plaza está bien fortificada, y provista abundantemente de Artillería, Armas, Municiones, y todo género de Pertrechos de Guerra. Su Guarnición que pasaba de mil hombres de tropa, y entre ellos doscientos Artilleros que componía de gente de buena calidad. A los oficiales en calidad de Prisioneros que ele der(?) concede bajo su palabra de ho(?) pasar al Teneyro(?) y los soldados están embarcados con la escolta conveniente, para ser transportados a Buenos Ayres, y de allí al destino que se les ha dado.

Aviso lo a vm.^e para que comunicando esta noticia a ese cabildo secular, se cante él te deum con la debida solemnidad en acción de gracias, y que al mismo tiempo se haga una triple salva de la Artillería de esas Fortalezas.

Cuyo contenido traslado a v.s. para su inteligencia, y de que servida concurrir à las tres de la tarde de día de hoy al te deum que se ha de celebrar en la S.^{ta} Iglesia Matriz a esta ciudad⁷⁵⁸.

Sequencialmente, as autoridades castelhanas da América Espanhola enviaram suas felicitações a Pedro de Cevallos. Iam desde suas ações na tomada da Ilha de Santa Catarina, praça de Colônia do Sacramento e Ilha de São Gabriel⁷⁵⁹. << Imponderable jubilo, y alegría, que se experimentó en todos los habitantes de este Pueblo [...] en haber tomado a los Portugueses el Puerto, e Isla de S.ta Catalina, en glorioso aumento de los Dominios de nuestro Soberano >>⁷⁶⁰. Cumprimentos vindos do Cabildo de

⁷⁵⁶ << Diario de las providencias dadas para el sitio de la Colonia, su ataque y rendicion >>, mayo-junio de 1777, *Campaña del Brasil* [...], t. 3, pp. 470-473, pp. 472-473.

⁷⁵⁷ Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas*, La expedición del virrey Cevallos al Río de la Plata, Valladolid, V Centenario del Tratado de Tordesillas S.A., 1994, p. 343.

⁷⁵⁸ Joaquín Del Pino, governador de Montevideu, Montevideo, 6/06/1777, AGN_Uruguai, CAJA 64 del Fondo AGA.

⁷⁵⁹ Ofício do cabildo de Montevideu, governador Joaquín Del Pino ao virrey d. Pedro de Cevallos, Montevideo, 6/06/1777, AGN_Uruguai, CAJA 64 del Fondo AGA.

⁷⁶⁰ Ofício do cabildo de Montevideu, governador Joaquín Del Pino ao virrey d. Pedro de Cevallos, Montevideo, 26/03/1777, AGN_Uruguai, CAJA 64 del Fondo AGA.

Montevidéu⁷⁶¹, seguidos das saudações pela nomeação como vice-rei das províncias do Rio da Prata⁷⁶².

Depois de conquistar efetivamente a praça de Colônia do Sacramento, Cevallos organizou uma ofensiva contra a vila do Rio Grande. O sucesso das operações militares na Ilha de Santa Catarina e na praça de Colônia, sem qualquer esforço bélico, aumentou a confiança do general castelhano. Após explodir as muralhas da cidadela, Cevallos projetou organizar uma ação contra a soldadesca luso-brasileira, combinando tropas terrestres com ação anfíbia. Na Colônia, deixou um contingente de 2.077 homens, sendo quase todos das companhias europeias. No Real de San Carlos, ficaram 1.713 soldados e duas companhias de Caçadores de Terra. Em Santa Teresa, Vértiz tinha concentrado cerca de três mil homens. Nas imediações, estavam 1.248 soldados dos Regimentos europeus, somados ao destacamento do coronel Plácido de Graell com outros 645. Divididos nas praças ocupadas: mil homens em Montevidéu e Buenos Aires; 2.532 na Ilha de Santa Catarina e, mais 3.645 na Colônia e no Real de San Carlos⁷⁶³.

Todo esforço militar de Cevallos se concentrava agora na última defesa luso-brasileira da América Meridional. O plano combinava, como já dissemos, tropas terrestres e marítimas. Contudo, frente à impossibilidade de cruzar a barra do Rio Grande com navios de grande porte, o vice-rei, a 13 de julho, destacou as embarcações: a goleta *Santa Engracia*, as fragatas *Rosa* e *Jupiter*, o bergantim *Santiago*, as corvetas *Marte*, *San Cristobal* e *Nossa Senhora de la Gloria*, esta última havia sido apresada na praça de Colônia. A estratégia de Cevallos era seguir até Montevidéu, através de barcos mercantes, os destacamentos escolhidos para a nova campanha. No porto, trasladados para embarcações de guerra, seriam transportados para Maldonado. Ali, o vice-rei assumiria o comando da operação, com o contingente organizado por Vértiz, em Santa Teresa, que calculava uma manobra com 8 mil homens⁷⁶⁴.

Em outro teatro de guerra, João Henrique Boehm preparava as tropas. Após receber a confirmação da tomada da praça de Colônia do Sacramento pelas tropas castelhanas, << supunha, agora sim, que as tropas inimigas marchariam sobre o

⁷⁶¹ Joaquín Del Pino, governador de Montevidéu, Cabildo de Montevideo, Montevideo, 26/03/1777, Arquivo General de La Nacion, Uruguai, AGN_Uruguai, CAJA 64 del Fondo AGA; Joaquín Del Pino, governador de Montevidéu, Cabildo de Montevideo, Colonia del Sacramento, 8/06/1777, AGN_Uruguai, CAJA 64 del Fondo AGA.

⁷⁶² Joaquín Del Pino a Cevallos, Montevideo, 5/09/1777, AGN_Uruguai, CAJA 64 del Fondo AGA.

⁷⁶³ Abeillard Barreto, Tentativas espanholas de domínio do Sul [...], p. 295.

⁷⁶⁴ Abeillard Barreto, Tentativas espanholas de domínio do Sul [...], p. 295.

Continente de São Pedro com duas colunas, apoiadas por uma esquadra pelo mar >>. Cevallos atacaria pelo Tahim, em direção à vila de São Pedro. << Repetindo ação vitoriosa de 1763 >>. O comandante do Exército do Sul temia a ação ofensiva castelhana. Caso os castelhanos tomasse o território meridional do canal, marcharia em direção ao norte, juntando com outra coluna que vinha do oeste, que estava concentrada nas Missões, comandada por Francisco Bruno de Zavala. Em Viamão, as duas colunas espanholas fariam a junção do exército com o apoio de força naval, cujas embarcações canhoneariam os fortes da barra e, depois, ingressariam no canal, Lagoa dos Patos e Rio Guaíba. Essa ação culminaria de vez com a ocupação do Continente e a expulsão dos luso-brasileiros⁷⁶⁵.

Enquanto projetava um plano de ataque, Cevallos recebeu a notícia do fim das hostilidades, sepultando, efetivamente, a ofensiva.

Somente em 1º de agosto, a notícia da tomada da Colônia do Sacramento chegou ao conhecimento de Luís de Almeida. Através de duas embarcações, vindas de Colônia, após 38 dias de viagem, chegavam ao porto do Rio de Janeiro << desgraçadas notícias >>. O marquês do Lavradio não se dizia surpreso. Já esperava que os castelhanos, após ocupar a Ilha de Santa Catarina, rumaria em direção ao Rio da Prata. Ao comunicar o ministro Martinho de Melo e Castro, procura eximir-se de qualquer culpa, pois, segundo a sua avaliação, o governador tinha condições de suportar por mais tempo as tropas castelhanas:

A tomada daquela Praça não me fazia admiração, depois dos castelhanos terem tomado três embarcações, que iam carregadas com mantimentos para a mesma Praça, e não havendo modo de a poder socorrer por nenhuma forma. Em quanto pela parte de Santa Catarina se acham os castelhanos com todas as suas forças de mar, que são muito superiores às que nós temos; porém confesso a V. Exa. que o modo porque a Praça se rendeu, nunca me veio à imaginação que tal se praticasse. E' certo que não tinham chegado os mantimentos que se tinham mandado para a Praça, porém também pelas relações que o governador tinha mandado, se via terem eles farinha até ao mês de setembro, e me consta que uma grande parte dos particulares se tinham prevenido com antecipação, tendo mantimentos em casa para sustentarem por alguns meses as suas famílias, donde se vê que o governador se podia defender por mais tempo, muito mais quando as minhas ordens lhe determinavam, que o fizesse até á última extremidade. Dom Pedro Cevallos pretendeu tomar aquela Praça por assalto e para isto dispôs as suas tropas tão empiricamente, que se a Praça fizesse a defesa que podia (digo devia), lhe fariamos a destruição de toda a sua tropa; os poucos tiros que lhe fez uma bateria nossa bastaram, para lhe fazer entre mortos e feridos para cima do número de oitenta pessoas, dos mais fugiram infinitos

⁷⁶⁵ Tau Golin, *A Fronteira, 1763-1778 [...]*, p. 661.

deixando barretes — espadas — e armas, e o resto da gente ficaram a descoberto, sem se atreverem a retirar-se nem a atacar; porem como o nosso fogo cessou por ordem do governador, cobraram mais ânimo e melhoraram de situação.

O governador persuadiu-se materialmente, que se ele atirasse sobre os castelhanos era ele ser o agressor, e que como os castelhanos não tinham atirado, ele não havia de ser o que atirasse primeiro, sem reparar que eles já tinham tomado a Ilha de Santa Catarina, e que atualmente vinham com um exército em embarcações de guerra, desembarcar no porto daquela Praça. Os oficiais — tropa — e paisanos estavam com a maior disposição e vontade prontos para se defenderem, quase todos votaram nisso mesmo; porém o Governador não quis estar absolutamente por cousa nenhuma do que votaram, como ele me diz na carta que me escreve que remeto cópia a V. Exa.

A Praça entregou-se à discrição, os castelhanos entraram logo a demoli-la, puseram contribuições não só nos que ficaram, mas a mesma pagaram os a quem deram licença para se retirarem, aos quais fizeram pagar mais pela licença de virem, quarenta pesos.

Permitiu Cevallos que eles fretassem embarcações para os trazerem, das quais já chegaram duas; faltam ainda outras duas que dizem eles, que um grande temporal as separara da sua conserva, ao quarto dia de viagem.

Este é o bom fruto que tenho tirado de todo o meu trabalho, do desvelo com que socorri aquela Praça, de tudo o que precisava para a sua defesa⁷⁶⁶.

Luís de Almeida, antes de finalizar a carta, ainda pediu clemência à rainha, obsecrando ao ministro intercedência da mesma e << protestando aos seus reais pés a minha constante fidelidade, e o ardente pesar com que sentirei, que da falta dos meus talentos possa por qualquer modo ser a origem das infelicidades que experimentamos >>⁷⁶⁷.

A 10 de agosto de 1777, Luís de Almeida dava notícia da chegada ao porto do Rio de Janeiro das novas recomendações de Lisboa. A coroa lusitana ordenava ao marquês do Lavradio a suspensão das hostilidades contra os castelhanos no extremo sul e, ao mesmo tempo, pedia ao vice-rei que encaminhasse tal ordem a todos os governadores e ao próprio Cevallos. Escreveu o vice-rei:

No dia de ontem que se contaram 10 do corrente, apareceu fora da barra desta capital o bergantim denominado o — Leão dourado, — comandado pelo capitão-tenente Joze Baptista, e como trazia sinal de aviso mandei logo a seu bordo; e não permitindo o tempo que entrasse a embarcação por falta de vento, veio o comandante dela para terra em um escaler, e me entregou os ofícios de V. Exa, datados de 16 e 17 de junho do presente ano; e igualmente a Carta régia que a Rainha minha senhora é servida dirigir-me, em que me ordena a total suspensão das armas, e de hostilidades contra os vassallos e domínios de sua Majestade Católica, assim por mar como por terra;

⁷⁶⁶ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 4/08/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 100-103, pp. 100-101.

⁷⁶⁷ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 4/08/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 100-103, pp. 103.

recebendo igualmente outra carta de Sua Majestade Católica para Dom Pedro de Cevallos, que a mesma Senhora me ordena lhe mande entregar. Em execução das sobreditas ordens expedi no dia de hoje, ainda antes de entrar a embarcação em que veio o sobredito aviso, as competentes ordens ao tenente-general João Henrique de Böhmer general das tropas do Sul, ordenando-lhe que ele as expedissem sem perda de tempo, a todos os comandantes e mais oficiais daquelas províncias, como a V. Exa. faço presente pela cópia do ofício que lhe dirigi⁷⁶⁸.

A mesma recomendação foi passada ao vice-rei do Rio da Prata. Contudo, ele tentou prolongar a posse da Ilha de Santa Catarina, assim como havia feito com as possessões ocupadas, em 1762-63. Argumentava ele: << se há conseguido lo principal en las conquistas de lá isla de Santa Catalina y lá Colônia del Sacramento, con las cuales puede aprovechar muy poco a los portugueses lá posesion del Rio Grande >>, pela distância com a capital, Rio de Janeiro. << El tratado formal de paz [...] es negócio que no se podra concluir en pocos anos, y por consecuencia vedran a quedar aca las cosas en el estado en que ahora estan >>, concluía Cevallos⁷⁶⁹.

As negociações em torno das possessões da América do Sul vinham se arrastando durante séculos. Muitos tratados foram assinados pelas cortes ibéricas. A coroa madrilenha recobrava as possessões, desde a Ilha de Santa Catarina. Para isso, utilizava como fundamentação política o Tratado de Tordesilhas (1494), argumentação utilizada pelo marquês de Grimaldi, em 1755, ao embaixador português Francisco Inocêncio de Souza Coutinho⁷⁷⁰.

Entretanto, em 1777, a situação era outra. A soberania portuguesa estava abalada, Portugal vivia um momento de instabilidade política que vinha se arrastando há anos. A tomada da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis coincidiu com a morte do rei D. José I. Com Sebastião José Carvalho e Melo, do lado português, e o marquês de Grimaldi, à frente dos negócios exteriores de Espanha, as negociações pouco ou nada avançaram. Grimaldi era um diplomata astuto e ardiloso, travou acirradas rivalidades com Carvalho e Melo.

A aproximação entre as cortes tornou possível um retorno ao diálogo sobre a soberania das possessões territoriais. Na Espanha, com a morte da rainha Maria Bárbara, em 1758, e Fernando VI, no ano seguinte, subiu ao trono, Carlos III. Chamado

⁷⁶⁸ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 11/08/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 103-104, p. 104.

⁷⁶⁹ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 604.

⁷⁷⁰ Sérgio Buarque de Hollanda, (Dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*, A época colonial, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, t. 1, v. 1, p. 408.

de << el belicoso >>, o rei castelhano intensificou os esforços ofensivos no extremo sul. A política de reformas de Carlos III tinha por base a defesa, ocupação e restauração do território. Em seu governo, foram estabelecidas politicamente e tornadas independentes na bacia platina: capitania geral do Chile e Vice-reinado de Buenos Aires. Com a morte de D. José e a queda de Pombal, D. Maria I assumiu o trono. A sobrinha de Carlos III assentou novas mudanças administrativas. Entre seus principais conselheiros estavam o conde de Marialva, visconde de Vila Nova de Cerveira, e o marquês de Angeja, críticos ferrenhos das políticas pombalinas. Em Madrid, o marquês de Grimaldi foi substituído por José Moñino y Redondo, conde de Floridablanca, em 1776. Essas mudanças, de certa forma, tornaram possível um novo diálogo entre as cortes ibéricas.

Um dia após a morte de seu pai, D. Maria I comunicou-se com seu tio, Carlos III. Segundo ela, desejava manter a paz entre as cortes e buscar todos os meios para conservar uma boa aliança. Contrária as ações de Sebastião de Carvalho e Melo, lembrava ao rei: << Eu mudei de ministro para o meu gabinete, espero que nele achará V. Magde sinceridade e boa fé, principais circunstâncias que podem fazer felizes as negociações que há entre as duas Cortes e a união que muito desejo conservar a V. Magde >>⁷⁷¹.

O cargo de Sebastião José foi passado para Sá e Melo. As mudanças na política interna e os eventos externos favoreceram a aceitação do tratado que se avizinhava. A situação << modificou-se para pior quanto aos interesses de Portugal >>⁷⁷².

[...] los felices resultados obtenidos tanto en el plano militar como en el político permitieron alcanzar dos importantísimos objetivos que Carlos III deseaba fervientemente: de una parte el tratado de paz con Portugal y la solución del conflicto de límites, y de otra el poner en estado de defensa los territorios rioplatenses, con la consecuente organización política, administrativa y económica, por medio de la instauración del virreinato⁷⁷³.

Com a troca do governo português, as cortes ampliaram o diálogo. Floridablanca e Souza Coutinho intensificaram as negociações durante os meses de maio e junho de 1777. Em meio às conversações, chegou à Europa a notícia da conquista da Ilha de

⁷⁷¹ María I a Carlos III. Belém, 24/03/1777. AGS, Estado, 7421, Fol. 7. In: Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 606.

⁷⁷² Aziz N. Ab'Saber..., [et. Al.] *A época colonial*, v.1, do descobrimento à expansão territorial, introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda, 17 ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010, p. 409.

⁷⁷³ Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas [...]*, p. 369.

Santa Catarina pelos castelhanos⁷⁷⁴. Floridablanca, habilidosamente, trabalhou os limites territoriais da América do Sul.

Os pesquisadores, em sua maioria, consentem que a invasão na Ilha de Santa Catarina foi decisiva para a retomada do diálogo sobre o território da América do Sul. A Ilha era o ponto vital para as comunicações entre Portugal e Brasil. << Su posesión en manos de Espanha forzó inmediatamente, tal como se preveía, lá propueta de un acuerdo por parte lusitana >>⁷⁷⁵. A ocupação era << ponto chave >> para a retomada do diálogo⁷⁷⁶. É certo que portugueses e espanhóis estavam dispostos a acertar de vez por todas os territórios da América do Sul. Nesse momento, << Portugal e Espanha deseaban la paz, el primero quería recuperar Santa Catarina con muchos más vigor y muchos más motivos de los que tenía para conservarla España >>⁷⁷⁷. Dessa forma, << lá buena voluntad en los dos gobiernos facilitó y aceleró el proceso de los acuerdos >>⁷⁷⁸.

A coroa madrilenha temia que os portugueses recorressem aos ingleses a posseção da Ilha⁷⁷⁹. Floridablanca, a principal representação castelhana, desejava resolver os problemas fronteiriços e territoriais na América do Sul << para precaver posibles manobras inglesas sobre tierras hispanoamericanas >>⁷⁸⁰.

A condição para a negociação sobre a soberania do território para os portugueses só vinha com a devolução da Ilha. Floridablanca deixou claro à junta ministerial:

[...] los portugueses se niegan obstinadamente a convenir en la cesión de la islã [...] de modo que después de tres meses de esfuerzos, manejos, persuasiones y raciocinios para obtener la retención de aquella isla no se ha podido adelantar cosa alguna, debiéndose ya recelar que llegue al fin a romperse enteramente la negociación y a frustrarse las disposiciones del día, tanto respecto al ajuste de las diferencias de Límites como a las utilidades de comercio, interés nacional y unión política, con riesgo de que la corte de Lisboa se entregue acaso del todo a la de Londres, buscándola para que tercié y haga de defensora de sus derechos⁷⁸¹.

A 17 de junho, partiu do porto de Lisboa o comunicado do armistício entre as cortes ibéricas. A 10 de agosto, chegava às mãos do marquês do Lavradio a suspensão

⁷⁷⁴ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 609.

⁷⁷⁵ Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas [...]*, pp. 369-370.

⁷⁷⁶ Mário Marcondes Albuquerque, A ocupação da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis. *Anais do Congresso de História e geografia de Santa Catarina*, 1896-1996, 1997, pp. 347-355, p. 354.

⁷⁷⁷ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 616.

⁷⁷⁸ Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas [...]*, p. 370.

⁷⁷⁹ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 616.

⁷⁸⁰ Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas [...]*, p. 370.

⁷⁸¹ Informe de Floridablanca a Junta Ministerial, Santo Ildefonso, 6/08/1777, AGS, Estado, 7416. In, Ángel Sanz Tapia, *El final del Tratado de Tordesillas [...]*, p. 370.

das atividades militares e o fim das hostilidades. Luís de Almeida avisou os governadores das outras capitanias. Bahia, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso receberam os despachos. Cevallos também recebeu as mesmas recomendações. A fragata *Nossa Senhora do Nazareth*, comandada pelo capitão Tristão da Cunha de Menezes, foi enviada para o Sul.

Em Santo Ildefonso, a 1º de outubro, as cortes assinaram o tratado preliminar de limites da América Meridional. Pelo tratado, os espanhóis retomavam as possessões da Colônia do Sacramento, Sete Povos das Missões, o território ao norte de Castilhos Grande até a Lagoa Mirim; a fronteira foi recuada até o Rio Piratini. Agora, a posse fluvial dos rios da Prata e Uruguai era exclusividade espanhola. Portugal cedeu as posições no Rio da Prata e, em contrapartida, recobram a Ilha de Santa Catarina.

Em prova da mesma união e amizade, que tão eficazmente se deseja pelos dois Augustos Contratantes, Sua Majestade Católica oferece restituir e evacuar dentro de quatro meses seguintes á ratificação d'este Tratado a Ilha de Santa Catarina e a parte do continente imediato a ela, que houvessem ocupado as armas espanholas, com artilheria, munições e mais efeitos, que se houvessem achado ao tempo da ocupação. E Sua Majestade Fidelíssima, em correspondência desta restituição, promete que em tempo algum, seja de paz ou de guerra, em que a Coroa de Portugal não tenha parte, como se espera e deseja, não consentirá que alguma esquadra ou embarcação de guerra ou de comércio estrangeiras entrem no dito Porto de Santa Catarina, ou nos da sua costa imediata, nem que neles se abriguem ou detenham, especialmente sendo embarcações de Potência que se ache em guerra com a Coroa de Espanha, ou que possa haver alguma suspeita de serem destinadas a fazer o contrabando. Suas majestades Fidelíssima e Católica farão prontamente expedir as ordens convenientes para a execução e pontual observância de quanto se estipula neste Artigo; e se trocará mutuamente um duplicado delas, a fim de que não fique a menor duvida sobre o exato cumprimento dos objetos que incluye⁷⁸².

Concluído o tratado entre as cortes ibéricas, os espanhóis ainda investiram sobre as possessões lusitanas. A 27 de outubro, em meio a vigência do Tratado de Santo Ildefonso, o governador do Paraguai Agustin Fernando de Pinedo com três mil homens de tropa e mais índios, atacou a praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi. As tropas portuguesas capitularam sem qualquer resistência. Os espanhóis destruíram a igreja e atearam fogo nas instalações da fortaleza. Segundo as informações transmitidas a Martim Lopes, ao lado do governador do Paraguai estava um português a serviço de

⁷⁸² Artigo XXII, Tratado Preliminar de Limites da America Meridional entre S. M. F. a senhora D. Maria I, Rainha de Portugal, e S. M. C. o senhor D. Carlos III, Rei de Hespanha, assignado em San Ildefonso, no dia 1º de Outubro de 1777, e ratificado, por S. M. F., em Lisboa, no dia 10, e, por S. M. C. em San Lorenzo El Real, no dia 11 do mesmo mez e anno.

Espanha, que teria declarado aos responsáveis pelo forte que o próprio José Custódio aconselhara Pedro de Cevallos atacar o presídio do Iguatemi. A culpa pela capitulação da praça recaiu sobre o padre Antonio Ramos Barbas de Louzada. Enviado preso para a cadeia de Santos, Louzada ainda pediu redução de pena a rainha. Esquecido, morreu na mesma cadeia dezoito anos após a prisão⁷⁸³.

A conclusão do tratado acontecia em meio à aproximação entre as coroas ibéricas. Na América do Sul, contra a vontade de Pedro de Cevallos, em 1778, a Ilha foi devolvida às autoridades luso-brasileiras⁷⁸⁴. Como era o desejo dos espanhóis, o tratado foi efetuado sem o árbitro nem de franceses e nem de ingleses, respectivamente aliados de Espanha e Portugal. Por outro lado, os primeiros anos do reinado de D. Maria I ficaram assinalados por uma política de aproximação a Espanha, que foi, também, patrocinada por Carlos III. O contexto de disputa deu lugar à aproximação entre as monarquias. Dentre as relações mais significativas estão o envio de duas naus e duas fragatas à Madrid a serem incorporadas às campanhas militares de Carlos III contra os centros de pirataria sediados em Argel e à celebração, em 1785, dos casamentos cruzados do Infante D. João e da Infanta D. Mariana Vitória com os infantes de Espanha, respectivamente, D. Carlota Joaquina e D. Gabriel António⁷⁸⁵.

⁷⁸³ Heloísa Liberalli Bellotto, *Autoridade e conflito no Brasil colonial [...]*, pp. 269-270.

⁷⁸⁴ Oswaldo Rodrigues Cabral, *A devolução pelos espanhóis da ilha de Santa Catarina em 1778*, *Cartas do Vice-Rei Marquês do Lavradio dirigidas ao coronel Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, Governador*, *RIHGB*, v. 317, out-dez., 1977, pp. 143-165. Sobre as negociações de entrega dos 788 prisioneiros espanhóis feitos durante encontro com a Esquadra do Sul na costa da Ilha de Santa Catarina e da nau *Santo Agostinho* e setia *Santa'Anna* entre Cevallos e Lavradio, ver: Correspondência para o general D. Pedro de Cevallos sobre a devolução de prisioneiros e a entrega da ilha de Santa Catarina, TT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 951.

⁷⁸⁵ Rui Ramos (Coord.), *História de Portugal [...]*, 2010, p. 372; António Ventura, *Carlota Joaquina (1775-1830)*, In, António Ventura; Maria de Lourdes Viana Lyra, *Rainhas de Portugal no novo mundo*, Carlota Joaquina, Leopoldina de Habsburgo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, p. 22.

PARTE II

JULGAMENTOS E CONDENAÇÕES

Na primeira parte do trabalho buscamos tratar das capitulações dos espaços fronteiriços na praça de Colônia do Sacramento, Continente do Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina. Nesta segunda parte vamos tratar das consequências sofridas pelos militares responsáveis pela defesa das vilas, praças militares e fortalezas durante a investida castelhana no extremo sul da América.

Vale lembrar que, sobre os militares responsáveis pela defesa da praça de Colônia do Sacramento e da vila do Rio Grande pouca documentação foi encontrada além do local para onde foram enviados os presos. Infelizmente, não encontramos documentação sobre os quase dez anos que Vicente Fonseca ficou preso na cadeia do Limoeiro. Por outro lado, sobre os militares responsáveis pelas fortalezas da Ilha de Santa Catarina nas Baías Norte e Sul, encontramos uma documentação satisfatória para a segunda parte do trabalho.

Dessa forma, nessa segunda parte trataremos das devassas realizadas pelo vice-rei do Brasil durante a conquista castelhana da Ilha de Santa Catarina e da praça de Colônia do Sacramento. Além das prisões dos militares responsáveis pelas defesas das possessões fronteiriças, o resultado do Conselho de Guerra e Conselho de Justiça realizados em Lisboa.

6 COLÔNIA E RIO GRANDE: O INQUÉRITO DOS DEVIADOS

A capitulação da praça mercantil e militar da praça de Colônia do Sacramento em outubro de 1762 e da vila do Rio Grande em abril de 1763 determinaram o destino dos militares luso-brasileiros responsáveis pela defesa. Após a perda da praça, vila e fortalezas, os militares foram enviados para as prisões no Rio de Janeiro e depois para as prisões do Reino. Tanto Vicente Fonseca como Tomás Osório tiveram destinos parecidos. Em meio ao período josefino de intensa repressão e de preocupação com as praças militares na América do Sul os militares foram penalizados para, muito provavelmente, servir de exemplo aos outros militares. Essas questões nortearam esse pequeno capítulo.

6.1 Vicente da Silva Fonseca: o governador sem direito à devassa

Após a capitulação da praça de Colônia do Sacramento, Vicente Fonseca foi retido sob custódia. No dia 16 de novembro de 1762, ele e os outros oficiais militares foram enviados para o Rio de Janeiro. Vicente da Silva Fonseca, ao chegar à capital, a 9 de dezembro, por ordem de Gomes Freire, foi recolhido preso à fortaleza da Ilha das Cobras.

Ao chegar à capital, Vicente esperava << proceder >> e passar por uma << devassa >>. Entretanto, não foi isso que aconteceu. Ao contrário, foi negado. No Rio de Janeiro, queixava-se de perseguição e << descarregavam [nele] o golpe, a serenar os ânimos deste povo, que choravam a perda daquela praça, não por ela, mas sim pelos seus interesses >>. Na prisão, reclamava dos poucos instrumentos bélicos existentes na cidadela para a defesa e, pedia ao governo interino, << suplicado [...] devassar, que até agora não sei se tenha principiado >>. A sua súplica pedia resposta, justificando << com a morte do conde [de Bobadela] deixou esta dependência >>. Para ele, desde que chegou ao Rio de Janeiro, a justiça tinha formado << culpa >> sobre sua administração, de forma << injusta >>⁷⁸⁶.

Sem perda de tempo pedia transferência para a corte. Não esperava ser devassado pelo governo interino. Entregou-se à sorte do Reino. A 10 de janeiro de

⁷⁸⁶ Vicente da Silva da Fonseca a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Ilha das Cobras, 10/01/1763. AHU-Rio de Janeiro, cx. 72, doc. 4; AHU_ACL_CU_017, Cx. 65, D. 6168.

1763, pediu ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, << me remetam a essa corte, donde ficarei certo o que digo, já que a minha infelicidade me trouxe a receber infortúnios nunca sucedidos, e a ficar pendente a minha reputação >>⁷⁸⁷.

Quase um mês depois, a 16 de fevereiro, o governo interino comunicou o mesmo secretário, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que o << inconsiderado governador [Vicente Fonseca], que foi [governador] da Colônia, se acha[va] preso em uma Fortaleza e se ficava devassando dele pela entrega que fizera da Praça que tinha a seu cargo >>⁷⁸⁸, contrariando o ofício do oficial de 10 de janeiro.

A 28 de março, Vicente voltou a contatar com o secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado, queixava-se das << injustiças >> na prisão da Ilha das Cobras⁷⁸⁹. As acusações contra ele iam desde a capitulação até a morte de Gomes Freire, agravado após a notícia da rendição⁷⁹⁰. Um mês depois, a 11 de abril de 1763, Vicente Fonseca foi remetido para Lisboa e preso na cadeia do Limoeiro.

Vale lembrar que a cadeia do limoeiro, uma das cadeias mais importantes de Portugal⁷⁹¹, servia como prisão civil preventiva⁷⁹². Durante os séculos XVI a XVIII, para o Limoeiro << eram conduzidos os condenados ao degredo nos territórios ultramarinos, a fim de aguardarem nas enxovias o dia do embarque para terras remotas >>. As péssimas condições, o excesso de presos << aglomerados nas miseráveis enxovias, o carácter insalubre das instalações, a falta de adequado arejamento, a promiscuidade, as inúmeras violências, tudo contribuía para traçar a cores carregadas da sorte dos que tinham a desdita de serem presos na célebre cadeia >>⁷⁹³.

⁷⁸⁷ Vicente da Silva da Fonseca a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Ilha das Cobras, 10/01/1763. AHU-Rio de Janeiro, cx. 72, doc. 4; AHU_ACL_CU_017, Cx. 65, D. 6168.

⁷⁸⁸ Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Bahia, 16/02/1763, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 3; Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Bahia, 16/02/1763, Eduardo Castro de Almeida, *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil [...]*, 1914, V. II, p. 4.

⁷⁸⁹ Vicente da Silva da Fonseca a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Ilha das Cobras, 28/03/1763. AHU-Rio de Janeiro, cx. 75, doc. 81; AHU_ACL_CU_017, Cx. 66, D. 6233.

⁷⁹⁰ Abeillard Barreto, *Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil*, In, *História naval brasileira*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, segundo volume, t. II, pp. 152-156; Luis Enrique Azarola Gil, *La epopeya de Manuel Lobo*, seguida de una crónica de los sucesos desde 1680 hasta 1818 y de una recompilación de documentos, (Contribución a la historia de Colonia del Sacramento.), Madrid, Campaña Ibero-americana de publicaciones, 1931, p. 128.

⁷⁹¹ Maria José Moutinho Santos, *A Sombra e a Luz*, as prisões do Liberalismo, Porto, Edições Afrontamento, 1999, p. 76.

⁷⁹² Norberto de Araujo, *Peregrinações em Lisboa*, v. II, Lisboa, Vega, S/d, p. 56.

⁷⁹³ Jorge Baptista Gonçalves, O Limoeiro, apontamentos para a sua história, In, *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 2º semestre, 2006, número 5, pp. 293-311, p. 303.

Em outubro, o ouvidor-geral do Crime do Rio de Janeiro, desembargador Pedro da Silva de Siqueira Ferraz em carta ao rei, apresentou a prisão de Vicente pela entrega da praça sob ordens de Gomes Freire e de não proceder a devassa sobre o réu por não ser militar⁷⁹⁴. Para Monteiro, << o brigadeiro Vicente da Fonseca que como os grandes chefes da Colônia, cumpriu com o seu dever e foi injustiçado pelos homens >>⁷⁹⁵. Nove anos depois (1772), faleceu na cadeia do Limoeiro.

6.1 Tomás Luís Osório: do Rio Grande ao Limoeiro

Já a capitulação sem resistência trouxe consequências graves aos responsáveis pela defesa das possessões mais meridionais da Europa. Após entregar o corpo militar, o coronel Osório foi feito prisioneiro e levado à praça de Colônia do Sacramento. Somente dez meses depois é que Cevallos liberou o comandante. Tomás Luís Osório, junto com o governador Madureira, foram considerados os principais responsáveis. No Rio de Janeiro, ficou preso na fortaleza da Ilha das Cobras. A mando do vice-rei, o conde da Cunha, o desembargador da Relação do Rio de Janeiro, Agostinho Félix Santos Campello, procedeu à devassa sobre os responsáveis pela defesa da vila do Rio Grande. Os depoimentos foram colhidos no Rio Pardo, e foram chamadas 58 testemunhas para depor, dentre oficiais, comandantes de tropas, moradores, engenheiros responsáveis pelas obras, etc. As acusações recaíram sobre a dupla Madureira-Osório. Eram acusados de << desobediência às instruções do Governo Geral >>, além de não << tomarem medidas concretas para a eventualidade da retirada e desguarnecendo as barrancas de São José do Norte, o que permitiu ao inimigo transpor o Canal e colocar-se em posição próxima do caminho por onde a Fronteira do Rio Pardo se comunicava com a Ilha de Santa Catarina >>⁷⁹⁶.

Aos 14 dias do mês de fevereiro de 1764, foi instaurada a devassa contra a dupla Osório-Madureira, a qual tinha por objetivo:

⁷⁹⁴ Carta do ouvidor-geral do Crime do Rio de Janeiro, desembargador Pedro da Silva de Siqueira Ferraz, ao rei [d. José]. Rio de Janeiro, 24/10/1763. AHU-Rio de Janeiro, cx. 76, doc. 12; AHU_ACL_CU_017, Cx. 69, D. 6410.

⁷⁹⁵ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*, v. 1, Porto Alegre, Globo, 1937, p. 418.

⁷⁹⁶ Guilhermino Cesar, *História do Rio Grande do Sul*, período colonial, Porto Alegre, Editora Globo, 1970, p. 175.

[...] averiguar a forma com que precederam o governador da dita capitania do Rio Grande e o coronel de Dragões daquele partido Tomás Luís Osório encarregado da defesa da Trincheira da Angustura de Castilho na ocasião que a dita Trincheira e vila do Rio Grande se apoderarão os inimigos⁷⁹⁷.

Dentre as quinze perguntas elaboradas pelos desembargadores, quatro questionavam a atuação do governador da vila do Rio Grande, cinco a ação do coronel de Dragões e as últimas sobre a atuação dos oficiais e soldados na defesa das praças e roubos na vila. Resumidamente, o inquérito questionava a conduta do governador na defesa da vila, as disposições dadas por ele para rebater os inimigos; se o mesmo governador observou as ordens e instruções que foram enviadas pelo governador Geral do Rio de Janeiro e que razão teve para não executar; se depois da retirada para o lado Norte defendeu a passagem do inimigo e as razões que teve para não defender; se retirou todas as embarcações que haviam no rio, além de víveres, munições e armamentos sem que nada ficasse ao inimigo; sobre Osório as questões eram se executou as ordens de Gomes Freire; se organizou uma defesa em Castilhos Grande; se os soldados e oficiais foram culpados na desordem por defenderem a praça por desobedecer o coronel e se o coronel obedecia as ordens do governador. Sobre os soldados e oficiais defenderam o norte após a retirada; os roubos na vila, nos templos sagrados, Armazéns Reais, além das fazendas particulares⁷⁹⁸.

Como podemos constatar nos depoimentos, segundo boa parte das testemunhas, entre o governador e o comandante existia um relação desarmoniosa << um com o outro não conservava muita amizade >>⁷⁹⁹.

Guarneciam-no uns seiscentos homens comandados pelo coronel Tomás Luis Osório, sendo porém metade apenas tropas regulares, e o resto gente do campo, pela maior parte guardadores de gado que à vista do inimigo desertaram do serviço forçado [...] À meia-noite tomou Zeballos posse da praça, e no correr de uma hora fez sair um destacamento a dispersar os cavalos do inimigo, e outro a tomar S. Miguel, forte sete léguas ao norte de S. Teresa. Rendeu-se a guarnição imediatamente tomada do primeiro terror, e sem demora fez o general espanhol avançar sobre o Rio Grande do Sul um corpo das suas vitoriosas tropas ao comando do coronel D. Joseph Molina⁸⁰⁰.

⁷⁹⁷ *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande ás tropas castelhanas, 1764*, Rio Grande, Biblioteca Rio-grandense, 1937, p. 3.

⁷⁹⁸ Ver anexo 3.

⁷⁹⁹ Test. Antonio Jozé de Moura. *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande [...]*, 1937, p. 76.

⁸⁰⁰ Robert Southey, *História do Brasil*, v. III, Trad. Luís Joaquim de Oliveira e Castro, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 1625.

O governador morreu antes da instauração do inquérito processual, ficando irresponsável o libelo contra ele. Com a morte, figuraram as acusações de intransigente, inveterado e irresponsável. Segundo as testemunhas, não tinha qualidades administrativas para governar, até por que << faltara em executar as ordens do governo do Rio de Janeiro >>⁸⁰¹.

Com a morte do governador, a iminente culpa recaiu sobre Osório. O comandante fronteiriço foi acusado de negligenciar as ordens da coroa lusitana e do vice-reino. As recomendações estratégicas do Rio de Janeiro para o comandante eram que desenvolvesse uma linha móvel de defesa na região da campanha, para, no caso de insuficiência militar frente à tropa inimiga, marchassem em direção à margem norte. Contudo, frustradamente Osório decidiu por ultrapassar o Chuí e << extenuar a tropa na edificação de uma fortaleza de discutível eficiência militar >>⁸⁰².

A 11 de julho de 1764, o próprio Osório foi ouvido. Cinquentenário, apresentou respostas confusas. Ao ser perguntado se sabia o porquê da prisão, respondeu << entende procede da infelicidade que houvera na perda de Castilhos >>. Sobre a retirada da tropas:

[...] só mandara retirar a gente de alguns postos em virtude da primeira resolução que se tinha tomado no conselho para a retirada mas que depois que esta se mudou na de se defenderem não mandou ele respondente em novar coisa alguma. Perguntou-lhe a forma e o modo porque os inimigos entraram na dita trincheira. Respondeu que chegando um desertor com notícia de que o general naquela noite do dia dezoito de abril pretendia montar a trincheira e sem embargo das diligências que fizera ele respondente para sovocar o dezertor que era português para que não falasse com os soldados não pudera conseguir por ter entrado por um passo a onde se achavão alguns soldados e tendo a cautela de o mandar logo para o Rio Grande não pode evitar as notícias que os ditos soldados por donde entrara comunicaram aos mais de que se seguira fugirem os piquetes que estavam de guarda as cavalladas os que estavam destacados nos postos e muitos dos que estavam na defesa da trincheira como lhe vieram dar parte alguns oficiais mandando-lhe dizer até o comandante da principal o alferes Francisco Manoel que a sentinela lhe havia fugido e que nem tinha quem ficasse de guarda aos presos e vendo-se nesta consternação ele respondente e que já se não podia salvar por lhe terem levado toda a cavallada mandara pelo furriel Manoel Baptista ao general dom Pedro Cevallos um recado de que pelo ter desamparado a tropa e se achar em estado de não poder defender-se lhe mandava entregar aquela trincheira da qual o dito general mandara passadas poucas horas tomar entrega ficando ele respondente prisioneiro com os seus oficiais menos o alferes João Barboza que se retirou nessa mesma noite como

⁸⁰¹ Test. Francisco Lopes de Mattos. *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande [...]*, 1937, p. 116.

⁸⁰² Tau Golin, *A guerra guaraníica [...]*, p. 43.

tudo constava de um papel que apresentava assinado pelos ditos oficiais o qual era da data de dezenove de abril como dele se via⁸⁰³.

Finalizado o inquérito, Tomás Luís Osório foi enviado para Lisboa. Sem qualquer influência na capital do reino, foi encarcerado na cadeia do Limoeiro. Sebastião José de Carvalho e Melo rejeitou os << embargos e súplicas >>. Acolheu a denúncia de que o comandante lusitano tinha protegido dois jesuítas durante a invasão das tropas castelhanas. Sem direito à defesa, as autoridades lisboetas, a 21 de abril de 1768, condenaram Tomás Luís Osório << por se lhe provar haver cometido traição manifesta, entregando o seu forte aos espanhóis sem combate >>⁸⁰⁴, << foi enforcado na Cruz dos Quatro Caminhos, sem lhe ser admitido que realizasse a sua própria defesa pessoal >>⁸⁰⁵. Contudo,

Decorridos dois meses, chegou de Minas Gerais uma nova devassa em que se demonstrava que Luís Osório estava inocente. O conde então mandou magnanimamente que se afizassem nas esquinas editais declarando, para benefício dos descendentes do inforcado, que o coronel fôra condenado sem culpa⁸⁰⁶.

Em nome de Osório tinha uma sesmaria, concedida por Gomes Freire de Andrada, como prêmio pelos serviços prestados na Guerra Guaranítica. Localizada no rincão de Pelotas ou Laranjal⁸⁰⁷. Contudo, somente após a queda de Carvalho e Melo, ascensão de D. Maria I ao trono, aproximação das cortes ibéricas e do Perdão Geral do Exército, a viúva do coronel conseguiu recuperar os bens. Anos mais tarde, em 1799, Francisca Joaquina vendeu a sesmaria ao capitão-mor Manuel B. da Rocha. Nesse local, posteriormente, seriam implantados sete estabelecimentos de salgação de carne⁸⁰⁸.

⁸⁰³ Test. Thomaz Luiz Ozorio. *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande [...]*, 1937, p. 208.

⁸⁰⁴ *Os portugueses, em Africa, Asia, America e Occeania*, Obra classica, v. VII, Lisboa, Typ. De Borges, 1850, Anno de 1751 até 1769, p. 237; Frei Cláudio da Conceição, Gabinete Histórico, Lisboa, Impressão Régia, 1831, p. 233.

⁸⁰⁵ António Carlos Duarte Fonseca, Memória metamórfica de um casarão amarelo, In, António Carlos Duarte Fonseca [et all.], *O Centro de Estudos Judiciários e o Limoeiro*, Lisboa, Almedina, 2007, pp. 13-30, p. 18.

⁸⁰⁶ Camilo Castelo Branco, *Perfil do Marquez de Pombal*, Lisboa, L. Couto & Ca., S/d, p. 233.

⁸⁰⁷ Onde atualmente está localizado o município de Pelotas, Rio Grande do Sul.

⁸⁰⁸ Ester J. B. Gutierrez, *Negros, charqueadas & olarias, um estudo sobre o espaço pelotense*, 3. Ed., Passo Fundo, Editora da Universidade de Passo Fundo, 1993, pp. 68-69.

7 << CULPADOS NA INFAME E CRIMINOSA ENTREGA DA ILHA DE SANTA CATARINA AOS CASTELHANOS >>: OS MEANDROS DO PROCESSO

7.1 A DEFESA DE ROBERT MAC DOUALL

Neste capítulo, trataremos da defesa do comandante da Esquadra Robert Mac Douall, e as acusações de Luís de Almeida imputando ao comandante a total responsabilidade sobre os eventos de 1777. Mac Douall era considerado pelo vice-rei como o principal responsável pelo logro defensivo da Ilha de Santa Catarina. A zingradura da Esquadra do porto da Ilha deixou todo o território sobre os perigos da invasão castelhana.

No presente capítulo vamos discutir os últimos momentos da Esquadra do Sul, a instauração da devassa contra o comandante e o julgamento final em Lisboa.

7.1.1 Os últimos momentos da Esquadra do Sul

Aos poucos, a notícia da malograda defesa da Ilha de Santa Catarina disseminava-se entre as cartas dos governadores. A 23 de março, o ouvidor geral da Capitania do Espírito Santo, Manuel Carlos da Silva Gusmão informou a chegada da Armada Castelhana na Ilha de Santa Catarina ao governador da Bahia Manuel da Cunha Menezes. Contou que, dois dias antes, estava ele a bordo da corveta *Memória*, navegando com ferros para a Baía da vila, e encontrou uma sumaca vinda do Rio de Janeiro, a qual tinha dez dias de viagem. Manuel Carlos da Silva Gusmão interpelando o chefe da embarcação sobre os eventos na América Meridional e da capital do vice-reino, o mestre redarguiu com a triste << notícia [de] estar Santa Catarina atacada por 117 naus espanholas >>⁸⁰⁹.

A 28 de março, um mês após as tropas luso-brasileiras chegarem ao Cubatão, a coroa lusitana, desconhecendo a fuga da Ilha e a própria capitulação, continuava determinando ordens defensivas, acreditando estar o porto bem armado e bem equipado.

⁸⁰⁹ Manuel Carlos da Silva e Gusmão a Manuel da Cunha Menezes, Victoria, 23/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 347.

Martinho de Melo e Castro, ocupando o cargo de ministro do Estado e Negócios do Reino, depois da morte do rei D. José, determinava a Luís de Almeida << deixar ao arbitro do chefe da esquadra Roberto Mac Douall as medidas necessárias à segurança do porto [e] defesa da Ilha de Santa Catarina, Rio Grande e Sacramento >>. Incumbia ainda o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria fazer uma carta topográfica << com as sondas do porto da referida Ilha, com uma relação de suas fortalezas e fortes e do que julgue necessário á sua melhor defesa >>⁸¹⁰.

Entregue ao próprio destino, Mac Douall procurava uma última oportunidade para fugir das acusações de Luís de Almeida. Os responsáveis pelo defesamento da Ilha durante toda a administração não se entendiam. Esse motivo, além de tantos outros, foi não conseguirem elaborar um plano defensivo em conjunto. Além de demonstrar total incapacidade militar, Mac Douall deixou o porto da Ilha desguarnecido quando necessário e, no momento da chegada do inimigo, fugiu desordenadamente, deixando as tropas em terra a sua própria sorte.

Ao ministro Martinho de Melo e Castro, Mac Douall enviou uma longa missiva, argumentando a fuga e suas atividades como comandante da Esquadra do Sul, no momento da chegada dos castelhanos ao porto da Ilha de Santa Catarina. A exiguidade das forças navais, a impossibilidade de atacar os inimigos – levaria à total destruição, segundo o comandante – e, principalmente, sua superioridade frente à esquadra luso-brasileira.

[...] no dia 17 de fevereiro, fundeado ao pé da Ilha do Arvoredo, eu fui informado que a Esquadra Espanhola tinha chegado a esta costa; logo sai em busca do inimigo, para ver se podia aproveitar alguma possibilidade de atacar com alguma probabilidade de ter sucesso e ao meio dia avistei o inimigo, mas o achei todos juntos, que seria temeridade o intentar atacar semelhante superioridade de forças, conservei-me os 3 dias 17, 18 e 19 perto deles para ver se resolviam a largar o seu comboio, para atacar-me, em cujo caso tinha eu tenção de arriscar a contra marcha deles e atacar os transportes do comboio para assim lhe fazer a expedição inútil, mas o tempo sempre bonança e claro, a Esquadra do inimigo sempre formada entre os transportes e esta esquadra, foi impraticável o atacá-los, sem arriscar a total ruína desta Esquadra, sem alguma vista de vantagem, com tão desiguais forças e como as minhas ordens não permitem arriscar a total ruína desta Esquadra, em a vigorosa defesa da Ilha de Santa Catarina, no mar não tive vista de maior vantagem, nem devia intentar semelhante ataque, somente em desesperação para certa perdição de toda a Esquadra, pelo que eu não posse responder⁸¹¹.

⁸¹⁰ Martinho de Melo e Castro a Lavradio, Lisboa, 28/03/1777, *ABNRJ*, 1978, v. 98, p. 224.

⁸¹¹ Mac Douall a Martinho de Mello e Castro, Rio de Janeiro, bordo de Santo Antônio, 31/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 355.

O comandante da Esquadra justificou ao ministro o seu empenho, dizendo que trabalhou com << infatigável diligência >> as ordens de Luís de Almeida e do Reino.

Justificava também, argutamente, a impossibilidade de empenhar um ataque ao Rio da Prata. Essa situação era, afirmava ele, pela falta de << concorrências do general do exército >>, João Henrique Boehm, << para destruir alguns navios de negócio em Montevideú >>⁸¹².

No projeto de evacuação da Esquadra luso-brasileira, após a chegada dos inimigos, Mac Douall justificou ao ministro, dizendo ter consultado seu alto comando. << Tomei a opinião dos comandantes da Esquadra que assentarão em que nós devíamos retirar para o Rio de Janeiro, a ver se podíamos aumentar a força desta Esquadra >>, continua ele, << de sorte que se possa intentar alguma ação e não arriscar a fazer corso nesta costa, para a esquadra Espanhola sair e destruir-nos >>⁸¹³.

Além dos problemas bélicos e estratégicos, o comandante da Esquadra do Sul, queixou-se veemente da perseguição sofrida por Luís de Almeida. Apresentou de antemão a Martinho de Melo e Castro convidativas súplicas. Sabia ele que as acusações do vice-rei manchariam sua imagem diante do governo lusitano. Ao mesmo tempo, era preciso esclarecer e expor ao ministro, autoridade próxima à rainha, a traquinada armada pelas autoridades coloniais, principalmente da capital do vice-reino.

Assim tenho conduzido esta Esquadra, com todo o meu entendimento e zelo, conforme o espírito das minhas ordens e mortifica-me muito e aos meus camaradas, não temos forças, com que pudéssemos intentar a batalha. Nem temos outra vista somente destes desgostos e a nossa vontade é muito para servir, mas faltam as medidas. O comandar forças tão pequenas com ordens tão apertadas, é desgraça, aonde não se pode servir a S. M. e dar honra á Nação; prefiro eu a morte, por continuar neste comando. E pelas cartas de correspondência entre o Sr. Marquês e eu, V. Ex. há de ver as equivocções e enredos de intrigas com que eu tenho infinito desgosto e que atrapalhão o real serviço⁸¹⁴.

Durante todo comando da esquadra Mac Douall queixou-se do péssimo estado das embarcações. O comandante da Esquadra insistiu na insuficiência das forças marítimas e, principalmente, na sua impossibilidade de servir como força defensiva.

⁸¹² Mac Douall a Martinho de Mello e Castro, Rio de Janeiro, bordo de Santo Antônio, 31/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 355.

⁸¹³ Mac Douall a Martinho de Mello e Castro, Rio de Janeiro, bordo de Santo Antônio, 31/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 355.

⁸¹⁴ Mac Douall a Martinho de Mello e Castro, Rio de Janeiro, bordo de Santo Antônio, 31/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 355.

Segundo ele, a nau *Ajuda* era << incapaz de tornar a sair >> do porto, a fragata *Graça Divina* << não pode servir como fragata, por falta de próprio cômodo para as peças e porque não anda nada >>. A Esquadra, em sua totalidade, consistia em três naus, uma fragata e dois navios armados. << Isto é que eu tenho contra toda a força de Espanha na América, que são 8 naus de linha, 12 fragatas de 30 peças, para Cima, uma urca de 40 peças, corvetas, chavecos, corsários e burlotes de fogo, etc., até o número de 34 >>, completou Mac Douall⁸¹⁵.

A 26 de abril, voltou a contatar Luís de Almeida, informando a evolução da Esquadra, o apresamento de navios castelhanos e o combate contra a nau espanhola *Santo Agostinho*⁸¹⁶. A 1º de abril, Mac Douall zarpuu do Rio de Janeiro com algumas embarcações. O destino do comandante da Esquadra do Sul era realizar corso nas proximidades da Ilha de Santa Catarina. Boa parte da Armada sob o comando de Pedro de Cevallos já tinha rumado para o Rio da Prata, umas poucas embarcações permaneceram vigilantes.

Nas proximidades da Ilha, desencadeou a ação ofensiva. A 14 de abril, a Esquadra luso-brasileira apresou a setia castelhana *Sant'Anna*. Antes de zarpar, ainda capturou duas naus de 74 peças cada uma, *Santo Agostinho* e *Serio*, e uma fragata de 72 peças, de nome *Santa Gertrudes*. Interrogando os soldados prisioneiros, Mac Douall soube que as << naus e fragata sairão de Cádiz um mês depois da saída da Esquadra de Cevallos, para comboiar 7 embarcações com víveres para a Esquadra e tropa daquela Ilha >>.

Doravante, as operações foram intensificadas. Mac Douall consumiu uma longa narrativa ao marquês do Lavradio:

[...] logo aproveitei a primeira hora de vento, para me por em lugar mais próprio de os encontrar e na tarde de 18 apareceu um navio de mais no quadrante do N. O.[noroeste], fiz sinal geral para a Esquadra dar caça; o vento bem fresco. A nau Prazeres e as Fragatas Princeza e Pillar, puxaram com todo o pano que poderão a barlavento muito, que a nau Santo Antônio não pude acompanhar por conta dos mastros, nem a nau Belém e Príncipe por conta do seu mau andar, chegarão á conserva de Santo Antonio, de sorte que á noite a Esquadra estava bem espalhada e antes das 7 horas perdi de vista a nau Prazeres e Fragatas Princesa e Pillar, deixando todas continuar a caça; puxei toda a noite para barlavento para ver se podiam aparecer na manhã do

⁸¹⁵ Mac Douall a Martinho de Mello e Castro, Rio de Janeiro, bordo de Santo Antônio, 31/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 355.

⁸¹⁶ Chamado pelos espanhóis de *San Agustin*.

dia 20, não aparecendo nada da Prazeres, Princesa e Pillar e o vento inconstante do N.[norte] até O.[oeste] N. O[noroeste]⁸¹⁷.

Encorajado pelos resultados obtidos, Mac Douall decidiu organizar uma nova ação. Com ele (a bordo da nau *Santo Antônio*), completavam a pequena esquadra as naus *Prazeres*, *Belém* e *Príncipe* e, mais duas fragatas *Princeza* e *Pillar*. O principal objetivo, além de apresar algumas embarcações castelhanas, era dar caça a elas. A nau *Prazeres* e as fragatas *Princeza* e *Pillar* manobram rapidamente, aproveitando-se dos bons ventos. A ordem era para avançar sobre o inimigo, aproveitando a desordem da Armada castelhana.

Para evitar uma ação desordenada, Mac Douall foi cauteloso, buscando reagrupar as embarcações. << Ao meio dia diminui o pano para esperar a nau Belém e Fragata Príncipe, que estavam bastante distantes pela pôpa a sotavento >>, escreveu o comandante. Às 16h30min ouviu tiros, descarga de canhões. As saraivadas vinham de três embarcações portuguesas e uma castelhana. << Apareceram 4 embarcações no quadrante do N.O.[noroeste] >>, anotou Mac Douall⁸¹⁸.

Doravante, a sequência estratégica, Mac Douall fez << força de vela para elas >>. Quando << abonçou o vento até acalmar >>, o comandante deu início à ação ofensiva. << Às 7 horas, com aragem S. E.[sudeste] fiz sinal de caça no quadrante N. O.[noroeste] >>. Mantendo a posição da Esquadra, ouviu << o fogo que continuou compassado até às 11 horas da noite que acabou >>⁸¹⁹.

Na manhã do dia 27, apareceram quatro embarcações na proa. Somente às 07h, Mac Douall conseguiu distingui-las. Eram as fragatas *Princeza* e *Pillar* e a nau *Prazeres* << em caça de uma nau espanhola >>. Disposto, o comandante da Esquadra do Sul foi << encontrar o inimigo >>. A ação precisava ser rápida. << E logo que lhe cheguei a alcance, principiei o combate >>, escreveu Mac Douall. Começava o cerco. << O fogo continuou em vivo, em ambas as bandas; o inimigo fazendo diligência para fugir >>, a Esquadra manteve ferrenho << o combate até o inimigo se render >>. Desorientada e

⁸¹⁷ Mac Douall a Lavradio, Bordo da Nau Santo Antônio, 26/04/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 353-354.

⁸¹⁸ Mac Douall a Lavradio, Bordo da Nau Santo Antônio, 26/04/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 353-354, p. 354.

⁸¹⁹ Mac Douall a Lavradio, Bordo da Nau Santo Antônio, 26/04/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 353-354, p. 354.

sem alternativa estratégica de combate, a nau castelhana redeu-se. *Santo Agostinho* tinha 74 peças e era comandada por D. José Fechain⁸²⁰.

O combate, muito violento, durou 45 minutos, porém suas consequências foram mínimas. As perdas sofridas pelas forças durante o encontro naval não foram tão importantes. Os portugueses tiveram baixas de 14 feridos. Já os castelhanos tiveram baixa de quatro soldados e 24 feridos, << muitos dos quais não podem viver >>, anotou Mac Douall⁸²¹.

Para o comandante da Esquadra, a operação foi coroada de êxito. << Esta ação de grande crédito á guarnição da nau Santo Antônio e muita honra da Marinha de S. M. Fidelíssimo, que Deus Guarde >>, escreveu orgulhoso com a ação o comandante da Esquadra do Sul⁸²².

Mac Douall fez uma narrativa épica da ação da Esquadra a Luís de Almeida:

Esta ação do Santo Antônio não pode tirar nenhum grão de merecimento das outras naus e fragatas da Esquadra, porque todas fizeram igualmente diligência para lhe chegar e a nau Prazeres e fragatas Princeza e Pillar, estiverão desde 4 horas da tarde até as 11 da noite com fogo espalhado, sem lhe poderem bem chegar e depois fizeram toda a diligência possível, sem a tornarem a alcançar e a fortuna foi do Santo Antônio cortar o caminho do inimigo e assim somente pode ter chegado, porque a nau é de muito bom andar e sem comparação da melhor nau da marinha de Portugal; é inteiramente nova, de imensa fortidão, sem precisão de concertar (somente nos rombos que são do lume d'água para cima), de a capacitar a imediato serviço e completa e ampla, armada com 4 meses de mantimentos a bordo⁸²³.

Vencido o encontro, o comandante precisava remediar as avarias. Na tarde do dia 21, Mac Douall mareou << com a vela que pude >>. Buscava << remediar os danos na mastreação de ambas as naus no modo melhor que pude para chegar ao porto do Rio de Janeiro >>, considerava << impraticável >>, continuar o curso com duas

⁸²⁰ Mac Douall a Lavradio, Bordo da Nau Santo Antônio, 26/04/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 353-354, p. 354. D. José Fechain e mais 788 espanhóis foram feitos prisioneiros e levado para o Rio de Janeiro, além da nau *Santo Agostinho* e a setia *Santa'Anna*. Só foram liberados com o Tratado de Santo Ildefonso. A nau chegou ser usada pelos lusitanos, sendo comandado pelo capitão Philips. Entregue aos espanhóis, em 1778, foi enviada para Cádiz no mesmo ano, junto com a tripulação que havia ficado prisioneira. Em 1780, o capitão José Fechain foi levado a Conselho de Guerra para responder pela captura. Foi condenado. Sendo retirado das funções. Correspondência para o general D. Pedro de Cevallos sobre a devolução de prisioneiros e a entrega da ilha de Santa Catarina, TT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 951; Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata [...]*, pp. 12-116, p. 76.

⁸²¹ Mac Douall a Lavradio, Bordo da Nau Santo Antônio, 26/04/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 353-354, p. 354.

⁸²² Mac Douall a Lavradio, Bordo da Nau Santo Antônio, 26/04/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 353-354, p. 354.

⁸²³ Mac Douall a Lavradio, Bordo da Nau Santo Antônio, 26/04/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 353-354, p. 354.

embarcações << incapacitadas de navegarem >>. Segundo Mac Douall, a Esquadra luso-brasileira fez 750 prisioneiros, isso representava << uma terça parte do número da guarnição desta Esquadra >>. Receava uma contraofensiva da Armada castelhana. De acordo com as informações que obtinha, o inimigo tinha em armas << 7 naus de linha e 12 fragatas de 32 peças para cima e várias outras mais pequenas >>. Reconhecia a incapacidade naval da Esquadra do Sul em << recebê-la >>⁸²⁴. O comandante, com a frota, viu-se obrigado a recuar e reunir as embarcações para zarpar em direção ao Rio de Janeiro o mais rápido possível.

O encontro naval custou muito às embarcações. << Os mastros do Santo Antônio, que forão arruinados bastante antes do combate, estão agora todos passados de balas, de sorte que é absolutamente necessário tirá-los fora e pôr-lhos novos, e o pior é que nenhuma das entenas de sobre excelente deixão de estar inteiramente destruídas >>, anotou o comandante⁸²⁵.

Ainda durante o encontro, Casa Tilly alegando mau tempo e que nenhuma das suas embarcações (seis navios e quatro fragatas) estavam em condições de navegar, permaneceu em Santa Catarina sem sair do porto para conhecer a Esquadra de Mac Douall. Alguns oficiais castelhanos entenderam a ação do comandante como um gesto de covardia. A ordem de Casa Tilly era para os navios justarem formando uma linha, com as fragatas atrás, sob a proteção das fortalezas. A Esquadra do Sul não ousou entrar e logo após a captura das embarcações castelhanas rumou para o Rio de Janeiro. Enquanto, Casa Tilly reuniu as embarcações e seguiu para Montevidéu na maior desordem⁸²⁶.

⁸²⁴ Mac Douall a Lavradio, Bordo da Nau Santo Antônio, 26/04/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 353-354, p. 354.

⁸²⁵ Mac Douall a Lavradio, Bordo da Nau Santo Antônio, 26/04/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 353-254.

⁸²⁶ Em Cádiz, a partir das queixas de Cevallos contra Casa Tilly, a Ordem Real de 4 de agosto de 1778 determinou a convocação de um Conselho de Guerra para averiguar a conduta do comandante durante a expedição ao Atlântico Sul. Em 1780, o Conselho foi convocado no navio *Santíssima Trindade*, com três tenentes-generais e três chefes de esquadra, foi presidido pelo diretor-geral da Marinha Luís de Córdoba. É importante lembrar que nesse momento Cevallos já tinha morrido e, as suas denúncias, tinham pouco efeito prático. Por fim, o Conselho de Guerra absolveu Casa Tilly de todas as acusações. A defesa de Casa Tilly no Conselho pode ser vista em: Defensa militar y satisfacción que expone D. Juan José García y Gómez, teniente de navío de la Real Armada, para vindicar el honor y crédito del Excmo. Sr. Marqués de Casa Tilly, teniente general de la Real Armada y comandante principal de los doce batallones de infantería de ella. Sobre la conducta con que obró durante la expedición que se hizo á la América meridional contra los portugueses, siendo comandante general de las fuerzas navales de S. M. destinadas á este objeto en el año de 1776”. Real Academia de la Historia, Colección Vargas Ponce, leg. 23. Citado em: Juan Marchena Fernández, *Del Tajo al Amazonas y al Plata [...]*, pp. 12-116, p. 77-80.

O sucesso da Esquadra do Sul não foi capaz de apagar a fuga da Ilha de Santa Catarina. Lavradio, ao oficializar a ação de apresamento e o encontro da Esquadra com algumas embarcações castelhanas nas proximidades da Ilha, não apenas ignorou a épica descrição de Mac Douall, como também depositou os créditos da empresa ao comandante-de-mar-e-guerra José de Mello, nomeado como principal responsável pelo apresamento e pela vitória. Não deixou de ver importância na ação, mas em nenhum momento citou as manobras do comandante da Esquadra.

Devo participar a V. Ex. que a nossa Esquadra teve o encontro de uma setia castelhana armada em guerra e de um navio de 70 peças, o primeiro apresou o capitão-de-mar-e-guerra José de Mello, sem ser preciso atirar um só tiro; ao segundo deu uma rigorosa caça o mesmo capitão-de-mar-e-guerra, e logo que chegou a um competente alcance, principiou o seu ataque; esse durou toda uma noite, até que favorecendo o vento ao navio castelhano, pôde seguir mais do que o nosso, que tinha menos vento favorável, porém sempre foi indo atrás dele e como a nossa Esquadra tinha ouvido os tiros de noite indo seguindo a direção deles, ao amanhecer se encontrou o chefe com o sobredito navio e potendo-se chegar de mais perto, do que tinha sido o primeiro combate, ataca-o por espaço de hora e meia; entretanto foram chegando os navios da Esquadra e vendo-se os castelhanos quase cercados, arrearão a sua bandeira e se renderam. Esta presa é muito importante para nós, por ser um navio novo e da primeira viagem, muito bem construído e forte, com excelente Artilharia, excelentes armas e igualmente bons todos os mais petrechos com que ele é armado. Esta ação custou só aos castelhanos 4 homens mortos e 18 ou 20 feridos muito gravemente, de que já tem morrido alguns. A nós não nos morreu ninguém; tivemos 14 feridos, só 1 de mais perigo, por ter perdido uma perna, porém este mesmo fica já convalescendo e há todas as esperanças de que conservará a vida⁸²⁷.

Quinze dias depois, ou seja, a 20 de maio, o governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes, após receber o comunicado, reenviou o ofício à coroa lusitana, coroando a ação do capitão José de Mello e desmerecendo perante o governo luso a épica batalha naval descrita por Mac Douall⁸²⁸.

É certo que Luís de Almeida, habilidosamente, tratou de melhorar sua imagem como vice-rei perante a coroa lusitana.

Como resultado da ação naval no Rio de Janeiro, o vice-rei tinha sob custódia mais de 700 prisioneiros. A fim de organizá-los e dividi-los, cogitou a possibilidade de embarcar alguns em direção à Bahia, para ficarem sob os cuidados do governador Manuel da Cunha Menezes. << Estou na resolução de remeter alguns para a Capitania de V. Ex. para se conservarem pelas vilas do sertão com as cautelas, que parecerem

⁸²⁷ Lavradio a Manuel da Cunha Menezes, Rio de Janeiro, 5/05/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 366-367.

⁸²⁸ Manuel da Cunha Menezes a Martinho de Melo e Castro, Bahia, 20/05/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 366-367.

precisas, porém por hora ainda não remeto nenhum, que principiaram a ir na primeira ocasião >>, argumentou Lavradio⁸²⁹.

Não era novidade a ofensiva castelhana após ocuparem a Ilha de Santa Catarina. Lavradio tinha a notícia de estarem rumando para o Rio Grande. Sem informações do comandante do Exército do Sul, João Henrique Boehm declarou ao governador da Bahia: << do sucesso desta ação, não tenho nenhuma notícia >>⁸³⁰.

A ação naval não gerou qualquer comentário de Luís de Almeida em favor do comandante. Mac Douall se justificou: não recebeu qualquer retorno da carta de 26 de abril, enviada ao marquês do Lavradio, dando notícia da sua ação naval na Ilha de Santa Catarina. Isso forçou o comandante a tomar outras providências. A 6 de maio, escreveu ao ministro e secretário dos negócios do Reino, Martinho de Melo e Castro, e para legitimar sua ação, arditamente enviou uma cópia da carta endereçada ao vice-rei no mês anterior. << Pela cópia da parte que eu dei ao Sr. marquês vice-rei V. Ex. há de ver o que sucedeu por diante >>, anotou Mac Douall⁸³¹.

O comandante decuplicou os méritos no apresamento. Creditou importância ímpar à nau *Santo Agostinho*, dizendo ser uma das melhores naus dos castelhanos. Justificava o discurso de que vigiar quilômetros e quilômetros de costa não era tarefa fácil e, principalmente, da impossibilidade de empenhar uma ação contra um inimigo superior em armas.

A nau Santo Agostinho é uma das melhores da marinha Espanhola e dá muita honra a marinha de Portugal e em força esta Esquadra muito (e assim desejo eu hir-lhe cortando as azas, para chegar ao corpo), mas como a Esquadra de Espanha ainda tem oito naus e todas as suas fragatas, tanto maiores em forças, como em número, este sucesso em modo nenhum nos capacita para intertarmos alguma ação com o corpo da Esquadra e para arriscar a batalha com tal inferioridade de forças, não só é arriscar a perder esta pequena Esquadra, mas perder todo o Brazil. Nisto estou eu em toda a sorte sem medidas para servir como comandante de uma Esquadra deve, com a Esquadra toda na maior miséria que pode para continuar a navegar e em todos os ramos, debaixo da direção de quem tem bem pouca experiência da marinha, sem se poder achar o que é absolutamente preciso para remediar, se V. Ex. não acudir em tempo a esta pequena Esquadra, Deus somente sabe as consequências. Eu não posso fazer mais do que um homem, se eu somente tivesse mais de 2 naus em tempo, esperaria dar conta da Esquadra Espanhola, e consequentemente tomar toda a costa de leste do Continente da América⁸³².

⁸²⁹ Lavradio a Manuel da Cunha Menezes, Rio de Janeiro, 5/05/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 366-367.

⁸³⁰ Lavradio a Manuel da Cunha Menezes, Rio de Janeiro, 5/05/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 366-367.

⁸³¹ Mac Douall a Martinho de Melo e Castro, Bordo da Nau Santo Antonio (Rio de Janeiro), 6/05/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 353.

⁸³² Mac Douall a Martinho de Melo e Castro, Bordo da Nau Santo Antonio (Rio de Janeiro), 6/05/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 353.

Acompanhava o discurso de impraticável manobra no Atlântico Sul o pedido de demissão do comandante da Esquadra do Sul. Quando zarpou da Ilha de Santa Catarina, em fevereiro de 1777, Mac Douall talvez não imaginasse a capitulação da Ilha. Porventura, acreditava numa contraofensiva, voltando para o Rio de Janeiro, ou numa resistência das tropas em terra. Como sabemos, não ocorreu nem um nem outro. As tropas sob as ordens do marechal e do governador rumaram para o continente com todos os oficiais e soldados e entregaram a Ilha às tropas de Pedro de Cevallos. Nesse desenrolar, há que encontrar responsáveis. Mac Douall, antes da desoneração que se avizinhava, pediu demissão. A solicitação era acompanhada de uma crítica ferrenha ao vice-rei. Queixava-se do << pouco préstimo >> vindo do marquês do Lavradio, exaltando << o honrado tratamento [que recebeu] da Corte de Lisboa >>. Suplicava a Martinho de Melo e Castro, implorando << a grandeza de S. M. que Deus guarde, para em sua mercê ser servido de mandar dar-me a sai demissão do Real Serviço, porque prefiro eu a escravidão na Barbaria, do que as indignidades que eu tenho sofrido neste poboleu confuso do Rio de Janeiro >>⁸³³. Reiterou o pedido, dizendo:

Ainda que este não é tempo para pedir o ser rendido deste importante comando, não é as inferiores forças com que me acho, que me obrigam a continuar a rogar o deixar-me retirar deste comando, mas os desgostos e dificuldades e outros embaraços que eu em toda a parte encontro e em redor de confusões, que confundem o Real Serviço, acho absolutamente impossível o servir com honra no Brasil, da perca da qual prefiro a morte⁸³⁴.

A 26 de abril, a Esquadra chegou ao porto do Rio de Janeiro.

A 2 de junho, Luís de Almeida escreveu um ofício à coroa lusitana. Ao ministro Martinho de Melo e Castro, reforçou a ação da Esquadra do Sul – no apresamento e na batalha nas proximidades da Ilha de Santa Catarina – graças ao comandante-de-mar-e-guerra José de Mello, sem deixar de manchar a ação do comandante Robert Mac Douall. Após conferenciar com os comandantes, Luís de Almeida reuniu informações relevantes. Soube que a setia apresada era comandada pelo alferes da marinha castelhana José Justo Salcedo, << este oficial era o aquem tinha encarregado o marquês de Casa Tilly, para juntar na Ilha d'Assumpção o resto dos navios que faltavam da

⁸³³ Mac Douall a Martinho de Melo e Castro, Bordo da Nau Santo Antonio (Rio de Janeiro), 6/05/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 353.

⁸³⁴ Mac Douall a Martinho de Melo e Castro, Bordo da Nau Santo Antonio (Rio de Janeiro), 6/05/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, p. 353.

Esquadra, e os conduzir a Montevideu >>. As naus de Linha – *Santo Agostinho* e *Serio* – tinham saído do porto do Ferrol um mês após a partida da Armada de Cádiz, << traziam ofícios >> sob os cuidados do capitão de infantaria do Regimento da Galiza, Bernardino Bonavio, contendo informações relevantes para as autoridades castelhanas. Entretanto, logo que principiou a refrega, << deitaram ao mar logo que se viram no perigo de serem prisioneiros >>⁸³⁵.

Para o vice-rei, toda a ação da Esquadra do Sul foi organizada pelo capitão-de-mar-e-guerra José de Mello.

Luís de Almeida não deixou de ver importância na ação da Esquadra. << A presa é de muita importância, por ser um navio novo, construído de excelentes madeiras, tem admirável artilharia, e traz todos os petrechos e munições que lhe são precisos, excelentes; e como não recebeu mais ruína que no pano enxarcias, e algumas balas de raspão em os mastros, se pode logo aprontar para sair com a esquadra >>, escreveu ele⁸³⁶.

Contudo, o plano ofertado no Rio de Janeiro era para a Esquadra permanecer no encalço da Armada castelhana e, principalmente, recuperar o porto da Ilha de Santa Catarina. << Este encontro embarçou que a nossa esquadra executasse a ordem que levava minha, que se tivesse posto em execução estaríamos outra vez senhores do porto da Ilha de Santa Catarina >>, continua o vice-rei, << e lhe teríamos destruído as embarcações que estavam no mesmo porto que eram insignificantes, e lhe teríamos tomado o comboio que vinha com mantimentos de Montevideu para a Ilha >>⁸³⁷. Tal ação foi possível pelo comandante da Esquadra. Robert Mac Douall não permaneceu na Ilha. Após apresar as embarcações e se envolver no confronto, deu ordem para zarpar rumo ao Rio de Janeiro, novamente, contrariando as ordens do vice-rei.

Esse ato contribuiu ainda mais para hipertrofiar a assimétrica relação entre eles. Lavradio ampliava as acusações contra Mac Douall. Às vezes levianas, outras congruentes. Espicava a imagem do comandante. O desventurado Mac Douall chegou a ser tachado de covarde por Luís de Almeida: << O medo que se tem aquele oficial não se pode conhecer [a ele] prevaleceu mais o seu temor que as minhas ordens e as

⁸³⁵ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 2/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 89-95, p. 90.

⁸³⁶ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 2/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 89-95, p. 91.

⁸³⁷ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 2/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 89-95, p. 91.

informações que teve, e marchou para este porto trazendo as duas presas dando-me parte do sucedido >>⁸³⁸.

Por outro lado, o vice-rei projetava obstruir qualquer socorro de mantimentos e comidas vindas do Rio da Prata, principalmente do porto de Montevideu. Pelos seus práticos, tinha notícia de estarem os castelhanos sofrendo as intempéries da América do Sul. A Armada ficou na costa do Rio Grande por quase um mês – de 7 de abril a 3 de maio – em função dos << grandes temporais >>. A fim de aproveitar da distância das forças marítimas, consequentemente de manterem os castelhanos << poucas forças de mar >> garantindo a entrada da Ilha de Santa Catarina; além << da falta que tornam a ter de mantimentos >>, << da desunião que entra a haver entre os oficiais >>, da << vontade que a tropa tem para desertar >>. Esses fatores, << me obrigou a aproveitar-me de semelhante conjuntura >>, escreveu Lavradio, << enquanto os nossos inimigos tem as forças divididas, a fim de os poder ir destruindo pouco a pouco, até, ou lhe sermos superiores, ou ao menos vermos se podemos combater-los com igualdade >>⁸³⁹.

Essa nova ofensiva não contava apenas com a organização da Esquadra, mas de elementos externos a ela. Lavradio acreditava numa insurreição das tropas existentes em terra e demais moradores. Para isso, enviou oficiais de confiança, para organizar a revolta, quando chegasse a Esquadra no porto da Ilha de Santa Catarina.

[...] servi-me de alguns dos oficiais que tinham sido da mesma Ilha, homens de conhecida fidelidade, bem quistos da tropa e povo da mesma Ilha, e com muita robustez para todo o trabalho; mandei-os disfarçados para se introduzirem na Ilha, e observarem o estado em que estavam os castelhanos; o ânimo de que se achavam os povos, e ministrar ocultamente a estes os meios para poderem sacudir o jugo, logo que eu mandasse atacar os mesmos castelhanos: ordenei mais que se fizesse algum benefício aos soldados castelhanos, convidando-os para a deserção — facilitando-a, e auxiliando-a por todo o modo. Mande outro oficial também de confiança, para que juntasse na terra firme debaixo das maiores cautelas, todo o número que pudesse dos soldados portugueses, que se tinham retirado para não serem entregues e que com eles estivesse oculto no mato na melhor paragem que encontrasse, para na ocasião oportuna ajudar o ataque ou surpresa, que se houvesse de fazer dentro da Ilha⁸⁴⁰.

⁸³⁸ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 2/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 89-95, p. 91.

⁸³⁹ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 2/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 89-95, p. 92.

⁸⁴⁰ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 2/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 89-95, p. 92. Na carta endereçada ao governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, Luís de Almeida expôs as notícias da Ilha de Santa Catarina. Segundo as informações, as tropas castelhanas sofriam de moléstias e eram intransigentes em suas defesas. << Aqui chegou a poucos dias uma carta da Ilha de S.^{ta} Catar.^a, trazida por um soldado de Pernambuco, q. veio fugido, sem mais demora q. a de 15 dias. Nesta se dá noticia da grd.^e epidemia de

Forjada a ação em terra, Luís de Almeida recebeu autorização para << atacar por mar >>. Os primeiros oficiais que havia mandado noticiaram << que tudo se poderia praticar >>. O vice-rei tratou de organizar a Esquadra, engrossando-a com mais duas naus e uma fragata. Estava formada com cinco navios de Linha: *Santo Antônio*, comandada por Robert Mac Douall (comandante da Esquadra do Sul); *Nossa Senhora dos Prazeres*, comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra José de Mello; *Nossa Senhora d'Ajuda*, era para ser comandada por Domingos Xavier Telles, mas estando doente foi substituído por José dos Santos Ferreira; *Nossa Senhora de Belém*, comandada por Antonio Januario; a presa *Santo Agostinho*, comandada por Arthur Felipe; e, as quatro Fragatas: *Príncipe do Brazil*, comandada por Antonio Jacintho da Costa; *Princeza do Brazil*, comandada por Thomaz Stivens; *Graça Divina*, comandada por Jorge Hardcastle; e, *Nossa Senhora do Pillar*, comandada por Francisco Bittencourt⁸⁴¹.

A 29 de maio, a Esquadra deixou o porto do Rio de Janeiro. As ordens eram para impossibilitar os castelhanos de receber recursos e mantimentos dos portos do Rio da Prata. Lavradio ordenou ao comandante da Esquadra total atenção, principalmente com a entrada na Baía Norte, a qual era tortuosa e de difícil manobra; os flancos estavam defendidos pelos três grandes fortes – São José da Ponta Grossa, Santa Cruz de Anhatomirim e Santa Cruz de Ratonés – sob o comando castelhano.

Dei ordem ao chefe para passar ao porto da Ilha de Santa Catarina, e examando as forças do mar que tinham os castelhanos, sendo as nossas competentes para os atacar-mos sem barbaridade, ele praticasse aquela ação destruindo as embarcações castelhanas, não empenhando o combate com as fortalezas, por se não pôr no risco de se destruir a nossa Esquadra, antes de termos destruído uma parte da dos nossos inimigos; e também porque em nós destruindo as forças de mar que eles ali tem, ficamos senhores do porto para lhe embarçar-mos a entrada de mantimentos, sendo certo que não lhe podendo estes entrar, de necessidade se hão de render por não poderem com a fome subsistir; se nesta ação tiver-mos a felicidade que espero, é infalível o ficar-mos superiores aos nossos inimigos, em quanto lhe não chegarem da

diarreia de sangue q. tem havido entre os cast.^{os}, q. tem morrido infinitos, q. são imensos os doentes, q. lhe faltão os mantim.^{tos} p.^a subsistirem, q. eles se vão vendo: embart.^e consternação, q. estão esperando provim.^{to} de Montevidéu, assim como também algumas embarcações, q. se isto for assim poderá a nossa Esquadra fazer uma boa presa, e terem princípio os nossos felizes sucessos.

Também dizem q. eles não tem nenhuma vigilância a resp.^{to} dos navios q.^e tem dentro do porto, q. não botão ronda no mar, e q. tem tudo aquilo em um grandíssimo descuido; isto também será bom p.^a se aproveitarem os exploradores q.^e mandei se cuidarem em executar com exação as suas obrigações: Estas são as notícias todas q. eu sei, e as mais q. for tento as irei participando a V.E.^a >>. Lavradio a Martim Lopes Lobo de Saldanha, 25/04/1777, BN-PT, manuscrito.

⁸⁴¹ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 2/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 89-95, pp. 92-93.

Europa novas forças; e se o sucesso agora for feliz, pode ser que as forças que vierem aos nossos inimigos já nos não pareçam tão formidáveis, o caso está que o chefe se conduza como eu lhe tenho recomendado, o meu receio todo é o grande medo que ele tem porque o seu ponto é evitar tudo quanto pode obrigar a um combate; não se persuava V. Exa. que eu falo com um espírito de parcialidade, eu dou por testemunha a Esquadra toda, a modéstia faz que eu não repita as vergonhosas provas, que este oficial tem dado das suas qualidades; o zelo que eu tenho pelo serviço de El-Rey meu senhor, a pureza com que devo fazer chegar a verdade á sua real presença, é que me obrigam a explicar-me com tanta liberdade⁸⁴².

Lavradio seguia fazendo ferrenhas críticas ao comandante da Armada do Sul. As acusações faziam parte da trama entre as autoridades coloniais. Com peso administrativo, Luís de Almeida aproveitava-se dessa ligação direta com o governo lusitano, procurando argutamente legitimar a sua leitura sobre os eventos:

Nada disto me tem embaraçado, a que eu trate este oficial com toda quanta distinção eu posso, que eu lhe tenha sofrido o que talvez não devesse, que eu lhe mostre que não lhe conheço os seus principais defeitos, tudo o tenho praticado, assim porque V. Exa. me tem repetido no real nome de El-Rey meu Senhor, ser do seu agrado o servir-me deste oficial que o mesmo senhor julga tanto merecimento, e capaz de lhe fazer os maiores serviços nesta ocasião, o que se lhe fez a ele certo pela carta de agradecimento que teve na ocasião do Rio Grande, a qual posso assegurar a V. Exa. teria sido muito distinta se ele em tudo por arbítrio seu não tivesse alterado as minhas ordens; esta carta lhe augmentou tanto a soberba e o despotismo, que ele foi a origem e causa principal da perda da Ilha, por se não querer sujeitar a cousa nenhuma que se lhe ordenou.

Eu receio que a liberdade com que me explico, exceda aos lermos da moderação de que desejo não separar-me; queira V. Exa. desculpar-me porque as consequências tão dolorosas em que me tem posto o despotismo e grosseria deste homem, e o perigoso risco em que tenho visto este Estado, me fazem sair dos limites em que me devo conservar.

Queira V. Exa. por me fazer mercê corrigir os termos mais fortes com que me explico, de sorte que à real presença de El-Rey meu senhor cheguem as minhas vozes, com aquele profundo e sagrado respeito, com que eu sempre desejo chegar aos seus pés.

Eu espero dentro em breves dias, e pode ser que ainda antes de sair esta embarcação ter notícia do sucesso; Deus permita abençoar a ação que ela seja tão feliz como eu desejo⁸⁴³.

Por outro lado, as críticas às embarcações continuavam. Mac Douall lamentava o estado das naus e fragatas disponíveis no vice-reino. A nau *Ajuda* foi considerada por ele como << podre e incapaz >>. Através de vários requerimentos e ofícios, pedia a troca da << ferragem e mastreação >> da nau << para servir em outras embarcações >>.

⁸⁴² Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 2/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 89-95, p. 93.

⁸⁴³ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 2/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 89-95, p. 93-94.

A insistência do comandante da Esquadra levou o vice-rei a pedir uma vistoria na embarcação. A inspeção contrariou a análise de Mac Douall. A auditoria demonstrou << ser tudo falsidade >>. << O fundo e forro da nau todo excelente, não tinha senão nos altos alguma insignificante ruína, cauzado pelo chefe a não ter querido mandar a este porto abrigal-a, e fazer-lhe o calafeto que precisava e conserva-la exposta a chuvas um ano inteiro em Santa Catarina, onde recebeu toda aquela ruína >>, continua Lavradio, << também o leme necessitava de concerto, porque teimando em não a querer mandar a este porto, lhe fez um tal concerto em Santa Catarina nos machos do mesmo leme, que lhe ficou quase o leme sem lhe servir de governo >>⁸⁴⁴.

A nau foi consertada em 60 dias, contudo Mac Douall seguia maldizendo o estado da Esquadra. As vítimas eram as fragatas *Assumpção* e *São Francisco Xavier*. Reticente << não se tem querido servir delas >>. A primeira, Lavradio mandou consertar e fazer alguns melhoramentos; a segunda tornava-se uma embarcação de transporte, incumbida de carregar madeira para o Arsenal da coroa⁸⁴⁵.

A 4 de junho, novamente, Lavradio levantava acusações sobre o comandante da Esquadra. Na correspondência endereçada à coroa lusitana, não poupou em nenhum momento, principalmente após tentativas frustradas de investida militar, responsabilizar Mac Douall pelo logro defensivo. A relação entre os dois comandantes continuava na maior desordem. Lavradio, em suas cartas, legitimava a vergonhosa defesa e culpava Mac Douall pelo abandono da Ilha e pela ocupação castelhana⁸⁴⁶.

Mac Douall era acusado de não interpretar corretamente as ordens do Rio de Janeiro. Durante a ação militar na Ilha de Santa Catarina, não executou o plano defensivo elaborado pelo marquês do Lavradio.

Quando se desenganou do seu erro mandando-me dizer da Enseada das Garoupas, que já lhe parecia melhor o ir para mais perto da Ilha de Santa Catarina para a poder bem defender, do que ficar naquele sítio que era mais distante, onde seria mais dificultosa a sua defesa; aprovando-lhe eu e fazendo-lhe muitos elogios por esta resolução, e resolvendo-se enfim a vir para as Canavieiras, logo que apareceram os inimigos saio daquela excelente situação, e parecendo que seria para lhe vir atacar o seu comboio, o qual

⁸⁴⁴ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 2/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 89-95, p. 94.

⁸⁴⁵ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 2/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 89-95, p. 95.

⁸⁴⁶ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 4/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 95-97, p. 95.

esteve nos primeiros dias no maior desconcerto, não fez outra coisa que procurar retirar-se⁸⁴⁷.

Após resolver pela vergonhosa retirada, comunicou os oficiais da Esquadra. Mac Douall leu alguns parágrafos da carta do marquês de Pombal, de 31 de junho de 1776, recebida por cópia do vice-rei, << anteriores as últimas instruções >>, estas entregues pessoalmente pelo marquês do Lavradio. << A má fé deste oficial, a sua falta de obediência >> declarou o vice-rei, nitidamente incomodado com a ação do comandante na Ilha de Santa Catarina. << O seu medo a vaidade e soberba >> de Mac Douall para Lavradio vinham da carta de << louvor, e agradecimento que recebeu do marquês de Pombal >> na ação da reconquista do Continente do Rio Grande, em 1776. Entretanto, naquele momento, era << a origem e a causa principal da desgraça da Ilha de Santa Catarina >>. O vice-rei ainda lança uma hipótese para um comando tão desastroso << talvez para se vingar dos primeiros oficiais daquela Ilha, a quem ele tinha um ódio implacável, e a quem tinha feito sempre as maiores desatenções >>⁸⁴⁸.

Nesse momento, Luís de Almeida, acreditava na recuperação da possessão. Ainda na carta de 4 de junho, escreveu ao ministro Martinho de Melo e Castro, << poderemos recuperar aquela perda, e alcançar-mos para o Estado aquela glória >>⁸⁴⁹.

Contra os governadores de outras capitanias, lançou ferrenhas críticas. Acusava-os de imprudentes, intransigentes e de trabalhar sozinho na defesa do território.

Eu asseguro a V. Exa. que da minha parte tenho feito tudo quanto me tem sido possível; os meus colegas governadores das diferentes Capitanias, em coisa nenhuma me tem querido socorrer; o da Bahia não me manda dinheiro, tem tido naquele porto desde o mês de novembro até hoje, a Fragata Nazareth — para concertar, não me manda marinheiros. O de Pernambuco pratica quase o mesmo, segundo com que é obrigado a assistir-me, e finalmente tudo tem caído sobre os meus ombros, sendo muito pequenas faculdades desta Capitania, para eu poder suprir a tão consideráveis despesas, e logo que principiei a faltar a fazer os primeiros pagamentos, por não chegar em as consignações que me estão determinadas, entrou-se a experimentar grandíssima falta dos mantimentos, desertavam as gentes, os comerciantes embarcadores escondiam os seus gêneros, e finalmente me vi no maior aperto que é possível, faltando-me tudo o preciso para preparar a Esquadra, e ao mesmo tempo para socorrer o Exército; esta critica e apertadíssima situação,

⁸⁴⁷ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 4/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 95-97, p. 95.

⁸⁴⁸ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 4/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 95-97, p. 96.

⁸⁴⁹ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 4/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 95-97, p. 96.

me fez tomar a resolução que participo a V. Exa. em outro ofício, mais por extenso⁸⁵⁰.

O governo do Rio de Janeiro seguia empenhando esforços na ofensiva marítima e terrestre. Os castelhanos empenhavam-se em todas as frentes. Mantinham forças estacionadas na Ilha de Santa Catarina, enquanto outro grupo seguiu rumo ao Rio da Prata e ao Rio Grande. Nesse contexto, o marquês do Lavradio achou conveniente organizar novamente a Esquadra e lançar uma contraofensiva. Com espias infiltrados na Ilha, era informado da situação, posição e estratégia do inimigo. Pelo rio São Francisco, uma tropa seguia em direção a Laguna. A ideia era << prover de munições diferentes partidos de tropa regular e auxiliar >> que estavam sendo formados na Ilha e no continente para << inquietar os inimigos >>, deixando-os << fechados na Ilha >> impossibilitados de << tirarem socorro de nenhuma parte da terra firme >>. A soldadesca luso-brasileira, infiltrada, tinha ainda a incumbência de induzir << a tropa [castelhana] a deserção >>. Utilizando como meios << de ficarem na sua liberdade [e] de algumas outras utilidades que lhe faço oferecer de dinheiro >>. A ofensiva marítima estava a cargo do comandante da Esquadra << atacando a Esquadra inimiga, ou que estivesse bloqueando o porto de Santa Catarina, para lhe embarçar os meios de subsistirem os que injustamente hoje o possuem >>. << Este o plano que eu tinha formado >>, completa o vice-rei. Luís de Almeida, ainda, recomendou a Mac Douall << evitar por todo o modo as intepreções que ele sempre tem dado, a todas as ordens que lhe tenho dirigido >>⁸⁵¹. Referia-se Lavradio às instruções de dezembro de 1776.

A 12 de junho, uma nova tragédia. A Esquadra do Sul, sob o comando de Mac Douall, zingrou com a intenção de fazer corso, e nessa aventura cometeu uma desastrosa manobra. Duas naus luso-brasileiras, acreditando perseguir o inimigo, romperam fogos cruzados. O capitão-de-mar-e-guerra José de Mello, que anteriormente fora enaltecido pelo marquês do Lavradio no apresamento e no encontro com a nau castelhana, dessa vez provocou um mal entendido. Sem perceber a aproximação da nau comandada pelo capitão Francisco Xavier Teles, julgando ser uma embarcação inimiga, lançou canhões. Nesse momento, << vendo o chefe que eram dois navios que se batiam, meteu-se entre eles para reconhecer quem era o inimigo. E continuando a

⁸⁵⁰ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 4/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 95-97, p. 96.

⁸⁵¹ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 30/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 97-100, pp. 97-98.

equivocações, se principiou de novo o ataque com José de Mello. E dentro em breve se tempo se achava a Esquadra toda junta >>, relatou o marquês do Lavradio ao governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, dizendo que, quando se deram por conta, as naus *Santo Antônio*, *Prazeres* e *Ajuda* estavam em meio ao fogo cruzado, somente com o << reconhecimento embarçou a continuação do combate, que poderia ser o mais lastimoso e causar toda a nossa desgraça >>⁸⁵².

Ao comunicar o ministro Martinho de Melo e Castro a ação da esquadra, Lavradio declarou: << Estas são daquelas equivocações que muitas vezes tem sucedido, e quase sempre sucedem quando as ordens são equivocadas >>, continua ele, << o que tudo nasce da falta de pratica de comandar, e de se não querer ouvir os pareceres daqueles que tem mais conhecimento, ou por pratica ou por estudos >>, referindo-se ao comandante da Esquadra⁸⁵³.

A infeliz ação causou graves consequências a Esquadra do Sul. O capitão-de-mar-e-guerra Francisco Xavier Telles morreu. << Uma bala, que entrou pela popa e lhe levou a perna >>. Ao relatar o infausto evento, Lavradio não deixou de salientar a importância do capitão, que mostrou << valor e constância >> e essas foram << a origem da sua morte >>⁸⁵⁴. O desventurado:

[...] não quis curar os primeiros instantes, até que se não acabava uma manobra que se tinha principiado para chegar-se mais ao inimigo; curou-se logo ao depois dela fazendo apressar a operação de lhe cortarem a perna, para vir com mais brevidade para cima, fez-se conduzir em uma maca e daquele mesmo modo esteve dando as suas ordens, até dar o último suspiro; fez todas as disposições de católico, com grandíssimo exemplo de toda a sua guarnição⁸⁵⁵.

José de Mello, quando soube do engano, em meio a nuvem de fumaça dos canhões, dos pedaços de madeira pela embarcação e por toda a sua volta, << ficou naquele desgosto e consternação >>. Francisco Xavier era parente de José de Mello. Dessa forma, não se conformava ver << morto por equivocação não só um seu camarada, mas um seu amigo e parente de quem era inseparável sempre que estavam

⁸⁵² Lavradio a Martim Lopes lobo de Saldanha, Rio de Janeiro, 3/08/1777, Manuscrito, BN-PT, Lisboa, In, Tau Golin, *A Fronteira*, 1763-1778 [...], p. 678.

⁸⁵³ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 30/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 97-100, p. 99.

⁸⁵⁴ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 30/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 97-100, p. 99.

⁸⁵⁵ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 30/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 97-100, p. 99.

em terra, e ainda na viagem o tempo que o mar lhe permitia irem para bordo um do outro >>⁸⁵⁶.

Quanto ao comandante da Esquadra, << veja que ao estado da confusão em que se pôs toda a Esquadra >>, escreveu Lavradio⁸⁵⁷.

As consequências não paravam por aí. Um voluntário que estava junto com Francisco Xavier também morreu no incidente. A nau *Santo Antônio*, da qual Mac Douall era comandante, ficou na maior << confusão e desordem >>. Quarenta homens queimaram as mãos com cartuchos << soltos sobre a tolda >>. Alguns morreram vítimas dos ferimentos. Na nau *Prazeres* danificaram-se as enxárcias, o pano e verificaram-se algumas balas no costado⁸⁵⁸.

O comandante da Esquadra novamente era o principal responsável, não só pelo logro defensivo, mas também pelos constantes problemas na organização de um plano ofensivo. Mac Douall considerava que os castelhanos tinham o controle de todo o porto da Ilha de Santa Catarina, sendo, dessa forma, impossível uma investida militar via marítima. Por essas e outras, Lavradio considerava o chefe o principal responsável << por conta dele tenha padecido tanto o Estado >>. No final, com receio do retorno e da leitura feita pelo governo lusitano pediu << a grandíssima prudência e superiores luzes de V. Exa. [Martinho de Melo e Castro] >>, além de desculpas << por algum ardor demasiado >>, ao expor a vergonhosa ação do comandante da Esquadra do Sul⁸⁵⁹.

Não demorou muito para avolumar as consequências da inércia da Esquadra do Sul frente à conquista castelhana na América Meridional. A 1º de agosto, ancoravam no porto da capital duas embarcações vindas da praça de Colônia do Sacramento, com trinta e oito dias de viagem. Através delas, o vice-rei teve a infeliz notícia << da tomada daquela Praça >>⁸⁶⁰. A coroa lusitana vivia dias de confusão e apatia, perdia o governante e um território importante. Era preciso agir diplomaticamente e julgar os responsáveis pelo logro defensivo. Um longo inquérito seria formado. O marquês do Lavradio, em meio ao risco de sofrer as punições da coroa, organizou o inquérito

⁸⁵⁶ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 30/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 97-100, p. 99.

⁸⁵⁷ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 30/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 97-100, p. 99.

⁸⁵⁸ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 30/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 97-100, p. 99.

⁸⁵⁹ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 30/06/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 97-100, p. 100.

⁸⁶⁰ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 4/08/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 100-103, p. 100.

processual, prendeu os comandantes nas fortalezas do Rio de Janeiro para, posteriormente, serem transferidos para Portugal, a pedido da própria rainha.

7.1.2 A demissão e a instauração da devassa

A fuga do porto da Ilha de Santa Catarina e os constantes erros estratégicos lançaram a administração do comandante da Esquadra do Sul em desgraça. Somando ao débil relacionamento com as autoridades coloniais. Nem mesmo a ordem de suspensão das hostilidades vindas de Lisboa eram capazes de minimizar o destino do desafortunado comandante irlandês Robert Mac Douall.

A colônia do Sacramento fora tomada. O Continente do Rio Grande corria risco. Em Santa Catarina, os castelhanos ocuparam o porto, a costa e toda a Ilha sem grandes dificuldades.

Estava lançada a confusão. A 21 de março, aportaram na Baía de Guanabara os oficiais presos na Ilha de Santa Catarina. Lavradio, sem comiseração, ordenou que fossem conduzidos presos às fortalezas do Rio de Janeiro, colocando-os incomunicáveis. A 1º de agosto, outro golpe: a notícia da entrega da praça de Colônia do Sacramento. Nesse momento, o vice-rei precisava tomar medidas enérgicas, principalmente em averiguar os envolvidos na << infame >> entrega da Ilha de Santa Catarina.

Ao receber a suspensão das hostilidades da coroa lusitana, Luís de Almeida passou a informação aos governadores das outras capitanias – Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Goiás – as mesmas ordens para cessar o envio de tropas. Ao comandante da Esquadra do Sul, expediu a fragata *Nossa Senhora de Nazareth*, comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra Tristão da Cunha Menezes, << para que fosse encontrar a Esquadra, e entregasse ao chefe >> a interrupção das ações militares na América Meridional e no Rio da Prata⁸⁶¹.

A Esquadra andava pela costa brasileira sem rumo e estratégia. A 31 de julho, ainda não tinha ancorado nas proximidades da Ilha de Santa Catarina, rompendo com toda a estratégia de contraofensiva elaborada pelo marquês do Lavradio e seus práticos instalados na Ilha e na capital, Rio de Janeiro. A 11 de agosto, quando recebeu << as

⁸⁶¹ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 11/08/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 103-104, p. 104.

ordens da suspensão de armas e hostilidades >>, doze horas depois, o marquês do Lavradio enviou o capitão Tristão da Cunha Menezes << fosse á altura da Ilha de Santa Catarina onde [...] julgava estar a Esquadra >> com o novo arranjo da guerra. A 15 do mesmo mês, soube na Ilha << não ter aparecido a Esquadra >>, com o receio do comandante, desordenadamente << ter passado ao Rio da Prata >>, prontamente, o vice-rei expediu << uma embarcação para aquela parte, repetindo ao chefe as mesmas ordens que lhe expedi por Tristão da Cunha >>⁸⁶².

Tardiamente, chegava a Lisboa a notícia do << infeliz sucesso da Ilha de Santa Catarina >>. A 22 de junho, a coroa lusitana ficou sabendo da capitulação efetuada pela comandância da Ilha. Lavradio, após a ancoragem das embarcações castelhanas com os oficiais luso-brasileiros no porto do Rio de Janeiro, iniciou um inquérito. Aguardava a presença do brigadeiro José Custódio, que ficou responsável pela entrega das bandeiras e demais pertences da coroa. Com a notícia de ter o brigadeiro seguido com os castelhanos rumo ao Rio da Prata, o vice-rei deu início à investigação.

Entretanto, o grande responsável pelo logro defensivo, para o vice-rei, era mesmo o comandante da Esquadra. José de Mello recebeu os louvores da rainha pelo apresamento da nau castelhana *Santo Agostinho*. Na ação de << caça >>, foi o principal responsável. Quanto a Mac Douall, nada de solicitude e deferência. Lavradio, em suas acusações, já redundantes, julgava a compleição do comandante: << parece impossível que aquele homem, haja de mudar do mau carácter que tem >>⁸⁶³. Para Luís de Almeida, a carta recebida pelo comandante da Esquadra do Sul, do marquês de Pombal, sobre os eventos no Rio Grande em 1776, é que tornaram aquele comandante insuportável.

Aos reais pés da Rainha minha senhora agradeço o que me determina a respeito do chefe, se eu tivesse tido há mais tempo estas ordens, e o mesmo chefe não tivesse tido, quando ele publicava, e esperava ser repreendido e castigado pela Corte, uma carta de agradecimento de tudo o que tinha feito, cheia de infinitas honras para quem tão pouco as tinha merecido, persuada-se V. Exa. que os nossos sucessos da América, nos não teriam sido tão desgraçados e injuriosos.

Aquela carta o pôs em uma tal altivez, que até aos mesmos povos se fazia insuportável; e como a mim se me recomendava prudência, e se me davam entenderes de que algumas intrigas é que tinham concorrido, para eu fazer menos conceito daquele oficial, dizendo-se-me que eu tivesse entendido ser

⁸⁶² Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 11/08/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 104-106, pp. 105-106.

⁸⁶³ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 25/08/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 106-108, p. 107.

ele um homem de muito merecimento, e que poderia fazer grandíssimos serviços ao Estado, eu não tive outro remédio que baixar a cabeça cheio do maior respeito, sofrer — calar — e obedecer⁸⁶⁴.

O vice-rei, com a perda da Ilha, decuplicou as queixas contra o comandante da Esquadra. Mac Douall era acusado de não executar as suas ordens, tornando-se o principal responsável pela perda. Lavradio, em suas cartas, pontuava a falta de cumprimento das obrigações por parte do irlandês. O insucesso defensivo foi causado pela relutância do comandante em empenhar esforços no projeto ofensivo: << teríamos reconquistado aquele importante estabelecimento que perdemos primeiro por culpa dele e em segundo lugar pela dos outros que podiam tão gloriosamente defendê-lo >>, escreveu o vice-rei⁸⁶⁵.

A 10 de setembro, Luís de Almeida reforçou ainda mais as acusações de desobediência do comandante. << Ao chefe bastava que fossem ordens minhas para as não executar, e nunca disto lhe tinha resultado maior desgosto, continuou a praticar o mesmo que sempre tem feito >>, escreveu Luís de Almeida. Segundo ele, Mac Douall continuava com << seus atrevimentos e desobediência >>. O vice-rei esclarecia a coroa lusitana a formação do inquérito para << depor e castigar >>. O comandante, ainda andava << tão manso e humilde que pode facilmente enganar todo aquele, que não tiver dele tanto conhecimento e pratica como eu, adquirida á custa dos mais dolorosos desgostos >>⁸⁶⁶. Sobre a relação do comandante com os comerciantes, segundo Lavradio:

Ele pretendeu agora para se bem quistar com as gentes do comércio, com quem tem praticado as maiores violências a respeito dos seus navios, que eu permitisse que se lhe desse da Esquadra as gentes que eles precisavam, não lhe concedi; permiti que as equipagens dos navios da Esquadra, que não tivessem por ora que trabalhar abordo dos seus navios, ou dos da Esquadra que estão fabricando, que estes pudessem ir ajudar a carga e crena dos navios mercantes, pagando-lhe os interessados aquele trabalho do mesmo modo, que costumavam pagar aos outros marinheiros quando os ocupavam naqueles serviços; como esta providência lhe pareceu boa procurou persuadir que ele ma tinha requerido, e que eu lha concedera muito contra a minha vontade,

⁸⁶⁴ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 25/08/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 106-108, p. 107.

⁸⁶⁵ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 10/09/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 108-110, p. 109.

⁸⁶⁶ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 10/09/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 108-110, p. 109.

porém como todos o conhecem a ele e a mim, não tem tirado grande fruto do seu trabalho⁸⁶⁷.

Ao ministro Martinho de Melo e Castro, reafirma sua laboriosa tarefa de empreender melhoramentos às embarcações. As naus *Prazeres*, *Santo Antônio* e as fragatas *Nossa Senhora do Pillar*, *Príncipe do Brazil* e *Princeza do Brazil* foram mandadas para reformar. << Eu continuo o trabalho e o serviço com o mesmo cuidado, e eficácia que antes da ordem de suspensão das armas, e assim continuarei até receber as ultimas ordens de V.Exa >>, finalizou o marquês do Lavradio⁸⁶⁸.

Aos poucos, o governo lusitano tomava conhecimento dos fatos ocorridos na América do Sul. Luís de Almeida recebeu autorização para tomar todas as medidas necessárias e averiguar, a ação dos responsáveis pela defesa da Ilha e puni-los exemplarmente pela perda das fortalezas. A Ilha de Santa Catarina era economicamente importante e estrategicamente crucial para manter o domínio das possessões da América do Sul.

A 22 de dezembro, a coroa tomou outras medidas. O ministro Martinho de Melo e Castro, em nome da rainha, pedia o comparecimento do coronel Robert Mac Douall, << lhe intime que a mesma senhora o há por escuso do comandamento da esquadra, de que era chefe >>, desautorizando qualquer serviço, deixando-o << sem comandamento algum >>. Ao marquês do Lavradio, somava a incumbência de << embarcar no porto >> do Rio de Janeiro, << em qualquer embarcação de guerra ou mercante >>, destinando o comandante ao Reino⁸⁶⁹.

Com ele, << a mesma senhora >> ordenava o envio << de todas as ordens e instruções >>. Tanto << dirigidas desta corte >>, como dadas pelo vice-rei << ao sobredito coronel de mar, para os diferentes serviços de que foi encarregado, particularmente para a defesa do porto de Santa Catarina >>. Juntando << os documentos por onde se mostre a execução que ele deu ás ditas ordens e instruções >>. Com toda a papelada agrupada e organizada, sequencialmente << se forme de todo um corpo de delito >>. Reunindo << um sumário de testemunhas, pelo qual autenticamente conste do comportamento do sobredito oficial >>. Organizado o sumário com a maior

⁸⁶⁷ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 10/09/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 108-110, p. 109.

⁸⁶⁸ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 10/09/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 108-110, p. 109.

⁸⁶⁹ Martinho de Melo a Lavradio, vice-rei do Brasil. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, 22 de dezembro de 1777, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 348-349; AHU_ACL_021, Cx. 4, D. 269.

brevidade, Lavradio devia remetê-lo à secretaria do Estado << no mesmo tempo em que o referido coronel sair desse porto >>⁸⁷⁰.

O mesmo destino tiveram os outros oficiais da Ilha de Santa Catarina. Presos nas fortalezas do Rio de Janeiro, isolados uns dos outros, deveriam ser levados a rigoroso inquérito. A ordem mais expressa era de << processar e sentenciar >> o marechal Antônio Carlos Furtado de Mendonça, << e os mais oficiais que com ele se achavam na infeliz entrega da mesma ilha >>. Luís de Almeida tinha ordem para enviar todos os documentos, relatórios e demais papéis a secretaria do Estado⁸⁷¹.

7.1.3 O inquérito da devassa e o julgamento

O principal acusado pela perda da Ilha de Santa Catarina era Robert Mac Douall, comandante irlandês a serviço de Portugal, tinha a missão de defender os portos da América, principalmente na região do Atlântico Sul. Mac Douall não foi capaz de conter o avanço da Armada castelhana, organizada no porto de Cádiz, em 1776, e, muito menos, manter a Esquadra do Sul, sob seu comando na costa marítima que dava acesso à Ilha de Santa Catarina e a todo território da América Meridional. Mac Douall era acusado por Luís de Almeida de ser intransigente, irresponsável, << petulante, descomedido, desrespeitoso, altivo, sem o bom governo de suas sensibilidades, não poderia ser um bom governador à frente de uma esquadra >>⁸⁷².

Logo após desembarcarem no Rio de Janeiro, os comandantes e oficiais luso-brasileiros foram mantidos sob custódia. No entanto, o tratamento dado a Mac Douall era diferente. Por não ser português Luís de Almeida receou mantê-lo preso. Aguardava as ordens de Lisboa. Enquanto isso, Mac Douall seguia no comando da Esquadra e recebendo ordens da capital, mesmo contrariado. Para o vice-rei, era o principal responsável pelo logro defensivo.

Ao contrário, Mac Douall, em suas correspondências dirigidas ao Reino e ao próprio vice-rei, justificou sua saída repentina do porto da Ilha de Santa Catarina como

⁸⁷⁰ Martinho de Melo e Castro a Lavradio. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, 22/12/1777, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 348-349; AHU_ACL_021, Cx. 4, D. 269.

⁸⁷¹ Martinho de Melo e Castro a Lavradio. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, 22/12/1777, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 348-349; AHU_ACL_021, Cx. 4, D. 269.

⁸⁷² Adriana Angelita da Conceição, *Sentir, escrever e governar*, A prática epistolar e as cartas de d. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779), Tese de doutoramento em História Social, Universidade de São Paulo, 2011, p. 305.

uma ação de preservação da Esquadra. Seu principal argumento era de manter as embarcações em segurança. Além disso, argumentava com as ordens dirigidas por Sebastião José, em 1776.

Somente em dezembro de 1777, a coroa lusitana resolveu tomar outras medidas, destituindo do cargo de comandante da Esquadra, Robert Mac Douall. Lavradio ficara incumbido de enviar – com cartas, ofícios, instruções – o comandante para a presença da rainha. Sem exigências, Martinho de Melo e Castro ordenava apenas que fosse << em qualquer embarcação de guerra, ou mercante >>⁸⁷³.

O vice-rei comunicou o comandante a decisão vinda de Lisboa. Mac Douall foi destituído do comando da Esquadra. A 18 de maio de 1778, Luís de Almeida recebeu as recomendações da coroa lusitana. Ao ministro Martinho de Melo e Castro comunicou as ordens dadas ao comandante da Esquadra e a formação de um corpo de delito. Como desembargador, nomeou Nicolau Joaquim de Miranda e Silva. Este tinha o dever de organizar o processo do comandante da Esquadra. Após a ordem de Lisboa, o corpo de delito foi elaborado ainda no Rio de Janeiro. O vice-rei prontamente reuniu todas as informações, ordens, cartas, tanto dele quanto as enviadas pela coroa lusitana⁸⁷⁴. Com os documentos, formado o corpo de delito, seriam remetidos junto com Mac Douall para Lisboa. Ao desembargador reforçou o desejo vindo de Lisboa e as ações que seriam tomadas:

A rainha minha senhora me ordena em ofício de 22 de dezembro do ano passado de que remeto cópia de eu declarar ao coronel Robert Mak Douall que a mesma senhora é servida escuzalo de chefe e comandante da Esquadra que se acha neste Porto, haja de fazer passar sua Real Presença uma Coleção e Resumo de todas as Ordens e Instruções, assim dirigidas da Corte, como dadas por mim ao sobredito Coronel, para os diferentes serviços de que foi encarregado principalmente para a defesa do Porto de Santa Catarina juntando lhe os documentos por donde se mostra a Execução q ele deu as sobreditas Ordens e Instruções, ou arrogância e desobediência com que as iludio, e q de todos estes Documentos se forme um corpo de delito, e se proceda imediatamente a um Sumário de Testemunhas pelo qual autenticamente conste do comportamento do sobredito oficial, cujo Sumário devo remeter a Mesma Corte na ocasião em q o sobredito Coronel sair deste Porto⁸⁷⁵.

⁸⁷³ Martinho de Melo e Castro a Lavradio, Lisboa, 22/12/1777, AHU_ACL_CU_021, Cx. 4, D. 269.

⁸⁷⁴ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 18/05/1778, AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.

⁸⁷⁵ Coleção das Ordens, e Instruções dadas a Roberto Mak Donall, encarregado da defeza do Porto de Santa Catharina que à R. Presença da Raynha fes subir o Marquez de Lavradio Vice-Rey no Rio de Janeiro, por Ordem da mesma Senhora / [por] Roberto Mak Donall .- Rio de Janeiro, 1775-1777 . Carta do vice-rei marquês do Lavradio ao desembargador Nicolau Joaquim de Miranda e Silva, Rio de Janeiro, 11/04/1778, p. 2.

Em um mês, formou-se o processo no Rio de Janeiro. A 11 de abril, quando comunicou o desembargador Nicolau Joaquim de Miranda e Silva sua nomeação << para fazer esta diligência >>, remeteu << os papéis e documentos inclusos >>. O vice-rei engendrou a condenação ao ex-comandante. Dizia ele fazer tudo para dar << maior clareza >> aos fatos. Contudo, justificava, declarando << os apontamentos que me parecem mais precisos >>⁸⁷⁶.

Luís de Almeida encontrou, na carta de 22 de dezembro, a brecha que precisava para incriminar Mac Douall. A coroa lusitana não pedia apenas as ordens, cartas e instruções, mas que o vice-rei organizasse toda a documentação e juntamente com ela enviasse o próprio ex-comandante. Os << apontamentos >> eram seus. As cartas foram escolhidas por Luís de Almeida, direcionando todo comando do capitão-de-mar-e-guerra.

Segundo Luís de Almeida, a organização das cartas e as instruções eram para << melhor >> servir ao desembargador. Joaquim Nicolau tinha em suas mãos, segundo o vice-rei, o instrumento para << dirigir as perguntas q fizer as testemunhas a respeito de toda a conduta, que teve aquele oficial, durante o tempo que comandou a Esquadra >>⁸⁷⁷.

Na organização do *corpo de delito*, Lavradio destacou correspondência por correspondência. Reuniu um apenso, nomeadamente, em letras: A, B, C, sucessivamente, por exemplo:

[...] os Apenso marcados com a letra A; o primeiro mostra a Carta Régia dirigida ao coronel-do-mar Robert Mak Douall, em q lhe da a Comição de Comandante da Esquadra, e de todas as Embarcações q a ela se juntarem, e q se lhe ordena árvore o seu pavilhão na nau Ajuda, logo que ela chegar, a onde o conservara até o mudar para a nau S^{to} Antonio, quando ela chegar, e se teordena nela tudo o mais, q consta da Dita Real Carta; e o segundo o Plano Militar a Respeito da Esquadra⁸⁷⁸.

O apenso com a letra B mostra a ordens dadas do marquês do Lavradio a Mac Douall. Os dois documentos marcados com o << N2 >> mostram << um ordem, que eu dirigi ao chefe a primeira vez q saio deste Porto, e os diferentes serviços, q lhe determinei, e a outra ordem, q dirigi ao chefe para ir, ou mandar comboiar ao Rio da

⁸⁷⁶ Colecção das Ordens, e Instruçãoens dadas a Roberto Mak Donall [...], Rio de Janeiro, 11/04/1778, p. 2.

⁸⁷⁷ Colecção das Ordens, e Instruçãoens dadas a Roberto Mak Donall [...], Rio de Janeiro, 11/04/1778, p. 2.

⁸⁷⁸ Colecção das Ordens, e Instruçãoens dadas a Roberto Mak Donall [...], Rio de Janeiro, 11/04/1778, p. 2.

Prata as embarcações, em q ia o Governador, e mais socorros para a Praça da Colônia >>, escreveu o marquês.

O apenso com a letra C era um << bando >> entregue ao << chefe >>. No apenso D, Mac Douall avisa Lavradio de sua chegada à Ilha de Santa Catarina; o E, representa o << Estado dos Navios >> e << a resposta, q teve do Governador de S^{ta} Catarina >>; o F << é a carta do chefe, dando me conta de ter chegado as embarcações para a Colônia >> e das embarcações destinadas à defesa do Rio Grande. O apenso G << é a resposta do chefe a Esquadra das três pequenas embarcações em q remete o mas Estado das Fragatas de Pernambuco, Galeão, e Princeza do Brazil, não as julgando capazes de outros serviços, que não seja de servirem de Hospitais ou ficarem, como Batarias nadantes defendendo o Porto de S. Catarina >>. O documento << N1 >> faz referência a uma << participação >> do comandante da Ilha de Santa Catarina, o brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça, com o general do Rio Grande, João Henrique Boehm. Lavradio anota, nesta carta: << principia a falar no tom altivo, q sempre teve >>. O apenso H é a resposta do vice-rei. A letra I dá conta da viagem de Mac Douall ao Rio da Prata. Os vários apensos são seguidos das cartas comentadas pelo marquês do Lavradio⁸⁷⁹.

Na devassa, formada por Luís de Almeida, o ex-comandante da Esquadra era o principal alvo e o seu principal opositor. Vale lembrar que o corpo de delito desenvolvido pelo vice-rei, posteriormente, foi o principal instrumento utilizado no Conselho de Guerra em Lisboa.

Na construção narrativa de D. Luís de Almeida [marquês do Lavradio] ao desembargador Miranda e Silva constata-se como o vice-rei fez uso de juízos e acusações direcionados ao comandante, ignorando, totalmente, os problemas da esquadra: diminuta em quantidade, fraca em peças de guerra, repleta de estragos e com embarcações velhas ou não preparadas para o combate. Todas estas questões foram sutilmente ignoradas para dar lugar à delação do vice-rei⁸⁸⁰.

Um mês após o *corpo de delito*, o processo contra o comandante tomava outra proporção. Deixou definitivamente o comando da Esquadra para responder no Reino as

⁸⁷⁹ Colecção das Ordens, e Instruções dadas a Roberto Mak Donall [...], Rio de Janeiro, 11/04/1778, p. 2-4.

⁸⁸⁰ Adriana Angelita da Conceição, *Sentir, escrever e governar*, A prática epistolar e as cartas de d. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779), Tese de doutoramento em História Social, Universidade de São Paulo, 2011, p. 306.

acusações levantadas pelas autoridades fluminenses. Contra Mac Douall pesavam as defesas dos portos da América do Sul e a fracassada estratégia de ataque a Montevideu.

Em maio de 1778, Mac Douall foi enviado para Lisboa. Mantido preso aguardava o andamento do processo. Seis meses depois, ou seja, a 4 de novembro de 1778, a rainha assinou um decreto, a elaboração de um Conselho de Guerra para julgar os procedimentos do comandante na defesa do porto da Ilha de Santa Catarina. Para redator do processo foi nomeado o desembargador Guilherme Baptista Garvo, auditor-geral da Marinha. Chamado ao palácio da Ajuda, recebeu a incumbência de organizar o processo contra o ex-comandante da Esquadra do Sul. Com Guilherme Garra, faziam parte do Conselho de Guerra os coronéis-de-mar Francisco Miguel Ayres e Gaspar Pinheiro da Câmera, e também os capitães-de-mar-e-guerra Manuel de Mendonça e Silva, Bernardo Ramires Esquivel, Guilherme Roberts e José de Souza Castelo Branco, e os capitães-tenentes Gabriel Franch Fallon, Diogo Ball e Fernando José Hacer⁸⁸¹.

Acompanhava o decreto da rainha o *corpo de delito* elaborado por Luís de Almeida no Rio de Janeiro. O Conselho de Guerra, partiu justamente do inquérito elaborado pelo vice-rei. Acusava-o de intransigente e de elaborar ordens a sua maneira, reticente às ordens elaboradas no Rio de Janeiro.

Por outro lado, as instruções dadas por Lavradio no Rio de Janeiro, a 9 de dezembro, estavam com o comandante. Mac Douall comentou cada capítulo. Em suas bordas laterais, colocava em dúvida os planos do vice-rei e sua estratégia de defender os portos. Queixava-se da falta de embarcações, das promessas não cumpridas por Luís de Almeida e da sua falta de conhecimento do porto da Ilha de Santa Catarina. Dizia ser impossível defender o porto de uma força de << 110 embarcações >>.

A primeira acusação sofrida pelo ex-comandante era de indisposição de comando. Guilherme Baptista Garvo, ao principiar a redação do processo, justifica a decisão da rainha. << Servindo por mais de três anos >> Mac Douall tinha a incumbência de << defender os Portos da América >>, entretanto << constando que o dito chefe não havia desempenhado as obrigações do seu cargo, faltando a dar a devida execução as ordens de que fora encarregado >>, a rainha tomou a providência << de mandar ao marquês do Lavradio capitão-general-de-mar-e-terra, e vice-rei do Estado do Brasil >>, para que << suspendesse >> Mac Douall << do posto que ocupava,

⁸⁸¹ Processo e sentença, em Conselho de Guerra, contra o Coronel de Mar Roberto Macdonall, Coleção Marquês D'Angeja, *BACL*, Cf. manuscrito n.º 630 da Série Azul, pp. 1-2.

procedendo-se o sumário de testemunhas, fosse remetido a esta Corte, com os documentos, ordens, e cartas, que dela lhe haviam ido dirigidas, o qual sumário, Capensos baxaram com o Real Decreto dado em quatro de novembro deste ano [1778] >>. Dessa forma, a rainha determina:

[...] que o dito coronel de Mar Roberto Macdovall seja processado, e sentenciado em um Conselho de Guerra, servindo de Corpo de delito, a conta, ordens, e instruções, que emanaram desta Corte, e as em que consequência delas, deu o referido marquês, vice-rei ao dito coronel p.^a os diferentes serviços de que foi incumbido, m.^{to} particularmente as que se lhe expediram, com datas de nove, e vinte e nove de setembro de mil setecentos setenta e seis, para a defesa da Ilha de Santa Catarina, com documentos, contas, cartas topográficas, e depoimentos das testemunhas relativas á mesma matéria; para que sendo tudo visto e examinado no mesmo Conselho de Guerra, ser o Re perguntado segundo a ordem dos interrogatórios que se acham no Referido sumário, ou como parecer, mais conveniente, fazendo-se todas as mais diligências, e exames que parecerem necessárias, para mais averiguassem da verdade⁸⁸².

O decreto da rainha e o *corpo de delito* foram enviados ao capitão-de-mar-e-guerra Antônio de Sales e Noronha. Este, prontamente, ordenou a instalação do Conselho de Guerra. Os capitães-de-mar-e-guerra Guilherme Roberts e José de Souza Castello Branco⁸⁸³ foram indicados como interrogantes. A 9 de dezembro de 1778, o Conselho de Guerra finalizou o Auto do Corpo de Delito, com 31 acusações, ao qual Mac Douall tinha de responder e o Conselho emitir o parecer, julgando o ex-comandante como culpado ou inocente.

Os itens citavam todo comando militar de Mac Douall a frente da Esquadra do Sul, desde a entrada no canal do Rio Grande, em 1776, até a vergonhosa fuga do porto da Ilha de Santa Catarina durante a chegada das tropas castelhanas. Respondia entre os principais itens:

- O combate naval e desordem durante a entrada no canal do Rio Grande, de 19 de fevereiro de 1776.
- A defesa do porto da ilha de santa Catarina durante a conquista castelhana de 1777.
- As informações enviadas ao vice-rei a respeito das embarcações estarem arruinadas: reforma da nau *Ajuda* com uso de madeira inapropriada, insistência de que a

⁸⁸² Processo e sentença [...], pp. 4.

⁸⁸³ Este foi substituído em 7 de maio de 1779 por Gonsallo Lourenso Botelho e Castro.

nau *Santo Antônio* não tinha condições de navegabilidade, construção sem autorização do Rio de Janeiro da chalupa *Expedição* no Porto de Santa Catarina.

- Desobediência as ordens dadas pelo vice-rei para tratar os oficiais com << moderação e civilidade >> além da acusação de nomear mestres e pilotos para a patente de capitão tenente e injúrias aos oficiais da marinha.

- Informações << fantasiosas >> sobre o número de embarcações castelhanas no Porto de Montevideo assim como um mapa do mesmo << somente pela sua fantasia >>.

- Ação de corso no Porto de Santa Catarina sem deixar naus e fragatas para continuar o corso após acompanhar a nau espanhola *Santo Agostinho* até o Rio de Janeiro.

- Na segunda ação de corso ao entrar no Porto da Ilha << onde estavam fundeadas vinte e tantas naus da esquadra inimiga, as quais desafiou >>, Mac Douall evitou o combate e saiu << para o mar entre a ilha do arvoredos e Canavieiras, sem fazer hostilidade >>.

- Na terceira e última ação de corso realizada na Ilha com a esquadra no mês de julho de 1777 não fez mais << que observar a força do inimigo >> justificando << incapacidade dos navios >> que << verdade não tinham ruína que lhe impedisse >>.

- Sobre arrecadação da Fazenda Real haviam dúvidas por que << os livros dela andavam na maior desordem >>⁸⁸⁴.

A 22 de dezembro, o Conselho admitiu Diogo Carvalho Lucena como advogado de defesa de Mac Douall. Logo deu início aos interrogatórios. Foram quatro sessões em dezembro de 1778 e mais quatro em janeiro de 1779. A cada questão, Garvo apresentava uma série de correspondências entre o vice-rei e o ex-comandante. Apoiado nas respostas das testemunhas, em grande parte, Mac Douall foi considerado inocente. Ao que pesa a Ilha de Santa Catarina, apareceram contrariedades entre as ordens dadas e as praticadas. Balançavam aqui as considerações de Mac Douall com relação às instruções recebidas pelo marquês do Lavradio.

As ordens de 9 e 29 de setembro de 1776 foram debatidas. Entretanto, as objeções pautaram a resposta do comandante ao vice-rei. Junto com as cartas vinha << um plano de instruções >>. A esse, Mac Douall rapidamente fez << as suas objeções >>. Essas ordens formavam o principal objeto para a averiguação. O Conselho lembra que o réu << fizera as suas objeções >> dizendo ser << impraticável a cadeia de bateria

⁸⁸⁴ Ver anexo 4.

flutuantes >> entre as ilhas de Anhatomirim e Ratones << como determinavam as ordens da corte >>⁸⁸⁵.

Para Mac Douall, uma cadeia flutuante não só era inviável como impraticável. As naus de guerra deviam proteger as embarcações e não o contrário. << A nossa pequena esquadra deve ficar solta de toda a sorte para aproveitar qualquer vantagem que o vento ou manobra pode lhe dar para embaraçar o formidável inimigo >>, declarou Mac Douall em seu depoimento, << ou para só retirar em caso que não achem semelhante ocasião, e não perdermos estas que temos, quando não podemos recrutar com mais ou aproveitara ocasião de atacar a alguma parte do Rio da Prata em quanto elas estiverem em Santa Catarina >>⁸⁸⁶. Outros comandantes deram o mesmo parecer, segundo eles:

[...] depõem ser impraticável a cadeia de bateria flutuantes, ou entre, a Ponta Grossa, e Anhatomerim ou entre esta, e a de Ratones; as quais fortalezas não impediam a passagem da Armada inimiga, porque não cruzam as balas de umas para outras Fortalezas, a dita cadeia de embarcações pequenas não podiam resistir a artilharia grossa da Armada Inimiga; nem as Fortalezas nem a Esquadra naquela puzitura?, podiam impedir o desembarque que os inimigos fizeram nas Praias das Canavieiras; Que nossa Esquadra não tinha gente demais para auxiliar a tropa de terra, que atirar alguma ficava esta enfraquecida, e tirando-a toda seria preciso queimar as naus da Esquadra para o Inimigo se não utilizar delas: que estando a nossa Esquadra no Recôncavo de São Miguel não poderia sair sendo bloqueada pelo inimigo sem perigo evidente; era também impraticável o formar-se a dita cadeia porque no Rio de Janeiro, não havia embarcações nem sobresselentes de cabos, ancoras e o mais que era preciso para a construção da referida Linha de baterias flutuantes, e ainda que os houvesse, e se procurassem nos mais Portos do Brasil não se podiam nunca aprontar, no tempo competente⁸⁸⁷.

O sistema defensivo em terra também era criticado por Mac Douall, o que não era novidade. Desde a sua chegada, o comandante criticou a formação das cidadelas e suas guarnições. Além disso, a Ilha tinha ótimas praias para ancoragem, sendo assim impossível manter uma vigilância constante.

Eu torno a repetir que as Fortalezas não valem nada em quanto não houver tropa em terra para defenderem o desembarque, o que é impossível, porque tanto da Ilha, como da terra firme não há meia légua sem boas praias para desembarque e caminho para marcharem de trás das Fortalezas a sua vontade para a vila que tem bem pouca defesa⁸⁸⁸.

⁸⁸⁵ Processo e sentença [...], p. 69.

⁸⁸⁶ Processo e sentença [...], p. 77.

⁸⁸⁷ Processo e sentença [...], p. 81.

⁸⁸⁸ Processo e sentença [...], p. 78.

A maioria das testemunhas não apenas aceitou às queixas do comandante, como afirmou ser << verdade >> boa parte delas. Segundo o Conselho de Guerra, << das testemunhas do sumário >> que depuseram ao interrogatório << cinquenta e três afirmam que as objeções do réu são mais conforme a verdade respectiva a situação e praias do porto, e Ilhas de Santa Catarina do que o plano de instruções vindo da corte >>. Ao local determinado para a formação das baterias flutuantes, os depoentes opinavam: << não podiam impedir o desembarque aos inimigos no lugar e onde o fizeram >>⁸⁸⁹.

Mac Douall, durante a comandância da Esquadra do Sul, queixou-se insistentemente da falta de embarcações. Durante o Auto do *Corpo de Delito*, no Rio de Janeiro, Lavradio habilidosamente tentou fugir dessa questão. Contudo, o Conselho de Guerra rememorou e novamente as reclamações do comandante vieram à tona. Dizia ele: << não consta em todo o sumário que se principiassem aprontar no Rio de Janeiro aquelas embarcações para formar a cadeia na forma recomendada na ordem de nove de setembro >>⁸⁹⁰.

Aos poucos, as acusações de Luís de Almeida a Mac Douall foram esquecidas. O Conselho de Guerra, na prossecução do processo acusatório, reconhecia a insuficiência de provas, como queria o vice-rei, contra o ex-comandante da Esquadra do Sul. O Conselho chegou à conclusão de que << se não prova que o réu recebesse aquelas últimas ordens da carta datadas em nove, e vinte e nove de setembro dirigidas ao marquês do Lavradio >>, pois este << leu somente >> a Mac Douall⁸⁹¹. Portanto, o comandante não podia ser considerado o responsável pelo logro defensivo na Ilha de Santa Catarina porque não tinha recebido todas as ordens vindas de Lisboa.

A sentença final inocentava Mac Douall de todas as acusações. Até mesmo dos livros da Fazenda, em poder da Esquadra, considerados em desordem. Garvo considerou o ex-comandante inocente de todas as 31 acusações. O seu parecer final confrontava diretamente com a imagem dada pelo vice-rei. Concluiu o desembargador e auditor-geral da Marinha, em 7 de maio de 1779, dizendo:

[...] examinei as ordens que lhe foram dirigidas as de nove e vinte e nove de setembro de mil e setecentos e setenta e seis, não se prova que lhe fossem dadas, nem que se mandassem aprontar, aquelas embarcações, e mais

⁸⁸⁹ Processo e sentença [...], p. 78.

⁸⁹⁰ Processo e sentença [...], p. 81.

⁸⁹¹ Processo e sentença [...], p. 88.

petrechos, indicados no plano de instruções sem os quais se não podia executar as últimas ordens de onze de Dezembro de mil e setecentos e setenta e seis que se deram ao réu para rebater as forças Navais dos Inimigos, e defender todos os Portos que estes fossem atacar; estas ordens como das mesmas se vê, não são ordens positivas que obrigassem ao réu a todo o risco, até a última extremidade, mas somente do modo possível e não com forças desiguais, e muito superiores, como eram as do inimigo; o que se prova por todas as testemunhas, como também que o réu andou sempre a vista da Esquadra inimiga que se conservou sempre unida não tendo nunca ocasião o Reo para os atacar, e seria a temeridade, o fazê-lo a vista do que tendo cumprido com as obrigações de Fiscal passo sem receio a exercer o ofício de juiz, prestando o meu voto; e porque das testemunhas deste processo consta que o Reo foi um hábil, e experimentado comandante infatigável no Real serviço, que conservara sempre a sua Esquadra, em boa ordem e disciplina fazendo se muito respeitado de todos os oficiais zeloso da arrecadação da Real Fazenda, evitando, e não permitindo os descaminhos da mesma no que era muito altivo, como afirmam todas as testemunhas; o que tudo e visto, e não constar que o Réu nas ocasião que se lhe ofereceram, e constam do sumário, se portasse, com frouxidão, ou desânimo; por tanto voto que o Réu seja solto da prisão em que atualmente existe ficando por este modo habilitado para exercer todas aquelas funções que pela sua Patente lhe são permitidas >>⁸⁹².

A 14 de maio, o desembargador e auditor-geral da Marinha finalizava a sentença. Em 259 páginas, Guilherme Baptista Garvo declarou Mac Douall inocente das acusações. << Portanto sendo tudo visto pelos vogais deste Conselho de Guerra, e não achando ao Réu compreendido em alguns dos Artigos do regulamento Militar da Tropa especificados no relatório deste processo julgando ao Réu se culpa pela pluridade de votos se decidiu fosse solto da prisão em que atualmente existe >>⁸⁹³.

Menos de um mês depois do resultado do Conselho, a *Gazeta de Lisboa* noticiava a absolvição do comandante. << O Coronel de mar Mac Douall, sendo absolto pelo Conselho de Guerra dos crimes que lhe imputavão, foi posto em liberdade no dia 26 do mês passado [26/06] >>⁸⁹⁴.

A *Gazeta de Lisboa* voltou a citar Mac Douall. << Foi S. M. servida por Decreto de 3 de Dezembro [1779] confirmar no posto de Coronel de Mar a Roberto Mac Douall, de que lhe fizera mercê seu Augusto Pai >>⁸⁹⁵. Em seis meses, todo o processo contra Mac Douall foi finalizado. O mesmo não aconteceria com os outros comandantes da Ilha de Santa Catarina, que nesse momento permaneciam presos nas cadeias do Rio de Janeiro.

⁸⁹² Processo e sentença [...], pp. 120-122.

⁸⁹³ Processo e sentença [...], p. 130.

⁸⁹⁴ Jornal *Gazeta de Lisboa*, HML, Lisboa, 1º/06/1779.

⁸⁹⁵ Jornal *Gazeta de Lisboa*, HML, Lisboa, 17/12/1779.

Após receber liberdade, Mac Douall voltou aos mares. Dois anos após o evento, retornava à costa brasileira comandando uma fragata inglesa sob o oficialato da *Royal Navy*. A 4 de maio de 1781, Mac Douall já estava integrado à marinha britânica. Com uma fragata de 28 peças, aportou na Baía de Guanabara para reabastecer de aguada e produtos frescos. Vasconcelos, no cargo de vice-rei do Brasil, desconfiado das ações do comandante, não permitiu a ancoragem. O abastecimento foi efetuado sob o fogo da fortaleza de Santa Cruz. A *Gazeta de Lisboa* noticiou o evento:

Por um navio, que entrou na barra do Porto, vindo do Rio de Janeiro, se receberão aqui cartas daquela Colônia, com data de 8 de Maio, as quais dão notícia de ter ali aportado a 4 do mesmo mês uma fragata Inglesa de 28 peças, comandada por Mr. Mac'Duell, a qual depois de fazer aguada, e receber refrescos, que o Vice-Rei lhe mandou aprontar, sem do seu bordo irem a terra, se fez á vela a 8. Dizia-se ali que a dita fragata se havia separado de uma Esquadra da mesma Nação, composta de várias naus de linha, e fragatas, comboiando uma frota de transportes, e fazendo em tudo 136 velas, com destino, segundo se supunha, para o Rio da Prata⁸⁹⁶.

O navio inglês ficou ancorado por três dias. Mac Douall aprisionou uma embarcação castelhana – o que não havia feito durante toda a comandância da Esquadra do Sul, fez na *Royal Navy* – e entregou às autoridades luso-brasileiras, quase como um pedido de desculpas pelos erros cometidos na defesa da Ilha de Santa Catarina. << Ficara em terra um espanhol, que pertencera a uma presa da mesma nação feita pela esquadra inglesa, o qual dava notícia que aquele armamento se compunha de três divisões, uma destinada ao Rio da Prata, outra para ir pelo mar pacífico acima, e a última para o cabo da Boa Esperança >>⁸⁹⁷.

⁸⁹⁶ Jornal *Gazeta de Lisboa*, HML, Lisboa, 21/08/1781.

⁸⁹⁷ Lisboa, 11/09/1781, *Noticias Historicas de Portugal e Brasil (1751-1800)*, Coimbra, Coimbra editora, 1964, pp. 126-127.

7.2 FURTADO DE MENDONÇA: O CASO DO << CAVALHEIRO INFELIZ >>

Como sabemos, enquanto a defesa marítima estava a cargo do comandante da Esquadra do Sul, Robert Mac Douall, em terra, a Ilha estava representada por um governo dual. Antônio Carlos Furtado de Mendonça – responsável pela chefia militar da Ilha – dividia a governação com Pedro Antônio da Gama Freitas – no papel de governador. O marechal, pela sua experiência militar e fidalguia, foi nomeado pela coroa lusitana, enquanto o governador – próximo do vice-rei – foi nomeado pelo próprio Luís de Almeida.

Furtado de Mendonça, durante a administração militar da Ilha (1775-1777), travara debates calorosos tanto com o governador, como com Luís de Almeida. Acusava o vice-rei de proteger Pedro Antônio. Após a invasão castelhana, a difícil relação entre as duas autoridades coloniais decuplicaram. O marechal acusava o marquês de Lavradio de cercear seu direito de defesa. E, ainda, de direccionar a devassa contra a sua pessoa, preservando a imagem do governador e do próprio Luís de Almeida. Contra a ação abusiva das autoridades governativas lançou uma série de autos, justificativas e pedidos de clemência. No final os militares responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina, o governador da praça de Colônia do Sacramento foram levados para o Rio de Janeiro onde responderam a devassa instaurada por Luís de Almeida. Essas e outras questões veremos no capítulo que segue.

7.2.1 As prisões no Rio de Janeiro

Após entregarem as bandeiras e todo o armamento da coroa lusitana, os oficiais luso-brasileiros foram colocados nas embarcações castelhanas e levados ao Rio de Janeiro. Na Ilha, para negociar com os espanhóis, ficou o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria e mais militares menores. A 21 de março, chegavam ao porto do Rio de Janeiro, transportados << por umas embarcações mercantes >>, Furtado de Mendonça, Pedro Antônio da Gama Freitas e outros oficiais. O desgaste do governo foi total. Estacionados no porto, nas embarcações castelhanas, os oficiais lusitanos sabiam das consequências. Furtado de Mendonça, pediu ao governador Pedro Antônio da Gama Freitas explicar a Luís de Almeida as causas da capitulação, porém o marquês do Lavradio recusou recebê-lo. Quem antes era um protegido seu, agora, fazia parte dos

acusados. O vice-rei ordenou aos seus oficiais que prendessem todos os militares vindos da Ilha de Santa Catarina nas fortalezas da capital. Lavradio, pela << vergonhosa capitulação >>, efetuada principalmente pelo << infeliz gen.^{al}, e comandantes >> da Ilha, foram colocados << todos estes infelizes presos, e recolhidos as fortalezas desta cap.^{al}, até se fazerem as averiguações precozas em caso semelhante, e el Rei meu S.^{or} resolver a este respeito o q.^e for servido >>⁸⁹⁸.

Os militares deixaram tudo para trás. Ao rumar para a terra firme, Furtado de Mendonça diz que << deixou todo o seu móvel, nas casas de Santa Catarina, como e cadeiras, e mesas, bufetinhos, comodas, camas, e ainda na dispença mt.^a coisa >>. Além de << dois maços de cartas do marquês vice-rei umas escritas até o fim de agosto de 75, do tempo do g.^{or} Fran.^{co} de Souza de Menezes >>. Tinha ainda << outro maço >>, que remontava o período da administração do governador Pedro Antônio da Gama Freitas, no qual << se lhe participava tudo, e a ele é que se lhe ordenara mandasse assentar Praça as recrutas eu hião, e sucedeu algumas vezes, remeterem-se algumas recrutas, sem se dizer que se avizava ao governador, mas o ajud. general, lhe participava em carta separada >>⁸⁹⁹.

A 24 de março, três dias após a chegada dos oficiais na Baía de Guanabara, Luís de Almeida comunicou oficiais e governadores a prossecução das suas ações. Ao noticiar ao governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo Saldanha, também correspondeu ao coronel do Exército do Sul, João Henrique Boehm. A ele, acrescentou a prisão dos oficiais pelo insucesso defensivo na Ilha de Santa Catarina. Ao mesmo tempo, o vice-rei lançava pressão sobre o trabalho defensivo do comandante das tropas⁹⁰⁰. Ao governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes, monologou um longo ofício. Nele, demonstrou todo o descontentamento com os comandantes da Ilha, principalmente com o marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Chamado por Lavradio de << infeliz general >>, o comandante avisou o vice-rei << a resolução de largar [a Ilha] e as fortalezas, depois de se ter trabalhado há 2 anos com o maior vigor e despreza, para se fortificar em forma, que podesse defender-se >>⁹⁰¹.

⁸⁹⁸ Lavradio a Martim Lopes Lobo Saldanha, Rio de Janeiro, 24/03/1777, manuscrito, BN-PT, Ver documento biblioteca nacional, manuscrito, p. 171.

⁸⁹⁹ Papéis vários acerca do marechal de campo, Antonio Carlos Furtado de Mendonça (1777), ANTT, Coleção MNEJ.

⁹⁰⁰ Lavradio a Böhm, Rio de Janeiro, 24/03/1777, In, Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, *ABNRJ*, v. 97, 1977, p. 28.

⁹⁰¹ Lavradio a Manuel da Cunha Menezes, Rio de Janeiro, 24/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 348-350, p. 348; Documentos referentes ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar, p. 349.

Na carta, eximia-se de qualquer culpa. Expunha o seu trabalho e explicava a Manuel da Cunha Menezes que o comandante da Ilha agiu arbitrariamente, convocando Conselhos de Guerra para capitular a Ilha.

[...] tendo-a eu fornecido até não só de mantimentos mas até mandado boticas particulares, para cada uma das fortalezas, para que não dependessem de couza nenhuma da Iha: sem atender a couza alguma destas, convicou um conselho, ou um conciliabulo, propondo largar a Ilha, sem se ter dado um só tiro, nem recebido um recado do General, com o fundamento de que podiam ser cortados, e que depois não terião outro remédio, que entregar-se prisioneiros. Nestas circunstâncias se devião retirar, para a terra firme, aonde tinhão os seus armazéns de reserva com mantimentos, e outros sobreceletes, e que ai deviam salvar a sua tropa, fazendo-se fortes, pela boa situação que lhe oferecia aquele lugar até que podesse fazer passar a mesma tropa ao continente do Rio Grande, e ajuntal-a ao exército do General Boehm, para ele ter mais forças para por aquele lado praticar os diferentes serviços, que é obrigado⁹⁰².

Luís de Almeida criticou veementemente o comandante. Alegou que ele se opôs a defender a Ilha para proteger e pôr em segurança a tropa, após efetuar uma << rigorosa resistência >>. Segundo o vice-rei, muitos foram contrários aos desejos de Furtado de Mendonça: << muito dos vogais se levantaram contra ele em vozes muito altas, e até palavras descomedidas >>. Para Lavradio, muitos foram aliciados pelo comandante das tropas a assinar a capitulação, sendo tudo realizado em total desordem. No final, entregaram-se as armas, sem se ter dado um só tiro. << Praticou-se aquela resolução; ajustou-se a capitulação mais vergonhosa, que se pode ver >>, escreveu ele. Até chegarem ao Rio de Janeiro:

No dia 21 do corrente aparecerão fora da Barra deste Porto 3 embarcações castelhanas, com bandeira branca, em que vinha Antonio Carlos (Furtado) com vários destes diferentes oficiais, fazendo-os transportar em 4 embarcações, tudo aquilo, que de sobejo viria em uma só. Mandou a terra ao Governador dar-me esta notícia: eu lhe não falei, e mandei buscar todos os oficiais do Conselho e os recolhi a diferente fortalezas, aonde se achão, até maior averiguação deste injurioso sucesso. Veja V. Ex. qual terá sido a minha dôr e a minha consternação. Eu não sei o como me não tem estalado o coração por toda a parte. Esta dor é daquelas que quando mais se lhe procura o remédio, menos alívio se lhe encontra⁹⁰³.

⁹⁰² Lavradio a Manuel da Cunha Menezes, Rio de Janeiro, 24/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 348-350, pp. 348-349; Documentos referentes ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar, p. 349.

⁹⁰³ Lavradio a Manuel da Cunha Menezes, Rio de Janeiro, 24/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 348-350, p. 349; Documentos referentes ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar, p. 349.

A ação dos oficiais luso-brasileiros na Ilha de Santa Catarina poderia manchar a imagem do vice-rei. Receoso, lançou acusações, sem deixar de expor seu descontentamento. << Eu conheço que é necessário revestir-me de toda a constância e desafogo, para poder obrar o que devo, para restaurar a honra e glória da nação; porém se Deus me não der forças, eu não poderei resistir >>, escreveu ele ao governador da Bahia⁹⁰⁴.

O marquês, vice-rei, preparava uma nova ofensiva com a Esquadra do Sul na Ilha de Santa Catarina, pedindo a Manuel da Cunha Menezes o envio de embarcações. Nesse momento, a oficialidade luso-brasileira tinha por certo a fragmentação do exército castelhano em três: uma tropa estacionada na Ilha de Santa Catarina, outra com direção ao Rio Grande e, uma última divisão, destinada a lançar uma ofensiva na praça de Colônia do Sacramento, impossibilitando qualquer tentativa de ataque marítimo nos portos da Bahia ou do Rio de Janeiro.

Como se sabe, o plano foi um fracasso. Mac Douall e a Esquadra apenas apresaram uma nau castelhana, denominada *Santo Agostinho*. A segunda tentativa foi vergonhosa. Os comandantes da Esquadra lançaram uma batalha naval contra eles mesmos. O desastre manchou ainda mais a imagem de Mac Douall no comando da Esquadra do Sul.

Foi justamente Mac Douall o primeiro acusado do vice-rei. Sobre ele, Luís de Almeida despejou toda a culpa pelo logro defensivo. O segundo acusado foi o comandante Antônio Carlos Furtado de Mendonça, responsável pela defesa em terra. Quando os militares chegaram ao Rio de Janeiro, tratou logo de dar providências punitivas. Enquanto estavam presos nas fortalezas, Lavradio organizou um longo interrogatório.

A 25 de março, quatro dias após chegar ao Rio de Janeiro, Furtado de Mendonça se encontrava << nas casas da residência do Governador [da fortaleza de São Sebastião] do Castelo >>. Preso, pretendia permanecer com suas obrigações religiosas. Na cidadela, existia << um oratório decentemente ornado >>. Contudo, o suplicante, estava << impossibilitado de ir >>. Dessa forma, pedia a Luís de Almeida << conceder a faculdade de se poder dizer missa no referido oratório sendo esta graça não só para o

⁹⁰⁴ Lavradio a Manuel da Cunha Meneses, Rio de Janeiro, 24/03/1777, *ABNRJ*, 1910, v. 32, pp. 348-350, p. 349; Documentos referentes ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar, p. 349.

supp.^e como também para aquelas pessoas que lhe assistem, e poder-se desobrigar no mesmo oratório como vossa Ex^a for servida >>⁹⁰⁵.

O mês de abril foi dedicado à organização da devassa. Logo no dia 10 de abril, Luís de Almeida deu prossecução ao processo devassatório, exigiu celeridade das autoridades responsáveis. O Desembargador e Ouvidor Geral do Crime, Bernardo Salazar Sarmiento Eça e Alarcão, foi nomeado para apurar o inquérito. A coroa lusitana votou pela admissibilidade do processo. Durante as semanas que sucederam à chegada e à prisão dos oficiais, o vice-rei organizou documentos e instruções que havia recebido. Na casa do Desembargador Ouvidor Geral do Crime, na cidade de São Sebastião, Rio de Janeiro, entregou as acusações contra o marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça, e Pedro Henrique da Cunha foi nomeado escrivão.

Bernardo Salazar Sarmiento, como Desembargador e Ouvidor Geral do Crime, tinha a ordem de averiguar os << prossedimentos dos oficiais encarregados de sua defesa e do comandamento das tropas [na] infame e criminosa entrega da Ilha de Santa Catarina >>⁹⁰⁶.

Vale lembrar que, a escolha dos operadores do direito não era por acaso. Como lembra Wolkmer << os magistrados revelavam lealdade e obediência enquanto integrantes da justiça criada e imposta pela coroa; o que explica sua posição e seu poder em relação aos interesses reais, resultando em benefícios nas futuras promoções e recompensas >>⁹⁰⁷. Durante o período colonial, os barachéis e magistrados luso-brasileiros eram não só incumbidos, mas eram treinados para servir aos interesses da administração colonial. Como lembra Flory:

[...] no Brasil-Colônia a administração da justiça atuou sempre como instrumento de dominação colonial. A monarquia portuguesa tinha bem em conta a necessária e imperiosa identificação entre o aparato governamental e o poder judicial. Friza-se, deste modo, que a organização judicial estava diretamente vinculada aos níveis mais elevados da administração real, de tal forma que se tornava difícil distinguir, em certos lugares da Colônia, a representação de poder das instituições uma da outra, pois ambas se confundiam⁹⁰⁸.

⁹⁰⁵ Furtado de Mendonça a Lavradio, Fortaleza de São Sebastião do Castelo, 25/03/1777, Papéis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

⁹⁰⁶ ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 1-2; Processo do Conselho de Guerra [...], p. 1.

⁹⁰⁷ Antonio Carlos Wolkmer, *História do direito no Brasil*, Rio de Janeiro, Forense, 2002, p. 63.

⁹⁰⁸ Thomas Flory, *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871*, México, Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 58, *Apud.*, Antonio Carlos Wolkmer, *História do direito no Brasil*, Rio de Janeiro, Forense, 2002, p. 68.

Lavradio entregou os nomes dos oficiais. Eça e Alarcão tinha de organizar os interrogatórios. A ordem era averiguar a entrega, suas circunstâncias, e os oficiais encarregados da sua defesa e comandamento das tropas⁹⁰⁹.

Na realidade, a devassa perscrutava o comandamento do marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Para tanto, Lavradio direcionou as questões sobre a sua comandância.

A inesperada resolução que tomou o marechal-de-campo Ant.º Carlos Furtado de Mendonça de não defender a Ilha de Santa Catarina depois de se terem fortificado todos os passos mais importantes que a comunicação da mesma Ilha e deter nela todas as munições de guerra e boca que se fariam precisas para se defender q. ele me requereu estando todos os postos guarnecidos de gentes todos com o maior ânimo e resolução de se defenderem fazendo-o desprezar todas estas vantagens os tantos freios, forjas com que representavam os castelhanos, algumas basbatadas, recados atrevidos do General daquela expedição, sendo isto só o bastante para ele se retirar a terra firme antes de experimentar se podia ou não defender-se servindo-lhe de pretexto a se pareção de poder ser cortado pelos mesmos inimigos desculpando-se que se retirava antes aquele sucesso por querer salvar a tropa de as munições que fossem mais úteis e fizessem-me lhe serviço: E passando finalmente com a sobredita tropa, isto é: Com aquela pena desesperou quando viu praticar uma resolução nunca esperada em lugar de salvar a sobredita tropa como se tinha proposto fazendo-se forte com ela no lugar para donde marchava ou embarcando outro mais vantajoso aonde pudessem melhor conservar-se e defender-se, continuou a praticar tudo pelo contrário daquele se tinha proposto figurando-se novas dificuldades para poder passar pelos caminhos mais curtos e menos custosos propondo não ter outro lugar para fazer a marcha que pelas serras mais ásperas e distantes, e que para isso não haviam bestas nem carruagens com que se transportar o preciso para a sustentação da mesma tropa tirando por conclusão desta extraordinária proposta formada sem nenhum fundamento que não havia outro remédio mais q.º morrermos nas serras ou serem passados a espada, e finalmente salvar as ajudas por meios de uma Capitulação que se ajustou nos termos mais ofensivos⁹¹⁰.

Recebida a notícia da entrega da Ilha, as autoridades lisboetas mostraram-se descontentes com a ação dos oficiais responsáveis pela defesa. O ministro Martinho de Melo e Castro, a 22 de junho, declarou que se render em uma ação militar é algo justificado numa guerra, << mas entregarem-se todos os seus fortes e fortalezas, e enfim a mesma Ilha, sem se disparar um só tiro de artilharia nem de mosquetaria, é fenômeno que se não ouve sem horror >>⁹¹¹.

⁹⁰⁹ ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 2; Processo do Conselho de Guerra [...], p. 2.

⁹¹⁰ Processo do Conselho de Guerra [...], pp. 2-3.

⁹¹¹ Martinho de Melo e Castro a Lavradio, Palácio da Ajuda, 22/06/1777, In, Marcos Carneiro de Mendonça, Século XVIII, século pombalino do Brasil, Rio de Janeiro, Xérox, 1989, pp. 725-726.

Para o marquês do Lavradio, Furtado de Mendonça contrariou as ordens recebidas de fazer << na Ilha a mais exemplar e rigorosa resistência >>. Nessa conjuntura, << haja de mandar proceder na averiguação de todos estes sossego com circunstância que pede matéria de tanta importância >>, continua o vice-rei, << pelo que condeno a vossa merce que logo proceda a uma rigorosa devassa sobre este caso >>⁹¹².

Para iniciar o inquérito, Lavradio exigia a presença de todos os oficiais que estavam na Ilha durante a invasão. A 11 de abril, comunicou o Desembargador e Ouvidor, que para dar << princípio a devassa >> faltavam << serem remetidos para esta capital >> o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, Fernando da Gama Lobo, o tenente-coronel Manoel Nunes Ramalho, o sargento-major Manoel Godinho de Mira << e os mais oficiais que estavam naquela ilha >>; além do ouvidor da Fazenda Real, Felix Gomes de Figueiredo. << E depois de les chegarem principiara vossa mercê a sua diligência como lhe tenho determinado >>, concluiu Lavradio⁹¹³.

A devassa que mandei tirar do General Comandante Governador e mais oficiais maiores que estavam naquela Ilha, a mandei suspender até que chegasse o brigadeiro José Custódio (figura quanto a mim das mais principais daquela desgraçada ação) o coronel Fernando da Gama Lobo, o seu tenente-coronel e major, e o Provedor da Fazenda; e como se demorou muito a chegada destes oficiais, ficou por esse tempo suspensa aquela diligência: chegaram finalmente o coronel com os seus oficiais, e depois verificou-se com toda a certeza, a ida do brigadeiro José Custódio para Montevidéu com o general Cevallos, e que o sobredito Brigadeiro se achava na resolução de não vir; mandei dar princípio á devassa, nomeando para Juiz desta diligência ao Desembargador Ouvidor Geral do Crime Bernardo Salazar Sarmiento Eça e Alarcão, a qual julgo se concluirá a tempo de ir na Fragata que leva os quintos, que determino fazer partir com a maior brevidade⁹¹⁴.

Quatro meses depois, em agosto de 1777, após a aprovação da coroa lusitana, Luís de Almeida deu início à devassa. Ao Ouvidor Geral do Crime, Bernardo Salazar Sarmiento Eça e Alarcão oficializava a << fuga >>, << traição >> ou << prisão >> do brigadeiro José Custódio. Não era mais novidade a ação de Sá e Faria. Assim como Havelle, na primeira conquista das tropas castelhanas da praça de Colônia chefiadas por

⁹¹² Processo do Conselho de Guerra [...], p. 4.

⁹¹³ Lavradio a Bernardo Salazar Sarmiento Eça e Alarcão, Rio de Janeiro, 11/04/1777, Processo do Conselho de Guerra [...], pp. 9-10.

⁹¹⁴ Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro a 25/08/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 256, jul/set., 1962, pp. 106-108, pp. 106-107.

Cevalos, o engenheiro seguiu com os castelhanos⁹¹⁵. Contudo, todos os militares << se achão [presos] já os mais oficiais que faltavam na exceção do Provedor da Fazenda de quem não houve mais notícia depois da tomada da Ilha >>. Para evitar a perda de tempo, Lavradio deu ordem para a prossecução dos trabalhos. << Se demore por mais tempo a averiguação de um negócio de tanta importância vossa mercê dará logo princípio a devassa que logo ordenei tirasse a respeito dos sucessos daquela Ilha encontra minha de data escrito de abril deste ano >>, escreveu ele⁹¹⁶.

A resposta do Ouvidor Geral do Crime, Bernardo Salazar Sarmiento, era que já tinha tomado os procedimentos cabíveis. Os oficiais foram isolados, ficando incomunicáveis. << Presos nas diferentes fortalezas >>. << E assim se conservão até se findar esta devassa >>, concluiu Eça e Alarcão⁹¹⁷. Cinco dias depois, a 28 de agosto, Luís de Almeida comunicou ao governador da fortaleza do Castelo o procedimento de << ficar incomunicável >>. Furtado de Mendonça queixava-se da impossibilidade de dialogar com o próprio filho. Luís Carlos, após deixar a Ilha de Santa Catarina com todo ouro, prata e livros de ordens, acompanhado do capitão Manoel Gomes de Ataíde, chegou ao Rio de Janeiro, a 8 de outubro. O menino, ao pedir << licença >> para acercar << de seu país a negou o v.rei e até hoje que são de novembro continua a incomunicação >>⁹¹⁸.

Por outro lado, é importante lembrar que as instituições penais, tanto no Brasil quanto na América espanhola, no período colonial, puniam e isolavam. O sistema penal brasileiro seguia a legislação portuguesa. Aliás, todas as colônias seguiam as ordenações⁹¹⁹. Nesse caso, a legislação das ordenações institucionalizava a

⁹¹⁵ Com os castelhanos foi responsável pela execução e construção de diversas obras e edificações. Em Montevideu e Maldonado construiu e reformou a Catedral das praças. Foi escolhido pelo cabildo de Buenos Aires para projetar a nova fachada da catedral da cidade, em 1779. Na administração do vice-rei de Loreto, para << una solución viable para el problema del desembarco >> no porto de Buenos Aires, << las autoridades locales requirieron los servicios del ingeniero portugués Josef de Sáa y Faría, quien había pasado al servicio del Rey de España en el Río de la Plata >>. In, Marcela Terija, *Luso-brasileños en el Buenos Aires Virreinal*, Trabajo, negocios e intereses en el plaza naviera y comercial, Buenos Aires, Universidad Nacional del Sur, 2004, p. 168.

⁹¹⁶ Lavradio a Bernardo Salazar Sarmiento Eça e Alarcão, Rio de Janeiro, 23/08/1777, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 10.

⁹¹⁷ Resposta do Desembargador e Ouvidor Geral do Crime, Bernardo Salazar Sarmiento Eça e Alarcão a carta do vice-rei marquês do Lavradio de 23/08/1777, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 11.

⁹¹⁸ Papéis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

⁹¹⁹ Com a transferência da corte portuguesa ao Brasil (1808), a subsequente independência, ideias liberais foram inculcadas na sociedade, consequentemente, metamorfosearam os sistemas jurídico-político-social sobre a Justiça Criminal. As leis coloniais passaram a ser vistas como retrogradadas e atrasadas. O Código Criminal (1830) e o Código do Processo Criminal (1832) redefiniram os conceitos de crime e criminoso, limitaram os poderes arbitrários dos agentes responsáveis pela ordem pública (polícia). Além disso,

criminalização. Contudo, a partir do final do século XVIII, a pena de morte caiu em desprestígio. E, gradativamente, a reclusão passou a confinar o corpo. Como lembra Hans Von Henting:

A pena de liberdade não tem uma longa história [...] na segunda metade do século XVIII, o arco da pena de morte estava excessivamente tenso. Não tinha contido o aumento dos delitos nem o agravamento das tensões sociais, nem tam pouco havia garantido a segurança das classes superiores. O pelourinho fracassava frequentemente em se tratando de delitos leves ou de casos dignos de graça, uma vez que a publicidade da execução dava lugar mais à compaixão e à simpatia do que ao horror. O desterro das cidades e as penas corporais tinham contribuído para o desenvolvimento do banditismo sumamente perigoso, que se estendia com impetuosa rapidez quando as guerras e as revoluções haviam desacreditado e paralisado os velhos poderes. A pena privativa de liberdade foi a nova grande invenção social, intimidando sempre, corrigindo amiúde, que devia fazer retroceder o delito, quiça, derrotá-lo, no mínimo cercá-lo entre muros. A crise da pena de morte encontrou aí o seu fim, porque um método melhor e mais eficaz ocupava o seu lugar, com exceção de alguns poucos casos mais graves⁹²⁰.

Mantidos em cárcere privado, os oficiais foram divididos entre os fortes do Rio de Janeiro. As principais fortalezas que receberam os militares foram Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, Fortaleza de São João da Barra e Fortaleza de São Sebastião do Castelo. Furtado de Mendonça acusava Luís de Almeida de continuar protegendo o governador. Enquanto ele, marechal, era mantido preso na fortaleza do Castelo, Gama Freitas estava na fortaleza da Ilha das Cobras. << Para que se conheça a paixão que tem o V. Rei em favorecer ao governador Pedro Antônio, se vai o referir as benes.^{es} que lhe tem feito >> Luís de Almeida, com ele << na Fortaleza da Ilha das Cobras das maiores atenções que é possível, e é sem dúvida, que aquela Fortaleza, é m.^{to} melhor, que este Castelo, e que o general comandante, devia ter ido para aquela Ilha >>. Os protestos não paravam por aí. Reclamava de ter sido alocado em condições insalubres, de ficar com pessoas com bastante indecência, sem qualquer comunicação com o mundo exterior e totalmente incapaz de receber visitas.

O referem-se alguns excessos que se tem pratizado com o general comand.^e, e se deu ordem por escrito=que se reconhecem as pessoas que entrassem no Castelo, e que sendo mulheres, as não deixassem entrar, e não por escrito=que de noite não deixassem chegar ninguém as muralhas, para o que se pôs uma ronda a afetiva, de noite, e tem sucedido pormt.^{as} vezes a família

desenvolveu uma nova concepção de punição estatal, isto é, a preocupação com a reinserção social do recluso.

⁹²⁰ Hans Von Henting, *La pena*, Madrid, Espasa-Calpe, v.1, 1967, pp. 185-186, *Apud.*, Cezar Roberto Bitencourt, *Falência da pena de prisão*, causas e alternativas, 2. Ed. São Paulo, Saraiva, 2001, pp. 28-29.

do general, e alguns off.^{es} que vem a esta casa, com mais frequência, quererem chegar de dia a uma certa parte da Fortaleza, e a sentinela o tem impedido, e dizendo-se isto ao governador ele responde que lhe não da providência por reciar o V. Rei, e é tal a infelicidade do general, que desde 21 de março até 8 de agosto, andou em uma Relação dos presos, com bastante indecência, nomeando-se por Ant. Carlos, e na mesma Relação em que ião os pretos das galés e sentenciados. Ia esquecendo ao general comand.^e dizer que depois que chegou a este Castelo mandou o V. Rei um engenh.^o com trabalhadores, a evitar alguns passos, que com maior facilidade podia facilitar a saída⁹²¹.

Furtado de Mendonça, ainda no Rio de Janeiro, chegou a acusar Luís de Almeida de persegui-lo. Protestava por ter seus bens sequestrados e, na prisão, estar totalmente incomunicável.

Consta que uma pessoa da proteção e de casa do Marq.^e V. Rei dissera, que o mal que podia fazer ao general já tinha feito: e esta mesma pessoa também disse q. o V. Rei mandava sequestrar o general comand.^e, visto que o polo incomunicável, e se deve entender que isto era para se por em cautela alguma coisa/respondendo o general com mad.^e, que não punha nada em cautela, porque ele só o que estimava era a sua honra, e não o poder o que tinha⁹²².

Enquanto mantinha presos os militares luso-brasileiros Luís de Almeida ainda tentou uma ofensiva malsucedida na Ilha. O comandante da Esquadra do Sul foi considerado o principal responsável pelo logro ofensivo. O marquês do Lavradio acusava Mac Douall de ser o principal responsável pela perda da Ilha de Santa Catarina.

Contudo, nem todos os militares do exército foram levados presos para o Rio de Janeiro. Além de Furtado de Mendonça, temos a notícia do tenente da Ordenança da freguesia da Enseada de Brito, José Luís Marinho, e seus filhos – João Luiz Escovár Filho, José Marinho de Bittancourt –, o capitão de auxiliares José Rebelo, o sargento major engenheiro Manoel Vieira Leão, João de Figueroa Pinto, Pedro Antônio da Gama Freitas, Antônio Freire de Andrade, João Gregório Ribeiro de Siqueira, João de Figueiroa Pinto, Caetano da Silva Sanches, Fernando José da Gama Lobo Coelho, Manoel Godinho de Mira, Manoel Nunes Ramalho, Pedro de Moraes Magalhães, Simão Rodrigues Proença e Miguel Gonçalves Leão. Desses, onze foram enviados para as prisões de Portugal. Foram eles: Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Pedro Antônio da Gama Freitas, Antônio Freire de Andrade, João Gregório Ribeiro de Siqueira, João de Figueiroa Pinto, Caetano da Silva Sanches, Manoel Vieira de Leão, Fernando José da

⁹²¹ Papéis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

⁹²² Papéis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

Gama Lobo Coelho, Manoel Godinho de Mira, Manoel Nunes Ramalho e Pedro de Morais Magalhães.

7.2.2 A devassa: a teia armada pelo marquês do Lavradio

Na quarta ordem, do dia 15 de setembro de 1777, Lavradio recomendou a Bernardo Salazar Sarmiento o << número de testemunhas que devem inquirir-se na devassa >>. Deu a ele liberdade de decisão para iniciar o inquérito. Contudo, era << indispensável que todos os exames sejam feitos com a mais alta averiguação para servir no conhecimento da verdade >>, continua o vice-rei, << não havendo lei que podiam tirar nestas inquirições aquele número de testemunhas que lhe parecem necessário, para se poder vir no pleno conhecimento da verdade >>⁹²³.

Com um número considerado suficiente pelo Desembargador e Ouvidor Geral do Crime, Bernardo Salazar Sarmiento deu prossecução à devassa. Um total de 26 perguntas. A maioria dizia respeito à comandância do marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Em média, 58 oficiais foram chamados para os interrogatórios. Entretanto, o inquérito não era formado apenas de oficiais, mas de governadores das fortalezas, soldados, filhos de oficiais e escravos.

Os depoentes, na sua grande maioria, eram oficiais e militares de alta patente, já que os soldados menores e escravos haviam sido enviados para Buenos Aires, sendo o maior número do Regimento de Pernambuco, seguidos de Alferes, Cabos de Esquadra e Tenentes, todos do mesmo corpo.

A idade dos inquiridos no processo variou dos 15 aos 94 anos. João Luís Escóvar, filho do tenente da Ordenança da freguesia da Enseada do Brito da Ilha de Santa Catarina, José Luís Marinho, foi o mais jovem depoente na devassa desenvolvida por Luís de Almeida. Na outra ponta, o tenente de granadeiros do Regimento da Ilha de Santa Catarina, Manoel de Andrade Almada, não por acaso, foi o primeiro a testemunhar no processo, possuía 94 anos.

No mesmo documento no qual ordenara ao desembargador Bernardo Salazar Sarmiento Sá e Alarcão para que << proceda a mais rigorosa devassa >>, o marquês do Lavradio enviava também << os principais pontos sobre que vossa mercê perguntará

⁹²³ Lavradio a Bernardo Salazar Sarmiento Eça e Alarcão, Rio de Janeiro, 15/09/1777, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 11.

>>. Compunha-se de mais de 26 perguntas, reguladas ao comando do general Antônio Carlos Furtado de Mendonça.

Dentre as principais questões, podemos destacar:

- Se Antônio Carlos Furtado de Mendonça correspondeu à confiança que dele se fez e a sua obrigação.

- Se a dita Ilha se achava fortificada e nelas se haviam feito novas defesas.

- Qual era o número de tropas pagas e Ordenanças na Ilha.

- Se os soldados estavam dispostos e com ânimo.

- Qual foi reação do marechal e dos mais oficiais maiores a vista do inimigo.

- Se entre os soldados se espalhou algum temor ou receio.

- Se a ordem de retirada foi do marechal-de-campo.

- Se os Conselhos de Guerra foram ordem do marechal e quais foram os votos dos oficiais que participaram.

- Se o marechal tentou evitar a deserção das tropas.

- Se o general deu as ordens necessárias para a retirada.

- Porque causa depois do general se achar com toda a tropa na terra firme mandou capitular.

- Se o coronel Pedro Antônio da Gama governador da Ilha tinha comando sobre as tropas e se as ordens que passava a este respeito eram em seu nome ou do general. Além do seu parecer sobre a entrega da Ilha aos espanhóis⁹²⁴.

O marquês autorizava o desembargador fazer << todas as mais perguntas que lhe parecerem precisas >>. Em contrapartida, a grande maioria dos interrogados peremptoriamente foram fiéis ao general. Poucos parecem negar que o comandante das tropas não foi << fiel a confiança que dele se fez >>. Furtado de Mendonça, segundo as testemunhas do processo, tanto correspondeu à confiança que dele se fez, como efetuou as obras necessárias para a defesa da Ilha. Durante a sua administração, o general tinha mandado fazer uma fortificação << no sítio da Lagoinha construção de faxina [...] se achava guarnecida de artilharia e com gente >>⁹²⁵. Fez diversos redutos e trincheiras em diferentes localidades. Leão Teixeira Falcão, alferes de granadeiros do Regimento do Porto, declara:

⁹²⁴ Anexo 5.

⁹²⁵ Test. Manoel de Andrade Almada, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 21v.

[...] fortificações eram de faxina, a saber na praia de fora três trincheiras bastante cumpridas, um reduto na mesma praia, na estrada de Tucuruvi uma cortadura com um meio círculo de reduto, e nesta mesma estrada um pouco adiante um reduto que suposto não estava acabado por uma das fazes já tinha duas peças de artilharia montadas, e ali mesmo estavam outras duas para se mostra finda que fosse a obra, mais uma trincheira na passagem do Rio de Ratones, mais uma forte ou sítio da Lagoa e outro reduto que se fez na terra firme de frente da Vila, e que além destas fortificações ouviu ele testemunha dizer que o regimento da mesma ilha tinha feito algumas no sítio de Santo Antônio ainda se achava destacada o mesmo regimento e pela mesma razão de ver sabe que tanto as trincheiras como os fortes, ou redutos se achavam guarnecidos com alguma artilharia da qualidade que havia e que esta tinham as munições, respectivas e necessárias para laborar por algum tempo, e que quanto a estarem as referidas fortificações colocadas nos lugares mais próprios para a defesa deve ele testemunha dizer que segundo o seu parecer todas eram (...?) mas que se seguissem planto que dizem tinha vindo da corte que era de estar a esquadra portuguesa fundiada entre as duas fortalezas de Santa Cruz e Ratones seria neste caso seguindo o parecer dele testemunha⁹²⁶.

Além disso, Furtado de Mendonça << frequentemente [passava] revistas outra alguma a respeito da defesa da ilha >>⁹²⁷. Na fortaleza de Santa Cruz, logo após a aparição da Armada Castelhana, houve um << princípio >> de << confusão >>, principalmente de << alguns auxiliares negros >>. Os oficiais superiores, rapidamente, << animarão >>, restabelecendo a ordem nos regimentos⁹²⁸.

Com a incumbência de ordenar tropas e comandos, o próprio Gama Freitas diz não ter encontrado desânimo e muito menos covardia na soldadesca luso-brasileira. Escreveu ele ao marquês do Lavradio, a 23 de fevereiro de 1777:

Todo o outro Corpo que faz a guarnição desta Ilha, e assim os auxiliares – Ordenancas e Pretos destemorados, (sic) aplicados para a defesa desta Vila, ficam postados nos seus lugares que devem defender, sendo eu obrigado a por na presença de V. Exa. que o Corpo da Ordenança e especialmente dos Auxiliares, se tem havido nesta disposição com a maior distinção e honra que é possível, despresando as suas casas – mulheres e filhos, e prestando-se com a maior satisfação para a defesa desta Ilha; não tendo mais instantes de demora assim estes como os outros, que tinha destinado para auxiliarem as Fortalezas, que aqueles em que largaram o seu trabalho, munirem-se dos seus fardamentos – munições, e buscarem os seus destinos uns por terra outros por mar nas pequenas canoas, que nos seus portos existiam para esse transporte. Todas estas forças e uma parte tão insignificante para o grande poder que estes homens trazem, que continuando ainda os nossos corpos com o bom ânimo de que os acho, será qualquer pequena ocasião de felicidade para nos digna de toda a memória⁹²⁹.

⁹²⁶ Test. Leão Teixeira Falcão, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 68v-69v.

⁹²⁷ Test. Antonio José de Queiros, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 113v.

⁹²⁸ Test. José Alves Coutinho, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, p. 104v.

⁹²⁹ Bicentenário da transferência da capital [...], Pedro Antonio da Gama a Lavradio, Santa Catarina, 23/02/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 350-351.

Esse discurso é redundante nos depoimentos da devassa instaurada pelo marquês do Lavradio. José de Melo Sezár Andrade também expõe as mesmas informações dadas pelo governador, dizendo que:

[a soldadesca] estava com maior ânimo, e disposta a fazer a mais vigorosa resistência, sem que jamais mostrassem medo, ou temór tanto que na ocasião do rebate depois de já todos estarem nos seus postos, e lugares estavam muitos soldados tocando e cantando cantigas ao general inimigo, e vindo o general Antonio Carlos examinar a sua gente estava nos seus postos chegando junto a trincheira donde ele testemunha estava dissera o mesmo general que estimava muito vér os soldados tão alegres e constantes, o que assim não podia deixar de ver porque os seus antepasados em Pernambuco na guerra dos landery(?) se haviam distinguido muitos e mostrado o maior valor ao que os soldados responderam que se eles então fizerão isso aly eles havia de fazer mais, porque nenhum era capaz de voltar a cara ao inimigo⁹³⁰.

A devassa deu a Luís de Almeida elementos para garantir a prisão do marechal-de-campo e demais militares. Por outro lado, durante a elaboração do corpo documental, coube a Furtado de Mendonça a tentativa de eximir da culpa pela entrega da Ilha de Santa Catarina.

7.2.3 Resultado da devassa

A 12 de dezembro de 1777, Luís de Almeida enviou o resultado da devassa à coroa lusitana. << Em um caixote >>, escreveu ele ao ministro Martinho de Melo e Castro, << remeto a V. Exa. as duas devassas ou informações pertencentes às entregas da Ilha de Santa Catarina, e a Praça da Nova Colônia >> com elas << vão as contas que me dão os dois ministros encarregados daquelas diligências, do juízo que fizeram sobre aqueles sucessos >>.

Como já sabemos, Luís de Almeida abriu um inquérito administrativo-militar contra os oficiais responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina e oficiais luso-brasileiros estacionados na praça de Colônia do Sacramento, ambas localidades invadidas por Pedro de Cevallos a serviço do rei Católico. Os encarregados pelas constantes devassas eram o desembargador Bernardo Salazar Sarmiento Eça e Alarcão, aos responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina, e pela praça de Colônia do Sacramento, o também desembargador Nicolau Joaquim de Miranda Silva e Alarcão. O último enviou seu relatório com as respectivas conclusões no dia 1º de dezembro de

⁹³⁰ Test. José de Melo Sezár Andrade, ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 21, pp. 34-34v.

1777, enquanto Bernardo Salazar Sarmiento no dia 30 de novembro. Luís de Almeida buscou legitimar sua boa imagem perante as duas vergonhosas defesas. A Martinho de Melo e Castro, escreveu: << verá a constância e valor com que toda a tropa se achava, igualmente consta as muitas munições e petrechos que haviam, para fazerem uma assinalada resistência >>. A causa dos problemas, segundo ele era << a ignorância militar dos principais comandantes >>. Os líderes a quem se referia eram Furtado de Mendonça e o brigadeiro José Custódio. Esses dois foram considerados os principais responsáveis pela capitulação. A << ignorância >> era << a única causa de todas aquelas desgraças >>.

Se a primeira causa da capitulação foi a << ignorância >> dos comandantes luso-brasileiros; a segunda, argumentava Lavradio, foi << a grande superioridade que supunham os inimigos >>. O vice-rei não aceitou a perda da Ilha, visto ser uma mancha que marcaria sua administração.

Para ele, toda a ação na Ilha havia sido executada pelo brigadeiro José Custódio, que após entregar as bandeiras, seguiu com os castelhanos. A capitulação foi resultado de << ideias fomentadas a Antônio Carlos, por José Custódio >> disse Luís de Almeida ao ministro e secretário dos negócios do Reino, Martinho de Melo e Castro. Já o governador da praça de Colônia do Sacramento, Francisco José da Rocha, Luís de Almeida, que julgou sua ação, entendeu << mal os livros >>⁹³¹.

Por outro lado, a última informação que Luís de Almeida teve sobre José Custódio foi no mesmo dia em que soube da perda da praça de Colônia do Sacramento. Segundo o tenente Ignácio José Peres, que estava na embarcação luso-brasileira que fora apresada nas proximidades da Ilha de Santa Catarina pelos castelhanos, viu José Custódio com alguns oficiais de Pedro de Cevallos. O tenente ainda conversou com o engenheiro. José Custódio disse que Cevallos havia oferecido a ele a concessão da patente de marechal-de-campo para seguir rumo ao Rio da Prata.

Consta-me agora pelo Tenente Ignacio Joze Peres, que ia para a nossa Esquadra na embarcação que levava os mantimentos para ela, que foi apresada na Ilha, que ele estivera com o Brigadeiro José Custódio, e que entrando em sua casa lhe vira uma grande mesa, em cima da qual tinha vários mapas e Cartas, compassos — réguas — e lápis — e tudo o mais preciso para desenhar, estando com ele ao mesmo tempo vários oficiais castelhanos, com quem se achava o mesmo José Custódio; o qual disse ao sobredito Peres que

⁹³¹ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 12/12/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 116-117.

aqueles papéis estavam ali para se enchugarem, porque se tinham molhado na viagem; o Peres lhe perguntou se ele me queria escrever que ele estava de partida, respondeu-lhe que sim; porém como estava sempre rodeado de oficiais, que o não poderia fazer senão quando estivesse só, voltou o oficial a buscal-o em ocasião em que o achou, só, respondendo-lhe que tinha muito medo de que o podessem apanhar escrevendo e que nestes termos me desse um grande recado seu, e me contasse o que soubesse; também lhe disse que os castelhanos o queriam ao seu serviço, e que Dom Pedro Cevallos lhe tinha oferecido a patente de Marechal de Campo, porem que ele nada tinha ainda aceitado⁹³².

O vice-rei, após receber o resultado da devassa julgou que os comandantes, deveriam ser considerados inocentes no processo. << Julgo serem merecedores da real piedade da Rainha minha senhora; parece-me que posso protestar a V. Exa. que nenhuma daquelas resoluções que praticaram os comandantes, foi por falta de fidelidade nem valor principalmente o de Santa Catarina >>, escreveu o marquês do Lavradio. Furtado de Mendonça era merecedor da clemência da rainha, pois, como argumentou o vice-rei, ele tentou << salvar a vida dos seus súditos, suposta a grande superioridade com que ele julgava ser atacado >>. Ao inocentar o general, acusava o comandante da esquadra Robert Mac Douall, por fugir logo que avistou o inimigo. Com a força em terra, mas sem a força marítima, o general << nenhuns esforços seriam bastantes para resistir, principalmente vendo-se desamparado da Esquadra >>⁹³³. Acabava por reconhecer que:

A retirada desta esquadra, fez grande impressão no ânimo dos que estavam para defender a Ilha de S. Catarina, eles vendo a imensidade de embarcações que entraram no porto, julgaram que sem termos também forças de mar se não poderia defender a Ilha, porém o general e o Governador que logo me escreveram dando-me parte dessa novidade, e dizendo-me, que sem embargo de verem todas estas forças, que as nossas tropas, e eles se achavam com muito desaforo em a resolução de fazerem os últimos esforços para se defenderem; isto me deu mais alguma consolação; e imediatamente mandei aprontar um corpo de 800 homens escolhidos, e nomeei o Coronel Francisco Antonio da Veiga e o tenente coronel D. João Correia de Sá para estarem prontos a marcharem com o sobredito corpo pela via de terra a socorrer a dita Ilha. Igualmente avisei ao Governador de S. Paulo para a mandar socorrer, e o mesmo se fez ao General do Sul para de lá mandar o socorro que pudesse⁹³⁴.

⁹³² Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro a 4/08/1777, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, v. 256, jul/set., 1962, pp. 100-103, p. 102.

⁹³³ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 12/12/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 116-117.

⁹³⁴ José d'Almeida Correia de Sá, *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal*, 2º Marquez de Lavradio, 3º Vice-Rei do Brasil, São Paulo, Editora Nacional, 1942, pp. 97-98.

Até nova ordem do Reino, o marquês do Lavradio manteve os acusados presos nas fortalezas. Lembrava ele que os oficiais e demais encarcerados eram << sumamente pobres [esses] não tinham mais outros meios que os seus soldos >>, deixando clara << a necessidade e miséria em que eles estarão vivendo >>. Dessa forma, mantinha << meios soldos >> aos presos⁹³⁵.

7.2.3.1 O caso do governador Francisco José da Rocha

A ação de Francisco José da Rocha, na praça de Colônia do Sacramento, levou o governador a um destino trágico, num primeiro momento, semelhante aos militares da Ilha de Santa Catarina. Como eles, quando chegou ao Rio de Janeiro, foi conduzido preso às fortalezas. Luís de Almeida, sem perda de tempo, ordenou a abertura de um inquérito para apurar a ação do comandante.

Entretanto, é importante lembrar que a ação de Francisco se justificava nas palavras de Sebastião José de Carvalho e Melo. A 9 de maio de 1775, ainda no cargo de ministro de D. José I, fez uma série de recomendações a Luís de Almeida. Entre elas a de passar as ordens ao governador da praça de Colônia para, em caso de ataque, aceitar a capitulação sem resistência:

[...] no caso de ser atacado (como naturalmente o será desde que os castelhanos virem desamparada a referida praça da tropa regular) *deve mostrar-lhes que se quer defender*: e deve praticar aquela pouca defesa que a sua possibilidade lhe puder permitir; que, porém, *logo que lhe propuseram qualquer capitulação, a deve aceitar, e render a mesma praça*, cedendo á maior força, e protestando pela violência, que se lhe faz, no mesmo tempo em que o último tratado de dez de Fevereiro de mil setecentos sessenta e três se acha em seu vigor; e em que sabe de certo que entre as duas cortes se estão praticando os ofícios da estreita amizade, que fazem natural os apertados vínculos do *seu próximo parentesco*; que precavendo este caso, e o de lhe não permitir qualquer invasão, ou obstinação dos castelhanos, que ele retire os papéis do governo, em que se contiverem as minutas e registros das correspondências do mesmo governo com o do Rio de Janeiro, e com esta corte, os deve recolher logo imediatamente ao seu gabinete com a maior dissimulação; e os deve nele *fazer queimar com a maior cautela, para não virem a cair nas mãos dos ditos castelhanos*; e que finalmente, *logo que receber esta carta secretíssima, a queime também imediatamente*; conservando só na sua lembrança o conteúdo nela para executá-lo; porque o registro dela, que fica na secretária do governo do Rio de Janeiro, *lhe servirá em todo o tempo, e em todo o caso, de título para a sua plenária justificação*;

⁹³⁵ Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 12/12/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 116-117.

*fazendo ver que entregou a referida praça por ordem, sem a menor sombra de negligência sua*⁹³⁶.

Como podemos ver a carta de Sebastião de Carvalho e Melo justificava a ação do governador em não defender a praça. Contudo, naquele momento, Sebastião José de Carvalho e Melo já não ocupava o cargo.

Após a capitulação, Francisco José da Rocha foi para Buenos Aires, acompanhado da tropa lusitana, feita prisioneira durante a ação. Ali, escreveu cartas para Luís de Almeida, justificando a capitulação pela falta de tropas. As cartas foram conduzidas pelo coronel Domingos Corrêa de Mesquita e pelo secretário do governador da cidadela, Manoel dos Santos Pereira. Escreveu ele, a 20 de março de 1778: << dizendo-lhe que precisava infalivelmente para defesa da praça de três mil e trezentas pessoas, segundo as suas defesas, por ser sua circunstância grande e as suas obras irregulares >>, por fim, justificando << me não era possível por forma nenhuma conservá-la por não ter os ditos mantimentos, e neste gênero ter chegado ela ao estado de maior necessidade >>. Sobre Cevallos, lembrou << o grande e implacável ódio, que no seu coração domina contra a nação portuguesa e seus aliados >> na conquista da praça de Colônia do Sacramento, em 1762, << quando mandou fazer fogo sobre os pobres naufragados >>. Quanto ao Conselho de Guerra, à capitulação e às ações diante da presença do inimigo durante a conquista castelhana, declarou suas posições detalhadamente:

[...] chamei os oficiais todos, de capitão para cima, a minha casa, e lhes propus (como é obrigação de todos os governadores) as circunstâncias em que se achava aquela praça e o estado em que achávamo-nos, para que julgassem mesmo tempo se ela se podia defender, e que julgando se não podia fazer a sua defesa, dispusessem se lhes parecia melhor e menos injurioso as nossas armas entregar-se por falta de mantimento, visto não o haver, ou pô-la em defesa sem haver outra esperança que a de sua perda, e a da maior parte da tropa e vassalos, com tudo o que possuísem; dando ao mesmo tempo a glória ao conquistador de a ter tomado com a espada na mão; conhecendo-se visivelmente que aquele era o seu projeto, pois sabia muito bem que a praça não tinha mantimentos, e que para a tomar não era preciso mais que cerca-la por mar e terra, ou tomar-lhe os mantimentos em Montevideu, o que já tinha praticado havia perto de três meses, dando as ordens precisas para isso em Santa Catarina, logo que ali chegou; e assentando em que capitulasse ex-vi de as circunstâncias e falta de mantimentos, passei imediatamente a fazer as capitulações, para as ter feitas antes que alguma ocasião imprevista me não desse ou permitisse o não poder fazer, ou se as fizesse fosse com tanta pressa, que me não desse lugar a

⁹³⁶ Marquês de Pombal ao marquês do Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9/05/1775, *RIHGB*, 1868, t. XXXI, parte primeira, pp. 333-343, pp. 337-338 (Grifo nosso).

circunstanciá-las, expondo nelas todas aquelas condições que pela sua falta se poderia ao depois sofrer algum prejuízo irremediável. Mandeí ao mesmo tempo a todos os oficiais que ali se achavam fossem ao trem e armazéns de sua majestade, depois a casa de todos os moradores da praça examinar o mantimento que havia, do que cada um de per si me havia de passar uma certidão, jurada aos santos evangelhos, para ver se assim se podia tirar algum mantimento que servisse de uns para outros, isto é, para repartir, tirando dos que tivessem para os que não tivessem; e, vindo com efeito da diligência a que os tinha mandado, apresentaram as certidões que remeti a V. Ex., declarando nelas não havia mantimento nenhum nos moradores, e que no trem de sua majestade só se achava o mantimento para três dias, que eu tinha mandado guardar, para ver se podia vencer as capitulações, e que além disso não havia outro que farinha e sal. Findas aquelas diligências fui para a muralha, donde estivemos toda a noite sem inquietação do inimigo, porque neste tempo cuidava ele de mudar a sua artilharia e campo para outro lugar, senão mais perto, mais próprio a fazê-la passar com prontidão a estacada, para assim mais rapidamente formar os seus aproxes; concluída aquela diligência mandou a um oficial com a resposta vocal, dizendo que S. Ex. me mandava cumprimentar; e dizia que ali o outro dia daria a resposta a minha carta por ofício, persuadindo-se assim de que eu não entenderia o enigma, e que pondo-me em descuido faria o assalto a seu salvo; porém não sucedeu assim, porque logo que despedi o dito oficial passei a correr as baterias, principiando no baluarte de S. Miguel, donde se achava o segundo tenente de artilharia Gonçalo Antônio, e ali eu mesmo, ele e os seus soldados, andei apontando a artilharia para aqueles lugares por onde julguei haviam de vir os inimigos; e assim corri todas as baterias, deixando, porém, ficar terreno livre, e marcando as minhas guardas de campo para se retirarem, quando fossem atacadas sem que da praça se lhes fizesse hostilidade, avisando-os e que naquela noite infalivelmente era o assalto, e que logo que escurecesse se retirassem dos corpos da guarda, e que sem perder estes de vista, se pusessem dispersos uns dos outros por trás dos muros, com muita vigilância, e logo que vissem os castelhanos atacavam os ditos corpos de guarda lhes atirassem, para fazer assim o alarma, e se retirassem pelos caminhos e lugares que se lhes indicavam, para se livrarem assim dos tiros da nossa artilharia, e de serem surpreendidos pelo inimigo, o que executará, seja Deus bendito, com tanta prontidão, e acerto, que sendo um dos primeiros objetos de Cevallos surpreender-me as guardas e chegar a muralha sem ser pressentido, foi tanto pelo contrário que, sendo das 8 para as 9 horas da noite, depois de tocar a recolher, tocando-se uma arma das suas, que se disparou não mão de um soldado, que passando uma parede se esborralhou com ela, e ao mesmo tempo descarregaram uma fuzilaria sobre uma das nossas guardas: foi tanto e tão rápido o fogo da nossa artilharia, que lhe caiu em cima por toda a parte, que foram obrigados a retirarem-se em desordem, não obstante o virem... tanta, que se encaminhavam três colunas a dar-me um rebate falso por terra, outra por mar, em direitura a prainha do interior do baluarte de S. Miguel, para ali aproveitarem o corpo da guarda principal das portas pela retaguarda, fazendo-se assim em pouco tempo senhores da praça e juntamente da guarda do cavaleiro, que já estavam quase sobre ela. Era a noite escura e grande, e como não se percebia nada, mandei parar o fogo para examinar o lugar onde se achava o inimigo, para aquele sítio dirigir os tiros de artilharia, ou para examinar se se encaminhavam a muralha para se defender o assalto.

[...] Seriam 10 horas do dia quando os mandei, e, fiado ele general em que eu lhe não havia de fazer fogo enquanto se tratava de capitulações, mandou avançar dois corpos de infantaria coisa de trezentas braças adiante da sua trincheira, fazendo-se assim senhor de toda a baixada que medeava entre aquela e o alto que servia de cavaleiro a praça, retendo-me ou demorando-me o oficial, o qual mandou muito tarde, dizendo no outro dia responderia. Toda aquela noite trabalhou, e aparecendo no dia seguinte com novas trincheiras; depois de acabadas mandou dizer não aceitava as capitulações por conterem

muitos capítulos, respondendo formalmente as minhas cartas, dizendo, me entregasse prisioneiro de guerra, para cuja resolução me dava 48 horas de tempo, e se dentro delas me não resolvesse, eu responderia pelas vidas e prejuízos de todos os que estivessem dentro. Ora, é opinião comum, de se não admitirem capitulações a uma praça que não tem mantimentos, sem que se entreguem prisioneiros de guerra; e como eu julgava que ele tinha aquele conhecimento, fiz imediatamente outras capitulações com menos capítulos, e lhe escrevi recomendando muito ao meu major da praça o lisonjeasse com algumas expressões, para ver se conseguia assim pelo menos salvar a tropa e povo com tudo o que possuísem. Não quis assignar nem as segundas capitulações, porém mandou-me dizer de palavra, concedia o saírem todos com o que possuísem, menos os soldados, que esses haviam de ficar prisioneiros, da mesma forma que tinha concedido aos de Santa Catarina; e nesta conformidade aceitei a sua palavra e o mandei entrar⁹³⁷.

Detalhou a ação na cidadela. Justificou sua ida a Buenos Aires, quando soube pelo general castelhano que ficaria << toda a tropa prisioneira >>, respondeu: << me resolvi a dizer ao general me era mais conveniente, por alguns motivos particulares, ficar prisioneiro com a tropa, e que quando eles se retirassem, me retiraria eu >>, com o objetivo de << animar os soldados a não perderem a esperança de serem restituídos, pois sabia que o objeto era dispersá-los, e pô-los em figura de que perdendo eles aquela esperança >>. Por fim, pedia a Luís de Almeida, de acordo com a sua avaliação da << carta de defesa >> a possibilidade de formar um Conselho de Guerra para julgar a ação defensiva na praça de Colônia do Sacramento, como testemunha pedia a presença de Boehm e outros militares:

[...] todos os meus capítulos e palavras, que contém esta minha carta de defesa, peço a V. Ex. que, lidos eles na presença de todos os oficiais daquela guarnição e paisanos que aí se acham, assim como também na presença de todos os que daqui forem, se tire uma rigorosa devassa e faça novo conselho de guerra, e se se achar alguma coisa contra o que aqui exponho, não será necessário mais que anunciar-me a pena para eu a tomar pelas minhas mãos: advertindo, porém, que para decidir matéria tão delicada peço, e nomeio, se me é possível, ao general Boehm, ao marechal Femq(?) e ao general que se acha comandando em chefe as armas na corte, nesta capital; não porque aos outros falem aquelas circunstâncias que se devem supor nas suas pessoas e graduações, porém sim porque os considero sem a pratica de defenderem praças com tão atendíveis circunstâncias. A experiência me tem mostrado e dado a conhecer os piedosos sentimentos que rodeiam o magnânimo coração de V. Ex.; razão pela qual não tomo este partido por desconfiar de que V. Ex. deixe de reflexionar muito nas superiores e mais justificadas razões que me acompanham; porém pode ser que aqueles se achem de tal forma envolvidos com os mais acertados projetos do nosso ministério, e que V. Ex. lhe não seja possível, como juiz desta causa, favorecer-me; porém posso segurar a V. Ex. que considero tão ileso de culpa, que me persuado acabar de obrar uma ação que me havia de servir de mais glória que condenação; e se bem que tudo no

⁹³⁷ Francisco José da Rocha a Luís de Almeida, Buenos Aires, 20/03/1778, *RIHGB*, t. XXXIX, parte segunda, 1876, pp. 286-289, pp. 292-293.

mundo é falível, menos a verdade, que ou mais tarde ou mais cedo sempre aparece, quando Deus a julga conveniente! Espero no senhor dos exércitos há de permitir que o meu crédito não tenha o mais mínimo deslustre no conceito de todos aqueles senhores que, ou pela sua instrução, ou pela pratica, possam decidir em matéria tão grave por sua natureza⁹³⁸.

Francisco José de Rocha não teve direito de defesa. Suas cartas nem tinham chegado ao Rio de Janeiro e a devassa já estava pronta e chegando ao Reino. Foram chamadas 46 testemunhas. A 1º de dezembro de 1777, Luís de Almeida recebeu o parecer final da devassa << sobre a entrega da praça da Colônia >>, e << sobre o comportamento que nesta ação tiveram o governador Francisco José da Rocha, como os outros oficiais e soldados encarregados de sua defesa >>, realizada pelo desembargador e ouvidor geral do Crime, Nicolau Joaquim de Miranda Silva e Alarcão.

Na conclusão, o desembargador lembrava os anos dedicados a administração da praça. Sendo ele, << a conduta do dito governador no tempo da paz foi digna de louvor >>, completa dizendo: << ele desempenhava as suas obrigações não só sendo muito vigilante na disciplina militar da praça, mas também tratando os seus moradores com humanidade e justiça, como afirmam todas as testemunhas da devassa >>. Francisco, quando recebeu o comando, encontrou as fortificações em grande ruína, provenientes das hostilidades castelhanas, em 1762. O governador teve de << reedificar as muralhas >>, nas partes onde estavam << caídas ou arruinadas >>; concertou << as antigas ruínas >>, além de formar << novos parapeitos e espaldões >>, portando sempre << com muito zelo e vigilância >>.

Ao contrário do que justificava Francisco, a conclusão do desembargador, era que << haviam muita abundância de munições de guerra, e de diferentes qualidades para bem laborar a artilharia >>. Levando em consideração os depoimentos afirmava << que elas passavam muito de 120 [peças], e chegariam a 130 [peças] de calibre de 36 até meia libra, sendo doze de bronze e as mais de ferro, e incluindo-se naquele número oito ou dez pequenas de que se compunha o parque >>.

Por outro lado, << quando o exército espanhol chegou à dita praça, se achava ela em grande falta de víveres >> lembra o desembargador. Na mesma ocasião, o governador havia ordenado ao coronel Domingos Corrêa de Mesquita e outros oficiais, examinar << tanto os armazéns militares como as casas particulares, constou que nos

⁹³⁸ Francisco José da Rocha a Luís de Almeida, Buenos Aires, 20/03/1778, *RIHGB*, t. XXXIX, parte segunda, 1876, pp. 296-297.

ditos armazéns havia só farinha da terra e sal em abundância, mas de todos os mais mantimentos pouca quantidade >>. Nos armazéns ficaram << não só muita farinha, que chegaria para mais quarenta dias, mas sobraram também vinte arrobas de arroz pilado, e algum pouco de casca; outras vinte arrobas de carne seca >>, além de << uma pipa de azeite doce, quase duas de vinagre, algum aguardente do Reino e da terra, e também algum azeite de peixe >> completa Nicolau: << o que tudo ficou aos castelhanos >>.

Sobre o bloqueio, destacou:

A situação da referida Praça, e o bloqueio em que ela estava havia mais de dois meses, tanto por terra como por mar com cinco embarcações Castelhanas, que impediam toda a saída pelo rio, e até embarçavam as pescarias; estes obstáculos digo não permitiam, que o Governador mandasse buscar mantimentos fora, nem os espanhóis consentiam que das suas povoações se extraíssem víveres alguns para a Colônia, e apenas nela apareciam de tempos em tempos alguns contrabandistas com mantimentos, os quais sempre o dito Governador aceitou, exceto um pequeno bote de cujo arraes justamente desconfiou, que ele vinha mais para espiar que para socorrer a Praça⁹³⁹.

A falta de mantimentos foi geral. O desembargador chegou a notar << que alguns soldados chegaram a comer cães e gatos, devemos entender que isto foi mais por desordem e por gosto depravado, que por fome >>.

Sobre a composição militar da praça, compreendia mil e duas pessoas – além de vinte soldados na Ilha de São Gabriel – distribuídos em: um Regimento de infantaria, uma companhia de artilheiros, um pequeno esquadrão de cavalaria, quatro companhias de auxiliares, além de um Regimento da Bahia e outro de artilharia de Lagos. Entre as tropas << não houve um só oficial ou soldado, que desse a conhecer medo ou covardia assim antes como depois de aparecer o inimigo: a sua obediência às ordens do Governador, a sua prontidão no serviço militar, e os seus bons desejos de defender a Praça >> destacou Nicolau, completando: << estas valorosas qualidades reluziam igualmente nos paisanos, e ainda mesmo nas mulheres; todos desejavam a defesa da Praça, e todos queriam empregar-se nesta honrosa ação, ainda que conheci- am as forças superiores do inimigo >>.

Entretanto, << não estava porém o Governador possuído destes honrados sentimentos; assim foi que a presença do inimigo o não perturbou tanto que lhe impedisse as exteriores funções do seu ministério >> concluía o desembargador. E

⁹³⁹ Bicentenário da transferência da capital [...], Bernardo de Salazar Sarmiento Eça e Alarcão ao marquês do Lavradio, Rio de Janeiro, 30/11/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 127-134, p. 129.

completava as ações de Francisco José de Rocha após a chegada do inimigo, observando os Conselhos de Guerra realizados:

[...] logo no dia 22 de Maio que foi o seguinte á chegada do inimigo, convocou o primeiro Conselho de Guerra e logo nele propôs imagens de medo, e motivos para a entrega; depois disto mandou fazer o exame nos armazéns de que acima falei, e congregou segundo Conselho, no qual com o pretexto da falta de mantimentos, deu já ideias mais claras de querer entregar a Praça por capitulação; sendo que a este tempo ainda os Castelhanos não tinham dado um só passo contra a mesma Praça; nestas disposições continuou até á noite de 30 do dito mês, na qual veio uma coluna de 300 espanhóis (segundo se disse) para surpreender as nossas guardas avançadas, e duas pequenas peças que entre si tinham; fizeram as guardas, fogo e logo a Praça com vinte até trinta tiros de canhão, que puseram o inimigo em desordenada fuga.

Esta pequena ação de vitória que devia dar novos esforços ao Governador, fez pelo contrário que ele manifestasse por uma vez toda a sua covardia; porque não só mandou suspender o fogo logo que ouviu os tiros, com o pretexto de que podiam ofender as nossas guardas de campo, mas deu ordem para que dali em diante se não fizesse mais ação alguma contra os inimigos, sem novo aviso seu: na manhã seguinte fez recolher as ditas guardas, e as duas peças com que elas se defendiam, desamparando assim o posto vantajoso em que estavam assestadas as ditas peças, e dando ocasião a que as tropas castelhanas viessem logo ocupar aquele terreno, em que ultimamente formaram as suas baterias.

Convocou na mesma manhã o terceiro e último Conselho, e nele ultimou os efeitos da sua fraqueza, porque depois de propor aos vogais as tristes figuras da fome, da impossibilidade de socorro, da infalível tomada da Praça, e da tirania dos inimigos no caso de lhe resistirem, concluiu (não obstante a repugnância de alguns oficiais) que ele estava determinado a oferecer capitulações para a entrega da Praça, ou eles vogais aprovassem ou impugnassem esta ação, pois que só ele tinha jurado homenagem, que melhor sabia o que convinha; e que sobre si tomava a dita entrega, pela qual ficaria ele só responsável a Sua Majestade Fidelíssima.

Não consta que houvesse pessoa alguma que promovesse a mencionada entrega, nem que a fosse lembrar ao Governador, antes no último Conselho se confessou ele ser o único réu desta culpa. Os vogais tanto deste como dos outros Conselhos de guerra, foram todos os Oficiais pagos e auxiliares até Capitães inclusivamente, entrando também o Vigário da Praça e o Capelão do Regimento; todos eles impugnaram a entrega da forma que o Governador a fez, mas nem todos votaram com igual valor. Os oficiais que nesta parte mais se distinguiram foram, o Capitão do Regimento da dita Praça José Monteiro de Macedo, o Capitão do destacamento da Bahia Joaquim José da Rocha, o Capitão do destacamento de Lagos João Subtil Borralho, o Sargento-Mor da Praça Francisco Vaz de Carvalho, e o Coronel Domingos Correa de Mesquita; o qual não obstante já na noite em que da Praça se fez fogo contra os inimigos, teve ele o desacordo de repreender o Tenente de Artilharia que estava no seu Baluarte, por haver também mandado disparar alguns tiros; contudo tirada esta ocasião sempre se portou com valor e acerto⁹⁴⁰.

⁹⁴⁰ Bicentenário da transferência da capital [...], Bernardo de Salazar Sarmiento Eça e Alarcão ao marquês do Lavradio, Rio de Janeiro, 30/11/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 127-134, pp. 131-133.

Por fim, o desembargador concluía que a ação do comandante << depois que apareceu a Esquadra Castelhana, foram sugeridas pelo medo e pela ignorância >> completando a devassa << parece que comprova o seu delito >>⁹⁴¹. Luís de Almeida, buscando minimizar os eventos e a ação do governador, escreveu a Martinho de Melo e Castro que << Francisco José da Rocha por entender mal os livros, fizeram inúteis os honrados e valorosos sentimentos dos seus súbditos, que eu julgo serem merecedores da real piedade da Rainha minha senhora >>⁹⁴².

Ainda em Buenos Aires, com a chegada do coronel Vicente José de Velasco Molina⁹⁴³, recebeu a << notícia certa de que alguns dos meus camaradas me fizeram a culpa de capitular a praça com antecipação >> escreveu Francisco⁹⁴⁴. Em Buenos Aires, a 12 de setembro de 1778, << dos prisioneiros e famílias q se devem repor aos domínios portugueses >>, declarou Velasco Molina, << posso dirigir ao meu vice-rei, a quem devo pedir os transportes proporcionados por mar ou terra para os diferentes destinos que convenham a estas gentes >>⁹⁴⁵. Por outro lado, mais uma vez, Francisco justificava suas ações, dizendo: << porque tudo o que eu pedia a V. Ex., tudo que V. Ex. me mandava, se acha registrado nos livros da fazenda real e almoxarifado >>. Além de, nas cartas de Luís de Almeida datadas de 19 e 21 de setembro de 1776 e de 14 de janeiro e 19 de fevereiro de 1777, o vice-rei informar sobre a Armada castelhana; entretanto, segundo Francisco José da Rocha, tudo acabaria na Ilha de Santa Catarina pelas precárias condições da travessia:

Dizia-me V. Ex. naquela carta que a armada espanhola vinda a Santa Catarina; que era natural seria derrotada, porque vindo de fazer uma longa viagem havia de trazer muitas doenças e falta de mantimentos; que a nossa tropa, que se achava ali descansada, e a nossa armada a poderia pôr em estado de não poder continuar os seus progressos, e que quando os continuasse, se encaminhava ao Rio Grande, fazendo os desembarques ao norte e ao sul do dito; que ali lhe seria pela mesma razão impossível poder

⁹⁴¹ Bicentenário da transferência da capital [...], Bernardo de Salazar Sarmiento Eça e Alarcão ao marquês do Lavradio, Rio de Janeiro, 30/11/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 127-134, pp. 133-134.

⁹⁴² Bicentenário da transferência da capital [...], Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 12/12/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 116-117.

⁹⁴³ Durante os anos de 1778 e 1779 ocorreu uma intensa correspondência entre coronel Vicente José de Velasco Molina e Juan José de Vértiz y Salcedo debatendo o destino dos presos, as presas de guerra, as famílias de portugueses prisioneiros que se achavam em Montevideu e San Carlos, após as negociações do Tratado de Santo Ildefonso. Ver: Cartas Juan José de Vértiz y Salcedo, *Arquivo do Itamaraty*, 1778-1780.

⁹⁴⁴ Francisco José da Rocha a Luís de Almeida, Buenos Aires, de 1778, *RIHGB*, t. XXXIX, parte segunda, 1876, p. 300.

⁹⁴⁵ Vicente José de Velasco Molina a Juan José de Vértiz y Salcedo, Buenos Aires, 12/09/1778, *Arquivo do Itamaraty*, cartas de Juan José de Vértiz, 1778-1780.

superar o nosso exército, que se achava naquele lugar aclimado, descansado; que naturalmente seriam derrotados ali os inimigos, ou não poderiam prosseguir as vantagens que desejavam; e que sendo assim havia com os restos do seu exército atravessar; que na Colônia já eu não tinha pólvora, balas e mantimentos para oito meses; que me defendesse ali, que a nossa armada viesse tomar satisfação das injúrias cometidas no Rio da Prata. Estimei muito estas notícias, e ainda que V. Ex. não mandava com que fortificar-me, nem a artilharia que lhe pedi para a cortina do baluarte de Santa Antônio e S. Miguel, continuei as obras da fortificação, tendo tão poucos meios para isso, como todos viram e sabem. Nesta mesma ocasião me avisou o almoxarife, que V. Ex. dizia que os mantimentos que vinha com o que havia era para oito meses, e que lhe parecia era engano de V. Ex.; mandei logo examinar o mantimento que havia no trem de Sua Majestade pelas pessoas a quem pertencia esta indagação, e achou-se que o mantimento que tinha vindo, com o que havia, segundo as praças que se municavam, quando muito até 20 de maio: e de tudo isto e das mais precisões, que havia na praça, dei imediatamente conta a V. Ex.: e quando eu esperava o socorro do mantimento e a resposta das minhas cartas, me vi fortemente bloqueado por mar e terra, com a triste notícia de ser ter tomado a Ilha de Santa Catarina, sem perderem nela os inimigos nenhum só homem, e de que tinha apanhado Cevallos as embarcações que traziam mantimentos para a praça⁹⁴⁶.

Ainda em sua defesa, Francisco dizia não esperar por uma perda da Ilha de Santa Catarina. << Aquela fatalidade >> – escreveu o governador – somados aos fatos de << que eu me achava sem mantimentos, e aquela praça bloqueada fortemente por mar e terra, com todas as comunicações cortadas, e sem esperança de ser socorrido, de sorte que sem mais manobra que o bloqueio >>. Esperançava o entendimento do próprio Luís de Almeida: << me diria que capitulasse a praça (falando militarmente) sem perda de tempo >>. Como exemplo, lembrou << dos hanoverianos, quando o governador de Hamelen⁹⁴⁷ capitulou a praça sem receber um tiro de canhão, por ter perdido o duque de Cumberland⁹⁴⁸ a batalha de Hastenbeck⁹⁴⁹, cujo exército cobria e protegia aquela praça >>. Completou, dizendo: << me diria seguisse o exemplo do governador de Bragança e Chaves, quando entregaram as chaves >>. Dessa forma, << recaia em mim naturalmente

⁹⁴⁶ Francisco José da Rocha a Luís de Almeida, Buenos Aires, de 1778, *RIHGB*, t. XXXIX, parte segunda, 1876, pp. 300-301.

⁹⁴⁷ É uma cidade da Alemanha situada no estado de Baixa Saxônia, sendo a capital do distrito de Hamelin-Pyrmont.

⁹⁴⁸ Guilherme Augusto, Duque de Cumberland. Filho do rei Jorge II da Grã-Bretanha e da princesa Carolina de Ansbach. Nasceu em Leicester House (atual Leicester Square), em 26 de abril de 1721 e, morreu em Londres, em 31 de outubro de 1765. Sendo duque de Cumberland desde 1726. Ficou conhecido como “carniceiro” pela participação na insurreição Jacobita, contra as ações de Carlos Eduardo Stuart, na batalha de Culloden. Decisiva para o fim da insurreição.

⁹⁴⁹ Batalha ocorrida durante a Guerra dos Sete Anos. Guilherme liderava o Exército de Observação, uma tropa composta de aliados alemães, que era paga pelos britânicos. Essa força tinha como principal objetivo defender Hanôver de um ataque francês. A batalha de Hastenbeck, travada perto de Hamelin, a 26 de julho de 1757, expressou a incapacidade de Guilherme Augusto de comandar as tropas, que desertaram desordenadamente, sendo derrotado por forças superiores de d’Estrées.

a autoridade para poder arbitrar o que julgasse mais conveniente ao Estado e exército; que se o fizesse faria melhor >>, argumentava Francisco.

Nessa outra carta, endereçada a Luís de Almeida, Francisco narrou as negociações com Cevallos, além de novamente expor as dificuldades defensivas. Por fim, declarou: << que a mim me parecia muito vergonhoso de ir eu para o Rio de Janeiro, e deixar ficar o povo e tropa prisioneira >> e

[...] isto é, meu senhor, tudo o que se passou naquela praça até o tempo do roeu embarque para Buenos Aires; agora o que eu aqui obrei com os soldados e paisanos portugueses a beneficio de minha honra, pôde ser me não acreditem, e só me toca dizer que quando veio a notícia de que vinha Velasco a buscar-nos, já eu tinha determinado sair com os que me quisessem acompanhar, [...]. Não se persuada agora V. Ex. que a minha intenção é e foi, peio que acabo de dizer, culpar aos meus camaradas ou á outra alguma pessoa; porque conheço a não tem ninguém, e poucos haverá que deixem, de conhecer que os casos inesperados, assim como foi todo aquele caso, são imediatamente efeitos de Deus: só ele os pôde remediar e não a humanidade. É certo que eles não disseram na presença de V. Ex. a verdade, como ela é e eu mostro; porém de homens tão honrados como eles, não se podia julgar outra cousa, quando a não faliem senão que se não dizem aquela, é porque não conhecem. Também pôde ser que hajam alguns olhos mais perspicazes que os meus, a vejam em mim sem que conheça; se assim for, parece-me seria mais louvável e de mais prudência atribuí-la á falta de prática, do que aos princípios que V. Ex. por nenhuma forma podia considerar em mim. Não obstante, senhor, se V. Ex. ou o nosso ministro julgam ser preciso servir-me da minha infelicidade, para que a pátria ou o Estado consigam glorias venturosas, eu aqui estou; disponham de mim como forem servidos, com tanto que não padeça o meu crédito, e dos meus filhos e parentes, que com semelhante caso façam a Y. Ex. responsável na presença de Deus de não indagar com aquela prudência que pede matéria de tanta consideração como esta. Eu não peço a V. Ex, que me faça favores; peço-lhe sim que me faça justiça em mandar averiguar se tudo o que eu digo é verdade; e que depois me mande sentenciar por outro, porque não quero que se diga que V. Ex. me livrou ou favoreceu por ser criatura sua⁹⁵⁰.

A 22 de agosto de 1778, Francisco recebeu licença do substituto de Cevallos no governo do vice-reino do Rio da Prata, Juan José de Vértiz y Salcedo para retornar ao Brasil. No comunicado pedia << los transportes, carruagens y viveres necesarios para conducirse hasta el Rio Grande con los soldados y paisanos que quieran acompañarle >> concluía Vértiz, dizendo: << podrá V. S. contar con todo lo que necesita a su transporte, y de las tropas y paisanos que quieran libremente seguirle, para que exprese

⁹⁵⁰ Francisco José da Rocha a Luís de Almeida, Buenos Aires, de 1778, *RIHGB*, t. XXXIX, parte segunda, 1876, pp. 317-318.

haber-se determinadamente quedado >>⁹⁵¹. Logo que desembarcou no Rio de Janeiro, por ordem de Luís de Almeida, foi feito prisioneiro.

7.2.3.2 O caso do marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça

Sobre os responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina, Bernardo Salazar Sarmento Eça e Alarcão finalizou o inquérito e os interrogatórios. Consultando todas as testemunhas, além de enviar o << *translado dos autos da devassa...* >>, que serviam de corpo de delito, escreveu as conclusões do longo processo. Em poucos meses, foram inquiridas 58 testemunhas. A devassa foi efetuada em tempo recorde. Eram inquiridas de três a quatro testemunhas por dia. Como lembra Foucault, << o funcionamento dos interrogatórios [...] trata-se de uma prática regulamentada, que obedece a um procedimento bem definido, com momentos, duração, instrumentos utilizados >>⁹⁵². Após o depoimento, os oficiais luso-brasileiros eram reconduzidos às celas.

Ao enviar o relatório final, Eça e Alarcão lembra todo o processo, desde a primeira ordem até as perguntas à última testemunha. A 8 de abril, Luís de Almeida determinou ao desembargador e ouvidor geral do Crime para proceder << uma rigorosa devassa sobre a inesperada resolução, que tomou o marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça de não defender a Ilha de Santa Catarina invadida pelos espanhóis >>. Uma terceira carta, de 23 de agosto, reforçou a ordem de << novamente que principiasse a devassa >>.

A 13 de setembro, Bernardo Salazar Sarmento apresentou as testemunhas ao marquês do Lavradio. << Não faltando para se perguntar mais do que algumas referidas >>, escreveu ele. Testemunhas chegavam do extremo sul e eram levadas a interrogatório. As exceções eram o governador Pedro Antônio da Gama Freitas, preso na fortaleza da Ilha das Cobras, e o marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça, preso na fortaleza do Castelo. A 20 de novembro, o desembargador e ouvidor geral do Crime, Bernardo Salazar Sarmento, deu por encerrado o inquérito. Disse ele que faltavam << algumas das testemunhas referidas, que ainda se não tinham inquirido, umas por não terem chegado, outras por se não saber parte certa onde estivessem; porém que ao mesmo tempo parecia desnecessário pergunta-las, quando os

⁹⁵¹ Vértiz a Francisco José da Rocha, Buenos Aires, 22/08/1778, *RIHGB*, t. XXXIX, parte segunda, 1876, p. 320.

⁹⁵² Michel Foucault, *Vigiar e punir*, o nascimento da prisão, Petrópolis, Vozes, 1995, p. 36.

fatos dos referimentos estavam comprovados por outras >>. Mas, Luís de Almeida, achando desnecessário e, ao mesmo tempo, a fim de enviar o mais rápido possível a relação para o Reino, determinou o fechamento da << devassa >>⁹⁵³.

A conclusão da devassa, ao contrário do que parecia tentar Luís de Almeida, favoreceu o marechal-de-campo. Segundo o desembargador, a grande maioria dos depoentes, argumentou em favor do comandante das tropas, não faltando em suas obrigações. Em suma:

[...] o General Antônio Carlos Furtado de Mendonça, em todo o tempo antes de aparecer a Armada Espanhola, se portou sempre naquela Ilha com assas vigilância, e muita atividade; mandou fabricar carretas — montar a artilharia, e aprontar toda a sua pelamenta. Fortificou os lugares que pareciam mais importantes para a defesa da terra e para rebater qualquer ataque; reparou as fortalezas, e acabou as duas de São Luiz e de Santa Bárbara construídas de pedra e cal, fez trincheiras e redutos de faxina onde pareceu útil, uma estacada na praia de fora dentro no mar a tiro de mosquete, e por não estar finda se trabalhou nela até ao ponto, em que a tropa evacuou a Ilha; construíram-se Armazéns e aquartelamentos, e tudo isto eram obras úteis muito conducentes a uma constante defesa; só a custosa entrada que se fez por um pantanal, e de que os inimigos se aproveitaram oportunamente na sua marcha para a Vila, pareceu menos bem considerada; mas as testemunhas ignoram os motivos e o objeto desta obra⁹⁵⁴.

Através dos depoimentos e do resultado inquisitivo, Bernardo Salazar Sarmiento chegou à conclusão de que << as fortificações eram muito próprias para a defesa >>, levando em consideração << estar a nossa esquadra marítima dentro do porto >>.

As obras e todo o reconhecimento do trabalho nas fortificações e sistema de defesa eram inestancáveis. O governador, constantemente, ia pessoalmente << assistindo >> os trabalhos. Com pouco respeito das tropas, suas ordens eram ambivalentes: << Umas em seu nome outras em nome do general >>. Para ganhar a simpatia dos soldados, deixava que trabalhassem << com dinheiro da sua bolsa, para os trazer mais satisfeitos >>.

Segundo as testemunhas e as conclusões a que chegou o Desembargador e Ouvidor Geral do Crime, Bernardo Salazar Sarmiento, sobre o armamento bélico era que << a artilharia tanto das fortalezas como dos redutos e trincheiras, se achava toda com a sua pelamenta e em estado de manobrar >>. A munição chegava a cem tiros por peça.

⁹⁵³ Bicentenário da transferência da capital [...], Bernardo de Salazar Sarmiento Eça e Alarcão ao marquês do Lavradio, Rio de Janeiro, 30/11/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 116-127, p. 117.

⁹⁵⁴ Bicentenário da transferência da capital [...], Bernardo de Salazar Sarmiento Eça e Alarcão ao marquês do Lavradio, Rio de Janeiro, 30/11/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 116-127, p. 117.

No que diz respeito ao número de soldados, tocava na administração do marquês do Lavradio. As recomendações eram para suprir a capacidade de homens e armas. Com um contingente insuficiente de soldados na Ilha, era impossível manter-se em segurança.

A tropa paga de toda a Ilha e dependências era o regimento da sua guarnição que tinha alguma gente destacada na Laguna; o de Pernambuco ou completo ou com pouca falta; quatro companhias do regimento do Porto, e duas de artilheiros ou Completas ou quase. A infantaria auxiliar eram seis companhias de setenta homens; a Cavalaria, cinco de quarenta, por todas onze completas; algumas testemunhas dizem doze. Havia mais de seiscentos homens de Ordenança capazes de tomar armas, além da escravatura; as munições de boca e guerra eram em abundância, isto é, o que se alcança dos juramentos das testemunhas.

Eça e Alarcão chama a atenção para a falta de fortificações no continente e na terra firme. Outra mancha na imagem do vice-rei. A Ilha estava fortificada em quase toda a sua costa, mas o continente não tinha mais que algumas trincheiras e armazéns. Apenas no sítio do Cubatão haviam construído alguns armazéns, justamente por ordem do general, << mas este sítio nem era defensável por natureza, nem o estava por arte, e podia facilmente ser cercado e surpreendido >>.

Por outro lado, a relação entre o marechal e o governador na administração da Ilha foi cercada de desentendimentos. Durante a chegada da armada espanhola, essas diferenças foram agudizadas.

Prova-se, contudo, que dias antes de aparecer a Armada Espanhola, tivera o General no seu quartel uma disputa com o Governador da Ilha Pedro Antonio da Gama e Freitas, sobre a falta de execução de ordens; uma delas que alguma testemunha individua, era sobre a expedição que o Governador não tinha feito para a Laguna, com o transporte do que se não precisava na ocasião do combate, e que devia fazer-se em umas sumacas, as quais já podiam estar de volta; altercaram mais sobre algum ciúme e falta de sinceridade, em pontos concernentes ao serviço que o General arguia⁹⁵⁵.

Por outro lado, o brigadeiro José Custódio foi declarado culpado pela entrega da Ilha. Como seguiu com os espanhóis, não tinha condições de defesa. Pode-se argumentar que – tanto o vice-rei, marquês do Lavradio, quanto Furtado de Mendonça – declararam o brigadeiro culpado, já que não tinha qualquer chance de se defender. << João Vicente jura que no Conselho a que fora chamado, dissera o General para o

⁹⁵⁵ Bicentenário da transferência da capital [...], Bernardo de Salazar Sarmiento Eça e Alarcão ao marquês do Lavradio, Rio de Janeiro, 30/11/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 116-127, p. 119.

brigadeiro José Custódio, que duas cousas lhe faziam perder a paciência; uma o retiro da Esquadra — outra a deserção do tenente José Henriques, que pelo recado que foi á fortaleza de Santa Cruz, se via tinha descoberto aos espanhóis tudo que havia na Ilha >>. Até mesmo as testemunhas seguiram as mesmas inclinações dos comandantes e do vice-rei em culpar o brigadeiro⁹⁵⁶. Como lembra Foucault:

A culpa não começava uma vez reunidas todas as provas: peça por peça, ela era constituída por cada um dos elementos que permitiam reconhecer um culpado. Assim, uma meia-prova não deixava inocente o suspeito enquanto não fosse completada: fazia dele um meio-culpado; o indício, apenas leve, de um crime grave, marcada alguém como “um pouco” criminoso. Enfim, a demonstração em matéria penal não obedecia a um sistema dualista; verdadeiro ou falso; mas um princípio de gradação contínua: um grau atingido na demonstração já formava um grau de culpa e implicava consequentemente num grau de punição. O suspeito, enquanto tal, merecia sempre um certo castigo; não se podia ser inocentemente objeto de suspeita. A suspeita implicava, ao mesmo tempo, da parte do juiz um elemento de demonstração, da parte do acusado a prova de um certa culpa, e da parte da punição uma forma limitada de pena. Um sistema que continuasse suspeito não estava inocentado por isso, mas era parcialmente punido. Quando se chegava a um certo grau de presunção, podia-se então legitimamente executar uma prática que tinha um duplo papel: começar a punir em razão das indicações já reunidas; e servir-se deste início de pena para extorquir o resto de verdade que ainda faltava. A tortura judiciária, no século XVIII, funciona nessa estranha economia em que o ritual que produz a verdade caminha a par com o ritual que impõe a punição. O corpo interrogado no suplício constitui o ponto de aplicação do castigo e o lugar de extorsão da verdade. E do mesmo modo que a presunção é solidariamente um elemento de inquérito e um fragmento de culpa, o sofrimento regulado da tortura é ao mesmo tempo uma medida para punir e um ato de instrução⁹⁵⁷.

Ao terminar o relatório final, Bernardo Salazar Sarmiento chama a atenção dos depoimentos Manoel Godinho de Mira, Manoel Nunes Ramalho e Fernando da Gama sobre a conduta do brigadeiro José Custódio.

7.2.4 As tentativas de defesa do marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça

Durante a prisão, Antônio Carlos Furtado de Mendonça esforçou-se para reduzir a pena. Exigiu um depoimento e a sua versão sobre a capitulação. Além disso, montou

⁹⁵⁶ Bicentenário da transferência da capital [...], Bernardo de Salazar Sarmiento Eça e Alarcão ao marquês do Lavradio, Rio de Janeiro, 30/11/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 116-127, p. 123.

⁹⁵⁷ Michel Foucault, *Vigiar e punir* [...], pp. 37-38.

seu próprio corpo documental. Já esperava ser remetido para Lisboa e ser julgado nos tribunais da corte.

7.2.4.1 Primeiro esforço argumentativo

Após os depoimentos dos militares na devassa instaurada pelo marquês do Lavradio e da sua finalização e entrega pelo desembargador Bernardo Salazar Sarmento Eça e Alarcão, o marechal pediu para depor. Furtado de Mendonça queria dar sua versão sobre os fatos ocorridos na Ilha de Santa Catarina, durante a chegada das forças castelhanas e a capitulação da Ilha.

Portanto, no mês de maio de 1778, o Desembargador e Ouvidor Geral do Crime, Bernardo Salazar Sarmento Eça e Alarcão, e o escrivão da Fazenda Real, Fernando Pinto de Almeida foram até a fortaleza do Castelo a fim de interrogar o marechal-de-campo, após as insistentes reclamações sobre os abusos do vice-rei. O próprio Luís de Almeida assegurou ao marechal-de-campo pleno direito de defesa. << Na sobredita ordem que acaba de ser lida que a sentença e as representações dele respondente não de ir a real presença da rainha nossa senhora >>. Temendo seu próprio retorno à corte, o marquês do Lavradio garantiu que as sentenças e representações << vá a sua real presença tudo e não pedaços, troneados e compostos, e se remete inteiramente as suspeições protestaço e apelaço que tem entreposto, e sendo esta ordem que acaba de ser lida uma prova da sua falta de liberdade para se defender >>⁹⁵⁸. A 18 de maio, defendeu abertamente o marechal e atribuiu << as suas respostas e acusações às suas moléstias, às quais também atribui a sua conduta na Ilha, pois não podia ser imputada nem a falta de valor nem de fidelidade >>⁹⁵⁹.

Além das diversas denúncias promovidas pelo marechal contra Luís de Almeida, Furtado de Mendonça afiançava dizer a verdade: << respondente disse na sua suspeição nada é falso e de tudo são testemunhas toda a cidade até as pedras da rua >>. O marechal acusava Luís de Almeida de tramar contra ele, consequentemente trabalhar em favor do governador, Pedro Antônio da Gama Freitas, << que Luiz Borges Salgado fosse a Ilha de Santa Catarina em diligências favoráveis ao governador Pedro Antônio e

⁹⁵⁸ Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

⁹⁵⁹ José d'Almeida Correia de Sá, *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal*, 2º Marquez de Lavradio, 3º Vice-Rei do Brasil, São Paulo, Editora Nacional, 1942, p. 124.

voltasse, e como ele [...] vice-rei quer que tudo se faça debaixo da sua espesão e pelas suas instruções com o fim que ele sabe, e sabem todos >>.

Furtado de Mendonça pedia direito de não resposta. Por outro lado, passava a forjar instrumentos de defesa. A peça acusatória montada por Luís de Almeida, segundo o marechal-de-campo, sobrecarregava a sua culpabilidade frente à defesa da Ilha. As perguntas feitas às testemunhas na devassa engendrada pelo vice-rei eram tendenciosas e direcionadas. Perante as dificuldades de sua defesa, Furtado de Mendonça tramava argumentos contraditórios e acusatórios.

E por ele dito Ministro foi intimado ao mesmo Respondente que não quisesse abster-se pertinazmente em não responder s perguntas que queria fazer lhe e eram necessários a boa ordem do processo porque a vista da nova ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo marquês vice-rei não havia razão alguma para esta repugnância, e de outra sorte o haveria ele dito ministro por confesso em todos os cargos e culpa que lhe resultassem das provas das provas da Devassa, e das perguntas dos mais presos, e se lheião(?) a de matéria mais defesa a vista desta sua contumácia, porque nesta forma se cumpria como devia cumprir com as ordens da rainha Nossa Senhora⁹⁶⁰.

O marechal fez duras críticas ao vice-rei. Luís de Almeida fazia-se mouco às acusações do general. Dizia ele, que sua defesa << nunca fora do ânimo do marquês vice-rei nem dele ministro >>. Lembram Arno Wehling e Maria Wehling que << ao longo da administração de Lavradio, o tribunal trabalhou em estreita cooperação com o vice-rei >>⁹⁶¹.

O marechal foi inquirido na fortaleza do Castelo. No interrogatório, respondeu a diversas perguntas. No total, quarenta e oito questões, que iam desde sua relação com o governador até a tentativa de impedir a deserção das tropas. A primeira pergunta dos desembargadores foi << se ele respondente comunicava ao Gov.^{or} as ordens que tinha do vice-rei >>. Furtado de Mendonça respondeu << que ele comunicava todas as ordens ainda as mesmas cartas que ele escrevia ao vice-rei [...] que era o eco de sua vos >>. Entretanto, << p.^{lo} contr.^a o governador lhe não dava [...] de coisa a alguma, nem das ordens que recebia, e nem ainda da execução das q. o respondente lhe ordenava, mas só por acaso >>.

A segunda questão era se havia notícia da armada castelhana. << Que havia >>, disse o marechal, tanto << vinda pela Colônia >> como << vindo da Corte >>.

⁹⁶⁰ Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

⁹⁶¹ Arno Wehling; Maria José Cavalleiro de Macedo Wehling; *Direito e justiça no Brasil Colonial*, o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, 1751-1808, Rio de Janeiro, Renovar, 2004, p. 233.

Perguntado o que fez após a notícia, disse: << continuou as o obras da fortificação com todo o calor, pela direção do Engenhr.^{os} esperando cada dia que lhe chegasse do R.^o de Janr.^o >> novas recomendações para << executar o plano da defesa, q. tinha vindo de Lisboa >>.

O depoimento do marechal pouco ou quase nada mudou do que já tinham dito os soldados. Muitas vezes chega a ser redundante. Poucas embarcações, o uso de canoas e sumacas particulares na travessia e marcha para a terra firme, poucas tropas e destacamentos e << gente competente >> nas << fortalezas e fortificações >>. Segundo ele << pela falta de gente q. não chegava nem ainda para guarnecer os postos >>. Mas, << se faltava gente e sem ela senão podia defender as fortalezas, p.a q. se lhes fizerão obras >>, perguntou o inquiridor. Furtado de Mendonça respondeu que, antes desse evento, a Ilha não tinha conhecido semelhante ataque. Vai mais longe na argumentação, dizendo que, se os castelhanos tivessem atacado com os homens que tinham na América, calculava três a quatro mil homens, e se, contassem os luso-brasileiros com as baterias flutuantes, como era o plano original de Lisboa, a Baía Norte estaria protegida.

Porque antes da not.a do inimigo nunca pareceu, q. seríamos atacados com poder tão grande, e se fossemos atacados com três ou quatro mil homens, e embarcações de pouca força, q. era todo o poder q. os castelhanos tinham na América, p.a nos acometer, podia bem defender-se a Ilha, com a gente, e fortificações q. tinha, porq. com tão pouco poder, não poderia o inimigo fazer digreções poderosas a q. senão aacodise(?), e q. depois da nos.a chegou também o plano de Lisboa, q. certificava, haver de estar a Esquadra dentro do Porto, e fazer-se um cordas de Navios, e baterias flutuantes, com cuja defesa, e com as fortificações q. se tinham feito, se defendia a Il.a e as fortalezas, porq. em quanto a armada combatia, com as nosas Naus, e cordão, não havião os inimigos fazer desembarque, e se o fizessem(?) havia de ser, menos poderoso, e podia destacar-se da Il.a(?) alguma gente, a embarcar-lhe a paso(?), estando nos na certeza, q. a Il.a não podia ser atacada com embarcações p.la barra do Norte, guarnecida com o cordão, e Armada, e Fortalezas, nem p.la Barra do Sul, a que a Fortaleza daquela p.e podia fazer uma defesa completa, até meter a pique, as piquenas embarcações, q. se podem navegar para aquela Barra, e quando servisse por a que La banda, algum rumor, também podia acodir-se, e quando a nossa armada, e corda(?) se consumisse, acrescião três, p.a quatro mil homens p.a a defesa da terra, como dizia o plano de Lisboa, e com eles, já podia-nos guarnecer competam.e os postos, fortificar os padraços, e alguns pasos, e ter algum corpo de reserva, p.a acodir ao q. fosse mais preciso, e q. nesta conformid.e he q. o respondente tinha projetado a defesa da Ilha cingindo-se ao espírito do plano da corte q. era a única defesa q. podia haver, a vista do grd.e poder da Armada Espanhola, e por isso mandou continuada Fortificações assim as trincheiras e da Il.^a, como das fortalezas, conforme o tempo, e as forças permitião⁹⁶².

⁹⁶² Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

Quanto à estrada construída, a qual dava acesso à vila, disse que não foi ele quem autorizou a construção, mas o governador.

Sobre o Conselhos de Guerra respondeu << como verdade >>. E, que, o número de oficiais e engenheiros eram suficientes e << competente [...] de of.^{es} maiores >>, sem necessidade de << of.^{es} subalternos >>. Disse mais, << que os vogais todos sabiam que não faltavam munições, nem mantim.^{tos}, e sabiam também o estado das fortificações, agente q. havia, e não chegava p. guarnecer todos os postos, nem corpo de reserva >>, além disso, muitos << vogais observaram o desembarque q. estava feito, e retiro da nossa armada >>. Dessa forma, << se convieram os vogais na evacuação das fortalezas, e da ilha >>. Todos << conhecerão a impossibilid.^e da defesa [...] em q. nos achava-mos de tão pouca gente, estando os inimigos tão poderosos Snr. francos da Marinha, e a nossa Esquadra, retirara, transtornado inteiram.^{te} o plano de Lisboa >>. Perguntado se << algum houve que repugnou a evacuação das fortalezas, e da ilha, sem q. se fizesse alguma resistência >>, reconheceu << que não houve vogal algum q. se repugnasse mais q. o governador Pedro Ant.^o >>.

Perguntado << porque senão fez enfim esta alguma defesa, p.^a ao depois se capitular, [...] salvando-se também a honra da nação, e ao menos poderia verse a forma com q. os inimigos nos atacavão, que era o voto do governador >>, respondeu:

Que é preciso não ter ideia alguma nem conhecim.^o da Ilha, p.^a entrar em semelhantes questões, porq. os castelhanos tinham desembarcado um 12\$ homens ao que pareceu aq.mo(?) observou, e ganhando o padraço da Ponta Grossa, com menos de cinquenta homens, destruirão aquela fortaleza condenada, e q.^e indo depois disto fazer posto ao passo de Santo Antonio que estava guarnecido, ainda sem o atacar, mas so intersendo(?)o, podião mandar diversos corpos por outras partes, e caminharem p.^a a Vila, ou a darem aquelas costas, na guarnição de Santo Ant.^o, que podião fazer outro desembarque na Lagoinha, como outras partes ainda que fosse de pouca gente, caminhando dasilm.^e p.^a a V.^a, para com estas diversões, nos não deixarem acudir aq.^a alguma e mandando, quês quer duas embarcações armadas p.^a o estreito p.^a varejar com a artilharia já ninguém podia passar a terra firme, nem escapar uma canoa, e quando escapasse um piquete de 100 homens a portados na terra firme, ninguém a ela podia abordar, que não fosse-morto, ou prisioneir.^o e como ninguém podia impedir estas, operações, por não termos marinha, viria necessariamt.^e o inimigo tomar a tropa com as armas na mão correndo, e sem refúgio de qualid.^e algum, emt.^o mais se fizessem também ataque geral por mar, como lhe era fácil, porque ninguém os podia impedir não sendo nos forças no mar, e por esta razão é que se esperou não esperou a formado ataque, porq.^e p.^a nos impedir o passo da retirada, q.^e so podia ser pl.^o estreito, bastava postarem os inimigos neles, duas embarcações artilhadas⁹⁶³.

⁹⁶³ Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

A pergunta seguinte tentava desestabilizar o marechal. Deixando de lado a falta de embarcações, tropas, regimentos e da própria esquadra no porto. << A ordem do vice-rei era se não desamparasse a Ilha senão depois de uma vigorosa resistência >>, perguntara o desembargador. Em contrapartida, Furtado de Mendonça respondeu que essa ordem vinha com o plano de Lisboa, mas se << o vice-rei, tivesse dado todas as providências p.^a isso, que ele respondente pediu por cartas mt.^o repetidas, certamt.^e se fazia toda a resistência até o ponto ou de se salvar a ilha, ou de morrerem todos, porém faltando-se a este plano, era impossível as resistências pelas razões já ponderadas >>.

O marechal chegou afirmar que foi Luís de Almeida que não cumpriu o plano de Lisboa, ordenando o comandante da Esquadra do Sul, Robert Mac Douall, para a Enseada das Garoupas e não para a defesa do porto como previa o plano desenvolvido na corte: << a Esquadra, e o chefe lhe dise que ia ou garoupas, escreve(?) logo p.^r mar, e por terra, ao Vice Rey, pedindo-lhe instatemente q. desse as ordens p.^a se executar o plano de Lisboa, e o chefe voltar p.^a dentro do porto, ao que nunca e se lhe deu resposta >>.

Em contrapartida, Furtado de Mendonça era questionado << ele responde ainda depois de se ter retirada a armada, escreveu ao vice-rei q. havia de defender a ilha >>. O marechal respondeu: << Sim, e isso mostra a intenção dele respond.^e e o ânimo em que estava de defender a ilha, até o último extremo, se ouvesse qualquer aparência de bom sucesso, por e refletindo ao impossibilid.^e pelas circunstâncias que ficão ponderadas, assentou com o parecer dos vogais >>.

Perguntado por que não avisou os moradores do desembarque do inimigo, respondeu que facilitaria a notícia da movimentação das tropas.

No depoimento, o marechal reforçou a estratégia de levar as tropas até Laguna para, posteriormente, seguir para Viamão, onde receberia o apoio das tropas do Sul.

Perguntado sobre a travessia, se << houve boa ordem >>, o general responde que, pelo contrário, durante a evacuação tudo foi na maior desordem. Furtado de Mendonça reforçava o depoimento dos outros depoentes. << Tudo foi desordem, porque tendo se determinado a evacuação, e passando ele respond.^e as ordens ao go.^{vor} p.^a que fizesse passar a tropa, se recolheu ao seu quartel, p.^a escrever ao vice-rei, e ao tenente-general, expedindo as paradas >>, declarou o marechal, << eram quatro horas da tarde, entendendo já estar toda a tropa embarcada, mas achou p.lo centr.o q. nem ainda tinha chegado o destacando de S. Antônio, e o foi buscar levando o p.a a Praia, aonde ainda

estava p.a embarcar a maior parte >>. O marechal expôs sua visão sobre a marcha para o Cubatão e a estratégia pós-marcha para terra firme:

Que a ordem respondente foi, que a noite, estivessem todas as embarcações na Freg.^a de S. José, assim sumacas, como lanchas, e canoas, p.^a q. ali embarcassem tudo o que pudesse p.^a a Vila nova, ou Laguna, qual o tempo melhor, permitisse, e nas embarcações q. não pudessem cortar o mar grosso, se embarcassem todas os q. pudessem, por terra p.^a o mesmo Cubatão escoteiros(?)= que as embarcações q. lançassem apr.^a gente na Laguna, ou Vila nova, haviam de voltar ao Cubatão, a carregarem o que ali estivesse, e que a gente que embarcassem nas embarcações pequenas da Frg.^a de S. Jose p.^a o Cubatão, deviam logo que chegassem a este sítio, continuar a marcha por terra, ficando só no Cubatão um destacamento de gente q. tivesse marchado por terra, a esperar as embarcações que voltassem da Laguna, ou V^a Nova, e as embarcações pequenas, largando agente no Cubatão, haviam mandar-se passar p.^a os rios q. estavam tanto antes de chegar ao Cubatão; como depois de o passar, p.^a facilitar os transportes, em termos que, q.^{do} chegasse a evacuar-se a Fortaleza da Barra do Sul, estivesse a Tropa q. caminhasse por terra adiantada dois dias, ou dia e meio de marcha; o destacam.^t que ficasse no Cubatão embarcado nas embarcações maiores, q. tivessem vindo de Laguna, ou V^a Nova, depois de desembarcado o primr.^o transporte⁹⁶⁴.

Perguntado << por que senão executou esse projeto >>, respondeu que quando << chegou a S. José alta noite, não achou embarcação alguma, das q. ali mandava estivessem, tantas sumacas e lanchas, como canoas, e voltando pelo cam.o de terra, a procurada Tropa q. tivesse not.a(?) estar imped.o na passagem do Rio Aririú, por falta de embarcações >>. Depois disso, teve uma << disputa mt.^o viva >> com o governador << sobre a falta de execução das ordens q. lhe tinha dado, e extravio das embarcações >>.

Questionado por que << não continuou a marcha por terra para diante do Cubatão >>, respondeu que:

[...] chegando ali a incorporar-se as relíquias da Tropa, já se tinha entregue a Fortaleza da Barra do Sul, e perguntando-se a tropa, se estava prompta, a continuar a marcha por terra, ainda que se disse q. os soldados estavam em desobediência, o certo é dizem eles q. estavam prontos, com tanto q. os desarmassem, dos grd.^{es} pesos, que tinham até ali carregado por que com eles não podião marchar, e perguntando ele respond.^e ao Governador se podia aprontar as bestas necessárias, para o transporte, respondeu que não, porque já os povos lhe não obedeciam⁹⁶⁵.

As perguntas buscavam incriminar o marechal. Se não haviam bestas << por que não mandou ele respond.^e buscar as bestas que haviam no campo da Araçatuba >>

⁹⁶⁴ Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

⁹⁶⁵ Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

indagou o Desembargador e Ouvidor Geral do Crime. Respondeu: << Porque estas bestas eram chucras, sem saberem trabalhar, nem havia preparos p.^a elas >>.

Em outra pergunta o inquisitor questionou << que era melhor defender a ilha >> do que << meter a tropa naquele Cubatão em tal aperto >>. Furtado de Mendonça respondeu que seu objetivo << era salvar a tropa, e não perde-la >>. Além de, estrategicamente, << impedir a entrada dos inimigos no Contin.^o de Viamão >>, mas << não podia prevenir q. as suas ordens, e o seu projeto fosse desvanecido, pela falta de execução >>.

Além disso, o marechal reforçava a ideia de que, se a esquadra tivesse mantido a entrada do porto, << certam.^e se defenderia, a Ilha >> e, cumpriria o plano e as instruções vindos de Lisboa, assinadas pelo marquês de Pombal. Furtado de Mendonça acusava o governador pela retirada para a terra firme. Responsabilizava-o por não aprontar as embarcações destinadas à travessia e de não obedecer as suas ordens.

A infelicit.^e de se não poder afetuar a retirada, como o general comand.^e tanto desejava, deve ser responsável o governador Pedro Antônio da Gama, não só p.^{lo} que se vê nos conselhos que a ele se encarregou o dar as providências para esta retirada, mas porque depois lhe encarregou o general comand.^e antes de passar a tropa p.^a a terra firme, apromptase quatro sumacas, dois grandes saveiros, a maior parte das lanchas da Esquadra que deixaram em terra, e as lanchas da pesca das Baleias, pertendendo o general comand.^e embarcar a Guarnição nas referidas embarcações na Freg.^a de S. José, situada, na terra firme, légua e meia pouco mais ou menos, onde se recomendou ao mesmo g.^{or} as pusesse prontas; e que sendo preciso em pregasse nesta delig.^a desde os coronéis, é último oficial que achasse caaz, porque no dia da passagem da Tropa, por caiza do vento Sul que era grande embarasou o embarcar logo a Tropa, nas referidas embarcações; e com efeito, no dia seguinte da passagem, se as embarcações estivessem prontas no referido sítio, que como ouve vento favorável, se poria a tropa toda em salvo, em lugar competente dentro em poucas horas; e não cuprimentaria a Tropa os inconvenientes e os trabalhos que passarão no cam.^o de terra, por estarem estes em capazes, tendo-se recommendado ao Governador, o cuid.^o deles; e os soldados sem ordem do general irem tão carregados, que por este mot.^o, os que não dezertarão no caminho, chegarão estropiados e em bastante desobediência, ao lugar do Cubatão, sendo bem certo, que se o general comand.^e não tivesse a preceito do governador se o eco; por onde tudo se executasse, ele general ao promptaria na forma do seu costume⁹⁶⁶.

A autoridade jurídica ainda questionava, mesmo sem << bestas, podia continuar-se a marcha por terra, porque mt.^{os} soldados, e em partidas grandes continuarão a marchar p.^a o R.^o G.^e e não acharão impedimento >>.

⁹⁶⁶ Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

O marechal ainda respondeu ao inquérito, dizendo que tinha a sua disposição para o defesamento da Ilha, apenas << magotes de homens >> que << comião o q. achavão >>. A ação de << marchar um corpo de tropa, sem haver q.m lhe levasse os mantim.os q. não havia naqueles países de certos, e de caminhos os mais difíceis, porq. era preciso ir pelos matos uma pessoa atrás da outra subindo, e descendo morros >>.

Perguntado << porq. mandou oferecer capitulação ao inimigo >> respondeu << Porque vendo-se nesta situação impossibilitado acontinuar a marcha por mar, e por terra, e os inimigos Snr. da Barra do Sul, e de todo o mar, podia vir cercalos, e pareceu, que p.^a este meio, se poderia conseguir a salvação da Tropa, que era o único objeto q. mais ocupava a ele respond.^e >>. Sobre se os << of.^{es} souberão que assignavam o termo de não pegarem em armas >>, responde que << esse papel esteve público >>⁹⁶⁷.

7.2.4.2 Martim Correa de Sá, também capitulou

Sem resultado favorável nas alegações iniciais, ainda preso na fortaleza do Castelo, a 3 de março de 1779, Furtado de Mendonça pediu ao Ouvidor do Rio de Janeiro << uma certidão com o teor do Alvará de 22 de junho de 1712 que sua Mag.^e foi servida mandar passar em Consulta do Conselho Ultramarino de 11 de março do mesmo ano, para o Chanceler da Relação da Bahia devassar e sentenciar em Almada >> os militares luso-brasileiros responsáveis pela defesa do porto do Rio de Janeiro durante as invasões francesas (1710-1711), sendo o principal responsável pelo logro defensivo o sargento Martim Correa de Sá. Este que, durante os Conselhos, votou pela capitulação da cidade do Rio de Janeiro aos franceses. Considerado um dos principais réus foi << foi pronunciado, e obrigado a prisão, e livram.^{to} >>⁹⁶⁸.

O Alvará real citado pelo marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça autorizava o chanceler da Relação da Bahia ao devassamento e prisão dos responsáveis pelo defendimento da cidade de São Sebastião durante a investida francesa. Eram considerados...

[...] culpados, o Governador, oficiais de Guerra, e outras muitas pessoas, e por ser de tanta gravidade o caso, e ser conveniente se castiguem os culpados de qualquer qualidade que sejam, para que tenha satisfação a Justiça, e conste a todos o sentimento que tive da má conta que derão de sua obrigação, os que

⁹⁶⁷ Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

⁹⁶⁸ Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

faltarão a ela, e da confiança que faço da vossa pessoa, espezo averigüeis a verdade com aquela exacção, atividade, e zelo, com que sempre me sensistes: Hei por bem, e vos mando, passeis á Capitania do Rio de Jan.o, e tanto que a ela chegardes, antes de entrar a devassar, prendaes logo ao Governador Francisco de Castro Moraes, e lhe seqüestrais seus bens, e o mesmo aos Mestres de Campo João de Paiva, e Francisco Xavier, e as mais pessoas que nos for notório incorrerão na mesma pena⁹⁶⁹.

Durante a entrega do Rio de Janeiro, os militares luso-brasileiros foram presos, passaram por uma rigorosa devassa e tiveram seus bens sequestrados⁹⁷⁰. Da mesma forma, os militares responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina responderam no Rio de Janeiro e na corte. Um dos casos mais emblemáticos foi do sargento Martim Corrêa de Sá, processado e sentenciado à prisão além do confisco do patrimônio. Na corte, teve sua pena comutada, muito provavelmente pela filiação à importante família Corrêa de Sá⁹⁷¹. Nesse caso, a derrota e a ingloriosa ação na defesa do Rio de Janeiro do sargento Martim não foram capazes de apagar a importância política-social-simbólica da família do Rio de Janeiro e na corte, onde, é importante lembrar, eram muito influentes. Anos mais tarde, o mesmo Martim foi agraciado com a patente de mestre-de-campo⁹⁷².

Não podemos esquecer que Antônio Carlos Furtado de Mendonça também fazia parte da rede governativa existente na corte e nas colônias. Era descendente de uma das famílias mais influentes e prestigiosas da coroa lusitana mesmo sem pertencer aos Grandes de Portugal. E, vendo o caso de Martim Corrêa de Sá, muito provavelmente buscava através de justificações, defesas e representações alívio e/ou redução da pena.

7.2.4.3 Auto de justificação

Como já sabemos, desde 1777, Antônio Carlos Furtado de Mendonça estava preso. Não era novidade para ele que seu destino era a corte. A 29 de janeiro de 1779, o visconde de Vila Nova de Cerveira ordenou a Martinho de Melo Castro determinar ao

⁹⁶⁹ Alvará de 22 de junho de 1712, In, Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

⁹⁷⁰ Pronúnciação e Termo da Devassa que se tirou por ordem de D. João V pela Alçada do ano de 1711, In, Autos da devassa do Rio de Janeiro que se tirou pela alçada do ano de 1711, ANTT, Papéis do Brasil, Códice 5, pp. 256-258.

⁹⁷¹ Luis Felipe de Alencastro, *O Trato dos Videntes*, A Formação do Brasil no Atlântico Sul nos Séculos XVI e XVII, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, Apêndice 3 – A Família de Salvador Correia de Sá e Benavides.

⁹⁷² Consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa, 3/02/1731, AHU_Rio de Janeiro_Avulsos, Doc. 2399.

vice-rei, Luís de Vasconcelos e Souza, o envio dos militares luso-brasileiros responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina durante a invasão espanhola. O objetivo era serem julgados nos tribunais do Reino⁹⁷³. Dessa forma, o marechal-de-campo, tinha pressa no desenvolvimento do inquérito para enviá-lo à corte. Buscava, acima de tudo, o << alívio da prisão >>, além refutar as acusações feitas pelo vice-rei, marquês do Lavradio, dois anos antes.

[...] querendo fossem perguntadas suas testemunhas hoje de manhã quatorze do corrente o não conseguiu pelas ocupações de nossa merce clamo(?) pertende o suplicante remeter seu instrumento na presente embarcação que está a sair para Lisboa e toda a mora lhe seja prejudicial maiormente sendo seu requerimento dirigido ao alívio da prisão que sofre nestes termos de que abeniguidade de nossa merce lhe queira perguntar hoje de tarde suas testemunhas vista a precisa necessidade que tem no adiantamento do desfecho(?) requerimento⁹⁷⁴.

Desesperadamente, Furtado de Mendonça tentava provar sua inocência junto à coroa lusitana. Na tentativa de aumentar a quantidade de documentos para levar à corte, a 14 de junho de 1779, na vila de Santo Antônio do Recife, em Pernambuco, foi apresentada ao escrivão Joaquim José da Silva, do Desembargador Antônio José Pereira Barroso de Miranda Leite, pelo marechal Antônio Carlos Furtado de Mendonça uma << petição de itens justificativos >>. Ainda preso na << Fortaleza do Castelo >> – como era chamada a Fortaleza de São Sebastião do Castelo –, no Rio de Janeiro, Furtado de Mendonça tenta uma última chance de livrar-se da responsabilidade pela invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina. A petição continha uma série de perguntas que deveriam ser feitas pelo Desembargador às testemunhas escolhidas pelo general.

Um mês depois de apresentar a << petição >>, na casa do desembargador e ouvidor-geral da capitania de Pernambuco, Antônio José Pereira Barroso de Miranda Leite, na vila de Santo Antônio do Recife, junto com o inquiridor Antônio José de Gusmão, dava-se início à << sentença civil de justificação >>, sendo o escrevente Joaquim José da Silva.

Foram chamadas sete testemunhas, entre elas: Homem Bom de Farias Correa Cesar, tenente-de-infantaria paga, de Pernambuco, 32 anos; José de Melo Cezar de Andrade, Regimento pago, 50 anos; José Vaz de Pinho, tenente-de-infantaria do

⁹⁷³ Visconde de Vila Nova de Cerveira a Martinho de Melo e Castro, Salvaterra dos Magos, 29/01/1779, AHU-Santa Catarina, cx. 5, doc. 25; AHU_ACL_CU_021, Cx. 4, D. 282.

⁹⁷⁴ Sentença civil de justificação a favor de Antônio Carlos Furtado de Mendonça, ANTT, Feitos Findos, Documentos referentes ao Brasil, mc 8, nº 8.

Regimento pago, 39 anos; José de Barros Rego, alferes-de-infantaria paga do Regimento da vila do Recife, 27 anos; José Afonso Monteiro, cabo-de-esquadra do Regimento pago, 20 anos; Marcelino de Castro Monteiro Ferreira, morador de Goianna, 39 anos; e, Miguel Joaquim Pereira Prates, capitão-de-infantaria do Regimento de Pernambuco, 44 anos.

Das sete testemunhas que participaram da << justificação >>, apenas três não estavam na devassa realizada pelo marquês do Lavradio. Homem Bom de Farias Correa Cesar, José de Melo Cezar de Andrade, José Vaz de Pinho e Miguel Joaquim Pereira Prates deram seus depoimentos na devassa do vice-rei. Nenhum deles foi levado preso para Lisboa. Após o processo, ao que parece, a grande maioria foi liberta e permaneceu em seus postos. A maioria fazia parte do Regimento de Pernambuco, e alguns eram remanescentes do Regimento de Moura do qual Furtado de Mendonça fez parte durante a Guerra dos Sete Anos, atuando como coronel-de-infantaria.

Foi justamente a atuação em Portugal que foi lembrada pelo escrivão. Após apresentar o marechal-de-campo e os serviços prestados durante a Guerra na praça de Moura, pedia intercedência aos seus problemas << que para o bem de sua justiça se lhe faz preciso justificar os itens seguintes >>. No primeiro item, o general busca justificar a retirada para terra firme devido ao elevado número de embarcações, soldados e forças dos castelhanos: << que sendo ele general comandante da Ilha de Santa Catarina na ocasião em que o invadiu a armada Del Rey Católico logo que o partido desta, pareceu, incomparavelmente, maior que as forças de defesa da mesma Ilha >>⁹⁷⁵.

Outra questão, que insistia o marechal-de-campo era o destino dos papéis, ouro e prata da Real Fazenda. Segundo ele, foi condicente no dever de cuidar dos equipamentos e demais utensílios. Dessa forma, respondia às autoridades competentes que << perguntara os seus creados se queria posessem a salva as suas principais alfaias, prata, móveis e mais preciosos de sua casa de tirando para o Cubatão para onde já se havia mandado um(?) trem da Real Fazenda livros e papéis da Provedoria >>.

Numa das questões, Furtado de Mendonça diz ter nomeado o próprio filho para ir com alguns superiores levar os << caixotes >> até o sítio do Cubatão. Luiz Antônio Furtado de Mendonça, ainda criança, foi o responsável pelas caixas com documentação, dinheiro e demais pertences da provedoria: << [...] marchou o capitão Manoel Gomes

⁹⁷⁵ Sentença civil de justificação a favor de Antônio Carlos Furtado de Mendonça, ANTT, Feitos Findos, Documentos referentes ao Brasil, mc 8, nº 8.

de Ataíde, o sargento José Edefranto(?) Ramos e Joaquim(?) de Souza Xavier, indo com eles José Antonio de Souza em companhia de um menino, muito da obrigação dele suplicante para a mencionada situação do Cubatão >>⁹⁷⁶. Tal alegação foi reforçada diversas vezes nos tribunais da corte. Até mesmo no Conselho de Guerra e no Conselho de Justiça, em Lisboa, o marechal-de-campo apresentou algumas cartas do próprio ajudante de ordens Manuel Gomes de Ataíde.

Il.mo Snr. = Mui meu senhor. Vou expressar a V. S^a o que depois da infelicidade sucedida naquela Ilha de S.ta Catarina segui, e a que pertendia seguir para que V.S^a Pay(?) e Snr. podem ter acerto as minhas ações. Fui mandado pelo Sn.r Antônio Carlos Furtado de Mendonça, logo que os nossos inimigos fizeram o primeiro desembarque pôr em segurança os seus papéis, e importantes ordens, e juntamente o seu filho o Snr. Luiz Antônio, para que nenhuma dessas couzas experimentassem reunia no conflito, que estava premeditado da defesa daquela Praça, que a todo o risco se pertendia fazer contra os desiguais forças do inimigo, e passando ao Cubatão, sítio destinado para último esforço, e vendo que os inimigos se asenhoreavam sem resistência da Praça, e Fortalezas mais defensáveis, julgueis estar mal seguro naquela paragem o que o dito Snr. me recomendava, e passando a Imbahu o puz em marcha para o refugiar com sigurança acima da Serra, e querendo eu retroceder a Vila nova encontrei uma parada, que voltava por não poder passar, e muitos soldados sem ordem, nem obediência, dizendo estar já tudo entregue, nesta aflição rezolvime acaminhar para o Exército, aconselhando os soldados que topava(?) fizessem o mesmo, e com um pequeno transporte que achei vim acima da Serra, que por mal aconselhado(?) experimentei nos matos, e asperos morros os maiores trabalhos, e necessidades que se podem considerar. Enfim Snr. cheguei, e valendome de Jose Bernardo de Castro para que me transporta-se até a sua casa o fez com prontidão dizendo que não só por compaixão dos nossos trabalhos, e miséria em que vinhamos o devia fazer, mas porque as ordens de V.S^a o determinavão, recomendando todo o zello(?), e favor porque necessitassem os que vinhão daquela parte destrossados. Cheguei a sua casa e achando o agasalho que permite o País para restabelecer-se o menino debilitado, que por obrigação, e afeto o não devo desemparar, me resolvi demorar alguns dias, e no enquanto esperar o favor que a V.S^a peço, e refazer-me do hecenario(?) para me transportar aonde as ordens de de V.S^a me detreminarem. Eu não tenho notícia alguma do Snr. Antonio Carlos trago seu filho, os papéis, e livros de ordens importantes, parte da capa do dito Snr, um Sargento do Regimento da Ilha que era mestre de rabeça do menino, dous criados graves(?), três escravos, de tudo isto espero de V.S^a a quem Deus guarde muitos annos. Estancia grande de Cima da Serra três de Abril de mil sete centos setenta e sete = Snr. Brigadeiro Governador Jose Marcelino de Figueiredo = De (...?) Senhoria Sudito, e criado = Manoel Gomes de Ataíde⁹⁷⁷.

Tais cartas foram pedidas pelo marechal. O próprio buscava celeridade no processo e julgamento. Furtado de Mendonça via nelas a resposta às autoridades e, ao

⁹⁷⁶ Sentença civil de justificação a favor de Antônio Carlos Furtado de Mendonça, ANTT, Feitos Findos, Documentos referentes ao Brasil, mc 8, nº 8.

⁹⁷⁷ Manuel Gomes de Ataíde a Jose Marcelino de Figueiredo, Estancia Grande de Cima da Serra, 3/04/1777, In, Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

mesmo tempo, uma forma de justificar a falta de empenho militar durante a investida castelhana na Ilha de Santa Catarina. Ao governador José Marcelino de Figueiredo, solicitou cópia das cartas endereçados pelo seu ajudante-de-ordens. Um mês após o encarceramento, entrou em contato com o governador do Rio Grande. A 11 de maio, << me pedia V.Ex^a lhe remetese a própria carta que me escreveu de cima da Serra o Capitão Ajudante de Ordens Manoel Gomes de Atayde, e que seria bom irem outras cópias autenticas da dita Carta, indo a própria >>, escreveu Marcelino ao marechal-de-campo, preso na fortaleza do Castelo. Antes de finalizar, sabendo da necessidade que Furtado de Mendonça tinha, enviava cópias aos << procuradores >> do réu, no Rio de Janeiro⁹⁷⁸.

Durante os dois dias de inquérito, os depoentes foram sucintos, diretos e corresponderam ao que esperava o general. No dia 14 de julho, quatro testemunhas foram ouvidas, no dia seguinte, outras três. Os declarantes foram unânimes ao afirmar que Luiz Carlos Furtado de Mendonça, filho do general, foi o responsável pela movimentação dos << caixotes >>. A << justificação >> do general termina em 13 de agosto de 1779, tendo um custo ao mesmo de << R\$ 4//100 >>.

A justificação não parece ter ajudado o general, pelo menos no Rio de Janeiro, mas servia para apresentar no Reino. A 1º de setembro, Luiz de Vasconcelos informou a saída da embarcação com os militares luso-brasileiros responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina. Furtado de Mendonça, junto com seu filho, foram enviados para Lisboa. Luiz Carlos passou a viver com os familiares no Reino, enquanto seu pai permaneceu preso até 1786, ano do decreto e anistia concedida pela rainha D. Maria I.

7.2.4.4 Ainda preciso, << justificar >> alguns << itens >>

Um ano depois, ainda na prisão do Castelo, Antônio Carlos Furtado de Mendonça enviou um pedido que necessitava << justificar >> alguns << itens >>, a 13 de setembro de 1779, assinado pelo desembargador Manoel José de Oliveira. Muito elogiado pelos vice-reis foi Vasconcelos, pela << retidão >> como correspondeu ao

⁹⁷⁸ Jose Marcelino de Figueiredo a Furtado de Mendonça, Porto Alegre, 23/07/1779, In, Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

longo do trabalho como desembargador na Ouvidoria Civil⁹⁷⁹ e, também, pelo tabelião Domingos Coelho de Brandão⁹⁸⁰.

O marechal iniciava suas acusações contra o governador, Pedro Antônio da Gama Freitas, e acusava com veemência Luís de Almeida pelo logro defensivo e, ao mesmo tempo, passava a exigir amplo direito de defesa. Contra Lavradio atribuía a arbitrariedade do poder. Segundo Furtado de Mendonça, ele fez << odioso >> diante das tropas; só voltou a pagar os soldos aos militares após os depoimentos para incriminar o marechal; uma administração caracterizado pelo despotismo jurídico e político; pelo controle de procuradores e ministros, além de prender oficiais de Justiça contrários as suas ações⁹⁸¹.

Furtado de Mendonça pedia para digirir seus requerimentos diretos para as mãos da rainha. << Enquanto o Il.^{mo} e Ex.^{mo} marquês do Lavradio, estivesse no governo >>, queixava-se o marechal-de-campo, << fez protexto de nulidade contra tudo o que se obrace contra ele suplicante >>. Assim, pedia às autoridades judiciárias do vice-reino e, ao mesmo tempo, << apelando também extrajudicial.^e para a Rainha Nossa Snr.^a de tudo quanto se fizesse, declarando logo como devia as causas desta sua apelação extrajudicial imediatamente para a Real Pessoa >>⁹⁸².

As investigações prosseguiram na direção dada por Luís de Almeida, e intensificaram-se as articulações com as autoridades judiciárias. Em seu abuso de poder, colocou todas as questões em segredo de justiça. Furtado de Mendonça pedia transparência no processo e não via necessidade de sigilo: << a que replicou ele sup.^e a V. S. dizendo-lhe, q. para ele sup.^e nem há, nem devia haver segredo algum a respeito do que ele disse; porque se foi o fato que ele praticou, e presenciou, não havia seguram.^e nele coisa >>.

⁹⁷⁹ Arno Wehling; Maria José Cavalleiro de Macedo Wehling; *Direito e justiça no Brasil Colonial*, o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, 1751-1808, Rio de Janeiro, Renovar, 2004, p. 212.

⁹⁸⁰ Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

⁹⁸¹ Consultar documento em anexo. (Anexo 3)

⁹⁸² Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

7.3 DAS FORTALEZAS DO RIO DE JANEIRO AO FORTE DE SANTA APOLÓNIA

Antes de serem enviados à Lisboa, os oficiais passaram por um rigoroso inquérito no Rio de Janeiro, instaurado pelo marquês do Lavradio. Aprovado pela coroa lusitana, Luís de Almeida manteve-os presos e sob vigilância nas fortalezas da capital, para somente em 1779 serem levados à capital do reino, onde permaneceriam presos aguardando a conclusão do Conselho de Guerra e do Conselho de Justiça.

7.3.1 A transferência e a prisão no Reino

Para o lugar de Luís de Almeida, foi nomeado Luís de Vasconcelos. Na terça-feira de 2 de fevereiro de 1779, a fragata de *Nossa Senhora de Nazareth*, comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra Antônio Januário, << a qual vai conduzir á sua destinação Luiz de Vasconcellos, Irmão do Conde da Calheta, nomeado por S. M. Vice-rei do Rio de Janeiro >>⁹⁸³. A 23 de abril, escreveu a Martinho de Melo e Castro a desastrosa travessia e os problemas na viagem.

Saindo desse porto no dia 2 de Fevereiro com o bom sucesso, e com um vento muito favorável, logo na noite do dia seguinte, fomos obrigados a desperdiçar um tempo tão próprio para adiantarmos a nossa viagem. Pelas onze horas da noite apreço pela popa da Fragata, uma pequena embarcação que disse ser Americana, e que depois de muita teima sobre mandar-mos o nosso escaler a seu bordo, sem que ela quisesse fazer o mesmo, entrou a disparar atilharia da qual me ficou por testemunha, uma bala de seis arrateis introduzida em uma minha guarda-roupa; nisto se passou a noite toda conservando-se a dita embarcação sempre no mesmo sítio da pôpa e destruindo o pano da Fragata onde principalmente dirigia as suas pontarias.

Ao amanhecer se aproveitou da sua ligeireza, sem que lhe podessemos dar caça por mais diligências que para isso se fizeram para o que concorreu muito também a equivocação de trazerem um pano em lugar doutro, que de novo se precisava. Então vi que a Companhia de Artilheria que veio dentro da Fragata, só servia de embaraçar e depois me constou, que de toda ela apenas um Tenente tinha embarcado um vez, e que a maior parte dela nem ainda em terra tinha visto exercício; o certo é que foi preciso que os marinheiros fizessem atrapalhadamente o ofício de de artilheiros.

Não foi este o maior incômodo, porque no dia 6 pegou o fogo nas latas dos fogões, e tendo a felicidade de se poder apagar, se viu toda a madeira por dentro do cobre em carvão, por se não ter examinado e concertado em Lisboa da viagem passada; assim como se achou a verga seca no meio quase aluida,

⁹⁸³ Jornal *Gazeta de Lisboa*, 5/02/1779, n. 5. BN-PT.

de modo que foi preciso fortificá-la muito para continuar a servir: contudo cheguei com bom sucesso e boa saúde⁹⁸⁴.

A 29 de março, após uma viagem cheia de infortúnios, Luís de Vasconcelos chegou ao seu destino. A 5 de abril, tomou posse. << E logo mandei pôr pronta a fragata, para receber a seu bordo e conduzir a essa Corte o marquês meu antecessor, com toda a sua equipagem e família, como Sua Majestade me determina >>, escreveu o novo vice-rei do Brasil⁹⁸⁵.

Antes de embarcar rumo ao Brasil, a coroa lusitana recomendou a Luís de Vasconcelos o envio dos militares responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina e o marquês do Lavradio. A 29 de janeiro, o visconde de Vila Nova de Cerveira, presidente do Erário Régio, remeteu a Martinho de Melo e Castro uma ordem para passar ao vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza, para que << remeta presos a este Reino ao Governador da Ilha de Santa Catarina Antônio Carlos Furtado, e aos mais réus acusados da perda daquela Ilha; assim cavaleiros das Ordens Militares, como Seculares >>, o objetivo da ordem era << serem julgados nos Tribunais, que pelos seus privilégios lhe competirem >>.

Vasconcelos e Souza tinha ordem de recomendar aos militares que reunissem todos os papéis, ordens, ofícios, instruções e demais documentos necessários para julgarem suas defesas:

É tão bem a mesma Senhora servida, que o dito Vice-rei, os faça notificar, para que tragam todas as justificações, Documentos, e mais Instrumentos, que possam fazer abem das suas defesas, para lhes não serem necessário requererem que se façam novos exames no Brasil, quando se tratar dos Seus Processos. E como o dito Vice-Rei, não só pelo seu conhecido talento, mas tão bem pelas luzes que tem da Jurisprudência, está em estado melhor do que Pessoa alguma daquele Estado de Conhecer o que pode á brevidade com que se devem expedir os seus Processos; V. Ex^a lhe recomendará da parte da mesma Senhora cuidado que deve ter nesta diligência.

He outra sim Sua Mag.de servida, que os sobreditos Réus sejam conduzidos para este Reino em Navio diferente daquele em que para ele vier o Marquês do Lavradio, e julga inútil recomendar a segurança, mas sim o comodo, e decência com que os ditos Réus devem ser transportados⁹⁸⁶.

⁹⁸⁴ Luís de Vasconcelos e Souza a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 23/04/1779, *RIHGB*, 1963, v. 256, Jul-Set, 1962, pp. 141-143, pp. 141-142.

⁹⁸⁵ Luís de Vasconcelos e Souza a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 23/04/1779, *RIHGB*, 1963, v. 256, Jul-Set, 1962, pp. 141-143, p. 142.

⁹⁸⁶ Presidente do Erário Régio visconde de Vila Nova de Cerveira a Martinho de Melo e Castro, Salvaterra dos Magos, 29/01/1779, AHU-Santa Catarina, cx. 5, doc. 25; AHU_ACL_CU_021, Cx. 4, D. 282.

Luís de Vasconcelos, além da ordem de enviar o marquês do Lavradio, Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Pedro da Gama Freitas e outros oficiais militares responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina, também tinha ordem de enviar ouro e prata. << Mandeí abrir cofres para neles se receberem os cabedais pertencentes a particulares; e da vinda dos ditos quintos que ainda não chegaram, depende a pronta expedição da Fragata >>, escreveu o vice-rei. Luís de Almeida recebeu diversas recomendações, principalmente a de restituição, tratada em Santo Ildefonso⁹⁸⁷.

O jornal *Gazeta de Lisboa* noticiou a informação da chegada do marquês do Lavradio. Segundo os informes, o navio *Santa Rosa*, que havia partido do porto do Rio de Janeiro a 24 de abril, comunicou << que o Excelentíssimo marquês de Lavradio se faria á vela em poucos dias, ficando a esse fim pronta uma fragata, e só se esperava a chegada dos diamantes, que deve trazer >>⁹⁸⁸. A 12 de junho de 1779, embarcou na fragata *Nossa Senhora de Nazareth*, comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra Antônio Januário do Valle, e zarpou no dia 19⁹⁸⁹. Dois meses depois, a 20 de agosto, Luís de Almeida aportava, em Lisboa. Sua chegada foi noticiada pelo jornal *Gazeta de Lisboa*: << Ontem entrou neste porto a fragata de S. M. a Nazareth, vinda do Rio de Janeiro, donde conduziu o Excelentíssimo marquês de Lavradio, que imediatamente desembarcou, e partiu para Queluz beijar as mãos a SS. MM >>⁹⁹⁰.

Já os oficiais responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina, ao contrário, permaneceram presos e só foram enviados para Lisboa, a 1º de setembro de 1779. As ordens reais eram para recolherem todos os papéis necessários para suas defesas. Furtado de Mendonça aguardava a conclusão da sua << justificação >>, como lembrou o próprio vice-rei: << Tão somente á espera de que eles hajão de concluir suas Justificações >>. Foram, então, dividos nas embarcações. Jorge Hardecastle, capitão-de-mar-e-guerra, comandava a frota no comando da fragata *Nossa Senhora da Graça*, enquanto os militares seguiam nas galeras *Santíssimo Sacramento* e *Nossa Senhora do Rozário*. A ordem de traslado tinha a rubrica da rainha e citava nome por nome. José Henrique e o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, também eram mencionados, e que

⁹⁸⁷ Luís de Vasconcelos e Souza a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 23/04/1779, *RIHGB*, 1963, v. 256, Jul-Set, 1962, pp. 141-143, p. 142.

⁹⁸⁸ *Jornal Gazeta de Lisboa*, 23/07/1779.

⁹⁸⁹ José d'Almeida Correia de Sá, *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal*, 2º Marquez de Lavradio, 3º Vice-Rei do Brasil, São Paulo, Editora Nacional, 1942, p. 143.

⁹⁹⁰ *Jornal Gazeta de Lisboa*, 21/08/1779, n. 5. BN-PT.

a devassa e demais documentos, ordenava a rainha, fossem diretamente encaminhados à Casa da Suplicação:

Sendo-me presentes os Autos da Devassa, a que na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro se procedeu sobre as culpas, de que foram acusados; o Marechal de campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça; o Brigadeiro José Custodio de Sá e Faria; os coronéis Pedro Antônio da Gama e Freitas, Antônio Freire de Andrade, Pedro de Moraes Magalhães, e Fernando da Gama Lobo Coelho; os tenentes coronéis João Gregório Ribeiro de Siqueira, e Manoel Nunes Ramalho; os Majores João de Figueiroa Pinto, Caetano da Silva Sanches, Manoel Godinho de Mira, e Manoel Vieira Leão; os Capitães Simão Rodrigues, e Manoel Gonçalves Leão; e o tenente José Henriques; por não defenderem a Ilha de Santa Catarina, e Fortalezas dela: Havendo eu por justos motivos, que também me foram presentes, sido servida ordenar, que os ditos Réus que se achavam presos na referida Cidade do Rio de Janeiro, viessem remetidos a este Reino, depois de notificados para trazerem todos os Documentos, Justificações e instrumentos, que entendessem lhes poderia servir abem de seus livramentos, para os quais lhes não seria admitido se fizessem novos exames, ou outra alguma diligência àqueles respeitos nos Meus Domínios Ultramarinos: Achando-se nesta conformidade executadas as Minhas Reais Ordens, e os sobreditos Presos transportados para a cidade de Lisboa: E tendo consideração á gravidade das culpas, e a que sendo elas na figura, em que se representam expressamente exceptuadas da jurisdição dos Conselhos de Guerra pela Lei de 21 de Outubro de 1763: Sou servida ordenar que os Autos da Referida Devassa com todos os apensos a eles juntos assim como vierem da Relação de Rio de Janeiro, sejam remetidos à Casa da Suplicação, para nela se sentenciarem conforme o merecimento de Justiça que houver neles, e segundo as disposições das Minhas Leis, e Estilos sempre praticados em semelhantes Casos: Dando-se aos referidos Réus os termos legais para produzirem toda a defesa, que tiverem; e permitindo-lhes, que possam alegar todas as Exceções, e Declinatórias, que por Direito, e conforme as mesmas Minhas Leis forem de receber, e admitir: E nomeio para Juiz Relator o Doutor Ignácio Xavier de Souza Pizarro Desembargador dos Agravos da mesma Casa da Suplicação, para Juízes adjuntos os Doutores Luiz Rebello Quintella; Manoel Nicoláo Esteves Negrão; Estanisláo da Cunha Coelho; João Xavier Telles de Souza e Francisco Xavier de Araújo; e para os Dezempates, e impedimentos dos sobreditos Adjuntos nomeados, os Doutores Jorge Manoel da Costa; e João Ferreira Ribeiro de Lemos; todos Desembargadores dos Agravos da sobredita Casa: Sendo presentes ao tempo de se darem os votos, e proferir a sentença os Meus Provedores da Coroa, e da Fazenda do Ultramar: E ordeno que ao tempo, em que os ditos Autos se fizerem conclusos para serem sentenciados afinal; antes disse proporem em Relação se me faça presente o Estado deles, para Eu determinar o mais que a este respeito for servida. O Cardeal Regedor o tenha assim entendido; e faça executar nesta conformidade. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda em vinte de Março de mil sete centos e oitenta.⁹⁹¹
Com a Rubrica de sua Majestade⁹⁹¹.

⁹⁹¹ Luís de Vasconcelos e Sousa a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 1º/09/1779, AHU_ACL_CU_017, Cx. 111, D. 9194; AHU-Rio de Janeiro, cx. 120, doc. 51, cx. 122, doc. 53; Decreto mandando sentenciar em a Casa da Suplicação os Officiaes Militares presos por não defenderem a Ilha de Santa Catharina e suas Fortalezas, In, Antonio Delgado da Silva, *Supplemento á collecção de legislação portugueza*, anno 1763-1790, Lisboa, na typographia de Luiz Correa da Cunha, 1844, pp. 482-483; Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

O mesmo destino teve o governador da praça de Colônia do Sacramento, Francisco José da Rocha. Após chegar ao Rio de Janeiro, foi imediatamente preso pelo vice-rei. Mais tarde, foi remetido para Lisboa, juntamente com os outros acusados pela defesa da Ilha de Santa Catarina. Entretanto, acusado de inconfidente e culpado pela perda da cidadela, ficou preso na Torre de Belém⁹⁹².

Ao contrário da grande maioria dos vice-reis do Brasil que retornaram ao reino << mais ricos do que quando haviam saído >>⁹⁹³, Luís de Almeida, como lembra Nuno Monteiro, parece não << ter retirado significativos benefícios materiais do desempenho do cargo >>⁹⁹⁴. Por outro lado, manteve uma atividade singular no período josefino e teve sua casa altamente acrescentada, chegando ao ponto de colocar a casa sob proteção direta de Sebastião José⁹⁹⁵.

A 20 de agosto de 1779, o marquês do Lavradio chegou à capital do Reino. Sem perda de tempo, foi cumprimentar a rainha e as demais autoridades lisboetas⁹⁹⁶, temendo que sua administração caísse em desgraça. Comum aos vice-reis da Índia e do Brasil ao retornar ao Reino. Como lembra Monteiro:

Sempre que os vice-reis regressavam da Índia ou do Brasil eram sujeitos a devassas (ficando enquanto estas decorriam sempre apartados da corte), nas quais a principal suspeição era, na maior parte das vezes, a das práticas mercantis; e as quedas efetivas em desgraça tiveram sempre entre os motivos conhecidos, pelo que se sabe, o exercício da mercância⁹⁹⁷.

A coroa lusitana estava há dois anos em processo de reorganização administrativa. Por outro lado, não eram apenas os militares responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina que estavam sendo julgados e processados, mas o próprio válido

⁹⁹² Heloísa Liberalli Bellotto; Arlinda Rocha Nogueira; Lucy Maffei Hutter; *Inventário Analítico dos Manuscritos Da Coleção Lamengo*, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, v. 1, São Paulo, 1983, p. 175.

⁹⁹³ A. J. R. Russell-Wood, Governantes e agentes, In, F. Bethencourt; K. Chaudhuri, *História da expansão portuguesa*, v. III, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 169-192, p. 174.

⁹⁹⁴ Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes*, A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p. 352.

⁹⁹⁵ Luís de Almeida chegou ao ponto de permitir à Sebastião José escolher os maridos para suas filhas (nas casas puritanas). Nuno Gonçalo Monteiro, Pombal e a aristocracia, *Camões*, Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Lisboa, nº15-16, pp. 34-41.

⁹⁹⁶ *Jornal Gazeta de Lisboa*, 21/08/1779, n. 5. BN-PT.

⁹⁹⁷ Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In, (Org's), João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho; Maria de Fátima Gouvêa, *O Antigo Regime nos Trópicos*, a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 251-283, p. 275.

de D. José I. Sebastião José de Carvalho e Melo, após a morte do rei, viu sua administração cair em desgraça.

Vale lembrar que, durante os vinte sete anos do período josefino, Sebastião José manteve confiança do rei. Para Kenneth Maxwell, justamente essa << conexão >> entre d. José I e o valido, << tinha sido, quase sempre, o ponto mais vulnerável do relacionamento de poder que sustentara o funcionamento sereno do sistema pombalino >>⁹⁹⁸. Por outro lado, durante a administração, D. José foi << visto como um príncipe sem vontade própria e como rei inteiramente à mercê do poder despótico do seu primeiro-ministro >>⁹⁹⁹, permanecendo << sempre na relativa penumbra >>¹⁰⁰⁰.

Com a morte do rei e o afastamento do valido, o período mariano ficou caracterizado por um processo de restauração aristocrática da política de mercês. Nos meses seguintes, << foi desencadeada uma espetacular inversão na orientação da política de mercês, despachando-se >> lembra Nuno Monteiro << as grandes Casas aristocráticas nos títulos e bens da coroa e ordens de que usufruíam antes, e nos quais não tinham sido encartadas no tempo de Pombal >>. Esse período a que se chamou << Viradeira >> manifestou-se sobretudo ao nível da primeira nobreza de corte, já que << nunca poderia ter existido uma inversão total no que respeita às linhas definidas no reinado de D. José em matéria de governação, porque, caso isso acontecesse, tal fato representaria um desrespeito a memória do pai da rainha e uma diminuição da autoridade régia, logo também da própria majestade da nova monarca >>¹⁰⁰¹.

A nova monarca liberou os presos políticos das cadeias e afastou Sebastião José. << Videntes do processo dos Távoras, encarcerados indefinidamente desde 1759. Vários outros indivíduos, forçados ao exílio pelo marquês de Pombal, puderam agora regressar. Incluía o duque de Lafões e o homem de leis José de Seabra da Silva >>¹⁰⁰². Na tentativa de evitar tisonar ainda mais a sua imagem, Sebastião José de Carvalho e Melo pediu dispensa dos seus serviços. << Vendo-se decaído da sua ilimitada autoridade, malvisto da corte, odiado pelos seus inimigos e ferido pelo desdém de todos, o marquês

⁹⁹⁸ Kenneth Maxwell, *A devassa da devassa*, A Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal 1750-1808, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 92.

⁹⁹⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, o despotismo iluminado (1750-1807), v. VI, Lisboa, Editora Verbo, 1977, p. 15.

¹⁰⁰⁰ Nuno Gonçalo Monteiro, D. José [...], 326.

¹⁰⁰¹ João Paulo Oliveira e Costa; José Damião Rodrigues; Pedro Aires Oliveira (coord.), *História da expansão e do Império português*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2014, p. 296.

¹⁰⁰² A. R. Disney, *História de Portugal e do império português*, v. I, Lisboa, Guerra e Paz, 2010, p. 457.

de Pombal, já velho e cansado, pediu a demissão dos seus cargos >>¹⁰⁰³, afastamento aceito pela rainha a 10 de março de 1777.

[...] e porque o quando o supremo arbítrio da vida, e da morte os chamou ao seu, se achava o mesmo marquês já no estado de não poder mover-se: repetindo a mesma suplica aos reais pés da augustíssima, benigníssima senhora Rainha, que lhe fez tão dignamente subir ao trono dos seus gloriosíssimos predecessores; sem se atrever a suplicar lhe mais do que a sua precisa demissão: lhe dissera a mesma benigníssima senhora com seu real decreto de 10 de março de 1777. Cujo Teor [...]

Tento em consideração a grande e distinta estimação, q^e el Rei meu pai, q^e Santa Glória seja, ter sempre da pessoa do marquês de Pombal: e representando me o mesmo marquês; q^e a sua avançada idade, e moléstia, q^e parecia lhe não permitiam continuar por mais tempo no meu real serviço; pedindo me licença p^a se demitir de todos os lugares, e empregos de que se acha encarregado; e p^a poder retirar-se á sua Quinta de Pombal: e atendendo ao referido: sou servida aceitar-lhe a demissão; e conceder-lhe a licença que pede. E hei outro sim por bem que durante a sua vida fique conservando os mesmos ordenados, q^e tinha, como Secretado de Estado dos Negócios do Reino. E além deles lhe faço mercê por graça especial da comenda de Santiago de Lanhoso no arcebispado de Braga, e da ordem de Cristo q^e se achava vaga por falecimento de Francisco de Melo e Castro.

Palácio de Nossa Sr^a da Ajuda em 10 de março de 1777.

Com rubrica da rainha¹⁰⁰⁴

A 4 de março de 1777, a rainha concedeu a transferência de Sebastião José de Carvalho e Melo para a sua quinta de Pombal¹⁰⁰⁵. Sem perda de tempo, no dia seguinte, trasladou-se com sua família e bens. Houve manifestações populares, os cidadãos em meio a euforia e incertezas << apedrejavam no meio de impropérios o busto que figurava na estátua >> do rei D. José I¹⁰⁰⁶. Dois anos depois, << a administração do marquês de Pombal foi objeto de investigação judicial >>¹⁰⁰⁷. Era acusado de corrupção e excessos de poder, além de não cumprir com suas obrigações.

A 1º de março de 1778, Sebastião José de Carvalho e Melo escreveu uma representação à rainha, comparando-se ao conde de Sully e às perseguições sofridas no ministério de Henrique IV, pedia dispensa de todos os seus cargos.

Que não querendo comparar-se com o Duque de Sully no merecim.^{to} era contudo certo, q^e se achava na igual com ele na disgraça das maquinações, q^e

¹⁰⁰³ Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, segundo volume, Lisboa, Bertrand Editora, 2004, p. 547.

¹⁰⁰⁴ Seis apensos da contrariedade sobre o Libelo famoso publicado na correição contra o marquês de Pombal, ANTT, mnej, mç 61, Caixa 50, nº 1 (Catálogo 78), pp. 36-38.

¹⁰⁰⁵ Decreto aceitando ao marques de pombal a demissão de seus empregos, conservando-lhe o ordenado de secretaria de estado, e dando-lhe uma comenda, In, *Collecção da legislação portuguesa publicada no ano de 1928*, Lisboa, Tipografia Maignense, 1936, p. 140.

¹⁰⁰⁶ Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, segundo volume, Lisboa, Bertrand Editora, 2004, p. 547.

¹⁰⁰⁷ A. R. Disney, *História de Portugal e do império português*, v. I, Lisboa, Guerra e Paz, 2010, p. 457.

lhe maquinação, pelos m.^{tos} descontentos do governo de El-Rei seu amo; epello outro, o grande número de invejosos da sua fortuna convertendo se todos em outros tantos inimigos, p.^a difarem, e fazerem odiosos, os relevantes serviços, q.^e ele Duque tinha feito a Monarquia de França, antes do seu Ministério, exactam.^{te} em todas as repartições¹⁰⁰⁸.

No ano seguinte, Sebastião José de Carvalho e Melo foi levado a interrogatório. Francisco José Caldeira Soares Galhardo de Mendanha lançou o famoso *libelo* contra o marquês de Pombal¹⁰⁰⁹. Acusava o ex-valido de D. José I de graves faltas, apoiado no decreto da rainha de 3 de setembro. Que mandou << dar providências eficazes sobre os excessos, e absurdos, em que se precipitou o Marquês de Pombal, e podendo neles involver-se alguns delitos, que para satisfação da Justiça se devem processar >>¹⁰¹⁰. Submetido a longo interrogatório, Sebastião José de Carvalho e Melo foi questionado em sua casa durante quatro meses – 9 de outubro de 1779 a 15 de janeiro de 1780. << O velho marquês respondeu que eram falsas as acusações de simonia, nepotismo e peculato de que vinha a ser objeto e de que por elas se justificava apenas perante a rainha, não concedendo esse direito a cortesãos volúveis e ingratos >>¹⁰¹¹. Doente, octogenário, Pombal respondeu às acusações. Alegou, habilidosamente, que << tudo era devido às determinações de El-Rei. Ele, Ministro, não fora mais do que o executor da vontade régia >>¹⁰¹². A 8 de maio de 1782, faleceu em sua quinta.

Quatro meses após deixar o porto do Rio de Janeiro, chegavam ao Reino, os responsáveis pela defesa da América do Sul durante a conquista castelhana. A 20 de janeiro de 1780, a frota chefiada pelo capitão-de-mar-e-guerra Jorge Hardecastle fundeou no porto de Lisboa, com 18 presos. Desses, onze eram responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina, mais o ex-governador da praça de Colônia do Sacramento, Francisco José da Rocha, além de alguns paisanos, um francês e um alemão. Para a travessia, os militares foram divididos em diferentes embarcações. Furtado de

¹⁰⁰⁸ Representação do marques do Pombal a Raynha nossa senhora, em o primeiro do mês de março de 1778, Textos, predominantemente satíricos e jocosos, contra o Marquês de Pombal e a sua política] [1777-1800?], BN-PT, p. 248.

¹⁰⁰⁹ Acção cível de libelo em que são autores Francisco José Caldeira Soares Galhardo de Mendanha e seus filhos e réus o conde de Oeiras e marquês de Pombal Sebastião José de Carvalho e Melo e seu filho, Henrique José de Carvalho e Melo, ANTT, Feitos Findos, Administração de Casas, mc. 32, n.º 1.

¹⁰¹⁰ Decreto da Rainha de 3 de Setembro de 1779, BN-PT, Textos, predominantemente satíricos e jocosos, contra o Marquês de Pombal e a sua política] [1777-1800?], p. 284. Publicado na *Gazeta de Lisboa*, 11/09/1779.

¹⁰¹¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, o despotismo iluminado (1750-1807), v. VI, Lisboa, Editora Verbo, 1977, p. 83.

¹⁰¹² Antonio de Sousa Pedroso Carnaxide, *O Brasil na administração pombalina*, economia e política externa, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, p. 55.

Mendonça e Gama Freitas foram separados, provavelmente para evitar desavenças abordo. Na fragata *Nossa Senhora da Graça*, comandada pelo próprio capitão Hardecastle estavam além de Antônio Carlos Furtado de Mendonça, o ex-governador Francisco José da Rocha, Antônio Freire de Andrade, Fernando da Gama Lobo Coelho, João Gregório Ribeiro de Siqueira, Manoel Godinho de Mira e Manoel Vieira Leão. Enquanto que, abordo da galera *Nossa Senhora do Sacramento* e *Nossa Senhora do Rosário*, tinha o governador Pedro Antônio da Gama Freitas, Pedro Morais de Magalhães, Caetano da Silva Sanches e João de Figueroa Pinto¹⁰¹³.

Exatamente dois meses após o desembarque, o Decreto Real de 20 de março de 1780, determinou o envio para a Casa da Suplicação da devassa e demais apensos. Após chegarem à capital do Reino, os militares luso-brasileiros, responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina foram novamente presos.

Por outro lado, enquanto os militares começavam a ser julgados nas instituições do Reino, Luís de Almeida mantinha seus envolvimento na vida de corte. A 1º de agosto de 1780, a rainha D. Maria I determinou que << as relíquias de sua mãe e avó, a senhora Rainha D. Marianna d'Austria, fossem colocadas em um suntuoso mausoléu, que para este fim se erigiria na Igreja de S. João Nepomuceno do Hospício dos Religiosos Carmelitas Descalços Alemães >>. Na tarde do dia 23 de julho, os caixões foram abertos. Estavam presentes, além de autoridades religiosas, o visconde de Vila Nova de Cerveira, o marquês de Fronteira e o marquês do Lavradio, entre outros¹⁰¹⁴.

Antônio Carlos Furtado de Mendonça e outros réus foram encaminhados para a fortaleza de Santa Apólonia. Uma cidadela construída no século XVII, localizada na parte oriental da cidade, que durante os séculos seguintes, integrou a linha defensiva de Lisboa. Com pouca utilização, sua construção não foi finalizada. Contudo, em formato pentagonal, tinha seus flancos bem armados e equipados, uma muralha reforçada, guaritas e portões.

7.3.2 O Cárcere

Como já foi dito, os militares foram encaminhados presos para a fortaleza de Santa Apólonia, umas das cidadelas de todo o sistema defensivo lisboeta.

¹⁰¹³ Papéis avulso. 20 de janeiro de 1780. BCM_AH.

¹⁰¹⁴ Jornal *Gazeta de Lisboa*, 1º/08/1780.

No documento: << *Ordens que se handem observar os ofecias q.^e estiverem de goarda no Forte de S.^{ta} Apolonia* >>¹⁰¹⁵ descobrimos um pouco da rotina, tratamento e vigilância que sofreram os oficiais militares. Ao chegarem à capital do Reino, Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Pedro Antônio da Gama Freitas, Antônio Freire de Andrade, Pedro de Morais Magalhães, Fernando da Gama Lobo Coelho e outros foram acolhidos como prisioneiros.

O juiz relator da Casa da Suplicação, Ignácio Xavier de Sousa Pizarro, nomeado pelo decreto real de 20 de março de 1780 para tratar do caso dos militares, não concedeu benefícios. Durante a estadia na cidadela, foram rigidamente vigiados e tratados, e, assim como nas fortalezas do Rio de Janeiro, eram proibidos de manterem contatos com outros presos, portanto cada preso tinha sua cela particular.

O escrivão do livramento dos réus que se acham presos no Forte de S.^{ta} Apolônia pela culpa que lhes resultou da Perda da Ilha de S.^{ta} Catarina passe logo a fazer a cada um deles auto de prisão abito e Tonçura(?) que se deve juntar ao processo de seu livramento, declando os recomendados na mesma prisão em que se achão em quanto senão determinar o contrário.

Recomendava o oficial comandante das guardas que guarnece o referido forte e tem obrigação de guardar os sobreditos Presos que não premita que algum deles possa sair do quarto de sua respetiva prisão. nem comunicarçe com pessoa alguma de fora sem que paa hiso lhe apresente ordem por escrito passada pelo mesmo escrivão e por mim assignada excetuando unicamente a pessoa que tiver nomeado e nomear o Tenente General da Artilharia como encarregado por sua Majestade da guarda e custódia dos mesmos presos para selle subministrar o necessário sustento diário ocoal será sempre acompanhado coando entrar na prisão de cada hum deles de um oficial inferior da mesma guarnição.

Não consentira o sobredito oficial comandante da guarda que algum dos referidos presos conservem dentro do forte do forte criado algum.

Lx^a 7 de junho de 1780.

Ignácio Xavier de Souza Pizarro¹⁰¹⁶.

Na administração do forte de Santa Apólonia estava o fiel Diogo António e mais << dois moços >> nomeados pelo marechal-de-campo, Manoel Gomes de Carvalho e Silva. O relator Ignácio Xavier de Sousa Pizarro e seu escrivão José Ferreira Batalha estavam a << toda hora [se comunicando] com os presos >>¹⁰¹⁷.

¹⁰¹⁵ Ordens que se handem observar os ofecias q.^e estiverem de goarda no Forte de S.^{ta} Apolonia, In, Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

¹⁰¹⁶ Ordens que se handem observar os ofecias q.^e estiverem de goarda no Forte de S.^{ta} Apolonia, juiz redator, Ignacio Xavier de Souza Pizarro, Lisboa, 7/06/1780. In, Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

¹⁰¹⁷ Ordens que se handem observar os ofecias q.^e estiverem de goarda no Forte de S.^{ta} Apolonia, marechal-de-campo, Manoel Gomes de Carvalho e Silva, Lisboa, 9/06/1780. In, Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

Os guardas do forte foram recomendados a deixar << a comida a porta do forte >> e, para chegar até os oficiais, deviam ser acompanhados << por um oficial inferior dad.^a a guarda >>¹⁰¹⁸. << Até a instauração do liberalismo, não cabiam ao Estado responsabilidades no seu sustento >>, lembra Maria José Moutinho, que << pelo que os presos tinha de recorrer à ajuda de familiares e amigos que diariamente lhes levavam comida, ou, se tivessem meios para isso, podiam comprar os alimentos, quer aos seus companheiros, quer a pessoa que fora lhes iam vender >>¹⁰¹⁹. A segunda ordem era << não concentrira que os presos falem com as pessoas aquem comunicavão >> a não ser na presença do juiz relator. Manoel Gomes decretava: << estas ordens serão entregues de um oficial outro as quais se executaram sem omissão alguma e de todas as novidades se me dara parte >>¹⁰²⁰. As recomendações, muito provavelmente, buscavam evitar << a corrupção dos carcereiros e demais empregados e a admissão do pagamento das carceragens tornavam o dinheiro uma matéria de troca absolutamente indispensável para quem entrava na cadeia >>¹⁰²¹. Estavam destinados ao total isolamento.

Uma das características das prisões do século XVIII eram seus estabelecimentos. Na maioria dos casos, eram custodiadas em fortalezas. Principalmente, em se tratando de presos militares. Maria José Moutinho lembra que << em finais do século XVIII, a sociedade ocidental procurava novas formas de repressão que substituíssem as velhas e cruéis penas de Antigo Regime adaptadas às novas relações de poder e aos novos tempos >>¹⁰²². Para Michelle Perrot,

O Antigo Regime certamente conhecera os cárceres, mas antes depósitos, despejos, locais de passagem do que de permanência e penitência [...] fazendo a pena privadora de liberdade o ponto de sustentação do sistema penal, ela tece as primeiras malhas dessa imensa rede – casas de justiça, de detenção, de correção, centrais, departamentos¹⁰²³.

¹⁰¹⁸ Ordens que se handem observar os ofecias q.e estiverem de goarda no Forte de S.ta Apolonia, marechal-de-campo, Manoel Gomes de Carvalho e Silva, Lisboa, 9/06/1780. In, Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

¹⁰¹⁹ Maria José Moutinho Santos, *A Sombra e a Luz*, as prisões do Liberalismo, Porto, Edições Afrontamento, 1999, p. 229.

¹⁰²⁰ Ordens que se handem observar os ofecias q.e estiverem de goarda no Forte de S.ta Apolonia, marechal-de-campo, Manoel Gomes de Carvalho e Silva, Lisboa, 9/06/1780. In, Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

¹⁰²¹ Maria José Moutinho Santos, *A Sombra e a Luz* [...], p. 89.

¹⁰²² Maria José Moutinho Santos, *A Sombra e a Luz* [...], pp. 39-40.

¹⁰²³ Michelle Perrot, *Os excluídos da história*, operários, mulheres e prisioneiros, Trad. Denise Bottmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 236.

Os oficiais militares estavam proibidos de receber visitas, fossem elas de militares ou familiares; apenas de pessoas devidamente autorizadas. Todos os objetos recebidos deviam ser fiscalizados: << Receber todas as que viessem de fora e vindo trouxas se examinem para ver o q. trazem e os maços q. trouxerem a comer poderão entrar dentro da Porta e sem lhe falar e o comer será conduzido como na ordem se determina.^a porta estava sempre fixada, esta ordem foi bucal dad.^o dz.^{or} aqui a fiz para não esquecer >>. Estavam impedidos de manter criados em suas celas. Apenas o barbeiro poderia continuar as visitas. O juiz auditor permitiu que << entrasse o barbeiro para lhe fazer a barba quando lhe fosse preciso >>¹⁰²⁴.

A 13 de junho, o coronel Pedro Antônio da Gama Freitas requisitou acompanhamento na prisão. Ignácio Xavier autorizou a entrada de um sapateiro e um cabelereiro, sempre acompanhado de um oficial. << Ordenou o De.^{zor} que ao coronel Pedro Antônio viesse o cabelereiro para o pentear e este fosse acompanhado pelo Sarg.^{to} o Cabo da Guarda ao seu quartel enquanto se pentear >>, relatou o 1º tenente oficial da guarda, Antônio Francisco¹⁰²⁵.

A ordem era manter total vigilância. Nos domingos e dias santos, tinham direito de participar das missas. << O desembargador deu ordem para que os presos fossem a missa os domingos e dias santos logo que o padre estivesse pronto para ir para o altar, sairia cada um para o seu quartel e tornaria logo q. fosse acabada >>, escreveu Antônio da Costa, 2º tenente oficial da guarda¹⁰²⁶. Como lembra Maria José Moutinho, << raras eram de fato as cadeias que possuíam capela, ou que ficavam suficientemente próximas de igrejas para os presos acompanharem as celebrações, e, quanto a instrução religiosa, ela não existia de todo >>¹⁰²⁷.

Cartas e encomendas eram entregues pelos oficiais de guarda. As ordens eram rígidas: o contato com o exterior só era aprovado com autorização por escrito do escrivão e assinada pelo juiz Relator.

¹⁰²⁴ Ordens que se handem observar os ofecias q.^e estiverem de goarda no Forte de S.^{ta} Apolonia, 2º tenente oficial da guarda, Antônio da Costa, Lisboa, 10/06/1780. In, Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

¹⁰²⁵ Ordens que se handem observar os ofecias q.^e estiverem de goarda no Forte de S.^{ta} Apolonia, 1º tenente oficial da guarda, Alberto Francisco Folqman, Lisboa, 13/06/1780. In, Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

¹⁰²⁶ Ordens que se handem observar os ofecias q.^e estiverem de goarda no Forte de S.^{ta} Apolonia, 2º tenente oficial da guarda, Antônio da Costa, Lisboa, 10/06/1780. In, Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

¹⁰²⁷ Maria José Moutinho Santos, *A Sombra e a Luz* [...], p. 300.

O oficial comandante da guarda que guarnece o forte de S.^{ta} Apolónia não permitira que, algum dos presos que nele assistem saia do quarto da sua respectiva prisão nem se comunique pessoalm.^{te} com alguma pessoa de fora sem que para isso se lhe apresente ordem por escrito passada pelo escrivão da causa dos mesmos Presos e assinada pelo Juiz Relator deles.

Emcetuando unicamente as pessoas eu tiver nomeado o Sr. Tenente General da Artilharia encarregado por ordem de sua Majestade da custódia dos mesmos presos para os servir eles subministrarem o necessário sustento diário os quais serão sempre acompanhadas quando entrarem na prisão de cada um deles de um oficial inferior da mesma guarnição.

Não concentira que algum dos referidos presos conserve criado algum dentro permitira que o mesmo barbeiro que até agora servia todos os presos continue a servi-los daqui por diante.

Nos domingos e dias santos somente permitira que todos os presos concorram a missa que se celebra no oratório da mesma Fortaleza.

Será licito e cada um dos presos receberem por mão do comandante da guarda as cartas que de fora lhe vierem e respondeu a elas.

Também será licito receberem pela mão do fiel da Fortaleza quaisquer encomendas q. de fora se lhe remeterem sendo primeiro registadas pelo comandante da guarda.

Será este particular vigilância em que os fiéis cuidem continuam.^{te} na limpeza e asseio das prisões e o listão com toda a diligência e caridade aos presos com tudo quanto necessitarem.

Forte de S.^{ta} Apolónia, Lx^a 10 de junho de 1780.

Ignácio Xavier de Souza Pizarro¹⁰²⁸.

Vale lembrar que, o estado das cadeias portuguesas, no século XVIII, eram degradantes. A administração penitenciária caótica. Muitos reclusos padeciam de pestes e doenças crônicas, pois as péssimas condições de higiene favoreciam a proliferação de infecções parasitárias. Os presos enfermos, encarcerados por << culpas leves >> eram enviados para os hospitais de Lisboa, na tentativa de minimizar os problemas de contágio e contaminação.

Aviso que El-Rei meu Senhor foi servido mandar-me expedir pela Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, cujo teor e o seguinte.

A S. M. fiz presente a conta que V. M.^{ce} deu sobre as doenças que nesta quadra do ano costumam grassar nas cadeias do Limoeiro e que já se têm nela manifesta. O mesmo senhor, conformando-se como parecer de V.M.^{ce}, é servido ordenar que se diminua o número dos presos das ditas cadeias, como já se praticou no ano de 1746, mandando-se os enfermos que estiverem por culpas leves, para o hospital real, para S. João de Deus, e para o tronco ficando só a enfermaria do Limoeiro para os presos do Sumário. Também ordena S. M. que V. M.^{ce} proceda logo à vista em que sejam soltos os que couberem no possível, outros se livrem seguros, e os que estiverem por dívidas, que se soltem sobre fianças, havendo-as, e não havendo, assinarão termo de pagarem em certo espaço de tempo e logo que chegarem a melhor fortuna e que os que padecem a sarna, de que faz menção o carcereiro, se devem pôr em lugar separado onde estejam juntos para que a não comuniquem aos outros. Ao Marquês de Tancos manda o mesmo senhor

¹⁰²⁸ Ordens que se handem observar os ofecias q.^e estiverem de goarda no Forte de S.^{ta} Apolonia, juiz redator, Ignacio Xavier de Souza Pizarro, Lisboa, 10/06/1780. In, Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

ordenar pelo aviso da cópia inclusa, que faça pôs sentinelas aos presos que se hão-de recolher no hospital real, em S. João de Deus e nos mais lugares que V.M.^{ce} apontar. Deus guarde a V.m.^{ce} Paço de Belém, a 21 de fevereiro de 1758.

Sebastião José de Carvalho e Melo
Senhor José Cardoso Castelo¹⁰²⁹.

Como vimos acima, através da correspondência de Sebastião José Carvalho e Melo, o sarna poderia tomar proporções catastróficas. As paupérrimas condições do ambiente eram fatais para a proliferação dessas infecções parasitárias. A contenção, num século que carecia de recursos e instrumentos de controle farmacêutico, era pôr << em lugar separado onde estejam juntos para que a não comuniquem aos outros >>. << Húmidas e gélidas >>, as salas conservavam os << odores das latrinas >> que tornavam << a atmosfera irrespirável. Privados de luz, de ar, mergulhados na maior imundície, os presos estavam expostos às doenças, que se propagavam facilmente pela inexistência de espaços adequados para isolar e tratar os enfermos >>¹⁰³⁰.

As doenças eram constantes, e os problemas dentro das cadeias se avolumavam. O próprio marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça foi acometido pelas moléstias que o acompanhavam durante muito tempo. Para a sua recuperação, foi autorizada a participação de um médico.

Oficial comandante da guarda do forte de S.^{ta} Apolónia premetira que o médico o cirurgião e com licença do Sr. Tenente General de Artilharia foi visitar o marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça entrei na prisão em que este se acha todas as vezes e a toda a hora que se apresentarem o necessário for p.^a lhes sestirem e lhe aplicarem coaes quer remédios de. carecer durante sua moléstia fazendo sempre acompanhar cada um dos sobreditos médicos o cirurgiões de um oficial inferior da referida guarda eu Joze F.^{ta} Batalha escrivão do Livramento dos Presos que insistem no mencionado Forte. Passei o presente em Lx^a a 18 de junho de 1780.
Ignácio Xavier de Souza Pizarro¹⁰³¹.

Os médicos eram autorizados a entrar nas dependências prisionais para, ao mesmo tempo, assegurar que não houvesse contágio ou propagação da enfermidade. Geralmente, o juiz de prisão comunicava ao carcereiro os casos de doenças.

¹⁰²⁹ Sebastião Jose de Carvalho e Melo, *Memória Secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos*, Mira-Sintra, publicações Europa-America, S\l, p. 111.

¹⁰³⁰ Maria José Moutinho Santos, *A Sombra e a Luz [...]*, p. 78.

¹⁰³¹ Ordens que se handem observar os ofecias q.^e estiverem de goarda no Forte de S.^{ta} Apolonia, juiz redator, Ignacio Xavier de Souza Pizarro, Lisboa, 18/06/1780. In, Papeis vários acerca do marechal de campo [...], ANTT, Coleção MNEJ.

Dependendo da moléstia, o carcereiro autorizava a retirada do preso para outra dependência até a chegada do médico, botica ou enfermeiro¹⁰³².

Ao analisar a cadeia da Relação do Porto, durante o período do Liberalismo, Maria José Moutinho aponta as péssimas condições sanitárias e higiênicas e, ao mesmo tempo, a proliferação de doenças parasitárias e endêmicas. Surto de tifo, cólera e a varíola. Doenças de pele, como erisipela e sarna eram comuns. Além de doenças gastro-intestinais << ligadas obviamente à alimentação e à qualidade da água fornecida >>. A autora lembra que:

As terríveis condições do edifício, muito frio e muito húmido, foram sempre apontadas pelas autoridades como uma das principais causas de doença, tanto mais que faltava invariavelmente o vestuário, as enxergas e as mantas necessárias para os presos indigentes. Daí que proliferassem as doenças respiratórias, pulmonares e as doenças reumáticas, que atingiam, sobretudo, os ocupantes das enxovias, aquelas que mais sofriam os terríveis rigores dos Invernos¹⁰³³.

Durante os seis anos de encarceramento, houve, além das destituições de cargo, mortes nas prisões. O governador da fortaleza de São José da Ponta Grossa, Simão Rodrigues Proença, morreu na prisão. O mesmo aconteceu a Pedro de Moraes Magalhães e Miguel Gonçalves Leão. Ao pesquisar no Arquivo da Cadeia de Santa Cruz do Bispo identificamos alguns exames feitos em cadáveres na cadeia da Relação do Porto no final do século XVIII. Muito provavelmente, eram os autos feitos em outras cadeias de Portugal no período. Quando ocorria uma morte, era chamado um cirurgião ou médico para fazer o auto dos exames. O guarda e o carcereiro levavam o responsável pela análise do corpo até a cela. Um exemplo é do cadáver de João Felix, carpinteiro, em 16 de junho de 1784:

Ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e oitenta e quatro anos aos dezesseis dias do mês de junho nesta cidade do Porto, e não para a Relação dela, donde eu, escrivão vim com Luis Lopo, cirurgião do partido e da Relação para efeito de fazer exame no cadáver do morto João Felix, que quando entrou preso assim disse chamar-se e ser casado com Tereza Alves de Oliveira. Carpinteiro, filho de pai que não conheceu e de Marta Alves já defunta natural da freguesia e São Miguel o Anjo de Villar de Perdizes termo de Monte Alegre, cidade de cinquenta anos, o qual teria amortalhado, e foi mostrado e reconhecido pelo professo por o carcereiro Manoel Moreira Dias, e pelo guarda Luiz Corelle Souza, e sendo com efeito vistos e examinados pelo dito cirurgião na minha presença, disse que achava

¹⁰³² Maria José Moutinho Santos, *A Sombra e a Luz [...]*, p. 278.

¹⁰³³ Maria José Moutinho Santos, *A Sombra e a Luz [...]*, pp. 282-283.

estar de todo defunto, morto e sem espíritos alguns vitais e de assim o dizer dou fé e fiz este auto que assinou com os sobreditos carcereiro, e guarda; e eu, Joze de Miranda de Outeiro escrevi e assinei¹⁰³⁴.

Enquanto isso, o ex-governador da praça de Colônia do Sacramento Francisco José da Rocha era mantido preso na Torre de Belém. A 5 de novembro de 1781, Francisco pediu licença para a rainha para apresentar sua defesa e explicar os motivos da capitulação da cidadela¹⁰³⁵. Por outro lado, os oficiais responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina permaneciam presos no forte de Santa Apolónia, mas eram abertos os processos no Conselho de Guerra de Lisboa e depois no Conselho de Justiça, ambos com julgamentos opostos.

7.3.3 O Conselho de Guerra

Quando tratamos do Conselho de Guerra e do Conselho de Justiça, instâncias que vão julgar os militares responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina, mesmo não sendo objeto imediato de discussão do presente trabalho, teve uma importância na definição das conclusões dos inquéritos. O Conselho de Guerra de Lisboa foi criado em 11 de dezembro de 1640, no contexto da Guerra de Restauração. Com o objetivo de reorganizar militarmente o Reino para sustentar a aclamação de d. João IV. Caracterizado por uma proximidade ao Conselho de Estado, órgão máximo da administração nesse período, sede e sinal do predomínio político e social de uma primeira nobreza, tinha as funções de Tribunal de apelação para alguns militares. O subsequente alvará de 22 de dezembro de 1643 publicou o regimento do Conselho de Guerra, definindo sua composição e atribuições. Entre elas, que os conselheiros de Estado << seriam também do Conselho de Guerra >>. Os Conselhos não eram tribunais e, não tinha um presidente, que era o próprio Rei, mesmo ausente. Por outro lado, o Conselho de Guerra fazia parte de uma das inovações institucionais do período, quando foram criados, também para sustentar a guerra contra Castela, os Governos das Armas, a

¹⁰³⁴ Auto do exames feitos do cadáver do morto João Fellix, Porto, cadeia da Relação, 16 de junho de 1784, AHDGRSP, Livros de autos dos presos falecidos.

¹⁰³⁵ Heloísa Liberalli Bellotto; Arlinda Rocha Nogueira; Lucy Maffei Hutter; *Inventário Analítico dos Manuscritos Da Coleção Lamengo*, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, v. 1, São Paulo, 1983, p. 175.

Junta dos Três Estados, as Vedorias e as Pagadorias militares¹⁰³⁶. Ao instituir uma instância própria para causas da Justiça Militar, o Regimento estabeleceu também, no parágrafo XXIII, o privilégio de foro, de que apenas beneficiavam os << soldados pagos, e alistados para servirem nas fronteiras ou na armada, e presídios do Reino >>. Portanto, o foro militar limitava o privilégio à tropa paga e aos militares que servissem nas fronteiras, excluindo os militares das tropas de Ordenanças, submetidos a um Regimento próprio.

A partir de 1763, uma reforma empreendida pelo conde de Lippe que depois será ampliada no reinado mariano. Em 1777, a rainha determinará a criação do Conselho de Justiça que vai julgar os militares responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina.

¹⁰³⁶ O Conselho inicialmente se reunia numa sala no Paço. O aviso de 4 de dezembro de 1750 transferiu suas sessões para a casa da Congregação da Sé de Lisboa << enquanto se não concluisse o edifício que lhe estava destinado >>. Em 1777, o decreto de 20 de agosto determinou << ao Tribunal do Conselho de Guerra é dado o nome de Conselho de Justiça >> passando a funcionar (Aviso de 11 de agosto de 1780) na casa do Conselho Ultramarino. Ficou instalado no edifício até 1785, altura em que o mesmo foi adquirido pelo Estado. Com a extensão do Conselho de Guerra em 1834 desaparece o Conselho de Justiça, sendo criado em sua substituição o Supremo Conselho de Justiça Militar, com jurisdição sobre o exército. Em 1795 é criado o Conselho do Almirantado que em 1822 é substituído pelo Conselho da Marinha o qual toma a designação de Supremo Tribunal (de Justiça) da Marinha em 1833. *Supremo Tribunal Militar*, organização, antecedentes e instalações, Lisboa, [s.n.], 1980; *Collecção oficial da legislação portuguesa publicada no ano de 1928*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1936. Para mais informações sobre o Conselho de Guerra e seus limites no contexto da Guerra de Restauração, ver: Fernando Dores Costa, O Conselho de Guerra como lugar de poder, a delimitação de sua autoridade. *Análise Social*, Lisboa, n. 191, 2009; Fernando Dores Costa, *A Guerra da Restauração, 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 24-26. Outras referências, ver: Antônio Manuel Hespanha, *Às vésperas do Leviathan*, Instituições e poder político Portugal, século XVII, Coimbra, Livraria Almedina, s/d. p. 256; José Subtil, Os poderes do Centro, In, José Mattoso (org.), *História de Portugal*, o Antigo Regime, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 162; Francisco Carlos Pereira da Costa Oliveira, *O direito Penal Militar*, questões de legitimidade, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1996, pp. 28-32; Antônio Manuel Hespanha, Disciplina e jurisdição Militar, Manuel Themudo Barata; Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, v. 2, pp. 62-67; Fernando Dores Costa, *Insubmissão*, Aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010, pp. 32-37. Adriana Barreto de Souza tece uma importante discussão sobre o que considerou autonomização da justiça Militar no interior da instituição. Adriana Barreto de Souza, A governança da justiça militar entre Lisboa e o Rio de Janeiro (1750-1820), *Almanack*, Guarulhos, n. 10, pp. 368-408, agosto de 2015; Adriana Barreto de Souza, Conselho Supremo Militar e de Justiça, ideias e práticas de uma cultura jurídica de Antigo Regime (1808-1831), In, José Luís Cardoso; Nuno Gonçalo Monteiro; José Vicente Serrão (org.), *Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2011, pp. 249-272; Adriana ampliou sua pesquisa relacionando o Conselho de Guerra de Lisboa com o Conselho Supremo Militar e de Justiça, criada pelo príncipe-regente em 1808, logo após sua chegada ao Rio de Janeiro. Adriana Barreto de Souza, Trajetórias, redes e práticas políticas, os conselheiros do Conselho Supremo Militar e de Justiça (Rio de Janeiro, 1808-1822), *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime* / Lisboa 18 a 21 de Maio de 2011.

Essa instância será responsável pela defesa dos militares, irá julgá-los inocentes dos crimes imputados no Conselho de Guerra¹⁰³⁷.

Após desembarcarem no porto lisboeta, os oficiais foram encaminhados para a prisão, e os papéis da devassa com todos seus apensos deveriam ser remetidos para a Casa da Suplicação (Decreto de 1778), um dos altos tribunais de Portugal, até então, órgão responsável pelo julgamento dos réus e pela sentença final. Entretanto, durante a reorganização do processo, Furtado de Mendonça argutamente entrou com uma petição, alegando incompetência do tribunal da Casa da Suplicação em julgar o seu caso, favoreceu também os demais militares. O ex-comandante exigia um Conselho Guerra¹⁰³⁸.

Entramos aqui na questão do foro militar e a instância responsável por julgar os crimes militares. O Conselho de Guerra, desde 1643, era o órgão responsável pelos crimes ligados à justiça militar. Com uma instância própria, estabeleceu no Regimento, no parágrafo XXIII, o privilégio do foro, reservado as tropas pagas e aos militares que servissem nas fronteiras. Furtado de Mendonça, foi beneficiado pelo privilégio do foro, tanto pela patente de marechal-de-campo, como lembra Adriana Barreto de Souza << as sentenças dos fidalgos ou oficiais militares com patente igual ou superior a capitão de infantaria não seriam executadas sem que o caso fosse remetido ao Conselho de Guerra >>, quanto, muito provavelmente, pela descendência dos barbacenas, pois << o foro militar encontrava-se ainda mais associado à pessoa que ao tipo de crime cometido >>¹⁰³⁹.

A petição foi aceita e autorizada. Três anos após serem transferidos do Rio de Janeiro para Lisboa, o processo foi reaberto. O visconde de Vila Nova de Cerveira recebeu a incumbência de determinar o destino dos envolvidos no processo. A 9 de fevereiro de 1782, com ordens reais, remeteu ao ministro Aires de Sá e Melo a resolução de nomear os oficiais para formar um Conselho de Guerra.

[...] para se lhe nomearem os oficiais, que hão de ser os juiz no Conselho de Guerra que se lhe há de fazer para ser sentenciado, [Antônio Carlos Furtado de Mendonça] que sua Mag.^c que V. Ex.^a veja quais hão de ser e lhe mande

¹⁰³⁷ Adriana Barreto de Souza, A governança da justiça militar [...], Sobre as reformas na Justiça Militar, realizados pelo Conde de Lippe, durante a Guerra dos Sete anos, ver, Fernando Dores Costa, *Insubmissão* [...], pp. 286-297.

¹⁰³⁸ Dauril Alden, *Royal Government in Colonial Brazil*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1968, pp. 502-503.

¹⁰³⁹ Adriana Barreto de Souza, A governança da justiça militar [...], p. 392 e 394.

uma lista dos que o pode vem ser para dele, nomear os que for servida, parecendo-lhe justo concluir este negócio, atendendo a sua larga e incomoda prisão¹⁰⁴⁰.

O primeiro julgado foi o tenente do regimento de artilharia do Rio de Janeiro, José Henrique. Destacado no Regimento da fortaleza de São José da Ponta Grossa, desertou quando as tropas castelhanas se aproximaram. A vergonhosa ação do tenente de artilharia custou muito aos desafios da comandância luso-brasileira. << Este indigno oficial não só fez um descrédito irreparável a todo o corpo dos nossos oficiais, mas até uma grande ruína pelos conhecimentos e luzes que tem de todas as nossas forças, e parque de artilharia >>, escreveu o governador Pedro Antônio da Gama¹⁰⁴¹.

A conclusão do inquérito chamou a fuga do tenente de << voluntária deserção >>. Entregou aos inimigos os principais pontos de comando, número de guarnições, além dos caminhos. Dessa forma, com os castelhanos, passou a << informar da situação da Ilha, das suas forças e fortificações, estado, e guarnições das suas Fortalezas, e de todos os passos fáceis e difíceis da mesma Ilha e do seu Porto >>, causando, conseqüentemente um << grande dano dos seus defensores, do estado, e do Real Serviço do seu Legítimo Soberano, com grave afronta deste, e da Lealdade da Nação >>¹⁰⁴².

Os militares da Ilha não tiveram mais notícias do tenente José Henrique. A grande maioria declarou nos depoimentos que o viu na embarcação castelhana. Portanto, << o sobredito réu, não somente fugiu p.^a o inimigo naquela ocasião, em que ele invadia, estocava a Ilha, mas com ele se ficou, e ainda hoje se conserva por seus domínios como se verifica plenam.^e por todas as provas do processo >>¹⁰⁴³.

A 5 de março de 1782, concluía-se a condenação de José Henrique de forma exemplar. Ele foi considerado traidor da pátria e do rei, condenado a uma pena com características medievais, arrastado por cavalos, decapitado, e sua cabeça seria exposta na fortaleza de São José da Ponta Grossa.

Portanto e pelo mais dos autos delegam o sobredito réu José Henrique, rebelde e traidor a seu Rei e a Pátria, e o condenam a q.^e com baraço e

¹⁰⁴⁰ Visconde de Vila Nova de Cerveira a Aires de Sá e Melo, Salvaterra dos Magos, 9/02/1782, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 17.

¹⁰⁴¹ Bicentenário da transferência da capital [...], Pedro Antonio da Gama a Lavradio, Santa Catarina, 24/02/1777, *RIHGB*, v. 255, abr/jun., 1962, pp. 351-352, p. 252.

¹⁰⁴² Processo do Conselho de Guerra [...], p. 19.

¹⁰⁴³ Processo do Conselho de Guerra [...], p. 19.

pregão¹⁰⁴⁴, seja arrastado a cauda de seu cavalo, pelas ruas públicas desta cidade até a Praça, e forca da Ribeira Nova, onde morra morte natural, p.^a sempre, e separada a cabeça de seu corpo, e este seja queimado até pelo fogo ser reduzido a cinzas, q.^e serás lançadas no mar: E a cabeça será levada a Ilha de S.^{ta} Catarina, p.^a na Fortaleza de Ponta Grossa, ser exposta em um alto poste, até que o tempo a consuma. E o condenão também no perdimento de todos seus bens, q.^e serão confiscados p.^a o Fisco, e Camera Real, condenando outro sim, a sua memória com infame. E como o mesmo réu se acha ausente, o também por banido, mandão as justiças de S. Mag.^e, q.^e apelidem contra ele, toda a terra para ser preso, ou p.^a q.^e cada um o possa matar, não sendo seu inimigo, e a execussão se fará na sua estátua, e pagou as custas. 5 de Março de 1782¹⁰⁴⁵.

Segundo Fernando Does Costa, até o final do século XVIII, a deserção podia ser encarada com << naturalidade >>. << Não apenas porque era um fenómeno banal e recorrente, mas porque não se lhe encontrava associada a forte carga negativa que, mais tarde, dá novo sentido a esse acto, através da ligação à << traição (à Pátria) >>, considerada por ele com elementos de uma nova cultura do século XIX e XX¹⁰⁴⁶. Possamai reforça essa argumentação dizendo que: << a pena capital raramente foi utilizada na punição dos desertores >>¹⁰⁴⁷.

José Henrique foi o único que teve uma condenação exemplar aos moldes medievais. Militar de baixa patente, também, foi o único sem direito ao foro militar. Enquanto, os outros militares foram beneficiados pelo foro com Furtado de Mendonça. Por outro lado, a condenação de José Henrique, também, fazia parte da desqualificação da perda da Ilha de Santa Catarina. Entretanto, a dura sentença não foi concluída. Nem a coroa portuguesa e muito menos os militares da Ilha de Santa Catarina tiveram notícias de José Henrique após seguir com os castelhanos.

Quanto aos outros militares, a 16 de abril de 1782, o pedido do marechal-de-campo foi aceito, e a rainha nomeou um Conselho de Guerra para julgar os << oficiais que se acharam na perda da Ilha de Santa Catarina >>. A lista foi assinada por Aires de

¹⁰⁴⁴ O *baraço e pregão* era uma forma de condenação dos réus. O acusado era levado com o laço da forca (baraço) preso ao pescoço enquanto o pregoeiro anunciava em voz alta o delito cometido e a pena recebida. << Havia porém diferença entre os Nobres, e os que o não erão; em que os Nobres erão só apregoados na Audiencia, porém sem baraço, e nunca pelas ruas; os Plebeos tinham baraço, e pregão; e algumas vezes, os pregões não erão na Audiencia, mas sim pelas ruas >>. *Ordenações Filipinas* (Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas per mandato do muito alto catholico & poderoso rei D. Philippe o Primeiro), livro quinto, p. 1167.

¹⁰⁴⁵ Processo do Conselho de Guerra [...], pp. 20-21.

¹⁰⁴⁶ Fernando Does Costa, O bom uso das paixões, caminhos militares na mudança do modo de governar, In, *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, nº 149, vo. XXXIII, 1998 – 5º, pp. 969-1017, p. 979.

¹⁰⁴⁷ Paulo César Possamai, A guarnição da Colônia do Sacramento, In, Paulo César Possamai (Orgs), *Gente de guerra e fronteira*, estudos de história militar do Rio Grande do sul, Pelotas, Ed. Da UFPel, 2010, pp. 13-31.

Sá e Melo, e pelo conde de Azambuja. Faziam parte do Conselho os tenentes-generais visconde de Lourinha (como presidente) e conde de Aveiras; brigadeiros: conde da Ponte e Ignacio de Souza Ponte; coronéis: Bartolomeu de Souza e Brita Tigre, João de Ordaz e Queiroz; tenentes-coronéis: Jerônimo Joseph Teixeira de Almeida, José Mathias de Oliveira Rego (substituído por Francisco de Almeida); sargento-mor: Joseph Pedro de Farias, Pedro Alvares de Andrade. Como Juiz-mor foi nomeado o desembargador Ignácio Xavier de Souza Pizarro (substituído posteriormente pelo desembargador João Ferreira Ribeiro de Lemos)¹⁰⁴⁸. Como lembra Schwartz: << A coroa fomentara a profissionalização dos burocratas magistráticos e a formação de objetivos, normas e motivações profissionais numa tentativa de transformar esses homens em servidores plenamente submissos aos interesses reais >>¹⁰⁴⁹.

Os oficiais vagaram em três instâncias distintas. No Rio de Janeiro, passaram pelos interrogatórios da Relação; no Reino, da Casa da Suplicação, até chegarem ao Conselho de Guerra¹⁰⁵⁰.

Por Decreto de 20 de março de ano próximo passado foi S. Mag.^{de} servida nomeando Juiz Relator da causa crime processada contra o marechal-de-campo Antonio Carlos Furtado de Mendonça, e os mais oficiais que com ele tinham sido remetidos da cidade do Rio de Janeiro, com as culpas, q.^e lhes resultaram da devassa a que se procedeu pela perda da Ilha de Santa Catarina, p.^a serem julgadas na Corte da Suplicação, conforme o sei merecimento de Justiça admitindo-se aos réus, toda a defesa q.^e tivessem e as exepções declinatórias q.^e alegassem, e fossem receber na forma de Decreto, a resp. da Mesma Senhora.

Em conformidade delas, se fizeram os autos sumários aos mencionados réus se lhes conceberão os temos legais, p.^a produzirem as suas defesas, provas e expuções, as que satisfizerão, declinando ao mesmo tempo, alguns deles do juízo desta comissão, p.^a o Foro Militar.

Devendo-se deferir antes de tudo, a esta exepção de incompetência, a propoz em relação e por Acordão de 8 de Novembro próximo passado foi merecida e julgada, provada, mandando-se remeter o processo, p.^a Foro Militar, por não ser a culpa dos réus exupuentes de Vossa Majestade por exceptuada daquele Foro por valer. El.^{mo}, por este mesmo princípio não poderão também ser excluídos do seu privilégio, os outros co réus q.^e não tinham declinado p.^a todos igualmente se julgar competente ao Foro Militar exuptuando o co réu José Henrique, Tenente do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro, cuja culpa pela suas qualidades, se julgou de Lesa Majestade exuptada do mesmo Foro¹⁰⁵¹.

¹⁰⁴⁸ Decreto real, rubrica da rainha, Palácio de Nossa Senhora da Aparecida, 16 de abril de 1782, Processo do Conselho de Guerra [...], pp. 24-25.

¹⁰⁴⁹ Stuart B. Schwartz, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*, o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751, Trad. Berlio Vargas, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 228.

¹⁰⁵⁰ João Carlos Mosimann, *Ilha de Santa Catarina – 1777-1778*, a invasão Espanhola, Florianópolis, Edição do autor, 2003, p. 122.

¹⁰⁵¹ Visconde de Vila Nova de Cerveira, 2 de Dezembro de 1784, Processo do Conselho de Guerra [...].

O *Processo do Conselho de Guerra*..., depositado no arquivo militar de Lisboa, utilizou como base o *Translado dos autos da devassa*..., elaborado no Rio de Janeiro pelo marquês do Lavradio. Luís de Almeida buscou evitar uma crise administrativa, não apurou em nenhum momento, a sua conduta como vice-rei, mas condenou veementemente a gerência dos comandantes da Ilha de Santa Catarina. Articulou um processo contra os comandantes: Antônio Carlos Furtado de Mendonça, José Custódio de Sá e Faria, Robert Mac Douall, Pedro Antônio da Gama Freitas (seu aliado e protegido até a conquista castelhana). Contudo, em Lisboa, a rainha delegou aos ministros o andamento do processo e coube a eles incriminá-los ou inocentá-los. Após o tratado de Santo Ildefonso e a aproximação com Espanha, a segunda opção mostrou-se viável e coerente.

No primeiro Conselho, Furtado de Mendonça, Gama Freitas e José Custódio eram os principais acusados. Pesava a responsabilidade sobre a ingerência da Ilha, a desajeitada fuga para o Cubatão e a capitulação. Nas palavras do Conselho:

[...] de todas as referidas perda, e progresso de accidentes, que as precederão, e as ocasionaram, tiveram a maior culpa o Gen.^{al} Antônio Carlos Furtado de Mendonça, e Govern.^{or} da Ilha Pedro Antônio da Gama e Freitas, e o Brigadeiro de Infantaria José Custódio de Sá e Faria mant.^o pela Corte para dirigir as obras da fortificação, e defesa da Ilha no exercício de Engenhr.^o fazendo-se também cúmplices na parte, que lhes corresponde-se da mesma culpa os outros vogais, que com temer.^{de}, e desacordo dos seus votos, e conselhos, animarão os três primeiros réus e mandar evacuar tão intempestiva, e aceleradamente a ilha, sem tem defendido em ação alguma, e a entregar as tropas a discrição do inim.^o, e faze-las, como m.^{to} de propósito, prisioneiros de guerra, estando estas já de todo salvas no continente, onde pelas naturais vantagens, e circunst.^{as} do próprio país, não podiam ser perseguidas, nem embaraçadas na retirada, tendo o passo leste, e franco no continente da terra firme para continuar a sua marcha até a Laguna, por onde, e como mais comodam.^{te} lhes parecesse, para se porém em salvo de todo, e qualquer insulto, ou ataque dos inim.^{os}¹⁰⁵².

O Conselho advertia << que tendo sido os sobred.^{os} três primeiros réus, antecipadam.^{te} advertidos do projeto da expedição, e das forças da Armada Castelhana >>, através das correspondências do marquês do Lavradio, << ter tomado para defesa dela as mais oportunas, e acertadas medidas, e prevenções, formado em forma regular o plano da defesa da Ilha, para por ele fazerem ao inim.^o a mais assinalada, e exemplar resistência >>, conforme a carta de 28 de outubro de 1776, os réus << praticarão tanto

¹⁰⁵² Culpas, de que forão pronunciados reos, e por que tem sido processados o General, o Govern.^{or}, o Brigad.^{ro}, Engenhr.^o, e os outros Off.^{es} da Guarn.^o, e das Fortalezas da Ilha, Parte II, Processo do Conselho de Guerra [...].

pelo contrário, pois que não tinham formado, nem reduzido a ordem plano algum de defesa nem um só tiro dispararão, e até ignoravam os caminhos, e as comunicações por onde se podia servir, ou ser socorrida, e atacada a Fortaleza da Ponta Grossa, a única, que se achava situada no continente da Ilha, e mais a mão para as efetivas providências da conservação, e defesa dela contra os ataques do inim.^o >>¹⁰⁵³.

Consequentemente, o desembarque dos castelhanos foi facilitado. Sem resistência marítima, ancorados na localidade de São Francisco de Paula, Canasvieiras, começaram a ofensiva pelas praias da Baía Norte. Para o Conselho, a fortaleza de São José da Ponta Grossa << era uma, das q.^e mais defendiam o Porto, e podia ambaraçar, e impedir a entrada nele >>. Contudo, os militares luso-brasileiros << deixaram totalm.^{te} indefesos aqueles importantes passos sem providência, e sem prevenção alguma, tanto para segurança, e defesa da mesma Fortaleza, como para o interior da mesma Ilha >>, seguia argumentando, a inoperância militar << lhes era m.^{to} fácil corta-los, e defende-los com pouca gente pelas vantagens naturais do próprio terreno montuoso, quebrado, e cuberto de expensas matas virgens, que o faziam impraticável >>, impedindo a chegada do inimigo ao padraço¹⁰⁵⁴.

Baseando-se no *Translado da devassa...* de Luís de Almeida, o Conselho foi mais longe. Dizia ele: << q.^e os ditos réus deviam guarnecer as cortaduras, e enseadas, q.^e m.^{to} facil.^{te} se podiam fazer nos matos, e desfiladeiros, pelos quais necessariam.^{te} haveriam de marchar para poderem chegar a dita Fortaleza da Ponta Grossa >>. Entretanto, << tudo faltaram deixando inteiram.^e livre do inim.^o, não só o desembarque, mas também a marcha de sua Tropa para m.^{to} a seu salvo invadir, e atacar a dita Fortaleza, cuja perda não podia deixar de ser, como foi, decisiva da de toda a Ilha >>¹⁰⁵⁵.

A crítica também recaía aos pontos fortificados. As freguesias de Nossa Senhora das Necessidades, Santo Antônio, Praia de Fora e Nossa Senhora do Desterro, guarnecidas e fortificadas, foram, durante a ofensiva militar castelhana, << absolutam.^e

¹⁰⁵³ Culpas, de que forão pronunciados reos, e por que tem sido processados o General, o Govern.^{or}, o Brigad.^{ro}, Engenh.^o, e os outros Off.^{es} da Guarn.^o, e das Fortalezas da Ilha, Parte II, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 42.

¹⁰⁵⁴ Culpas, de que forão pronunciados reos, e por que tem sido processados o General, o Govern.^{or}, o Brigad.^{ro}, Engenh.^o, e os outros Off.^{es} da Guarn.^o, e das Fortalezas da Ilha, Parte II, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 43.

¹⁰⁵⁵ Culpas, de que forão pronunciados reos, e por que tem sido processados o General, o Govern.^{or}, o Brigad.^{ro}, Engenh.^o, e os outros Off.^{es} da Guarn.^o, e das Fortalezas da Ilha, Parte II, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 44.

inúteis para a defesa Ilha, deixando a comunicação da praia das Canasvieiras, e de S. Franc.^o de Paula totalm.^e indefesa >>¹⁰⁵⁶.

Como era de se esperar, o principal responsável pela entrega foi o marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça, acusado de inoperante. Culpado pelos fatos e pela gravidade, o comandante foi o principal denunciado no processo criminal. Sem direito à defesa, segundo o general, era incapaz de resistir às acusações. Sobre ele recaíram as culpas pela entrega das fortalezas da Baía Norte, da Ilha e a capitulação.

Mostra-se igualm.^e também, que estando assim tão mal disposta, e prevenida a defesa, e segurança da Ilha, ainda foi peor, e muito mais lastimosa, e critica, e de piores consequências, e omissão das delig.^{as}, q.^e os mesmos réus deviam indispensavelm.^e fazer para a defender, e salvar, por que constando com toda a certeza ao Gen.^{al}, e Gov.^{or}, que pelo norte dela principiava aparecer aquela Armada Castelhana na madrugada do dia 20 de Fever.^o, pouco lhes importou reconhece-la, e observar cuidadosam.^e todos os seus movim.^{tos}, e manobra, negando-se deste sorte a uma das princípios obrigações de todo o Gen.^{al} hábil, valoroso, e prudente, que consistem em examinar com toda a exatidão, e segurança possível, a força, e o poder do inim.^o, o acampamento da sua tropa, o ancoradouro das suas naus, o estado, disposição, e forma, e a linha, em que se põem, observando incessantem.^e, e com a mais atenta e cuidadosa vigilância, todas as suas manobras, movimentos, intenções, e projetos para os poderem reprimir, e desconcertar oportunam.^e quanto lhe couber no possível. E nada disto podia praticar o sobred.^o reo recolhendo-se com tanta brevid.^e da Ponta Grossa ao Quartel General da Vila do Desterro distante cinco léguas daquela extremid.^e da Ilha a mais suscetível de um pronto, e fácil desembarque, e invasão, por ser a mais próxima do ancoradouro de toda a Armada Inim.^a, e poder mais facil.^e comunicar-se com a dita armada e ser por ela assistida a proporção, do que fosse necessário, e finalm.^e, que ameaçava o golpe mais funesto a dita Fortaleza, e a toda a Ilha, a qual sem embargo de tudo se achava desamparada de todo, e sem algum gênero de defesa, sendo até impraticável a posto o réu no dito Quartel General podesse receber avisos a tempo, e a horas de acudir com as providências, que lhe fossem possíveis para interromper, desconcertar, e desvanecer os projetos do inim.^o¹⁰⁵⁷.

A principal crítica recaiu sobre a retirada para a terra firme. Como já era de se esperar, a fuga para o Cubatão foi executada << com tanta confusão, e desordem, como se os réus nunca tivessem tido ideia, nem pensamento algum de evacuar a Ilha >>. Essa << vergonha retirada >> foi o principal << objeto dos repetidos Cons.^{os} de Guerra >>.

¹⁰⁵⁶ Culpas, de que forão pronunciados reos, e por que tem sido processados o General, o Govern.^{or}, o Brigad.^{ro}, Engenhr.^o, e os outros Off.^{es} da Guarn.^o, e das Fortalezas da Ilha, Parte II, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 44.

¹⁰⁵⁷ Culpas, de que forão pronunciados reos, e por que tem sido processados o General, o Govern.^{or}, o Brigad.^{ro}, Engenhr.^o, e os outros Off.^{es} da Guarn.^o, e das Fortalezas da Ilha, Parte II, Processo do Conselho de Guerra [...], pp. 45-46.

No Cubatão, a apatia foi geral. A oito léguas distante do inimigo, << desanimados e atordidos das dificuldades >>¹⁰⁵⁸.

Para o Conselho de Guerra, havia crimes, provas contundentes de desvios, e os militares luso-brasileiros deviam ser responsabilizados e punidos. O Conselho ainda julgou as provas suficientes para a condenação dos réus. As instruções, cartas e ofícios reunidos pelo marquês do Lavradio formavam o corpo de provas indiciárias.

Constando pois pelos fatos, e provas do processo, e argumentos delas deduzidos, que a inação, negligência, ignorância, ou o total desacordo dos réus Antonio Carlos Furtado de Mendonça, Pedro Ant.º da Gama e Freitas, e José Custódio de Sá e Faria, foram toda a origem de se não defender a Ilha, que se lhes tinha confiado de se não cumprirem as ordens expressas da Corte, e do Marquês Vice-Rei, que mandavam fazer a os inim.ºs a mais assignalada resistência, e de se não salvarem as tropas da dura, e infeliz sorte de serem prisioneiros, depois de se acharem em segura retirada. E vendo tudo, o que se pratica, o se deixa de praticar, contra o que determinam as leis, e requer a comum disciplina militar, um delito inexcusavel, e não podendo aproveitar a os sobred.ºs réus a suma desigualdade de forças, com que dizem se virão acometidos pela Armada Castelhana, não somente, por que achando-se previam.º informados, podiam ter-se prevenido contra essa mesma desigualdade, pelos muitos modos, e meios, que lhes erão possíveis, aproveitando-se das muitas vantagens, de que gozava a tropa, que mandavão p.ª esperar resistir, e rechaçar ao inim.º, o que tanto nã quizerão fazer, que nem se atreverão a medir as suas forças, e nem ainda chegarão a avista-lo, mas também, por que pra a força superior se considerar caso fortuito, e não imputável a culpa, ao que cede nas empresas militares não basta, que assim o pareça; he necessário, que assim se chegue a experimentar no conflito da resistência, e na fortuna dos combates, q.º nem sempre favorece ao maior número, e ainda neste caso para escuzar da pena, é preciso, que os comandantes, que deviam resistir, e rebater essa mesma força superior, não tivessem obrado, ou deixado de se obrar por negligência, descuido, ou inação alguma coisa, que augmentasse as vantagens da superiorid.º do inim.º.

E devendo também regular-se a gravid.º da culpa de todos os réus pelas circunstâncias da causa, das pessoas, do lugar, do tempo, da qualid.º, da quantidade, e do sucesso, conforme recommendão as regras do direito, é sem dúvida, q.º por estas mesmas circunstâncias se deve regular a gravid.º dos crimes dos réus, de que tratamos, e q.º sendo assim regulados se mostra terem sido revestidos de circumst.ºs muito agravantes.

Forão os crimes dos ditos réus m.º agravantes pela circumst.ª da causa por que nenhuma causa houve que lhes impossibilitasse guarnecer os passos da Ilha mais importantes, e mais expostos a invasão, e desembarque do inim.º, observar atenta, e vigilantem.º a situação, e os primeiros movimentos da esquadra inim.ª, e todos os seus intentos, estorvar, e impedir a execução dos seus projetos, resistir-lhes em cumprimento das ordens do Vice-Rei para não defender a Ilha, dentro dos limites da sua possibilidade, e depois de evacuada a mesma Ilha, continuar a nossa tropa a retirada, q.º tinham principiado a executar, e q.º os precisassem a recorrerem ao inim.º, e se lhe entregassem prision.ºs de guerra.

¹⁰⁵⁸ Culpas, de que forão pronunciados reos, e por que tem sido processados o General, o Govern.ºr, o Brigad.º, Engenh.º, e os outros Off.ºs da Guarn.º, e das Fortalezas da Ilha, Parte II, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 47.

Pela circunst.^a das pessoas, por que, se se olhara as dos delinquentes, acha-se, terem eles pela sua nobreza, e pela superior graduação dos seus postos, a mais estreita obrigação de sacrificar todos os seus cuidados, deligências, e esforços pela mais vigorosa defesa da Ilha, de que se achavam tão eficazm.^{te} encarregados. E se se olha para as pessoas ofendidas, vê-se ser a primeira a do próprio soberano, vê-se participar da mesma ofensa todo o corpo da nação Portuguesa, e vê-se entrar também no núm.^o dos ofendidos a Marquês Vice-Rei do Estado do Brasil, q.^o todos a proporção eram indubitavelm.^{te} credores daquele indispensável sacrifício.

Pela circust.^a do lugar por ser a Ilha, q.^o os réus abandonaram a livre descrição do inim.^o, aquele mesmo posto, que eles deviam custodiar, e guardar como seu sagrado depósito, que se lhes tinha confiado aquele, q.^o lhe oferecia comodid.^e para servir de teatro a sua maior glória, e finalm.^{te} aquele mesmo, que eles não podiam, nem deviam deixar profanar impunem.^e pelos inim.^{os} da pátria.

Pela circunst.^a do tempo, porque o da invasão da Ilha foi na verd.^e o mais oportuno, e mais próprio para rechaçar, destruir, desvanecer inteiram.^e os desígnios de inim.^{os} bisonhos, inexpertos, entorpecidos de uma dilatada viagem, exaustos de víveres, e indispostos para empreenderem uma conquista trabalhosa no fim de uma cansada navegação. R consequentemente também o mais ventajoso para sustentar a glória das armas Portuguesas, então vitoriosas, e tímidas nas fronteiras do sul.

Por circunst.^a da qualid.^e, por consistir esta na falta de zelo, lealdade, e valor, que requerem os votos da profissão militar, a religião dos juram.^{tos}, e a falta de obediência as ordens superiores, que necessariam.^e deviam ser adimplidão.

Pela circunst.^a da quantidade, por trazer consigo a conquista daquela Ilha a perda de um dos estabelecim.^{tos} da conta do Brasil, que era indisputavelm.^e dos mais preciosos, e interessantes a Coroa destes Reinos pela sua opulenta pescaria, por servir de escala necessária entre as capitânias do Norte, e as do sul da América Portuguesa, pelos copiosos cabedais, que se tinham absorvido nas Fortificações dela, e na numerosa Artilharia, com que se achavam guarnecidas as suas Fortalezas, e no de copiosa abundância de armas, e munições de guerra, e boca, de que tudo estava provido, pela inestimável perda de quatro mil vassalos portugueses, lastimozam.^e alienados ao domínio Castelhana, com todos os arquivos, cofres, e efeitos de sua administração pública e sobretudo pela indelével nódoa, com que a posterid.^e há de ver perpetuamente machados, e denegridos os fastos da nação, e armas portuguesas.

E finalm.^e pela circunst.^a do sucesso por se ter seguido da perda da Ilha, e da entrega do novo exército a descrição do inim.^o o dano irreparável de se cortar a comunicação da capital do estado com os estabelecimentos, e exército do sul, ficando tanto este, como aquele totalm.^e expostos a última ruína, e sem esperança de remédio pela dificuldade dos socorros¹⁰⁵⁹.

Por outro lado, o Conselho de Justiça criado pela rainha no mesmo ano da conquista castelhana da Ilha (1777) inocentou os militares. Julgou que o Conselho de Guerra havia sido marcado por incongruências, denúncias infundadas e presunção de culpa.

O Conselho de Justiça julgava que os anos nas prisões, no Rio de Janeiro e no Reino, eram suficientes e a permanência desnecessária. É importante lembrar que

¹⁰⁵⁹ Concue-se com o júzo de serem verdadeiram.^{te} culpados os reos sobreditos, e ponderão-se as circunstancias agravantes das suas culpas, Processo do Conselho de Guerra [...], pp. 82-85.

alguns oficiais tinham falecido nas cadeias. Além disso, chegou à conclusão de que não havia provas suficientes contra o marechal. Os depoimentos dos militares no Rio de Janeiro inocentavam Furtado de Mendonça, principalmente no que diz respeito ao processo administrativo do qual era acusado.

7.3.4 << Tenha clemência minha rainha >>

Após longos anos nas prisões do Rio de Janeiro e do Reino, o ex-comandante do exército da Ilha de Santa Catarina articulou um longo depoimento. Depois de efetuar depoimentos, Furtado de Mendonça, em nova tentativa de livrar-se da culpa da entrega da Ilha de Santa Catarina, reconheceu sua infeliz jornada militar, mas recrudescer o discurso difamatório contra Luís de Almeida, Pedro Antônio da Gama Freitas e Robert Mac Douall. O documento intitulado *A Defesa de Antônio Carlos Furtado de Mendonça* faz parte do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro¹⁰⁶⁰ e da Academia de Ciências de Lisboa, em Portugal¹⁰⁶¹. *A Defesa...*, também foi editada e publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 27, de 1864¹⁰⁶².

A Defesa do Marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça, respeito à entrega da Ilha de Santa Catarina estava destinado à rainha. Ao mesmo tempo em que delatava a ação do marquês do Lavradio, fazia um singelo pedido de clemência. A defesa conceituava o ex-comandante-das-armas como << cavaleiro infeliz >>. Furtado de Mendonça, desde a *Devassa* instaurada contra ele e demais autoridades coloniais, sofreu os horrores das prisões nos fortes do Rio de Janeiro e posteriormente na fortaleza de Santa Apolónia, em Lisboa. Argutamente, o general apontava como principal responsável pelo logro defensivo o marquês do Lavradio, vice-rei no Brasil.

Com um discurso argumentativo, a defesa iniciou com um pedido de perdão à rainha. Julgando-se infeliz na sua experiência militar, Furtado de Mendonça priorizou o pedido de clemência.

¹⁰⁶⁰ Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I-31, 26, 1. Coleção Benedito Ottoni.

¹⁰⁶¹ Na Academia de Ciências de Lisboa a defesa do marechal está no documento: Papéis Vários – vermelha I. Contém: Notícia da entrega da Ilha de Santa Catarina aos espanhóis, no dia 26 de Março de 1777. FoI. 1. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.

¹⁰⁶² Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 291-331.

Antônio Carlos Furtado de Mendonça, cavaleiro infeliz, a quem a natureza parece não deu tanta inclinação, tanto zelo, e tanto ardor para o serviço de Vossa Majestade na profissão das armas, mais do que para fazer réu diante da melhor de todas as soberanas, nos dias mais belos e mais felizes de Portugal, entre os jubilos da nação inteira, vem o suplicante, arrastado pelo seu destino, a apresentar-se diante de Vossa Majestade, debaixo do opróbrio e das horrorosas pinturas de culpado! Ele, que desde a primeira idade só pensou, só tem trabalhado para chegar aos pés do trono, como um digno e benemérito vassalo! Estes foram sempre, Senhora, os seus bons e seus sinceros desejos. Mereçam eles que Vossa Majestade se digne ouvir a sua defesa, ou antes a narração da sua triste história, em que o suplicante procura menos justificar-se, que dar uma conta exata da sua conduta, e depois se entrega com igual resignação à justiça e clemência de Vossa Majestade¹⁰⁶³.

É importante lembrar que, nesse momento, Furtado de Mendonça não tinha nenhum contato com as autoridades coloniais responsáveis pela defesa da Ilha durante a conquista castelhana. Mac Douall já tinha sido demitido e reincorporado à *Royal Navy* inglesa. Luís de Almeida e Pedro Antônio da Gama Freitas tinham falecido, o último, na prisão da fortaleza de Santa Apolónia. Os outros condenados e réus do processo permaneciam presos na fortaleza de Santa Apolónia.

A defesa iniciou com um histórico militar do marechal, desde 1739, quando assentou praça no regimento do Campo Maior, até sua derradeira comandância na Ilha de Santa Catarina. Em todos os momentos, buscou testemunhas do seu trabalho em prol do governo português. << Não faz o suplicante vãs ostentações do bem que procedeu em todos empregos; milhares de homens são testemunhas da sua atividade no militar e na sua moderação civil, procurando tão somente a felicidade daqueles que deviam obedecer-lhe >>.

A 19 de setembro de 1774, achando-se em Vila Rica, Minas Gerais, Furtado de Mendonça recebeu uma carta do ministro Martinho de Melo e Castro. A missiva conferia a ele o posto de marechal-de-campo e ordenava << passasse o suplicante imediatamente ao Rio de Janeiro, e, depois de ter conferido e assentado com o marquês do Lavradio [...] embarcasse para ser conduzido [à Ilha de Santa Catarina] >>. Tinha a incumbência de colocar a Ilha em estado de << preservação e segurança [...] empregando todo o zelo e atividade, para a pôr no melhor estado de defesa >>.

Chegando à capital do reino, a difícil relação entre Furtado de Mendonça e Luís de Almeida ficou evidente. O complicado relacionamento entre os dois militares acompanharia durante todo o governo da Ilha de Santa Catarina. << [No] Rio de Janeiro, nada houve de conferência, nada se assentou sobre o modo do socorro, e menos

¹⁰⁶³ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], p. 291.

de ser poderoso. Não se sabia o estado da Ilha, nem o que precisava, e foi o suplicante entretido com as boas palavras >>, delatava em sua defesa Furtado de Mendonça.

Na primeira carta, segundo o marechal, Luís de Almeida divagava sem objetivos concretos. Estava cheia de << teoremas gerais, discursos especulativos e abstratos, lugares comuns e genéricos >>. Além do desconhecimento da situação real do teatro de operações, não delimitava os << meios práticos de socorrer a Ilha >>. Luís de Almeida argumentava ao marechal-de-campo que, para avaliar a situação do defesamento da Ilha, tinha incumbido o governador da praça de Colônia do Sacramento, Francisco José da Rocha, a << fazer algumas averiguações, e cuidar em muitos outros estabelecimentos >>.

Furtado de Mendonça chegou à Ilha de Santa Catarina para ocupar o comando militar a 5 de fevereiro de 1775, e os problemas com o vice-rei só aumentaram. O marechal queixava-se da falta de cumprimento na remessa de utensílios de guerra e mantimentos.

Em sua defesa, Furtado de Mendonça buscava convencer a rainha e demais autoridades lisboetas de seu empenho em fazer uma exemplar resistência. Queixava-se frequentemente da falta de oficiais e das poucas tropas em armas. A 16 de março de 1775, escreveu duras reclamações sobre as tropas: << os oficiais são poucos e trabalham muito pouco, sem embargo desse aplicarem os meios deles fazerem o seu dever. A tropa que aqui há é muito pouca para a defesa desta Ilha e das partes que pertencem a mesma Ilha >>, continua o marechal, << queira V.Ex. mandar-me um reforço competente, como V.Ex. entender, e é bem certo que o estado em que se acha o regimento de Pernambuco pouco de pose contar com eles >>.

Os problemas aumentaram com a nomeação do coronel Pedro Antônio da Gama Freitas para governador da Ilha. Furtado de Mendonça foi << inesperadamente surpreendido em 1º de Setembro >> com a nomeação do coronel.

Furtado de Mendonça e Gama Freitas, durante toda a governação, travaram diálogos fervorosos. Furtado de Mendonça << só respondia, quando se lhe perguntava, ou em conversas dizia o que lhe parecia dizer, mas não como quem dava parte >>.

O marechal julgava que o coronel não passava de um protegido de Luís de Almeida. Tal era a proteção, que o vice-rei não transmitia ordens ao governador, mas ao general, para que elas fossem posteriormente transmitidas a Gama e Freitas. O marquês do Lavradio << impunha >> ao marechal-de-campo << participa-las ao governador >>.

O marechal, em seu depoimento e defesa, queixou-se dos interrogatórios efetuados por ordem do marquês do Lavradio no Rio de Janeiro, segundo ele as perguntas eram endereçadas à criminalização de sua governança e absolvição de Gama e Freitas. << El processo judicial de Rio de Janeiro fue una farsa en la Lavradio oriento convenientemente las preguntas e las respuestas >>¹⁰⁶⁴.

A intumescencia deste governador, para não falar mais dos seus deslismos a respeito do suplicante, chegava a exigir até dos coronéis humilhações servis: suas ordens eram despóticas, e não respiravam em demais do que altivez, algumas ate ferocidade. A conduta do suplicante é moderar este desconcertos; de uns de fazia ignorante, de outros, não queria mesmo saber, algumas vezes os atalhava, outras os advertia com vivacidade, sim, mas sem romper, porque se expunha a comprometer-se e ficar mal. Muitas vezes escreveu o suplicante ao marquês vice-rei, que não era de pondunores, nem disputava sobre pontinhos: suas cartas era cheia destas protestações, o exalá que ele não tivesse tanta ocasião de fazer praticar esta teórica. Não é este o papel para recriminações, e bem apesar do suplicante explica ele algum dos indignos motivos em que exercitou o seu sofrimento, mas eles fazem uma parte inseparável da sua defesa, quando as testemunhas da devassa que se tirou, todas asseveram que os interrogatórios por onde eram perguntadas estavam concebidos em termos de criminares ao suplicante e ficar o governador canonizado¹⁰⁶⁵.

No final da defesa, o marechal reafirmou as intenções do vice-rei em suas acusações, que a devassa realizada no Rio de Janeiro foi endereçada a ele:

Foi esta devassa tirada pelo marquês do Lavradio; os interrogatórios foram feitos por ele e pelas pessoas de sua confiança: as testemunhas mesmas conheciam que o espírito dele era formar culpa ao suplicante, eximindo a Pedro Antônio: elas sabiam a oposição do marquês vice-rei ao suplicante já de tempo mais antigo: sabiam que quanto jurassem lhe havia ser patente: sabiam finalmente as suas paixões e os seus despotismos praticados mesmo em despique, e por obsequio a Pedro Antônio, de que têm sido testemunhas oculares todos os habitantes do Rio de Janeiro e muitos os exemplos. Por aqui se pode julgar da liberdade com que as testemunhas juraram, ainda sem entrar em outras indagações¹⁰⁶⁶.

A defesa do marechal, além de elementos jurídicos e dispositivos argumentativos em favor do general, revelou incongruências entre as ordens da coroa lusitana com as ordens de Luís de Almeida. Furtado de Mendonça declarou que o vice-rei noticiou a coroa lusitana informações falsas. << eram falsas as ideias que se tinham inspirado a corte, sobre a defesa daquele país >>, declarou o marechal. Continua ele

¹⁰⁶⁴ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 660.

¹⁰⁶⁵ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 304-305.

¹⁰⁶⁶ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], p. 330.

dizendo: << A corte supunha a Ilha na maior segurança e que, entretanto, os fundamentos desta segurança todos eram falsos >>. Mesmo com todo enviesamento das notícias de Luís de Almeida para o governo lusitano, Furtado de Mendonça acreditava que, com as fortificações, artilharia e demais petrechos << podia bem defender-se de uma invasão de 3 para 4.000 homens >>. Contudo, << era impossível >>, segundo o general, << sem força marítima e mais gente, defender-se a poder tão excessivo >>.

A trama de informações infundadas de Luís de Almeida não parava por aí. Segundo o marechal, o vice-rei enaltecia o exército da Ilha, dizendo estar bem << guarnecida, com um excelente e bem disciplinado regimento de naturais da terra, consistente em 800 moços que não excedam a 30 anos, valorosos, hábeis e instruídos nos passos difíceis dos montes e dos rios, tão capazes de a defenderem como na terra firme >>, legitimadas nas palavras do marquês de Pombal. Para o marechal...

Principia o engano desta suposição por ter aquele regimento 337 anseçadas e soldados, a maior parte deles mal procedidos degradados do Rio de Janeiro, que não eram naturais da ilha; também dela não eram quase todos os oficiais, ainda inferiores; de sorte que boa metade do regimento não era ilha. Estava no Rio Grande um destacamento de 80 praças; não só os adiantados em idade, que eram muitos, mas os incapazes subiam de 20 a 30, faltavam 46 praças, que não havia aonde se recrutassem; e finalmente todos os naturais, que estavam na ilha, não excediam muito a 300, se é que chegavam a tantos¹⁰⁶⁷.

Para ele, Lavradio escondeu e fantasiou informações sobre o verdadeiro estado da Ilha, priorizando a imagem da sua administração, expondo, portanto, uma Ilha bem fortificada. Pela carta do marquês de Pombal, no entanto, o suplicante apresentou as incongruências. Enquanto o ministro julgava que existiam na Ilha cinco companhias do regimento do porto, seis companhias de artilharia e 14 companhias de auxiliares; Furtado de Mendonça contra-argumentou dizendo, sequencialmente, existirem quatro companhias do regimento do porto, duas de artilharia e apenas sete de auxiliares. << É verdade que a tropa, principalmente a paga, achava-se animada; mas excessivamente pouca, não passava de 1.059 soldados prontos, divididos em muitos lugares que deviam guarnecer-se embrechassados com auxiliares, ordenanças e pretos: sem que ainda assim estivessem em casa lugar a gente competente, e nem havia corpo algum de reserva >>, declarou Furtado de Mendonça.

¹⁰⁶⁷ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], p. 306-307.

<< A situação natural da Ilha era inteiramente contrária ao prospecto, que dela fazia o ministro de estado >>, afirmou Furtado de Mendonça.

Segundo o marechal, a Ilha não possuía sistema defensivo eficiente. O desembarque era facilitado pela ampla linha costeira: << a dificuldade de fazer aguada era nenhuma, a entrada pela barra era franca e os desembarques inevitáveis >>, concluía Furtado de Mendonça << em uma palavra, entre a Ilha e a pintura que dela se fazia, não havia absolutamente semelhança alguma >>.

Para o suplicante, os ofícios da coroa, erroneamente descrevia << a Ilha no conceito de indefensável >>.

A 15 de novembro de 1776, Furtado de Mendonça pediu socorro a Luís de Almeida. Solicitou autorização para marchar com o regimento da Ilha, juntamente com as companhias do regimento do porto para a freguesia das Necessidades ou da Ponta Grossa << porque entendo que é a paragem mais proporcionada para poder receber quaisquer hóspedes >>. A 21 do mesmo mês, chegou o primeiro aviso da praça de Colônia sobre a Esquadra castelhana comandada por Pedro de Cevallos, com 20 mil homens. O marechal diz ter enviado no mesmo momento outro aviso ao vice-rei << espero de V.Ex. todo o socorro >>.

As acusações feitas no Rio de Janeiro pelo marquês do Lavradio aos réus, aos poucos, arrefeciam. As opiniões do marechal incriminavam o vice-rei. Em suas reminiscências, Furtado de Mendonça forjava as acusações. A coroa lusitana ouvidava a vergonhosa defesa.

A 2 de dezembro, o marechal recebeu as últimas ordens vindas de Lisboa. Argutamente, reafirmou suas objeções. A coroa lusitana não conhecia, segundo ele, a verdadeira realidade da Ilha. Informações sobre as fortalezas eram falsas.

Este plano cindo de Lisboa era fundado sobre o mesmo falso sistema das instruções antecedentes: supunha-se nos §§ 6ª e 7ª a Anhatomerim uma fortaleza formada sobre um rochedo inacessível, guarnecida de 90 peças montadas (não chegavam a 50), não permitindo a sua situação que embarcação alguma passe senão na distância de meio tiro de bata desta ilha a receber na prôa os golpes das balas que dela se atirarem. Entretanto esta fortaleza é dominada de um padraço fácilimo de se ganhar, ao menos que não estivesse guarnecida com muita gente, que faltava, e as naus podem entrar quantas quizerem sem que as balas da fortaleza possam nem ainda assombrar-as. Porém as mesmas instruções atingiam bem que a defesa total da ilha era a esquadra que se mandava recolher dentro do porto. Do objeto desta esquadra, e das ordens que havia a respeito dela, fez-se sempre ao suplicante um mistério; nem no Rio de Janeiro, quando desceu de Minas se disse cousa alguma, nem também na sua primeira carta de instruções, que lhe

deu o marquês vice-rei se tocou neste ponto. Só se sabia as instruções do chefe, se ele lhe comunicava algumas, dava contra ao vice-rei dos fatos que ele havia executar; observava as suas manobras, mas ignorava o móvel por onde se dirigia¹⁰⁶⁸.

As acusações eram destinadas também ao governador. Furtado de Mendonça contraria o relatório final do desembargador Bernardo Salazar Sarmiento Eça e Alarcão nos interrogatórios e da devassa, realizada no Rio de Janeiro, sob as ordens do marquês do Lavradio. Segundo ele, o governador, nos Conselhos de Guerra realizados na Ilha durante a ocupação castelhana, não se posicionou pela defesa. Essas afirmações eram infundadas.

Em vão se tem derramado pelos ouvidos de todos a voz de que o governador queria que se defendesse a ilha, e assim o votara nos conselhos. Nunca tal votou, quiz, sim, singularisar-se no modo do seu voto: olhava para si somente, e usava de termos ambiguos e capciosos e bem alheios da sinceridade necessária em atos tão sérios e de tanta importância. Dizia que a retirada fosse quando se visse a disposição imediata de se fazer o ataque. Esta era a sua expressão favorecida, de que usou tanto no último conselho que se fez a respeito da Ponta Grossa como no primeiro a respeito da ilha, ou não tinha conhecimento para advertir que, esperando-se as disposições imediatas do ataque, era necessária relatê-lo, e impossível então a retirada sem que o inimigo desconcertasse e destruísse tudo, mórmente não podendo fazer-se de uma só vez o trânsito da ilha para a terra firme nas embarcações que tinha, ou falava a linguagem que tinha aprendido na escola dos belos discursos, sobre projetos tão fáceis de proferir, no impossível de executar¹⁰⁶⁹.

Ao finalizar a defesa, sem descorçoar, recrudesceu os pedidos de clemência. Voltou-se compugidamente à rainha. Reconheceu os << infelizes sucessos >>, << a dolorosa história >>, << e que seria o homem mais feliz do mundo se morresse dias antes de chegar a este lance de tormento maior >>. Por fim, ofereceu a própria vida pela honra. << Se é necessário sacrificar a vida do suplicante, ou á razão do Estado, ou á honra da Nação, ele a oferece com toda a vontade aos pés do trono de Vossa Majestade, mas como vítima inocente; pelo que respeita á culpa de profissão; sente muito não ter perdido esta vida no leito da honra, como tantos dos seus gloriosos maiores, pelo serviço de Vossa Majestade >>.

¹⁰⁶⁸ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], p. 312.

¹⁰⁶⁹ Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça [...], pp. 335-336.

7.3.5 O Conselho de Justiça

Um ano depois da avaliação do Conselho de Guerra, a 1º de julho de 1783, após exaustivo exame dos << autos dos réus da entrega da Ilha de S. Catarina ao inim.^o espanhol, confrontando com eles a sent.^a final do Conselho de Justiça [...] pelo qual forão julgados inocentes, e absolutos de toda a culpa, e pena >>. Entretanto, o desembargador Ignacio Xavier de Souza Pizarro, Conselheiro da Real Fazenda, em primeira estância julgou << esta causa na suposição de ser o crime de Lesa Mag.^e >>¹⁰⁷⁰. É importante lembrar que o crime de lesa-majestade era um dos mais graves previstos nas *Ordenações Filipinas*:

Lesamajestade quer dizer traição cometida contra a pessoa do Rei, ou seu Real Estado, que ele de tão grave e abominável crime, e que os antigos sábios tanto estranharam, que o comparavam à lepra; porque assim como esta enfermidade enche todo o corpo, sem nunca mais se poder curar, e empece ainda aos descendentes de quem a tem, e aos que com ele conversam, assim que ele será apartado da sociedade: assim o erro da traição condena o que a comete, e empece e infama aos de sua linhagem, posto que não tenham culpa¹⁰⁷¹.

Enquanto o Conselho de Guerra, apoiado nas redundantes acusações de Luís de Almeida, julgou a ação dos réus contraproducente aos designíos militares e passível de um crime de lesa-majestade, o Conselho de Justiça, por outro lado, ancorado nos depoimentos e, principalmente, nas alegações do marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça, considerou-os inocentes de toda a culpa.

As alegações no Conselho foram pontuais. Furtado de Mendonça alegou, argutamente a impossibilidade defensiva. Era impossível, com poucas tropas guarnecendo a << extensão >> da Ilha << e as muitas praias, qe a rodeavam capazes de admitirem desembarque >>¹⁰⁷².

Em Lisboa, o ex-comandante construiu novos argumentos, novos recursos. Agora apoiado nos advogados da corte, queixava-se do porto, do ancoradouro, da distância entre as fortalezas e da ação inoperante da esquadra. << Que o seu porto era mais, que todo indefensável nela irregular, e fraca construção das fortalezas, q.^e a

¹⁰⁷⁰ Processo do Conselho de Guerra [...], p. 26.

¹⁰⁷¹ *Ordenações Filipinas* (Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas per mandato do muito alto catholico & poderoso rei D. Philippe o Primeiro), livro quinto, título VI, Do crime de lesa-majestade, pp. 1153-1154.

¹⁰⁷² Alegações, e defezas dos reos Alegação, e defeza do reo Antonio Carlos Furtado de Mendonça Gen.^{al} Commandante da Tropa, e da Ilha, Parte III, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 50.

guardavam, cujas balas não cruzavam de umas a outras, como tinha reconhecido a corte >>, argumentou o marechal, << ordenando por isso positivamente, que a Esquadra Portuguesa se postasse entre as duas fortalezas de S. Cruz, e Ratoes coberta com uma cadeia de baterias flutuantes guarnecidas de grossa artilharia, pois que de outra forma se não podia defender aquele porto, nem a Ilha, que dele dependia >>¹⁰⁷³.

Contrariando as acusações de Luís de Almeida, Furtado de Mendonça respondeu ao Conselho as alegações do marquês. Dizia ele que as << últimas instruções >> que foram << ordenadas pela corte >>, de 9 de setembro de 1776, recebidas em novembro do mesmo ano, tinham as recomendações do vice-rei, << que o dito plano não poderia ser alterado, se não no caso, em que sobreviessem sem circunstâncias, que fizessem necessária alguma alteração para salvar a Ilha, e ficassem gloriosas as armas portuguesas >>¹⁰⁷⁴. O marechal aproveitou-se do espaço para efetuar duras críticas à administração de Luís de Almeida. Segundo ele, a inoperância militar da Ilha de Santa Catarina provinha do Rio de Janeiro. Acusava o vice-rei de não enviar tropas e instrumentos defensivos.

Que o dito Vice-Rei cooperou tem pouco, e perverteu de tal forma o plano da corte, q.^a Ilha se viu reduzida a estado de não poder resistir de modo algum as superiores forças, com q.^c foi acometida pela Armada Castelhana. Por quanto, pedindo-lhe o réu por muitas vezes reforço de mais tropa, assim de infantaria, como de artilharia, nada disto lhe enviou, sendo a infantaria, que guarnecia a Ilha muito diminuta a resp.^{ta} das 4 Fortalezas, e outros muitos postos, que devia guarnecer. E consistindo a artilharia somente em duas camp.^{as}, q.^c não bastavam para o serviço das mesmas Fortalezas, ficando sem artilheiros todas as mais fortificações da Ilha. Que também lhe havia pedido algumas peças ligeiras de campanha, com que podesse sair ao encontro do inim.^o, e q.^c nem essas lhe havia remetido¹⁰⁷⁵.

As acusações do marechal eram veementes; culpava Luís de Almeida pelo logro defensivo. A fuga do comandante da esquadra, Robert Mac Douall, durante a invasão castelhana, ampliava os argumentos do comandante Antônio Carlos Furtado de Mendonça.

¹⁰⁷³ Alegações, e defezas dos reos Alegação, e defeza do reo Antonio Carlos Furtado de Mendonça Gen.^{al} Commandante da Tropa, e da Ilha, Parte III, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 50.

¹⁰⁷⁴ Alegações, e defezas dos reos Alegação, e defeza do reo Antonio Carlos Furtado de Mendonça Gen.^{al} Commandante da Tropa, e da Ilha, Parte III, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 50.

¹⁰⁷⁵ Alegações, e defezas dos reos Alegação, e defeza do reo Antonio Carlos Furtado de Mendonça Gen.^{al} Commandante da Tropa, e da Ilha, Parte III, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 50.

Que determinando as instruções da Corte, que a esquadra situada entre as duas fortalezas, q.^e ficam ao nordeste do dito porto, o defendesse coberta com uma cadeia de navios armados de grossa artilharia para impedirem a invasão do mesmo porto, e o ajudarem com as suas guarnições as tropas da Ilha, reforçando-as para a defesa dela. O dito Vice-Rei em nada cumpriu com esta ordem, q.^e devia fielm.^e fazer executar, pois não mandou aquele porto embarcação alguma, que podesse servir de bateria flutuante, e em lugar de participar ao chefe da esquadra o plano da corte, que lhe respeitava, ordenando-lhe q.^e o executasse sem alteração alguma, como tinha ensinado a ele réu, somente lhe deixou ver, para q.^e o cencusasse não sendo este o fim, para q.^e a corte lhe havia remetido, e por q.^e o chefe opôs a execução do plano algumas objeções, o suspendeu abusivam.^e o Vice-Rei por seu próprio arbítrio, permitindo ao chefe a liberdade de empregar, e se servir da esquadra como melhor lhe parecesse.

Que não tendo o Vice-Rei autorid.^e alguma p.^a a dita alteração, muito menos a devia praticar sem ouvir os capitães de mar e guerra, e mais of.^{es} da esquadra, os quais deviam votar sobre as objeções do chefe, q.^e podiam ser desacertadas, e da mesma alteração devia também informar, e avisar a ele réu, para em consequência dela tomar as suas medidas, e obrar de acordo com o dito chefe, o que não podia executar ignorando totalm.^{te} o seu destro, e as ordens arbitrárias, que o Vice-Rei lhe tinha dado contrarias as da Corte¹⁰⁷⁶.

<< Que este irregular procedim.^{to} de vice-rei fora a causa da perda da ilha >>, concluía o marechal.

Quanto a sua administração, Furtado de Mendonça justificava as suas ações. Segundo ele, nenhuma decisão foi tomada individualmente << todas estas resoluções forão deliberadas pelo Con.^o de Guerra, que para isso convocara, por se não descobrir em todos eles outro algum expediente, que fosse mais vantajoso para as armas de sua mag.^e >>. O marechal aproveitou-se das alegações do conselho e efetuou duras críticas a todas as autoridades coloniais. Luís de Almeida era acusado de irresponsável e de não enviar as tropas e instrumentos bélicos necessários para o sistema defensivo. Robert Mac Douall havia deixado o porto desamparado. E o governador, Pedro Antônio da Gama Freitas, assim como os outros, era acusado de não organizar as embarcações para a travessia das tropas. << Que de toda a desordem, confusão, e fadiga das tropas, e descaminho das muitas munições, que se experimentou na retirada até o lugar de Cubatão, e da necessid.^e de recorrer ao inim.^o para salvar as tropas da sua total ruína, naquele exposto sítio, tivera toda a culpa o da Govern.^{or} Ilha Pedro Ant.^o da Gama e Freitas >>. Continua Furtado de Mendonça:

[...] que o govern.^{or} da Ilha tivera tanta neglig.^a na execução das ordens, que ele réu por várias vezes lhe tinha recomend.^o, que deixará extraviar a maior p.^{te} das embarcações, que havia na Ilha, e tinham concorrido p.^a as praias da

¹⁰⁷⁶ Alegações, e defezas dos reos Alegação, e defeza do reo Antonio Carlos Furtado de Mendonça Gen.^{al} Commandante da Tropa, e da Ilha, Parte III, Processo do Conselho de Guerra [...], pp. 51-52.

vila ao tempo do rebate, de sorte, que poucas foram, as que se poderão empregar na passagem do estreito, dando isso ocasião, a q.^e ela se fizesse tão vagarosa.^e, e com tanto desacordo, e falta de provid.^{as}, como na verd.^e aconteceu. Pois só naquela angustiada conjuntura se lembrou de transportar para o Cubatão os fardam.^{tos}, e munições de guerra, que havia m.^{to} tempo tinha recebido para remeter ao Gen.^{al} do Rio Grande, consumindo naquela delig.^a o tempo oportuno, em q.^e devia assistir ao embarque das tropas, e das munições, de que elas necessitavam, como se lhes tinha ordenado¹⁰⁷⁷.

No Cubatão, ocorreram novos desdobramentos. Em Conselho de Guerra, os militares decidiram pela capitulação e pela entrega das bandeiras e das tropas como prisioneiros de guerra. Para Furtado de Mendonça, << nada disto havia de suceder se o Governador da Ilha tivesse dado cumprimento as suas ordens, e não tivesse negligentemente omitido as oportunas providências, que tantas vezes lhe havia recomendado >>¹⁰⁷⁸.

Na sua alegação, o governador, como já era de se esperar, jogou as culpas ao marechal. Segundo ele, exercia << com subordinação, e debaixo das disposições do réu Antônio Carlos Furtado de Mendonça, de cuja voz era eco, pronto, e fiel executor das suas ordens, das quais se não podia separar, nem transgredi-las, e suposto lhe tivessem sido participadas todas as da Corte, e do marquês vice-rei relativas a defesa, e segurança da Ilha, com tudo ao réu Gen.^{al} competia privativam.^e todo o plano, e forma da execução delas >>. Nos Conselhos de Guerra, votou contra o general e << sempre votara, que se lhe fizesse alguma resistência, e se venceu o contrato.^o >>. Também, contrariou a tese de que houve falta de embarcações para a travessia. Ao concluir sua alegação, ressaltou: << que ele réu sempre fora louvado pelos seus talentos, e préstimo do marquês vice-rei, do gen.^{al} do exército do sul, e até do réu gen.^{al} da Ilha >>¹⁰⁷⁹.

As alegações dos réus Antônio Freire de Andrade, João Figueiroa Pinto, Pedro de Moraes de Magalhães, João Gregório Ribeiro de Siqueira e Caetano da Silva Sanches << que guarneciam a Ilha, q.^e eles sempre estiveram prontas, obedientes, e dispostos para executarem as ordens, q.^e lhes fossem distribuídas pelo gen.^{al}, e govern.^{or} da Ilha, que sempre as cumprirão exatam.^{te}, e conservarão os postos, a que tinham sido

¹⁰⁷⁷ Alegações, e defezas dos reos Alegação, e defeza do reo Antonio Carlos Furtado de Mendonça Gen.^{al} Commandante da Tropa, e da Ilha, Parte III, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 52-54.

¹⁰⁷⁸ Alegações, e defezas dos reos Alegação, e defeza do reo Antonio Carlos Furtado de Mendonça Gen.^{al} Commandante da Tropa, e da Ilha, Parte III, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 56.

¹⁰⁷⁹ Alegação, e defeza da reo Pedro Antonio da Gama e Freitas, Governador da Ilha, Parte III, Processo do Conselho de Guerra [...], pp. 56-58.

destinados, até que lhos mandarão evacuar, e marchar par a terra firme >>¹⁰⁸⁰. As alegações de Fernando Lobo Coelho, Manoel Nunes Ramalho e Manoel de Mira Godinho, militares do regimento da ilha, diziam << que eles não tinham intervindo nos Conselhos de Guerra, que nela se fizeram >>¹⁰⁸¹ e, não tinham culpa pela deserção dos soldados. Já o engenheiro Manoel Vieira Leão, << acrescenta que ele não tinha corpo algum, que comandasse, a que estivesse ligado, nem se lhe havia dado, nem destino algum certo. Que era engenheiro por curiosid.^e, e executava promptam.^e tudo quanto o general, e govern.^{or} da Ilha lhe ordenavão >>. Ele esperou a chegada do brigadeiro José Custodio de Sá e Faria, nesse tempo, << ele réu interveio em plano algum ou projeto de defesa >>¹⁰⁸². Simão Rodrigues Proença, governador da fortaleza de São José da Ponta Grossa, alegava que, em seu governo, << se conduzira sempre com o maior desvelo, e desempenho de suas obrigações >>¹⁰⁸³.

Num primeiro momento, os militares responsáveis pelo julgamento do Conselho de Guerra não levaram em consideração as contraprovas das defesas, principalmente aquelas desenvolvidas pelo comandante Furtado de Mendonça. Já o Conselho de Justiça pedia a << benigna clemência de S. Mag.^e, por não se provar por modo algum, que ele se houvesse com dolo, e por ter sido perturbado com os fracos, e atraíçoados conselhos do brigad.^{ro} José Custódio de Sá e Faria >>¹⁰⁸⁴. As alegações, defesas, repetidas confissões e justificações dos réus, efetuadas tanto no Rio de Janeiro como na corte, formavam a << sentença final do Conselho de Justiça, que julgou os ditos réus inocentes, e como tais os absolveu de toda a culpa, e pena, a que haviam sido condenados pelo Conselho de Guerra pendendo, porém sempre a justiça, ou injustiça das sentenças da boa, ou má aplicação das leis aos fatos, sobre que ela se proferem, e da solidez dos fundamentos >>¹⁰⁸⁵.

¹⁰⁸⁰ Alegações, e defesa dos reos Antonio Freire de Andrade, e João de Figueiroa Pinto, Coronel, e Major do Regim.^{to} do Porto, e dos reos Pedro de Moraes de Mag.^{es}, João Gregorio Ribr.^o de Siqueira, e Caetano da S.^a Sanches, Coronel, Ten.^{te} Cor.^{el}, e Major do Regim.^{to} de Pernambuco, q.^e guarneção a Ilha, Parte III, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 59.

¹⁰⁸¹ Alegação, defesa dos reos Fernando da Gama Lobo Coelho, Manoel Nunes Ramalho, e Manoel de Mira Godinho, Cor.^{el}, Ten.^{te} Coronel, e Major do próprio Regimento da Ilha, Parte III, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 61.

¹⁰⁸² Alegação, e defesa do reo Manoel Vieira de Leão Sargento Mor de Infantaria com exercício de engenheiro, Parte III, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 62.

¹⁰⁸³ Alegação e defesa do reo Simão Rodrigues Governador da Fortaleza da Ponta Grossa, Parte III, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 63.

¹⁰⁸⁴ Concue-se com o juízo de serem verdadeiram.^{te} culpados os reos sobreditos, e ponderão-se as circunstancias agravantes das suas culpas, Parte IV, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 89.

¹⁰⁸⁵ Concue-se com o juízo de serem verdadeiram.^{te} culpados os reos sobreditos, e ponderão-se as circunstancias agravantes das suas culpas, Parte IV, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 86.

O Conselho de Justiça assumiu o caso do marechal. A conclusão foi de que Furtado de Mendonça tinha preparado as defesas da Ilha, segundo as recomendações da coroa lusitana e do vice-rei. Além disso, a evacuação da Ilha foi justificada pela fuga da Esquadra do Sul, comandada por Mac Douall. Não foram encontradas falhas na capitulação. A fuga para o Cubatão também se justificou pela notícia dos caminhos estarem cortados, em conjunto com a falta de suprimentos para prosseguir a marcha, dificuldades da estrada para a Laguna. O Conselho declarou Furtado de Mendonça inocente das acusações. Segundo o julgamento, o ex-comandante agiu sobre os conselhos do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria.

Subindo a sent.^a do Cons.^o de Guerra a última, e superior inst.^a do Cons.^o de Justiça, foi por ele reformada com os fundamentos seguintes que o réu Antonio Carlos Furtado de Mend.^a, não omitiu diligência alguma para por a Ilha de S. Catarina no melhor estado de defesa possível, fez construir as fortificações, que se pareceram necessárias, conforme a sua inteligência, não se apartou das instruções da Corte, por que estas so supunhão a Ilha defensável, conservando-se no porto dela a Esquadra Portuguesa para defender o Porto saindo porém ela, desvaneceu-se o dito plano, e se fez impraticável, principalm.^{te}, vistos os defeitos da situação, e construção das fortalezas que notoriamente eram indefensáveis. Que chegando a Armada inim.^a, e desembarcando um exército, depois do réu reconhecer o seu excessivo poder, a respeito das nossas poucas forças, achando-se no risco de ver cortado na passagem do estreito por embarcações do inim.^o, conformando-se com o disposto nas suas instruções, e pareceres do Conselho, se resolveu a abandonar a Ilha, e passar ao Cubatão, lugar, que tinha escolhido para segurança das tropas, e efeitos, e da-le passar ao rio grande para unir-se ao exército de Boehm. Mas que não podendo faze-lo, devendo para esse fim marchar por junto as costas do mar, sítios dominados de artilharia, e ainda da mosquetaria das embarcações inim.^{as}, e no sertão, por morros perpendiculares, e invadiáveis rios, como reconhecerão as instruções da corte, vendo-se sem modo algum para o transporte, do que se lhe mandava salvar, propondo em Conselho s invencíveis dificuldades de prosseguir a marcha, principalm.^{te} depois de estar o inim.^o Senhor da Fortaleza da Barra do Sul. E ajustando-se por todos os vogais mandar porpor uma capitulação honrada, o inim.^o so assintio, a de ficarem prisioneiros de guerra, no que conveio o Gen.^{al}, obrigado da extremid.^e, a que o tinha reduzido a falta de socorros, que se lhe tinha reduzido a falta de socorros que se lhe tinham prometido, e não derão, sem os quais fez-se-lhe absolutam.^e impossível sustentar-se, tanto na Ilha, como no Cubatão, e marchar a unir-se com Boehm. Termos em que, como dos fatos, eu obrou, assim nos Cons.^{os}, como em tudo o mais, se não pode induzir culpa alguma doloza, nem presumptivelm.^e se colige dos autos, e sem ela não se pode condenar o réu, por se não achar expressam.^e comprehend.^a no Artigo 3 de Guerra, única lei militar, de cujo contexto se podem tirar consequências menos favoráveis ao dito réu a respeito do delito, de que é acusado.

Estes são os fundamentos, por eu a sentença o Conselho de Justiça absolve inteiram.^{te} o réu Antonio Carlos Furtado de Mandonça de toda a culpa, e da pena do dito Artigo 3º de Guerra¹⁰⁸⁶.

¹⁰⁸⁶ Sentença do Conselho de Justiça, Processo do Conselho de Guerra [...], pp. 89-91.

O mesmo julgamento foi dado ao governador, Pedro Antônio da Gama Freitas, que também foi considerado inocente. O Conselho avaliou sua governança como subordinada ao general, não exercendo qualquer autoridade militar. << Não ter ele réu autoridade alguma na Ilha, ainda naquilo, que privativam.¹⁰⁸⁷ lhe pertencia, por ficar em tudo depend.^e do Gen.^{al}. E assim não se podia entrometer na defesa sem expressa ordem do mesmo Gen.^{al} >>¹⁰⁸⁷. Por fim, a conclusão foi de que tinha realizado seu trabalho com honra.

Os outros militares também foram absolvidos. Antônio Freire de Andrade, João de Figueiroa Pinto, Caetano da Silva Sanches, Pedro de Moraes de Magalhães, João Gregório Ribeiro de Siqueira e Manoel Vieira Leão foram todos considerados inocentes. << Que eles com seus soldados sempre se mostrarão prontos com a maior resolução de defenderem a ilha >>¹⁰⁸⁸. Por fim, foram julgados << inocentes a sent.^a do Cons.^o de Justiça, com o fundamento de não terem eles contravindo a alguma Lei Militar, ou Artigo de Guerra >>¹⁰⁸⁹.

Três oficiais superiores da Ilha e os governadores das fortalezas de São José da Ponta Grossa e da Conceição foram perdoados de toda a culpa por demonstrar valor e honra no cumprimento das obrigações. Simão Rodrigues Proença tinha falecido na fortaleza da Ilha das Cobras. O Conselho julgou imprudente a ação realizada no Rio de Janeiro contra o governador da fortaleza de Ponta Grossa, pela postura contra a ação do inimigo em organizar as tropas e defesas, avisar as demais autoridades da Ilha << estava pronto para defender até derramar a última gota de sangue >>. Era preciso outra disposição sobre o réu para não << manchar a sua honra >>. Já o governador da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Baía do Sul, o capitão Miguel Gonçalves Leão, falecido no hospital do Rio de Janeiro, << por uniformidade de votos absolvem o dito réu [...] declarando isento de toda a culpa, para que nenhuma sorte pedeção a sua memória nem se duvide da sua fidelidade, e valor maior >>. O capitão, no momento da capitulação e entrega das tropas aos castelhanos teve o azar de ser enviado ao Rio de Janeiro por engano, como prisioneiro de Guerra. Dessa forma, o Conselho concluiu << pelo que fica expedido, a sua memória, muito digna e todas as honras militares, e a sua conduta, de se declarar muito ajustado aos seus deveres, e ilibada >>¹⁰⁹⁰.

¹⁰⁸⁷ Sentença do Cons.^o de Just.^a, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 152.

¹⁰⁸⁸ Sentença do Cons.^o de Just.^a, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 167.

¹⁰⁸⁹ Sentença do Cons.^o de Just.^a, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 184.

¹⁰⁹⁰ Sentença do Cons.^o de Guerra, Processo do Conselho de Guerra [...], pp. 188-189.

Fernando da Gama Lobo Coelho, Manoel Nunes Ramalho e Manoel Godinho de Mira << os sobreditos três oficiais não voltarão nos Conselhos de Guerra feitos na Ilha, achando-se nesse tempo guarnecendo muito exemplar, e valorosam.^e os importantíssimos passos das necessidades, e pedras no centro da mesma Ilha >>¹⁰⁹¹. Os três acima, mais o governador da fortaleza da Baía Sul, Miguel Gonçalves Leão, e da fortaleza de São José da Ponta Grossa, Simão Rodrigues Proença; esses militares tiveram seus salários indenizados desde suas prisões. O soldo dos falecidos foram transferidos para seus filhos e descendentes.

[...] dado as mais evidentes pravas de valor, e constância, para a de defesa da Ilha, conservando-se nos postos, que se lhe encarregarão, até receberem ordem de retirada, escutando a mais trabalhosa, conduzindo a braços a artilharia e munições, sem intervirem a os Conselhos, nos quais se resolveu a evacuação da mesma Ilha, com graves danos, que tem padecido com tão dilatada prisão, na sua honra, e bens, o que lhes não satisfaz uma simples absolvição, os recomendão a Sua Maj.^e para os indenizar, melhorando-os de postos, como merece o zelo, com que tem servido. E a mesma recomendação fazem, a respeito dos herdeiros, do Capitão Governad.^{or} Leão, falecido na prisão, para se atender a sem razão, com que afizerão réu no processo, sendo na realidade prisioneros de guerra, e o único, que o foi, em atual diligência no serviço do estado, e prejuízo dos inim.^{os} ficando ideia a memória do Capitão Govern.^{or} Simão Rodrigues, falecido também na prisão, para seus herdeiros poderem requerer a satisfação dos serviços, que houvesse feito¹⁰⁹².

No Rio de Janeiro, por ordem do marquês do Lavradio, os bens dos militares foram sequestrados. O Conselho de Justiça julgou a ação injusta. Alguns militares tinham o direito de reaver seus bens. No caso dos falecidos, os herdeiros tinham direito. O capitão Miguel Gonçalves Leão, além de ser absolvido de toda a culpa, receberia os bens sequestrados e << o prêmio, que justam.^e merecem, pela importância, pelo valor, e inteligência, com que o dito velho, e honrado oficiais se portou na defesa da dita fortaleza da Barra do Sul >>¹⁰⁹³. Como já era falecido, ficou tudo para os herdeiros.

O caso mais emblemático foi do brigadeiro José Custódio. O Conselho de Guerra havia atribuído a ele toda a responsabilidade sobre a entrega da Ilha. Era responsável, segundo as autoridades que julgavam o caso, o militar que aconselhou o

¹⁰⁹¹ Sentença do Cons.^o de Guerra, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 185.

¹⁰⁹² Sobre os reos Fernando Joze da Gama Logo Coelho Manoel Nunes Ramalho, e Manoel Godinho de Mira, Coronel, Ten.^e Cor.^{el}, e Sarg.^{to} Mor do Regim.^{to} da Ilha, o Cap.^{ao} Simão Rodrigues, Gov.^{or} da Fort.^a da Ponta Grossa, e o Cap.^{ao} Miguel Gonçalves de Leão, Gov.^{or} da Fort.^a da Barra do Sul, Sentença do Cons.^o de Guerra, Processo do Conselho de Guerra [...], pp. 189-190.

¹⁰⁹³ Sentença do Conselho de Justiça, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 197.

marechal na retirada das tropas, a capitulação << forão por ele, dados >>¹⁰⁹⁴. José Custódio foi a autoridade luso-brasileira que ficou na Ilha para negociar com os castelhanos, entregar as bandeiras e as armas da coroa. O brigadeiro seguiu com os castelhanos. O Conselho de Guerra julgou-o pelo crime de deserção, mas pelo Conselho de Justiça foi absolvido. << [O] réu não pode ser criminado, por se não recolher no Rio de Janeiro com os outros oficiais seus companheiros, como também o crimina a sent.^a do Cons.^o de Guerra, não pela razão de não lhe permitir o inimigo como para justifica-lo pondera a sentença do Cons.^o de Justiça >>¹⁰⁹⁵. Entretanto, José Custódio não podia ser considerado culpado, muito menos responsabilizado pelo logro defensivo. Sua administração tinha pouco tempo, o Conselho argumentou que Cevallos não deixou o brigadeiro voltar para o Rio de Janeiro.

Que os Cons.^{os} para a evacuação da Ilha, e capitulação, os deu sem dolo, nem malícia, mas como entendeu em sua consciência, pelo inteiro conhecimento, com que se achava da impossibilidade da defesa da Ilha, sustentar-se no Cubatão, fantando as forças, e meios, que se tinham proposto, para se concluir um, e outro designio, pelo que se acha livre da culpa procedente dos efeitos dos ditos Conselhos e igualm.^e o ficou também da imputada deserção por que, sendo prisioneiro de guerra e nomeado pelo seu Gen.^{al} inim.^o, além de que, vendo o recolher-se hum acto involuntário, como expressam.^e declarado tal na referida capitulação, qualquer causa o desculpava, e muito melhor o do temor das prisões feitas em seus companheiros, que era bastante para lhe causar o regresso, e com maior razão, pois nos interrogatórios da devassa, nem no processo se trator de tal culpa, no presente se não pode diferir a outra alguma mais, do que aquelas, por que se acha arguido¹⁰⁹⁶.

A sentença final do Conselho de Justiça é de 1º de julho de 1783, mas só foi concluída em 2 de julho de 1785, quando a rainha << resolverá sobre a triste sorte dos réus, o que mais se conformar com a sua indefectível justiça, e mais for do seu Real Serviço, e do Bem público dos seus Reinos >>¹⁰⁹⁷. José Subtil lembra que no período mariano-josefino foi criada por decreto de 1778 uma comissão para a reforma de toda a legislação sendo encarregado, no ano de 1783, da parte do Direito Público e Direito Criminal, o jurista de Coimbra Pascoal de Melo Freire. << O seu projecto de código

¹⁰⁹⁴ Sentença do Conselho de Guerra, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 133.

¹⁰⁹⁵ Sobre o reo Brigadeiro Engenheiro Jozé Custodio de Sá e Faria, Sentença do Conselho de Justiça, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 143.

¹⁰⁹⁶ Sobre o reo Brigadeiro Engenheiro Jozé Custodio de Sá e Faria, Sentença do Conselho de Justiça, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 129.

¹⁰⁹⁷ Sentença do Conselho de Justiça, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 221.

criminal marca um importante passo na abolição do clausurado das velhas Ordenações e nos fundamentos do próprio Direito >>¹⁰⁹⁸.

Por outro lado, que nesse momento a coroa portuguesa vivia um período de aproximação com Espanha – iniciado ainda em 1777 com o Tratado de Santo Ildefonso –, o que favoreceu o destino dos militares responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina. A 12 de abril de 1785 a rainha, em comemoração ao matrimônio dos infantes de Espanha e Portugal (D. João e D. Carlota Joaquina; D. Mariana Vitória e D. Gabriel António), lançou um decreto de perdão aos presos¹⁰⁹⁹. No decreto estavam presos das cadeias públicas de Lisboa, da Relação do Porto, além de todas as cadeias do Reino. Dizia o decreto:

Hei por bem fazer mercê aos presos, que se acharem por causas criminais, não só nas cadeias públicas da cidade de Lisboa, e seu distrito, de cinco léguas ao redor, e nas cadeias da Relação do Porto, e seu respectivo distrito, mas também nas cadeias de todas as comarcas deste Reino de Portugal e Algarve, de lhes perdoar livremente por esta vez (não tendo eles mais parte do que a justiça) todos e quaisquer crimes, pelos quais estiverem presos, a exceção dos seguintes, que pela gravidade deles e pelo que convém ao serviço de Deus e bem da República, se não devem isentar das penas das leis, a saber, blasfemar Deus, e de seus Santos, moeda falsa, falsidade, testemunho falso, matar, ou ferir, sendo de propósito, com espingarda, ou qualquer outra arma de fogo, ou dar tiro com propósito de matar ou ferir, posto que não matasse, nem ferisse, propinação de veneno, ainda que morte se não haja seguido morte atraçoadamente, por fogo acintemente, arrombamento de cadeias, forçar mulher, soltar os presos, sendo carcereiro, por vontade ou peita, entrar em Mosteiro de Freiras com propósito e fim desonesto, ferir ou espancar a qualquer Juiz, posto que pedaneo ou ventanaria seja, sobre seu ofício; impedir com efeito as diligências da Justiça, usando para isso da força; ferir a alguma pessoa tomada as mãos; furto, que exceda o valor de um marco de prata; ferida feita no rosto, com tensão de o dar, se com efeito se deu; e ultimamente o crime de ladrão formigueiro, sendo pela terceira vez preso, e condenado de açoites, sendo por furto: e é Minha Real vontade, e intenção que (excetuando os crimes, que ficão declarados, e que ficarão nos termos ordinários da Justiça) todos os mais fiquem perdoados; e que as pessoas, que por eles estiverem presas em todas as referidas cadeias sejam livremente soltas, não tendo parte mais do que a Justiça, ou havendo-lhes dado perdão, as que os poderião acusar, posto que não as acusem; ou constando que não as há para poderem acusar. Ficando com tudo neste caso sempre salvo o direito as mesmas partes, para as poderem acusar querendo; porque a minha intenção é perdoar somente aos referidos presos a satisfação da Justiça, e não prejudicar as ditas partes no Direito que lhes pertencer: e para se haverem os ditos criminosos por perdoados, serão as suas culpas

¹⁰⁹⁸ José Subtil, Forças de segurança e modos de repressão (1760-1823), In, (org) Fernando Marques da Costa, Francisco Contente Domingues, Nuno Gonçalves Monteiro, *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, Lisboa, Vega, 1989, pp. 32-43, p. 33.

¹⁰⁹⁹ Já tinha manifestado o mesmo contentamento no Aviso de 10 de abril ao Conselho de Guerra e a todos os tribunais sem precedência << demonstração de contentamento pela celebração do matrimônio da sereníssima senhora infanta D. Mariana Victória com o sereníssimo senhor infante de Espanha, D. Gabriel >>. Supremo Tribunal Militar [...], p. 78.

vistas pelos Juízes a que tocar, e julgado este perdão conforme a elas na forma do costume. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e expresse as ordens necessárias para este Real Decreto se publicar, chegando pela sua publicação a notícia de todos, e para se executar, como nele se contém. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em 12 de abril de 1785¹¹⁰⁰.

A 6 de junho, a rainha estendeu o perdão aos presos militar. Era o decreto de perdão geral ao exército. No decreto, a rainha argumentava parecer << justo, a benefício dos presos, que por causas crimes se achassem nas cadeias públicas destes Reinos, com o perdão geral da satisfação da justiça >>. Continua ela dizendo: << Sou servida que todos os meus vassalos militares de toda e qualquer graduação, gozem não só do referido indulto, achando-se nas circunstâncias do perdão: mas ei por bem ampliado a favor daqueles, que por crimes estiverem ausentes dos meus Reinos, e que a eles se recolherem no termo de seis meses contados da publicação deste >>. Ainda, concluía o decreto: << este Perdão geral tenha o seu efeito na sobredita forma em benefício dos criminosos militares, e desertores destes Reinos; e que igualmente aproveite aos que se acharem já presos, sentenciados ou cumprindo as suas sentenças para serem postos na sua liberdade >>¹¹⁰¹. O decreto não foi imediato. Os militares responsáveis pela perda da Ilha de Santa Catarina só foram liberados das prisões seis meses depois, com o decreto do perpétuo esquecimento de 14 de janeiro de 1786, que não foi publicado.

¹¹⁰⁰ *Collecção oficial da legislação portuguesa [...]*, p. 376.

¹¹⁰¹ Supremo Tribunal Militar [...], pp. 72-75.

CONCLUSÕES: SETENÇAS, PUNIÇÕES E O PERPÉTUO ESQUECIMENTO

Como podemos ver, durante os anos 1762-1777, a América do Sul foi palco da disputa hegemônica entre as cortes ibéricas. Portugal e Espanha estiveram envolvidos numa luta renhida, que envolveu dois continentes em guerra e alterou de forma significativa os seus espaços fronteiriços e coloniais. O extremo sul da América foi convertido em ambiente de conflito e concentração de forças militares. Durante a contenda, ambos os lados ampliaram o efetivo militar e o teatro de ação na região sul-americana. Os portugueses, baseando-se no direito internacional de ocupação fundamentado no *uti possidetis*, ou seja, o reconhecimento da posse, ampliaram o envio de soldados de várias partes do Reino lusitano e da própria colônia. Já os espanhóis, além de aumentar o contingente no Rio da Prata, movimentaram-se entre as zonas missioneiras do atual território do Estado do Rio Grande do Sul em direção a costa atlântica. O teatro de guerra gravitou em três grandes áreas: praça de Colônia do Sacramento, Continente do Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina. Conflito que só foi resolvido com o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777.

Nesse contexto, os militares responsáveis pelas defesas das possessões lusitanas foram punidos. Tiveram seus bens sequestrados e, em alguns casos, receberam a pena de degredo e morte. Em outros, passados anos de reclusão, foram beneficiados com títulos e cargos mais expressivos.

Conclusivamente, as condenações dos militares tiveram diferentes contornos. Enquanto o período josefino foi marcado por um modelo político extremamente punitivo, durante o período mariano muitos presos foram libertados com expressiva ilibação dos motivos da detenção. Tomás Luís Osório e os governadores da Colônia do Sacramento – Vicente da Silva Fonseca, responsável pela defesa durante a primeira invasão de Cevallos (1762), e Francisco José da Rocha, na segunda invasão (1777) – foram levados presos para o Rio de Janeiro, e no Reino foram condenados, presos no Limoeiro. Vicente da Silva morreu na prisão, Francisco José da Rocha foi desterrado para Angola e Osório, após os anos no Limoeiro, foi executado em Lisboa. Entre esse imbróglio, os militares luso-brasileiros responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina foram beneficiados pelos decretos reais, consequência quase direta da política de aproximação entre as corte ibéricas e pelo foro militar.

Em 1762, enquanto o exército franco-espanhol avançava sobre a fronteira lusitana, durante a Guerra dos Sete Anos, Pedro de Cevallos, recém-nomeado governador de Buenos Aires, seguindo ordens reais, avançava com o exército castelhano em direção à embocadura do Rio da Prata. Durante meses, o governador castelhano passou a obsidiar a praça de Colônia do Sacramento. Com a autorização da coroa espanhola iniciou a ofensiva. Com artilharia bem posicionada, durante quase um mês, fez fogo contra as tropas luso-brasileiras. Após uma ação rápida e diversas propostas de entrega da cidadela, as tropas castelhanas intensificaram os ataques, até que o governador Vicente da Silva Fonseca, sem qualquer apoio do Rio de Janeiro, capitulou.

Vicente Fonseca foi considerado o principal responsável pela perda da possessão. Sem direito a devassa, as autoridades lusitanas alegaram, a justificativa de não ser militar. Logo que chegou ao Rio de Janeiro, foi recolhido preso para a fortaleza da Ilha das Cobras. Pouco tempo depois, foi remetido para o Reino, ficando preso na cadeia do Limoeiro, onde faleceu anos mais tarde.

Após conquistar a praça de Colônia do Sacramento, os castelhanos partiram para a região mais meridional, a vila do Rio Grande. O fim da Guerra dos Sete Anos, pelo Tratado de Paris, que previa a restituição dos territórios fronteiriços, nesse caso a praça de Colônia do Sacramento. Entretanto, as tropas castelhanas não levaram em consideração os termos acordados na Europa e, após tomar a fortificação lusitana no Rio da Prata, lançaram uma ofensiva à parte mais meridional da América portuguesa. Sem qualquer resistência, o comandante da fortaleza de Santa Teresa, o coronel Tomás Luis Osório, assim como Vicente, também capitulou. Sem perda de tempo, Cevallos direcionou o corpo militar em direção a vila do Rio Grande. A 24 de abril, José Molina entrou na vila sem qualquer resistência. O governador já tinha marchado para Viamão.

Consequentemente, a dupla Osório-Madureira foi considerada a principal responsável pela ingloriosa defesa. Entretanto, ao contrário de Vicente, que não teve qualquer direito à devassa, a dupla passou por um rigoroso inquérito. Contudo, como o governador morreu antes de findar as investigações, a culpa recaiu sobre Osório. O coronel ficou preso no Rio de Janeiro e, pouco tempo depois, foi remetido para o Reino. Preso na cadeia do Limoeiro. Em 1768, foi sentenciado à forca, por ordem direta de Sebastião de Carvalho e Melo.

A conquista castelhana da vila do Rio Grande resultou em treze anos de domínio espanhol. Durante esse tempo, os lusitanos reorganizaram o exército militar no extremo sul da América, resultou na reconquista da vila e das possessões, sob a direção do comandante do Exército do Sul, o tenente-general João Henrique Boehm. Os resultados foram as vitórias em São Martinho, Santa Tecla e na tomada definitiva da vila do Rio Grande. Consequentemente, a retaliação da coroa madrilenha veio com uma armada montada nos portos de Cádiz em direção ao Atlântico Sul, nos idos de novembro de 1776.

Três meses depois, fevereiro de 1777, marcou a ação defensiva dos militares lusitanos e ofensiva castelhana na Ilha de Santa Catarina. A Ilha foi tomada pela infantaria sem sequer montar um trem de guerra. A aproximação da expedição espanhola foi suficiente para a Esquadra do Sul, responsável pela defesa do porto, singrar vela rumo ao Rio de Janeiro. Sem a defesa marítima a comandância decidiu abandonar as fortalezas a marchar para terra firme. O destino final era a praia do Cubatão.

Após vários Conselhos de Guerra, a 5 de março de 1777, foi assinado o termo de capitulação. Os castelhanos ficaram com as bandeiras, chaves das fortalezas, armamentos e petrechos de guerra. Prenderam os oficiais lusitanos nas embarcações que, de forma ignominiosa, foram transportados para o Rio de Janeiro. Ao chegarem à capital, Luís de Almeida não quis recebê-los. Mandou logo prendê-los nas fortalezas e iniciou um inquérito para apurar os responsáveis pela entrega. Luís de Almeida listou os militares que participaram dos Conselhos de Guerra. A maioria descendia da companhia de Pernambuco. Mandou prender os filhos dos militares que também depuseram no processo da devassa.

A notícia chegou a corte que acatou a admissibilidade do processo instaurado por Luís de Almeida. Bernardo Salazar Sarmiento Eça e Alarcão ficou encarregado de organizar a devassa. O inquérito do Ouvidor Geral do Crime, fez vinte e seis perguntas – elaboradas pelo marquês do Lavradio – e ouviu 58 testemunhas. Tinha a incumbência de apurar, ouvir as partes e, por fim, alguns dos envolvidos. Os depoimentos eram redundantes. Alguns réus foram interrogados. O ritmo era rápido, em média três testemunhas eram interrogadas por dia.

Em nenhum momento Luís de Almeida questionou sua administração como vice-rei, eximindo-se de sua responsabilidade. Estabeleceu uma sólida ligação com o

poder judiciário. As autoridades jurídicas, durante a administração de Luís de Almeida, eram guiadas pelos interesses do poder governativo, que sustentaram e embaraçaram o processo. As atividades dos desembargadores se estenderam desde a chegada dos militares ao Rio de Janeiro, até a entrega do relatório final e o envio dos militares para a corte, em setembro de 1779. É certo que, no Brasil, as investigações avançaram na direção dada por Luís de Almeida.

O resultado foi a fuga da responsabilidade. O processo era direcionado. Lavradio culpava o comandante Robert Mac Douall, por fugir do porto da Ilha para o Rio de Janeiro logo que avistou a esquadra espanhola. Entretanto, o sucesso do Exército do Sul, em 1776, na reconquista do Rio Grande, alterou a conclusão do Conselho de Guerra em Lisboa. Mac Douall foi sentenciado inocente e voltou a Royal Navy.

A 30 de abril de 1778, foi nomeado para o cargo de vice-rei do Brasil, no lugar do marquês do Lavradio, Luís Vasconcelos de Souza. Na mesma carta na qual informava a Martinho de Mello e Castro a nomeação de sua substituição, Luís de Almeida dizia estar << com a maior impaciência esperando o [seu] sucessor >>. O receio de sofrer uma devassa na corte, principalmente com relação aos problemas com a manutenção do território levavam constantemente o vice-rei a lamentar emotivamente em cartas endereçadas à corte. Ao ministro Martinho de Mello e Castro lastimou os << laboriosos trabalhos que por mim tem passado, e dilacerado o meu coração >>¹¹⁰².

Luís de Vasconcelos e Souza desembarcou no dia 29 de março no Rio de Janeiro. Tomou posse no dia 5 de abril. As ordens da corte eram de aprontar uma fragata << para receber a seu bordo e conduzir a essa Corte o marquês meu antecessor, com toda a sua equipagem e família >> e enviar para a corte¹¹⁰³. E, logo depois, os militares presos no Rio de Janeiro, responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina e da praça de Colônia do Sacramento.

A 1º de setembro de 1779, zarparam do porto do Rio de Janeiro os militares responsáveis pela defesa da Ilha de Santa Catarina, com destino à corte. O trabalho dos desembargadores foi encerrado, e o relatório final fora encaminhado. Os oficiais haviam sido instruídos a levar consigo todos os instrumentos necessários para suas defesas. Provas diretas e indiretas.

¹¹⁰² Lavradio a Martinho de Mello e Castro, Rio de Janeiro, 9/12/1778, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, volume 256, jul/set., 1962, pp. 139-141.

¹¹⁰³ Luiz de Vasconcellos e Souza a Martinho de Mello e Castro, Rio de Janeiro, 23/04/1779, Bicentenário da transferência da capital [...], *RIHGB*, volume 256, jul/set., 1962, pp. 141-143.

Diante da gravidade das acusações, o processo foi reaberto. Continha um vasto conjunto de informações. A denúncia foi acolhida. A Casa da Suplicação era responsável pela prossecução do inquérito iniciado no Rio de Janeiro. Preso com os outros acusados na fortaleza de Santa Apolónia, Furtado de Mendonça questionou a autoridade da instituição. O marechal exigia um Conselho de Guerra. O processo gerou páginas e páginas. O foro militar tornou possível um Conselho de Guerra, que votou pela culpabilidade dos réus.

Durante a abertura do processo, Antônio Carlos Furtado de Mendonça fez duras críticas a Luís de Almeida. Segundo o marechal, o marquês do Lavradio trabalhou de todas as formas para fazê-lo << odioso >> diante das tropas. Durante as investigações, o marechal foi formando seu próprio corpo documental, na tentativa de mudar a direção das investigações, colocando como foco a administração de Luís de Almeida.

A 1º de julho de 1783, um novo Conselho foi finalizado. O Conselho de Justiça buscava questionar a veracidade dos fatos e acusações apresentadas no Conselho de Guerra. Julgava pouca consistência nas acusações. Montou peça por peça. Confrontava as denúncias da acusação e da defesa. O Conselho de Justiça fez uma análise da trajetória dos militares e elaborou novos questionamentos. As acusações efetuadas no Rio de Janeiro perdiam sustentação. Acompanhavam o processo muitos apensos. Por fim, o Conselho julgou os militares inocentes. Até o brigadeiro José Custódio, que seguiu com os castelhanos após entregar as bandeiras foi considerado inocente. O único acusado foi o tenente-de-artilharia José Henrique, que desertou do forte de São José da Ponta Grossa quando soube da presença do inimigo. Por fim, o Conselho de Justiça pedia a absolvição e soltura dos réus. Entretanto, permaneceram presos por mais três anos.

Vale lembrar ainda, que o período mariano ficou marcado pela política de aproximação com Espanha, também patrocinada por Carlos III. Essa aproximação iniciou com a conclusão do Tratado de Santo Ildefonso, que restabeleceu as possessões da América do Sul as cortes ibéricas (a Ilha de Santa Catarina foi devolvida aos portugueses e a praça de Colônia do Sacramento ficou definitivamente para os Espanhóis), e ainda, resultou no casamento dos infantes de Espanha e Portugal. Em celebração aos matrimônios a rainha decretou o perdão geral ao exército.

Até que, a 14 de janeiro de 1786, D. Maria I decretou o << perpétuo esquecimento >> dos fatos ocorridos na Ilha de Santa Catarina e a soltura dos militares

da cadeia. A rainha ordenava às autoridades lusitanas << guardarem com o maior segredo e recato >>. Como lembra Bodelon, << se pretendía ocultar al pueblo la poco honrosa historia de la pérdida de la isla de Santa Catarina >>, além de << un intento tanto de defender el buen nombre de las armas portuguesas como también que la retirada de los defensores no sirviese de ejemplo negativo a imitar en el futuro >>¹¹⁰⁴. Até porque os militares, << que se acham atualmente presos, serão logo soltos das prisões em que existirem, sendo-lhes restituídos os bens que se lhes houverem sequestrado por este motivo >>. Sendo que a grande maioria, além da restituição dos bens sequestrados, foram << reformados nos seus Postos >>. Quanto aos oficiais que morreram nas prisões, sentenciava a rainha: << entrega deles a quem por direito pertencerem >>.

O << perpétuo esquecimento >>

A 23 do mesmo mês, Aires de Sá e Melo, ao informar o ministro Martinho de Melo e Castro, remeteu ofício do duque de Lafões, para que todos os oficiais encarregados pela defesa da Ilha de Santa Catarina fossem postos em liberdade, menos João de Figueroa Pinto, devido aos desentendimentos entre ele e o sargento-mor Caetano da Silva Sanches. Nas palavras do Duque de Lafões:

V.Ex^a porá na presença da Rainha Minha Senhora que conforme as suas Reais ordens foram postos em sua liberdade todos os oficiais que tinham sido encarregados do Governo, e defesa da Ilha de Santa Catarina e procederam á Capitulação do Cubatão; menos João de Figueroa Pinto, q. fica ainda preso com as mesmas antecedentes cautelas por não ter assinado o Termo, que por ordem de S. Maj.^e lhe mandava assinar; dizendo entre lágrimas, e suspiros, que entre todas as suas desgraças ele reputava pela maior, o não poder resolver-se a obedecer nesta parte a S. Majestade, por estar persuadido que assinar o d.^o Termo depois do cruel insulto q. obrara contra ele Caetano da Silva Sanches, com quem poderia casualmente encontrar-se, era couza, que lhe ficava mal a sua honra, e que não só preferia a semelhante baixeza uma prisão perpétua, mas todo o outro castigo de que o julgassem merecedor¹¹⁰⁵.

Após passar pelo Conselho de Guerra e pelo Conselho de Justiça, a coroa lusitana decidiu pela absolvição de alguns réus. Furtado de Mendonça e Pedro Antônio

¹¹⁰⁴ Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 656.

¹¹⁰⁵ Aires de Sá e Melo a Martinho de Melo e Castro, remetendo o ofício do duque de Lafões. Belém, 23/01/1786. AHU_ACL_CU_021, Cx. 4, D. 316; AHU-Santa Catarina, cx. 6, doc. 2. Sobre o Duque de Lafões, ver Nuno Gonçalo Monteiro, Fernando Dores Costa, *D. João Carlos de Bragança, 2º Duque de Lafões*, uma vida singular no século das luzes, Lisboa, Edições Inapa, 2006.

da Gama Freitas foram afastados dos cargos e nunca mais voltaram a ocupar postos militares, enquanto outros foram beneficiados com reformas, entrega dos bens sequestrados no Rio de Janeiro, promoções e mercês. Os oficiais que morreram nas prisões tiveram seus bens, soldos e benefícios transferidos para os filhos.

Portanto, o Conselho de Justiça e o decreto imperial julgavam os principais envolvidos na defesa da Ilha de Santa Catarina, durante a invasão espanhola, inocentes. Antônio Carlos Furtado de Mendonça foi declarado inculpação, mas << escuso >> do serviço militar. Voltou a sua casa nas proximidades do colégio dos Nobres, na freguesia de São Mamede. Entretanto, seu filho, Luiz Antônio Carlos Furtado de Mendonça teve um papel atuante nos desdobramentos da política lusitana.

Já Pedro Antônio da Gama Freitas, governador da Ilha, também foi inocentado de toda a culpa pela perda da Ilha¹¹⁰⁶. O Conselho de Justiça julgou que ele, governador, não tinha qualquer autoridade na Ilha, além daquilo que lhe pertencia. Sendo a elaboração da defesa obra do general, não podia << intrometer >> no que cabia ao marechal-de-campo, Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Pedro Antônio era irmão de José Maurício da Gama e Freitas, cavaleiro processo na Ordem de Cristo que, durante dez anos (1765-1775), atuou no Rio de Janeiro como desembargador e intendente-geral do ouro do Rio de Janeiro¹¹⁰⁷, além de exercer o cargo de Juiz de Fora, por nomeação de D. José I, em 1758¹¹⁰⁸. Logo que chegou ao porto de Lisboa, o ex-governador pedia ao intendente geral da Polícia da Corte e Reino, Diogo Inácio Pina Manique, para prender dois escravos fugidos e solicitava a remoção dos escravos de volta ao seu senhor no Rio de Janeiro.

Dando avezita do ouro á Galera Santíssimo Sacramento, e Nossa Senhora do Rosário, vinda do Rio de Janeiro, encontrei na mesma o Sup.^o Pedro Antônio da Gama e Freitas, que vinha remetido daquele Estado; o qual me requereu lhe mandasse conduzir a uma das cadeias desta Corte dois escravos seus que na mesma Galera vinham, para onde tinham passado da Fragata Nossa Senhora da Graça, aonde se tinham embarcado fugitivos naquele Porto; e tomando eu sobre o referido as informações precisas para o conhecimento da verdade, os mandei recolher na cadeia do Castelo aonde se acham: Avista do referido me parece se devem embarcar para serem conduzidos para o mesmo Porto, para a casa do sup.^o seu senhor, por terem vindo, sem seu consentim.^{to},

¹¹⁰⁶ Algumas fontes dizem que o governador, assim como outros militares, também morreu na prisão. Ver: Maria Bernardete Ramos Flores, *A invasão espanhola na Ilha [...]*; Óscar Rico Bodelón, *La ocupación Española [...]*, p. 655.

¹¹⁰⁷ Francisco Eduardo Pinto, O declínio das propriedades da família Souza Coutinho na capitania das Minas Gerais, *Tempos Históricos*, Volume 16, 2º Semestre de 2012, pp. 163-194.

¹¹⁰⁸ Índice da Chancelaria de d. José I (Comuns), ANTT, Livro 146. In, Maria Beatriz Nizza da Silva, *Ser nobre na Colônia*, São Paulo, editora UNESP, 2005, p. 229.

e fugitivos; pois só no caso de haver consentim.¹⁰ se poderiam aproveitar do benefício da Lei¹¹⁰⁹.

O governador não deixou herdeiro homem. Com sua esposa, Ana Maria Gurgel do Amaral teve apenas uma filha, Maria Rita Felicidade da Gama e Freitas, mãe do Cavaleiro da Ordem de Cristo, sub-delegado e Juiz de Paz da freguesia de São João de Meriti, Pedro Antônio Telles Barreto de Menezes¹¹¹⁰. Em contrapartida, o ex-governador teve uma ligação muito próxima à coroa lusitana. Seu irmão José Maurício da Gama e Freitas casou-se no Rio de Janeiro com Josefa Joaquina Maria Ana Berquó da Silveira Velasco, açafata¹¹¹¹ de D. Maria I. Desse casamento, houve vários filhos, todos eles ligados à vida de corte, no reino ou no vice-reino. Após o falecimento de José Maurício, a viúva requereu junto ao rei a nomeação do cargo pelo seu filho João Maria da Gama e Freitas Berquó da Silveira e Velasco¹¹¹². A este, mais tarde, foi concedido o título de marquês de Cantagalo¹¹¹³.

Os outros militares luso-brasileiros responsáveis pela defesa da Ilha também foram julgados inocentes: Antônio Freire de Andrade, João Gregório Ribeiro de Siqueira, João de Figueiroa Pinto¹¹¹⁴, Caetano da Silva Sanches, Manoel Vieira de Leão. << Por se provar de todas as testemunhas da devassa, que eles com seus soldados sempre se mostraram prontos com a maior resolução de defenderem a Ilha >>¹¹¹⁵, deviam ser << reformados nos seus Postos >>¹¹¹⁶. Um em especial foi muito atuante e retornou ao Brasil como capitão-mor e governador interino da capitania do Rio Grande

¹¹⁰⁹ Diogo Inácio de Pina Manique a Martinho de Melo e Castro, Lisboa, 1º/06/1780, AHU_ACL_CU_017, Cx. 113, D. 9322; AHU-Rio de Janeiro, cx. 123, doc. 31.

¹¹¹⁰ Brasão de Armas do doutor Antônio Telles Barreto de Menezes, In, VASCONCELLOS, barão Smith de, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*, Imprimerie La Concorde, Lausanne, MLCCCCXVIII, p. 596.

¹¹¹¹ Era uma dama de companhia, responsável criada da Rainha.

¹¹¹² Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente d. João, sobre o requerimento de Josefa Joaquina Maria Ana Berquó da Silveira Velasco, viúva do desembargador José Maurício da Gama e Freitas, Lisboa, 12/11/1801, AHU_ACL_CU_017, Cx. 196, D. 13969; AHU-Rio de Janeiro, cx. 195, docs. 62, 35.

¹¹¹³ João Maria da Gama e Freitas Berquó da Silveira e Velasco participou da viagem a São Paulo realizada por d. Pedro que resultou no “grito do Ipiranga”. Retrato no quadro de Pedro Américo “Independência ou morte!”, onde acompanha d. Pedro. In, Cecília Helena de Salles Oliveira; Claudia Valladão de Mattos (Orgs), *O Brado do Ipiranga*, São Paulo, Edusp, 1999, p. 16, 89.

¹¹¹⁴ Decidiu ficar na prisão.

¹¹¹⁵ Conselho de Justiça de 1º/07/1783, In, Balthazar da Silva Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste Paiz, a fundação da cidade com a história civil e ecclesiastica, até a chegada D'el-Rey D. João VI; além de noticias topographicas, zoologicas e botanicas*, Tomo III, Livro III, Rio de Janeiro, Editora Typ. Imp e Const. de Seignot-Plancher e Cª, 1835, pp. 106-114, p. 112.

¹¹¹⁶ << Decreto porque foram soltos os presos da ilha de Santa Catarina >>, AHML, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 14/01/1786, 1 fl., manuscrito. Documento em anexo. (Anexo 4)

do Norte. Estamos convencidos de que Caetano da Silva Sanches foi agraciado com este título anos mais tarde a sua saída da prisão e do decreto imperial.

Na Ilha de Santa Catarina, Caetano da Silva Sanches¹¹¹⁷ atuou como sargento-mor do Regimento de Pernambuco¹¹¹⁸, sob patente recebida em 10 de setembro de 1774, quando foi designado para a América do Sul, num regimento formado pelo governador de Pernambuco, José César de Meneses¹¹¹⁹. Com ele, também estavam e foram agraciados com novas nomeações: o capitão Pedro Morais de Magalhães << por ser o cap.^{am} mais antigo, e estar fazendo nesta praça o serviço de sargento mor de brigadas >>; o tenente-coronel João Gregório Ribeiro de Siqueira << por ser cap.^{am} e ajudante de ordens >>. Na carta, o governador de Pernambuco lembrou ao marquês de Pombal que os três militares << também a terem ambos sido subalternos, e servido com o marquês do Lavradio >>¹¹²⁰.

José César de Meneses informou também o ministro Martinho de Melo e Castro. Na << relação dos oficiais, que foram empregados no Regimento do Recife novamente regulado >>, detalhou as qualidades dos três oficiais. Pedro de Morais Magalhães¹¹²¹, com 54 anos, sendo 40 deles dedicados ao serviço, exerceu << todos os postos subalternos, até o de capitão, no qual foi provido no Regimento de Olinda, em 6 de fevereiro de 1755 >>. Segundo o governador, << este oficial, além de ser um dos mais antigos capitães, que achei em ambos os Regimentos, se faz muito distinto, e merecedor de toda a atenção de Sua Majestade, por ser muito exato na execução das Ordens >>. Quanto ao tenente-coronel João Gregório Ribeiro de Siqueira, tinha 45 anos, sendo 19 de serviço, exerceu os postos de alferes, tenente e foi capitão em 15 de abril de 1768, com exercício de ajudante-de-ordens. Já Caetano da Silva Sanches contava 39 anos,

¹¹¹⁷ Em 1771, Caetano da Silva Sanches atuava como tenente do Regimento de Pernambuco capitão Manoel de Azevedo do Nascimento do Regimento de Infantaria da praça do Recife de Pernambuco. Requerimento do tenente de uma companhia do Recife, Caetano da Silva Sanches, ao rei d. José I, pedindo licença de um ano para viajar ao Reino. AHU_ACL_CU_015, Cx. 111, D. 8605.

¹¹¹⁸ Relação dos officiaes, cadetes porta bandeiras ajudante quartel mestre cirurgião mor e seus ajudantes que tem o regimento de Pernambuco, ANTT, Papeis vários acerca do marechal de campo [...].

¹¹¹⁹ Caetano da Silva Sanches. Recife, 10/09/1774, AHU_ACL_CU_015, Cx. 116, D. 8916.

¹¹²⁰ José César de Meneses ao marquês de Pombal. Recife, 23/09/1774. AHU_ACL_CU_015, Cx. 117, D. 8935. Em 1768, João Gregório Ribeiro de Siqueira servia como ajudante-de-ordens do conde de Povolide, Luís José da Cunha Grão Ataíde e Melo. In, Aviso de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Antônio Freire de Andrade Henriques. [Lisboa], 18/01/1768. AHU_ACL_CU_015, Cx.105, D. 8127; AHU-Pernambuco, cx. 105, doc. 8127. Dois anos depois pediu licença de um ano para voltar para a corte. In, Requerimento do capitão-de-infantaria com exercício de ajudante-de-ordens do governo da capitania de Pernambuco, João Gregório Ribeiro de Siqueira, ao rei [D. José I]. [ant.] 24/03/1770. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8379; AHU-Pernambuco, cx. 108, doc. 8379.

¹¹²¹ Assim como Simão Rodrigues Proença, também morreu na prisão.

com 19 de serviço militar. Passou de porta-bandeira, alferes, tenente e, em setembro de 1770, passou a sargento-mor de Auxiliares, o qual exercia. Segundo o governador << este oficial, pela sua agilidade e desembaraço, e suficiente inteligência [...] da arte militar, o julguei digno de ocupar este posto nas tropas pagas >>¹¹²².

Contra ele, Caetano da Silva Sanches, contavam várias denúncias, como uma acusação de morte de um soldado na Ilha de Santa Catarina. A 22 de agosto de 1776, o sargento-mor foi acusado de << matar >> João da Rocha, soldado de Granadeiros do Regimento da Ilha. Durante uma << parada >>, Caetano << dera duas vezes com a espada na cabeça, e a terceira lhe remeteu pelo ventre, que não chegou a durar 48 horas >>. O sargento-mor foi colocado preso, aguardando a posição do vice-rei. << Este homem tem sido uma fera para o meu Regimento >>, escreveu o denunciador, << porque em menos de três meses fez esta tirana morte, e a um Cabo de Esquadra pelo tal estado de pancadas, que foi p.^a a capital a donde esteve sacramentado e ainda lá está vai por dois meses; e o outro lhe deu uma cutilada na testa >>. Segundo o denunciante, Caetano da Silva Sanches já tinha praticado os mesmos atos quando era porta-bandeira no Regimento de Cascais, em Portugal. Acusava-o ainda de ter viajado fugido para a América e aproveitar-se de promoções: << passando a América fugido, achou-se na proteção de um general faze-lo alferes, e logo na de outro general, faze-lo tenente; e por ser livre dele; e dos empenhos o fez sargento mór dos auxiliares, para a Capitania do Ceará >>, prossegue o delator, dizendo que << o S^{er} Jozé Cezar de Menezes, o nomeou na forma da Carta Régia, para Sargento Mór do Regimento [de Pernambuco] >>, sem antes, atestar << as qualidades do sujeito >>¹¹²³.

Seis dias após, junto com os outros oficiais da Ilha, após participar do último Conselho de Guerra e assinar a capitulação, Caetano da Silva Sanches, muito provavelmente já sob as ordens castelhanas, pedia à rainha, D. Maria I, a confirmação da patente de sargento-mor do Regimento do Recife. A 11 de março de 1777, em meio ao imbróglio da fraudada ação de defender a Ilha de Santa Catarina, o sargento-mor pedia a atestação de seu posto há três anos concedida, ainda no tempo do marquês de Pombal, posto de que era comandante o coronel Pedro de Moraes Magalhães. << O dito seu Regimento fora destacado para a Ilha de Santa Catarina, no qual se acha exercendo

¹¹²² José César de Menezes a Martinho de Melo e Castro. Recife, 23/09/1774. AHU_ACL_CU_015, Cx. 117, D. 8934.

¹¹²³ Carta (cópia) sobre o danoso comportamento do sargento-mor do Regimento da Ilha de Santa Catarina, Caetano da Silva Sanches. Ilha de Santa Catarina, 22/08/1776. AHU_ACL_CU_021, Cx. 4, D. 261; AHU-Santa Catarina, cx. 4, doc. 52.

o dito posto com muita honra, exação e zelo; e porque para sua maior validade, e firmeza necessita a confirmação de V. Maj.^e >>, dizia Caetano¹¹²⁴.

Caetano da Silva Sanches era natural da freguesia de Cascais, Portugal, era filho de Francisco da Silva Sanches e D. Maria Joaquina Sanches. Após o decreto imperial, de 14 de janeiro de 1786, Caetano, junto com outros oficiais, foi reformado em seu posto. Caetano da Silva Sanches foi agraciado com a reforma de sargento-mor do Regimento de Infantaria e, por ordem imperial, devia receber o meio soldo da função. Além disso, devia ser empregado numa das capitanias anexas a Pernambuco. Segundo Martinho de Melo e Castro:

Este oficial, antes q.^e lhe sucedesse a infelicidade q.^e deu causa á d.^a Reforma, serviu com muito préstimo e inteligência; e com ele se ainda em estado de poder ser útil, naquilo em q.^e as suas circunstâncias o permitirem, não posso deixar de o recomendar a V.S. para q.^e o empregue em algum Governo dependente dessa Capitania, em q.^e se tive algum partido da sua aptidão para o serviço, e de q.^e lhe resulte ao mesmo tempo mais alguma facilidade de meios + para a sua subsistência¹¹²⁵.

Quatro dias depois, a 24 de janeiro de 1790, Martinho de Melo e Castro ordenava << passagem livre >> ao navio *Polifemo* em que estava embarcado << Caetano da Silva Sanches Sargento mor Reformado do Regimento do Recife de Pernambuco, que se recolhe á sua Praça >>¹¹²⁶.

A 20 de março de 1790, o governador da capitania de Pernambuco, Tomás José de Melo, informou ao ministro Martinho de Melo e Castro o recebimento das providências que deveria tomar com o sargento-mor Caetano da Silva Sanches. Disse ele que imediatamente havia mandado ao Vedor Geral da Gente de Guerra da capitania, na folha militar, << q.^e formasse para o pagamento dos soldos da Tropa paga inclusive ao dito Sargento Mor Caetano da Silva Sanches para que lhe pagasse o meio soldo com q.^e Sua Majestade o reformou, como sargento mor do Regimento do Recife >>. Entretanto, quanto à recomendação de empregar o oficial em algum posto dos governos dependentes da capitania, o governador respondeu: << q.^e o Governo q.^e lhe pode ser conferido é o do Rio Grande do Norte, q.^e se acha vago pelo falecimento de Joaquim

¹¹²⁴ Requerimento de Caetano da Silva Sanches à rainha, d. Maria I. [ant. 11/03/1777]. AHU-Ceará, cx. 9, doc. 559.

¹¹²⁵ Martinho de Melo e Castro a Tomás José de Melo, remetendo o sargento-mor Caetano da Silva Sanches. Salvaterra dos Magos, 20/01/1790. AHU_ACL_CU_015, Cx. 171, D. 12085; AHU-Pernambuco, cx. 171, doc. 12085.

¹¹²⁶ Martinho de Melo e Castro a Fernando de Larre Garcez Lobo Palha e Almeida. [Lisboa], 24/01/1790. AHU_ACL_CU_015, Cx. 171, D. 12091; AHU-Pernambuco, cx. 171, doc. 12091.

Felix de Lima >>¹¹²⁷. Com o título de capitão-mor, recebeu interinamente o governo da capitania do Rio Grande do Norte. Tomou posse a 12 de agosto de 1791. Com a incumbência de << evitar as desordens praticadas pelos sucessores >> da capitania¹¹²⁸. A 30 de agosto, Martinho de Melo e Castro aprovou a nomeação. Contudo, delegava ao governador de Pernambuco, Tomás José de Melo informar << regularmente do comportamento do dito oficial no lugar q.^e se lhe confia >>¹¹²⁹.

A 19 de fevereiro de 1791, Caetano da Silva Sanches tomou posse da capitania. Em sua primeira comunicação com a coroa lusitana, expôs problemas de enfermidades que passavam os moradores, desde epidemia de bexigas, escassez de carne, farinha, peixe, além da falta de militares na capitania. Com a missiva, enviava o mapa com o rendimento dos contratos dos dízimos, para os corpos auxiliares e companhias de infantaria:

No dia 19 de Fevr^o deste pres^e ano tomei posse desta Capitania do Rio Grande do Norte, da qual V. Ex^a me fez a Honra em carregar o Governo dela, achando esta pequena cid^e e suas vizinhanças no deplorável estado de maior compaixão, com uma Epidemia de bexigas q tem morto m^{ta} gente, e poucas casas há tanto nesta cidade, como nas referidas vizinhanças que não experimentem o mesmo mal, sendo o meu maior sentim^{to} a falta de todos os víveres que padecem, por me constar q alguns dos doentes chegaram a comer cocos e Mangabas, por não terem outro mantim^{to}, e porque desde o prim^o de Janr^o lhe o dia da dita minha posse, senão tinha vendido aqui uma libra de carne no açougue, por senão ter rematado o contrato por desordem que aqui houvera antes da minha chegada, Indaguei quem tinha gados, e os obriguei a conduzir p^a esta Cide e os matarem, e vendessem no açougue ao Povo¹¹³⁰.

A 24 de novembro, Tomás José de Melo confirma a nomeação do sargento-mor como governador da capitania do Rio Grande do Norte. O governador afirma ao ministro Martinho de Melo e Castro, ser Caetano da Silva Sanches << um oficial de capacidade, préstimo, e atividade, como eu tenho reconhecido no dito sargento-mor Caetano da Silva Sanches, pessoa na verdade bem digna, e merecedora do conceito q.^e

¹¹²⁷ Tomás José de Melo a Martinho de Melo e Castro. Recife, 20/03/ 1790. AHU_ACL_CU_015, Cx. 175, D. 12121; AHU-Pernambuco, cx. 175, doc. 12121.

¹¹²⁸ Vicente Simões Pereira de Lemos; Tarcísio Medeiros. Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte, v. 2, *Edição do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Ministério da Educação e Cultura, Natal, CERN, 1980, p. 61.

¹¹²⁹ Aviso (minuta) de Martinho de Melo e castro a Tomás José de Melo. Mafra, 30/08/1790. AHU_ACL_CU_015, Cx. 174, D. 12222; AHU-Pernambuco, cx. 174, doc. 12222.

¹¹³⁰ Caetano da Silva Sanches a Martinho de Melo e Castro. Natal, 29/04/1791. AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 483; AHU-Pernambuco, cx. 8, doc. 483.

V. Ex.^a dele forma >>¹¹³¹. Seis anos depois, Tomás José de Melo pediu para que, em nome da rainha, assegurasse o sargento-mor no cargo de governador do Rio Grande do Norte: << Senhora Servida, que eu em seu Real Nome assegure ao referido Caetano da Silva Sanches, q. em quanto não diferir à sobredita suplica, não será removido do mesmo governo >>¹¹³². A 10 de janeiro de 1798, a rainha dispensou o sargento-mor do juramento do cargo¹¹³³.

Caetano exerceu papel atuante no processo de independência da capitania do Rio Grande do Norte. A 15 de outubro de 1799, pediu o fim da subordinação a Pernambuco, como já havia sido dada à Paraíba e ao Ceará. O governador, em sua missiva, lembrava os benefícios econômicos da capitania. Desde << excelente pau-brasil >>, << finíssimos açucares >>, além de << algodões e arroz, gêneros de exportação, além dos mais da primeira necessidade: as salinas são as melhores que podem haver, quais são as do Assu e de Mossoró >>. Dessa forma, escreveu Caetano: << Hogando ao mesmo passo a V.Ex.^a a queira patrocinar a que seja concedida a graça que imploro, para que conferida, fique tão bem isenta esta Capitania, assim como ficarão as duas, pois esta tem as circunstâncias para a sua isenção >>. Rememorava a rainha estar servindo há quarenta anos no exército lusitano, sendo mais de vinte como sargento-mor << assim tão bem mereça algum posto de acesso e maior soldo para me poder sustentar neste governo, e fora dele >>¹¹³⁴.

A 14 de março de 1800, Caetano da Silva Sanches faleceu, aos 65 anos de idade, vítima de um << estupor >>¹¹³⁵. O sargento-mor e governador da capitania do Rio Grande do Norte não deixou herdeiros. Um ano depois, a Junta Governativa da capitania de Pernambuco requereu benefício à viúva do sargento-mor. Maria Francisca

¹¹³¹ Tomás José de Melo a Martinho de Melo e Castro. Recife, 24/11/1790. AHU_ACL_CU_015, Cx. 174, D. 12253; AHU-Pernambuco, cx. 174, doc. 12253.

¹¹³² Tomás José de Melo a Luís Pinto de Sousa Coutinho. Recife, 17/11/1786. AHU_ACL_CU_015, cx. 195, D. 13425; AHU-Pernambuco, cx. 195, doc. 13425.

¹¹³³ Tomás José de Melo a Rodrigo de Sousa Coutinho. Recife, 10/01/1798. AHU_ACL_CU_015, Cx. 200, D. 13685; AHU-Pernambuco, cx. 200, doc. 13685. Antes disso, um decreto do príncipe regente, d. João VI, nomeava Caetano da Silva Sanches ao posto de sargento-mor de infantaria por três anos. Lisboa, 9/01/1797. AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 593; AHU-Rio Grande do Norte, cx. 8, doc. 23.

¹¹³⁴ Caetano da Silva Sanches a Rodrigo de Sousa Coutinho. Natal, 15/10/1799. AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 511; AHU-Rio Grande do Norte, cx. 8, doc. 32, Pernambuco.

¹¹³⁵ Junta Governativa da capitania de Pernambuco a Rodrigo de Sousa Coutinho. Recife, 9/04/1800. AHU_ACL_CU_015, Cx. 216, D. 14595; AHU-Pernambuco, cx. 216, doc. 14595.

do Rosário receberia uma pensão de trezentos e doze mil réis anuais durante toda a sua vida¹¹³⁶.

Manuel Viera de Leão foi outro reformado em seu posto. Antes disso, atuou significativamente nos vice-reinados de Gomes Freire de Andrada, conde da Cunha e marquês do Lavradio. A primeira menção vem do conde de Bobadela. A 20 de janeiro de 1759, Gomes Freire de Andrada propõe ao rei D. José a nomeação do então tenente Manuel Vieira Leão para ocupar o posto de capitão da Companhia de Artilharia do Rio de Janeiro, vago desde a promoção de Antônio da Veiga de Andrada. Segundo o conde de Bobadela, Manoel << é dos mais aplicados Auxiliares da Aula Militar do Rio de Janeiro >>¹¹³⁷. No mesmo ano, José Custódio informa a partida para o Rio Grande do capitão Manuel Vieira Leão¹¹³⁸.

Durante a administração do conde da Cunha (1763-1767), Manuel Vieira Leão foi incumbido de levantar o mapa da << capitania do Rio de Janeiro >>, considerada uma das obras mais importantes da cartografia colonial¹¹³⁹. A 3 de abril de 1766, Manuel pedia junto à corte a confirmação da carta-patente, pela qual havia sido promovido pelo vice-rei, Antônio Alvares da Cunha¹¹⁴⁰. Um ano depois, solicitava a confirmação da carta-patente no posto de governador do castelo de São Sebastião da cidade do Rio de Janeiro¹¹⁴¹.

No reinado de Luís de Almeida, foi designado para a Ilha de Santa Catarina. Como engenheiro, tinha a incumbência de otimizar o sistema defensivo. Durante a fraudada ação defensiva da Ilha e, ocupação pelos castelhanos, participou ativamente dos Conselhos de Guerra e por esse motivo foi levado preso para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para o Reino. Junto com outros oficiais luso-brasileiros, ficou preso na fortaleza de Santa Apolónia. Um ano depois do decreto real, de 14 de janeiro de 1786,

¹¹³⁶ Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao príncipe regente [D. João]. Recife, 7/09/1801. AHU_ACL_CU_015, Cx. 228, D. 15401; AHU-Pernambuco, cx. 228, doc. 15401.

¹¹³⁷ Gomes Freire de Andrade ao rei [D. José]. Forte de Jesus Maria José do Rio Pardo, 20/01/1759. AHU_ACL_CU_17, Cx. 54, D. 5390; AHU-Rio de Janeiro, cx. 65, doc. 4.

¹¹³⁸ José Custódio de Sá e Faria a Gomes Freire de Andrade. Fortaleza de Jesus, Maria e José do Rio Pardo, 21/11/1759. AHU_ACL_CU_019, Cx. 2, D. 127; AHU-Rio de Janeiro, Castro e Almeida, cx. 88, doc. 20488.

¹¹³⁹ Anna Maria Soares Lebigre, O papel do estrangeiro na formação e transformação da área central e peri-central do Rio de Janeiro, *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Nº 94 (61), 1 de agosto de 2001.

¹¹⁴⁰ Requerimento de Manoel Vieira Leão ao rei [d. José]. [ant.] 3/04/1766. AHU_ACL_CU_, Cx. 77, D. 6975; AHU-Rio de Janeiro, cx. 85, doc. 8.

¹¹⁴¹ Requerimento de Manoel Vieira Leão ao rei [d. José]. [ant.] 30/09/1767. AHU_ACL_CU_017, Cx. 82, D. 7336; AHU-Rio de Janeiro, cx. 89, doc. 64.

Manuel Vieira Leão pediu a restituição dos seus bens, soldos e patente de sargento-mor de Infantaria.

Diz Manoel Vieira Leão que sendo Sup.^e Governador do Castelo do Rio de Janeiro com Patente de Sargento Mor de Infantaria foi mandado servir de Engenheiro na Ilha de Santa Catarina, e foi preso quando se pediu ad.^a, Mas sendo V.Maj.^{de} Servida por Decreto de 14 de Janr^o de 1786, manda soltar ao Sup.^e, restituir lhe todos os seus bens, q. se lhe Houvessem Sequestrado, e reforma no Posto de Sargento Mor de Infantaria com exercício de Engenheiro porém como o Sup.^e, e os mais Of.^{es} foram remetidos p.^a esta Corte presos, ficaram por este motivo as Ordens do Duque General, pagando-se lhe interinam.^{te} os Soldos na Tesouraria desta Corte. Foi Ad.^o Decreto ao Conc.^o de Guerra do R.^{no} pelo qual se expediu a Provisão inclusa p.^a o Sup.^e poder ser solto, e continuar a cobrar os mesmos Soldos emq.^{to} senão recolhia a sua Praça, q. na mesma Provisão se declara ser a Capital do R.^o de Janeiro; e porq. de presente se quer recolher a ela e não pode ali sentar Praça sem Ordem deste Tribunal.

P.a V.Maj.^{de} seja Servd.^a m.^{ar} passar ao Sup.^e a sua Patente, ou Provisão de Reformado em Sarg.^{to} Mor de Infantaria com exercício de Engenheiro na Capital do R.^o de Janr.^o de q. V. Majestade lhe fez Mercê como consta da Provisão inclusa¹¹⁴².

A 8 de junho de 1803, o vice-rei do Brasil, Fernando José de Portugal e Castro informou ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, visconde de Anadia, ter autorizado o tesoureiro geral das Tropas a realizar o pagamento dos soldos vencidos ao sargento-mor reformado, Manuel Vieira Leão. << Em cumprimento do ofício de V. Ex.^a de 12 de Maio do ano passado expedi as ordens necessárias ao Tesoureiro Geral das Tropas, para que houvesse de pagar ao sargento mor reformado do Real Corpo de Engenheiros Manoel Vieira Leão >>, escreveu o vice-rei, << os soldos que tivesse vencido desde o dia em que embarcara nessa Corte, continuando a satisfazer-lhe os mais, em quanto se demorasse nesta Capitania >>¹¹⁴³.

Os réus: Fernando da Gama Lobo Coelho, coronel de Infantaria da Ilha de Santa Catarina; Manoel Nunes Ramalho, tenente-coronel; Manoel Godinho de Mira, sargento-mor do regimento da Ilha; Miguel Gonçalves Leão, governador da fortaleza da Baía Sul e Simão Rodrigues Proença, governador da fortaleza de São José da Ponta Grossa, o Conselho de Justiça declarava-os inocentes. Além de receberem soldos inteiros, o

¹¹⁴² Requerimento de Manoel Vieira Leão à rainha [D. Maria I]. [ant.] 13/08/1787. AHU_ACL_CU_017, Cx. 130, D. 10356; AHU-Rio de Janeiro, cx. 140, doc. 42.

¹¹⁴³ Fernando José Portugal [e Castro] ao visconde de Anadia. Rio de Janeiro, 8/06/1803. AHU_ACL_CU_017, Cx. 211, D. 14671; AHU-Rio de Janeiro, cx. 207, doc. 49.

Conselho autorizava demais benefícios, fossem para os militares ou, no caso de morte na prisão, para seus herdeiros.

Por haverem os primeiros três dado as mais evidentes provas de constância e valor para defesa da Ilha, conservando-se nos postos que se lhes encarregaram, até receberem ordem de retirada, executando a mais trabalhosa, conduzindo a braços a artilharia e munições (sem intervirem nos Conselhos, nos quais se resolveu a evacuação da mesma Ilha), e aos graves danos que tem padecido em tão dilatada prisão em sua honra e bens (e que lhe não satisfaz uma simples absolvição), os recomendam a S. Majestade para os indenizar, melhorando-os de postos, como merece o bem que tem servido: e a mesma recomendação fazem a respeito dos herdeiros do Capitão Governador Miguel Gonçalves Leão, falecido na prisão, para se atender á sem razão com que o fizeram réu no processo, sendo na realidade prisioneiro de guerra, e o único que o foi em atual serviço do Estado, em prejuízo dos inimigos; ficando ilesa a memória do Capitão Governador Simão Rodrigues também falecido na prisão, para os herdeiros poderem requerer a satisfação dos seus serviços¹¹⁴⁴.

Fernando José da Gama Lobo Coelho, comandante do Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina, parece ter se recolhido no Reino. Entretanto, seu filho foi beneficiado com sua reforma e patente. A 13 de maio de 1789, foi promovido de capitão de granadeiros a tenente-coronel, ocupando o lugar de Manoel Nunes Ramalho, outro militar reformado pelo decreto imperial. José da Gama Lobo Coelho era natural de Olivença, de onde assentou praça, em 1760¹¹⁴⁵. Como cadete na companhia de granadeiros do Regimento de Moura, participou das campanhas na Guerra dos Sete Anos no Regimento comandado pelo coronel Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Atuou na defesa do castelo de vila nova de Sabugal. Em 1767, foi nomeado com a patente de alferes-de-granadeiros do Regimento de Moura. No mesmo ano, o Regimento foi destacado para o Rio de Janeiro. Na capital do vice-reino, foi promovido ao posto de capitão-de-granadeiros do Regimento da Ilha de Santa Catarina. Durante a ocupação espanhola, foi escolhido pelo governador interino Francisco Antônio da Veiga Cabral para negociar com os castelhanos a entrega da Ilha. Como sargento-mor do Regimento da Ilha atuou como << encarregando o do ensino e exercícios do Regim.º

¹¹⁴⁴ Conselho de Justiça de 1º de julho de 1783, In, Balthazar da Silva Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro* [...], pp. 106-114, pp. 106-107.

¹¹⁴⁵ Promoções e designações de oficiais para as fortalezas da Ilha de Santa Catarina e para o Regimento de Infantaria de Linha da mesma ilha. Datadas de 13 de maio de 1789. In, CABRAL, Oswaldo Rodrigues, *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*, Rio de Janeiro, Conselho Federativo de Cultura, 1972. (Anexo I); Mapa dos nomes, filiações, naturalidades, idades, tempo de serviço e vencimento por mês dos oficiais do Regimento de Infantaria da Ilha de Santa Catarina. In, TONERA, Roberto, OLIVEIRA, Mário Mendonça de, *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786* de José Correia Rangel, Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

dela, ele com grande trabalho, e aplicação [...] de manobra e destreza >>, na administração do governador Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira¹¹⁴⁶. Transferido para a Ilha de Santa Catarina (1775), casou-se em 1792, com Maria Joaquina da Conceição, filha do coronel Manuel Soares Coimbra¹¹⁴⁷, seu comandante¹¹⁴⁸. Na Ilha, ainda foi incumbido pelo general Antônio Carlos Furtado de Mendonça, em 1775, a << ir tirar e aprontar com parte da sua companhia todas as madeiras precisas para factura de um novo Armazém que se fez nesta praça, para se recolher as farinhas de guerra, para o suprimento das tropas que nela se achavam de guarnição >>. No ano seguinte, o mesmo capitão foi incumbido de distribuir, entre as tropas dos Regimentos, fortalezas e guarnições << trezentos barris de pólvora, e todos os mais materiais, como eram balas de fuzil, papel, linhajes, e outros deferentes e efeitos para factura de cartuxos de fuzil embalados, e cartuxos de artilharia >>, sob as ordens do general¹¹⁴⁹. José da Gama Lobo Coelho faleceu com patente de brigadeiro, em 1813. Avô do marechal-de-campo Manoel de Almeida da Gama Lobo d'Eça, barão de Batovi, que no desfecho da Revolução Federalista e da Reforma da Armada foi fuzilado na fortaleza de Santa Cruz de Anhatomerim a mando de Floriano Peixoto¹¹⁵⁰.

Manoel Godinho de Mira serviu como sargento-mor do Regimento da guarnição da Ilha de Santa Catarina. Foi transferido de Portugal para o Brasil com patente de capitão do Regimento de Moura. Dois anos antes do decreto da rainha, em 1784, a esposa do sargento-mor entrou com um pedido solicitando o recebimento de seu soldo. Luiz de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, ordenou o exame na Contadoria da Junta da Real Fazenda, onde estavam as Contas da Tesouraria Geral das Tropas do Rio de Janeiro, para perscrutar << algum desconto nos soldos, que até aqui se lhes tem pago, do que cobrão as suas mulheres pela Repartição >>¹¹⁵¹.

¹¹⁴⁶ Requerimento de José da Gama Lobo Coelho ao príncipe regente [D. João]. [ant. 19/01/1802]. AHU_ACL_CU_021, Cx. 8, D. 434; AHU-Santa Catarina, cx. 10, doc. 11.

¹¹⁴⁷ Manuel Soares Coimbra governou a Ilha de Santa Catarina de 1791 a 1793. Carlos Humberto Corrêa, *Os Governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*, Florianópolis, Editora da UFSC, 1983, p. 114.

¹¹⁴⁸ Promoções e designações de oficiais [...], 2015.

¹¹⁴⁹ Felix Gomes de Figueiredo, Provedor da Fazenda Real, Vedor da gente de guerra e Juiz Conservador dos contratos dos dízimos reais na capitania de Santa Catarina, Ilha de Santa Catarina, 20 de outubro de 1781. In, Requerimento do coronel de Infantaria da guarnição da ilha de Santa Catarina, José da Gama Lobo Coelho, ao príncipe regente [D. João]. [ant. 19/01/1802]. AHU_ACL_CU_021, Cx. 8, D. 434; AHU-Santa Catarina, cx. 10, doc. 11.

¹¹⁵⁰ Promoções e designações de oficiais [...], 2015; barão Smith de Vasconcellos, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*, Lausanne, Imprimerie La Condorne, MLCCCCXVIII, p. 75.

¹¹⁵¹ Luís de Vasconcelos e Sousa a Martinho de Melo e Castro. Rio de Janeiro, 23/06/1784. AHU_ACL_CU_017, Cx. 123, D. 9945; AHU-Rio de Janeiro, cx. 133, docs. 63, 29.

Simão Rodrigues Proença, governador da fortaleza de São José da Ponta Grossa, faleceu na fortaleza da Ilha das Cobras. Em 1777, contava 55 anos. O Conselho de Justiça, de 1º de julho de 1783, julgando improdente a ação realizada no Rio de Janeiro contra o réu de sequestro dos seus bens << para os herdeiros poderem requerer a satisfação dos seus serviços >>¹¹⁵². Assim como Simão Rodrigues Proença, Miguel Gonçalves Leão, governador da fortaleza da Conceição da Baía Sul, também foi julgado inocente. Havia falecido no hospital do Rio de Janeiro, depois da realização dos interrogatórios. Em 1777, contava 70 anos. E, assim como Simão Rodrigues Proença, nem chegou a ser conduzido para o Reino junto com os outros réus. Segundo o Conselho de Justiça, foi levado ao Rio de Janeiro por engano, pois << sem razão com que o fizeram réu no processo, sendo na realidade prisioneiro de guerra >>¹¹⁵³. Sendo considerado honrado oficial, por mostrar << valor e inteligência >> durante a atuação como governador da fortaleza¹¹⁵⁴, e pela << distinta honra, e atividade, constância, e valor com que se portou sem o arrastarem outros exemplos, e sendo justamente informada que este digno oficial fora preso e sequestrado, e que na prisão morrera inocente >>¹¹⁵⁵, os bens sequestrados deviam ser entregues para os seus herdeiros.

Em 1752, Miguel Gonçalves Leão já se encontrava na Ilha de Santa Catarina, exercendo a atividade de uma companhia¹¹⁵⁶. Seis anos depois, pedia confirmação de certidão de sesmaria << de posse de mil braças de terra em quadra >> de terra localizada junto a Caiacanga, terras que haviam sido dadas pelo brigadeiro José da Silva Pais aos açorianos¹¹⁵⁷. Devido à lenta demora da coroa lusitana sobre a confirmação, Miguel, em 1763, apresentou uma carta de Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, confirmando a compra feita por ele das terras localizadas na Caiacanga, do padre Domingos Pereira Telles¹¹⁵⁸.

¹¹⁵² Conselho de Justiça de 1º de julho de 1783, In, Balthazar da Silva Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro* [...], pp. 106-114, p. 107.

¹¹⁵³ Conselho de Justiça de 1º de julho de 1783, In, Balthazar da Silva Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro* [...], pp. 106-114, p. 107.

¹¹⁵⁴ Sentença do Conselho de Justiça, Processo do Conselho de Guerra [...], p. 197.

¹¹⁵⁵ << Decreto porque foram soltos os presos da ilha de Santa Catarina >>, AHML, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 18/01/1786, 1 fl., manuscrito. Anexo 7.

¹¹⁵⁶ Parecer do Conselho Ultramarino, recomendando a nomeação do sargento de Artilharia do Rio de Janeiro, Tomás de Sousa, no posto de alferes da Companhia do capitão Miguel Gonçalves Leão. Lisboa, 18/03/1752. AHU_ACL_CU_017, Cx. 45, D. 4585; AHU-Rio de Janeiro, cx. 52, doc. 29.

¹¹⁵⁷ Requerimento de Miguel Gonçalves Leão ao rei [d. José I]. [ant. 19/09/1758]. AHU_ACL_CU_021, Cx. 2, D. 147; AHU-Santa Catarina, cx. 3, doc. 4. Registro Geral de mercês, d. José I, ANTT, livro 16, f. 211.

¹¹⁵⁸ Requerimento de Miguel Gonçalves Leão ao rei [d. José I]. [ant. 8/08/1763]. AHU_ACL_CU_017, Cx. 68, D. 6337; AHU-Rio de Janeiro, cx. 75, doc. 14.

Em 1765, Miguel Gonçalves Leão já contava quarenta anos de serviços prestados à coroa lusitana. No início do ano, fez pedido de promoção para o posto de sargento-mor da guarnição do Rio de Janeiro¹¹⁵⁹. Em 1773, foi promovido a governador da fortaleza da Conceição. Quatro anos depois, viu as tropas castelhanas tomarem a Ilha de Santa Catarina. << preparado p.^a defender aquela praça até terminar a última gota de sangue; recebeu ordem p.^a encravar a artilharia, e se retirar com a guarnição [...] não quis fazer se não depois de saber q. estavam tomadas todas as mais fortificações >> além de << prisioneiras todas as tropas p.^a a capitulação >>¹¹⁶⁰.

A 1^a de setembro de 1779, os ofícios luso-brasileiros foram enviados para a corte. Com a morte do pai, governador da fortaleza da Conceição da Baía Sul, Miguel Gonçalves Leão, o porta-bandeira do Regimento da praça de Santa Catarina, Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho, um ano depois, solicitou à rainha licença de um ano para ir até a corte¹¹⁶¹.

Um ano depois do decreto real, liberando os soldados luso-brasileiros das cadeias do reino, Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho requisitou uma cópia do decreto. Além da reprodução do Decreto, pedia à rainha a ordem de entrega dos bens sequestrados pelo marquês do Lavradio no Rio de Janeiro, o pagamento dos soldos e o restabelecimento da honra e da memória da família do ex-governador da fortaleza da Conceição da Baía do Sul, Miguel Gonçalves Leão.

Diz Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho, que vindo o Sup.^e do Brasil a esta Corte a oferecer se a V.Maj.^{de} para ser castigado, ou Honrado conforme merecesse o procedimento e Serviços de seu Pai Miguel Glz Leão Gov.^{or} da Barra do Sul da Capitania de S.^{ta} Catarina, foi V.Maj.^{de} Servida resolver a seu Resp.^{to} o q.^e consta do Real Decreto datado de 14 de Janr.^o de 1786 e porq.^{lo} p.^a se restituir a Honra a memória e família do Pai do Sup.^e e se lhe pagarem os Soldos, entregarem os bens sequestrados, e pela Real Fazenda o q. deles não existir, e p.^a tudo o mais q. no Decreto lhe ostena a seu favor, necessita q. se lhe passe uma copia do m.^{mo} Decreto p.^a com ela requerer no Tribunal¹¹⁶².

¹¹⁵⁹ Requerimento de Miguel Gonçalves Leão ao rei [D. José I]. [ant. 21/02/1765]. AHU_ACL_CU_17, Cx. 74, D. 6723; AHU-Rio de Janeiro, cx. 80, doc. 66. No mesmo ano, o governador da Ilha de Santa Catarina, Francisco de Sousa de Meneses deu parecer favorável ao pedido do capitão, Miguel Gonçalves Leão. In, Carta do governador da Ilha de Santa Catarina, Francisco de Sousa Meneses, ao rei [D. José I]. Ilha de Santa Catarina, 20/10/1765. AHU_ACL_CU_021, Cx. 3, D. 199; AHU-Santa Catarina, cx. 3, doc. 63.

¹¹⁶⁰ Requerimento de Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho à rainha [D. Maria I]. Ilha de Santa Catarina, 1^o/10/1787. AHU_ACL_CU_021, Cx. 4, D. 325; AHU-Maranhão, cx. 4, doc. 325.

¹¹⁶¹ Requerimento de Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho à rainha [D. Maria I]. [ant. 9/09/1780]. AHU_ACL_CU_021, Cx. 4, D. 294; AHU-Santa Catarina, cx. 5, doc. 37.

¹¹⁶² Requerimento de Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho à rainha [D. Maria I], solicitando que se passe uma cópia do decreto de 14 de janeiro de 1786. [ant. 21 de maio de 1787]. AHU_ACL_CU_021, Cx. 4, D. 323; AHU-Santa Catarina, cx. 6, doc. 8.

Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho, quando se deslocou para a corte, tinha a patente de porta-bandeira. Após retornar à Ilha de Santa Catarina e, ao mesmo tempo, aproveitando-se da situação e da ordem de restituição da imagem do seu pai, solicitou à rainha a nomeação para se tornar governador da fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. << Atendendo ao que o suplicante representa, e em consequência do meu Decreto de quatorze de janeiro do ano próximo passado >>, escreveu a rainha, << Hei por bem fazer mercê ao suplicante, além de outras, de o nomear governador do forte de Anhatomerim, com patente de soldo de capitão-de-infantaria >>¹¹⁶³.

Menos de um ano depois, o mesmo Alexandre Coutinho, com seus irmãos, requisitou a confirmação da carta de sesmaria de uns pastos e alagadiços situados entre o caminho da Guarda de Embaú à vila da Laguna. Diziam eles, herdeiros, que a propriedade havia sido concedida pelo governador da Ilha de Santa Catarina, José de Melo Manuel, durante a sua administração (1753-1762). << Dizem os herdeiros do falecido cap.^{am} Miguel Gonçalves Lião que se lhe faz preciso p.^r certidão de uma sesmaria de terras concedidas ao dito falecido cap.^{am} pai dos sup.^{es} >> entre << o caminho que vai desta Ilha p.^a a vila da Laguna, no Rio da Guarda de Embaú >>¹¹⁶⁴.

Quanto à conquista castelhana da praça de Colônia do Sacramento, o pedido de defesa não foi suficiente para livrar Francisco José da Rocha do degredo. Comutada a pena de morte, foi sentenciado fazer perpétua de degredo para Angola, tendo morrido anos mais tarde. Escreveu Monteiro: << julgado e condenado a morte, sendo-lhe comutada a sentença em degredo perpétuo para Angola, onde morreu, depois de 1781, pois nesse ano, a 5 de novembro estava preso em Belém, de onde datou a sua defesa, que enviou a rainha >>¹¹⁶⁵.

¹¹⁶³ Requerimento de Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho à rainha [D. Maria I]. Ilha de Santa Catarina, 1º/10/1787. AHU_ACL_CU_021, Cx. 4, D. 325; AHU-Maranhão, cx. 4, doc. 325.

¹¹⁶⁴ Requerimento dos herdeiros do capitão Miguel Gonçalves Leão, Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho, Miguel Nicolau de Azeredo Leão e Davi de Azeredo Leão, à rainha [D. Maria I]. AHU_ACL_CU_012, Cx. 4, D. 326; AHU-Santa Catarina, cx. 6, doc. 3, 11.

¹¹⁶⁵ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777) [...]*, pp. 453.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

1 FONTES

1.1 Fontes manuscritas

Academia de Ciências de Lisboa (ACL)

PAPÉIS VARIAS – vermelha I. Contém: Notícia da entrega da Ilha de Santa Catarina aos espanhóis, no dia 26 de Março de 1777. FoI. 1. Lisboa: ACL.

Processo e sentença, em Conselho de Guerra, contra o Coronel de Mar Roberto Macdonall, Coleção Marquês D'Angeja, Biblioteca da ACL, Cf. manuscrito n.º 630 da Série Azul, pp. 1-2.

Colecção das Ordens, e Instruções dadas a Roberto Mak Donall, encarregado da defeza do Porto de Santa Catharina que à R. Presença da Raynha fes subir o Marquez de Lavradio Vice-Rey no Rio de Janeiro, por Ordem da mesma Senhora / [por] Roberto Mak Donall .- Rio de Janeiro, 1775-1777 .

Arquivo General de la Nación (AGN_Uruguai)

CAJA 64 del Fondo AGA.

Arquivo Histórico Direcção-Geral dos Serviços Prisionais - Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (AHDGRSP)

Livros de autos dos presos falecidos, 1784.

Arquivo Histórico Militar de Lisboa (AHML)

Processo do Conselho de Guerra a que foram sujeitos os oficiais culpados pela entrega da ilha de Santa Catarina aos espanhóis, AHML, 1 mc, manuscrito, 1777-1785.

<< Decreto porque foram soltos os presos da ilha de Santa Catarina >>, AHML, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 18 de janeiro de 1786, 1 fl., manuscrito.

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (AHU)

Documentos manuscritos avulsos da capitania do Ceará (AHU-Ceará)

Documentos manuscritos avulsos da capitania de Goiás (AHU-Goiás)

Documentos manuscritos avulsos da capitania do Maranhão (AHU-Maranhão)

Documentos manuscritos avulsos da capitania de Minas Gerais (AHU-Minas Gerais)

Documentos manuscritos avulsos da capitania de Pernambuco (AHU-Pernambuco)

Documentos manuscritos avulsos da capitania do Rio de Janeiro (AHU-Rio de Janeiro)

Documentos manuscritos avulsos da capitania do Rio Grande do Norte (AHU-Rio Grande do Norte)

Documentos manuscritos avulsos da capitania de Santa Catarina (AHU-Santa Catarina)

Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo (AHU-São Paulo)

Documentos avulsos (AHU)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Feitos Findos, Administração de Casas, mç. 32, n.º 1.

Feitos Findos, Documentos referentes ao Brasil, mç 8, n.º 8.

Manuscritos do Brasil, n. 21.

Papéis vários acerca do marechal de campo, Antonio Carlos Furtado de Mendonça (1777), Coleção MNEJ.

Seis apensos da contrariedade sobre o Libelo famoso publicado na correição contra o marquês de Pombal, ANTT, mnej, mç 61, Caixa 50, n.º 1 (Catálogo 78), pp. 36-38.

Papéis do Brasil, Códice 5.

Papéis do Brasil, ‘Relação da conquista de Colónia por D. Pedro de Cevallos’ (capitão general da Província do Rio da Prata) da autoria de Padre Pedro Pereira, ANTT, 15 liv. 7 mç.

Registro Geral de Mercês, D. José I, ANTT, livro 3, f. 77.

Registro Geral de mercês, d. José I, ANTT, livro 16, f. 211.

Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico (Lisboa)

Papéis avulsos. 20 de janeiro de 1780.

Biblioteca Nacional de Portugal (BN-PT)

Cartas do marquês do Lavradio, manuscrito.

Representação do marques do Pombal a Raynha nossa senhora, em o primeiro do mês de março de 1778, Textos, predominantemente satíricos e jocosos, contra o Marquês de Pombal e a sua política] [1777-1800?].

Museu Arquivo Regional De Colônia do Sacramento, Colonia del Sacramento, Uruguai

Cartas, v. 26, t. 9, t. 8.

1.2 Fontes impressas

Aguilar Piñal, Francisco, *Bibliografias de estudios sobre Carlos III y su época*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1988.

Almeida, Eduardo Castro de, *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1914, V. II.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 97, 1977.

Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1983, vol. 103.

Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Editora do Livro, 1979, vol. 99.

Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Editora do Livro, 1978, vol. 98.

Anais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, Officina Graphica da Bibliotheca Nacional, 1910, v. 32.

Annaes da Biblothea Nacional do Rio de Janeiro, Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1936 (1928), vol. 50.

Barão Smith de Vasconcellos, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*, Imprimerie La Concorde, Lausanne, MLCCCCXVIII.

Breve noticia da Colonia do S.mo Sacram.to, e diario do seu ultimo ataque pelos Castelhanos Anno de 1762.

Calvo, Carlos, *Colección completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, armisticios y otros actos diplomáticos de todos los estados de la América Latina comprendidos entre el golfo de Méjico y el cabo de Hornos desde el año de 1493 hasta nuestros días, precedidos de una memoria sobre el estado actual de la America, de cuadros estatísticos, de un diccionario diplomatico y de una noticia historica sobre cada uno de los tratados mas importantes*, Tomo VI, París, Denné-Schmitz, 1862.

Campanha del Brasil, Antecedentes coloniales, AGN, t. II, Buenos Aires, Kraft, 1939.

Campanha del Brasil, antecedentes coloniales, AGN, t. III, Buenos Aires, Kraft, 1941.

Da Silva, Antonio Delgado, *Supplemento á collecção de legislação portugueza*, anno 1763-1790, Lisboa, na typographia de Luiz Correa da Cunha, 1844.

Documentos interessantes sobre a História e Costumes de São Paulo, v. 35.

Jornal Gazeta de Lisboa.

José d'Almeida Correia de Sá, *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal*, 2º Marquez de Lavradio, 3º Vice-Rei do Brasil, São Paulo, Editora Nacional, 1942.

Lisboa, Balthazar da Silva, *Annaes do Rio de Janeiro*, contendo a descoberta e conquista deste Paiz, a fundação da cidade com a história civil e ecclesiastica, até a

chegada D'el-Rey D. João VI; além de noticias topographicas, zoologicas e botanicas, Tomo III, Livro III, Rio de Janeiro, Editora Typ. Imp e Const. de Seignot-Plancher e C^a, 1835.

Meirelles, Manoel Antonio de, *Relação dos felices successos da India desde o primeiro de janeiro até o ultimo de Dezembro de 1748, no governo do Illustrissimo e Excellentissimo senhor D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal, marquês de Alorna, conde de Assumar, dos Conselhos de S. Magestade, e Guerra, Vêdor da Casa Real, e Vice-rey da India*, Parte quarta, Lisboa, Officina de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congregação Cameraria da Santa Igreja de Lisboa, 1749.

Noticias Historicas de Portugal e Brasil (1751-1800), Coimbra, Coimbra editora, 1964.

Ordenações Filipinas (Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas per mandato do muito alto catholico & poderoso rei D. Philippe o Primeiro), livro quinto, título VI, Do crime de lesa-majestade, pp. 1153-1154.

Revista del Instituto Historico y Geografico del Uruguay, Tomo XXII, Montevideo, 1955.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, volume 255, abr/jun., 1962.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, vol. 317, out-dez., 1977.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, volume 256, jul/set., 1962.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, volume 254, jan/mar., 1962.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 258, jan-mar., 1963.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, XXI, 1858.

Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1957, vol. 234.

Revista do Instituto Histórico e Geographico Brazileiro, Rio de Janeiro, 1858, tomo XXI.

Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil, 2^a ed, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, [1858], 1930.

Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil, Rio de Janeiro, Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1864, tomo XXVII.

Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil, Rio de Janeiro, Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1864, tomo XXVII.

Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil, Rio de Janeiro, Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1864, tomo XXVII, parte primeira.

Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, volume 321, out.-dez., 1978.

Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico da Província de São Pedro, ano I, agosto, número I, volume I, Porto Alegre, Empreza Typographica do Conciliador, 1860.

Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil, Rio de Janeiro, Garnier, 1870, tomo XXXIII, parte primeira.

Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, Rio de Janeiro, Garnier, 1877, tomo, XL, parte primeira.

Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, Rio de Janeiro, Garnier, 1869, tomo XXXII, parte primeira.

Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, Rio de Janeiro, Garnier, 1872, tomo, XXXV, parte primeira.

Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, Rio de Janeiro, Garnier, 1868, tomo XXXI, parte primeira.

Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1957, v. 234.

Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, Rio de Janeiro, Tipografia de Pinheiro, 1879, tomo XLII, parte dois.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, tomo LXIX, parte um.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1876, Tomo XXXIX, parte segunda.

Revista Trimestral do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1963, v. 256, Jul-Set, 1962.

Sá, Simão Pereira de, *História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, Porto Alegre, Arcano 17, 1993.

Sousa, António Caetano de, *Historia da genealogia da Casa Real Portuguesa, desde sua origem até o presente, com as Famílias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança, justificada com instrumentos, e Escritores de inviolavel fé, e offerecida ao ElREy D. João V*, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, MDCCXL, Tomo VII, XII.

Valle, Marqués de la Fuensanta del, *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España*, Madrid, Imprenta José Perales y Martinez, 1892, T. CIV.

Vasconcellos, barão Smith de, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*, Lausanne, Imprimerie La Condone, MLCCCCXVIII.

2. BIBLIOGRAFIAS

2.1 Livros e coleções

Alden, Dauril, *Royal Government in Colonial Brazil*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1968.

Arana, Enrique, Expedicion de don Pedro de Cevallos al Río Grande y Río de la Plata, In, Instituto Histórico e Geográfico do Río Grande do Sul, *Anais do Segundo Congresso de Historia e Geografia sul-rio grandense em comemoração ao segundo centenário da fundação da cidade do Rio Grande*, vol 1, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1937.

Barba, Enrique M, *Don Pedro de Cevallos*, Madrid, Ed. de Cultura Hispánica/Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1988 [1937].

Bento, Claudio Moreira, *A guerra da restauração do Rio Grande do Sul, 1774-1776*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1996.

Beverina, Juan, *La expedición de Don Pedro de Cevallos (1776-1777)*, Buenos Aires, Ed. Rioplatense, 1977.

Boehm, João Henrique de, *Memoires relatifs à L'expédition au Rio Grande*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, 1979.

Carneiro de Mendonça, Marcos, *Século XVIII, século pombalino do Brasil*, Rio de Janeiro, Xérox do Brasil, 1989.

Catálogo da Coleção de Miscelâneas, Organizado por José Maria dos Santos, Tomo 8.o (Vols. DCLI a DCXCV), publicações da Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1976.

Conceição, Frei Cláudio da, *Gabinete Histórico*, Lisboa, Impressão Régia, 1831.

Silva, Antonio Delgado da, *Supplemento á collecção de legislação portugueza, anno 1763-1790*, Lisboa, na typographia de Luiz Correa da Cunha, 1844.

Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande ás tropas castelhanas, 1764, Rio Grande, Biblioteca Rio-grandense, 1937.

Gil Munilla, Octavio, *El Río de la Plata en la política internacional*, Génesis del Virreinato, Sevilla, Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1949.

Gil, Luis Enrique Azarola, *La epopeya de Manuel Lobo*, seguida de una crónica de los sucesos desde 1680 hasta 1818 y de una recompilación de documentos, (Contribución a la historia de Colonia del Sacramento.), Madrid, Campaña Ibero-americana de publicaciones, 1931.

Conde de Lippe, memória da campanha de 1760, *Revista de História Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1849.

Melo, Sebastião Jose de Carvalho e, *Memória Secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos*, Mira-Sintra, publicações Europa-America, S\A, p. 111.

Meirelles, Manoel Antonio de, *Relação dos felices successos da India desde o primeiro de janeiro até o ultimo de Dezembro de 1748, no governo do Illustrissimo e Excellentissimo senhor D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal, marquês de Alorna, conde de Assumar, dos Conselhos de S. Magestade, e Guerra, Vedor da Casa Real, e Vice-rey da India*, Parte quarta, Lisboa, Officina de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congregação Cameraria da Santa Igreja de Lisboa, 1749.

Mesquita, Pedro Pereira Fernádes de, *Relación de la conquista de la Colonia por D. Pedro de Cevallos y Descripción de la ciudad de Buenos Aires*, Traducción y notas de Fernando Assunção, Buenos Aires, Academia Nacional de la Historia, 1980.

Nácio, Inês C.; De Luca, Tania Regina, *Documentos do Brasil colonial*, São Paulo, Ática, 1993, Marquês do Lavradio, *Relatório a Luís de Vasconcelos e Souza*, 19 de junho de 1779.

Os portugueses, em Africa, Asia, America e Oceania, Obra classica, volume. VII, Lisboa, Typ. De Borges, 1850, Anno de 1751 até 1769.

Sanz Tapia, Ángel, *El final del Tratado de Tordesillas*, La expedición del virrey Cevallos al Río de la Plata, Valladolid, V Centenario del Tratado de Tordesillas S.A., 1994.

Serpa, Élio; Flores, Maria Bernardete Ramos, *Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina, 1717-1817*, Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

Tonera, Roberto, Oliveira, Mário Mendonça de, *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel*, Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

Biblioteca nacional de Uruguai – Montevideu

Abadie-Aicardi, Aníbal, La “Relación exacta” versificada de la expedición de Cevallos a Santa Catalina y el Plata (1776-1777), *Historia y Bibliografía americanistas*, vol. 18, nos 2-3 (1974).

Mesquita, Pedro Pereira Fernádes de, *Relación de la conquista de la Colonia por D. Pedro de Cevallos y Descripción de la ciudad de Buenos Aires*, Traducción y notas de Fernando Assunção, Buenos Aires, Academia Nacional de la Historia, 1980.

Moris, Luis M., Cronica sinóptica de la Nova Colonia do Sacramento, In, *300 años de Colonia*, Ciclo comemorativo, Grupo de Estudios y reconocimiento geográfico del Uruguay, Universidad de la Republica, s/d.

Pereira, E. Artigas Orce, *Cevallos y la fundacion de San Carlos*, San Carlos, 1977.

Pérez Ubici, Heraclio, *Apuntes para la Historia del gobierno local autonomo de San Carlos de 1763 a 1830*, Montevideo, impresiones, 1949.

Prieto, Mathias, *Don Pedro de Cevallos, fundador de San Carlos, sinopses de dos Conferencias*, San Carlos, 1950, Biblioteca Nacional del Uruguay, Montevideo.

Rela, Walter, *Alabanza a Don Pedro de Cevallos, Por sua feliz expedição al Plata, 1776-77*, Montevideo, Universidad Catolica del Uruguay, 1991.

Schiaffino, Rafael, *Incidencias entre Don Pedro de Cevallos y Don José Joaquín de Viana*, Apartado de la “Revista Histórica”, Tomo XXI, Montevideo, 1954.

REFERÊNCIAS

A. J. R. Russell-Wood, Governantes e agentes, In, Bethencourt, Francisco; Chaudhuri, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Circulos de Leitores, v. 3, 1998.

Ab’Saber..., Aziz N. [et. Al.] *A época colonial*, v.1, do descobrimento à expansão territorial, introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda, 17 ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

Abadíe-Aicardi, Aníbal. “La idea del equilibrio y el contexto geopolítico fundacional del virreinato rioplatense”. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*. Colonia/Weimar/Viena, nº 17 (1980), pp. 261-296.

Abadíe-Aicardi, Aníbal. “La isla de Santa Catalina y el Atlántico Sur en la visión geopolítica del virrey Cevallos”. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*. Colonia/Weimar/Viena, n.º 18 (1981), pp. 45-72.

Aguilar Piñal, Francisco, *Bibliografias de estudios sobre Carlos III y su época*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1988.

Albuquerque, Mário Marcondes, *A ocupação da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis, Anais do Congresso de História e geografia de Santa Catarina, 1896-1996*, 1997, pp. 347-355.

Alden, Dauril, *O período final do Brasil colônia, 1750-1808*, In, Bethell, Leslie, *História da América Latina*, América Latina colonial, v. II, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Brasília, DF, Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, pp. 527-592.

_____, *Royal Government in Colonial Brazil*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1968.

Alencastro, Luis Felipe de, *O Trato dos Videntes*, A Formação do Brasil no Atlântico Sul nos Séculos XVI e XVII, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, Apêndice 3 – A Família de Salvador Correia de Sá e Benavides.

Almeida, Fortunato de, *História de Portugal*, segundo volume, Lisboa, Bertrand Editora, 2004.

Almeida, Luís Ferrand de, *A Colônia do Sacramento na época de Sucessão de Espanha*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.

_____, *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 1990.

Alonso, José Luis. “Don Pedro de Cevallos. El último resplendor de la gloria de España en América”. Rister, *Revista de Historia Militar de España y Latinoamérica*, Madrid, II Época, n.º 20 (2005), pp. 30-38.

Álvarez Massini, Rubén. “Montevideo y la expedición de 1777”, *Boletín Histórico del Ejército*, Montevideo, nos 327-330 (2006), pp. 11-36.

Amaral, Antônio Barreto, *Dicionário de História de São Paulo*, São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.

Arana, Enrique, Expedición de don Pedro de Cevallos al Río Grande y Río de la Plata, In, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio grandense em comemoração ao segundo centenário da fundação da cidade do Rio Grande*, vol 1, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1937, pp. 325-398.

Araujo, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, v. II, Lisboa, Vega, S/d.

Arribas, Filemón. *La expedición de D. Pedro de Cevallos y la fundación del Virreinato del Río de la Plata, 1776-1778*, Valladolid, Imprenta Allén, 1930.

Darcy Azambuja, Pinto Bandeira, In, Fundamentos da cultura rio-grandense, Porto Alegre, UFRGS, 1958, pp. 195-207.

Barbosa, Rui, *O Marquês de Pombal*, São Paulo, Cupolo LTDA, 1951.

Barreto, Abeillard, A opção portuguesa, restauração do Rio Grande e entrega da Colônia do Sacramento (1774-1777), In, *História naval brasileira*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, segundo volume, tomo II.

_____, *Bibliografia sul-riograndense* (A contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul), v. I, A-J, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973.

_____, *Bibliografia-sul-rio-grandense*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973, v. 2.

_____, Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil, In, *História naval brasileira*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, segundo volume, tomo II.

Barroso, Véra Lucia Maciel (org), *Açorianos no Brasil*, Porto Alegre, EST, 2002.

Barroso, Véra Lucia Maciel, *Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Est, 1997.

Bebiano, Rui, *A pena de morte*, escrita da guerra em Portugal e na Europa (séc. XVI-XVIII), Coimbra, Edições Minerva, 2000.

Bellotto, Heloísa Liberalli; Nogueira, Arlinda Rocha; Hutter, Lucy Maffei; *Inventário Analítico dos Manuscritos Da Coleção Lamengo*, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, v. 1, São Paulo, 1983.

_____, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*, o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

Bermejo de La Rica, Antonio, “Antecedentes diplomáticos de la campaña de D. Pedro de Cevallos en el Uruguay en 1777”, *Revista de Indias*, Madrid, CSIC, n.º 8 (abril-junio 1942), pp. 323-371.

Bicalho, Maria Fernanda; Mariz, Vasco, A grande ameaça de Luís XV, a abortada expedição do conde D’Estaing contra o Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 170, n. 444, pp. 13-440, jul./set. 2009.

Bitencourt, Cezar Roberto, *Falência da pena de prisão*, causas e alternativas, 2. Ed. São Paulo, Saraiva, 2001.

Boas, Coronel Villas, Noções topográficas e militares do município da Laguna (província de Santa Catharina), In, *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, n. 1, v. 1, Florianópolis, Livraria moderna de Paschoal Simone, 1902.

Bodelón, Óscar Rico, *La ocupación Española de Santa Catarina (1777-1778)*, Uma Isla brasileña para Carlos III, Tesis Doctoral, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea, Universidad de Salamanca, 2013.

Boehm, João Henrique de, *Memoires relatifs à L’expedition au Rio Grande*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, 1979.

Boiteaux, Lucas Alexandre, Açorianos e madeirenses em Santa Catarina, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 0219, 1953.

Boxer, C. R, *O império marítimo português, 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1992.

_____, *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*, São Paulo, Editora Nacional/Edusp, 1973.

Branco, Camilo Castelo, *Perfil do Marquez de Pombal*, Lisboa, L. Couto & Ca., S/d.

Brito, Paulo José Miguel de, *Memória política sobre a capitania de Santa Catharina*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1829.

Buschiazzo, Marcelo Díaz, Ataque de la flota combinada anglo portuguesa a la Colonia del Sacramento. Il hundiento del navio Lord Clive, 1763, In, Emir Reitano; Cesar

Possamai (coordinadores) *Hombres, poder y conflicto: Estudios sobre la frontera colonial sudamericana y su crisis*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (Estudios-Investigaciones; 55), 2015, pp. 176-184.

Cabral, Oswaldo Rodrigues, *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*, Rio de Janeiro, Conselho Federativo de Cultura, 1972.

_____, Os açorianos, In, *Anais do 1º Congresso de história catarinense, Florianópolis*, Imprensa Oficial do Estado, v. 2, 1950, pp. 503-608.

Calógeras, João Pandiá, *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.

Carballo, Daniel, “La expedición militar de don Pedro Cevallos al Río de la Plata”. *Revista de España*, tomo X, Madrid, 1869, pp. 350-375.

Carnaxide, Antonio de Sousa Pedroso, *O Brasil na administração pombalina*, economia e política externa, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.

Ceballos-Escalera y Gila, Alfonso, “La guerra hispano-portuguesa de 1776-1777 y la conquista de Santa Catalina”, *Revista de Historia Naval*, Madrid, año XIII, n.º 49 (1995), pp. 113-129.

Cesar, Guilhermino, *História do Rio Grande do Sul*, período colonial, Porto Alegre, Editora Globo, 1970.

Clausewitz, Carl Von, *Da guerra*, Trad. Inês Busse, Lisboa, Europa-America, s/d.

Coelho, Manoel Joaquim d’Almeida, *Memoria Histórica da província de Santa Catharina*, Desterro, Typographia Desterrense de J. J. Lopes, 1856.

Comissoli, Adriano, *Os “homens-bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

Conceição, Adriana Angelita da, *Sentir, escrever e governar*, A prática epistolar e as cartas de d. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779), Tese de doutoramento em História Social, Universidade de São Paulo, 2011.

Conceição, Frei Cláudio da, *Gabinete Histórico*, Lisboa, Impressão Régia, 1831.

Corrêa, Carlos Humberto, *Os Governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*, Florianópolis, Editora da UFSC, 1983.

Cortesão, Jaime, *Do Tratado de Madri a conquista dos Sete Povos (1750-1802)*, Manuscritos da Coleção Angelis, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1969, v. 7.

Costa e Silva, Riograndino da, *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Editora Globo, 1968.

Costa, Fernando Dores, Milícia e sociedade, recrutamento, In, António M. Hespanha (coord.), *Nova História de Portugal*, dir. por Gen. Themudo Barata e Doutor Nuno Severiano Teixeira, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.

_____, O bom uso das paixões, caminhos militares na mudança do modo de governar, In, *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, nº 149, vo. XXXIII, 1998 – 5º, pp. 969-1017.

_____, O Conselho de Guerra como lugar de poder, a delimitação de sua autoridade, *Análise Social*, Lisboa, n. 191, 2009.

_____, *A Guerra da Restauração, 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 24-26.

_____, *Insubmissão, Aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

Costa, João Paulo Oliveira e; Rodrigues, José Damião; Oliveira, Pedro Aires (coord.), *História da expansão e do Império português*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2014.

Cotta, Francis Albert, A fabricação do soldado português no século XVIII, In, Possamai, Paulo (Dir.), *Conquistar e defender*, Portugal, Países Baixos e Brasil, Estudos de história militar na Idade Moderna, São Leopoldo, Oikos, 2012, pp. 47-58.

Couto, Jorge, As missões americanas na origem da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios ultramarinos, In, *A expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, 250º aniversário*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

Crespo Solana, A, *La Casa de Contratación y la Intendencia General de la Marina en Cádiz (1717-1730)*, Cádiz, 1996.

Cruz, Miguel Dantas da, *Um Império de Conflitos, O Conselho Ultramarino e a Defesa do Brasil*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

Cunha, Mafalda Soares da, Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII), In, Bicalho, Maria Fernanda; Ferlini, Vera Lúcia Amaral, *Modos de governar, Ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX*, São Paulo, Alameda, 2005, pp. 69-92.

Diez, Carlos Simón Alonso, *El Traslado de La Casa de La Contración a Cádiz – 1717*, Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2167.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2014.

Disney, A. R., *História de Portugal e do império português*, vol. I, Lisboa, Guerra e Paz, 2010.

Domingues, Ângela, Viagens e descobrimentos no rio das Amazonas, *Anais da sociedade brasileira de pesquisa historica*, v. XVIII, p. 43, 1998.

_____, Urbanismo e colonização da Amazônia em meados de setecentos, a aplicação das reformas pombalinas na capitania de S. José do Rio Negro, *Revista de ciências históricas*, v. X, p. 163, 199.

_____, *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII*, Política, ciência e aventura, Lisboa, 1991.

_____, *Quando os índios eram vassalos*, Colonização e relações de poder no Norte do Brasil da segunda metade do século XVIII, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

Donoso Anes, R. *Una contribución a la historia de la contabilidad*, análisis de las prácticas contables desarrolladas por la tesorería de la Casa de Contratación de las Indias de Sevilla, Sevilla, 1996.

Dore, A. C, A fortaleza e o navio, espaços de reclusão na Carreira da Índia, *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 9, 2009, pp. 91-116.

Dorenkott, Charles, José da Silva Pais, *The defense and Expansion of Southern Brazil, 1735-1749*, University of New Mexico, 1972.

Fernandez, Juan Marchena, << De Espanha nem bom vento nem bom casamento >> La guerra como determinante de las difíciles relaciones entre las dos coronas ibéricas en la península y en América, 1640-1808, *anais de história de além-mar*, Vol. X, 2009, pp. 9-??.

_____, Del Tajo al Amazonas y al Plata. Las repercusiones atlánticas de las guerras entre las coronas españolas y portuguesas en la Edad Moderna. In, Emir Reitano; Cesar Possamai (coordinadores) *Hombres, poder y conflicto*: Estudios sobre la frontera colonial sudamericana y su crisis. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (Estudios-Investigaciones; 55), 2015, pp. 12-116.

_____, Al otro lado del mundo, Josef Reseguín y su “generación ilustrada” en la tempestad de los Andes, 1781-1788, *Tiempos de América, revista de historia, cultura y territorio*, nº 12, 2005, pp. 43-111.

Fitzler, Mathilde Auguste Hedwig, *Die handelsgesellschaft Felix V. Oldenberg & Co. 1753-1760*, ein beitrag zur geschichte des deusthtums im zeitalter des absolutismus, W. Kohlhammer, 1931;

Flores, Maria Bernardete Ramos, *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina, 1777*, Florianópolis, Ediufsc, 2004.

Flores, Moacyr, *Colonialismo e Missões Jesuíticas*, Porto Alegre, Est / Instituto de Cultura Hispânica do Rio Grande do Sul, 1983.

Flory, Thomas, *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871*, México, Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 58, *Apud.*, Wolkmer, Antonio Carlos, *História do direito no Brasil*, Rio de Janeiro, Forense, 2002.

Fonseca, António Carlos Duarte, Memória metamórfica de um casarão amarelo, In, Fonseca, António Carlos Duarte [et all.], *O Centro de Estudos Judiciários e o Limoeiro*, Lisboa, Almedina, 2007, pp. 13-30.

Fortes, Borges, *Rio Grande de São Pedro*, povoamento e conquista, Rio, 1941.

_____, O brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande, In, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1933, 3º trimestre, ano XIII, pp. 3-119.

_____, *Os casais açorianos*, presença lusa na formação do Rio Grande do Sul, 2ed. Porto Alegre, Martins Fontes, 1978.

_____, *Rio Grande de São Pedro (povoamento e conquista)*, Rio de Janeiro, Gráficos Bloch, 1941.

Foucault, Michel, *Vigiar e punir*, o nascimento da prisão, Petrópolis, Vozes, 1995.

Franco, Sérgio da Costa, *Porto Alegre*, guia histórico, 2. ed. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1992.

Furlong, Guillermo. S. J., *Misiones y sus Pueblos Guaranies*, Buenos Aires, Ediciones Theoria, 1962.

Gammalsson, Hjalmar Edmundo, *El Virrey Cevallos*, Buenos Aires, Plus Ultra, 1976.

Garcia, José Manuel, *Breve história dos descobrimentos e expansão de Portugal*, Lisboa, Editora presença, 1999.

Gil, Luis Enrique Azarola, *La epopeya de Manuel Lobo*, seguida de una crónica de los sucesos desde 1680 hasta 1818 y de una recompilación de documentos, (Contribución a la historia de Colonia del Sacramento.), Madrid, Campaña Ibero-americana de publicaciones, 1931.

Gil, Tiago Luís, *Infiéis Transgressores*, os contrabandistas da fronteira (1760-1810), Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História/UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2003.

_____, *Coisas do caminho*, Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810), Tese (doutorado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

Giraldo, Manuel Lucena, La expedicion imaginaria, La ejecucion del tratado de San Ildefonso en la Guayana española (1776-1784), In, Solano, Francisco de; Bernabeu, Salvador (Orgs), *Estudios (nuevos y viejos) sobre la Frontera*, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Centro de Estudios Históricos, Departamento de Historia de América, 1991, pp. 249-276.

Golin, Tau, *A Fronteira*, 1763-1778, história da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional, Passo Fundo, Méritos, 2015, v. 3.

_____, *A fronteira*, governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina, Porto Alegre, L&PM, 2002, v. 2.

_____, *A guerra guaranítica*, como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul, 2.ed. Passo Fundo, Ediupf, 1999.

_____, Cartografia e combate naval na reconquista do Rio Grande, 19 de fevereiro de 1776, In, V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2013, Petrópolis, V *Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica – Anais*, Belo Horizonte, SBC (Sociedade Brasileira de Cartografia), 2013, v. 1, p. 1-15.

_____, Quando as fronteiras do Mercosul separavam inimigos, o exemplo de José Custódio de Sá e Faria, In, Evo Clemente, *Integração, artes, letras e história*, Porto Alegre, Edipucrs, 1995.

_____, A guerra guaranítica, 1753-1756, A coligação colonial ibérica contra os índios missioneiros, In, Gunter Axt (Org.), *As guerras dos gaúchos*, História dos conflitos do Rio Grande do Sul, 1 ed. Porto Alegre, Nova Prova, 2008, v. 1, p. 44-54.

_____, A destruição do espaço missioneiro, In, Paulo Possamai (Org.), *Gente de guerra e fronteira*, estudos de história militar do RS, 1 ed. Pelotas, UFPel, 2010, v. 1, p. 53-66.

_____, *A expedição*, imaginário artístico na conquista militar dos sete povos jesuítas e guaranis, Porto Alegre, Sulina, 1997.

Gonçalves, Jorge Baptista, O Limoeiro, apontamentos para a sua história, In, *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 2º semestre, 2006, número 5, pp. 293-311.

Gouvêa, Maria de Fátima, Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730, In, Frago, João; Gouvêa, Maria de Fátima (Orgs), *Na trama das redes*, política e negócios no império português, século XVI-XVIII, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, pp. 155-202.

Graebin, Cleusa Maria Gomes, Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. Camargo, Fernando; Gutfreind, Ieda; Reichel, Heloisa, *História Geral do Rio Grande do Sul*, Colônia, Passo Fundo, méritos, 2006, v. 1, pp. 203-223.

Günter Weimer, As relações arquitetônicas rio-grandenses com o Prata, In, Evo Clemente, *Integração, artes, letras e história*, Porto Alegre, Edipucrs, 1995, pp. 82-83.

Gutierrez, Ester J. B., *Negros, charqueadas & olarias, um estudo sobre o espaço pelotense*, 3. Ed., Passo Fundo, Editora da Universidade de Passo Fundo, 1993.

Gutierrez, Ramón, *As Missões Jesuíticas dos Guaranis*, Rio de Janeiro, Unesco, 1987.

Hameister, Martha Daisson, Gil, Tiago Luís, Fazer-se elite no extremo-sul do estado do Brasil, Uma obra em três movimentos, Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII), In, Frago, João Luís Ribeiro, Almeida, Carla Maria Carvalho de, Sampaio, Antônio Carlos Jucá de (orgs), *Conquistadores e Negociantes*, Histórias de elites no

Antigo Regime nos Trópicos, América Lusa, séculos XVI a XVIII, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 265-310.

Heting, Hans Von, *La pena*, Madrid, Espasa-Calpe, v.1, 1967.

Heinsfeld, Adelar, *Brasil/Argentina*, a questão de Palmas – de Alexandre de Gusmão a Rio Branco, Passo Fundo, Méritos, 2007.

Hespanha, António Manuel, A constituição do Império português, Revisão de alguns enviesamentos correntes, In, Fragoso, João, Bicalho, Maria Fernanda, Gouvêa, Maria de Fátima, *O Antigo Regime nos trópicos*, a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII), Rio de Janeiro, civilização brasileira, 2001, pp. 165-188.

_____, Disciplina e jurisdição Militar, Manuel Themudo Barata; Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, v. 2, pp. 62-67.

_____, *Às vésperas do Leviathan*, Instituições e poder político Portugal, século XVII, Coimbra, Livraria Almedina, s/d.

Hollanda, Sérgio Buarque de (Dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*, A época colonial, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, t. 1, v. 1.

Izecksohn, Vitor, Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros, In, Fragoso, João Luís Ribeiro; Gouvêa, Maria de Fátima (org), *O Brasil colonial*, volume 3 (ca. 1720-ca.1821), Rio de Janeiro, 2014, pp. 483-522.

Jumar, Fernando, Colonia del Sacramento y el complejo portuario rioplatense, 1716-1778, In, Silva, Hernán Asdrúbal (Dir.) *Los caminos del Mercosur*, historia económica regional, etapa colonial, Mexico (DF), Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 2004, pp.163-199.

Keegan, John, *Uma história da guerra*, Trad. Pedro Maia Soares, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Kern, Arno Alvarez, *Missões*, uma utopia política, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

Konetzke, Richard, *América Latina*, 24.ed, Madrid, Siglo XXI, 1993.

Kühn, Fábio, De condenado a herói, Rio de Janeiro, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2009.

_____, José Marcelino de Figueiredo, governador do Continente do Rio Grande, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 140, pp. 28-41, 2005.

_____, Os governadores da fronteira meridional, Colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro (1680-1809), In, Possamai, Paulo, *Conquistar e defender*, Portugal, Países Baixos e Brasil, Estudos de história militar na Idade Moderna, São Leopoldo, Oikos, 2012, pp. 329-344.

_____, Um governador em apuros - A trajetória administrativa de José Marcelino de Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780), In, Andréa Doré; Antonio Cesar de Almeida Santos. (Org.), *Temas Setecentistas* - Governos e populações no Império Português, Curitiba, UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2009, pp. 169-180.

_____, *Gente da Fronteira*, família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII, Tese (Doutorado em História) Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2006.

Laínez, Fernando Martínez; Torres, Carlos Canales, *Banderas Lejadas*, la exploración, conquista y defensa por España del territorio de los actuales Estados Unidos, Edaf, Madrid, México, Buenos Aires, San Juan, Santiago, Miami, 2009.

Laytano, Dante de, *Arquipélago dos Açores*, Porto Alegre, Est-editora-ND, 1987.

_____, Corografia de Santa Catarina, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 245, out-dez, 1959, pp. 3-187.

_____, *Açorianos e alemães no desenvolvimento da colonização e agricultura do RS*, Porto Alegre, Globo, 1948.

Lebigre, Anna Maria Soares, O papel do estrangeiro na formação e transformação da área central e peri-central do Rio de Janeiro, *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Nº 94 (61), 1 de agosto de 2001.

Lemos, Vicente Simões Pereira de; Medeiros, Tarcísio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*, v. 2, Edição do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Ministério da Educação e Cultura, Natal, CERN, 1980.

Lesser, Ricardo, *La última llamarada*, Cevallos, primer virrey del Río de la Plata, Buenos Aires, Editorial Biblos, 2005.

Lesson, Duperrey, Voyage autour du monde, exécuté par ordre du Roi, sur la corvette La Coquille, pendant les années..., In, Haro, Martim Afonso de Palma de, *Ilha de Santa Catarina, relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*, 4ª. ED. Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1996.

Levi, Giovanni, Usos da biografia, In, Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (Orgs), *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1994, pp. 167-182.

Loriga, Sabina, *Soldats*, Un laboratoire disciplinaire, l'armée piémontaise au XVIII siècle, Venice, Marsilio, Paris, Éditions Menthath, 1991.

Luzuriaga, Juan Carlos, *Las campañas de Cevallos*, Defensa del Atlántico Sur, 1762-1777, Madrid, Almena, 2008.

Macedo, Francisco Riopardense de, Açorianos para o sul do Brasil, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, IHGRS, 1998.

Madeira, Artur Boavida, *População e emigração nos Açores – 1766-1820*, Cascais, Patrimonia, 1999.

Maia, Clarissa Nunes [Et al.], *História das prisões no Brasil*, v. 1 e 2, Rio de Janeiro, Rocco, 2009.

Marcelino, Maria da Graça dos Santos, *O esclarecido vice-reinado de D. Luís de Almeida Portugal, 2º Marquês do Lavradio, Rio de Janeiro 1769-1779*, Tese de mestrado, História dos Descobrimentos e da Expansão, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009.

Marcílio, Maria Luiza, A população do Brasil colonial, In, Bethell, Leslie, *História da América Latina*, América Latina colonial, v. II, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Brasília, DF, Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, pp. 311-338.

Martinello, André Souza, *Geografia Histórica*, discursos espaciais e construção territorial de Santa Catarina, Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016.

Maxwell, Kenneth, Hegemonias antigas e novas, o Atlântico ibérico ao longo do século XVIII, In, Maxwell, Kenneth, *Chocolates, piratas e outros malandros*, ensaios tropicais, trad. Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira... [et. Al.], São Paulo, Paz e Terra, 1999.

_____, Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira, In, Maxwell, Kenneth, *Chocolates, piratas e outros malandros*, ensaios tropicais, trad. Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira... [et. Al.], São Paulo, Paz e Terra, 1999.

_____, *A devassa da devassa*, A Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal 1750-1808, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____, *Marquês de Pombal*, paradoxo do Iluminismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

Meneses, Avelino de Freitas, A conjuntura dos Açores à data da colonização setencista de Santa Catarina, In, *Anais do Simpósio comemorativo ao cinquentenário do 1º Congresso de História Catarinense e 250 anos da presença açoriana em Santa Catarina*, Florianópolis, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1998, pp. 41-52.

_____, *Os açorianos nas encruzilhadas de Setecentos II – economia*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995.

_____, *Os açorianos nas encruzilhadas de Setecentos I – poderes e instituições*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993.

Monteiro, Jonathas da Costa Rego, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*, v. 1, Porto Alegre, Globo, 1937.

_____, *A dominação espanhola no Rio Grande do Sul, 1763-1777*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979.

Monteiro, Nuno Gonçalo Freitas, O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime, poder simbólico, império e imaginário social, In, *almanack braziliense*, n. 02, nov. 2005, pp. 4-20.

_____, Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In, (org's) Fragoso, João; Bicalho, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima, *O Antigo Regime nos Trópicos*, a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 251-283.

_____, Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII, In, Bicalho, Maria Fernanda; Ferlini, Vera Lúcia Amaral, *Modos de governar, Ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX*, São Paulo, Alameda, 2005, pp. 93-115.

_____, *O Crepúsculo dos Grandes*, A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

_____; Pedro Cardim. A centralidade da periferia. Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806), *história, histórias*, Brasília, vol. 1, n. 1, 2013.

_____, *D. José I*, na sombra de Pombal, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.

_____, Fernando Dores Costa, *D. João Carlos de Bragança*, 2º Duque de Lafões, uma vida singular no século das luzes, Lisboa, Edições Inapa, 2006.

Mosimann, João Carlos, *Ilha de Santa Catarina – 1777-1778*, a invasão Espanhola, Florianópolis, Edição do autor, 2003.

Neis, Ruben, *Porto dos Casais*, Porto Alegre, Metrópole, 1972.

Oelkers, Adolfo Kunsch, *Incendio y Naufragio del Lord Clive*, en Naufragios en Colonia, Patrimonio Histórico, Torre del Vigía Ediciones, Montevideo, 2003.

Oliveira, Cecília Helena de Salles; Mattos, Claudia Valladão de (Orgs), *O Brado do Ipiranga*, São Paulo, Edusp, 1999.

Oliveira, Francisco Carlos Pereira da Costa, *O direito Penal Militar*, questões de legitimidade, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1996.

Os portugueses, em Africa, Asia, America e Oceania, Obra classica, volume. VII, Lisboa, Typ. De Borges, 1850, Anno de 1751 até 1769.

Osório, Helen, *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*, São Leopoldo, Oikos, 2017.

Osório, Fernando Luis, *Sangue e Alma do Rio Grande*, Porto Alegre, LG, 1937.

Perrot, Michelle, *Os excluídos da história*, operários, mulheres e prisioneiros, Trad. Denise Bottmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Piazza, F. Walter, *Santa Catarina*, sua história, Florianópolis, EdiuFSC, Lunardelli, 1982.

Piazza, Maria de Fátima Fontes, *A invasão Espanhola na Ilha de Santa Catarina*, (Mestrado em História, área de Política Externa), Universidade de Brasília, Brasília, 1978.

Piazza, Walter F, *O brigadeiro José da Silva Paes*, estruturador do Brasil meridional, Florianópolis, Editora da UFSC, Rio Grande, Editora da Fundação Universidade do Rio Grande, Florianópolis, FCC Edições, 1988.

_____, O Povoamento Açoriano, In, Osvaldo Ferreira de Melo (Coord.), *História Sócio-Cultural de Florianópolis*, Florianópolis, Clube Doze de Agosto-Editora Lunardelli-IHGSC, pp. 53-89.

_____, *A epopéia açórico-madeirense – 1748-1756*, Florianópolis, Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1992.

Pinto, Francisco Eduardo, O declínio das propriedades da família Souza Coutinho na capitania das Minas Gerais, *Tempos Históricos*, Volume 16, 2º Semestre de 2012, pp. 163-194.

Possamai, Paulo César, A guarnição da Colônia do Sacramento, In, Possamai, Paulo César (Ogs), *Gente de guerra e fronteira*, estudos de história militar do Rio Grande do sul, Pelotas, Ed. Da UFPel, 2010, pp. 13-31.

_____, O problema da deserção militar na Colônia do Sacramento e no Rio Grande de São Pedro durante o século XVIII, *História, Debates e Tendências* – v. 10, n. 2, jul./dez. 2010, p. 228-243. Publ. no 2o sem. 2011.

_____, O recrutamento militar na América Portuguesa, o esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737), In, *Revista Histórica*, Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2004, n. 151, 2º semestre, pp. 151-180.

_____, “Montevideo fortificado es otro Gibraltar”: As tentativas dos portugueses em ocupar Montevidéu no século XVIII, *ESTUDIOS HISTORICOS*, CDHRP - Diciembre 2009 - Nº 3.

_____, De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777, *TOPOI*, v. 11, n. 21, jul.-dez, 2010, pp. 23-36, p. 31.

_____, La llave de plata del Brasil. El Río de La Plata como frontera sur de la América portuguesa, In, Truchuelo, S y Reitano, E. (Eds). (2017). *Las fronteras en el mundo atlántico (siglos XVI-XIX)*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. pp. 389-426.

_____, Los soldados indígenas del Rey Católico, los misioneros en las guerras por la Colonia del Sacramento, In, Emir Reitano; Cesar Possamai (coordinadores), *Hombres, poder y conflicto*, Estudios sobre la frontera colonial sudamericana y su crisis. La Plata, Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (Estudios-Investigaciones; 55), 2015, pp. 151-175.

Prado, Fabrício, *Colônia do Sacramento*, o extremo sul da América Portuguesa, Porto Alegre, F.P. Prado, 2002.

Ramos, Rui (Coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010.

Ramírez, Hugo, *Açores e Rio Grande do Sul*, Liames Históricos e Antropológicos, 500 anos de descobrimento do Brasil, Digitado, 2000.

Ribeiro, Mônica da Silva, “Razão de Estado” e Administração, Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748, Niterói, (dissertação de mestrado), Universidade Federal Fluminense, 2006.

_____, “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”, *a administração de Gomes Freire de Andrada*, Rio de Janeiro e centro-sul da América portuguesa (1748-1763), Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2010.

Ríos, Manuel Alberto Donís, *Guayana*, historia de su territorialidad, Instituto de Investigaciones Históricas, Caracas, 2002.

Rodrigues, José Damião, Da periferia insular às fronteiras do império: colonos e recrutas dos Açores no povoamento da América, In, *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 17-43, dez. 2010.

Rodrigues, Francisco Zamora; Santos, Javier Luis Álvarez; Cunha, Alice; Marcilla, Francisco José Díaz (Coord.), *Historia de frontera, frontera con historia*, Lisboa, Coleção CHAM eBooks Debates 2, 2016.

Russell-Wood, A. J. R., Governantes e agentes, In, Bethencourt, F.; Chaudhuri, K., *História da expansão portuguesa*, v. III, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 169-192.

Sá, Simão Pereira de, *História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, Porto Alegre, Arcano 17, 1993.

Sainte-Hilaire, Auguste de, *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*, trad. Regina Regis Junqueira, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

Salomon, Marlon, *O saber do espaço*, ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX, Tese de doutoramento – História e Cultura da Universidade de Santa Catarina – Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

Santos, Maria José Moutinho, *A Sombra e a Luz*, as prisões do Liberalismo, Porto, Edições Afrontamento, 1999.

Scandón, S. J. Juan de, *História da transmigração dos Sete Povos Orientais*, São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1983.

Schwartz, Stuart B., *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*, o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751, Trad. Berlio Vargas, São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, o despotismo iluminado (1750-1807), volume VI, Lisboa, Editora Verbo, 1977.

Silva, Augusto da, *A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme*, Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807), São Paulo, Universidade de São Paulo (Tese de doutoramento), 2008.

_____, *Rafael Pinto Bandeira*, De Bandoleiro a Governador, Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História-UFRGS, (Dissertação de Mestrado), 1999.

Silva, Maria Beatriz Nizza da, *Ser nobre na Colônia*, São Paulo, editora UNESP, 2005.

Silva, Hernán Asdrúbal, Brasil, el Río de la Plata y sus vínculos comerciales e marítimos – entre la utopia y la realidad (1776-1806), In, Silva, Hernán Asdrúbal (Dir.) *Los caminos del Mercosur*, historia económica regional, etapa colonial, Mexico (DF), Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 2004, pp. 201-234.

Souza, Adriana Barreto de, A governança da justiça militar entre Lisboa e o Rio de Janeiro (1750-1820), *Almanack, Guarulhos*, n. 10, pp. 368-408, agosto de 2015.

_____, Conselho Supremo Militar e de Justiça, ideias e práticas de uma cultura jurídica de Antigo Regime (1808-1831), In, José Luís Cardoso; Nuno Gonçalo Monteiro; José Vicente Serrão (org.), *Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2011, pp. 249-272.

_____, Trajetórias, redes e práticas políticas, os conselheiros do Conselho Supremo Militar e de Justiça (Rio de Janeiro, 1808-1822), *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime* / Lisboa 18 a 21 de Maio de 2011.

Southey, Robert, *História do Brasil*, v. III, Trad. Luís Joaquim de Oliveira e Castro, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

_____, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1862, v. 6.

Subtil, José, Forças de segurança e modos de repressão (1760-1823), In, (org) Costa, Fernando Marques da; Domingues, Francisco Contento; Monteiro, Nuno Gonçalves, *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, Lisboa, Vega, 1989, pp. 32-43.

_____, Os poderes do Centro, In, José Mattoso (org.), *História de Portugal*, o Antigo Regime, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

Supremo Tribunal Militar, organização, antecedentes e instalações, Lisboa, [s.n.], 1980.

Terija, Marcela, *Luso-brasileños en el Buenos Aires Virreinal*, Trabajo, negocios e intereses en el plaza naviera y comercial, Buenos Aires, Universidad Nacional del Sur, 2004.

Tonera, Roberto, 2005, << O sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina – Brasil: criação, abandono e recuperação >>, *1er Seminario Regional de Ciudades Fortificadas*, 6 e 7 de abril de 2005, Montevideo-Uruguay.

Torres, Luiz Henrique, A colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63), *Biblos*, Rio Grande, 16, 2004, pp. 177-189.

Ventura, António, Carlota Joaquina (1775-1830), In, António Ventura; Maria de Lourdes Viana Lyra, *Rainhas de Portugal no novo mundo*, Carlota Joaquina, Leopoldina de Habsburgo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

Truchuelo, Susana; Reitano, Emir (Eds.), *Las fronteras en el mundo atlántico (siglo XVI-XIX)*, La Plata, Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2017.

Vianna, Hélio, *História do Brasil*, período colonial, São Paulo, edições melhoramentos, Tomo I., 1963.

Vianna, Lauro de Brito, *A Cidade, o Porto e a Barra de São Pedro do Rio Grande do Sul*, Rio Grande, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

Vieira, Alberto, *Portugal y las islas del Atlántico*, Madri, Mapfre, 1992.

Wehling, Arno; Wehling, Maria José Cavalleiro de Macedo; *Direito e justiça no Brasil Colonial*, o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, 1751-1808, Rio de Janeiro, Renovar, 2004.

White, Robert Allan, *Gomes Freire de Andrada*, Life and times of a brazilian colonial governor, 1688-1763, Austin, University of Texas, 1972.

Wiederspahn, Henrique Oscar, “Invasões de Ceballos e Vértiz”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, vol. 16 (1er trimestre 1936), pp. 21-58.

_____, *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, EST, 1979.

Wolkmer, Antonio Carlos, *História do direito no Brasil*, Rio de Janeiro, Forense, 2002.

ANEXOS

Anexo 1

Breve noticia da Colonia do S.^{mo} Sacram.to, e diario do seu ultimo ataque pelos Castelhanos Anno de 1762, In, SÁ, Simão Pereira de, *História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, Porto Alegre, Arcano 17, 1993, pp. 175-176.

Aos 5 dias do mês de Outubro do Nascim.to de N. Senhor JESUS Christo de 1762 em casa da Residência do Gov.or atual da Praça Nova Colônia do Santis.mo Sacramento, o Brigadr.o Vicente da Silva da Fonseca, foram convocados em Junta os Officiais maiores da Praça: O Coronel José Inacio de Almeida, o Sarg. mor do mesmo Regim.o Jeronimo Moreira de Carv., os Cap.es Pedro Frutuozo, q. serve de Sarg. mor da Praça, o Cap.m de Artelharia Jeronimo Vellozo da Serra; o Cap.m Engenhr.o João Bartolomeu Haveli, o Cap.m Alberto Freire Sardinha, Comandante do Destacam.o do Rio de Janr.o; junto o Cap.m de Mar, e Guerra João da Costa de Atayde, Comand.e da Fragata de Guerra N. Snr^a da Estrella, surta neste porto, e os Cap.es Ten.es da dita Fragata Cypriano Per.a da Sylva, e Izidoro de Moura, e o Cap.m de Infantr.a da mesma João da Costa de Atayde, foi proposto o seguinte pelo Govern.or da Praça.

Amanhã 16 do Corrente se contão 16 meses, que o General Hespanhol D. Pedro de Cevallos se avizinhou com o grosso de suas Tropas a esta Praça, reforçando as guardas do Bloqueio com avultado numr.o de Soldados, e seus respectivos Officiais debaixo de uma apertada ordem, pela qual nos punha na última consternação, tanto na negação de víveres, como a mesma comunicação de palavra: Tem no mencionado tempo, não só adiantado todos os seus preparos p.a o ataque desta Praça, mas ainda dado mui justos motivos p.a rompimento, apresando as embarcações da pescaria, e outras, q. o vento conduziu as suas praias, por lhe faltarem as amarrações; e ultimam.te apresando as gentes e fazenda, q. conduzia a Galera Bom JESUS da Confiança, e N.S. da Penha de França; assim mais também dando alforria aos escravos, q. aos moradores desta dezertavão, e outras m.tas hostilidades desta natureza; o que sofreu, não sei se a m.a demaziada prudência, se a execução das ordens superiores, das quais me não dezejo afastar um só lance, de sorte, q. q.m assim vir julgará mais froxidão, q. obediência.

Correndo o tempo até o dia 7 do mês de Setembro próximo passado, em q. o mencionado Gen.al D. Pedro Cevallos passou a este Campo, trazendo 5 embarcações grandes, e 29 pequenas, e nelas 4000 homens, além dos q. já nele se achavão, e dos Indios Tapes, q. havia mandado vir, p.a onde conduziu grande num.o de Peças de bater, Morteiros, Bombas, Balas, e todas as mais munições, e armamentos correspondentes, assim mesmo as precisas ferramentas para mover terra, e milhares de cordões de faxinas, e estacaria.

É por todos sabido, e visto, q. ele Gen.al no dia 29 de mês passado levantou todo o seu Exército do abarracam.o, em q. se achava, formando-lhe novo, junto as Guardas, em cujo terreno anda com os seus Engenhr.os tomando as devidas medições p.a um regular ataque.

No dia 1º deste mês, foi bem visto de todos dar princípio a construção de um Forte na praia da Sanga, mui avançado da sua guarda, em q. trabalhou até o dia 4, e ao amanhecer do dia 5 se deixou ver uma linha de comunicação tão adiantada, q. está próxima a nossa Guarda da Conceição, de cujo movimento lhe escrevo a carta aqui copiada, mais por conta de me justificar, do q. me parecer precisa, p.a desde já o reputar inimigo do socego, e infrator da Paz.

As ordens da Corte, e do nosso General o Illmo. e Exmo. Conde de Bobadela me recomendão faça toda a diligência, como tenho feito, de me conservar, ainda sugeitando-me a m.tas couzas, q. não admitem, ao q. não tenho faltado: mas como ao presente me parece mui prejudicial a continuação dele, do qual se aproveitam as disposições daquele General, cubrindo-se sem resistência, ou disputa, e q. quando lhe queiramos fazer opposição, será de nenhum fruto, pois com força adiantarão o seu trabalho, e fortificações, o que evidentm.te deixa ver ser rompimento, ainda q. não haja usado de tiros, p.a com este rebuço se adiantar, de sorte, q. os nossos ao diante lhe não façam estrago, ou lhe causem embaraço.

É voz constante haver-lhe chegado nos fins de mês passado um aviso de dois paus, e um Navio marcante de três, do q. produziu a declaração da Guerra, havendo sido na nossa Corte (dizem eles) a 10 de Maio, e na de Madrid a 15 de Junho, e me aseguro, q. ontem 4 do mês q. corre se declarou aquela na sua Capital de Buenos Aires.

Todas as razões referidas pondero a V.S.as, e mercês, p.a q.cada um per si nelas discorrão, e dem o seu parecer p.a o rompimento, porque ainda q. eles o não tenham feito por meio de canhão o tem executado pelo adiantam., a q. hão chegado, e contribuido obras offensivas, e vão continuando, o q. assas me parece justo motivo p.a lhe embaraçar pelos meios correspondentes, sem q. nesse obrar ofenda as superiores determinações; e p.a q. fique mais qualificado o mesmo obrar, e ileso o meu proceder, diga cada um de persi o q. entendem, e se deve executar. Colônia 5 de Outubro de 1762.

O que visto, e ponderado por todos os da Junta, resolveram haver o General hespanhol cometido infração da Paz, e sossego público, rompendo a guerra, entrando com Tropa armada em novo distrito, e formando nele os aproches p.a bater a Praça, devia ser julgado inimigo, e como tal ser tratado, procurando fazer-lhe toda hostilidade em guerra defensiva, a qual nos viamos obrigados a romper pelo Direito das Gentes, ern conservação das vidas, e Domínios de S. Mag.e Fidelíssima, sem embargo das suas Reais Ordens, e determinações p.a não sermos agressores: de cuja resolução tomada em Junta se fez o pres.e Termo, q. todos assinarão Colonia 5 de Outubro de 1762 = Vicente da Silva da Fonseca = O Coronel José Inácio de Almeida = O Cap.m de Mar, e Guerra João da Costa de Ataíde = O Sarg. mor Jeronimo Mor.a de Carv.o = O Cap.m Ten.e Cypriano Per.a da Silva = O Cap.m Ten.e Izidoro de Moura = O Cap.m de Infantr.a João da Costa de Atayde = O Cap.m Pedro Frutuozo = O Cap.m Engenhr.o João Bartolomeu Havelli = O Cap.m Alberto Freire Sardinha = O Cap.m de Art.a Jeronimo Velozo da Serra

Anexo 2

In, SÁ, Simão Pereira de, *História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, Porto Alegre, Arcano 17, 1993, pp. 186-190.

Capitulação com que se rendeu a Praça da Colônia do Santíssimo Sacramento em 31 de 8br.o de 1762

O Brigadr.o de Infantaria dos Exércitos de S. Mag.e Fidelíssima, Gov.or da Praça da Colônia, oferece render a d.a Praça no termo de 10 dias, q. se contarão do dia 29 de pres.e mês de 8br.o até o dia 9 de Novbro., caso, q. antes disso lhe não chegue socorro algum do Brasil.

Respuesta

Se entregarán hoy a las Tropas de su Majestad antes de las 4 de la tarde a la puerta de la Cortina más próxima a la Trinchera, e se pondrá al mismo tiempo en cada una brecha, que están abiertas las Guardias, que me parecieren competentes, retirando-se a cualquiera otra parte de la Plaza la Tropa de los sitiados, que estuvieren en el Polígono atacado.

Cap.2º

Toda a Guarnição sairá desta Praça p.a se embarcar nas embarcações, q. há neste porto, assim d El Rey, como de Particulares, com as honras Militares, e vem a ser, Tambor batente, bandeiras largas, bala de boca, com 12 tiros cada soldado, e os Granadr.os mechas acesas, e quatro granadas cada um. Duas peças de campanha com dez tiros cada uma, dois morteiros com o mesmo num.o de bombas, q. levarão peças de cartuchos.

Respuesta

La Guarnición de la Plaza, e todas los puertos, que dependen dela, inclusa la Isla de S. Gabriel, no podrán tomar las Armas contra El Rey, ni contra sus Aliados, durante la presente guerra, en ninguna parte de esta América; y por la honrosa defensa, que han hecho, se le concede salir a embarcar-se por la puerta del Colegio con sus Armas, Banderas desplegadas, bala en boca, mexa encendida, y Tambor batiente, llevando cada Soldado, que no se quisiere embarcar la libertad de quedar se, ni a los Oficiales de dejar sus Criados, para que recopan, y transporten sus equipajes si antes no lo pudieren llevar; en la inteligencia, de que los dos Capitanes Españoles, que se dan en rehenes deberán estar a la vista de todo lo que se embarcarse, y luego que haya salido la Tropa Portuguesa de la Plaza, entrará en ella, y en la Isla de S. Gabriel, la Guarnición Española.

Cap. 3º

Que se concederão duas lanchas cobertas, sem q. sejam revistadas o q. nelas embarcar.

Respuesta

Negado.

Cap. 4º

Todas as Armas de mão, assim de fogo, como brancas, se poderão embarcar sem embaraço.

Respuesta

Negado absolutam.te. Los sitiados entregaran de buena fe la pólvora, balas, y todos los géneros de municiones, y pertrechos de Guerra, Armas, Cañones, Morteros, Cuerpos de Guardia, Tablados puertas, vestuario de Tropas, q. no se hayan usado antes de la capitulación; y cuanto al tiempo de comenzarse la entrega p.a estas capitulaciones había en la Plaza, y en sus puestos, que dependen dela, pertenecen a El Rey Católico, como también el casco del Navío Santiago, que sirve de Almacén, a cuyo efecto luego que se

haya entregado la puerta pasaran a la Plaza, y demás puestos los Oficiales, y Comisarios destinados a entregar-se de todo lo referido, y con la misma buena fe manifestaran al Oficial de la Artillería, que se imbiará para esto al propio tiempo, las minas, que hubieren.

Cap. 5º

Que da Praça se poderão levar doze pedreiros sem embaraço, e cem arrobas de pólvora, mexas, massames, pertencentes ás respectivas embarcações, como também doze peças de lona, e doze de brim.

Respuesta

Se concede solamente las 12 piezas de lona, y otras tantas de brin y las embarcaciones se restituirán a la Plaza, la Artillería, armas, pertrechos, y municiones, que se tuvieren sacado della.

Cap. 6º

Poder-se-ão embarcar todos os volumes de fardam.tos q. se achão em peça p.a uso da tropa.

Respuesta

Negado absolutamente.

Cap. 7º

Dos Armazéns se poderão tirar os mantim.tos, bebidas precisas p.a dois meses, tanto p.a a Guarnição, como p.a a marinheiraje, e moradores.

Respuesta

Concedido con intervención de los Comisarios nombrados de una y otra parte.

Cap. 8º

Que todos os papéis, e livros pertencentes a Vedoria e mais Tribunais, e despesas dos Almo.x.es se poderão levar livre.te.

Respuesta

Concedido, pero deben quedar en el Archivo de la Ciudad los papeles pertenecientes a ella.

Cap. 9º

Que tanto o Gov.or, como Oficiais, e Soldados de toda a Guarnição poderão embarcar livre.te todos os seus bens móveis, e escravos, q. tiverem ou vende-los, como também os de raiz, p.a o q. se nomerão louvados de ambas as partes.

Respuesta

Concedido pelo q. toca a escravos, y movéis, que sean propios del Señor Gov.or, Oficiales, y Soldados de la Guarnición, y también por lo que toca a los bienes de raíz, que estuvieren dentro de la Plaza se hallaren quien se los compre en el término de 4 meses, a cuyo efecto los dueños de ellos podrán dejar sus poderes a quien les parecieren.

Cap. 10

Todos os Paramentos, Imagens, pertencentes as Confrarias da Igreja Matriz, Hospício da Conceição, e Colégio se poderão conduzir sem embaraço.

Respuesta

Negado. Las Imágenes pertenecientes a las Cofradías de la Iglesia, Ornamentos, y las demás de los dichos Templo deben quedar en ellos.

Cap. 11

Todos os moradores desta Praça, tanto Eclesiásticos, como seculares, e pretos livres gozarão da liberd.e de se embarcarem com todos os seus bens móveis, e armas, q. tiverem de seu uso vendendo os q. não puderem levar conto tambien os de raiz.

Respuesta

Concedido, pero se entenderán por armas de su uso, y no las que se uvieren dado a los vecinos, y moradores de las cazas de los almacenes della; por lo que toca a los bienes muebles, y de raíz se estará a lo dicho en el artículo 8º.

Cap.12

Que todos os Comerciantes, q. se achão nesta Praça se poderão retirar com os efeitos mercantis, q. tiverem de seu manejo, ou vende-los, nomeando-lhe p.a isso louvados de uma, e outra p.te.

Respuesta

Los moradores que quisieren retirar-se lo podrán hacer livrem.e llevando todos sus efectos de comercio, y los q. quisieren quedar-se en los Dominios de S. Mag.e, presentaran un Inventario exacto de los géneros, que tuvieren, p.a que el Tribunal de la Real Hacienda determine lo más conveniente sin prejuizo de los interesados, y de los derechos d El Rey.

Cap.13

Nenhum dos referidos se poderá consentir o ficar na Praça, porq. devem ir dar contas a seus constituintes.

Respuesta

En este se procederá conforme lo dictare la justicia.

Cap. 14

Que todos os moradores, e bens, q. houverem de ficar senão puderem transportar nas embarcações referidas, lhe será permitido até q. venhão outras a busca-los, ficando debaixo do mando de pessoas q. os governem, e serão tratados com afabilidade.

Respuesta

Los q. quedaren con bienes, o sin ellos deben estar como todos los mas moradores de la Plaza, subordinados al Oficial, que mandar en ella, y serán tratados del mismo modo q. los Españoles.

Cap.15

A todas as embarcações se darão passaportes, p.a q. no caso de se encontrar no mar com alguma Esquadra, conste por eles se retirarão por esta Capitulação à Capital do Rio de Janr.o, ou Ilha de S. Catarina, q. lhe seja preciso arribar por algum acidente.

Respuesta

Concedido pero así como estas embarcaciones irán seguras en virtud de los pasaportes, q. se les darán, le deberán estar dellas las embarcaciones Españolas, o Francesas, que encontraren en el mar, o en el Rio de Plata, donde deberán salir los Portugueses con la prontitud posible, sin hacer en el demora alguna a que no le precise el tiempo.

Cap.16

Que depois da partida de todas as respectivas embarcações, q. se achão neste porto, vierem algumas de quaisquer portos do Brasil, na fé de q. a Praça se conserve na obediência de S. Maj.e F. serão tratadas com toda a hospitalidade, e se lhes dará liberdade p.a voltarem, como também de poderem embarcar nelas as pessoas, q. se não puderem transportar nas presentes.

Respuesta

Concedido por un mes contado desde el día, que se firman estas Capitulaciones, a las embarcaciones Portuguesas, q. vinieren desarmadas.

Cap.17

Que depois da assinatura destes Capítulos se concederão doze dias p.a o embarque e todo o referido, bem entendido, q. nestes não hão de entrar aqueles, q. o tempo o não permitir faze-lo.

Respuesta

El embarque de la Guarnición ya está dicho, que debe ser el más tardar el día de Noviembre próximo, y los demás moradores de la Plaza, y sus bienes se hará en el término de ocho días contados desde mañana treinta y uno de Octubre, si con los auxilios que se le darán no uvieren podido hacer antes.

Cap.18

Não haverá comunicação alguma de p.te a p.te, salvo com os Oficiais respectivos a negociação celebrada, ou outra qualquer dependência, e p. obviar toda a desordem, ou disputa, q. em semelhantes casos podem suceder entre as duas Nações, não será permitido, q. dos ataques saia pessoa alguma p.a a parte da Praça, nem desta p.a os referidos ataques.

Respuesta

Se tomarán por nuestra parte todas las prevenciones posibles para que fuera de los Oficiales condicionados no haiga comunicación alguna con los sitiados, sin embargo de q. debemos ocupar luego los puestos de la Plaza, que quedan referidos.

Cap.19

Finalizado o dito tempo, q. se pede p.a embarque o último Corpo de Frota, que o fizer mandará arriar a Bandr.a, e abrir as portas p.a tomarem posse da Praça as Tropas de S. Mag.e Católica.

Respuesta

A este Cap.p esta respondido en lo que se dijo al Capítulo de cima.

Cap. 20

E p.a firmeza das presentes Capitulações conteudas em os 20 Artigos acima declarados, se darão em reféns de uma e outra parte dois Oficiais de graduação Praça da Colônia 29 de Outubro de 1762 = Vicente da Silva da Fonseca

Respuesta

Por el curto número de Oficiales que ay de más graduación se darán en rehenes de cada parte dos Capitanes. Campo delante de la Colonia de Octubre 30 de 1762. = D. Pedro Cevallos

Anexo 3

Perguntas sobre a entrega da vila do Rio Grande aos castelhanos

Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande ás tropas castelhanas, 1764, Rio Grande, Biblioteca Rio-grandense, 1937, pp. 5-7.

- I. Se o governador que foi do Rio Grande Ignácio Elói de Madureira teve a conduta que devia ter na defesa daquela vila, fazendo as disposições necessárias para rebater os inimigos, no caso que fosse atacado por eles.
- II. Se observou as ordens e instruções juntas por cópia que lhe foram mandadas pelo governador geral do Rio de Janeiro em que se lhe ordenava o que devia obrar no caso de acometimento dos mesmos inimigos e que razão teve para deixar de as executar e se teve tempo para o fazer.
- III. Se depois da retirada que fez do Rio Grande passando-se para a parte do Norte se postou nela para defender aos inimigos a passagem do mesmo Rio, para onde se retirou, que gente levava e que razão teve para não defender aquela passagem e se lhe era fácil o defendê-la.
- IV. Se fez retirar todas as embarcações que havia no Rio e os víveres, munições e armamentos de que estava provida a praça para que de uma e outra coisa se não aproveitassem os inimigos tendo mais prontas passagem e melhor subsistência.
- V. Se o coronel de dragões daquele partido executou também as ordens que lhe foram dirigidas pelo mesmo Governador Geral e que causa teve para o contrário.
- VI. Se tendo por melhor esperar os inimigos no sítio de Castilhos onde se havia fortificado fez a defesa que devia para os não deixar passar ou que causa teve para se lhe entregar sem nenhuma resistência com a maior parte dos oficiais e gente que consigo tinha, quanta era a dita gente e se toda se passou aos inimigos ou qual foi o número desta e da que ficou e a que parte se recolheu e em que consistiam as forças dos inimigos.
- VII. Se os oficiais e soldados foram culpados nesta desordem por repugnarem pelejar ou desobedecerem ao dito coronel no que lhe ordenava a este respeito de sorte que por esta causa ou por falta que tivesse de víveres e munições fosse obrigado a entregar-se. Quem foram os ditos oficiais e soldados e as ocasiões em que o fizeram ou em que consetiram as ditas faltas.
- VIII. Se o dito coronel obedecia as ordens do governador e nas matérias do serviço com ele conservava boa inteligência e lhe dava os avisos necessários dos movimentos dos inimigos e das disposições que ele determinava fazer a empo que o dito governador pudesse tomar as medidas que julgasse mais próprias da ocasião ou se por falta dos mesmos avisos sucedeu fazer a sua retirada tão precipitadamente.
- IX. Se os socorros que se mandaram de algumas partes deste continente ao Rio Grande deixaram de chegar a tempo que pudessem rebater a invasão dos inimigos por culpa ou falta de diligência dos oficiais que comandavam e se podendo ao menos defender a barreira da parte do Norte o não fizeram ou se alguns deles repugnaram obedecer as ordens que tiveram para acudir a mesma barreira e por que e para onde se retiraram e se com a sua retirada cauzaram algumas desordens.
- X. Se depois da derrota de Castilhos e estar com esta notícia a Vila do Rio Grande em confusão os soldados que daquela escaparam ou outra alguma pessoa cometeram roubos na dita vila especialmente nos templos tirando deles as imagens, vasos sagrados, ornamentos ou outras algumas alfaias dedicadas a Deus e aos seus santos quem foram as ditas pessoas e que uso fizeram das ditas coisas.

XI. Se praticaram o mesmo nos efeitos pertencentes a Sua Majestade entrando nos Armazéns Reais violentamente arrombando-lhe as portas ou tomando as chaves por força das mãos dos oficiais a cujo cargo estavam perdendo-lhe o respeito e se também aproveitaram de alguns gados ou cavalarias pertencentes a Real Fazenda sem ordem legítima de quem lhe podia dar e quantos foram.

XII. Se os mesmos roubos cometeram finalmente nas fazendas e efeitos de algum dos moradores e homens de negócio da dita Vila e além disso lhe fizeram outras algumas injúrias ou desacatos matando-os, ferindo-os, ou espancando-os forçando as mulheres e tirando-as a seus maridos, pais, mães ou pessoas debaixo de cuja guarda ou tutela estivessem.

XIII. Se nas entradas que se fizeram nas terras dos inimigos os oficiais comandantes delas obraram o que deviam ou se deixaram de hostilizar e prisionar alguns deles por interesse ou outras coisas.

XIV. Se das presas que se fizeram nas ditas entradas se arrecadou fielmente o que pertencia a Real Fazenda ou se por esta ou por outra alguma forma qualquer que ela fosse houve descaminho na mesma Real Fazenda em que consistiram as ditas presas e quantas foram as ocasiões em que se fizeram.

XV. Se alguma pessoa de qualquer qualidade estado ou condição que fosse teve trato com os inimigos direta ou indiretamente por palavra ou por escrito dando-lhe aviso das forças deste continente ou Estadas e das disposições que se faziam para rebater ou atacar ou por outra alguma forma tinha com eles ilícita correspondência e era suspeito de traição.

Anexo 4

Processo e sentença, em Conselho de Guerra, contra o Coronel de Mar Roberto Macdonall, Coleção Marquês D'Angeja, *Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa*, Cf. manuscrito n.º 630 da Série Azul, pp. 4-17.

SS"1º

Em que Recebendo o Reo, o Bando, e sendo emcarregado de o Remeter fechado atodos os Comandantes da Esquadra para o abrirem antes de emtrarem em algum Combate e o publicarem: Nam comprio o R. esta ordem; porque aos Capitains de Mar e Guerra Tristam da Cunha, e Antonio Jacinto da Costa, nam deu nem participou semelhante ordem: E aos Officiaes que ele R. elegeu para Comandarem os Navios que emtraram no Combate do Rio Grande de Sam Pedro, a estes nam deu a copia formal do Referido bando mas sim hum resumo, em que concluya que o produto das prezas levaria dividido na forma praticada na marinha de Inglaterra, contra a expressa ordem conteúdo no referido bando, que detriminava lefaria a divizam por outavos;

SS"2º

Item logo que o R. xegou a primeira ves â Ilha de Santa Catrina, principiou adar repetidas contas, e a sertadas informasoins, ao Marques Vice Rey relativas, a incapacidade das Naus e Fragatas, de que se compunha a Esquadra principalmente das fragatas Princeza do Brazil, Gloria, Asensam, e Pillar; afirmando que esta ultima hora incapas de sofrer na sua tolda Artilharia do calibre de quatro, e as três primeiras incapazes de pasarem ao Mar do Sul:

SS"3º

Item que de Nau aJuda, estava de todo arruinada, e em perigo de lhe cahir a coberta nopuram e que nam merecia concerto; porque para a fatura deste leriam perizos mais de duzentos mil cruzados; Quando em breve tempo, emuita modica despeza; foy reparada, no Porto de Rio de Janeiro, ficando humas das milhares Naus que havia na Esquadra, sendo inutil o comcerto, que R. lhe avia mandado fazer no Porto de Santa Catrina, honde nam ha madeiras capazes para forrarem embarcasoins;

SS"4º

Item que a Nau Santo Antonio tinha ruina, e percisava ser forrada, ao mesmo tempo que esta Nau continuou sempre a navegar, sem ter percisam de comcerto algum;

SS"5º

Item que tendo o Marques Vice Rey, pasado ordem para que as Naus ou Fragatas, que percizacem, comcerto, viecem logo ao Rio de Janeiro, o R. abuzou desta ordem, como praticou com o Comandante da Nau Ajuda, requerendo lhe a execosam da mesma.

SS"6º

Item mandou o R. Fabricar no Porto de Santa Catrina a xalupa Expediçam, sem ordem, nem consultar pessoa alguma, dando elle mesmo para este fim as medidas a seu arbitrio, ficando tam mal construida, nam sô porque a tabua do nam xegava as medidas; mas perque hera verde, e de mâ qualidade, e informando o R. a este respeito ao Marques Vice Rey, afirmava ser humas das milhores Embarcasoins, que sua Magestade tinha na America;

SS"7º

Item as repetidas, e affectadas contas que o R. dava ao Marques Vice Rey dizendo, que os Navios da Esquadra expirimentavam faltas de mantimentos, e nam têmão couza alguma de sobrecelentes, quando estes nunca fariam falta notavel, tendo a procedencia, de se correrem huns aos outros, no cazo de alguma percizam;

SS"8º

Item tendo o R. Comiçam do Marques Vice Rey para nomear officiaes, competentes para cervirem na Esquadra, com ensinuasam de nam pertirir Officiaes de patente, por pesoas que nam tinham, abuzando o R. desta incinuaçam, e nomeou para Capitains Tenentes. Mateus Pereira, Francisco de Araujo, Joze Baptista, Francisco Duarte Serra, sendo o primeiro Mestre, e os outros pilotos, ficando pertiridos muitos Tenentes de Mar, com patentes de sua Magestade, a aleis, e capazes de ocuparem, aquelles Postos.

SS"9º

Item nomeou o R. para Tenentes de mar, Geronimo Pereira e Joze Maria de Medeiros, que heram Marinheiros e serviam de voluntarios, havendo para os Referidos empregos, Sargentos de Mar, e Guerra Benemeritos, dizendo o mesmo R. que elle tinha Jurisdiçam para fazer, e desfazer a seu Arbitrio os Officiaes que lhe parecese, formando de hum pagem, hum official, e de hum official hum pagem, e fundado neste Cistema, costumava injuriar os Officiaes da Marinha, em suas pessoas, dizendo lhe que não prestavam para nada e que heram burros.

SS"10º

Item que resebendo o R. huma ôrdem, do Marques vice Rey, para que naquella Esquadra fousem tratados os Officiaes com moderasam, e Civilidade, e Recomendando lhe participasse aquella ôrdem a todos, os Comandantes da esquadra, elle R. nam comprio, este mandato

SS"11º

Item Custumava o R. sem motivo algum suspender doz seus respetivos empregos, nam lê aos officiaes, que elle nomeava para ocuparem inteiram^{te} alguns postos; mas ainda aos Officiaes, que tinham Provimentos de Sua Magestade; porem com a deferensa, que aos primeiros os mandava exercer os antigos, e intriores ministerios, de que os havia tirado, e aos segundos as suspendia Sômmente dos Portos que ocupavam; como praticou com o Capitam de Mar, e Guerra Joze da Silva Pimentel, e com o Capitam Tenente, Joze Correya de Mello;

SS"12º

Item na primeira viâgem deo sarvasam que o R. fes re de fronte de Monte Vidio Informou Logo ao Marques Vice Rey, que dentro daquelle Porto tinham os Castelhanos, quatro Naus de Linha, tres Fragatas,

nove Navios grandes, armados em Guerra, sendo a mayor parte Capazes, de abrirem duas baterias, e a sem destes, outras muitas embarcasoins miudas, e que sua Guarnisam pasava de seis mil homens; amayor parte desta Informasam, foy fantastica; perque nem as Embarcasoins inimigas seram e vistas com clareza tal, que se pudese conhecer o seu verdadeiro numero, e menos as suas forzas, porque da mayor parte dellas, so se denizaram os mastros, nem ouve noticia alguma da sua Guarnicam;

SS"13º

Item Informou mais o R. que na manham do seguinte dia da xegada da Esquadra, aquelle Porto amprontaram os Castelhanos huma companhia de Artelharia Montada, que passava de secenta pesas, sendo toda esta Informaçam de Ideya: porque nam ouve quem comtase, tal numero de pesas, antes Seduvida se chegaram ao citio, e se as Carretas, que apareceram, heram de Artilharia, ou Carros de Lavradores;

SS"14º

Item, mandar o R. nesta ocaziam, formar pello seu Emanuence, hum mapa regulado sômmente pella sua fantazia, muito diferente do verdadeiro plano daquelle Porto de Monte Vidio;

SS"15º

Item aconta que o R. deu ao Marques Vice Rey dizendo queindo a Esquadra exlejada, sahindo de Monte Vidio, elle se puzera a capa para esperar hum xalupa Castelhana que sahira daquelle Porto; mas que esta faltando ao Comandante, da Nau Ajuda, se recolhera; Esta Informasam foy destituída de toda a verdade; porque saindo a dita xalupa fazendo forsa de vella para xegar a salla da Nau delle R., continuo neste a navegar fazendo sinal de mayor forsa de vella, e sô se pos a capa, quando vio que a xalupa falava ao Comandante da Nau Ajuda, e dando hum recado de obzequio do General Espanhol se retirou; nesta ocaziam foy o R. o primeiro que sahio de Monte Vidio, e o primeiro que emtrou no Porto de Santa Catrina;

SS”16º

Item mandou, o R. dar baxa ao Capitam Tenente Joze Baptista, por humas duvidas que este teve com o Capitam Tenente da Fragata Asumçam, a respeito de servidisoins(?), nam procedeu o R. a Comcelho de Guerra; mas so mandou Informar pellos Capitains de Mar, e Guerra, Tristam da Cunha, Francisco Bitancurt, e Antonio Joze Pegado, Enformando estes que os Referidos Capitains Tenentes, deviam ser separados, para se obuier(?) mayor dezordem, o R. Nam obstante a Informacam, mandou dar baxa, ao dito Capitam Tenente Joze Baptista, e o Remeteu ao Marques Vice Rey;

SS”17º

Item na entrada que o R. fes no Rio Grande de Sam Pedro, no dia dezenove de Fevereiro de mil e setecentos setenta e seis, antes de emtrar no Combate nam Comferio com os Comandantes para lhe declarar, quais dos Officiais haviam de succeder no Comando ao que perigacem no comflito; e desta falta nasseu a desordem na fragata Grasa, não havendo quem queizese Tomar o governo, por morte do seu Comandante, e dando se lhe parte da dezordem que havia na dita Fragata, nam sabio logo a remedialla, e do mesmo escaler, em que andava no Combate dando as ôrdens, mandou que cortacem a amarra, e saísem para fora; e que sendo esta a Fragata a que levava a sua Bandeira nam pasou numa a seu Bordo, emtrando na chalupa expediçam, te dar fundo de frente do Porto do musquito;

SS”18º

Item as afectadas Contas, e sinistras Informasoins, que o R. dirigio ao Marques Vice Rey relativas as Corvetas, vitória, e Penha, Fragatinha, Gloria, e Sumaca bom Jesus, q^e nunca tinam xegado aos seus lugares destinados, e por esta cauza nam haviam feito serviso algum, e fugira, para fora do Fogo, sendo serto, que suposto algumas das referidas embarcasoins, nam ficasem sertas nos lugares destinados; comtudo sempre fizeram bom serviço, e muito fogo aos Castelhanos, e o correceberam destes, e a referida Fragatinha ainda cortou a amarra, nunca se rretirou para fora do fogo, antes o fes sempre em quanto durou o Combate;

SS”19º

Item nesta acsam do Rio Grande de Sam Pedro, ouveram alguns emcalhes, e mudanças de lugares ôriginados, da mâ ôrdem com que a Esquadra fundiou, e com que depois sahio do Lagomar, por que devendo o R. mandar sahir, os Navios, pella mesma seria com que devia portar no lugar do Combate, nam succedeu acim, antes pello comtrario, mandou o R. velejar na vanguarda, os que deviam hir na retaguarda, isto fes com que as Embarcasoins, se fousem embaraçando, de sorte que logo ao sahir do Lagamar, se atracou o Fragata Graça com a Corveta Penha, e lhe fes hum rombo com aunha da Ancora, obrigando a por esta cauza a incalhar, e fazer comcerto, ficando os mais Navios esperando depois de velejados pella dita Fragata, que devia passar adiante, imformando nesta mesma ocaziam, que os negros, e mulatos minas, nam serviam para a Esquadra,

comtudo, ainda que na acção mostraram froxidam, e nenhum prestimo, comtudo sempre heram aptos, para as obrigasoins de Grometes:

SS"20º

Item que estando o R. no Rio de Janeiro, xegaram as ultimas ôrdens da Corte, dirigidas ao Marques Vice Rey, expedidas pelas Secarterias de Estado dos Negocios do Reino, e ultramar; datada, a primeira em nove de setembro, e a segunda em vinte e nove do mesmo mês, e anno, de mil e setesentos setenta e seis, as quais ordens, de Sua Magestade detriminavam ao Marques Vice Rey, se explicase com o Reo em termos obrigantes, segnificando lhe que Sua Magestade, o encarregava de defender a entrada do Porto da Ilha de Santa Catrina, na forma das instrusoins, que serviam de baze as referidas ordens: Contavam estas de incinuar ao R., como se devia regullar na acsam, de que emcarregavam, detriminando lhe formace, huma cadeya de Embarcasoins, da Ilha de Anhatomerim, ate a Ilha de Ratonas, portando a Esquadra no Reconcavo de Sam Miguel, entre huma, e outra Ilha, embarçando desta Sorte qual quer invazam que a Armada Castelhana intentase fazer naquella Porto, esta ordem, instrosoins foram logo participadas ao R. pello Marques Vice Rey, o qual vendo que o R. empugnava aquelle plano, lhe comfiou as mesmas Instrocsoins que foram vistas em poder do R. para responder por escrito formando as suas obgesoins, o que fes empugunando as cauzais per que se faziam empraticaveis as referidas instrocsoins que foram remetidas desta Corte, correberando a sua reposta, com o Mapa, que por ordem do R. nesta ocaziam desfigurou o seu Emanuense, raspando, a verdadeira postura em que no mesmo Mapa se denizava a Ilha de Ratonas figurando-a em mayor longitude da Ilha de Anhatomerim, afirmando haver dedistancia de huma, a outra Ilha Sinco milhas, quando he serto que sô desta huma légua, pouco mais, ou menos;

SS"21º

Item: que vistas asim pugnacoins do R. pello Marques Vice Rey detriminou este, ao R. que se fizesse a vella daquelle Porto do Rio de Janeiro, e Juntando todos os Navios de que se compunha a Esquadra, seria o seu destino rebater as foras Navais, dos Castelhanos, e se correr os nosos Portos o que vice atracar a Armada Inimiga, embarcando ele Reo por todo o modo posivel, o estrago que a mesma Armada Castelhana pertendece fazer, em qualquer parte dos dominios Americanos, se Sua Magestade Fedelisima, juntando o Marques Vice Rey a esta puzitiva ordem de que emcarregou ao R. outras muitas reflesoins, e lembranças, para melhor excotar, o plano que lhe ahi dava, fazendo-o portudo responsavel

SS"22º

Item que recebendo o Reo as referidas ordens, juntando todos os Navios, e Fragatas de que se compunha a Esquadra, foy para a Anceada das Garoupas, donde deu Conta ao Marques Vice Rey, dizendo que aquella anseada, nam hera a melhor para esperar a Esquadra Inimiga, e que hera mais acertado hir cem a Esquadra, para a boca da Barra da Ilha de Santa Catrina, para aproveitar toda a ocaziam de defender aquelle Porto em quanto pudece, ou retirarce conforme, as Cerconstancias, e forças do inimigo, esse posto que, ele as mantinha competentes, fazia atençam de lhe mostrar a Cara semvergonha; aprovada esta Resoluçam pello Marques Vice Rey, por ser mais conforme com as ultimas ordens de Sua Magestade, o Reo se fes logo a vella com toda a Esquadra da Enceada das Garoupas, e vejo fundiar na barra de Santa Catrina na Ilha do Arvoredo, e nam no Reconcavo de Sam Miguel, como detriminavam as ultimas instroçoins desta Corte

SS"23º

Item que estando o R. com a Esquadra fundiado na Ilha do Arvoredo, no dia dezacete de Fevereiro de mil setesentos e setenta e sete foy avizado o Reo que vinha aparecendo a Esquadra Castelhana; com esta noticia l efes o Reo logo a vella, emariou a observar os inimigos, avista dos quais navegou sempre ate o dia Dezanove, nam procorando fazer forsa de vella para atacar as Naus Castelhanas, ou fazer lhe alguma ostilidade, logo que foram vistas antes de se meterem em linha, ou porem em ôrdem;
SS”24 °

Item, naqueles tres dias que andou o Reo bordejando a vista da Armada Inimiga nunca xamou os Comandantes a Comcelho, e vindo alguns a seu bordo nunca lhe falou em ostilidades, e nam obstante o Capitam de Mar e Guerra Artur Felipe, presuadir ao Reo que atacase a Armada Inimiga, advertindo lhe que o atacar hera, o unico meyo de salvar a Ilha de Santa Catrina, respondeu o Reo, que elle desejava atacar, mas que as suas ôrdens nam lhe prometiam vistas as grandes, e vantajozas forças do Inimigo;
SS”25

Item: que este parece fora sempre o designio do R. para se nam empenhar na defesa da Ilha de Santa Catrina, e evitar todo o combate com os Inimigos pois nunca propunha aos officiais acsoins de vallor; que os animace, antes em huma das noutes em que andou avista do Inimigo, persuadido que estava mais proximo da Armada Espanhola fes sinal de força de vella para se separar; e conzta que antes de desemparar o Porto da Ilha de Santa Catrina, havia dito aos seus moradores digo aos seus habitantes que seos Castelhanos viecem com forças superiores, havia de abandonar aquelle Porto, e o mesmo repetio ao Governador da Ilha de Anhatomerim, e a outros officiais da Marinha, nam obstante Reconhecer que elle Reo tinha cido encarregado, de defender aquelle Porto; como declara na Carta que escreveu ao Marques Vice Rey, nas formais palavras //as minhas ôrdens foram para defender, a Ilha de Santa Catrina, até a ultima extremidade; isto tenho eu feito, sem a menor duvida;
SS”26°

Item: que no dia vinte de fevereiro do referido anno quando os castelhanos, emtrarão, no Porto da Ilha de Santa Catrina, convocou o R. os Comandantes da Esquadra a comselho, apresentando as primeiras ôrdens de Sua Magestade derigidas desta Corte ao Marques Vice Rey datadas em trinta e hum de Julho de mil e setecentos e setenta e seis, e huma das recomendasoins, hera que enunciace logo ao Reo que devia evitar toda a ocaziam de comcorrer a nosa Esquadra, com a Armada Castelhana, e muito mais o perigo de ser suprendida pella segunda na Baya de Santa Catrina, honde nam poderia evitar, nem a surpresa, nem o Combate com forças deziguais; Estas ordens teve o R. sempre, muito na sua lembrança, e o fizeram esquecer, totalmente das pustriores, de nove, e vinte e nove de setembro, que de rogavam, aquellas de trinta e hum de Julho; apresentou mais alguns officios da Corte, e as ultimas ôrdens do Marques Vice rey que genericamente, o emcarregava de defender os Pôrtos daquelles Dominios, e rebater as forzas Navais dos Inimigos que os pertendecem, atacar; E perguntando lhe os Comandantes que formavam o comselho, se tinha mais algumas ordens, respondeu que nam; e logo pella pluridade de devôtos comvieram de se rrecolherem, ao Rio de Janeiro, e esperarem novas ordens do Marques Vice Rey;
SS”27°

Item que sendo o Reo mandado em o primeiro de Abril do referido anno pello Marques Vice Rey, para hir com a Esquadra fazer Corso, na altura da Ilha de Santa Catrina com ordem para impedir que nella entrace algum socorro, e aprezar todo o Navio Espanhol que pertendese entrar, ou sahir da dita Ilha, como tambem para se informar se os Inimigos tinham divididas as forsas da Sua Esquadra, e axando que estavam divididas,

atacallos naquelle Porto em que estivecem, mais infriores, nam consta porem que o Reo nesta ocaziam procorace haver alguma Informacam, de estado do Inimigo em Santa Catrina, a hende estava fundiada, a Armada Castelhana; neste Corso por emcomtrando a Nau Espanholla Santo Agostinho, a atacou, e rendeu, comduzindua com toda a Esquadra ao Rio de Janeiro sem deixar naquelles Mares Naus ou Fragatas para continuarem o Corso;

SS”28º

Item que saindo logo segunda ves do Rio de Janeiro para continuar o corso, de baixo das mesmas ôrdens, emtrou o R. no Porto, de Santa Catrina honde estavam fundiadas, vinte e tantas Naus, da Esquadra Inimiga, as quais desafiou, por este modo paçando com a Esquadra, a vista das Naus Catelhanas, e das fortallezas, entre as quais estavam fundiadas, sahindo o Reo para o mâr por entre a Ilha do Arvoredo, e Canavieiras, sem fazer algumas ostilidade

SS”29º

Item chegando o Reo ao Rio de Janeiro, se expediram as ôrdens pella junta da Real Fazenda para serem repartidos Sem mil Cruzados, parte do vallor da preza, pellos Comandantes, officiais, soldados, e equipage dos Navios, devidendoce, aquella soma, par outavos, na forma do Bando, que se havia mandado publicar, e aprontandoce para este fim, o desembargador Provedor da Fazenda Real, com os seus officiais, competentes, e pasando a Bordo da Nau Santo Antonio que o R. Comandava, e querendo principiar a partilha, conztando ao R. qual hera a formalidade duvidou que esta se fizece, dizendo que nam queria receber a sua parte, nem comcentio, que pesoa alguma daquella Nau, a recebeu na forma que a junta tinha detriminado; e representando lhe aquelle Ministro, com muderaçam que a partilha vinha feita na forma das ôrdens de Sua Magestade, as quais nam podia aquella Junta altarar; e quando a dita senhora fouce Cervida declarar as suas ordens, ou altarar o Rateyo, em beneficio delle R., ainda restavam avoltadas quantias nos Reais Cofres, pelas quais seria indinizado; obstinadamente teimou o R. com vozes, e asoins descomcertadas, impidindo formalmente que se efetuace a dita partilha, mandando ordem aos mais Navios da Esquadra, para que tambem nam aseitacem, obrigando ao Capitam Tenente Joze Jacinto de Azevedo a emtreagar outra ves ao Almoxarife das Almazains, a parte que jâ tinha recebido, retirandoce com efeito aquelle Ministro, sem efetuar esta diligencia, pella temeraria opuzicam do R. do que se lavrou termo;

SS”30º

Item que no terceiro e ultimo Corso que o R. fes com a Esquadra no mes de Julho de mil setecentos e setenta e sette, nam obstante algumas (...?), eventos comtrarios com tudo nam fes toda a diligencia p^a xegar a Terra, a obcervar a forsa do Inimigo, conforme detriminavam as ordens do Marques Vice Rey, e comtinou o R. nesta ocaziam, com affectadas contas respectivo a incapacidade dos Navios, para comtinuarem a Corso, por que na verdade nam tinham ruina que lhe impidice, o Cerviso, nem a mesma Fragata Pillar que o R. mandou para o Rio de Janeiro como arruinada, nam tinha embaraço p^a continuar o corso.

SS”31º Item que na arecadaçam da Real Fazenda, os livros dela andavam na mayor dezordem, por afirmar o R. ser inimigo de formalidades.

Anexo 5

As perguntas estão inseridas tanto no *Translado do auto da devassa que por ordem do Ilmo e Exmo Marques do Lavradio vice-rei do estado do Brasil procedeo ao Dez or Bernardo de Salazar Sarmiento Sa Alarcao sobre a invazao dos espanhoez na Ilha de Santa Catarina*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Manuscritos do Brasil, n. 21, como no *Processo do Conselho de Guerra a que foram sujeitos os oficiais culpados pela entrega da ilha de Santa Catarina aos espanhóis*, AHML, 1 mc, manuscrito, 1777-1785.

1 – Se o General Antonio Carlos Furtado de Mendonça, encarregado da defesa da Ilha de Santa Catarina, correspondeu à confiança que dele se fez e a sua obrigação, dando e fazendo executar as ordens necessárias para uma vigorosa e exemplar resistência no caso de ser atacado pelos castelhanos.

2 – Se a dita Ilha se achava fortificada e nelas se haviam feito novas defesas e, no caso de se terem feito, quais delas se achavam guarnecidas com a artilharia competente e desposta nos lugares mais próprios para a sua defesa, e se tinha as munições de guerra necessárias.

3 – Se as fortalezas estavam em estado de defesa e se nelas havia artilharias e mais petrechos, respectivas munições de guerra e boca e as mais provisões necessárias para a sua defesa.

4 – Qual era o número de gente assim paga como auxiliar e da ordenança que devia na dita Ilha.

5 – Se a gente se achava disposta e com ânimo de defender-se e rigorosamente e se entre ela havia algum receio e temor do inimigo.

6 – Qual foi a continência do dito General e dos mais oficiais maiores a vista do inimigo e se o mesmo General passou logo os ordens nessecárias p.^a o rebater no caso do ataque e qual foi o seu procedimento nesta ocasião e dos mais oficiais maiores e comandantes das tropas.

7 – Se entre os soldados se espalhou algum temor ou receio, ou se desanimarão com a chegada do inimigo e se o dito General e mais oficiais maiores passarão a anima-los com o exemplo e com palavras a desprezarem o perigo, e a exporem a vida pelo serviço de sua Mag.^e Fidelissima que se pelo contrário deixaram de o fazer preocupando-se de medo e pavor.

8 – Se esta retirada foi feita por ordem que o dito General tivesse, e se sabem ouvirão dizer que ele a tivesse para entregar a Ilha, para não defender-se para Capítular, e quem foi o autor desta retirada.

9 – Se escreve Conselho de Guerra sobre esta matéria, se o General tinha ordem p.^a regular as suas disposições pelos outros Conselhos de Guerra quais foram os oficiais chamados para ele ou seus votos, e se para os darem foram subornados, e por quem.

10 – Se antes de proceder o Conselho cuidou o General de informar-se do número, qualidade e estado do exército inimigo, e se os nossos soldados recusarão obedecer as ordens e se achavão prontos na ocasião do rebate, ou se entre eles houve deserção, e no caso de have-la quando principiou.

11 – Se as fortalezas e diferentes postos da Ilha que se achavão fortificados com trincheiras e baterias que pareciam próprias para a sua defesa e fizeram a resistência possível e se entregarão por arbítrio dos seus respectivos Governadores, ou por ordem superior, e de quem.

12 – Se o dito General deu todas as ordens e fez as disposições necessárias para uma composta retirada cuidando também de embarcações prontas para passarem a terra firme as tropas, bagagens, Artelharia e mais petrechos necessários.

13 – Se cuidou de me salvar senão cortaria fardamento, armamento cofres e mais munições de guerra e boca pertencentes a sua Majestade Fidelíssima, e se o não fez porque motivo foi se por ser perseguido ou acuado, e atacado pelo inimigo, ou por faltarem embarcações e se por esta falta qual foi o motivo de lá.

14 – Porque causa depois do dito General se achar com toda a tropa na terra firme mandou capitular se foi por serem seguidos pelo inimigo e se acharem cortados, e se o mesmo General cuidou em mandar examinar e se achavam o não cortados, ou se o caminho para a Laguna em que se gastam três ou quatro dias, ainda estava franco livre e desembaraçado.

15 - Ruim foi que lembrou o arbítrio da Capitulação e quem ditou os seus artigos.

16 – Se os Comandantes em lugar de animarem as tropas a pelejarem, e morrerem em defesa das Bandeiras como haviam jurado so se empenharão em exagerar-lhes o perigo em que estavam de serem passados a espada, e as dificuldades que havia para prosseguirem a retirada pela aspreza da serra e caminhos expondo-se a morrer neles, e por ordem de quem lhe foram fazer esta horrorosa pintura para os desanimar, e qual foi o prossedimento dos soldados nesta ocasião.

17 – Se quando obrigavam os soldados a entregar as Bandeiras estão ainda armadas ordenão e quem os tinha mandado desarmar e a causa por que.

18 – Se os nossos soldados repugnarão ou não entregar as Bandeiras se alguns se ofereceram a salva-las, e se recusando obedecer as ordens tão injuriosas quem foi que os obrigou a conterem-se.

19 – Que tempo mediou entre a chegada do inimigo e entrega da Ilha e se no entanto houverão as disposições necessárias para a defesa.

20 – Se as munições que havia na Ilha se salvarão ou reduzirão a estado de não servirem ao inimigo ou se deixarão ficar porque mentira.

21 – Se o General tinha escolhido algum lugar oposto em que se fosse fazer forte retirando-se quando vise não ser bastante a resistência que na Ilha fizesse o inimigo segundo ordens que tinha.

22 – Se o Coronel Pedro Antonio da Gama Governador daquela Ilha tinha comando sobre as tropas, sobre todas as mais disposições pertencentes a defesa da mesma Ilha, e se as ordens que passava a este respeito era em seu nome ou do General Comandante.

23 – Se ele fora ouvido sobre a entrega da Ilha e se as Fortalezas, e qual fora o seu parecer.

24 e 25 – Se ele pela sua parte com o réu também junta para desanimar as tropas.

Se ele tinha deixado de dar as providências que lhe requiria o General para adentrar as sobras defesa da mesma Ilha, se por sua amizade se deixou de praticar o que fosse preciso para a sobredita defesa.

26 – Se os oficiais e engenheiros que primeiram.^e tinham sido encarregados de fazerem as fortificações precisas para a defesa da Ilha se foram chamados, escritos sobre elas se poder não defender e o que nesta ocasião disseram.

Anexo 6

Papeis vários acerca do marechal de campo, Antonio Carlos Furtado de Mendonça (1777), ANTT, Coleção MNEJ.

I. que o governador que foi da Ilha de Santa Catarina Pedro Ant.^o da Gama e Freitas, foi sempre um dos maiores e os mais part.^{ar} favorecido do Il.^{mo} e Ex.^{mo} Marquês do Lavradio, vice-rei que foi deste Estado, e a quem elevou as maiores lugares, preterida pessoa do primeiro merecimento, incomparavelmente mais beneméritas dos empregos, e que farião neles o maior serviço a Sua Majestade, desorte que ele o cazou na mais opulenta familia desta cidade, ele o eximio de hir destacado para o Rio Grande no Regimento de que o tinha feito Tem.^e Coronel, elle o nomiou, preteridos officiais de grandes merecimentos, e de maior Patente, paa succeder ao sup.^e no Governo intirino de Minas, e ultimam.^e o fez Governador da Ilha de Santa Catarina, em ocasião em que mais que nunca percisava de um homem completo para Governa-la, não tendo o dito Governador mais experiência, nem exercício, que o da sala do mesmo Ex.^{mo} Marquês.

I. que dizendo-lhe o Ex.^{mo} Marquês do Lavradio, em carta de dezanove de agosto de 1775 por palavras a afetadas, que ele sup.^e seria a primeira vos, e o primeiro móvel, e aquele gov.^{or} seo(?) por onde se devia mover tudo, se verificou isto tanto pelo Contrario, que o dito Gov.^{or} só executava das ordens do sup.^e, as que queria, dava outras a seo abitrio, e determinava o Contrari, quando em alguma couza não era pelo expediente do mesmo governador.

I. que reconhecendo o Ex.^{mo} Marquês do Lavradio, que a defesa do sup.^e concestia na sua Recriminação(?), e daquele governador, fez espalhar nesta cidade logo que o sup.^e; e mais officiais de Santa Can.^a chegarão a ela, que mandara devassar, e se estava devassando, ao mesmo passo q. a devassa só teve princípio de Agosto em diante, para tratar como tratou nesse meio tempo aos officiais, com os últimos despezos, não os admitindo, nem consentido na sala, deixando-os sem soldo, e sem socorro algum, fazendo-lhes assim intender o desagrado em que estavam, e que ficarião mais perdidos, se se alargarem na mesma devassa.

I. que tanto foi esta a intenção do Ex.^{mo} Marquês do Lavradio, q. logo que a devassa foi fechada, e remetida a Secretaria nos primeiros dias de dezembro foram os ditos officiais admitidos ao serviço, e ao soldo, como empaga, e remuneração de haverem jurado nela tanto a sua satisfação, e tanto o seu gosto, e para prezistirem na mesma devoção.

I. que tanto foi esta a intenção do ex.^{mo} Marquês do Lavradio, q. na mesma ordem por onde foram admitidos procurou fazer odioso ao sup.^e com os mesmos officiais dando-lhes solenemente por única causa de os não haver antes admitido, o terem assignado o Convenio de não tomarem Armas, contra Hespanha, attribuindo ao sup.^e por este meio a razão de lhes não ter ter dado soldo, nem admitido ao serviço quando atal assinatura lhes não podia servir de embaraço, sendo usada em todas as Nações quando há Prisioneiros, assim como não serviu de embaraço aos officiais da Colônia, outro semelhante Convênio, em tudo idêntico que assignaram para os admitir ao serviço, e ao soldo, sem tomar pretexto de que ignoravão, antes certificando-se-lhe que sabiam m.^{to} Cem o que assignarão.

I. que o Ex.^{mo} Marquês do Lavradio, não só procurou fazer o sup.^e odioso por esta ocasião para com os officiais de Santa Catarina, mas também conciliar-lhes ao mesmo tempo as vontades, dizendo na ordem por onde foram admitidos que eles haviam feito certo na sua presença, ignorarem o conteúdo do convênio, ao mesmo passo que souberão muito bem o que continha, porque quando ele se assinou esteve tão público no Quartel, que até saiu fora dele para alguns assignarem.

I. que depois de dar a ordem para se admitir a todos sem excepção, sendo convocados a sala, e com eles o Tenente Antonio de Mello, e Castro, que servia de Ajud.^e das ordens do suplicante, a todos falou o Ex.^{mo} Marquês; mas chamando depois de parte ao dito Tenente lhe dice que não era admitido, enquanto não apresentasse Atestação do suplicante, de que ignorava q.do assignou, o que continha o papel do Convênio.

I. que sendo a mesma devassa tirada, sendo vice-rei deste Estado o Ex.^{mo} Marquês do Lavradio, e envolvendo-se nela tantas circunstâncias que lhe diziam respeito, e só podiam verificar-se por testemunhas uns militares, outros Paisanos, nenhum destes podia jurar livremente, sendo que tudo ia dar na pessoa do mesmo Ex.^{mo} Marquês, que os dominava, e em um sujeito da sua mais intima afeição.

I. que tanto estava todo o Povo desta Cidade sujeito ao que livre, e despoticamente, queria o Ex.^{mo} Marquês do Lavradio, que até os mesmos ministros viviam com tal subordinação, que tendo m.^{tos} deles dado a seus officiaes, despachos, e ordens para citações, e outras deligências, senão executavam estas em pessoas, que tivessem o mais leve conhecimento, e correlação com o mais infimo familiar do Ex.^{mo} Marquês, sem preceder despacho seu, que m.^{tas} vezes não queria dar.

I. que o Ex.^{mo} Marquês do Lavradio, mandou prender, e conservar largos tempos, a vários officiaes de justiça, na prisão, por executarem os despachos, e ordens dos seus respectivos Ministros, e que estes senão atreviam apugnar pela ignorância dos seus officiaes, pela autoridade dos seus despachos, e pela ex.^{am} destes, emque tanto interessava a boa administração da justiça, cuja por viverem dependentes dele, ouja para não serem serem desatendidos, e lhes não succeder o mesmo, que succedeu ao Chanceler, que foi desta Relação Joaquim Alvares Moniz, e ao Juiz de fora Jorge Botto Machado Cardozo, pois que ambos enlouquecerão por dividas, e desgostos, que tiveram com o mesmo Ex.^{mo} Marq.^{es}.

I. que ambos os ditos ministros nas suas demências não lidavam mais que nos males que lhes tinha maquinado, e maquinava, diziam eles, o mesmo Ex.^{mo} Marquês.

I. que esta subordinação fazia com que no Tribunal da Junta não prendessem os Deputados dela com a liberdade útil, necessária, e correspondente aos fins, para que foi creado o mesmo Tribunal do que é ótimo argumento ou exemplo a nomeação do novo Tesoureiro Geral das Tropas Francisco Dionizio Gonzaga Neves, aquém contra os votos dos mesmos Deputados, cresus(?) Ex.^{mo} Marquês, sem mais fundamento que o abonasse, e habilitasse, que odeser Irmão, dam.^{er} do D.^{or} Joseph Henrique, seu familiar, seu Medico, e seu comensal.

I. que esta mesmo subordinação fazia com que na Mesa do Dez.^o do Passo só se confirmassem, para officiaes da Câmara aqueles q. dispótica, e arbitrariamente queria o Ex.^{mo} Marquês do Lavradio se elegessem, e ainda aqueles que não estavam na Pauta da Câmara, posto que fossem sujeitos menos dignos para os ter como tinha inteiramente sujeitos a sua vontade, e a sua disposição, para lhe não encontrarem esta.

I. que era tanta, e tam grande a subordinação, e condescendência com o Ex.^{mo} Marquês do Lavradio, por não incorrerem no desagrado deste, e não experimentarem de violências, que praticava com todos os que se lhe não submetiam, que os mesmos officiaes da Câmara, ainda naqueles particulares, que nada dependiam dele, não tinham a liberdade, dedisporem couza alguma, sem primeiro lhe darem parte, sem que ele aprovasse e sem que prestasse o seu consentimento, que muitas vezes denegava, ainda que justo, e conveniente fosse, encontrando a sua vontade, ou não sendo do seu agrado. E porque os não pode justificar sem que assim o admita

Anexo 7

Decreto de 14 de janeiro de 1786, D. Maria I

Havendo subido à Minha Real Presença, na conformidade do Decreto de 20 de agosto de 1777, e Sentença do Conselho de Justiça proferida nos autos formados sobre o procedimento dos Officiaes encarregados do governo, conservação, e defesa da Ilha de Santa Catarina, e da extraordinaria capitulação do Cubatão; e sendo-Me também presentes os ditos autos, Sentenças do Conselho de Guerra e Justiça, informações, e pareceres que sobre tudo mandei tomar. Mando e Hei por Meu serviço, que a dita Sentença do Conselho de Justiça se não publique, e que os referidos autos, Sentenças, e informações sejam lago, e antes de outra alguma obra, recolhidas a Secretaria de Estado da Repartição da Guerra para nela se guardarem com o maior segredo, e recato, a fim de que este negocio fique em perpetuo esquecimento. E sou outro sim Servida que todos os réus culpados nos ditos autos, e que se acham atualmente presos, sejam logo soltos das prisões em que existirem, sendo-lhes restituídos os bens que se lhes houverem sequestrado por este motivo. Sou outro sim Servida haver para sempre por escuso do Meu Real Serviço ao réu Antônio Carlos Furtado de Mendonça, e também Hei por escuso do Meu Real Serviço ao réu Pedro José da Gama:

E atendendo ao largo tempo de prisão os réus Antonio Freire de Andrade, João Gregorio Ribeiro de Sequeira, João de Figueiroa Pinto, Caetano da Silva Sanches, Manuel Vieira de Leão, Sou servida que sejam reformados nos seus Postos: E atendendo outro sim ao mesmo tempo da prisão dos réus Fernando José da Gama Lobo, Manuel Godinho de Mira e Manuel Nunes Ramalho, e a não terem intervindo nos primeiros Conselhos de Guerra, e terem procedido exemplarmente nos Postos que guarneciam a Ilha de Santa Catarina, Hei por bem que sejam reformados com soldo por inteiro.

Ordeno outro sim, que se levantem os sequestros feitos nos bens de Pedro de Moraes Magalhães, e Simão Rodrigues falecidos na prisão, fazendo-se a entrega deles a quem por direito pertencerem. E por quanto dos mesmos autos, Sentenças, informações, e pareceres consta uniformemente não só da inocência do Governador da Fortaleza da Barra do Sul Miguel Gonçalves de Leão; mas especificamente da distinta honra, e atividade, constância, e valor com que se portou sem o arrastarem outros exemplos, e sendo justamente Informada que este digno Oficial fora preso e sequestrado, e que na prisão morrera inocente, Sou Servida declará-lo tal; e que se repute vivo em reparação da honra, e em benefício de seus filhos para efeito de se lhe contarem os soldos vencidos, que deixaram de se lhe pagar até a sua morte, e que restituam aos mesmos filhos os bens sequestrados, e a importancia do que deles não existir; que lhes fique salvo o direito para haverem perdas, e danos de quem diretamente for, e que me sejam apresentados os serviços do dito Manuel Goncalves de Leão, e os requerimentos de seus filhos para serem atendidos como merece a memoria de seu honrado Pai. O Conselho de Guerra assim o tenha entendido e faça logo executar. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda 14 de janeiro de 1786. - Com a Rubrica de Sua Majestade.